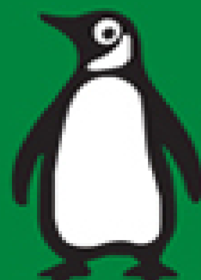
PENGUIN & COMPANHIA DAS LETRAS

NÃO FICÇÃO

Evaldo Cabral de Mello (ORG.)

O Brasil holandês

NÃO FICÇÃO





O Brasil holandês

EVALDO CABRAL DE MELLO nasceu no Recife em 1936 e atualmente mora no Rio de Janeiro. Estudou Filosofia da História em Madri e Londres. Em 1960, ingressou no Instituto Rio Branco e dois anos depois iniciou a carreira diplomática. Serviu nas embaixadas do Brasil em Washington, Madri, Paris, Lima e Barbados, e também nas missões do Brasil em Nova York e Genebra e nos consulados gerais do Brasil em Lisboa e Marselha.

É um dos maiores historiadores brasileiros, especialista em História regional e no período de domínio holandês em Pernambuco no século XVII, assunto sobre o qual escreveu vários livros, como *Olinda restaurada* (1975), sua primeira obra, *Rubro veio* (1986), sobre o imaginário da guerra entre Portugal e Holanda, e *O negócio do Brasil* (1998), sobre os aspectos econômicos e diplomáticos do conflito entre portugueses e holandeses. Sobre a Guerra dos Mascates e a rivalidade entre brasileiros e portugueses em seu Estado natal publicou *A fronda dos mazombos* (1995). Escreveu também *O norte agrário e o Império* (1984), *O nome e o sangue* (1989), *A ferida de Narciso* (2001) e *Nassau: governador do Brasil Holandês* (2006), este para a Coleção Perfis Brasileiros, da Companhia das Letras. É organizador do volume *Essencial Joaquim Nabuco*, da Penguin - Companhia das Letras.

[redacted]



Com o domínio holandês e a presença, no Brasil, do conde Maurício de Nassau [...] o Recife, simples povoado de pescadores em volta de uma igrejinha, e com toda a sombra feudal e eclesiástica de Olinda para abafá-lo, se desenvolvera na melhor cidade da colônia e talvez do continente. Sobrados de quatro andares. Palácios de rei. Pontes. Canais. Jardim botânico. Jardim zoológico. Observatório. Igrejas da religião de Calvino. Sinagoga. Muito judeu. Estrangeiros das procedências mais diversas. Prostitutas. Lojas, armazéns, oficinas. Indústrias urbanas. Todas as condições para uma urbanização intensamente vertical. Fora esta a primeira grande aventura de liberdade, o primeiro grande contato com o mundo, com a Europa nova — burguesa e industrial — que tivera a colônia portuguesa da América, até então conservada em virgindade quase absoluta. Uma virgindade agreste, apenas arranhada pelos ataques de piratas franceses e ingleses e pelos atritos de vizinhança e de parentesco, nem sempre cordial, com os espanhóis.

GILBERTO FREYRE

Sumário

Introdução

Na história da República das Províncias Unidas dos Países Baixos, a independência nacional e a expansão colonial marcharam de mãos dadas no decurso dos oitenta anos de guerra contra a Espanha (1568-1648). A historiografia tende basicamente a encarar de duas maneiras, que não são excludentes, as origens do império marítimo que os batavos começaram a edificar em fins do século XVI e que em boa parte chegou até a Segunda Guerra Mundial e a independência da Indonésia. A primeira maneira, estritamente monocausal, interpreta o surto ultramarino em função do imperativo de aceder às fontes de comércio e de riqueza que os embargos opostos pela Espanha à navegação da Holanda lhes negava; a segunda maneira, como uma das facetas do processo pelo qual a Holanda tornou-se, no umbral do seu Século de Ouro, "a primeira economia moderna" e a principal potência marítima.

Portugal e os Países Baixos tinham uma longa história de relações comerciais quando, em 1580, o Reino uniu-se à monarquia plural dos Habsburgo madrilenos, na esteira da crise dinástica desencadeada pela morte de d. Sebastião no norte da África. Tais relações não poderiam escapar às consequências do conflito hispano-neerlandês, a

começar pelos sucessivos embargos sofridos por navios batavos em portos da Península, medidas que afetavam o suprimento de certos produtos indispensáveis à economia das Províncias Unidas, em especial o sal português de que dependia a indústria da pesca, então uma das vigas mestras da prosperidade holandesa, além de produto crucial ao *moeder negotie*, isto é, às atividades mercantis da República no Báltico. Malgrado a guerra com a Espanha, as relações comerciais de Portugal com as Províncias Unidas contavam com a cumplicidade de autoridades e de homens de negócio lusitanos e com o contrabando capitaneado por testas de ferro estabelecidos em Lisboa, no Porto e em Viana, com o que se atenuaram os efeitos das medidas restritivas decretadas pela corte de Madri.

Quando, no decênio final do século XVI, os Países Baixos consolidaram militarmente na Europa sua independência da Espanha, a ofensiva batava desdobrou-se em ofensiva ultramarina visando à destruição das bases coloniais da riqueza e do poderio ibéricos. Nos primeiros anos do século XVII, a Companhia das Índias Orientais (VOC), sociedade de ações operando mediante monopólio outorgado pelo governo neerlandês, promoveu o comércio e a colonização na Ásia em detrimento da presença espanhola e portuguesa naquela parte do mundo. A partir da fundação em 1621 da Companhia das

Índias Ocidentais (doravante referida também pelas suas iniciais holandesas, WIC, ou “West Indische Compagnie”), idêntico modelo institucional foi adotado para as Américas e para a costa ocidental da África.

A guerra de corso e o sal do Caribe foram as alavancas iniciais da navegação batava no Novo Mundo. A essa altura, contudo, o açúcar brasileiro passara a representar não um negócio propriamente holandês, mas uma atividade eminentemente controlada pela comunidade sefardita de origem portuguesa estabelecida em Amsterdã para fugir à perseguição do Santo Ofício na península Ibérica e à reconquista pela Espanha do porto de Antuérpia, que constituiu até 1585 o grande entreposto português no norte da Europa. Os marranos de Antuérpia e depois de Amsterdã haviam se envolvido profundamente, desde o início da colonização do Nordeste, com o financiamento e a operação da agroindústria açucareira e com a comercialização do produto nos mercados europeus.

A trégua hispano-neerlandesa dos doze anos (1609-21) deu renovado vigor a tais relações. No decurso desses anos, cerca de 50 mil caixas de açúcar, equivalentes grosso modo a 1 milhão de arrobas, desembarcavam anualmente nos portos das Províncias Unidas, suprindo nada menos que 29 refinarias. Graças à regularidade e frequência

desses contatos, dispunha-se na Holanda de um excelente conhecimento não só das condições econômicas e sociais, mas também do litoral do Nordeste, dos seus portos e até do traçado urbano de Olinda, conhecimento indispensável à preparação e à execução dos ataques primeiro contra a Bahia e depois contra Pernambuco. O fim da trégua dos doze anos e o reinício da guerra hispano-neerlandesa tiveram lugar simultaneamente com o começo do grande conflito político e confessional que foi a Guerra dos Trinta Anos na Europa (1618-48).

A conjuntura estratégica explica a súbita acolhida dispensada pelo governo das Províncias Unidas ao plano de criação da Companhia das Índias Ocidentais, pelo qual há anos se batia Willem Usselincx. O projeto da WIC fora pela primeira vez formulado pouco depois do estabelecimento da Companhia das Índias Orientais, mas em seguida engavetado em arras da política de paz mediante a qual o patriciado comercial holandês tencionava coroar, com um tratado de paz com a Espanha, que lhe abrisse o comércio da América hispânica, a obra encetada pela trégua dos doze anos. Esta expirou em abril de 1621 e a guerra com a Espanha recomeçou. Já em junho daquele ano a WIC era incorporada. Os Estados Gerais das Províncias Unidas, isto é, o parlamento confederal das sete

províncias que as compunham, concediam-lhe o monopólio da conquista, da navegação e do comércio em toda a área compreendida entre a Terra Nova e o estreito de Magalhães, de um lado do Atlântico, e entre o trópico de Câncer e o cabo da Boa Esperança, do outro. A WIC era dirigida por um conselho de dezenove membros, os chamados XIX, e por cinco câmaras regionais, que controlavam as ações em proporções variáveis, com a câmara de Amsterdã sendo detentora de quatro nonos. Dois anos depois de sua fundação, a WIC contava com capital superior a 7 milhões de florins, dos quais quase 3 milhões subscritos em Amsterdã.

É destituída de fundamento a alegação feita na época, tanto na Espanha, em Portugal como no Brasil, de que a WIC seria o produto de uma conspiração de sefarditas portugueses. O que atualmente se tem por certo é que ela resultou da iniciativa de um grupo de comerciantes calvinistas originários dos Países Baixos espanhóis que haviam emigrado para a Holanda depois da reconquista de Flandres e do Brabante para a causa do catolicismo nos anos 80 do século XVI. Um deles, o mencionado Willem Usselincx, que aliás residira certo tempo nos Açores, viera publicando desde 1608 uma série de memórias chamando a atenção do governo neerlandês para o valor comercial do Novo Mundo e propondo sua colonização pelos cidadãos das

Províncias Unidas. Pode-se, aliás, afirmar que a história da WIC e seu malogro revelam, em última análise, a tensão permanente entre esse grupo, que pode ser razoavelmente referido como um partido da guerra, e os interesses comerciais de Amsterdã, sempre inclinados à moderação em se tratando da Espanha e, sobretudo, de Portugal, na expectativa do fim do conflito e do restabelecimento de relações formais e regulares com a península Ibérica.

O domínio holandês no Nordeste é seguramente o período mais bem documentado da história colonial do Brasil, tanto do ponto de vista do volume das fontes bem como da variedade dos seus gêneros. Começando pelas fontes holandesas, cumpre mencionar inicialmente a correspondência oficial mantida pelo governo do Brasil holandês com as autoridades da metrópole. Nos anos 50 do século XIX, Joaquim Caetano da Silva que, por incumbência de d. Pedro II, inventariava a documentação existente na Europa que pudesse interessar à negociação diplomática da questão dos limites com a Guiana Francesa, fez copiar e traduzir para o francês a correspondência do governo do Recife com o governo neerlandês, vale dizer, com os Estados Gerais. Desse trabalho, resultaram oito códices, os "Documentos para a história do Brasil coligidos na Holanda pelo encarregado de negócios Joaquim Caetano da Silva", que se conservam

desde então no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, embora um dos volumes se encontre em péssimo estado de conservação. Em 1945, foram publicados, sob o título de *Documentos holandeses*, os ofícios correspondentes aos anos iniciais da conquista holandesa.

Mais importante e mais rica foi a safra colhida por José Higino Duarte Pereira na Holanda no decurso de 1885-6, por encargo do governo da província de Pernambuco, que subsidiou a pesquisa, e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. É que entrementes abriram-se à consulta pública os arquivos da Câmara da Zelândia, da antiga Companhia das Índias Ocidentais (WIC), que nem P. M. Netscher nem F. A. de Varnhagen, autores ambos das primeiras obras da moderna historiografia do período holandês, haviam podido compulsar. A formação de José Higino era jurídica, de vez que pertencera à chamada Escola do Recife, mas seu conhecimento do alemão preparara-o para enfrentar o desafio do holandês seiscentista. A chamada coleção José Higino, ainda hoje à disposição dos pesquisadores, compõe-se basicamente de duas coleções de manuscritos, as *Brieven en papieren uit Brazilie*, compreendendo quinze códices, com as cartas gerais (*generale missiven*) expedidas regularmente pelo governo do Recife ao chamado Conselho dos XIX, isto é, a direção da Companhia

das Índias Ocidentais em Amsterdã durante o período 1630-53; bem como as atas (*dagelijksche notulen*) do mesmo governo, abrangendo doze códices, cobrindo os anos de 1635 a 1654. Completam a coleção José Higino os dois volumes das cartas do Conselho dos XIX ao governo do Recife (*register van uitgaande brieven*), outro de relatórios diversos, ainda outro de documentos pertinentes à capitulação holandesa em 1654, e por fim o que reúne não só as cartas de Nassau, mas também as atas secretas. José Higino inventariou igualmente a cartografia do Brasil holandês e, o que é mais, adquiriu o precioso *Atlas* de Vingboons, uma coleção de nada menos de 57 mapas manuscritos de todo o litoral brasileiro, além de livros e panfletos raros da época e uma galeria de retratos seiscentistas das principais figuras envolvidas no episódio.[1]

Devido, contudo, à brevidade da sua estada na Holanda e à escassez de recursos, José Higino teve de submeter a documentação do Arquivo Geral do Reino relativo ao Brasil a uma seleção que, por mais criteriosa que tenha sido, devia necessariamente excluir uma série de outros papéis do acervo. Como assinalou J. A. Gonsalves de Mello, malgrado as restrições orçamentárias, “o trabalho benemérito de José Higino, pelo volume da documentação que trouxe em cópias para o Brasil, foi o maior até então realizado pelo nosso país na Europa, inclusive pelos

protegidos do imperador”. Aliás, a correspondência do governo do Recife com o Conselho dos XIX no período 1630-6 fora exaustivamente utilizada por Johannes de Laet, geógrafo e diretor da WIC, na composição dos seus *Anais dos feitos da Companhia das Índias Ocidentais*, publicado em Leiden em 1644.

A tarefa de completar a investigação de José Higino coube precisamente a J. A. Gonsalves de Mello no biênio 1957-8, como parte da missão que lhe foi confiada pelo magnífico reitor da Universidade Federal de Pernambuco, professor Joaquim Amazonas, de fazer o levantamento da documentação relativa a Pernambuco e ao Nordeste em arquivos europeus. Gonsalves de Mello fez microfilmar uma série de outros documentos: os valiosos anexos à correspondência oficial do governo do Recife com o Conselho dos XIX; uma série de atas do governo do Recife que José Higino tampouco pudera fazer copiar; os documentos pertencentes a códices do cartório da Companhia das Índias Ocidentais que não haviam sido explorados seja por José Higino, seja pelo historiador alemão Hermann Watjen;[2] os papéis guardados no cartório dos Estados Gerais que haviam sido examinados por P. M. Netscher; o cartório da província da Holanda, que continha inclusive as valiosas atas dos sínodos da Igreja reformada do Brasil holandês; o cartório do Tribunal

de Justiça da Província da Holanda; o Arquivo da Casa Real, com documentos do arquivo particular do conde João Maurício de Nassau-Siegen, governador do Brasil holandês; o Arquivo da Comunidade Reformada de Amsterdã; o Arquivo de Amsterdã, onde se acham inclusive os livros de tabeliães do século XVII; e a Biblioteca da Universidade de Leiden, que dispõe de apógrafo seiscentista dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, o que permitiu a Gonsalves de Mello editar pela primeira vez o texto integral dessa obra.[3]

Pela importância das informações referentes à história política, social e econômica, impõe-se mencionar os vários relatórios holandeses sobre o Nordeste. Eles consistem, em primeiro lugar, na descrição de Pernambuco por Adriaan Verdonck; no “Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas”, concluído em fins de 1637 pelo conde de Nassau e pelo Alto Conselho; e no “Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses” (1639), de autoria de Adriaan van der Dussen, membro do Alto Conselho, traduzido e anotado por J. A. Gonsalves de Mello e publicado pelo extinto Instituto do Açúcar e do Álcool (Rio de Janeiro, 1947). Existem igualmente relatórios relativos a áreas específicas do Brasil holandês, como os de autoria de Servaes Carpentier (1635) e Elias Herckmans (1639) sobre a capitania da

Paraíba; o relatório do conselheiro Willem Schott sobre os distritos do sul de Pernambuco (1636), o do conselheiro Adrian van Bullestrate sobre a mesma região (1642) e o de J. van Walbeck e H. de Moucheron sobre Alagoas (1643).

Em seguida, existem as obras de soldados, viajantes e funcionários holandeses, tanto sob a forma de diários (Ambrósio Richshoffen, Hendrick Haecxs, Matheus van den Broeck, o anônimo *Diário de Arnhem*, o diário do oficial neerlandês que acompanhou Sigmund von Schkoppe na sua segunda viagem ao Brasil) como narrativas mais extensas (Cuthbert Pudsey, Johan Nieuhof, Pierre Moreau, Caspar Schmalkaden) e a correspondência particular do predicante Vincent Soler e do comerciante H. Doedens. Escusado assinalar o valor de duas obras clássicas publicadas na época, a história do governo de Nassau pelo humanista Gaspar Barleus e a *História natural do Brasil*, de Piso e Markgraf, que acompanharam o conde governador ao Brasil. Há por fim as fontes iconográficas de cuja riqueza, depois de decênios de contato com as telas de Frans Post e de Albert Echkout, só recentemente o estudioso vem se apropriando inteiramente, como no caso do *Zoobiblion*, de Zacharias Wagner, e sobretudo do *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*, resgatado de uma biblioteca de Cracóvia. Por fim, não se pode esquecer a

cartografia de Markgraf e de Vingboons e os mapas relativos ao Recife.

Dada a importância do Nordeste açucareiro para a economia portuguesa de Seiscentos e o conflito entre Portugal e os Países Baixos em torno do seu controle, não surpreende que as fontes lusitanas do período holandês sejam igualmente ricas, embora do ponto de vista da documentação oficial compreensivelmente menos. Sua principal contribuição consiste nas grandes crônicas do período redigidas por indivíduos que participaram dos acontecimentos, como Duarte de Albuquerque Coelho, quarto donatário de Pernambuco, cujas *Memórias diárias da guerra do Brasil* cobrem exaustivamente a guerra de resistência; e *O valeroso Lucideno*, de frei Manuel Calado do Salvador, e a *História da guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes de Santiago, ambas alusivas ao conjunto do período holandês, com ênfase no governo nassoviano, no caso do *Lucideno*, e na guerra de restauração no tocante à *História*. Diante desses textos, empalidecem as obras daqueles autores que se dedicaram posteriormente a narrá-los com pretensões confessadamente historiográficas, como a *Epanáfora triunfante*, de d. Francisco Manuel de Melo, *O Castrioto lusitano*, de frei Rafael de Jesus, a *Nova Lusitânia ou história da guerra brasílica*, de Francisco de Brito Freyre, e a esquecida narrativa de frei Santa Teresa.

A quem organiza uma coletânea de textos do período holandês, a dificuldade fundamental que se apresenta é a do que os franceses designam por *l'embarras du choix*. O historiador que deseje, por exemplo, abordar a primeira batalha dos Guararapes (1648) defronta-se com um conjunto de sete documentos que constituem as narrativas básicas. Trata-se dos relatórios oficiais, produzidos, nos dias que se seguiram ao prélio, por oficiais de ambos exércitos. Cinco dessas "partes" são luso-brasileiras, duas, neerlandesas. A primeira foi redigida pelo mestre de campo general Francisco Barreto de Menezes e publicada inicialmente na *História das lutas com os holandeses no Brasil* (Viena, 1871) por F. A. de Varnhagen, que a copiou do códice CXVI-2-15, da Biblioteca Pública de Évora. Existem ademais duas missivas do tenente-general Felipe Bandeira de Melo, a primeira, dirigida ao monarca, de 19 de maio de 1648, a segunda, a João Nunes da Cunha, de 19 de junho do mesmo ano, ambas transcritas na íntegra por J. A. Gonsalves de Mello na biografia daquele oficial. Existe outrossim na Biblioteca da Ajuda (códice 49-X-24, fl. 375) um relato anônimo intitulado "Relação da vitória que Deus nos deu em domingo de Pascoela, 19 de abril, contra o inimigo holandês", cópia em letra do século XVII contendo trechos obscuros, e publicada por Eduardo Brasão. Do lado neerlandês, conhecem-se os memorandos entregues ao presidente e ao

Conselho do Recife pelo tenente-general Sigmund von Schkoppe e pelo coronel Cornelis van den Brande.

Outro exemplo: para o episódio final da rendição holandesa no Recife (27.i.1654), o historiador dispõe de nada menos que doze fontes. As quatro primeiras, de origem portuguesa, são um manuscrito existente no Arquivo Geral do Reino em Haia (nos arquivos dos Estados de Holanda, maço 2835); e três diferentes impressos: a *Relação diária do sítio e tomada da forte praça do Recife*, publicada em Lisboa em 1654; a *Breve relação dos últimos sucessos da guerra do Brasil*, editada igualmente em 1654; a *Relação de Francisco de Brito Freyre*, de 29.i.1654, impressa em "Brasília" (IX, pp. 193-205); e a *Epanáfora triunfante*, de d. Francisco Manuel de Melo, redigida também em 1654 mas só aparecida em 1660 na coleção das suas *Epanáforas de vária história portuguesa*. As fontes holandesas, também em número de quatro, são: a ata do governo neerlandês do Recife, de 27 de janeiro de 1654; o manuscrito do Arquivo Geral do Reino que serviu para informar o processo na corte da Holanda contra as autoridades civis e militares batavas (*Criminele papieren van het jaar* 1654, maço 5252); o folheto intitulado "Artigos e condições assentadas quando da entrega do Brasil", publicado em Haia em 1654; e outro impresso, saído do prelo no mesmo ano em Amsterdã, o "Accoord van Brasilien". J. A. Gonsalves de Mello, que usou exaustivamente essas

fontes no seu estudo *A rendição dos holandeses no Recife* (Recife, 1979), referiu outros textos em castelhano e italiano, como o manuscrito da Biblioteca Nacional de Madri, impresso na série *Documentação ultramarina portuguesa* (II, pp. 209-13). Poderiam ser mencionados por fim os trechos pertinentes do *Diário de H. Haecxs*, que foram transcritos na presente coletânea.

Para compreender os critérios de seleção seguidos nesta coletânea, cumpre ter em mente que suas três primeiras partes são basicamente diacrônicas, estando necessariamente vertebradas tanto na primeira (A guerra de resistência) como na terceira (A guerra de restauração) pelos episódios de natureza política e militar. O leitor encontrará nelas a motivação dos protagonistas, sejam governos, instituições e autoridades metropolitanas e coloniais; as consequentes estratégias e táticas escolhidas por ambos os contendores; o relato dos grandes sucessos bélicos (conquista e capitulação de cidades e praças-fortes, batalhas navais e terrestres como Mata Redonda, Tabocas, as duas Guararapes, a rendição do Recife em 1654); a monótona rotina guerreira de um e de outro lado das trincheiras; as excursões devastadoras pelo interior do Nordeste; e até o episódio que porventura interessará mais o brasileiro dos nossos dias, a história de Calabar.

A segunda parte (O interregno nassoviano) é sobretudo de caráter socioeconômico e

administrativo, embora não fosse possível descartar os episódios estritamente militares, como a conquista de Porto Calvo, o sítio da Bahia, as batalhas navais de janeiro de 1640, a anexação do Maranhão e de Sergipe, a conquista de Elmina, Angola e São Tomé. Destarte, a seleção dos textos incorporados à terceira parte teve em vista proporcionar ao leitor uma visão de conjunto do governo de Nassau e da existência colonial nesses sete anos, priorizando-se itens como a organização administrativa; a reativação da economia açucareira; a disputa sobre o regime de comércio a ser concedido ao Brasil holandês; os ataques dos campanhistas luso-brasileiros e as relações de Nassau com o governo da Bahia e, em especial, com o vice-rei, marquês de Montalvão, que culminou na trégua entre ambos os centros coloniais de poder; a Assembleia de 1640; a missão artística e científica financiada pelo próprio Nassau; as relações inter-raciais e interconfessionais (católicos, calvinistas e judeus); as relações do conde governador com a comunidade luso-brasileira; a corte nassoviana, suas intrigas e suas cerimônias; as realizações urbanísticas e arquitetônicas; a escravidão, Palmares; a ação da Igreja Reformada; a fabricação do açúcar e a exploração do pau-brasil; os problemas de aprovisionamento da colônia; a crise

comercial do Brasil holandês e os melancólicos últimos anos de Nassau entre nós.

Na seleção dos textos incluídos nas partes 1 a 3, deu-se preferência, na medida do possível, às narrativas na primeira pessoa, ao testemunho de quem participou dos acontecimentos ou a eles assistiu. Destarte, buscou-se produzir aquela *enargeia*, a capacidade de gerar no leitor a revivência do episódio, qualidade privilegiada pela retórica clássica, que a definira como "a parte do discurso que põe a coisa como diante dos olhos". Como recorda em livro recente Carlo Ginzburg: "para gregos e romanos, a verdade histórica se fundava na *evidentia* (o equivalente latino da *enargeia* proposta por Quintiliano)". E o historiador italiano cita uma das passagens de Filóstrato, que, descrevendo o escudo de Pirro numa pintura grega, sublinhava: "E se observares também os rebanhos de bois que se encaminham para o pasto, seguidos pelos pastores, talvez não te maravilhes com a cor, se bem que sejam todas feitas de ouro e de estanho. Mas que tu quase os ouças mugir, assim pintados como estão, e que te pareça ouvir o rumor do rio, ao longo do qual estão os bois — não é este o cúmulo da vividez [*enargeia*]?".

Trata-se do que Roland Barthes chamou "efeito de real", ou "ilusão referencial", ao criticar a tendência a desprezar o que se reputam meras notações

anódinas, como em Michelet, ao narrar a execução de Charlotte Corday: os detalhes aparentemente ociosos que aduz são contudo altamente funcionais na recriação de uma atmosfera, no exemplo citado o fato de que, antes da chegada do carrasco, Charlotte "recebeu a visita de um pintor que fez seu retrato", até que, "ao cabo de hora e meia, bateu-se ligeiramente numa porta que se achava por trás dela". Consoante Barthes, na perspectiva da análise estrutural, "tais notações são escandalosas (do ponto de vista da estrutura), ou, o que é ainda mais inquietante, elas parecem ligar-se a uma espécie de luxo da narração, pródiga a ponto de utilizar detalhes 'inúteis', aumentando assim, em certos trechos, o custo da informação narrativa". E aduzia o grande semiólogo: "Que o carrasco suceda ao pintor, apenas isto é necessário à história; o tempo de duração da pose, a dimensão e a posição da porta são inúteis". Na realidade, "o tema da porta, a doçura da morte que bate têm um valor simbólico indiscutível". "A história (o discurso histórico: *historia rerum gestarum*) é de fato o modelo dessas narrativas que admitem preencher os interstícios de suas funções mediante notações estruturalmente supérfluas." Na língua portuguesa mesma, Fernão Lopes em Portugal e, entre nós, frei Manuel Calado são exemplos eminentes da utilização da *enargeia*.

Ocorreu que a historiografia atual, ao preço de tornar-se muitas vezes ilegível, rejeita e ignora a *enargeia*, pelo temor a não parecer científica. (Em toda a moderna historiografia brasileira, só consigo lembrar-me, mas posso estar cometendo injustiça, de algumas páginas de Gilberto Freyre, como o parágrafo inicial do primeiro capítulo de *Ordem e progresso*, e de Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e fronteiras*, autores ambos de marcada qualidade literária.) Hostilizada, a "vividez" refugiou-se nos documentos históricos de caráter narrativo ou rememorativo, como os que se timbrou em incluir na presente coletânea, mesmo em detrimento de documentos oficiais "objetivos". A esperança do organizador reside em que esses velhos textos venham a convencer o leitor de que um documento pode ser mais interessante, e frequentemente o é, do que toda uma monografia histórica.

Quem desejar adentrar-se nos labirintos da história do Brasil holandês, pode percorrer a síntese de C. R. Boxer, *The Dutch in Brazil*, *1624-1654*. Ela oferece ainda a melhor visão de conjunto do período, embora tenha sido publicada há pouco mais de cinquenta anos e que, de lá para cá, a historiografia da presença batava no Nordeste tenha sido enriquecida de maneira notável pela obra de alguns historiadores e particularmente de J. A. Gonsalves de Mello.

Esta coletânea só se tornou possível pelo trabalho acumulado de gerações de historiadores, a começar pelos pernambucanos que, desde finais do século XIX, se dedicaram à tarefa de verter para a língua portuguesa uma boa quantidade de textos holandeses: José Higino Duarte Pereira, Alfredo de Carvalho, Pedro Souto Maior e J. A. Gonsalves de Mello. A eles, reuniram-se recentemente outros estudiosos, brasileiros e estrangeiros, cuja contribuição é referida nas notas infrapaginais. É um labor desta natureza que permite compreender o caráter cumulativo do conhecimento histórico. O organizador agradece a colaboração eficiente de Lúcia Garcia na recolha dos textos aqui incorporados.

Ao longo destas páginas, a Holanda, que na realidade era uma das entidades que compunham a antiga República das Províncias Unidas dos Países Baixos, designa toda a confederação, como já se praticava no século XVII. O adjetivo “flamengo”, utilizado pelas fontes portuguesas, também se referia aos neerlandeses, embora Flandres pertencesse aos Países Baixos espanhóis, as dez províncias que permaneceram sob o domínio castelhano, passando ao austríaco em decorrência da paz de Utrecht (1713). Nada garante, porém, que o obscuro colono estrangeiro que deu o nome de Flamengo à praia do Rio de Janeiro tenha sido

realmente neerlandês. Aliás, ser chamado de flamengo constituía motivo de indignação por parte dos holandeses na rotina dos seus contatos com os luso-brasileiros do Nordeste.

PARTE 1

A guerra de resistência

1.

Por que o Brasil? Por que o Nordeste?

Na escolha do Brasil como alvo do ataque empresado pela WIC pesou uma variedade de motivos. A América portuguesa constituiria o elo frágil do sistema imperial castelhano, em vista da sua condição de possessão lusitana, o que conferia à sua defesa uma posição subalterna na escala das prioridades militares do governo de Madri. Contava-se também com a obtenção de lucros fabulosos a serem proporcionados pelo açúcar e pelo pau-brasil, calculando-se que, uma vez conquistada a um custo máximo de 2,5 milhões de florins, a colônia renderia anualmente cerca de 8 milhões de florins. Outro argumento favorável ao ataque contra o Brasil dizia respeito ao fato de que, enquanto os centros do poder espanhol no Novo Mundo estavam concentrados no altiplano, o que tornaria a ocupação tarefa complexa e onerosa, os núcleos de população portuguesa situavam-se ao longo do litoral, ao alcance do poder naval batavo. Por fim, o Brasil poderia proporcionar excelente base de operação contra a navegação espanhola no Caribe, contra a navegação portuguesa com o Oriente, sem falar na proximidade das minas de prata do Peru, cuja

distância da costa brasileira era então subestimada pela cartografia.

Em 1624, três anos decorridos da fundação da Companhia das Índias Ocidentais, publicava-se em Amsterdã um folheto de autoria de Jan Andries Moerbeeck intitulado "Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil". O autor resumia em poucas folhas as razões estratégicas e econômicas em prol de um ataque bem-sucedido à América portuguesa.

> Embora a terra do Brasil seja maior do que toda a Alemanha, França, Inglaterra, Espanha, Escócia, Irlanda e os dezessete Países Baixos juntos, e embora os portugueses se tenham fixado em umas boas quatrocentas milhas ao largo das costas marítimas, sendo eles milhares em número, contudo há apenas dois lugares mais importantes do mesmo país, isto é, a Bahia e Pernambuco. E tendo sido os mesmos ocupados e fortificados e em se tendo feito algumas fortificações em certos lugares, colocando nelas algumas guarnições competentes, a Companhia das Índias Ocidentais não somente se tornará senhora do país inteiro, como poderá manter a sua posse [...].
>
> Estes dois lugares, isto é, a Bahia e Pernambuco (nos quais consiste este grande país, conforme já disse), não dispõem de forças consideráveis ou fortalezas, de modo que, com a graça de Deus, os mesmos poderão ser e serão ocupados [...] principalmente se a Companhia das Índias Ocidentais para aí enviar oficiais corajosos, bons soldados, mestres ou engenheiros experimentados e adequados instrumentos de guerra [...].
>
> O rei da Espanha, o clero e os negociantes particulares de Portugal têm naquele país grandes capitais consistentes de terras, rendas, empréstimos sobre plantações, assim como

mercadorias, que não se encontram muito para o interior, porém perto das duas mencionadas cidades. Assim, elas podem ser atacadas, confiscadas e conquistadas conjuntamente pela Companhia das Índias Ocidentais [...] De tudo isso aparece claramente que a Companhia das Índias Ocidentais recobrará, com proveito, as despesas feitas e em breve tempo, tendo-se em vista principalmente a presa que será encontrada nas duas referidas cidades e nos lugares vizinhos, a qual consistirá de mercadorias, navios, munições de guerra, produtos da terra, rendas, dívidas das plantações [...] pois durante a pilhagem dos habitantes por parte dos soldados e marinheiros, tudo isso reverteria à Companhia. Os soldados e marinheiros obterão também muita presa tanto em moeda corrente como em joias, pratarias, vestidos preciosos, linho e outras coisas [...] Se a Companhia das Índias Ocidentais permitir, de boa vontade, essas pilhagens, obterá tão grande reputação que, em todos os tempos, poderá dispor de tanto pessoal quanto precisar [...].

Desta terra do Brasil, podem anualmente ser trazidas para cá e aqui vendidas ou distribuídas 60 mil caixas de açúcar. Estimando-se as mesmas atualmente em uma terça parte de açúcar branco, uma terça parte de açúcar mascavado e uma terça parte de açúcar panela, e avaliando-se cada caixa em quinhentas libras de peso, poder-se-ia comprar no Brasil, sendo estes os preços comuns nesse país, o açúcar branco por oito vinténs, o mascavado por quatro e o panela por dois vinténs a libra, e revender respectivamente por dezoito, doze e oito vinténs a libra; e descontando-se doze florins de carga e de pequenas despesas por cada caixa, ter-se-ia um lucro de aproximadamente 53 toneladas de ouro.[1] As mesmas 60 mil caixas de açúcar custam no Brasil, conforme a citada compra, aproximadamente as 35 toneladas de ouro que a Companhia das Índias Ocidentais poderá pagar, em sua maior parte, com mercadorias, lucrando com isso ao menos 30% e podendo ainda vender bem as suas mercadorias com 30% de vantagem sobre os preços que Portugal costuma cobrar. Donde resulta que a Companhia terá ainda um lucro anual de dez toneladas de ouro. O pau-brasil, que compete anualmente ao rei da

> Espanha, vale uma tonelada de ouro, livre de despesas [...] De outras diversas mercadorias, como tabaco, gengibre, xaropes, doces etc., a Companhia tirará anualmente um lucro de três a quatro toneladas de ouro. [...] Da comunidade aí residente, a Companhia das Índias Ocidentais poderá tirar anualmente, com o emprego de bons métodos, cuja enumeração é aqui desnecessária, pelo menos três a quatro toneladas de ouro. [...] Os dízimos dos bens que o clero possui valem também anualmente três a quatro toneladas de ouro [...] Todas as terras e rendas confiscadas do rei e do clero deverão produzir anualmente umas três a quatro toneladas de ouro.
>
> Tudo isso junto importa em cerca de 77 toneladas de ouro que a Companhia das Índias Ocidentais poderá tirar anualmente destas terras. Deduzindo-se desse total as despesas anuais para a guerra tanto no mar como em terra, a fim de manter em sujeição tais lugares e defendê-los contra o rei da Espanha, as quais importarão aproximadamente em 27 toneladas de ouro, resta ainda para a Companhia um lucro anual de cinquenta toneladas líquidas de ouro, obtido com emprego de capital menor que esta quantia. Para isso, porém, é necessário que se proceda com prudência, ordem e habilidade.[2]

Acreditava-se igualmente que a posição geoestratégica do Nordeste era superior quando comparada à do Caribe. É o que afirmarão dois funcionários da WIC, o primeiro Johan Nieuhof, que escreveu uma crônica valiosa de seus nove anos de Brasil holandês, onde atuou como agente comercial, chefe da corporação de estivadores do Recife e fiscal da pesagem do açúcar naquele porto. Aliás, depois de sua experiência brasileira, Nieuhof serviu também a Companhia das Índias Orientais (VOC), vivendo na Batávia e participando de uma embaixada comercial enviada à China.

> Entre todos os portos e regiões das Índias Ocidentais nenhum só existe que se possa comparar ao Brasil, quer na produção de açúcar, quer nas facilidades que oferece para o seu transporte. Todo o litoral brasileiro está literalmente tarjado de pequenos cursos d'água que vêm lançar ao mar após terem banhado extensos vales. Por isso, os engenhos de cana erigidos nas regiões ribeirinhas desfrutam grande economia tanto no transporte como na mão de obra. Além de moverem esses rios os engenhos instalados em suas margens, servem eles para o transporte do açúcar e constituem via fácil para o abastecimento das fábricas. Condições assim tão vantajosas não se encontram em nenhum outro país das Índias Ocidentais, e, por isso, neles não se poderia cuidar com lucro da cultura da cana. Também a exportação do açúcar do Brasil para a Europa e para a África faz-se com mais facilidade que de qualquer outro ponto das Índias Ocidentais, graças à posição geográfica do Brasil (situado na parte mais ocidental da América). E tais vantagens, no que respeita ao transporte de mercadoria tão necessária e útil a todas as nações do mundo, como é o açúcar, não as pode ultrapassar nem a natureza nem o engenho humano.[3]

Outro funcionário colonial, Johan van Walbeeck, tocava a mesma tecla. Walbeeck foi funcionário da WIC no Brasil entre 1630 e 1633, depois de ter cursado filosofia, matemática e física na Universidade de Leiden. Regressou ao Recife em 1640 como assessor do governo de Nassau e da junta que o substituiu, cargo em que permaneceu até 1646. Em relatório apresentado à direção da WIC na Holanda, Walbeeck afirmava em 1633:

> Nenhum país aparece situado tão vantajosamente para os nossos Países Baixos, pois é o mais oriental e mais próximo de toda a América meridional, de modo que uma viagem comum, seja de ida, seja de volta, pode ser calculada em dois meses.

> Uma vez de posse desta parte setentrional do Brasil, cortaríamos o sul do Brasil pela capitania da Bahia ao português, e, podendo nossos artigos ser transportados mais barato e gravados de muito menos impostos, destruiríamos todo o seu comércio de açúcar, que, por havermos apoderado da maior parte do comércio das Índias Orientais, é ainda o único recurso da coroa de Portugal. Mas além disso teríamos meio de dar ao comércio mais importância ainda, porque sendo no Brasil a exportação de gengibre proibida pelo rei em proveito de Castela, poderíamos permitir esta exportação, e o país, tão apropriado a esta cultura como à da cana-de-açúcar, beneficiar-se-ia com tal permissão e assim Castela a perderia inteiramente. Também o algodão pode ser cultivado com êxito, se bem que agora que ele é, por assim dizer, nativo, se lhe dê pouca ou nenhuma atenção, porque os portugueses não se ocupam senão com o açúcar.[4]

Já em 1621, à raiz da fundação da WIC, o francês La Ravardière, cuja ocupação da ilha de São Luís fora anos antes liquidada por uma expedição luso-brasileira que partira do Recife, entabulou negociações na Holanda a respeito de nova tentativa contra o Brasil. Soube-o a Coroa espanhola, que através do embaixador em Paris procurou suborná-lo para que desistisse da empreitada. É provável que o tenha conseguido, pois La Ravardière não parece ter voltado a cogitar da América portuguesa. Contudo, anos depois, um dos companheiros que estivera preso com ele em Olinda depois da expulsão dos franceses do Maranhão apresentou aos diretores da WIC uma memória intitulada "Discurso sobre a tomada de Pernambuco", na qual formulava várias sugestões para a segurança do Brasil holandês. O

companheiro anônimo de La Ravardière registrou também as observações que pudera fazer quando da sua estada em Olinda.

> Os acontecimentos do Maranhão após a rendição permitiram que, por uma certa razão de Estado, me fizessem ver tudo quanto havia em Pernambuco e nas terras circunvizinhas, onde estive dois meses inteiros, após uma permanência de quatro anos no país do Brasil. Nada esqueci do que ali há de notável, desde Pernambuco até o rio das Amazonas, não obstante o fato de Gaspar de Souza, então governador-geral do Brasil,[5] não ter ficado satisfeito com a nossa chegada. Entretanto, dissimulando o seu desgosto, ele nos fez uma bela recepção, tanto por motivo da aliança que os nossos reis haviam estabelecido quanto principalmente por nos fazer conhecer a força do país, tendo para esse fim feito reunir todos os senhores de engenho e quantidade de soldados, aliás muito mal armados, os quais poderiam somar 1.500 homens, quer a pé quer a cavalo. O senhor de La Ravardière, em cuja companhia eu me encontrava, percebeu incontinente o desígnio com que isto se fazia. Escolheram a propósito o anoitecer para nossa entrada na cidade [de Olinda], por temerem que observássemos a insuficiência da sua artilharia [...]. Mas o que faz as coisas mais agradáveis é que agora se encontra comumente no país o que lhe era exótico no passado, pois que a curiosidade dos portugueses, querendo todas as coisas na medida do seu gosto, levou-os a transferir para ali muitas plantas estrangeiras tanto da Europa quanto da África; assim o trigo e a cevada desenvolvem-se muito bem e em grande abundância, do Rio de Janeiro até São Vicente. As laranjas e os limões de diversas espécies são tão vulgares por todo o país que são encontrados comumente nas matas, ultrapassando em bondade os de Portugal; os figos, as uvas e as romãs dão duas novidades por ano. As uvas são encontradas tão somente nos pomares, pois há proibição expressa de fabricação de vinho para não estorvar o que vem das Canárias, que é ordinariamente vendido em todo aquele país. Há ainda tâmaras

> tão boas quanto as de África, também em pomares particulares, como o dos jesuítas de Pernambuco. Os melões frutificam todos os meses e os marmelos aí crescem naturalmente. Quanto aos frutos do país, há grande abundância deles, muito diversos dos nossos. Cultivam ordinariamente a mangaba, que é um fruto quase semelhante ao pêssego mas sem o caroço, tendo somente algumas pequenas sementes achatadas. Há também *morguoyaperos*, maracujás, ananases, araticuns, todos frutos excelentes, mas a mangaba excede a todos em bondade.
>
> Quanto aos legumes e hortaliças há couves e a beldroega, que são comuns, as ervilhas, os feijões, as batatas e as abóboras de diversas espécies nos seus pomares. Como pão ordinário dispõem do milho graúdo e de uma raiz, da qual fazem a farinha chamada mandioca, base e principal alimento dos índios, sem dúvida muito boa e bem sadia para comer. Têm ainda a árvore chamada do caju, com o qual fazem uma espécie de vinho muito bom, e em certos lugares a árvore que produz os cocos, que eu creio foi trazida de África.
>
> Toda a costa do mar é muito piscosa, como o são também todos os rios, que produzem excelentes peixes. O peixe-boi é muito comum, principalmente para os lados do Maranhão, no rio que ali existe. Muita caça há por toda a parte, veados e javalis andam aos bandos; o javali é semelhante ao nosso, exceto que o daquele país tem o umbigo no dorso. Enfim, esta é uma terra onde não se pode morrer de fome.[6]

A Holanda não possuía apenas os meios financeiros e militares com que realizar seu programa colonial. Ela possuía também, desde o século XVI, uma rica tradição cartográfica. Jan Huigen van Linschoten, autor de uma narrativa de viagem e permanência no Oriente, anexara a seu texto um valioso roteiro da costa brasileira. Outro batavo, Diederick Ruiters, que fora prisioneiro na Bahia, publicou em 1623 o *Toortse der zeevaert* (Tocha da

navegação), contendo a descrição do nosso litoral, além do da Guiné e Angola. Nas Províncias Unidas, conhecia-se mesmo, graças à relação elaborada por certo José Israel da Costa, a produção de açúcar branco e retame de cada uma das fábricas existentes em Pernambuco, Itamaracá e na Paraíba. Eles dispunham igualmente do *Livro que dá razão do Estado do Brasil*, redigido pelo sargento-mor do Estado, Diogo de Campos Moreno, de ordem de Felipe IV; e dos próprios *Diálogos das grandezas do Brasil*, cujo apógrafo pertence à Biblioteca de Leiden. Ademais, toda uma literatura náutica da lavra de pilotos e marinheiros holandeses e portugueses estava ao alcance da WIC, que tinha como um de seus diretores o geógrafo antuerpiano Johan de Laet, que a compilava cuidadosamente. Para que o leitor tenha uma ideia da minúcia das informações de toda a espécie que os holandeses reuniram sobre o Brasil, eis a descrição da cidade da Paraíba feita por um holandês, Assuerus Corneliszoon, aprisionado na baía da Traição (1625) quando a armada holandesa de Boudewijn Hendrickszoon, de regresso à metrópole depois da perda de Salvador, fez aguada naquela praia.

> O castelo[7] fica não longe para dentro na margem sul;[8] paredes de terra em forma semicircular, o lado reto contra a água, com oito peças de ferro voltadas para a água. Terra adentro, há casas. Rio adentro, a menos de um tiro de canhão do castelo, pode-se ancorar, porque fica-se lá por detrás de uma curva donde o castelo torna-se invisível. Assim desembarcados, pode-se seguir marchando para a cidade: um

caminho aberto pelo campo, com mato dos dois lados, a passagem tão larga que dois cavalos podem trotar lado a lado, o mato na margem sendo muito denso. Do castelo à cidadezinha são três léguas espanholas; primeiro para sudoeste e depois para oeste, tudo terra dura até a cidade. A cidade tem ao longo da água (que é uma enseada do rio que se estende para sul) uma muralha provida de duas peças de ferro e, ao lado dela, há algumas casas à maneira de um subúrbio. Destas casas, um caminho largo sobe um pouco íngreme a colina na distância de um pequeno tiro de mosquete até a cidadezinha, que não tem muralha, de perímetro reduzido e poucas casas muito isoladas. Tem conventos de São Francisco, de Nossa Senhora do Carmo, de São Domingos[9] e algumas igrejinhas e grandes armazéns cobertos de telhas. O governador era Pedro Cadena [de Vilhasante]. Tem duas companhias de cem brancos cada e uma companhia de brasilianos com arcos e flechas, entre os quais alguns mulatos comandantes. Os cidadãos são artesãos. O terreno da cidadezinha é alto, raso no topo, não muito fértil e sem roças. Desde a cidadezinha avistam-se dois engenhos de açúcar ao norte; os outros ficam no interior. Rio acima pode-se navegar até alguns engenhos em barcos, mas a maioria deles fica no interior. Da cidadezinha à estrada de Pernambuco são sete léguas para oeste; neste caminho fica o engenho do governador.[10] O caminho para o engenho é largo, de modo que dois carros de boi e outros podem cruzar-se; de ambos os lados há mato, aqui e ali um monte calvo com arbustos. As mencionadas sete léguas são um bom caminho com muitas planícies, montes calvos e também mato. Perto e ao lado deste caminho, a mais de quatro léguas da cidadezinha, há um grupo de três engenhos à maneira de uma aldeia. Ao norte, há mais engenhos ainda, de maneira que no total há 36 nesta capitania,[11] que se acham a até catorze léguas no interior, e também agrupados como numa aldeia. Havendo dificuldades na cidadezinha ou no castelo, eles atiram para advertir a gente, e nesse caso reúnem aproximadamente mil homens entre brancos e negros. A distância entre o engenho de Cadena e

> Pernambuco [isto é, Olinda] é avaliada em vinte léguas. Do castelo da Paraíba à baía da Traição são sete léguas. Viaja-se pelo interior sem necessidade de passar rios senão até a altura dos joelhos, pelo mesmo caminho que o açúcar do engenho que fica perto de Traição. Indo pela praia da Paraíba à baía da Traição, passam-se dois rios: um a aproximadamente duas léguas da Paraíba, o qual tem profundidade dos joelhos à cintura; o outro, o Mamanguape, que é passado num bote. É tão largo que torna-se impossível advertir a gente na outra margem por gritos; comunicam-se com a gente da margem do norte por meio de fogos. Dista umas três léguas e meia da Paraíba; pelo caminho, há diversas casas de camponeses mas não há engenhos.
>
> Ao norte do rio Paraíba mora muita gente e lá está uma igrejinha. Acha-se lá um barco para subir o rio.[12]

A Bahia e Pernambuco foram assim desde o começo os alvos prioritários do ataque neerlandês ao Brasil. A conquista de ambos foi confiada a uma expedição que compreendia 26 navios e 3300 homens, sob o comando do almirante Jacob Willekens, cujas instruções determinavam que, tomada a Bahia, atacasse Pernambuco. Fins de abril, começos de maio de 1624, a armada da WIC surgiu diante da capital da América portuguesa. A 9 de maio, as tropas comandadas por Jan van Dorth desembarcaram sob a proteção de cerrado bombardeio que aterrorizou a população, levando-a a abandonar a cidade pela segurança do Recôncavo. No dia seguinte, os neerlandeses entraram sem oposição na capital da América portuguesa, onde se depararam apenas com o

governador-geral Diogo de Mendonça Furtado. Mas eles logo constataram a dificuldade de estender sua presença para além dos muros de Salvador, onde se acharam encurralados pelas guerrilhas luso-brasileiras do Arraial do Rio Vermelho, os quais, sob a chefia do bispo d. Marcos Teixeira, e depois, de d. Francisco de Moura, ofereceram forte resistência às tentativas de penetração dos contingentes batavos. O bispo transmitiu seu posto ao capitão-mor designado em Pernambuco, Francisco Nunes Marinho de Eça, que fora capitão-mor da Paraíba, e que deu prosseguimento aos assaltos e emboscadas cuja eficácia logrou acuar o inimigo dentro de Salvador.

A partida da armada de Willekens e a dos navios do vice-almirante Piet Heyn para a costa africana deixaram a tropa neerlandesa desprotegida. Com a morte de Van Dorth, vitimado numa dessas emboscadas, o moral da tropa deteriorou-se celeremente. Sucedeu-o no comando Albert Schouten, que também faleceu mas por excesso de bebida, sendo substituído pelo irmão Willem. Em vista da fraqueza militar e da desmoralização reinante, foi sem maiores problemas que uma poderosa armada luso-espanhola sob o comando de d. Fadrique de Toledo, na qual se alistou boa parte da nobreza lusitana, reconquistou Salvador a 30 de abril de 1625. Pela primeira vez na história das

guerras holandesas no Brasil, tornava-se evidente a vantagem geopolítica de que desfrutava Portugal relativamente a um inimigo, cuja esmagadora superioridade naval ficava imobilizada nos meses de outono-inverno pelas condições de navegação no mar do Norte e no canal da Mancha. Demasiado tarde (fins de maio), despontaram no horizonte os reforços enviados das Províncias Unidas, sob as ordens de Boudewijn Hendrickszoon, que prudentemente desistiu de enfrentar a armada luso-espanhola, singrando para o Caribe e ancorando, a caminho, na baía da Traição (Paraíba).

No decurso de 1627-30, a WIC compensou-se do fiasco baiano. Esses anos foram especialmente críticos para a navegação portuguesa do Brasil, devido aos apresamentos efetuados pela Companhia e por seu aliado, o corso zelandês (para não falar no corso barbaresco), calculando-se que a média anual de navios empregadas na carreira teria declinado de trezentas para cem naves. Uma esquadra sob o comando de Piet Heyn atacou por duas vezes Salvador, capturando grande número de embarcações carregadas de produtos da terra. Em 1628, Piet Heyn entrou para os anais da história naval batava ao realizar a proeza de apossar-se da frota espanhola da prata na baía de Matanzas (Cuba), golpeando duramente as finanças já combalidas da monarquia ibérica e rendendo à WIC a

pingue soma de 8 milhões de florins, graças à qual pagou dividendos aos acionistas (75%) pela única vez na sua história. Tal façanha serviu sobretudo para financiar um novo projeto contra o Brasil: a conquista da capitania de Pernambuco e suas vizinhas (Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte), que, em termos do mercado mundial, representavam então a mais importante área de produção açucareira, com volume que atingia 659 mil toneladas de açúcar ou 33 mil caixas. Em 1630, entre o Potengi ao norte e o São Francisco ao sul, existiam 160 engenhos, dos quais 149 safrejavam.

Cerca de quinze anos antes da invasão holandesa, certo cristão-novo, chamado Ambrósio Fernandes Brandão, redigia nos seus vagares de senhor de engenho os *Diálogos das grandezas do Brasil*, no qual dois reinóis, Brandônio, há muito domiciliado na terra, e Alviano, recém-chegado a ela, entretêm-se largamente acerca das riquezas da colônia. A atribuição da autoria dos Diálogos a Ambrósio Fernandes Brandão foi originalmente feita por Capistrano de Abreu e amplamente confirmada pelas pesquisas de J. A. Gonsalves de Mello, que publicou a edição completa da obra com base no apógrafo existente na Biblioteca de Leiden. Ambrósio já se achava em Pernambuco pelo menos desde 1583, tendo participado da conquista da Paraíba e trabalhado como recebedor do imposto do dízimo, cuja

cobrança estava então arrendada a seu patrão, Bento Dias de Santiago. Posteriormente, foi senhor de engenho em Pernambuco e, passando à Paraíba, aí fundou outros três que, quando da invasão holandesa, pertenciam a seus descendentes. Nos *Diálogos*, os holandeses teriam podido ler esta descrição de Pernambuco:

> Essa capitania é tal que se antecipa a sua riqueza e abundância à fama que dela dão os que a viram pelo olho. É de senhorio, porque de presente é capitão e governador dela, por Sua Majestade, Duarte Coelho de Albuquerque, a quem importam as pensões, redízima e outros direitos que dela colhe, em cada ano, ao redor de 20 mil cruzados, importando os seus dízimos, alfândega, pau do Brasil, no estado em que hoje está, à fazenda de Sua Majestade, perto de 100 mil cruzados, isto afora os açúcares que se navegam e entram nas alfândegas do Reino, onde pagam os direitos devidos. [...] Chama-se a principal vila do seu distrito, aonde concorre e se ajunta todo o comércio, Olinda, nome que lhe deram seus primeiros povoadores depois que descobriram de um alto onde está situada a formosa vista que campeia, a qual, pela exagerarem por tal, disseram "oh! linda!".
>
> Está esta vila situada em uma enseada da qual saem duas pontas ao mar: de uma delas se forma o cabo tão conhecido no mundo por de Santo Agostinho, e a outra se chama a ponta de Jesus, por estar nela situado um formoso templo dos padres da Companhia, chamado do mesmo nome. Contém em si toda a capitania cinquenta léguas de costa, que toma princípio de onde parte com a ilha de Tamaracá até o rio de São Francisco, e dentro nelas há infinitos engenhos de fazer açúcares, muitas lavouras de mantimentos de toda a sorte, criações sem conta de gado vacum, cabras, ovelhas, porcos, muitas aves de volataria e outras domésticas, diversos gêneros de frutas, tudo em tanta cópia que causa maravilha a quem o contempla e com curiosidade o nota.

Dentro na vila de Olinda habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito preço, de toda a sorte, em tanta quantidade que semelha uma Lisboa pequena. A barra do seu porto é excelentíssima, guardada de duas fortalezas bem providas de artilharia e soldados que as defendem; os navios estão surtos da banda de dentro, seguríssimos de qualquer tempo que se levante posto que muito furioso, porque tem para a sua defensão grandíssimos arrecifes aonde o mar quebra. Sempre se acham nele ancorados, em qualquer tempo do ano, mais de trinta navios, porque lança de si, em cada um ano, passante de 120 carregados de açúcares, pau do brasil e algodões.

A vila é assaz grande, povoada de muitos e bons edifícios e famosos templos, porque nela há o dos padres da Companhia de Jesus, o dos padres de São Francisco da Ordem Capucha de Santo Antônio, o mosteiro dos carmelitas e o mosteiro de São Bento, com religiosos da mesma Ordem; em todos esses mosteiros assistem padres de muita doutrina, letras e virtudes. De pouco tempo a esta parte a dividiu Sua Santidade, com as mais capitanias de Tamaracá, Paraíba e Rio Grande, do bispado da Bahia de Todos os Santos, criando nelas novamente por administrador Antônio Teixeira Cabral, prelado mui consumado nas letras e virtudes, com título de administrador da Paraíba. Acha-se mais na vila um recolhimento para mulheres nobres com nome de mosteiro de freiras, posto que até o presente vivem sem regra.

É capaz toda a capitania de Pernambuco de pôr em campo 6 mil homens armados, com oitocentos de cavalo, porque toda a gente nobre são por extremo bons cavaleiros, e por se prezarem muito disso costumam ter seus cavalos bem ajaezados e paramentados. Os padres da Companhia têm escolas públicas, onde ensinam a ler e escrever e latinidade, e pelos mais mosteiros se leem as artes e teologia donde saem consumados teólogos.[13]

Outra excelente descrição da Olinda *ante bellum* é a que traçou frei Manuel Calado do Salvador,

alentejano de Vila Viçosa, religioso da Ordem de São Paulo e alguém que vivia na terra há alguns anos como lavrador de mandioca em Porto Calvo. Calado bem pode ser chamado de o nosso Fernão Lopes, pois suas descrições têm a mesma intensa qualidade gráfica dos textos do grande cronista português do século XV. Previsivelmente, a visão de Calado é acentuadamente providencialista, pois vê na conquista holandesa o castigo de Deus pelos pecados coloniais.

> Quem se houvesse achado na vila de Olinda, cabeça da grande capitania de Pernambuco e das demais da parte do norte, antes que os holandeses a ocupassem, e a tornasse a ver depois que nela entraram os holandeses e a renderam, sem muito parafusar em breve alcançaria que havia sobre ela caído a vara da justiça divina, à instância dos pecados em que estava enlodada. Era aquela república antes da chegada dos holandeses a mais deliciosa, próspera, abundante e não sei se me adiantarei muito se disser a mais rica de quantas ultramarinas o reino de Portugal tem debaixo de sua coroa e cetro. O ouro, a prata eram sem número e quase não se estimava; o açúcar tanto que não havia embarcações para o carregar, que com entrarem cada dia e saírem de seu porto grandes frotas de naus, navios e caravelas, e se andarem as embarcações encontrando umas com outras, em tal maneira que os pilotos faziam mimos e regalos aos senhores de engenho e lavradores para que lhes dessem suas caixas, não se podia dar vazão ao muito que havia. As delícias de mantimentos e licores eram todos os que se produziam assim no Reino como nas ilhas. O fausto e aparato das casas era excessivo, porque por mui pobre e miserável se tinha o que não tinha seu serviço de prata. Os navios que vinham de arribada ou furtados aos direitos do Peru ali descarregavam o melhor que traziam. As mulheres andavam tão louçãs e tão custosas

que não se contentavam com os tafetás, chamalotes, veludos e outras sedas, senão que arrojavam as finas telas e ricos brocados; e eram tantas as joias com que se adornavam que pareciam chovidas em suas cabeças e gargantas as pérolas, rubis, esmeraldas e diamantes. Os homens, não havia adereços custosos de espadas e adagas, nem vestidos de novas invenções com que se não ornassem; os banquetes cotidianos, as escaramuças e jogos de canas em cada festa se ordenavam. Tudo eram delícias e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso.

Entrou nela o pecado, foram-se os moradores dela, entre a muita abundância, esquecendo de Deus. E deram entrada aos vícios e sucedeu-lhes o que aos que viveram no tempo de Noé que os afogaram as águas do universal dilúvio, e como a Sodoma e Gomorra e às mais cidades circunvizinhas que foram abrasadas com fogo do céu. Desdourou-se esta terra com grande desaforo. As usuras, onzenas e ganhos ilícitos eram coisa ordinária, os amancebamentos, públicos sem emenda alguma, porque o dinheiro fazia suspender o castigo. As ladroíces e roubos sem carapuça de rebuço; as brigas, ferimentos e mortes eram de cada dia; os estupros e adultérios eram moeda corrente; os juramentos falsos não se reparava nisso. Os cristãos-novos seguiam a lei de Moisés e judaizavam muitos deles, como bem o mostraram depois que o holandês entrou na terra, que se circuncidaram publicamente e se declararam por judeus. Os ministros da justiça, como traziam as varas mui delgadas, como lhe punham os delinquentes nas pontas quatro caixas de açúcar, logo dobravam, e assim era a justiça de compadres. As causas das viúvas não entravam nas casas dos advogados para as amparar e defender, nem nas dos julgadores para as despacharem como era razão [...].

E tantas eram as injustiças que se faziam que um homem honrado chamado Gaspar de Mendonça, senhor do engenho dos Apipucos e sua povoação, vendo-se quase desesperado de uma injustiça notável que lhe fizeram, se pôs no meio da rua Nova e a altas vozes exclamou dizendo: "Aonde estão os irmãos da Santa Casa da Misericórdia, tão zelosos das obras

> de caridade e do serviço de Deus? Venham aqui para darem sepultura à justiça, que morreu nesta terra, e não há quem a enterre honradamente". E o ouvidor, estimulado desta queixa feita com tanta causa, mandou chamar o tabelião Luís Marreiros e com ele fez um auto de afronta, e quis prender ao sobredito Gaspar de Mendonça e castigá-lo (o que fizera se ele se não escondera). Finalmente os desaforos iam tanto de foz em fora que subindo ao púlpito, num dia solene, o padre frei Antônio Rosa[do], da Ordem do Patriarca São Domingos, o qual havia vindo a Pernambuco por visitador do Santo Ofício, vendo o que se passava, disse estas palavras: "De Olinda a Holanda, não há aí mais que a mudança de um i em a; e esta vila de Olinda se há-de mudar em Holanda, e há-de ser abrasada pelos holandeses antes de muitos dias, porque pois falta a justiça da terra, há-de acudir a do Céu". E assim como o dito padre o ameaçou, assim sucedeu em breves dias, como no seguinte capítulo se dirá.[14]

O despreparo militar em que vivia o Brasil foi amplamente analisado pelo sargento-mor do Estado, Diogo de Campos Moreno, um veterano da guerra de Flandres que em breve se distinguirá na campanha contra os franceses do Maranhão. Em preparação do seu *Livro que dá razão do Estado do Brasil* (1612), Campos Moreno redigiu uma valiosa "Relação das praças-fortes do Brasil", na qual indicou os pontos críticos da segurança da capitania, esboçando inclusive o cenário da conquista holandesa: Olinda sendo indefensável (ao contrário do Recife, como também constatará depois o governo holandês), uma armada inimiga poderia facilmente desembarcar na praia e barra de Pau Amarelo, a norte da vila, força suficiente que, marchando ao longo da praia,

assenhorear-se-ia facilmente dela, tanto mais que a guarnição era reduzida e que não se podia confiar nas forças da milícia.

Há nesta capitania treze companhias com todos seus oficiais, bandeiras e tambores, e passam algumas de duzentos homens e 220 homens de cavalo, com lanças e adargas, em quatro tropas com seus guiões e cabos, mui a ponto, de modo que tem esta capitania a esta conta mais de 4 mil moradores brancos que tomam armas, mas, como vivem espalhados por suas fazendas e não é justo deixá-las sós em poder de seus escravos, nunca no alardo geral se juntam nem a maior parte. Além disto, não têm obrigação algumas freguesias que vivem muito longe, como são Ipojuca e Alagoas e Una, de acudirem, mas lá se lhes fazem suas resenhas.

Esta vila de Olinda conforme ao sítio não tem modo algum de se fortificar, sempre ficará lugar aberto e exposto aos agravos da guerra, conforme a força com que for acometida, porque além de estar na costa do mar e ter diante a sua antiga barra, que hoje fica defronte do [convento do] Carmo, e com as caladas da noite ser todo aquele sítio para se poder combater e chegar à terra, tem também a quatro léguas, entre Itamaracá e a dita vila, o porto ou barra de Pau Amarelo, entre uns recifes e muito melhor que a do mesmo Recife, que hoje se usa, porque tem quatro braças e meia de baixa-mar de águas-vivas e podem em qualquer tempo entrar quaisquer naus e estar seguras e lançar em terra a gente que quiserem e dali aportarem donde lhes der gosto, em especial pela praia, marchando à dita vila, que a um repente dos moradores que se não juntam nem se podem juntar mais que seiscentos homens, quando muito, em que entram os do presídio, soldados pagos, que serão efetivos até sessenta e nunca passa daqui o seu número. Por maneira que, nas demais forças da vila, a um repente, como digo, não acho defesa suficiente tanto pelo número como pelos postos, que são separados e como tais também obrigam a dividir-se a gente, que doutra parte são moradores e os demais tendeiros adventícios, mercadores, e

quando hão-de tomar o arcabuz para pelejar, tomam o livro de razão e o fato para se acolher; e ninguém se engane com gente do povo, cuidando que nas suas mãos está a sua defesa, por muitas mostras e alardos que façam, que para pelejarem com soldados tem necessidade de muitas coisas que não pode ter o Brasil, pelo mal que se conservam entre nossa nação portuguesa nele, a saber, armazéns de munições e comida e fortificação donde se recolham, sem perder o posto e fugir para o mato.

Nesta conformidade se fizeram nesta vila ao longo da praia umas trincheiras que por aquela banda parece que defendem a embarcação, com alguns postos em que jogam algumas peças de artilharia, mas tudo de modo fabricado que para larga defesa não tem suficiência e nos baluartes delas há catorze peças de ferro que o tempo facilmente come e este modo e melhora de defesa tem o capitão-mor Alexandre de Moura com sua assistência e puro trabalho consertado bem e o conserva em peso para escudo e amparo mais da reputação que dos efeitos, e como tão grande servidor de Sua Majestade, enquanto traz e ordena as coisas pelo caminho fixo e proveitoso, sustenta estas a puro trabalho seu e dos moradores, que nisto gastam muito do tempo e da fazenda. Fazem conta que para guarnecer isto em 24 horas, por terra acodem de toda a parte muitas gentes e que acudindo fica remediado.

O porto de Pau Amarelo tem emboscadas metidas nos matos de gente de pé ao opósito daquela barra e de cavalo na praia descoberta, sempre batendo a estrada e a do caminho do Recife, porto principal, como fica dito. E com estas imagens, que sem dúvida hoje não pode haver outras, se persuadem que todas as coisas lhe ficam bem defendidas e desta confiança nasce o mau trato da gente de guerra como coisa que não importa muito, e as pagas em trapos e os oficiais da milícia criados em casa, os soldados, sapateiros e alfaiates, e enfim o dinheiro de Sua Majestade posto na pior gente da terra, que o menos que aprende é aquilo que para que se lhes dá e assim como comem o que se lhes dá não servem como querem, de que nasce no Brasil parecer coisa desnecessária o haver

soldados e a verdade como convém e como Sua Majestade manda o presídio, é coisa do céu e assim é bem que na qualidade e quantidade desta gente se façam as diligências que convêm para tirar fruto do que se gasta, porque nesta vila de Olinda mandam que haja cem soldados em uma companhia paga e para o Recife cinquenta e em todos não há sessenta e são dos que tenho referido, que são para fazerem a guarda ordinária e estarem prestes com as armas na mão, enquanto a gente se junta para fazerem rosto e acudirem donde for necessário. Também servem de sustentarem o respeito ao capitão e serem brida às fazendas da capitania, que como constam as dela em separação, cada morador na sua se tem por rei e como tal obra com seus criados e escravos, de modo que para uma e outra coisa é justo o presídio e necessário nestas terras novas, donde os humores vivem tão espalhados e tão diferentes [...].

> Toda a gente da ordenança desta capitania está repartida em treze companhias, afora os quatro guiões de cavalo, que tem a sessenta cavalos cada um, com seu cabo, como fica advertido; e dez vigários com alguns coadjutores que fazem de custo com todas as mais ordinárias dos mosteiros um conto seiscentos e dezessete mil réis.[15]

O leitor interessado numa reconstituição detalhada do casco urbano de Olinda encontra-a no relato de Johan Baers, predicante de Vreeswijck (Utrecht). Tendo oferecido aos diretores da WIC um folheto que publicara há pouco, foi por eles instado a seguir para o Brasil na qualidade de capelão de Diederick van Waerdenburch, comandante do exército de terra. Baers narrou seu passeio por uma Olinda recém-conquistada pelos seus compatriotas.

> Ela está situada em forma de ângulo no dorso de um alto monte, do qual uma extremidade é mais elevada do que a outra. No extremo mais alto do monte, acha-se o convento dos

jesuítas, sendo o extremo norte do lugar formado pelas encostas do mesmo monte. Para o lado sul, encontra-se o convento dos franciscanos, que tem um bonito pátio com uma bela fonte onde o povo vai buscar água para beber. Descendo o monte a partir do convento dos jesuítas, depara-se novamente com uma eminência sobre a qual se eleva a principal igreja paroquial do lugar, chamada Salvador [do Mundo], a Casa da Câmara, debaixo da qual se acha o açougue, e à direita, acima dela, a prisão, e uma grande parte da cidade, sendo a eminência em cima plana e igual. Também ali existe uma bela e larga rua, ultimamente chamada rua Nova, que foi a primeira rua da cidade. Porém, no extremo meridional onde está situado o hospital, chamado Misericórdia, desce o monte com tão áspero declive que quase não se pode subi-lo sem grande esforço e trabalho nem descê-lo sem perigo de cair-se, apesar de ver-se diante de si.

Chegando-se embaixo, no vale, onde acha-se uma encruzilhada na qual os mercadores se reúnem e costumam constituir a Bolsa, sobe-se logo de novo outra eminência, mas não empinada nem tão alta. E ali encontra-se a outra igreja paroquial chamada igreja de São Pedro e ali em volta acham-se muitas belas casas e muitos armazéns, porque este é o extremo da praça onde o rio vindo do Recife (do qual ainda falaremos) chega e corre pela parte ocidental. As casas não são baldas de conforto mas cômodas e benfeitas, arejadas por grandes janelas que estão ao nível do sótão ou celeiro, mas sem vidros, com belas e cômodas subidas, todas com largas escadarias de pedra porque as pessoas de qualidade moram todas no alto. Os umbrais de todas as portas e janelas são de pedra dura e pesada.

A cidade tem, como já disse, duas igrejas paroquiais, pois enquanto que a principal é chamada Salvador, a outra tem o nome de São Pedro; e possui cinco conventos: dos jesuítas, dos franciscanos, dos carmelitas, dos beneditinos e o convento das freiras.[16] A todos excede o convento dos jesuítas, que é muito grande e de bela construção em forma de quadrado e tem no centro um pátio. É alto de dois andares, com galerias

duplas ao longo dos mesmos, dos quais entra-se em todos os quartos situados em redor, em número de aproximadamente quarenta. Existem ainda alguns conventos e igrejas junto a Olinda, como que nos arrabaldes. Há ali uma igreja denominada Nossa Senhora do Amparo; outra chamada São João; ainda outra de nome Nossa Senhora de Guadelupe, e outra em cima do monte e por isso chamada Nossa Senhora do Monte. A igreja paroquial e as igrejas dos conventos são ricamente ornadas com dourados e muitos altares mas sem quadros preciosos nem outros.

Nós não encontramos na cidade pessoa alguma senão alguns negros e poucos portugueses velhíssimos que não puderam fugir, alguns doentes, aleijados e coxos que foram recolhidos em tratamento ao hospital chamado Misericórdia, sob a direção de um padre enfermeiro. Também foram achados poucos móveis, como cadeiras e bancos, caixões e arcas e outras obras de madeira e objetos domésticos, pouca prata ou dinheiro amoedado e outras alfaias preciosas ou joias, apesar de presumirmos haver ali muitos que possuíam mais do que deviam descobrir-nos ou dizer-nos. Eles, ao que parece, fugiram com os seus tesouros, e a maior parte dos bens para as aldeias, montes e engenhos do interior do país, tendo sido prevenidos da nossa chegada com alguma antecedência. Achamos ali quinhentas pipas de vinho de Espanha, noventa caixas de açúcar e também alguns barris e sacos com farinha de trigo e algum azeite. No Recife ainda foram encontradas setenta caixas de açúcar que escaparam ao incêndio. Do vinho encontrado o sr. almirante mandou distribuir algum entre a frota e todos os doentes foram logo tirados dos navios e postos em terra, sendo providos de vinho, azeite, farinha e todos os refrescos como laranjas, limões, cocos, repolhos etc., e para tratá-los foram mandados alguns enfermeiros dos navios respectivos em que tinham estado os doentes.

Antes da nossa chegada, existiam em Olinda para mais de 2 mil moradores, que eram todos portugueses, e três companhias de soldados. Havia também alguns cavaleiros que então se achavam em Olinda ou tinham vindo do interior e eram filhos de

camponeses ou senhores de engenho, sendo governador ou comandante um tal Matias de Albuquerque, cujo irmão, morador em Portugal, é senhor da capitania de Pernambuco. Toda a capitania de Pernambuco estende-se quarenta milhas para o sul ao longo da costa do mar até o rio de São Francisco, e para o norte cinco milhas até a ilha de Itamaracá ou a vila de Igaraçu, e para o interior, de quatro, cinco, seis, sete e até doze milhas e ali é que se acha e é extraído o pau-brasil. Existem na capitania de Pernambuco 131 engenhos, que são moinhos de açúcar, os quais produzem juntos anualmente para mais de 60 mil caixas de açúcar.[17]

2.
A conquista de Olinda e do Recife

Calculavam os diretores da WIC que, sendo Pernambuco capitania donatarial e não da Coroa portuguesa, o governo de Madri não se empenharia pela sua restauração como fizera no caso da Bahia, tanto mais que a posição militar da Espanha nos Países Baixos e no norte da Itália tornara-se especialmente crítica, em decorrência inclusive da recente declaração de bancarrota da monarquia castelhana. A decisão de atacar Pernambuco foi tomada em fins de 1628 e começos de 1629, mas só em junho pôde levantar ferro a armada entregue ao comando do almirante Hendrick Cornelisz Loncq, a qual teve de deter-se por vários meses nas vizinhanças do arquipélago de Cabo Verde, à espera dos navios que ainda faltavam. Compunham a armada nada menos do que 67 unidades, transportando 7 mil homens. A chefia das forças de terra fora confiada ao coronel Diederick van Waerdenburch, veterano da Guerra dos Trinta Anos. A 14 de fevereiro de 1630, a armada apontou diante de Olinda. Ao passo que o almirante Loncq bombardeava o porto do Recife, sem, contudo, conseguir ingressar no ancoradouro interno, lançava

seus homens ao norte de Olinda, na praia de Pau Amarelo.

> Entre Pernambuco [isto é, o Recife] e Pau Amarelo, só há terra baixa coberta de matagais; o alto de Pernambuco [isto é, Olinda] se estende para o interior. Entre Pau Amarelo e Igaraçu, que é uma cidade no interior sobre um rio, é terra alta; e de lá a Itamaracá, ela desce outra vez. Pau Amarelo é um porto que fica duas léguas e meia ao norte de Pernambuco, onde podem entrar os navios de cem toneladas. A costa lá faz uma enseada comprida de mais de uma légua. Ao sul de Pau Amarelo e uma légua ao norte da Ponta do Marim está o rio Tapado com algumas casinhas de pescadores. E uma légua ao norte de Pau Amarelo está o rio de Maria Farinha, pouco e no qual os barcos não podem entrar, a não ser na preamar. Entre Pau Amarelo e Itamaracá há aproximadamente seis milhas, de maneira que em frente de Itamaracá vereis a cidade de Olinda de Pernambuco com tempo claro e luz do sol.[1]

Da defesa de Pernambuco, fora incumbido o irmão do donatário Duarte de Albuquerque Coelho. Matias de Albuquerque era um brilhante oficial e administrador colonial que governara a capitania anos antes, assumindo interinamente o governo-geral do Brasil ao tempo da ocupação neerlandesa da Bahia, para onde despachara reforços continuados. Em 1629, ele fora enviado de regresso ao Brasil pelo governo de Madri, que, informado dos planos da WIC, o designara superintendente da guerra em Pernambuco e demais capitanias do Norte. Tendo dividido suas tropas pouco numerosas e inexperientes entre Olinda e o Recife, Matias de Albuquerque não pôde resistir ao inimigo, que levou

a melhor no combate travado às margens do rio Doce. Estava assim aberto o caminho de Olinda que os invasores conquistaram depois de curta resistência. Para a conquista de Olinda-Recife, o historiador dispõe de fontes que lhe permitem apreciar o episódio seja da perspectiva do comandante da força holandesa, seja da dos soldados da WIC, seja enfim da de um cronista português. O acontecimento foi assim relatado pelo coronel Waerdenburch ao governo neerlandês:

> Tendo encontrado na baía de São Vicente o general Lonck com os navios que o acompanhavam então (e depois de haver ali esperado algumas semanas para reunir os outros navios), dali partimos juntos com uma força total de 56 navios, fazendo-nos à vela em direção à costa do Brasil, que atingimos a 12 de fevereiro à altura de oito graus. E após madura deliberação, o conselho [de guerra] achou de bom aviso atacar o inimigo de dois lados diferentes, a saber: o general com a maior parte dos navios e iates por água, rumo ao Recife, e eu, com 2.400 soldados, trezentos marinheiros e mais trezentos outros em seguida, distribuídos em dezesseis navios, cerca de duas léguas ao norte da cidade [de Olinda], para aí desembarcá-los, o que foi realizado a 15 de fevereiro. E enquanto nossos navios, dirigindo-se naquele rumo, procuravam um lugar próprio para desembarque, o sr. general com toda a sua frota dirigiu-se ao Recife, mas os da cidadela [da povoação], informados de nossa aproximação, haviam feito afundar sete navios na embocadura, de modo que seu projeto teve de ficar sem efeito.
>
> Neste ínterim, embora uma grande multidão, tanto a pé como a cavalo, aparecesse na costa, desembarquei à tarde com a vanguarda nas chalupas e barcas, e dirigindo-me em direitura à praia, descemos à terra sob suas vistas, após o que o resto das tropas nos seguiu, com duas peças de ferro, de três libras. À noitinha, esperando, fomos obrigados a acampar na praia.

No dia seguinte pela manhã, muito cedo, depois de ter enviado todas as chalupas e barcas para bordo dos navios, dividi minhas tropas em três regimentos. A vanguarda, na qual eu em pessoa me encontrava, quer no tempo do desembarque, quer durante a marcha, era comandada pelo tenente-general Elst, o batalhão pelo tenente-general Steyn Callenfels e a retaguarda pelo major Honcks. Seguindo a praia, conduzi-os à cidade. De um lado, tínhamos uma mata bem espessa, de onde o inimigo podia causar-nos grandes danos, o que realmente aconteceu, principalmente perto do rio Doce, um riozinho da profundidade da metade da altura de um homem, que tivemos todos de passar a vau. Aproximando-nos, tive informação de que o inimigo, com uma força total de cerca de 1800 homens, quer de cavalaria, quer de infantaria, havia erguido um pequeno entrincheiramento perto do rio.

Entretanto, após um combate encarniçado com grande número de mortos e feridos, foi forçado a bater em retirada, de sorte que continuamos nosso avanço, fazendo ele o mesmo ainda uma vez, após o que avancei sem descanso contra a cidade. A meio caminho, aprisionamos alguns negros, mas não logramos nenhuma informação útil.

Atingindo a cidade, subi no alto em direção ao convento dos jesuítas com a vanguarda e o batalhão. Havia barricadas por trás das portas. Vendo-nos subir com tanta coragem e abrir essa portas, todos quantos ali se achavam fugiram igualmente, deixando diversos mortos e feridos, enquanto nós também tivemos a nosso turno alguns mortos.

Os que se encontravam nos entrincheiramentos e fortalezas embaixo, perto da praia, percebendo tudo isto e vendo a retaguarda avançar tão bravamente contra eles, fugiram como os outros, após elevado número de tiros de canhão; e tiveram alguns mortos e feridos. Abandonaram assim as suas duas fortalezas, das quais imediatamente se apoderou a retaguarda.

Cerca de quatro horas da tarde, eu era senhor da cidade, tendo perdido de cinquenta a sessenta soldados, quer durante a marcha (alguns, em virtude do forte calor, ficaram para trás e

foram abatidos), quer na conquista da cidade e das pequenas fortalezas, as quais não acho fácil mandar fortificar, por haver grande número de elevações que se dominam umas às outras. Assim, não mandei construir entrincheiramento senão no convento dos jesuítas, onde tenho o meu quartel, e em alguns caminhos, para garantir-nos contra uma invasão.[2]

Waerdenburch também relatou dias depois ao governo neerlandês o ataque ao Recife:

Dia 20 [de fevereiro de 1630], após madura reflexão, julgou-se de bom aviso tentar-se uma ação contra a cidadela, situada no arrecife ao lado da terra.[3] Para tal fim, dei ordens ao tenente-coronel Steyn Callenfels, que lhes deu bom desempenho, tendo assaltado esta fortaleza duas horas durante a noite e havendo causado doze mortes ao inimigo. Mas como nossas escadas fossem talvez demasiado curtas, considerou-se conveniente a retirada com cerca de vinte mortos e quarenta feridos, para não perder inutilmente homens de quem tínhamos necessidade, visto que, como estimo, toda a nossa força não pode apresentar atualmente senão 2 mil soldados em bom estado de saúde, havendo 896 doentes e 550 mortos aproximadamente. Por esta razão, a 23 de fevereiro julguei útil, com aprovação de todos os chefes do exército, atacar a cidadela por aproches, de modo que imediatamente foram dadas ordens para preparar-se todo o necessário, como faxinas e gabiões. Isto feito, iniciamos a tarefa a 27 de de fevereiro com quinhentos homens sob as ordens do tenente-general Elst, que na mesma noite levantou um entrincheiramento contra a cidade, entre a aldeia do Recife e a cidade, e ao dia seguinte, quase concluída uma bateria, foi à tarde o major Honcx rendê-lo. Eu próprio para lá me dirigi em pessoa, demorando-me até que no dia seguinte pela manhã, a bateria ficasse inteiramente pronta e três grandes canhões fossem assentados.

Com estas peças, manteve-se um fogo vivo durante todo o dia. No dia seguinte, 2 do mês corrente, não havendo cessado durante toda a manhã o fogo desses canhões, começaram eles a parlamentar, enviando um capitão, com o qual concordei em

> que deixariam a cidadela sem bandeiras e sem mechas acesas, deixando na fortificação toda a artilharia assim como todas as munições de guerra e de boca (presumimos, entretanto, que haviam lançado tudo ao mar durante a noite, porque ali não encontramos nem munições nem víveres). Além disso, tiveram de prometer que não farão a guerra contra Vossos Altos Poderes[4] durante um período de seis meses. Isto feito julguei de bom aviso intimar igualmente a render-se outra cidadela situada sobre o arrecife no mar.[5] Nesse meio tempo, de tudo informei o general e os outros membros do conselho, que tendo vindo tudo aprovaram e a guarnição saiu nas mesmas condições. No dia seguinte, 3 do corrente, dei ordem ao tenente-coronel Steyn Callenfels para realizar uma investida contra a ilha de Antônio Vaz,[6] situada em frente à aldeia do Recife, o que foi executado, fazendo-se o trajeto em algumas barcas. Entretanto, graças a Deus, havendo todos fugido quando da rendição das fortalezas, não encontrou ele nenhuma resistência, de modo que deixou como guarnição um destacamento de soldados no convento [franciscano] existente nesta ilha.[7]

Jovem de apenas dezoito anos, o estrasburguês Ambrósio Richshoffer, como tantos rapazes alemães no decurso dos vinte anos seguintes, alistara-se nos escritórios da WIC em Amsterdã para a grande aventura brasileira. Ele identifica-se no seu diário como filho da burguesia comercial de Estrasburgo. Em 1627, aos quinze anos, abandonara a casa paterna pela Lorena, onde desejava aprender francês, passara em seguida a Paris e a Frankfurt, onde entrara ao serviço de um negociante. Logo entediado da rotina do balcão, ele resolve descer até Amsterdã. Seu diário foi pela primeira vez editado em 1677 em Estrasburgo, contendo suas

experiências brasileiras no decurso de quase três anos, inclusive o desembarque em Pau Amarelo e a marcha sobre Olinda e o Recife.

> Depois que cada um [soldado] se encomendou a Deus na sua prece da manhã, as forças foram divididas em três corpos. A vanguarda, na qual se achava o muito nobre e severo sr. Diederick van Waerdenburch e que, como coronel, ali esteve constantemente, era conduzida e comandada pelo tenente-coronel Adolph van der Elst; o corpo de batalha seguia sob as ordens do sr. tenente-coronel Hartman Godfrid van Steyn-Callenfels, e a retaguarda tinha como comandante o sr. Major Honcx Fouques. Nesta ordem, marchamos ao longo da praia ou margem do mar, contra a cidade de Olinda, que distinguíamos perfeitamente, situada em cima do monte. Tínhamos, porém, até lá duas horas de caminho desde o lugar ao norte onde havíamos desembarcado. Durante o trajeto houve várias pequenas escaramuças, apresentando-se o inimigo a pé e a cavalo, não obstando, porém, que nos aproximássemos cada vez mais, até que chegamos ao rio Doce, um pequeno ribeiro através do qual tínhamos de passar.
>
> Neste passo, encontramos a primeira e mais forte resistência, pois ali achavam-se para mais de 1800 homens, a cavalo e a pé, atrás de um parapeito. Em consequência, travou-se uma violenta peleja, ficando de ambos os lados muitos no terreno e não menos feridos. Após longo batalhar conseguimos expulsar os inimigos da sua vantajosa posição. Na retirada, reuniram-se-lhes tropas frescas mas nós avançamos sobre eles com tal resolução e os acossamos por tal forma com o constante escaramuçar que deitaram a fugir. Parte deles ganhou os matos e parte foi postar-se próximo à cidade, nos flancos e atrás de uma trincheira numa apertada passagem. De novo os acometemos com tamanho ímpeto que de ambos os lados foi grande a mortandade.
>
> Do mesmo modo, assaltamos à viva força o convento dos jesuítas, levando a ferro e fogo quanto ousaram resistir-nos. Em seguida, fizemos flutuar da torre e das janelas afora as nossas

bandeiras. Vendo isto os do outro lado da cidade, nos dois fortes de pedra e na trincheira situados na praia, e percebendo que não só a nossa retaguarda marchava resolutamente sobre eles, como também do lado do sul desembarcavam novas tropas que o sr. almirante mandava como socorro, não se demoraram em resistir-nos e, depois de dispararem algumas peças, fugiram abandonando tudo.

O mesmo fizeram os burgueses da cidade que dias antes haviam ocultado na floresta as melhores alfaias, conquanto isso lhes tivesse sido proibido, sob pena de morte, pelo governador espanhol, a fim de que, procurando guardar os seus bens, o auxiliassem mais fielmente na defesa da cidade (sic). Como, porém, lhe desobedecessem, temendo mais aos holandeses do que a ele, fez incendiar os seus armazéns na aldeia Povo [isto é, Póvoa, ou seja o Recife], onde foram destruídas pelas chamas 15 mil caixas de açúcar, afora considerável quantidade de tabaco brasileiro e de vinho de Espanha, para enorme dano da Companhia das Índias Ocidentais. Em seguida, o governador evacuou a praça, entregando aos seus oficiais o comando dos fortes.

Desta forma conquistamos, com o auxílio de Deus, felizmente a cidade sem perdermos mais de sessenta homens, ainda que muitos centos ficassem feridos. O inimigo, porém, perdeu seguramente três ou quatro vezes esta cifra. Nós ficamos, na maior parte, durante a noite, no convento dos jesuítas, mantendo boa guarda. Muitos, porém, que se encheram de vinho de Espanha, ficaram deitados nas ruas e casas como brutos irracionais, dando motivo a contínuos rebates falsos, de modo que até o romper do dia pouco pudemos descansar. Não obstante estivéssemos todos muito fatigados do constante pelejar e do intolerável calor, de pronto nos restauramos com o delicioso vinho de Espanha e refrescamos com limões, laranjas e açúcar.

A 17 [de fevereiro], distribuíram-se, para todas as companhias, aquartelamento na cidade, cabendo a alguns de nós um bom alojamento onde encontramos um barril de vinho de Espanha e toda a sorte de víveres. Tomamos ao nosso

serviço dois negros, os quais colhiam muito boas e bonitas frutas (principalmente cocos), tirando-as ainda das mais altas árvores e trazendo-os para o nosso alojamento, com o que de novo nos regalamos, ficando mais refrescados.

Durante os dias 18 e 19, o sr. almirante continuou bombardeando os fortes [do Recife]. Fez seguir dois navios para a entrada do porto para reconhecerem se era possível penetrar neles com iates ou outras embarcações. Em seguida, ordenou que seis navios, que deviam bater continuamente o grande forte de São Jorge, seguidos de doze iates, bordejassem com as velas pequenas até poderem, em tempo e ocasião própria, entrar no porto e ali fundear.

Para este fim, foram embarcadas nos mencionados iates duas companhias com 223 soldados e 350 marinheiros. O inimigo, porém, percebendo a nossa intenção, meteu a pique na entrada do porto vários navios carregados com açúcar e fumo, os quais, quando o açúcar se dissolveu, flutuaram até ficarem em seco. Por este motivo, os nossos foram obrigados a retirarem-se, tendo sofrido avarias.[8]

Do lado luso-brasileiro, o leitor dispõe, entre outras, da narrativa de frei Manuel Calado do Salvador, que, embora residisse na época em Porto Calvo, se terá baseado no relato de muitos dos seus conterrâneos que haviam participado do acontecimento ou a ele assistido.

Veio a armada holandesa endireitando com o Recife e começou a despedir tantas balas com a artilharia, que parece que choviam do mar para a terra. Alvoroçou-se a gente da vila [de Olinda] e todos acudiram com suas armas a defender os postos que lhes foram encomendados pelo capitão-general [Matias de Albuquerque] com muito esforço e ânimo; e os moradores do circuito de Olinda, imaginando que as peças que se disparavam eram de festa, não acudiram com tanta pressa como convinha. Já os que habitavam em lugares distantes,

quando souberam a nova, suposto que com muita pressa partiram de suas casas, não puderam chegar senão depois que a terra estava entrada e rendida.

Tanto pois que os holandeses começaram a combater o forte do Mar, logo o Recife, com muita artilharia, e a nossa gente tinha acudido abaixo, despediram algumas naus para a parte do norte e foram deitar em terra muita gente de infantaria no Pau Amarelo, que é distância de grandes três léguas do Recife. Acudiu Matias de Albuquerque a lhes impedir o desembarcar ou ter com ele encontro no caminho. E suposto que levava consigo uma luzida tropa de gente, entre os valorosos e honrados que o acompanharam com grande ânimo de defender a terra, iam outros ricaços e de inchadas barrigas, que, como não estavam acostumados a morrer, tudo era pôr inconvenientes a tal determinação. E persuadiram ao general que não tivesse encontro com o inimigo no caminho, nem na praia, senão na vila, aonde tinham seus reparos e trincheiras. E isto diziam a gritos, porque como na vila lhes ficavam suas mulheres e filhos e suas riquezas, queriam pô-las a salvo e a suas pessoas também tanto que se cerrasse a noite (o que não se atreviam a fazer de dia por vergonha e pejo). Viu-se o general tão perseguido de tantos protestos que, tendo quase certa a vitória na passagem do rio Doce, se veio com toda a gente retirando à vila e daí mandou com alguma fornecer o Recife.

Cerrou-se a noite e começaram todos a deitar fora da vila suas mulheres e filhos e o mais precioso que puderam de suas fazendas. O querer agora tratar da grande confusão e desamparo em que se viram as viúvas, casadas e donzelas, e os meninos inocentes, por ásperos caminhos deles nunca vistos nem andados, metendo-se por atalhos que iam a parar nos meios dos matos desertos, passando rios com grande descomodidade e com tanta pressa que o marido não sabia da mulher nem a mãe dos filhos e filhas. O temor era grande, o perigo certo, a morte presente, o remédio não era outro senão dar clamores ao Céu, com os olhos arrasados de lágrimas. E assim cada qual foi parar aonde as forças lhe faltaram e aonde o levou sua ventura ou desgraça. Aqui ficava a donzela

desmaiada no caminho, ali choravam as crianças, de acolá gritava o outro: "aqui vem o inimigo". Enfim a atribulação foi tanta que não se pode declarar com palavras; e é mui diferente coisa o vê-lo com os olhos ou querer descrevê-lo com pena e tinta.

Tanto pois que os holandeses desembarcaram no Pau Amarelo e não acharam resistência que os reprimisse, vieram caminhando pela praia. E suposto que de dentro do mato circunvizinho, alguns valorosos mancebos da nossa gente lhes deram algumas cargas com que mataram muitos dos seus soldados, todavia respondendo eles com outras de mais força, lhes ficou a praia desembaraçada. E caminhando por ela, ao entrar do rio Tapado, deixaram a praia onde os nossos os esperavam, sendo guiados por dois mulatos que certos cristãos-novos lhes haviam mandado. Tomaram por entre um cajuzal e por um largo caminho que vem a dar na vila por junto a Nossa Senhora do Amparo e por detrás do colégio da Companhia [de Jesus]. E suposto que os moradores de Pernambuco lhes fizeram ali grande resistência e houve um terrível combate, aonde perderam muita gente, todavia, como traziam grande força, entraram na vila e a ganharam. E retirando-se os poucos de nossa parte para o Recife, eles os vieram seguindo pela restinga de areia e com a artilharia que deitaram em terra vieram combater o forte de Diogo Pais e, ganhando-se em poucos dias, se fizeram senhores do forte do Mar e do Recife. E o dia em que o rebelde holandês ocupou a vila de Olinda foi aos 16 de fevereiro de 1631 (sic), sábado ao meio-dia, pouco mais ou menos. E o general Matias de Albuquerque com sua gente, cada um por sua parte e pelos caminhos que acharam mais acomodados, se retiraram para o sertão[9] e para os engenhos e fazendas mais vizinhas da várzea e Apipucos.[10]

À conquista de Olinda, sucedeu o saque ritual da vila, autorizado pelas autoridades holandesas, segundo a prática militar do tempo.

Ficaram os holandeses senhores da vila e do Recife e começaram a saquear tudo com grande desaforo e cobiça. Este entrava pelas casas e saía carregado do melhor que nelas achava. Aquele quebrava com machados as portas das que estavam fechadas, as caixas, os escritórios, os contadores cheios de finas sedas, de ouro e de prata e ricas joias. Outros entravam pelas igrejas, [e] depois de lhes roubarem os ricos e custosos ornamentos e fazerem em tiras muitos deles, quebravam em pedaços as imagens de Cristo e da Virgem Maria e dos outros santos, e as pisavam com os pés com tanta coragem e desaforo como se com isto lhes parecesse que extinguiam a fé católica romana. Outros entravam pelas lojas dos mercadores e, achando-as cheias de pipas de vinho, bebiam tanto que as ruas estavam alastradas de bêbados. Outros, como andavam esquentados e azougados, punham fogo nos conventos e edifícios suntuosos, dando com eles em terra. Outros andavam calçados com os chapins das mulheres e vestidos nas opas das confrarias e balandraus dos irmãos da Misericórdia e com as varas dos vereadores e almotacéis, dizendo "Por mim, grandes cavalheiros". E como andavam bêbados caíam a cada passo e tornavam-se a levantar, dizendo "Non força". Enfim, a barafunda e alarido era tanto que, com a muita mosquetaria que disparavam, parecia um dia de Juízo. Acabadas as horas que deram de saque, umas esquadras ficaram na vila e o demais corpo de gente no Recife. E suas naus entravam para dentro do porto, algumas, ficando as outras ao largo, e desembarcando a gente trataram de se fortificar e preparar, como quem estava em terra alheia e desconhecida. E por espaço de um ano foram fazendo algumas fortalezas e baluartes para seu resguardo e pelo tempo adiante se acabaram de fortificar em forma.[11]

Outro soldado da WIC, o inglês Cuthbert Pudsey, que permaneceu perto de dez anos no Brasil, reportou igualmente o saque de Olinda.

Chegando sob a cidade, não demoramos em assaltar suas fortificações em duas distintas passagens, onde o inimigo, após

haver descarregado duas peças de artilharia sobre nós, debandou, fugindo para os matos, onde havia ido antes deles todo o povo da cidade, deixando suas mesas postas pois ainda esperavam comer seu jantar, o que caiu muito bem para nossos soldados, sem nem faltar o vinho. Após haver postado nossas sentinelas, ficamos felizes com sua boa refeição. As riquezas e botim que nossos homens encontraram na cidade são impossíveis de descrever, tal era a abundância de tudo, tal que nossos homens, ao vê-la, não sabiam em que meter as mãos primeiro. O saque desta cidade continuou por longo tempo pois nossos homens, tendo frequentemente necessidade de pedras e madeira, derrubando os edifícios de Olinda, estavam achando diariamente tesouros ocultos. E não havia provisões que um soldado não tivesse: vinho, azeite, farinha, uvas, azeitonas e similares; e esses víveres vieram a calhar, tendo nós todo nosso sustento vindo da Holanda. As frutas foram obtidas dos jardins dos conventos e outros lugares e enviadas para bordo para nossos homens doentes e recobraram-nos do escorbuto; e tampouco fizeram mal àqueles que estavam em terra, sofrendo de rigidez de seus membros em razão de sua longa viagem.[12]

Embora o Recife não passasse então de uma póvoa que servia de porto de mar a Olinda, o reverendo Baers também lhe dedica bom espaço em sua narrativa da conquista de Pernambuco. Baers, aliás, seguramente fundado nas observações de Waerdenburch, antecipa as razões de defesa que em breve induzirão os holandeses a abandonarem Olinda em favor do Recife.

Tratando agora do Recife, diremos que é um arrecife, o que também significa na língua dos portugueses e é o nome do lugar. Ao sul de Olinda, estende-se um banco de areia, geralmente largo, de 36 a quarenta passos, e assaz alto, contra o qual bate o mar. Seguindo-se uma hora grande ou mais de caminho pelo banco de areia, acha-se uma aldeia, e a um tiro

de canhão desta aldeia para o lado de Olinda está sobre o mesmo banco de areia um castelo ou forte [...].

Em frente deste castelo, para o lado do sul que é o lado do mar, está também um banco igual, estendendo-se de Olinda para o sul também uma hora de caminho ou mais, porém nem tão alto nem tão largo como o outro. No dorso deste banco, bem defronte do castelo ou forte atrás mencionado, acha-se um outro castelo, que é uma torre octogonal. Entre os dois castelos, onde a água tem a largura de um tiro de canhão, entram os navios e fundeiam em um bom cais com pouco fundo entre os dois bancos e carregam e descarregam na aldeia situada no extremo de um dos bancos, onde achavam-se muitos armazéns.

Por trás do banco já mencionado [...] corre, vindo de Olinda, um rio que nasce nos montes nos quais está assente Olinda e outros das vizinhanças, entre os quais junta-se e escorre muita água proveniente de chuvas e outras causas, principalmente nos meses de chuva, isto é, meses de inverno, que são março, abril, maio e junho, de sorte que esta água ainda conserva mesmo no mar a sua cor, e pode-se distinguir a água da chuva da do mar.

Este rio corre em volta da aldeia e desemboca no mar entre os castelos. Entretanto não é sempre de igual profundidade nem volume d'água, mas na preamar e nos meses de chuva fica cheio e é aproveitável. Ao longo dele, navega-se com chalupas, pequenas barcas ou botes e barcaças para Olinda, onde há um cais, no qual carrega-se e descarrega-se. E assim são transportadas todas as fazendas e mercadorias de e para Olinda, e, na aldeia atrás mencionada, carregadas e descarregadas nos e dos navios que ali chegam.

A aldeia, com os dois castelos e o porto situado entre ambos, junto com os bancos de areia que o fecham, tudo isto junto é comumente chamado com um nome — Recife. O Recife é naturalmente forte e capaz de ser ainda mais fortificado, porém Olinda é, por natureza, fraca, e em consequência de diversas eminências e montes, que uns e outros e todos juntos

comandam a praça, não pode ser bem fortificada sem grande trabalho e despesa. O convento dos jesuítas foi entrincheirado em primeiro lugar, por prevenção contra um ataque, e agora trata-se de fazê-lo também a toda a cidade, demolindo algumas casas e cortando algumas ruas e levantando trincheiras em redor do lado de terra. O Recife [por sua vez] está cercado por paliçadas. O convento de Santo Antônio, onde reside o tenente-coronel Els como comandante do Recife e de Santo Antônio, acha-se também entrincheirado em volta, para impedir qualquer assalto ou investida do inimigo.[13]

Terminado o saque autorizado, qualquer outra forma de pilhagem era severamente punida, como neste episódio ocorrido no Recife, a que se refere Ambrósio Richshoffer:

A 4 e 5 [de março de 1630], postaram-se sentinelas e pintaram-se forcas nas casas e adegas em que ainda havia vinho de Espanha. Apesar disto, três soldados ousaram penetrar em uma adega, donde retiraram alguns potes com vinho. A sentinela calou-se e bebeu com eles. Sendo descobertos, foram submetidos a conselho de guerra, e, no dia seguinte, todos os quatro, dentro de um círculo de soldados, tiveram que jogar à sorte sobre um tambor a fim de ver-se qualquer seria enforcado. Como a sorte caísse sobre o que estivera de sentinela, não obstante ser ele um belo mancebo, cujo nome eu naturalmente deixo de mencionar, por ser filho de pais respeitáveis e abastados em Leipzig (Deus tenha piedade de suas almas), e [de] que todo o regimento intercedesse em seu favor, nada lhe aproveitou. Foi então condenado à morte e, para escarmento de outros demasiadamente amantes do vinho de Espanha, enforcado; e os outros três foram violentamente açoitados sobre um alto poste de pedra.[14]

O quarto donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, publicaria em Madri em 1654 suas *Memórias diárias da guerra do Brasil*, que constituem

seguramente, do lado luso-brasileiro, o mais importante depoimento acerca da guerra de resistência, tanto mais que Duarte participou constantemente da refrega entre sua chegada a Pernambuco em 1631 e o sítio da Bahia posto por Nassau em 1638. As *Memórias diárias* basearam-se, aliás, não só na experiência do seu autor, mas também numa coleção de relações diárias que seu irmão, Matias de Albuquerque, mandou redigir no decurso do conflito. Várias delas constam atualmente do códice 1555 do fundo geral, da Biblioteca Nacional de Lisboa; e outras encontram-se também na coleção Guerra Antigua, do Arquivo de Simancas (Espanha). A partir da restauração de Portugal, Duarte permaneceu em Madri, onde foi feito inclusive conde de Pernambuco por Felipe IV, enquanto Matias militava, do outro lado da fronteira, no exército português. Embora a redação das *Memórias diárias* estivesse concluída em 1644, a obra só será impressa dez anos depois, devido à vigilância da censura espanhola, que não podia concordar que viesse à luz a defesa da ação de um general, Matias de Albuquerque, que àquela altura lutava contra o exército do rei católico. Eis o relato de Duarte de Albuquerque Coelho sobre o que se verificou no Recife depois da queda de Olinda:

> Chegado o general Matias de Albuquerque ao Recife e querendo dispor sua defesa, com a notícia de que já o inimigo estava senhor da vila [de Olinda], nem ao menos pôde animar a

gente que ali havia; e que começou a fugir, de maneira que muitos se lançaram no rio Beberibe, onde se afogaram, outros morreram de nossos mosquetaços, que, para lhes obviar a fugida, lhes mandou atirar o sargento-mor Pedro Correia da Gama. O mesmo praticou do forte de São Jorge o capitão Antônio de Lima [...].

Vendo ele [Matias de Albuquerque] este estado de coisas e que por absoluta falta de gente não se podia defender a povoação do Recife e que poucos dias se podiam conservar os dois fortes, resolveu (e acertadamente) queimar aquela povoação, depósito de todo o açúcar que havia e do mais; e assim todos os navios que o tivessem, encalhando os outros no canal, para que os inimigos não pudessem entrar no dia seguinte [...] Executou-se tudo a uma hora da manhã do dia 17 de fevereiro [de 1630], com o que ficou tudo reduzido a brasas e cinza. Esta diligência tirou das mãos ao inimigo mais de 4 milhões [cruzados], saindo-lhes baldadas as contas que havia feito na Holanda [...] Sentiu o inimigo esta perda mais como negociante do que como soldado, porque o empenho em que a bolsa da Companhia ficou para aprestar essa armada foi tal que muitos dos que nela meteram quantias, apenas lhes constou este sucesso, sacaram [com] 70% de abatimento [...] Com o grande incêndio da povoação do Recife somente ficara habitável uma casa chamada da Asseca, da outra banda do rio Beberibe.[15]

3.
O impasse militar, 1630-2

A estratégia luso-espanhola devia combinar poder naval e defesa local segundo as disponibilidades de cada um destes fatores. Mas, em vista do declínio acentuado do poderio naval da monarquia espanhola e, por outro lado, graças aos recursos da economia e das sociedades coloniais, ocorreu que os ônus da resistência foram como que automaticamente transferidos à colônia, transformando a defesa local, fator relativamente abundante, no principal ou mais intensamente empregado, embora em teoria seu papel permanecesse subsidiário do poder naval. Quando da perda de Olinda-Recife, a Coroa estava despreparada para reagir na escala em que o fizera cinco anos antes. A reação inicial foi também a final: acudir a resistência com soldados, armas e munição, mas não havia como se enviar armada restauradora. A guerra de guerrilhas era, portanto, a única opção de imediato, tanto mais que inicialmente a família Albuquerque Coelho (Duarte de Albuquerque Coelho, quarto donatário, e seu irmão, Matias de Albuquerque) temiam que a vinda de uma armada real que liquidasse a presença neerlandesa no Brasil redundaria na abolição do sistema donatarial, como,

aliás, virá a ocorrer em 1654 na esteira da restauração.

A conquista do Nordeste durou sete longos anos de contínua guerra, podendo-se distinguir duas fases principais, uma que vai de 1630 a 1632 e outra de 1632 a 1637. Durante a primeira, os holandeses seguiram uma estratégia que visava a se assenhorear das praças-fortes do litoral, cuja posse, julgavam, dar-lhes-ia automaticamente o controle de toda a região. Tal não ocorreu, porém. Malgrado a capitulação de Olinda e do Recife, o exército da WIC fracassou nas tentativas subsequentes contra a Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Rio Formoso e o Cabo de Santo Agostinho, embora houvesse logrado ocupar a extremidade meridional da ilha de Itamaracá, onde se ergueu o forte de Orange. Configurou-se assim um impasse militar que, de imediato, não puderam romper nem os reforços trazidos a ambos os lados pelas armadas de Pater e de Oquendo, nem a batalha naval, de desfecho ambíguo, travada em setembro de 1631 entre elas. No tocante aos luso-brasileiros, a escassez de recursos e as dificuldades enfrentadas pela monarquia espanhola na Europa reduziam o esforço militar a uma posição defensiva, pois a realidade é que a Espanha já não tinha condições, principalmente do ponto de vista naval, de reeditar em Pernambuco a "jornada dos vassalos" que

permitira em 1625 restaurar a Bahia. Nessas condições, o que então se chamou de "guerra lenta" era a única estratégia possível no curto prazo, sem falar em que, na perspectiva do conde duque de Olivares, principal ministro de Felipe IV, ela permitia, na prática, concretizar a política de distribuição dos ônus da defesa imperial, excessivamente concentrados em Castela, sobre o conjunto do sistema espanhol. Tal estratégia, porém, tinha o fôlego necessariamente curto, pois não podia a longo prazo substituir a intervenção do poder naval espanhol.

Confrontado pela perda de Olinda e do Recife, Matias de Albuquerque adotou um sistema de defesa que, entre 1630 e 1632, logrou isolar eficazmente o inimigo, impedindo seu acesso à várzea do Capibaribe, o distrito açucareiro mais próspero do Nordeste, mantendo-os encurralados e, depois do incêndio da vila, reduzido ao Recife e suas fortificações. Aplicou-se um sistema misto que combinava as forças convencionais concentradas numa praça-forte, o Arraial do Bom Jesus;[1] e contingentes "volantes", que ocupavam a linha de estâncias ou postos avançados, que, sob a forma de meia-lua, estendia-se de Olinda ao Recife. Nos espaços intermediários, vagavam incessantemente as companhias de guerrilha, que com emboscadas e assaltos repeliam as sortidas holandesas.

> Foi neste tempo o general Matias de Albuquerque ajuntando a gente e, por conselho dos homens práticos na guerra, fez uma fortaleza quase inexpugnável uma légua em distância do Recife e outra da vila [de Olinda], pouco mais ou menos, para fazer ao inimigo todo o mal que pudesse e impedir-lhe que saísse pela terra adentro a destruir as fazendas e matar os moradores. Acabou-se a fortaleza com brevidade e forneceu-se com artilharia e formou-se ali arraial em forma. Logo lhe acudiram de toda a capitania muitos e valorosos mancebos que, divididos em estâncias, entre o arraial, vila e o Recife, tinham tão encurralado o holandês que não era senhor nem de sair a buscar água para beber nem faxina para suas fortificações, porque em saindo de suas trincheiras, logo davam sobre eles e os matavam, e nem senhores eram de sair da vila para o Recife nem do Recife para a vila senão em grandes tropas, porque os nossos se deitavam a nado e, se era ocasião de maré vazia, passavam o rio. E postos em emboscadas cada dia lhes faziam tanto dano que andavam assombrados.[2]

A esta altura, haviam se somado aos guerrilheiros luso-brasileiros os índios aldeados de Pernambuco e da Paraíba, inclusive os que encabeçava um dos mais bem-sucedidos capitão de guerrilhas da época, o jesuíta Manuel de Morais, mameluco paulista que a invasão surpreendera à frente de uma dessas aldeias.

> Também se veio a oferecer ao general um índio da terra, chamado Antônio [Felipe] Camarão (que era o principal e capitão de uma aldeia) com toda sua gente mui destra na flecha e no arco, e com todos seus parentes e amigos que se lhe congregaram e o elegeram por maioral, por [ser] esforçado e animoso. Este tomou também sua estância no lugar mais arriscado e tanto mal fez ao inimigo que sonhava com ele de sobressalto. Fazia-lhe emboscadas de consideração e dava-lhe venturosos assaltos. E até fojos mui fundos lhe mandava fazer

pelos caminhos e veredas, com muitas estrepes no fundo, para que saindo o inimigo fora caísse neles, como caíram muitos por muitas vezes. E este índio foi o mais leal soldado que El Rei teve nesta guerra, porque sempre acompanhou aos portugueses com sua gente em todos os trabalhos e fadigas; e com os holandeses teve bizarros encontros e os desbaratou de tal sorte que chegou a dizer nos Apipucos o mestre de campo dos holandeses, chamado Cristóvão Arciszewski, soldado velho e mui experimentado na guerra, polaco de nação, que só um índio brasiliano tivera poder para o fazer retirar, desonrando-o e fazendo-lhe perder a reputação e nome que tinha ganhado e conservado por tantos anos. E tantas bravezas e obras heroicas fez no decurso desta guerra este Antônio Poti (ou o que tanto monta, Camarão) que Sua Majestade lhe deu [o tratamento de] dom e o fez cavaleiro do hábito de Cristo e lhe deu o título de governador e capitão-general de todos os índios do Estado do Brasil. E os fidalgos portugueses e governadores do Estado prezam muito de o admitir entre si e lhe fazem muita honra e cortesia não só por seu grande valor e esforço, senão por seu bom, natural, honrado procedimento e cristandade e mui zeloso do serviço de Deus e dos santos.[3]

As *Memórias diárias* recapitulam as providências tomadas por Matias de Albuquerque no sentido de mobilizar a população local na luta contra o invasor.

Ordenou-se que as paróquias que havia em Pernambuco (eram quinze, tendo cada uma capitão de milícias dela e algumas de cavalaria, se bem que destacadas umas das outras como cinquenta ou sessenta léguas) viessem por turnos assistir quarenta dias no Real do Bom Jesus e em outros postos que se lhes marcou. Porém, como isto lhes era grande incômodo, acudiam poucos e demoravam-se menos. Fazer a guerra com tal gênero de gente é uma das coisas que nesta se podem admirar. Sendo o nervo principal dela e a conservação dos exércitos o dinheiro, aqui não o havia nem jamais houve [...] Curar feridos e enfermos, pagar mantimentos e o mais, que não era pouco, são coisas que demandam dinheiro para fazer-se. A

> fim de remediar isto, deu o general 4 mil ducados que lhe emprestaram e de que passou letra sobre seus haveres em Portugal. Entregou-os aos oficiais da real fazenda para despesas, com o que se começou a suprir algumas das muitas faltas que se padecia. Mandou também que se despendesse a fazenda que se achasse de seu irmão mais velho, Duarte de Albuquerque Coelho, que era senhor de Pernambuco. E assim se fez.[4]

A narrativa de Duarte de Albuquerque Coelho confirma, aliás, o que frei Calado insinuara ao referir-se aos luso-brasileiros de "inchadas barrigas", um grupo de derrotistas, como os há em toda guerra, que sabotavam a atuação de Matias de Albuquerque.

> Para que não faltasse ao general a última calamidade, até presunção de pouca fidelidade houve em alguns, porque não só desejavam que não tivesse o cuidado e zelo que mostrava na defesa, mas até procuravam estorvá-lo com toda a dissimulação, querendo antes negociar desde logo com o inimigo, do que pensavam (enganados) tirar proveito do que tratar de fazer-lhe a guerra. Supondo que melhor o conseguiriam (estes que não eram muitos) desembaraçando-se do general, que temiam, ousaram (o que não fará pelo interesse a malvadez!) tocar fogo por duas vezes na casa da Asseca, que habitava. Parecendo casual a primeira, foi a segunda com tal despejo que fizeram voar as tábuas da mesma casa, deixando-o ferido no rosto. Isto obrigou o sargento-mor do Estado, Pedro Corrêa da Gama, a meter mão à espada, bradando "Traição! Traição!", ao que o general com semblante sereno respondeu: "Deve ser algum desastre". E dissimulando prudentemente, mostrou que não conhecia o perigo por não declarar suspeitos os mesmos de quem esperava alguma coadjuvação. Sofrer e contemporizar com tal gente por espaço de seis anos não foi a menor ação nem a de menos mérito que do nosso general se possa escrever.[5]

Pelos dois anos seguintes, a guerra consistiu em escaramuças diárias entre holandeses e luso-brasileiros ao longo da linha fluvial constituída pelo Capibaribe e pelo Beberibe.

> A 29 de junho, querendo o inimigo fazer uma sortida da vila [de Olinda], encontrou os das nossas emboscadas junto a [igreja de] São João, que é quase dentro dela e abaixo [...] Como tudo aquilo era coberto de árvores, não foram vistos os nossos senão se puseram face a face. Pelejou-se de modo que houve de retirar-se o inimigo deixando oito mortos, que não pôde recolher, tendo tão perto o lugar para isso. Da nossa parte, não houve caso algum de morte nem de ferimento. Bem se pode dizer que nos utilizávamos das frutas e outros produtos das hortas mais do que eles, em cuja posse estavam.[6]
>
> [...]
>
> No dia 6, ordenou o general ao capitão Pedro Teixeira Franco que, juntando-se com Matias de Albuquerque Maranhão [...] fossem fazer uma emboscada nas proximidades da vila [de Olinda], onde havia umas árvores chamadas cajueiros, de cujo fruto era o tempo próprio. O Teixeira levou mais os capitães [de guerrilha] Domingos Corrêa, Estêvão de Távora, Estêvão Álvares e João Mendes Flores, além dos que guardavam aqueles caminhos. Quis sua sorte que encontrassem quatrocentos inimigos tão descuidados que muitos estavam sobre as mesmas árvores colhendo a fruta que, sendo doce, lhes tornamos, com pouco trabalho nosso, muito amargas. Sem resistência, degolamos 160, e entre estes um capitão inglês. Ficaram prisioneiros dois, muitas armas e uma caixa. Custou-nos isto somente o ser ferido o alferes Domingos de Faria por uma alabardada que um sargento lhe descarregou.[7]

Também os relatos de Pudsey e de Richshoffer permitem acompanhar a rotina dos combates nesses primeiros tempos da guerra de resistência. Ei-los, perdidos no *no man's land* das camboas e dos mangues

entre Olinda e o Recife. Segundo o mercenário inglês,

> para qualquer acercamento, tínhamos que aproveitar a oportunidade da maré baixa e de noites escuras para passar para o lado deles [luso-brasileiros] e eles para o nosso, tendo sentinelas em todos os lugares e rios entre nós e eles. E eles nos cortaram todas as frutas e refrescos; nem tanto a madeira para queimar, que podíamos obter, mas tínhamos de lutar por ela. Tampouco podíamos ir a Olinda para reabastecer sem quatro ou cinco centenas de homens armados, o inimigo nunca nos deixando de saudar-nos amigavelmente em nosso caminho. Assim estávamos em contínua ação por longo tempo.
>
> Esse trabalho no mato era algo estranho para nossos homens no começo, em razão das emboscadas que eles espertamente punham em nossa passagem pelos matos; e essa invenção assassina matou-nos muitos homens. Mas, após ter pago um pouco esse preço, reforçamos as companhias de carabineiros, tornando-os homens treinados no uso de carabinas, de tal modo que em pouco tempo nos vingamos deles, tendo sempre negros que conheciam a região para nos orientar nas picadas à noite. Além de ter soldados decididos e espertos jamais fora de ação, sempre em prontidão para uma instantânea execução com cutelos curtos, fáceis de manejar no mato, martirizamo-los e derrotamo-los em várias ocasiões. Assim, tendo escaramuças diárias, achamo-los bons atiradores. Suas armas eram, em sua maior parte, pequenos arcabuzes e espingardas de pederneira. Para falar a verdade, deveriam ser péssimos soldados se não atirassem bem, pois seu poder e sua pontaria excediam de muito os nossos. Observamos em todas as ocasiões que eram um inimigo que mantinha uma boa ordem em suas escaramuças, nunca cedendo terreno ou se desencorajando com uma perda ligeira, mas que resistia fortemente e demoradamente.[8]

O diário de Richshoffer apresenta também a guerra ao rés do chão.

A 14 [de maio de 1630] foram mortos três homens da nossa companhia que tinham ido ao mato buscar frutas. Os inimigos apresentaram-se igualmente em algumas das ruas abertas e desabitadas da cidade [de Olinda], onde encontrando um dos nossos negros cortaram-lhe a língua, quebraram-lhe um braço e fizeram-lhe diversos ferimentos na cabeça.

A 15, quis o nosso almirante dirigir-se da cidade para a aldeia [do Recife], pelo que deu-lhe o sr. coronel uma escolta bastante forte. Chegando, porém, ao meio do caminho, foram surpreendidos por uma forte chuva, que, molhando aos mosqueteiros as armas e morrões, impossibilitou-os de usá-las. O inimigo, que estava emboscado no mato e na maioria armado de arcos e flechas, percebendo isto deu sobre eles com cruel fúria. Como os piqueiros não sustentassem o choque, os demais tiveram que acompanhá-los na fuga.

Da cidade saímos logo a socorrê-los e repelimos o inimigo para o outro lado do rio [Beberibe], porém o maior dano já tinha acontecido. Quando chegamos ao sítio da peleja, encontramos trinta mortos deitados em uma fileira, uns junto aos outros, perto da praia. Muitos dentre eles tinham as cabeças cortadas; outros, os membros cortados e metidos nas bocas; e ainda outros tinham debaixo das cabeças grandes porretes de madeira, constituindo o todo um espetáculo lastimável. O sr. almirante voltou para a cidade com os restantes, dos quais muitos estavam feridos por flechadas. Nesta ocasião, teve ele que passar pelo mesmo transe que pouco antes o sr. general.

A 17, formou-se uma companhia de negros, aos quais forneceram-se arcos e flechas, escudos, espadas e grandes porretes de madeira rija, semelhantes na forma aos esgaravatadores de ouvidos da Boêmia, e outras armas análogas. Eles devem servir-nos não só em ocasiões como a acima referida, como para irem diariamente buscar frutas na floresta para refresco dos feridos.[9]

Frequentemente o soldado tirava partido sartorial dos despojos de um inimigo, especialmente se

tratando de patente superior, numa época em que o uniforme militar ainda não havia praticamente se generalizado nos exércitos europeus. Assim o fez Richshoffer.

> Na referida peleja de 14 [de maio de 1630] arranquei a um espanhol morto, que parece não ter sido nenhum soldado ordinário ou mosqueteiro, um bonito par de calças de linho que lhe desciam até os artelhos. Estavam bastante manchadas de sangue, o que não me horrorizou, pois tirei-lhas fora. Eram ornadas de rendas na abertura e nas bocas e todas cozidas duas vezes e pospontadas com seda branca; e tão compridas que me iam até os sapatos, poupando-me assim utilizar um par de meias de linho. Se fui eu ou algum dos meus camaradas quem o matou naquela escaramuça, não sei. Deus o saberá e conceder-lhe-á, como a todos os soldados mortos valentemente às mãos do inimigo, um fim bem-aventurado e uma feliz ressurreição. Amém, amém.

Eis contudo que a unidade de Richshoffer é transferida de Olinda para o Recife e, desta vez, é ele o despojado, não pelo inimigo, mas pelos próprios companheiros de luta.

> Justamente nesta ocasião, eu achava-me doente de febre, pelo que não pude marchar, sendo transportado com outros doentes e feridos em uma chalupa. No entretanto a minha mala, que havia ficado no nosso antigo quartel, foi arrombada por um ladrão, que me roubou um belo fato com alamares de prata da largura de um dedo e muitos outros objetos, assim como toda a minha roupa branca que eu tinha tão boa e bonita como nenhum em toda a companhia, e mesmo, posso dizê-lo sem orgulho, em todo o regimento. Quando trouxeram a bagagem, recebi a minha mala vazia, restando-me apenas o que trouxera na chalupa, podendo-se então dizer de mim: Pobre soldado![10]

Quando do ataque a Olinda, habitava na terra há vários anos o brabantino Adriaan Verdonck, que, contatando as autoridades holandesas, lhes oferecerá um relatório circunstanciado da capitania de Pernambuco. Revelando-se, contudo, que ele continuava a manter relações estreitas com o exército luso-brasileiro, foi devidamente encarcerado.

> Na madrugada de 6 [de abril de 1631], o traidor Verdonck atirou-se por um pequeno buraco (causando a muitos admiração como um homem tão grande e gordo pôde passar por ele) sobre umas lajes que havia junto à prisão, com o propósito de quebrar o pescoço. Sofreu apenas um pequeno buraco na cabeça, sendo em seguida ainda mais severamente torturado e melhor guardado [...] A 10, morreu o referido traidor na própria hora em que devia sair para o suplício, pelo que foi transportado por quatro negros para a frente do alojamento do sr. fiscal, onde foi lida a sua sentença. Dizia esta que, por ocasião da tomada da cidade, ele passara-se para o nosso lado com aparências de amizade, tendo, porém, antes prometido ao governador espanhol [isto é, Matias de Albuquerque] e ao religioso de quem recebera o Santíssimo Sacramento, avisá-los de tudo: da força das nossas tropas, como estavam postadas as nossas guardas em todos os lugares, onde melhor se poderia tentar um assalto, da quantidade da artilharia, munições e víveres, não só os existentes como os que nos traziam os navios da Holanda; da força com que saíam as nossas escoltas e [dia de] partida. Mantinha para este fim um negro pelo qual enviava cartas ao sr. de Albuquerque. Pretendia também envenenar o sr. governador[11] na bebida e pôr fogo à pólvora. Terminada a leitura da sentença, foi por ordem do sr. governador arrastado por duas cordas por quatro negros para o lugar da execução. Ali, em virtude da condenação, foi estrangulado, sendo-lhe cortados dois dedos e a cabeça. Em

> seguida, foi esquartejado. Colocaram a cabeça num alto poste no hornaveque do forte do Brum e um quarto junto ao *Vijfhuck* ou *Trots den duivel*; o outro foi pendurado em uma forca diante da trincheira nova *Kik in de pot*.[12] Os outros dois foram mandados para Olinda, devendo um ser pendurado da mesma forma no monte e o último no lugar em que a nossa gente foi batida a 3 de janeiro último.[13]

Decorrido um ano da conquista de Olinda e do Recife, a situação ainda era a mesma ao longo do istmo que ligava a vila a seu porto.

> A 6 [de janeiro de 1631], saiu uma forte escolta da nossa gente, em procura de refrescos para os doentes. Tendo chegado a alguma distância por dentro do mato, foi acometida de surpresa pelo inimigo, que ali estava emboscado com três tropas e pôs muitos em fuga. A maioria, porém, pelejou com tal denodo e por tanto tempo que, chegando socorro da cidade, consegui repelir os inimigos. Neste encontro, eles desforraram-se de nós; contudo, não sofreram pouco, pois percebeu-se que arrastavam muitos mortos e que não eram poucos os feridos. Do nosso lado igualmente foram muitos os feridos e para mais de quarenta mortos ficaram no campo da peleja. Entre estes, achavam-se o sr. capitão Ruess, vários alferes e sargentos, que todos foram trazidos para a cidade e sepultados com as devidas honras militares.[14]

Mas eis o reverso da medalha, quando os holandeses recorrem também às emboscadas.

> Em 19 de outubro, armou-nos o inimigo uma emboscada na Tacaruna, que era entre o buraco de Santiago e as Salinas, com quatrocentos homens. Foi a primeira que nos fez porque já o tempo o ensinava a imitar o nosso modo de fazer-lhe a guerra até então, aprendendo tanto à sua custa que se tornaram mui bons mestres, como depois o experimentamos.[15]

No decurso de 1631 e em começos de 1632, os holandeses começam a enviar pequenas expedições

navais para testar o estado das forças luso-brasileiras em pontos do litoral do Nordeste. Pudsey participou daquela que ergueu o forte de Orange na extremidade meridional da ilha de Itamaracá, conquistando o primeiro palmo de terreno fora do eixo Olinda-Recife e abrindo assim aos ataques batavos toda a região da terra firme do outro lado do canal de Santa Cruz, que o autor prefere chamar por Itapissuma, nome da povoação que lhe ficava fronteira. A ilha de Itamaracá também deu acesso às frutas tropicais que permitiam aos soldados vencer o escorbuto, frutas que lhes eram negadas em Olinda-Recife pela eficácia da guerrilha.

> A cinco milhas ao norte de Pernambuco, está situada uma ilha chamada Itamaracá, a qual tem um bom rio em que podem entrar navios de catorze pés de calado [...] Na jurisdição dessa ilha, que se estende até catorze ou quinze milhas de Pernambuco, pode haver cerca de vinte engenhos, que uns pelos outros fazem muito açúcar; e o melhor lugar que existe próximo a esses engenhos é chamado Goiana, sítio muito agradável, grande, belo e fértil, tendo em abundância toda sorte de peixe, carne, frutas e outros víveres. Ali reside gente rica e muitos nobres; e os habitantes, tanto de Itamaracá quanto de Goiana e de Araripe, devem ser mais de trezentos.
>
> A mesma ilha com toda a sua jurisdição pertence ao conde de Monsanto, que mora em Lisboa, e os habitantes devem pagar-lhe anualmente a renda de 2,5 mil a 3 mil ducados em dízimos de açúcar e outros impostos [...] da mencionada Goiana vem grande quantidade de pau-brasil, que é feito de cinco a oito milhas para o interior e ali carregado em barcas para ser transportado para o Recife.[16]

Cuthbert Pudsey narrou a expedição a Itamaracá, de que resultou a construção do forte de Orange, na extremidade meridional da ilha.

> No ano de Nosso Senhor de 1631, enviou-se o tenente-coronel Bijma com cinco companhias de soldados tomar Itamaracá. Este lugar era uma ilha a cerca de sete léguas ao norte do Recife, situada em direção ao mar. Havia dois engenhos de açúcar nessa ilha e a circunferência dela era de cerca de três léguas, nela havendo, para defesa, um forte com nove peças de artilharia. O forte estava em uma elevação redonda, cercado por defesas e nele havia cem soldados. Nossos homens ganharam a terra num rio chamado Itapissuma, a cerca de uma légua acima desse forte. Esse rio cerca a ilha. Marchamos, aproximando-nos do forte. Plantamos uma bateria e logo depois nossas peças começaram a disparar. Dentro de poucos dias, eles renderam o castelo, pedindo quartel, que foi concedido.
>
> Este lugar era de grande ajuda para nossos homens, em razão das provisões frescas que dali eram trazidas, tendo nossos homens nenhuma outra vitualha, pois a que havia sido trazida da Holanda, sendo salgada e defumada, causava grandes enfermidades e muitos ficaram cegos. Estas frutas ajudaram muitíssimo [...] pois aqui desde o início nossos homens morriam por ferimentos muito leves, sendo atacados por uma enfermidade chamada chagas. Ela surgia apenas pela falta de provisões frescas e pelo enfraquecimento após um tiro quando um homem sangra. O que era mais extraordinário era que os dentes de um homem se cerravam tão fortemente que só podiam ser abertos com um atarraxador de ferro. Quando atacava alguém, poucos se curavam e [muitos] morriam. Mas agora, nos últimos anos, por termos carne fresca e frutas ela não ocorre mais (ou muito raramente).[17]

A partir do forte de Orange, os contingentes holandeses podiam impunemente varejar a própria

ilha de Itamaracá e a terra firme do outro lado do canal de Santa Cruz.

> O tenente Velthem, que fora mandado para a barra norte a fim de levantar uma planta da costa da ilha, referiu ao voltar que o capitão Everwijn fizera uma expedição com as suas tropas no caminho de Goiana e, depois de marchar algumas léguas, viu que todos os caminhos estavam obstruídos com árvores derrubadas. No dia seguinte, o sr. Van de Ceulen, junto com o coronel, o tenente-coronel e [Servaes] Carpentier, partiram com uma força para o passo de Itapissuma. Ia também na expedição o comandante Lichthart. Andaram por todos os lados mas não viram ninguém. Tiraram de uma bonita casa de campo, ao redor da qual havia muitos coqueiros, duas caixas de açúcar e dois botes do inimigo e souberam que havia ainda um bote grande, o qual mandaram buscar. Acharam-no junto a uma barca que se começava a construir; no dia seguinte, ainda foi encontrado um outro bote do inimigo, o qual levaram consigo. Acompanhava a essa uma [outra] força de cem homens, com ordem de ir a Maria Farinha, mas não puderam seguir nesse dia por causa da chuva.[18]

Outros ataques constituíram represálias contra determinados indivíduos que apresentavam obstáculos aos objetivos militares neerlandeses.

> O capitão Jan d'Escars, estando de guarnição em Itamaracá, fez também uma expedição para o interior além de Araripe ao engenho de João da Costa Brandão, para abater um tanto aquele português que sempre se mostrou muito inimigo dos nossos e ainda fazia que os outros habitantes cada dia tomassem mais aversão aos nossos. Incendiaram o engenho com cerca de 1600 pães de açúcar que estavam nas formas, pois não havia meio de trazê-los. A casa de residência foi queimada até o chão, mas, depois da partida dos nossos, extinguiram o fogo nas outras casas, ficando entretanto muito danificadas.[19]

Richshoffer, por sua vez, participou da primeira expedição contra a Paraíba (serão necessárias duas outras para conquistá-la).

> A 2 [de dezembro de 1631], fizemos à vela com dezenove navios, chegando em seguida a cinco diante da Paraíba onde ancoramos, e descendo sem demora para as chalupas, desembarcamos na praia a meio tiro de canhão da trincheira inimiga. Os espanhóis, que estavam atrás de um parapeito, nos receberam com uma salva, ferindo muitos e matando diversos nos navios. Um dos contrários feriu com um só tiro a três dos nossos, do que imediatamente recebeu a paga, pois o nosso sargento cortou-lhe a retirada e de um só golpe decepou-lhe a cabeça tão lisamente que o próprio carrasco não o faria melhor.
>
> Os demais deitaram a fugir e retiraram-se para o reduto [isto é, o forte do Cabedelo] e entrincheiramentos. Em seguida, as nossas forças foram dispostas em batalha (formando a minha companhia com várias outras a vanguarda) e comandadas ao assalto das posições inimigas. Logo ao começar a marcha dois da nossa tropa, apenas três filas adiante de mim, foram alcançados por uma bala rasa que arrancou-lhes as carnes das coxas. Não obstante, prosseguimos avançando, animados pelo nosso tenente, até chegarmos tão perto do inimigo que poderíamos bem falar-lhe, e tiroteamos com ele, até que cada um disparou três tiros, quando fomos rendidos [isto é, substituídos]. Os canos dos mosquetes estavam tão aquecidos pelo sol e pelo constante fogo que quase era impossível carregá-los mais. No entanto, foram feitos os aproches, levantados os parapeitos e, perto da praia, demarcou-se e formou-se um acampamento. Ao anoitecer, postaram-se sentinelas avançadas e perdidas (sic), e durante quase toda a noite tivemos alarmes.
>
> No dia seguinte, 6, estivemos ocupados não só com a construção das nossas barracas e pôr o acampamento em melhor estado de defesa, como no levantamento de uma bateria contra a trincheira, que começamos a bater com três meio canhões. Mas o artilheiro inimigo (tão perito em seu ofício

que não errava facilmente o que podia ver e alcançar) respondeu-nos de modo tal que logo demoliu o reparo debaixo de uma peça e acertou com uma bala na boca da outra, sendo preciso conduzir duas novas para a bateria. Continuamos então a jogar fortemente contra a trincheira, no que prosseguimos durante três dias. No entretanto, saímos do acampamento com numerosas partidas contra o inimigo, sustentando com ele renhidas escaramuças, nas quais, de ambos os lados, foram mortos muitos valorosos oficiais e soldados e outros perigosamente feridos. Vários prisioneiros que fizemos declararam unanimemente que não só os contrários ainda se achavam bastante fortes na trincheira e no reduto, como esperavam certamente receber socorro dentro de poucos dias. Em vista disto, resolvemos acometer com todas as forças a sua posição, o que fizemos na tarde de 9. Chegamos até debaixo dos canhões e com as escadas às estacadas, porém o inimigo defendeu-se tão briosamente, dentro e fora da trincheira; e do reduto, fizeram-nos através do rio [Paraíba] tão mortífero fogo com os canhões que fomos obrigados a retirar-nos.

Novamente ficaram de ambos os lados muitos mortos e feridos. No espaço destes primeiros cinco dias, cada companhia teve, entre mortos e feridos, trinta e mais homens, subindo o total da nossa perda a mais de quinhentos soldados. Tive também o meu quinhão, recebendo logo no dia seguinte um ferimento acima do olho direito. Achando-me com vários da nossa companhia no mato, em frente ao acampamento, e tendo o inimigo se apresentado num pequeno prado do outro lado do rio, eu disse aos que estavam a meu lado que convinha apoiarmos os canos dos nossos mosquetes nos ramos dos arbustos a fim de podermos fazer melhor pontaria e deixarmos os adversários atirarem primeiro. Mal terminava estas palavras quando caí para frente com o meu mosquete, parecendo-me que me acertara na cabeça um grande tijolo; e ouvi alguém dizer: "Então, estrasburguês, Deus te console. Apanhaste o teu quinhão!".

Quando voltei a mim e pus-me em pé, o que falara muito se admirou, pois julgava-me morto. Extraiu-me então da testa um

pedaço de pau que a bala arrancara de um galho e fizera penetrar-me ali, correndo-me o sangue em abundância pelo rosto e todo o corpo. O meu camarada Hans Carol Spiessen, sabendo que eu estava ferido e pensando igualmente que morto, quis ajudar a transportar-me. Em caminho, quase lhe acontece uma grande desgraça, pois uma bala rasa veio bater à distância apenas de um passo dele, voando-lhe a areia por cima da cabeça. Ainda assim acompanhou-me até a praia donde fui conduzido com outros feridos para um navio, e ali pensado. Porém não me demorei muito a bordo, voltando logo para terra, com o chapéu sobre o lado esquerdo. Pouco depois tirei a atadura. Graças e louvores eternos ao Altíssimo por não haver logo ali posto fim à minha vida.

Durante um assalto, um marinheiro holandês que se achava prisioneiro na trincheira aventurou-se a trepar no parapeito, onde, armado de um meio chuço, fingiu bater-se valentemente contra nós. Mas aproveitando-se de sua vantagem, pulou por cima da estacada e correu velozmente para o nosso acampamento, onde, com grande admiração nossa, chegou são e salvo. Além deste, aconteceram outros episódios singulares, dos quais apenas mencionarei um, que foi filho do acaso. Dois camaradas tinham preparado na sua barraca uma sopa de vinho de Espanha e biscoito,[20] e altercavam dizendo um ter posto nela mais biscoito que o outro. No meio desta disputa, voou uma bala rasa da trincheira através da barraca e arrancou a este a cabeça, que foi cair dentro da gamela. O outro disse então "Agora podes tomar a sopa toda; eu não a quero mais". A 10, tivemos de ambos os lados tanto que fazer com enterrar os mortos que quase suspenderam-se o canhoneio e escaramuças. Como também compreendêssemos que, com tão pouca gente, nada de importância conseguiríamos neste sítio, tomaram os srs. conselheiros de guerra[21] e principalmente os srs. tenente-coronel e major a seguinte deliberação: ao anoitecer, jogou-se de novo fortemente com a artilharia contra a trincheira e fez-se rebate falso como se ainda uma vez a quiséssemos acometer. Quando a escuridão tornou-se completa, untaram-se bem azeite os reparos das peças que

foram de novo transportadas para os navios. Em seguida, os senhores oficiais jogaram a dado a ordem em que as companhias deviam ser conduzidas para bordo nas chalupas. Como o nosso sr. major fosse infeliz, coube à nossa companhia ser a última e, portanto, a que ficava exposta ao maior perigo. Antes da retirada, porém, e até a meia-noite, usou-se de toda a sorte de estratagemas e tocaram-se vários rebates falsos. Enfim, colocamos muitos morrões acesos em paus fendidos nos parapeitos, baterias e acampamento, como se toda a tropa estivesse em armas. No entretanto, nos apressamos por embarcar nos navios e durante esta noite dormimos com segurança e melhor sobre as duas tábuas do convés do que sobre a areia nas barracas em terra.

Ao amanhecer do dia seguinte, o inimigo começou a fazer fogo com as peças da trincheira. Como nós lhe respondêssemos dos navios e não da bateria, alguns temerários apresentaram-se diante das nossas obras e atiraram para dentro delas. Não vendo sentinela alguma, transpuseram as mesmas e vieram aos magotes ao acampamento que incendiaram. Puseram então a gritar com todas as forças: "Flamengo cornudo!", ao que nós respondíamos "Espanhol cornudo!". Assim nos despedimos amavelmente uns dos outros. A 12, fizemos de vela e a 14 chegamos de novo ao porto de Pernambuco e aos nossos antigos quartéis.[22]

Em vista do fiasco, atacou-se em seguida o Rio Grande do Norte, que o relatório de Adriaan Verdonch refere detidamente.

De Cunhaú à cidade do Rio Grande, chamada cidade do Natal, há dezessete milhas contadas ao longo da costa. Para o interior e em muitos lugares, o terreno é improdutivo. A gente que ali vive não mora a mais de quatro a cinco milhas da costa. Nessa região do Rio Grande, há gado em quantidade e abundância, em muitos lugares porcos e em geral muitas galinhas. As pastagens são ali excelentes e os habitantes não têm outra riqueza senão o gado, com o que fazem muito dinheiro. Entretanto, a maioria do povo é miserável, mal tendo

de que viver. Pegam ali muito peixe, plantam grande quantidade de mandioca para fazer farinha e também muito milho, o que tudo é trazido para Pernambuco. Há igualmente abundância de caça e de frutos silvestres [...].

Quando ali [em Natal] há falta de sal, o capitão-mor do dito forte do Rio Grande manda uma ou duas barcas, de 45 a cinquenta toneladas, a um lugar sessenta milhas mais para o norte, onde há grandes extensas salinas que a natureza criou por si. Ali podem carregar, segundo muitas vezes ouvi de barqueiros que dali vinham com carregamentos de sal, mais de mil navios com sal, que é mais forte do que o espanhol e alvo como a neve.[23]

Aos soldados esfomeados do Recife, o Rio Grande do Norte aparecia como um novo "país de Cocanha", graças à criação de gado vacum.

Depois de algum descanso, partimos outra vez, a 21 [de dezembro de 1631], sob o comando do srs. tenente-coronel Steyn-Callenfels e major Berstedt, fortes de dezenove companhias em catorze navios, e chegamos, a 27, em frente ao Rio Grande. Como não pudéssemos saltar bem junto ao forte [dos Três Reis Magos], de onde nos receberam desagradavelmente com tiros de canhão, fomos desembarcados um pouco abaixo dele, e ali passamos a noite, saindo várias partidas em reconhecimento tanto contra o forte como em todas as outras direções. A 28, seguimos adiante e capturamos para mais de quarenta cabeças de gado e treze porcos. Foi então um matar, cozinhar e assar que, durante três dias, consumimos mais carne fresca do que no decurso de todo o ano anterior.

A 13 [de janeiro de 1632], marchamos mais pela terra adentro, chegando a umas casas perto das quais encontramos cerca de 2 mil cabeças de gado. Como fossem de natureza muito bravia e os tiros ainda mais os espantassem, poucos teríamos pegado vivos se um cabo da nossa companhia (que fora outrora mercador de gado) não conduzisse com cordas a

vários bezerros, a cujos berros acudiu grande número de bois, dos quais ainda conseguimos levar para os navios 245, fora os que foram mortos e comidos. Passamos ainda uns dois dias em terra nos divertindo e comemos bastante carne fresca que, conquanto fosse saborosa, era, porém, muito magra. Provém isto de em toda esta terra do Brasil se encontrarem poucas pastagens por ser o solo ou de areia ou pantanoso.

A 2, embarcamos de novo e, fazendo de vela a 4, chegamos a 9 no porto de Pernambuco, voltando aos nossos aquartelamentos antigos. O gado trazido foi dividido pelas companhias e a maior parte, morta para os doentes.[24]

Ao sul do Recife, os contingentes holandeses atacaram Rio Formoso.

Logo no dia seguinte [16 de janeiro de 1632], fomos postos em terra perto de Rio Formoso. Assim que o inimigo nos avistou, fugiu, entregando às chamas uma casa em que havia duzentas caixas de açúcar do qual pouco aproveitamos. Passamos ali a noite, consumindo e destruindo o que o inimigo deixara.

Na madrugada de 17, seguimos, marchando ao longo da costa. Encontramos várias casas e fizemos alguns prisioneiros, dois dos quais conservamos conosco. Estes nos guiaram durante quatro horas por montes e vales e através de vários pequenos rios pelo interior do país, até chegarmos a um engenho de açúcar. Junto a ele, havia ainda diversos armazéns e outras casas que tinham sido abandonadas pelos seus habitantes tão apressadamente que não puderam levar consigo a menor coisa, conseguindo apenas porem-se a salvo no mato e outeiro próximos. Disto tivemos prova encontrando sobre uma caixa de açúcar (das quais havia cerca de 2 mil em vários lugares) o pote de tinta, o pincel e a marca do mercador, meio começada. Perto dali havia também um armazém com muitas pipas e barris cheios de vinho de Espanha, com que muito nos alegramos e fortalecemos, apesar de o inimigo, reforçado no outeiro, atirar tão cerradamente com flechas e balas que a muitos amargou o vinho e o açúcar.

Vendo o nosso sr. governador [das armas] que era impossível transportar para os navios ainda que parte desta grande presa, permitiu que cada um enchesse de açúcar o seu bornal e de vinho de Espanha os seus cantis, e levasse consigo o que pudesse carregar junto com o mosquete. Em seguida, deu ordem de incendiar em vários pontos o engenho e os armazéns, e, quando tudo achou-se em chamas, não sendo possível mais extinguir ou salvar do fogo a menor coisa, nos retiramos em boa ordem. Surpreendendo-nos a noite em caminho, não pudemos alcançar a praia e voltar aos navios, pelo que acampamos em um vale muito profundo. O inimigo, que nos seguia de perto, alarmou-se diversas vezes, de sorte que pouco pudemos descansar ou dormir.

Ao amanhecer do dia 18, partimos de novo. Marchamos para os nossos navios, embarcamos e fizemos de vela. Ao anoitecer do dia 20, divisamos uma caravela espanhola no rio, junto a Porto Calvo.[25] Dirigimo-nos para ela com vários botes cheios de tropa, e, chegados à distância de um tiro de mosquete, demos-lhe uma salva. Como não nos respondessem nem de bordo nem de terra, nos aproximamos e penetramos no navio, encontrando apenas peixe salgado, que descarregamos. Em seguida, pusemos-lhe fogo pois, estando encalhado, de pouco nos poderia servir. A 21 desembarcamos neste lugar com algumas companhias e chegamos a diversas casas, nas quais pouco encontramos, a não ser limões, laranjas e algum milho. A 22 penetramos ainda um bom pedaço pelo interior do país e vimos muitos arbustos cheios de lã que pareciam cobertos de neve.[26] Encontramos também uma boiada, da qual pegamos 42 cabeças; os bois mortos a tiro foram carneados e de novo nos fartamos de carne fresca. Em seguida, embarcamos, e, fazendo de vela no dia imediato, chegamos felizmente em 26 a Pernambuco [isto é, o Recife]. Conquanto pequenos fossem os resultados da expedição acima descrita, causamos ao inimigo grandes prejuízos, queimando-lhes várias casas, muito açúcar e o engenho. Trouxemos também grande quantidade de canas, cujo suco chupávamos durante a marcha.[27]

O comando luso-brasileiro deu-se conta da incapacidade em que se achava de responder a esses ataques. Como assinalou Duarte de Albuquerque Coelho,

> vendo-se o inimigo assim fortificado [...] começou a dividir por aquela costa os seus navios, não só para apresar o que pudesse como porque souberam que nos entravam em alguns portos caravelas de socorro, e queriam estorvá-las. Assim, cada um nos apertava mais, sendo-lhe agora fácil o caminho por mar onde não temiam os capitães de emboscadas que em terra os assaltavam com tanto dano seu. O que eles nos causou com essa vantagem foi mui grande, porque navegando com vento em popa para sudoeste quando soprava nordeste, e para o norte e nordeste quando reinavam sudeste e sul (são os que dominam naquela costa alternativamente de seis em seis meses), chegavam em poucas horas aos portos que por terra não podíamos socorrer em muitos dias, já pelas distâncias, já pelos muitos rios que neste país demoram a marcha. Além dessa vantajosa parte que eles tinham, não era menos considerável a de arredar-nos alguma gente dos postos para ir socorrer aos lugares que invadiam por mar, porque, tendo nós tão pouca, ficávamos sem ela, e tudo exposto a perder-se sem resistência.[28]

Até então, transcorridos quase dois anos da ocupação de Olinda e do Recife, o donatário de Pernambuco podia observar ironicamente que os neerlandeses

> alimentavam-se somente com os gêneros que a Holanda lhes enviava, pelo que pode dizer-se sem escrúpulo que, estando eles em terra havia tanto tempo, ainda navegavam pois que não tinham outros mantimentos mais que salgados.[29]

A batalha naval de 1631 não modificou os dados da situação, embora tivesse reforçado

consideravelmente o exército de resistência graças aos efetivos lusitanos, castelhanos e napolitanos que trouxe sob o comando do conde de Bagnuolo. Veja-se o que registrou Calado a este respeito.

> Sabendo pois o inimigo que a armada de Espanha estava na Bahia com o socorro e da derrota que havia de levar (que de tudo tinha avisos por via dos cristãos-novos), saiu com sua grossa armada ao mar em busca do general d. Antônio de Oquendo, com toda sua gente ajuramentada a vencer ou a morrer, na qual ia por general um valoroso e bravo holandês, chamado o Pater. Encontraram-se as duas armadas e começaram a brigar de parte a parte com grande coragem e resolução. E foi a briga tão travada que no mar não se ouvia mais que o estrondo das peças de artilharia e mosquetaria. Algum destroço houve da nossa parte e duas naus estiveram a risco de se irem ao fundo e dois patachos de serem queimados, se não fora a boa diligência com que se lhes acudiu, aonde houve alguns mortos e feridos, que são os ordinários frutos que se colhem nas batalhas assim do mar como da terra. Porém, os espanhóis e portugueses que vinham nos galeões com d. Antônio de Oquendo se houveram tão valorosamente e com tanta fúria e orgulho que deitaram ao inimigo três naus no fundo e outras destroçaram. E brigando a nossa capitânea com a sua, vendo que era uma nau mui forte e alterosa e bem fornecida de muitos mosqueteiros, tendo-lhe já derrubado o mastro grande, meteram sobre a bala de uma peça reforçada um envoltório de um pano breado e fazendo-lhe tiro lho meteram dentro no bojo da sua nau junto ao paiol das munições. Começou-se a atear o fogo na nau e sair dela fumo, o que visto pelo general holandês se envolveu no estandarte da Holanda, dizendo "Muy gran soldado es d. Antonio de Oquendo!". E dizendo isto se deitou ao mar e morreu afogado, por não se ver cativo. E os mais que na nau ficaram, uns morreram abrasados e outros se deitaram ao mar, dos quais os nossos salvaram a alguns, que levaram consigo prisioneiros. Vendo-se os holandeses desbaratados, se vieram retirando para o Recife; e d. Antônio de Oquendo se foi

reparar e tomar algumas águas na baía da Traição; e daí foi fazendo sua viagem para as Índias, segundo o preceito e ordem que ele trazia.[30]

O marinheiro neerlandês Jacob Jansen Hess recorda sua participação na batalha naval de 1631.

No ano de 1631 de Nosso Senhor, a primeiro de setembro, se me não falha a memória, com a graça de Deus fizemo-nos à vela diante da cidade de Pernambuco com dezesseis navios para ir à procura de nosso inimigo [...] Chegamos à altura da Bahia e aí encontramos um dos nossos iates que informa que a frota espanhola estava em alto mar e que ele estivera muito perto dela. Desta forma, a ida até a altura da Bahia fora inútil e resolvemos então perseguir o inimigo e continuamos nossa rota para o sul, porque soprando o vento para o leste os inimigos não podiam ir ao longo da costa em direção ao norte.

Perseguimo-los e encontramo-los a 11 de setembro à tarde, cerca de uma hora antes do pôr do sol, à altura de dezessete graus, sendo demasiado tarde para realizar qualquer coisa de extraordinária. Içamos pois nossas velas e preparamos nossos navios para combater e, mais ou menos à meia-noite, deixamo-nos levar pelo vento para estarmos próximos dele pela manhã, como aconteceu. Ficávamo-lhes a barlavento, mais ou menos a uma légua de distância. Foi dado então o sinal de que todos os patrões e capitães de navio deviam vir a bordo da nau capitânea, o que fizeram, sendo então resolvida a maneira segundo a qual cada um teria de conduzir-se e com quem abordaria [...].

Foi então feita a prece e viemos ao vento para aproximarmo-nos deles e o primeiro que encontramos foi o vice-almirante da frota espanhola. Logo Marten Thijssen, almirante dos nossos navios, chega e aborda-o [...] e abordamo-lo em boas condições, deixando tombar a abalroa a seu bordo, mas aproximando-nos a corda arrebentou-se, o que nos causou grande dano. Passamos assim perto dele até o castelo da popa, onde sua verga de cevadeira se enrodilhou nos nossos patarrais dos mastros da mezena. Então o [navio]-almirante de

Nápoles abordou e, nesse momento, *Walcheren* e *Leyden* também abordaram a fim de ajudar-nos, enquanto aparecia mais um navio mercante que nos abordou de esporão mas foi logo a pique. E como seu grande estai viesse sobre o nosso mastro de gurupés, fez-se em pedaços, de modo que tombou na água, havendo então um combate violento no qual se perderam a vida de parte a parte, a maioria, porém, do lado inimigo.

O combate durou das nove horas da manhã mais ou menos, às três da tarde. O fogo contrário incendiou o nosso navio mas o inimigo, a seu turno, foi alvejado de tal forma por nós em sua proa que não mais pôde manter-se. Se ao menos alguns de nossos navios houvessem vindo em nosso auxílio, a vitória teria sido nossa provavelmente, de modo que não se portaram como bons servidores, mas como traidores. Deles, houve apenas quatro que abordaram, mas, segundo a declaração do espanhol, houve ainda dois outros de nossos navios que tudo fizeram para pôr em ação os canhões. Não saberia dizer, porém, quais foram porque nós próprios estávamos ocupadíssimos, a princípio disparando tiros de canhão, depois abafando o incêndio, o que se nos afigurava impossível, pois o fogo fazia tais progressos que fomos forçados a evacuar o castelo de proa, reunindo-nos na popa. Então, cinco de nossos navios passaram perto do em que estávamos, tendo-se aproximado mais de nós Robbert van Enkhinsen. Pediu-lhe o próprio general que nos salvasse, ao que respondeu que sim. E sua chalupa foi alçada e, saltando nela a equipagem, foi a dita chalupa arrastada por detrás de seu navio mas, após alguns momentos, foi novamente alçada, a equipagem lançou-se a bordo de seu navio e, assim, fomos abandonados no nosso que se achava em chamas. Cercados de inimigos, que se revelaram quase amigos, tivemos de evacuar o nosso navio, entregando-nos à mercê das ondas em cima de tábuas, cada qual como podia. O general colocou-se no mastro de gurupés para salvar-se, mas, estando esse mastro ainda ligado a algumas cordas, não se podia ficar sentado nele por causa dos cachopos do mar. E desta forma, o sr. general afogou-se com o secretário, o

comissário de bordo, o primeiro piloto e um grande número de pessoas da equipagem.

O almirante de Portugal, vendo a maneira vergonhosa pela qual éramos abandonados, fez então flutuar uma bandeira branca em sinal de trégua, e fomos tirados da água e salvos todos juntos, tanto quanto foi possível e, depois, fomos tratados da mesma forma que a equipagem do inimigo.[31]

A armada de Oquendo tivera objetivos limitados, qual seja o de trazer reforços ao exército luso-brasileiro de resistência. Do lado luso-brasileiro, a guerra vai mudar de feição, para desgosto dos guerrilheiros.

Quando a batalha naval se começou a travar, se apartaram da armada Duarte de Albuquerque e o conde de Bagnuolo com o socorro que trazia para Pernambuco [...] Tanto pois que o conde de Bagnuolo assentou casa no Arraial com título de mestre de campo e governador de um terço italiano que consigo trouxe, começou-se a fazer mais caso dos capitães e soldados que haviam vindo do Reino. E os soldados de Pernambuco, que até então haviam defendido a terra e reprimido o inimigo com tanto esforço e valor, metidos pelos matos, passando rios, descalços por lamas e atoleiros, com grandes descômodos, vendo que não eram tratados com o amor e benevolência com que o general Matias de Albuquerque os havia até então tratado, uns se foram indo para as suas casas, outros afrouxaram do contínuo trabalho, assim diurno como noturno, com que andavam oprimidos, dizendo que trabalhassem os soldados que haviam vindo do Reino, pois eram pagos. E que soubessem e experimentassem ao que sabia o andar por matos e atoleiros, o que eles até então tinham feito sem outro interesse mais que o zelo da defesa da pátria; e mostrassem que eram vassalos leais de Sua Majestade [...] Em resolução, desde o tempo em que o conde de Bagnuolo entrou em Pernambuco, logo os sucessos da guerra foram caminhando de mal a pior.[32]

Em fevereiro e em março de 1631, Waerdenburch recebera do Conselho dos XIX ordens terminantes no sentido de fortificar e conservar Olinda, o que significava imobilizar indefinidamente uma parte substancial da tropa. Ele voltou então a propor o abandono da vila e deu as razões estratégicas de tal projeto.

> Quanto à cidade, as cartas remetidas já haverão suficientemente instruído Vossos Altos Poderes acerca do caráter rude e selvagem de sua situação, dominada como é por colinas [...] A fortificação da cidade é impraticável e impossível, mesmo no caso de termos de esperar o inimigo ao cabo de dois anos. Suposto que tudo fosse bem executado e acabado, seriam necessários (para a guarnição da cidade, que teria assim uma circunferência de 2 mil toesas, contada cada toesa à razão de três homens no mínimo) 6 mil homens, sem que tivessem então quaisquer tropas de reserva [...] devendo, porém, ser considerado como regra fixa que aquele que for senhor das cidades, portas, Recife e Antônio Vaz também o será da cidade. [...] [A fortificação de Olinda] não serviria senão para fazer consumir os nossos víveres, a propósito dos quais nos achamos agora pela segunda vez em tal extremidade que nos resta pão para oito semanas no máximo e vinho ainda menos, o que poderá causar grandes perigos, dificuldades, misérias e desgraças [...] Guardando com esta força a cidade até a chegada do almirante general Pater, como é possível imaginar-se que nos seria dado realizar ainda algo de notável além disto?[33]

Em novembro de 1631, o comando holandês executou o projeto que propusera ao Conselho dos XIX relativo ao incêndio e abandono de Olinda, considerada indefensável como vimos, de modo a concentrar forças no Recife. Na Holanda, houvera

oposição à ideia, inclusive da parte do príncipe de Orange, mas a ordem foi finalmente dada. Narra Duarte de Albuquerque Coelho:

> Em 23 [de novembro], vieram render-se três soldados do inimigo; eram franceses e dois deles irmãos. Disseram (sem discrepância) que vinham da vila, a qual no dia seguinte devia ser abandonada, queimando-a, e passando à povoação do Recife, para terem assim unidas suas forças. Entendiam, como são práticos, que não a podiam sustentar nem a fortificar bem, por a natureza do sítio ser tal que nem a sua muita arte dava lugar para fazê-lo, acrescendo o verem que o tempo que a ocuparam lhes custou muita gente e que, com a que julgava nos abundava com o socorro, menos o poderiam fazer. Apenas o general [Matias de Albuquerque] soube isto, destinou armar-lhes duas emboscadas naquela noite, junto ao caminho que eles haviam de seguir. Mas, ainda que a copiosa chuva que sobreveio não deu lugar a nada, menos o deu o inimigo pelo cuidado com que efetuou a retirada, logo ao anoitecer, antes que estivéssemos emboscados.[34]Deixaram em chamas a vila de Olinda, cabeça daquela praça, e que, pelo menos, continha 2500 vizinhos [...] O que não pode referir-se, sem grande e devido sentimento, é que também deixaram nas chamas todas estas igrejas e conventos e as Santas Imagens. No dia seguinte, acudiram ali muitos moradores, com aquela mágoa de quem nesta vila foi nascido e criado, e no desejo de atalhar o incêndio e ruína de suas casas, pensando voltar à sua habitação com a prosperidade que dantes gozavam e com a brevidade que alguns imaginaram.[35]

Diogo Lopes de Santiago refere-se ao incêndio de Olinda e ao arrependimento, anos depois, do governador do Brasil holandês, conde João Maurício de Nassau.

> Vendo e experimentando os holandeses que os portugueses os acometiam muitas vezes, principalmente pela vila de Olinda,

por ser aberta por muitas partes e incapaz de defesa, matando-lhe muita gente, e que não eram senhores de poder ir dela para o Recife, ou do Recife para a vila sem manifesto risco e urgente dano, determinaram de a deixar. E como sempre trazem posto o ânimo e olhos no interesse, mandaram dizer a Matias de Albuquerque se a queria resgatar por algumas mil caixas de açúcar, aliás [isto é, ou] que lhe poriam o fogo e pereceria abrasada. Mas Matias de Albuquerque a nada disto lhes deferiu, parecendo-lhe que, recebendo as caixas (como é gente que nunca guarda o prometido) lhe tornariam a pôr fogo, e cada dia com esta invenção, procurariam haver outros açúcares [...] puseram por obra seu intento em dia de Santa Catarina, 25 de novembro de 1631, pondo-lhe fogo por todas as partes, que foi um miserando espetáculo. Assim ardeu a infeliz vila de Olinda, tão afamada por suas riquezas e nobres edifícios, arderam seus templos tão famosos, e casas que custaram tantos mil cruzados em se fazerem, sem ter lástima o desumano holandês de pôr fogo a tão grandiosa vila, que ficando em pé e intacta servia de memória sua em a haverem ganhado. Tanto que puseram o fogo, foram todos marchando para o Recife e alguma gente nossa que estava de emboscada lhes matou alguns homens. Acudiram os nossos a apagar o fogo e incêndio dos templos com que de todo não ficassem abrasados, e os padres da Companhia de Jesus acudiram com índios à sua igreja a apagar o fogo e assim não ficou com muito dano. Todas as casas pereceram, exceto uma térrea, que ficou intacta, como por testemunha deste incêndio, porém as paredes e outros edifícios pelo tempo em diante foram todos caindo com o rigor das chuvas e ventos; e a torre da igreja matriz, que era grandiosa, e os mais conventos de religiosos.

Depois, passados coisa de cinco anos, quando o flamengo ganhou a campanha, alguns moradores portugueses tornaram a povoar a vila pela parte de baixo,[36] onde fizeram casas alguns flamengos, ficando a eminência dela despovoada, crescendo os matos tanto que cobriram os arruinados edifícios. E quando veio o conde de Nassau ao Recife, sentiu muito haverem os

> holandeses queimado a vila, por ser tão grandiosa de edifícios, e deu muitas repreensões aos que então governavam.[37]

A frustração criada pelo impasse militar era particularmente aguda entre os diretores da WIC em Amsterdã. A estratégia de bloqueio naval acoplado ao sítio das praças-fortes em que eles haviam apostado para conquistar o Nordeste simplesmente não funcionava, enquanto as despesas da Companhia com a empreitada não cessavam de aumentar, sem que a guerra de corso no litoral brasileiro lhe permitisse compensá-las. Como observava Pudsey no seu relato: "é verdadeiramente um milagre de nossos tempos pensar que uma companhia privada de mercadores possa ser capaz de continuar esta campanha por tempo tão longo sem receber o mínimo lucro, exceto por apresar algum açúcar ao longo da costa, por diversos anos". Ademais, a WIC temia a atuação dos seus grandes adversários, os burgomestres de Amsterdã, e o êxito das negociações secretas entre os Países Baixos e a Espanha, nas quais se ventilava incessantemente a possibilidade de se restituir ao rei católico a cabeça de ponte neerlandesa no Brasil. O coronel Waerdenburch explicava ao governo batavo as razões do impasse militar.

> Em primeiro lugar, soldados. Tenho aqui 3500 no máximo, e destes mais de quatrocentos têm escorbuto, sem que se lhes deem os víveres que lhes convêm. Diversos outros estão infectados de todas as espécie de doenças e inválidos por força das fadigas contínuas, como prova o grande número que daqui

parte todos os dias nos navios para a pátria. Não posso dispor de um só para empregar em outras regiões, pois que a guarnição, para estar em condições convenientes, exigiria o duplo desse número, senão mais. Assim é que, por falta de soldados, as guardas não podem ser rendidas como é necessário, sem recurso ao expediente das guardas extraordinárias. Além disso, as obras [de fortificação do Recife] não estão ainda tão adiantadas que se possa resistir a um sítio [...] A fraqueza das tropas é extrema (não são em verdade mais que sombras vivas) porque não recebem víveres frescos, mas somente um pouco de alimento velho, e além disso, no Recife e em Antônio Vaz, onde se acha a maior parte delas e onde há mais obras por executar, são obrigadas a contentar-se com água ruim [...].

Em segundo lugar, os navios, iates, marinheiros etc., necessários a novas conquistas, são aqui em número tão diminuto que ao invés de poderem servir em novos feitos de guerra não bastam a transportar todos os dias os materiais necessários às obras, provisões etc., pela falta dos quais todos os nossos trabalhos estão suspensos, de modo que tentando agarrar os dois pássaros no ar, perderíamos o que temos na mão e este não tardaria a fugir [...].

Neste ínterim, tenho lançado aqui uma sólida base de resistência (com a graça de Deus) à força do inimigo. Todas as outras cidades, por assim dizer espontaneamente, virão submeter-se uma após as outras, porque bloqueando seus portos com nossos cruzadores, toda comunicação e todo recurso serão cortados, ao passo que, de outra forma, isto exigiria despesas enormes, tropas inumeráveis e grandes fortificações como aqui, em virtude das dificuldades locais de toda espécie. Bem sei que há pessoas (sobre cujas informações os senhores diretores têm adotado um outro ponto de vista) que os persuadem de que não é tão difícil e de que, além disto, é necessário fazer outras conquistas. Mas eu bem quisera tê-las aqui para levarem elas mesmas a cabo o que propõem, porque nas atuais circunstâncias não saberíamos como nos conduzir a nós mesmos em tal empresa. Penso,

porém, que lhes é aplicável o provérbio: "Os melhores soldados estão em casa ao pé do fogo e os melhores marinheiros se acham no porto".

Nós que temos experiência diária da força e da astúcia do inimigo (que conta cerca de 10 mil homens aqui na capital de Pernambuco),[38] juntamente com os inconvenientes das matas e dos caminhos sinuosos, moléstias, mortalidade, falta de víveres, lenta esperança de socorros, chuva forte, calor excessivo, quase todos os elementos contra nós, pouco alimento e este mesmo bem pouco saudável, sem beber nada a não ser água, marchas através de sarças e espinheiros, vigílias em que se transforma a noite em dia, passando-se noite e dia em fadigas sem fim. De tal forma que não há ninguém, seja soldado, seja oficial superior ou inferior que não esteja diariamente no trabalho, sem interrupção [...] através de pântanos e maré alta e maré baixa, sob os tiros de mosquete do inimigo, [a] sair em busca de madeira, cipó e feixes de ramo, a maioria das vezes a três quartos de hora de marcha daqui; ou atravessando o rio com embaraços inauditos de comboios, lenhadores, carregadores etc., num alarme contínuo, sem vinho [...] nós, dizia eu, que vivemos desta forma como um bando de escravos, não podemos compreender isto.[39]

Em agosto de 1631, Waerdenburch explicou aos Estados Gerais as dificuldades que o haviam impedido até então de conquistar o Arraial do Bom Jesus.

Em suas últimas cartas, os senhores diretores têm insistido fortemente no desalojamento de Albuquerque, crendo chegar, por esse meio, ao fim desejado. Todavia, ao mesmo tempo que nos incitam a desalojar o inimigo, os senhores diretores não desejam que abandonemos a cidade. Desalojar Albuquerque não seria, entretanto, coisa fácil [...] Esta fortaleza real, como lhe chamam os portugueses, é uma praça fortificada há muito tempo com duplas muralhas e fossas e oito peças de canhão. Os caminhos que a ela conduzem, quer daqui [do Recife], quer

> da cidade, não são, por causa dos pântanos e matas, senão em número de dois, bem atravessados de trincheiras em todos os pontos vantajosos até oito ou dez vezes. Para tal empresa nada temos a nosso favor, porque o caminho de hora e meia de marcha tem dois rios que só podem ser atravessados com as águas baixas e, como não temos nem cavalos nem carros e não podemos ter o auxílio de nossas barcas e chalupas, tudo, sem nenhuma exceção, teria de ser transportado para lá por mãos e ombros de homens. E como ainda a dita fortaleza não pode ser atacada à viva força [...], Vossos Nobres e Altos Poderes facilmente compreenderão o que se passa neste caso [...] Na fortaleza referida, que é bem provida de munições de guerra, ao seu redor se encontram [...] sem contar índios e negros, mais de 4 mil portugueses válidos [...] Não é provável que haja aqui algo de útil a fazer de nossa parte.

A esta altura, Waerdenburch já compreendera o equívoco do cálculo estratégico em que se baseara a conquista do Brasil: a seu ver, a tomada das praças-fortes litorâneas mediante o bloqueio naval e à guerra de sítio não bastaria por si só para alcançar o objetivo final.

> O ponto principal sobre que se baseavam os senhores diretores no tocante à incorporação desta região brasileira foi acreditarem que, fechando-se bem o país, forçar-se-iam os habitantes, pela falta de provisões e pela suspensão do comércio, a pôr-se de acordo conosco. Mas neste particular estão inteiramente enganados, porque tal região, que foi possuída durante mais de setenta anos sem guerra nenhuma, tem sido tão cultivada que, sem falar no vinho e no azeite, pode prover suficientemente às suas próprias necessidades. Além disso, a remessa de seus açúcares não poderá ainda incomodar muito os habitantes, de modo que não se colocarão de nosso lado enquanto não houverem visto os resultados que conseguir sua armada.[40]

4.
A ruptura do impasse, 1632-4

O impasse dos dois primeiros anos foi rompido pelos holandeses a partir de 1632. Para tanto, eles dispunham da grande vantagem tática da sua superioridade naval, cuja variedade e mobilidade permitiam-lhes atacar os pontos mais distantes do litoral, sem que as forças opostas, concentradas em torno do Recife, na Paraíba e no Cabo de Santo Agostinho, pudessem acorrer a tempo de repeli-los.Uma flotilha de chalupas e de pequenas embarcações subia e descia a seu talante os pequenos rios da zona da mata, saqueando e incendiando os engenhos de açúcar e amedrontando a população. O triênio 1632-4 foi ocupado nessas excursões, embora também se tentassem ataques, todos malogrados, contra o Arraial do Bom Jesus e a Paraíba.

O objetivo neerlandês de se apossar das demais praças-fortes do litoral não poderia ser alcançado enquanto o exército hispano-luso-brasileiro dispusesse de apoio no interior do Nordeste e enquanto eles mesmos não obtivessem os reforços substanciais que a WIC ainda não lhes tinha podido enviar. Era indispensável, portanto, aplicar uma estratégia contraguerrilha antes de passar ao sítio

das praças-fortes como inicialmente previsto. Não sem vencer a resistência do Conselho Político no Recife, que, sob a pressão dos diretores da Companhia em Amsterdã, insistia por novas tentativas contra o Arraial, Itamaracá, a Paraíba e o Rio Grande do Norte, Waerdenburch encetou em abril de 1632, com um ataque de surpresa à vila de Igaraçu, uma série de devastadoras expedições visando destruir as bases rurais da resistência (engenhos, roças, currais) e a intimidar a população civil, afastando-a progressivamente do exército que a defendia.

Segundo Adriaan Verdonck, Igaraçu, situada a cinco milhas de Olinda, era uma vila

> onde os habitantes são todos gente pobre [...] e vivem principalmente de seus ofícios, ou, para melhor dizer, do trabalho dos seus escravos. Nas imediações desse povoado, há também cinco ou seis engenhos ou talvez mais, contando com dois ou três que distam dali duas ou três milhas, em um lugar à margem dum rio que é preciso passar-se para chegar até ele. Esse rio, chamado Paratibe, é ali muito largo, porém adiante estreita-se e fica água morta com cinco palmos ou mais de fundo.[1]

Waerdenburch reportou em carta aos Estados Gerais o êxito desta primeira expedição contra o interior da capitania.

> Com a partida da frota, com a qual seguiram para as Índias Ocidentais os mais antigos soldados ou os que serviram por mais tempo, verificando que, ao norte e ao sul (e em todas as praças tivemos a prova disso), com nossa força atual, nada há que fazer contra elas, julguei de bom aviso (após ter dado

ciência na véspera ao Conselho Político, que considerou útil também) fazer uma certa tentativa contra uma cidade de nome Igaraçu, situada légua e meia para o lado interior da costa, e seis a sete léguas ao norte do Recife, com o objetivo de privar o inimigo de seus recursos, molestando e saqueando os habitantes que ao referido inimigo proporcionam dinheiro, víveres, soldados etc.

Assim, tendo comigo o major Rembach e seis companhias de soldados, nomeadamente cinco companhias de mosqueteiros, comandadas pelos capitães Pierre Le Grand, Cloppenburch, Meppel, Drost e de Buysson, e cem piques, com tropa comandada sob as ordens do capitão Balthazar Bijma, num total de quinhentos homens e, além disso, trinta a quarenta negros que eu encarregara de transportar os mortos e feridos — pus-me em marcha no último dia de abril [de 1632] às seis horas da tarde. Encaminhando-nos ao longo da praia do Recife e passando perto de Olinda, encontramos duas sentinelas a cavalo, que ali se achavam postadas com ordem de avisar Albuquerque logo que avistassem alguns dos nossos nas cercanias da cidade. Tão logo nos viram, fugiram em direção do Arraial. Entretanto, não puderam causar-nos qualquer embaraço, porque estando o Arraial a mais de duas horas de distância, graças a nossas marchas forçadas já tínhamos sobre eles a vantagem de um grande trecho de caminho. Mas apesar disso, se Deus não tivesse, dois dias antes, feito cessar a chuva, teríamos sido forçados, mesmo assim, a voltar por causa de três cursos d'água que atravessam o caminho e que têm, de uma extremidade a outra, uma profundidade que atinge a metade do corpo. E se a chuva houvesse continuado durante os dois últimos dias (pois que agora no inverno chove continuamente todos os dias), teria sido impossível vadear estas correntes de água, duas das quais estão situadas aquém de Paratibe, uma aldeia mais ou menos a três léguas de Igaraçu; e são tão largas que um homem sozinho teria necessidade de um quarto de hora para vadeá-las; e a terceira, situada além da aldeia, tem seguramente uma extensão de légua e meia.

A seguir, passamos por altas colinas pedregosas e depois, por gargantas tão estreitas (e de uma extensão seguramente de duas horas de marcha) que só podíamos atravessar um a um. E além de tudo, estava muito escuro por causa da noite [...] Isto, unido à espessura da mata, tornava impossível vermo-nos uns aos outros a um passo apenas de distância, o que ocasionava afastarem-se rapidamente as nossas tropas não só do caminho, senão também uma das outras. Na última vez, por exemplo, vagaram assim mais de três horas, de tal sorte que foi uma mercê prodigiosa de Deus que se reunissem afinal, sob o perigo tanto maior quanto, aquém e além de Paratibe, à direita e à esquerda do caminho, se encontra bom número de casas, povoados e lugarejos, onde vive grande número de pessoas, além de seis ou sete engenhos em torno de Igaraçu, que em caso de reconhecimento, teriam bastado, com uma força pouco numerosa, uma vez cortadas as árvores e atravessadas no caminho [...], teriam bastado, dizia eu, a impedir-me de prosseguir meu caminho [...].

Assim prossegui meu caminho tão secretamente quanto possível, sem tocar nem engenhos nem casas para não ser descoberto [...] encontramos quatro carroças que subiam uma montanha. Mandei matar as pessoas que as conduziam para impedir que a gente de Igaraçu fosse cientificada da nossa marcha. Mandei também matar a sabre diversas outras que me encontraram e não puderam escapar por causa dos caminhos estreitos. Apenas poupei alguns que de boa vontade se entregaram a nós. Em todos estes perigos, dependíamos da fidelidade ou infidelidade de um negro que me servia de guia. Não se pode, entretanto, confiar muito nessa gente estúpida.[2] Enfim, a primeiro do mês de maio, mais ou menos ao meio-dia, ordenei ao major Rembach que ficasse com três companhias em linha de combate e com as outras três ataquei de improviso a cidade e dela me assenhoreei, pois que não tinham tido a mais vaga ideia de preparar-se para a nossa chegada, a qual julgavam impossível em virtude dos caminhos maus e incômodos. Diversas pessoas de distinção foram mortas; e quatro ou cinco eclesiásticos com seis ou cinco pessoas mais

> foram feitos prisioneiros. Aí encontrei também mais de duzentas pipas de vinho, mas, temendo que minhas tropas se embriagassem, mandei tirar o fundo de todos os tonéis. E para evitar que ocorresse qualquer coisa de inconveniente com o grande número de belas mulheres que aí havia, fiz com que todas se reunissem numa igreja, onde ordenei fossem guardadas por um tenente e alguns mosqueteiros até a minha partida, quando as pus em liberdade. Dos portugueses que contra nós se defendiam, mais de uma centena tombou ao solo, sem contar os feridos que fugiram. Dos nossos, sete a oito foram mortos e tivemos vinte a 25 feridos, entre os quais o major Rembach e mais alguns oficiais. Ordenei, a seguir, o saque da cidade, mandei incendiar algumas casas e, depois, bati em retirada para a fortaleza de Orange, situada ainda a três horas de marcha dali.

De prisioneiros feitos em Igaraçu, Waerdenburch ficou sabendo que

> em toda a capitania de Pernambuco [...] há 6 mil a 7 mil brancos, sem falar nos soldados e no novo socorro, distribuídos no Arraial e nos arredores, nos portos e guarnições, elevando-se entre mil a 1500 pessoas. Além disso, há 3 mil brasilianos armados de arco e flecha que o inimigo pode reunir em caso de necessidade, mas duvido que sejam todos (isto é, os brancos nativos, na maioria cidadãos) tão adestrados no uso de suas armas como os nossos. A isto, podem-se acrescentar ainda 7 mil negros dos engenhos, dos quais engenhos existem cerca de 110 e que têm em geral cem negros cada um, alguns 120, sessenta, oitenta ou cinquenta no mínimo. [...] Eu desejaria, por conseguinte, que Suas Graças não dessem fé tão facilmente às informações de particulares, que pretendem que não há gente na região, porque eu próprio tive experiência disso quando de nossa marcha para Igaraçu.

Na continuação da missiva, Waerdenburch tira a conclusão estratégica (o êxito da contraguerrilha) que a excursão a Igaraçu lhe sugeria.

> Creio firmemente que se pudesse efetuar, de quando em quando, algumas dessas rápidas incursões, incendiando e massacrando, lançar-se-ia não somente uma grande consternação entre os habitantes mas também se causaria até a Albuquerque, em seu Arraial, uma grande falta de diversas coisas indispensáveis, tanto mais quanto se diz que Igaraçu tem mantido anualmente no Arraial uma companhia, além da sua contribuição ordinária. Não creio, todavia, que por este meio apenas, sem um considerável reforço de tropas, se possa levar a obra ao fim colimado.[3]

Waerdenburch, porém, não contara apenas com a informação sobre Igaraçu que pescara no precioso relatório do falecido Verdonck. Dias antes da expedição, Domingos Fernandes, o Calabar, desertara do Arraial, passando-se para o inimigo. Refere Manuel Calado:

> Neste tempo, se meteu com os flamengos um mancebo mameluco, mui esforçado e atrevido, chamado Domingos Fernandes Calabar, o qual entre eles, em breves dias, aprendeu a língua flamenga e travou amizade com Sigismundo von Schkoppe, governador da guerra, ao qual tomou por compadre de um filho que lhe nasceu de uma mameluca chamada Bárbara, a qual levou consigo e andava com ela amancebado. E a causa de se meter com os inimigos este Domingos Fernandes Calabar foi o grande temor que teve de ser preso e castigado asperamente pelo provedor André de Almeida, por alguns furtos graves que havia feito na fazenda d'El Rei. Também lhe cobrou muita afeição o general do mar dos holandeses, que o trazia em sua companhia para que lhe ensinasse as bocas dos rios navegáveis e as paragens onde podia deitar gente em terra. E por meio deste Calabar, dava muitos assaltos e fazia muitos furtos e vexações nos moradores que tinham suas casas e fazendas junto ao mar por toda a costa de Pernambuco. Chamava-se este general do mar Johan Cornelisz Lichthart.[4]

O depoimento do donatário de Pernambuco não coincide com o de Waerdenburch ao atribuir a Calabar a iniciativa do ataque a Igaraçu, que mudaria o curso do conflito. Doravante, as *Memórias diárias* associam sistematicamente Calabar às excursões encetadas pelos holandeses por mar ou por terra ao interior do Nordeste.

> Em 20 de abril [de 1632] se introduziu com o inimigo um mulato chamado Domingos Fernandes Calabar, natural da paróquia de Porto Calvo em Pernambuco, onde tinha ainda mãe e alguns parentes. Assistiu e serviu ao princípio desta guerra; e quando o inimigo, a 14 de março de 1630, atacou o Real, que então se começava a fortificar, foi ferido de um mosquetaço. Podendo isto acrescentar-lhe o ódio contra aquela gente, antes o desvaneceu e a procurou, que tal era sua danada intenção, tendo ele muito valor e astúcia e sendo o mais prático em toda aquela costa e em terra que o inimigo podia desejar. Como o nosso general lhe conhecia o talento, sentiu muito esta fuga, não só pelo mal que daí receava (como iremos vendo), mas pelo caminho que abria para outros como ele (que não faltavam) fazerem o mesmo. O que admira é que, havendo mais de dois anos que o inimigo estava fortificado e fazendo-nos a guerra que se há visto, apesar dos incômodos, perdas e trabalhos que nos acarretara, foi este mulato o primeiro que se passou para o adversário.
>
> Muito estimou ele a presença do novo companheiro; e ele, procurando merecer a estima, persuadiu-o a que fizesse uma entrada por terra, facilitando-a e assegurando grande saque nela. Obrigado pelo interesse, anuiu o inimigo e trataram da execução, saindo o general Teodoro [Waerdenburch] da povoação do Recife ao anoitecer de 30 de abril com 1500 homens, guiados pelo dito Calabar, para a vila de Igaraçu, cinco ou seis léguas ao norte do Real, perto da ilha de Itamaracá. [...] Como levou tão bom guia, não foram sentidos no caminho que seguiram.

Chegando o general Teodoro às horas que já notamos [sete para oito da manhã], começou a saquear a vila com muita facilidade e degolou ali trinta pessoas, postadas alas de soldados pela parte exterior das casas para que ninguém subtraísse ao roubo qualquer coisa. E assim o fizeram, recolhendo todas as mulheres à igreja da Misericórdia, onde as deixavam com a só camisa no corpo. Desta igreja e da matriz, levaram a prata e os vasos sagrados que acharam, tendo alguns clérigos que mais pronto acorreram, consumido o Santíssimo Sacramento. No convento que ali havia de descalços franciscanos, amarram-nos todos, conduzindo-os para a vila que era um pouco distante, e depois os lançaram na vila de Itamaracá, levando consigo só um, chamado frei Boaventura, que daí a alguns dias largaram na ilha Terceira [...].

Esta entrada que o inimigo efetuou, persuadido e guiado por Calabar, foi sentida não só por ser a primeira [contra o interior da capitania], mas também porque facilitaria outras a que o instigaria sua natural cobiça, pelo interesse dos roubos e porque se iriam fazendo senhores do campo. E se por esta causa os moradores o desamparassem, abandonando (como alguns começavam a fazer) suas casas, para se internarem nas mais espessas florestas, por fugir à tirania do inimigo, ficávamos privados dos grandes serviços que prestavam, morando perto, com seus carros, pretos e cavalos, para ajudarem a comboiar para o Real todo o necessário e para plantar as roças e mais mantimentos, como arroz e legumes.

Não deixava, contudo, de ter grandes inconvenientes o viverem eles em partes tão expostas a serem saqueadas, de que para se isentarem e assegurarem-se pediriam salvaguardas e passaportes ao inimigo (com o que já o ficavam também sendo nossos e com a péssima circunstância de serem dissimulados) para com eles comerciarem, coisa que tanto procurou sempre evitar o general Matias de Albuquerque, entendendo que, se tal coisa acontecesse, não lhe era possível de maneira alguma conservar o campo nem sustentar a guerra, com o que um e outro se perderiam.[5]

Pudsey também reconheceu a importância do papel desempenhado por Calabar.

> Por este tempo, veio até nós um português chamado Domingos Fernandes, que por haver estuprado uma mulher na região de Camaragibe[6] e para que depois ela não contasse quem havia feito isto, cortou-lhe a língua. Vivera como renegado por cerca de dois anos entre os portugueses. Então, tendo vindo servir os holandeses, foi feito capitão. Graças a seus conselhos e meios, molestamos muitíssimo o país, sendo ele um sujeito intrépido e político, sabedor de todas as picadas e caminhos através de toda a terra, jactando-se de nada mais fazer senão dano aos portugueses. Era ele mesmo um mulato, isto é, com um pai português e uma mãe negra. Desta espécie achamos muitos sujeitos intrépidos. Este capitão Domingos, em força e coragem, não podia ser igualado. Muitas vezes, enquanto era um renegado, tentaram prendê-lo, mas escapou das artimanhas por sua coragem e rapidez dos pés, de tal modo que seus inimigos teriam dado qualquer dinheiro para pôr-lhe as mãos. Nunca encontramos um homem tão adaptado a nossos propósitos para dar aos soldados proveito, pois ele tomava um pequeno navio e aterrava-nos em território inimigo à noite, onde pilhávamos os habitantes. E quanto mais dano ele podia ocasionar a seus patrícios, maior era sua alegria.[7]

Consoante o donatário, seu irmão general tratou por todos os meios de neutralizar a atuação de Calabar.

> Vendo-se que a causa principal deste sucesso [do Rio Formoso] e dos mais já referidos era Calabar [...], procurou o general Matias de Albuquerque por todos os meios possíveis reduzi-lo, assegurando-lhe não só o perdão de seu delito, mas ainda mercês se voltasse ao serviço d'El Rei. E esta diligência repetiu por muitas vezes, no que se gastou algum tempo. Mas vendo que nada bastava para convencê-lo, tratou de outros meios, cujo fim se verá, assim como o que depois teve o mesmo Calabar.[8]

Em vista do fracasso dessas gestões, Matias de Albuquerque resolveu eliminar Calabar.

> No ano próximo passado, referimos as diligências que o general Matias fizera para reduzir Calabar. Baldando-se todas, recorreu a outra, que foi prometer ao primo coirmão deste, chamado Antônio Fernandes, com quem se tinha juntamente criado, que lhe faria mercê que o contentasse, se pudesse matá-lo em algum ataque, fugindo, pelas razões que entre ambos havia, de antemão como de próprio *motu* para o inimigo. Aceitou a comissão e sucedeu-lhe o que pretendia que sucedesse ao outro [...].
>
> Ao primeiro de abril, fazendo Calabar uma entrada por mar em Barra Grande e achando-se ali este seu primo, por ser distrito da paróquia de Porto Calvo, onde foram batizados, procurou pôr em execução o seu intento. Descendo a correr uma colina, para melhorar de posto a fim de poder com mais segurança reconhecer o primo, desembainhou-se-lhe a espada e, tropeçando, caiu sobre a ponta da mesma espada de tal modo que, atravessado pelos peitos, ficou ali morto. Se o meu limitado entendimento me desse lugar para discorrer e fazer juízo sobre este caso, não faltava matéria para isso. Mas deixo-o para quem o faça melhor, porque somente com lhaneza pretendo dar notícia do sucedido nesta guerra na qual servi a maior parte do tempo.[9]

Ao saque de Igaraçu sucedeu a conquista da estância de Afogados (18.iii.1633), cuja importância estratégica consistia em dar acesso pelo sul à várzea do Capibaribe, como reconheceu o inimigo ao erguer no mesmo local o príncipe Guilherme.

> Daí em diante as nossas forças batiam a várzea por todos os lados, sem encontrar pessoa alguma, a não ser de vez em quando alguns negros em um ou outro dos engenhos, havendo em todos estes muito açúcar. Mas, como se achassem desprovidos de bois, de carros e de outras coisas necessárias,

não tinham meio algum para o transportar, a não ser aos ombros, razão pela qual não podiam levar grande quantidade. Fizeram uma experiência, mandando carregar por marinheiros, mas não foi muito considerável a quantidade que trouxeram, apesar de lhes pagarem bem por esse serviço.[10]

Duarte de Albuquerque Coelho registra as implicações da perda de Afogados para a sorte da guerra.

Este forte ficou tão perto da vargem do Capibaribe que estava já dentro dela e os não poucos moradores desampararam suas casas e fazendas [...] com o que nos foi faltando no Real a comodidade e serviços que nos prestavam estes vizinhos, tanto mais úteis quanto os outros prejudiciais com o posto dos Afogados que ocuparam e, como cada dia se experimentou, pela facilidade com que por ali penetravam no campo.

Com esta nova posição, o inimigo foi mudando a forma e guarda dos mais postos que tínhamos, porque os das Salinas já não eram tão importantes a respeito deste, porque só deles lhe defendíamos as faxinas [...] Agora já nos dava mais cuidado o que não devia dar, que era o campo e seus moradores.[11]

Dos Afogados, também se podia alcançar facilmente os distritos interiores localizados a oeste e a sudoeste da várzea do Capibaribe, como era o caso de Muribeca.

No dia 1º de maio [de 1633], o tenente-coronel Schkoppe, junto com o major Bijma, partiu com cerca de quatrocentos homens para Muribeca, com a intenção de surpreender o povoado. Marcharam pelo rio Jangada sem encontrar inimigo algum, mas chegando perto de Muribeca acharam o caminho obstruído com árvores derrubadas, pelo que tiveram de desviar-se um pouco. Acharam Muribeca completamente abandonada, pessoa alguma nas casas, poucos móveis, mas deparou-se-lhes um grande armazém no qual havia mais de quinhentas

> caixas de açúcar, que o inimigo levara para ali da várzea, julgando estar bem defendido dos nossos pela distância. O povoado, segundo disseram os negros, está a umas seis léguas do nosso acampamento em Afogados e devem ser léguas bem compridas, porque a nossa gente marchou do quartel à tarde ao pôr do sol, descansou no caminho uma hora e só chegou ao lugarejo [no dia seguinte] quando o sol já ia alto.
>
> Os nossos, não podendo levar esse açúcar, atearam fogo ao armazém e a outras casas e queimaram todas até o chão, excetuando apenas a igreja. Ao regressar, queimaram ainda um engenho, chamado engenho Novo, e voltaram ao quartel sem ver inimigo nenhum, pelo que se podia avaliar o grande terror e desânimo que existiam entre os habitantes e soldados do inimigo, que tudo abandonara aos nossos, em ponto tão distante.[12]

É então que aparece em cena o preto Henrique Dias, destinado a uma gloriosa carreira militar de vinte anos, culminando na expulsão dos holandeses em 1654.

> Bem se prova o apuro em que nos tinha posto a continuação do que contrastávamos [isto é, a ofensiva neerlandesa contra o interior], pela ação que um preto chamado Henrique Dias praticou nesta ocasião e foi parecer-lhe que necessitávamos de sua pessoa, pois veio oferecê-la ao general e este aceitou-a para o servir com alguns de sua cor em tudo o que lhe determinasse. Na verdade, segundo o valor e constância de que sempre deu provas, como se verá, podia qualquer [um] satisfazer-se de ter por companheiro este preto, o qual, em todas as ocasiões em que se achou, procedeu de maneira e com tal denodo que por ele e pelo zelo com que o empregava, foi El Rei depois servido fazer-lhe mercê do foro de fidalgo [cavaleiro] e de um hábito [da Ordem de Cristo], sem que fosse necessário mais que o seu procedimento.[13] E foi sem dúvida com justiça, porque o sangue que verteu pelas muitas feridas que depois recebeu pôde apurar o pouco que lhe ficou, de

> maneira que mereceu mui bem as honras que se lhe fizeram. O general o nomeou logo capitão da gente que tinha conduzido e da mais que pudesse reunir, contanto que fosse livre.[14]

Confrontados pela ofensiva neerlandesa ao interior, muitos senhores de engenho trataram de obter salvo-condutos das autoridades neerlandesas, de modo a continuar a moer suas fábricas na medida do possível, contra o pagamento de uma taxa em açúcar.

> No dia 6 [de agosto de 1633], chegaram ainda alguns portugueses para pedir salvo-conduto [...] Souberam por eles de um homem rico de Itamaracá que devia ter consigo umas oitocentas caixas de açúcar, o qual desejava tratar com os nossos se fossem lá. Escreveram-lhe e convidaram-no para vir fazer um acordo, ameaçando-o, se não o fizesse, e propondo-lhe comprar e pagar o seu açúcar.[15]

Os efeitos da contraguerrilha neerlandesa sobre a população civil podem ser julgados pela correspondência do belga Gaspar de Mere, senhor do engenho Marapatagipe. Em 22 de outubro de 1632, ele escrevia a um amigo:

> Ouvi dizer que há carestia de cereais em Lisboa, estando o trigo a quatrocentos réis. Agora, comparai com a que existe aqui onde custa um pote de vinho duas moedas de ouro; uma quarta de sal, quatro moedas de oito; um pote de azeite, quatro moedas de oito. E só a dinheiro e não por açúcar, pois ninguém o quer, valendo o branco 240 a 320 réis a arroba, o mascavado, 140 réis, e, para trocar por outra mercadoria, não o querem. Imaginai como podemos manter nossas casas, não tendo joias que não estejam empenhadas ou vendidas. Lançam-nos impostos sobre impostos, e não se pode achar em parte alguma um lugar para embarcar quatro caixas de açúcar. Os que nos governam não têm maior desejo senão que essa guerra dure

eternamente, escrevendo ao rei que o inimigo está completamente desanimado e que abandonará o Recife. [O donatário] Duarte de Albuquerque embarca em cada navio vinte ou trinta caixas de açúcar, de sorte que dizem que já mandou para Portugal mais de 100 mil ducados em açúcar. Deu ordem para que os engenhos não moam e até hoje não se tem moído,[16] e assim pouco açúcar será fabricado neste verão porque, chegando janeiro, temos inverno e nessa estação nada se fará. Que o Senhor nos ajude, pois não temos nem chefes nem conselheiros que falem a favor do povo. O inimigo marchou para Porto Calvo e incendiou em caminho o engenho de Manuel Ramalho, assim como dias antes fizera aos de Domingos de Oliveira e de Miguel Álvares. Fazem o dano que desejam e apanham o gado que podem, por isso é que se diz que eles têm falta de víveres. Que Deus abra os olhos do rei para que nos mande uma esquadra.

Em outra carta, sem identificação do destinatário, ele referia as agruras fiscais a que sua classe fora submetida.

Cansei-me de procurar lugar por onde embarcar duas caixas de açúcar e não pude encontrar porque um ladrão que governa este país não consente que os patrões de navio levem as próprias mercadorias; carrega três navios por sua conta, do irmão e também do rei. Tem levado esta terra a uma tal situação que não se pode descrever. Procede muito mais duramente do que alguns tiranos e sem aparência de cristão, não pensando noutra coisa senão como há-de roubar e tiranizar o povo. Apesar de termos combatido nesta guerra, há dois anos, em vez de recompensar-nos, oprime-nos com um grande imposto que o povo não queria consentir. Ele, vendo que assim não ia, mandou chamar todos os capitães ao seu quartel para pedir que o ajudassem a manter o Arraial [de Bom Jesus]. A mínima dádiva que tirou do povo foi de uma caixa de açúcar de cada negociante; de vários, quatro ou cinco caixas foram para o cofre. Depois de receber esse rateio, lançou impostos tão pesados como nunca foram vistos. Até as crianças devem

pagar todos os meses cinquenta réis; e desde que vierem reforços, a terra é levada à ruína. O inimigo tem assaltado vários lugares. Tomou em Igaraçu mais de 80 mil ducados tanto em joias como em ouro. Depois, atacou Sirinhaém, que também saqueou completamente. Incendiou em outros lugares muitas casas e levou consigo muitos bois. Houve aqui uma grande enchente que causou um prejuízo acima de 200 mil ducados.

A 12 de novembro de 1632, Gaspar de Mere voltava a informar:

> As notícias do país tornam-se todos os dias piores. O inimigo fez a maior expedição que jamais ousou fazer, pois foi até a cidade de Igaraçu e saqueou-a, matou muitos e dirigiu-se para onde bem quis. E agora, em Porto Calvo, incendiaram quatro ou cinco engenhos, sem sofrer resistência em parte alguma. Se faz assim, quando ainda não recebeu reforços, que é que não fará quando estiver mais forte? Todos aqui estão admirados de que o rei não se incomode com perder este país que tem muito valor, como todo o mundo sabe.[17]

A partir de 1632, com a ofensiva antiguerrilha e com a chegada de reforços enviados da Holanda, Matias de Albuquerque

> receou com bom fundamento que fossem ganhando o campo e tudo o mais que até ali se havia defendido com tanto valor. Avisou logo disto a El Rei; "e do que se podia temer, vistos os poucos meios que tinha para a oposição, porque a gente não chegava a 1200 homens, afora os índios, que seriam trezentos, dos quais somente cem tinham armas de fogo. E com este número tão diminuto, comparativamente com o do inimigo, se havia de defender o Real, o Cabo de Santo Agostinho, a ilha de Itamaracá, a Paraíba e o Rio Grande (lugares tão distantes uns dos outros) e ao mesmo tempo guardar os pontos vizinhos do inimigo e socorrer os lugares onde ele todos os dias fazia entradas por mar. E que ainda trocadas as forças, tendo nós as do inimigo e ele as nossas, não eram suficientes para guarnecer e defender tantos pontos, quanto mais tendo nós o

que já vimos e ele, 7 mil infantes, além da gente de mar, de quarenta a cinquenta navios que traziam quase sempre por aquela costa. E todo o tempo que os deixassem demorar seria para ruína das Índias, no que se deviam temer grandes perdas para a monarquia de Espanha". Bem se comprovou este discurso do general com o que depois foi sucedendo.[18]

O debate que então se verificava em Madri e em Lisboa acerca da defesa do Nordeste está resumido nas opções estratégicas aventadas por Luís Álvares Barriga.

> Os do primeiro parecer diziam que se havia de fazer a guerra em Pernambuco aos rebeldes, interditando-lhes a terra, provendo-se o Estado do Brasil de todas as coisas necessárias, navegando-se seus açúcares em embarcações soltas à desfilada, porque assim eles se esgotariam com as despesas que fizessem e seriam obrigados a largarem aquele porto [...] Os do segundo parecer dizem que se envie uma armada a fim de cruzar no litoral de Pernambuco, navegando até a Bahia de Todos os Santos, impedindo que velejem naus inimigas naquelas partes, para que assim falte aos rebeldes o socorro e as presas, o que será causa de se esgotarem e não poderem suprir as despesas que fazem em querer sustentar o porto de Pernambuco, abandonando destarte seus propósitos de conquista [...] Os do terceiro parecer dizem que a navegação do Brasil seja confiada aos navios de Dunquerque, que não só trariam carga como defenderiam as embarcações que viessem em sua companhia, porque tal recurso bastará para defender a navegação e que, estando a terra assim defendida, os rebeldes perderão suas esperanças e abandonarão o porto de Pernambuco [...] Os do quarto parecer dizem que mande Sua Majestade aprestar uma armada com 16 mil homens de guerra para que possa meter em Pernambuco um exército capaz de deitar os holandeses fora de suas fortificações e de guardar o mar para que não lhe entrem reforços.

Álvares Barriga criticava todas estas alternativas que, a seu favor, partiam de um pressuposto equivocado, como fosse o de que bastaria a expulsão dos holandeses do Nordeste, pois

> nem assim consegue-se garantir a segurança do Estado do Brasil, porque podem eles ou qualquer outra nação voltar a aquelas regiões e firmar o pé em Ilhéus, Porto Seguro ou Espírito Santo, que em todas estas três capitanias há terras excelentes para canaviais e situação para se fazerem inúmeros engenhos e em cada uma delas eles acharão pouca resistência devido à pouca gente que ali vive.[19]

A seu ver, a solução consistiria na adoção do sistema de navegação em comboio apoiado por uma frota de cinco galeões da Coroa, que, partindo anualmente de Lisboa, correria o litoral brasileiro da Paraíba a São Vicente. A opinião do nosso arbitrista não foi escutada — mas esta será a solução finalmente aplicada pelo governo português em 1649 mediante a criação da Companhia Geral de Comércio do Brasil.

5.
A ofensiva final, 1635-6

Uma vez que a estratégia de contraguerrilha produziu os resultados almejados, chegou o momento de o exército da WIC realizar com êxito os objetivos iniciais de aplicar a superioridade naval e terrestre contra as praças-fortes portuguesas. Em dezembro de 1633, ele conquistou a fortaleza dos Três Reis Magos no Rio Grande do Norte, de onde os holandeses estabeleceram relações com os tapuias, a fim de criar uma aliança que ameaçasse pela retaguarda a população luso-brasileira.

> Voltemos ao Rio Grande. De nada ali se descuidava o inimigo, porque depois de entrar no forte, enviou logo dois índios a Janduí, chefe dos tapuias, que viviam a oitenta léguas no interior. Já noutro ano lhe tinham mandado outros, como dissemos. E agora lhe participavam de estar na posse daquele forte e praça, pelo que podiam descer seguramente e que os esperavam com afã. Que no campo achariam muito gado e alguns moradores em que poderiam cevar sua ira. Era com a última expressão que melhor os poderiam obrigar, por serem eles naturalmente mais cruéis do que os das outras nações; e particularmente para com os moradores, que olhavam como descendentes de seus conquistadores.
>
> Baixando logo Janduí com muitos destes tapuias, deu inesperadamente no engenho de Francisco Coelho, para onde pouco antes se tinham retirado alguns moradores; e o mataram, juntamente com sua mulher, cinco filhos e todos os que ali acharam, excedendo talvez a sessenta pessoas, sem que a algum concedessem a vida, propriedade destes bárbaros. Feito

isto, dirigiram-se ao forte onde entrou Janduí com poucos; e todos se viram bem hospedados e brindados com dádivas para eles estimáveis. Porém o inimigo conservava-os menos por amar sua companhia do que por servir-se deles contra nós.[1]

Em novembro de 1634, com a chegada do coronel Arciszewski e dos reforços que trazia, resolveu o governo holandês atacar novamente a cidade da Paraíba. A 4 de dezembro, começou o sítio do Cabedelo, que se rendeu a 19 do mesmo mês. A 23, capitulou o forte de Santo Antônio. Aos habitantes foram dadas condições vantajosas quanto ao gozo de suas propriedades e à prática da religião católica. As chamadas "capitulações da Paraíba" não resultaram de negociação, mas de uma outorga unilateral das autoridades holandesas, desejosas de manterem no campo a população luso-brasileira de que dependia o funcionamento do sistema açucareiro. Elas constituem um documento da maior relevância em vista de que tais concessões serão doravante consideradas como aplicáveis a todo o Brasil holandês e não apenas à Paraíba; e cuja violação será alegada para justificar a insurreição luso-brasileira de 1645.

Em primeiro lugar, vos deixaremos livres o exercício da consciência do mesmo modo como tendes usado antes, frequentando as igrejas e praticando os sacrifícios divinos, conforme os seus ritos e preceitos. Não roubaremos vossas igrejas nem deixaremos roubar, nem ofenderemos as imagens nem os padres nos atos religiosos ou fora deles.

2. Nós vos manteremos em paz e com toda a justiça e vos defenderemos em tempo de guerra contra quem vos quiser

atacar ou molestar, de qualquer nação ou condição que sejam.

3. Nós vos deixaremos viver em vossas casas, terras e propriedades sem incômodo algum, devendo apenas pagar aos senhores governadores o dízimo, isto é, 10% dos frutos e produtos que recolherdes, do mesmo modo como pagais ao rei Felipe. E das mercadorias que embarcarem na Holanda, pagareis os impostos e tributos que estais habituados a pagar até agora, sem que jamais lancemos sobre o povo novos tributos ou pensões nem aqui nem na Holanda sobre as fazendas que possuis ou embarqueis nem sobre as vossas pessoas e famílias.

4. Nós vos deixaremos conservar e possuir os citados bens, bois, cavalos e outros animais e os vossos escravos, sem procurar tomá-los. Pelo contrário, vos daremos os que precisardes para o vosso serviço, para empregá-los à vontade, fazendo convosco contratos semelhantes e convenientes na venda e compra de escravos e outros bens, do mesmo modo porque estais habituados a fazer até agora com os outros. E se os escravos fugirem ou ficardes privados deles de qualquer maneira que seja, nós faremos tanto quanto estiver ao nosso alcance para os restituir, visto que os trabalhos dependem muito do escravo.

5. No caso de algum dos habitantes ou outras pessoas desta capitania quiserem partir por mar ou por terra para vender os seus gêneros ou para qualquer outro fim, para da Holanda viajar para tais países que preferirem, deixaremos que partam livremente, fornecendo-lhes navios e competentes transportes.

6. No caso que venha da Espanha uma esquadra real que seja tão poderosa que recupere este país, poderão embarcar e salvar-se, como melhor entenderem, de arriscar as suas pessoas e lhes daremos para isso todo auxílio.

7. Todos que quiserem se sujeitar ao nosso domínio para viver em tranquilidade, ordem e justiça devem comparecer para fazer-nos o necessário juramento de fidelidade e garantia e isso o mais depressa possível.

8. Não vos obrigaremos nem aos vossos filhos a serem soldados contra a vontade, mas apenas aceitaremos os que espontaneamente o desejarem.

9. Se achardes que alguém vos engana, o puniremos e castigaremos conforme as leis, ouvindo-o primeiro, sem misturarmos no julgamento paixão ou afeição.

10. No caso de sobrevir qualquer questão entre os nossos e os portugueses, será feito um julgamento e pronunciada a sentença, pelo que o processo correrá igualmente sem paixão ou afeição para que a justiça seja uniforme e que os habitantes não fiquem em condição ou posição inferior do que os nossos, para assim mantê-los na maior paz e amizade.

11. No caso que sobrevenha alguma questão somente entre os portugueses, nomearem juízes da sua nação, que farão o inquérito e julgarão em todo o direito, segundo as leis e ordenanças de Portugal.

12. Poderão usar livremente armas ofensivas ou defensivas, mosquetes e outras, por causa dos bandidos, negros e outros inimigos.

Todos que aceitarem essas condições e comparecerem perante nós, podem ficar bem certos que serão todas completamente observadas.[2]

O interior da capitania de Itamaracá foi ocupado em seguida sem maiores dificuldades. Tais episódios assinalaram o começo do fim da resistência, reduzida agora às duas fortificações principais, o Arraial do Bom Jesus e o Cabo de Santo Agostinho.

Logo que o inimigo se viu senhor da Paraíba e de seus moradores, assim como de todas as aldeias dos índios que havia dali até o Rio Grande, teve para si que conseguiria o mesmo dos de Goiana, que eram do distrito da ilha de Itamaracá, e dos de Pernambuco, se marchasse logo com a gente que pudesse. Assim o fez a 7 de fevereiro para conseguir o que tanto desejava e que tanto lhe havia custado, que era

apoderar-se do campo, com cuja posse e privando-nos das comodidades, dele, se acabaria a guerra. Marcharam pois da Paraíba para Goiana e Pernambuco 3 mil homens comandados pelo seu coronel Chrestofle Arciszewski [...].

Mas o inimigo não só marchava pelo interior como também o seu general Segismundo [von Schkoppe] saiu do Recife, fazendo o mesmo, logo que soube que a expedição da Paraíba vinha entrar por Pernambuco. Tirou 2 mil homens dos seus e quinhentos índios dos da Paraíba e Rio Grande, e foi seguindo para Guararapes e Santana, onde tínhamos uma povoação e paróquia chamada Muribeca, com cem vizinhos [...], para apoiar a marcha do coronel Arciszewski e também por ficar esta paragem entre os nossos dois quartéis, o do Real e o do Cabo de Santo Agostinho [...].

A invasão que o inimigo efetuava por duas partes e com tanta gente deu-nos o cuidado que era justo pelos poucos meios de resistência. Sem embargo disto e de sua pouca saúde, resolveu nosso general sair ao campo com o conde de Bagnuolo, seu irmão Duarte de Albuquerque e o governador que havia sido da Paraíba, Antônio de Albuquerque, a fim de ver se com isto se lhe juntavam alguns moradores para tentar resistência. Mas eles, à vista do poder que o inimigo trazia, desanimaram-se de tal forma que só trataram de retirar-se. Postou-se o general com trezentos homens na povoação de Santo Antônio [do Cabo], como a mais conveniente para esperar o inimigo.[3]

A situação progressivamente crítica da resistência provocou um interessante debate entre as tropas luso-brasileiras, castelhanas e italianas que compunham o exército de Felipe IV no Brasil. Os ecos de tal debate podem ser ainda ouvidos em certas passagens das *Memórias diárias*, mas sobretudo numa interessantíssima carta, datada de 25 de abril de 1633, endereçada por oficial anônimo a amigo também anônimo, a qual advoga o abandono das

praças-fortes portuguesas em favor de uma guerra puramente de guerrilhas. Escusado aduzir que tais pontos de vista soaram heterodoxos aos ouvidos do comando militar, que obviamente os descartou. Para ele, a guerra volante só poderia constituir uma atividade ancilar da guerra principal, isto é, da guerra convencional.

> Manda-me Vossa Mercê que lhe diga o que sinto do miserável estado desta capitania e se a considero [capaz de] prevalecer contra as armas inimigas que a molestam [...] Confesso por máxima da guerra, ou seja defensiva ou ofensiva, que há-de haver sítio forte e praça de armas donde às vezes assista um general, se guardem munições e finalmente donde se assegure, em causa de uma [der]rota, as relíquias de um exército e muitas vezes de um reino. Porém na guerra volante em que se não há-de vir a batalha de poder a poder, menos força tem esta razão, respeitando-se por primeira a natureza da província em que se faz [...] Se é verdade que não guardamos lugares nesta resistência que fazemos ao inimigo porque os não temos, consistindo nossa importância nos engenhos e fazendas desta comarca, como convirá ocupar nossas poucas forças na guarda do quartel de Parnamerim [isto é, o Arraial do Bom Jesus] se sua disposição não guarda passo de mar ou terra de consideração? E se se me disser que nisto se atende a conservar reputação como joia de tanta importância na guerra, responderemos que a que pende de assaltos e emboscadas guarda tão distante razão que talvez é vencer fugir [...] sendo que a maior substância desta guerra consiste na velocidade de nossa gente, incerteza [...] do lugar em que se acha, e finalmente nos contínuos rebates com que o há-de inquietar em toda a hora.[4]

O Arraial e o Cabo foram sitiados simultaneamente, capitulando respectivamente em junho e em julho de 1635. Em fins de 1634, os

holandeses fortificaram-se no Pontal. Destarte, podiam repetir contra o Cabo e Ipojuca as excursões terrestres contra os engenhos de açúcar, como haviam feito em Itamaracá e na várzea do Capibaribe.

> Para obstar as sortidas que o inimigo começava a fazer do Pontal e ilha do Borges para a parte de Ipojuca, que era uma povoação de 120 vizinhos, com um convento de descalços franciscanos, contendo a paróquia quinze engenhos de açúcar [...], ordenou o general a criação de alguns capitães de emboscadas do próprio distrito, por serem ali mais práticos. Um deles foi Ascenso da Silva. Para pagar a gente que se lhes fosse juntando, acudiu Duarte de Albuquerque com o contingente necessário, tomando quantias aos negociantes com letras que sacava sobre os de Lisboa, como já em várias ocasiões havia feito para ocorrer às precisões que cada dia sobrevinham e a que necessitavam acudir os mesmos necessitados.
>
> A esta gente se ligaram alguns índios, sendo toda distribuída por onde melhor pudesse defender as saídas ao inimigo. Algumas excursões efetuou ele, mas com perda de gente, que as fez modificar não só por esta razão como porque a maior parte dos moradores, vendo-o tão próximo, tinham desemparado suas casas, engenhos e mais estabelecimentos. Porém o mais sensível para nós era que com isto faziam afastar-se o auxílio que recebíamos dos mesmos moradores, quando estavam perto, para o serviço de nossos quartéis, deixando além disso de cultivar-se o mantimento. E aqueles que não se retiravam familiarizavam-se com o inimigo, com demonstrações públicas ou particulares, tomando dele salvaguardas, o que era pior. E assim, de qualquer forma, não só deixavam de ser-nos úteis, como até nos eram perniciosos. E quando neles depositávamos confiança, como vassalos que eram d'El Rei, alguns apareciam, que escutavam mais o temor

da superioridade das forças inimigas do que a convicção dos seus deveres.[5]

A 8 de junho de 1635, capitulou o Arraial do Bom Jesus, cuja guarnição fora reduzida por Matias de Albuquerque, assinando-se o respectivo acordo.

1. O governador, o capelão-mor, os capitães e mais oficiais e soldados pagos pelo rei sairão livremente com as suas armas a toque de tambor, morrão aceso, bala em boca e amontoadas, as caixas cheias de pólvora e as companhias levando as bandeiras desfraldadas. Levarão a sua roupa, macas e o mais que pertencente for a seus corpos, tanto quanto possam transportar nos ombros. Aos capitães, porém, concede-se que quinze negros carreguem-lhes a bagagem.

2. Todos os oficiais e soldados assalariados pelo rei embarcarão para as Índias de Castela ou para a ilha Terceira ou para a de São Miguel ou a da Madeira. E para este efeito, lhes forneceremos mantimentos e navios com a precisa capacidade, sendo os doentes enviados com seus cirurgiões e os medicamentos que por nós serão ministrados, com condição, porém, que, para garantia da equipagem e dos ditos navios, se deixará em refém o capitão Gomes de Abreu, que nos obrigamos a fazer transportar para o lugar dos que neste acordo se acham compreendidos ou que eles nos requerer, o que protestamos completamente executar. Em desembarcando, se restituirão aos referidos soldados as suas armas.

3. No tocante ao fornecimento de mantimentos aos rendidos, confiem eles em nossa generosidade.

4. Os religiosos e eclesiásticos que no forte forem encontrados serão embarcados como os soldados e debaixo das mesmas condições, levando consigo as imagens e tudo o que for relativo ao seu culto.

5. Todos os escravos de quem quer que sejam serão entregues.

6. O forte, com toda a artilharia, munições de guerra e aderentes e bem assim os estandartes que aí se acharam

durante o cerco serão entregues em boa ordem.

7. Todos os moradores [que se haviam refugiado no Arraial] entregar-se-ão à discreção.

8. Os prisioneiros de ambas as guarnições serão igualmente entregues.

9. Tanto que forem concluídos e assinados estes capítulos e condições, penetrarão no forte três companhias que entrarão de guarda às portas; e logo sairá a guarnição da maneira acima declarada e se embarcará no Passo do Fidalgo.[6]

10. E para maior certeza e segurança de que as presentes condições serão lealmente guardadas e cumpridas, assinam e subescrevem-nas com seus ordinários sinais os governadores e os oficiais mais graduados de uma e outra parte.

Os capitães de artilharia e os artilheiros sairão também como os soldados, com as insígnias que costumam trazer no campo.[7]

Pouco depois, foi a vez do Cabo de Santo Agostinho. Iniciou-se então a grande marcha daquela parte da comunidade luso-brasileira que ou não desejava sinceramente viver sob o domínio de hereges estrangeiros ou foi forçada a partir devido à pressão do comando do exército luso-brasileiro, como referem as *Memórias diárias*:

Os [retirados] de Pernambuco foram João Pais Barreto, que largou dois engenhos, muito gado e outras fazendas, por ser dos mais ricos proprietários do Brasil; e ainda pôde retirar 350 escravos. Seu pai possuiu dez engenhos de açúcar que dividiu por seus filhos, os quais também não foram poucos, e todos se retiraram agora. Eram eles Estêvão, Cristóvão, Miguel, Diogo, Antônio, Felipe Pais e d. Catarina Barreto, viúva de d. Luís de Souza. Também se retirou d. Isabel de Moura, viúva de Antônio Ribeiro de Lacerda, que o inimigo matou [...]; abandonou muitos bens e um engenho, assim como sua irmã d. Mência de Moura, mulher de Cosme Dias da Fonseca, deixando dois engenhos. Igualmente deixavam um engenho Francisco do Rego,

Ambrósio Machado de Carvalho, Manuel de Nobalhas, Luís Lopes Tenório, Luís Ramires, Antônio Gonçalves da Paz, Luís Marreiro, Antônio de Sá da Maia, que tinha dois engenhos, Julião Pais d'Altro, André de Couto, Gaspar de Mere e Gaspar Caminha — todos se retiraram, abandonando seus bens, e o mesmo fez Brás Barbalho [...] Muitos outros seguiram o exemplo destes, convencidos de que cumpriam seus deveres, abandonando tudo para não ficar entre o inimigo [...] Todos se recolheram para perto das Alagoas do norte e do sul e alguns passaram à Bahia de Todos os Santos. Retiraram-se também muitas pessoas particulares [...] que por brevidade deixo de mencionar, dizendo só que todos o fizeram com grandes dificuldades e sofrimentos. Iam nascendo uns, morrendo outros por aqueles bosques, privados das comodidades de suas casas, substituídas pela lembrança de que padeciam por seu Deus e por seu rei para não se misturarem com hereges, inimigos de uma e outra majestade [...].

Romão Peres deixava um engenho e uma fazenda, e assim Francisco Viegas, Pedro Fragoso de Albuquerque e sua irmã viúva d. Beatriz, que levava três filhas e outros tantos filhos; d. Felipa de Melo e Albuquerque, também levando seus filhos, deixava dois engenhos [...]; d. Madalena, viúva de Felipe de Albuquerque, deixava um engenho e levava uma filha e três filhos [...]; d. Catarina Camela, viúva de Pedro de Albuquerque, com duas filhas, deixavam um engenho; outro deixava sua sobrinha do mesmo nome, viúva de Jerônimo de Ataíde.

Nem sempre é pusilânime o coração mulheril. Quem negará o louvor e mesmo a admiração a estas nobres matronas, ao vê-las com tal coragem perder suas casas e bens e arrostar tantas fadigas e privações? Não mostraram por certo menos valor desta ação do que o dos nossos soldados em tantos encontros.

Seria fastidioso nomear todos os moradores que se retiraram. Direi somente que o nosso general procurou muito fazer que estes fossem os de mais consideração, pelo que poderiam servir o inimigo se os achasse em suas casas. Logo se viu bem o acerto desta providência, porque entrando ele não achou quem lhe desse um carro, farinha ou qualquer outra coisa. O

que mais o exasperava era ver os engenhos e fazendas ao desamparo, porque, além de ficarem sem braços para o trabalho, deixaram-nos em estado que muito lhe custou a pô-los moentes e correntes. De sorte que, desde o começo ao fim desta guerra, não lha fez menor o general com a espada do que com o discurso. Se com aquela se degolou muita gente, com este lhe tirou as esperanças de enriquecer-se depressa com os saques e roubos, perda que lhe era sobretudo mais sensível.[8]

Ao exército de resistência, em retirada no rumo do rio São Francisco, coube a tarefa de acompanhar a fuga da população civil das capitanias conquistadas pela WIC. É a frei Calado que se deve, como sempre, a descrição mais vívida da retirada da população civil.

Chegou o conde de Bagnuolo a Camaragibe e em comendo o que lhe apresentou Cristóvão Botelho, se pôs logo a caminho para as Alagoas [...] aonde esperou quinze dias até que se lhe ajuntasse toda a gente de guerra. E os moradores com suas mulheres e filhos foram em seu seguimento, uns pelo sertão e os que levavam suas fazendas móveis em carros tomaram pela praia. E porque estes iam mui arriscados ao inimigo por mar lhes cortar o caminho e os roubar e matar a todos, teve tanta caridade o tenente-general Alonso Jiménez Almirón que, com a tropa de soldados que trazia lhe foi sempre na retaguarda e os defendeu do inimigo que os ia seguindo e o não deixou desembarcar.

Considerai agora a multidão de gente de todas as idades que se ia retirando assim pela praia como por entre os matos e o como iam deixando pelos caminhos as alfaias de suas casas, por não as poderem carregar. Aqui os tristes ais dos meninos, os suspiros das mães, o desamparo das donzelas descalças e metidas pelas lamas a passarem os rios com pouca compostura de seus corpos, alheios da honestidade e recolhimento em que haviam sido criadas (o que sentiam mais que perder as vidas). Aqui umas desmaiadas, outras com os pés abertos porque o descostume de andar não as deixava dar um passo adiante; as

> pragas que rogavam ao conde de Bagnuolo (o qual, depois que entrou em Pernambuco, tudo foi de mal em pior); o ver os amancebados levar a cavalo as mancebas brancas, mulatas e negras, e deixarem ir suas mulheres a pé e sem saberem parte delas; a fome que todos iam padecendo; o dormirem pelos pés das árvores, sem amparo nem abrigo. Não é coisa que se pode escrever porque muitos dos que o viram com os olhos, como eu, tendo os corações férreos, não se podiam refrear sem derramar grande cópia de lágrimas.[9]

Com a capitulação do Arraial e do Cabo, a Matias de Albuquerque só restava retirar-se com a tropa para Alagoas, onde planejava fortificar-se à espera dos reforços militares enviados da metrópole, sob o comando do general d. Luís de Rojas y Borja.

> Próximo a Alagoas, há um povoado denominado Porto Calvo que também conta poucos habitantes. Na mesma região, existe igualmente muito gado, principal riqueza dos seus moradores, que o trazem de ordinário para Pernambuco. Plantam ali muito fumo, fazem bastante farinha e pescam muitos peixes, na maior parte tainhas, que trazidos para Pernambuco são logo vendidos. Ainda nessa região, existem sete ou oito engenhos, alguns dos quais fazem um pouco de açúcar.[10]

Em Porto Calvo, encontrava-se então Domingos Fernandes Calabar, que Matias de Albuquerque buscara por tanto tempo capturar.

> Era preciso passar perto desta povoação [do Porto Calvo], por ser por aí o caminho próprio para carros e nela estava o inimigo fortificado. A tempo que começávamos a descobri-la, chegou a ela Domingos Fernandes Calabar com duzentos homens de socorro. Soubemos isto de dois e um tambor que lhe tomamos. Parece quis a sorte de Calabar que não perdesse o que logo teve, trazendo-o tanto a tempo.[11]

Durante mais de duas semanas, a guarnição holandesa de Porto Calvo resistiu ao sítio que lhe puseram Matias de Albuquerque e sua gente. A 19 de julho de 1635, ela resolveu capitular.

> Despendeu-se mais de meio dia no ajuste destes artigos [de rendição], porque o inimigo insistia em levar consigo Domingos Fernandes Calabar. Mas o general assegurou-lhe que arriscaria a sua própria pessoa para não perder das mãos a de Calabar. Vendo-se o inimigo em tal colisão, não quis perder-se por Calabar e nem este o desejava, porquanto sabendo que essa era a causa de não se ajustarem, disse com grande ânimo ao governador Picard: "Não deixeis, senhor, de concordar no que se vos exige pelo que me diz respeito, pois não quero perder a hora que Deus quis-me dar para salvar-me, como espero de sua imensa bondade e infinita misericórdia".
>
> Soou finalmente para Domingos Fernandes Calabar a hora que ele havia conhecido lhe chegava, do castigo reclamado por sua infidelidade, cuja prisão por si só seria considerada ótimo resultado daquele sítio, se outro não tivéssemos alcançado. Era ele (como já dissemos) um mulato de grande astúcia, valor e perversa inclinação. Nascido em Porto Calvo, tinha ali mesmo e em outras partes cometido grandes crimes; e para evitar a punição, fugiu passando-se para o inimigo no começo de 1632. Logo o fizeram capitão e pouco depois lhe arbitraram soldo de sargento-mor. Tudo isto foi por ele bem merecido à vista do que em nosso dano lhes utilizou, porque todas as entradas no campo e nos rios, as tomadas de Itamaracá, Rio Grande e Paraíba, em que recebemos muito dano, procederam de suas insinuações. Foi enforcado e esquartejado a 22 de julho, e, segundo afirmaram os religiosos que lhe assistiram, pela contrição com que se dispôs a passar desta vida, é de crer que Deus por meio de tal pena o quis salvar, dando-lha no próprio lugar de seu nascimento e onde tanto o havia ofendido. E também é crível que para isto permitiu Sua Divina Majestade

que o nosso general estivesse tão firme em não entregá-lo, a despeito de tamanhas insistências que fazia o inimigo.[12]

Ao reconquistar Porto Calvo, de modo a desimpedir o caminho terrestre para a Bahia (único disponível em face da superioridade naval neerlandesa ao longo do litoral), Matias de Albuquerque e sua tropa colheram finalmente à mão o Calabar, como conta frei Manuel Calado, que vivia então na vizinhança.

Dentro na fortificação ficou preso Domingos Fernandes Calabar, sem que os holandeses fizessem muita força por lhe libertar a vida nos concertos que trataram antes de se renderem (que este é o pago que eles costumam a dar aos que deles se fiam, que se servem deles enquanto os hão mister e no tempo da necessidade e tribulação os deixam desamparados e entregues à morte). Também prenderam a um Manoel de Castro, homem de nação, o qual servia de almoxarife ou, para que melhor digamos, de meirinho dos provimentos aos holandeses, que lhes buscava farinha e vacas para se sustentarem e se ficou com eles dentro na fortificação [...].

E Manuel de Castro foi condenado à morte por traidor, e o mandou o auditor geral enforcar num cajueiro, e sobre Calabar se fez junta no que se havia de fazer dele. E como se havia de entender aquela promessa dos concertos, que ficaria à mercê d'El Rei, e se resolveu em que Matias de Albuquerque representava ali a pessoa d'El Rei, pois era seu general naquela guerra e exército. E assim o general com o auditor o condenaram a morrer enforcado e esquartejado por traidor e aleivoso à sua pátria e a seu rei e senhor, e pelos muitos males, agravos, furtos e extorsões que havia feito e foi causa de se fazerem aos moradores de Pernambuco. Mandou logo Matias de Albuquerque chamar o padre frei Manuel do Salvador ao mato, onde ele morava, que não era muita distância da povoação [de Porto Calvo], e lhe pediu que fosse a confessar

ao Calabar e o encaminhasse a que não perdesse a alma, pois com tanta infâmia tinha perdido a vida. Foi o padre logo aonde ele estava preso e lhe disse o que lhe importava para sua salvação e que se preparasse para se confessar, como que naquele dia havia de ir dar conta a Deus. E depois de lhe fazer algumas exortações necessárias em tal tempo, o deixou só, e se saiu para a rua por espaço de uma hora, para que naquele meio-tempo se aparelhasse como convinha.

Dentro de uma hora tornou a ter com ele e das oito da manhã até o meio-dia esteve com ele e se confessou com muitas lágrimas e com punição de espírito, segundo demonstrava; e entendeu o padre que com muito e verdadeiro arrependimento de seus pecados, segundo o que o juízo humano pode alcançar. E lhe fez certos apontamentos de dívidas e obrigações em que estava e de boa quantia de dinheiro que os do Conselho Supremo dos holandeses lhe deviam de seu soldo e de algumas peças de ouro e prata e alfaias de seda que no Recife tinha, para que dali se pagassem algumas dívidas em que estava obrigado. E lhe mandou que estes apontamentos entregasse à sua mãe Ângela Álvares, o que o padre fez pontualmente. E tornando a vê-lo pelas três horas da tarde, se tornou a reconciliar com as mesmas lágrimas e mostras de arrependimento.

Chegou neste tempo onde ele estava com o padre o ouvidor João Soares de Almeida com o escrivão Vicente Gomes da Rocha, e lhe perguntou que se sabia que alguns portugueses haviam sido traidores e tratavam com o inimigo secretamente, levando-lhes ou mandando-lhes avisos do que entre nós se fazia — que o declarasse. Ao que ele respondeu que muito sabia e tinha visto nesta matéria e que não eram os mais abatidos do povo os culpados e que tomaria conselho com o padre se o podia fazer, que ele o declararia na hora de sua morte, porém que de presente não se atrevia a furtar o tempo que lhe restava de vida e deixar de chorar seus pecados e pedir a Deus perdão deles e ocupar-se a fazer autos e denunciações por mão de escrivão. Avisou o padre sobre o caso a Matias de Albuquerque de algumas coisas pesadas que o Calabar tratou

com ele, que lhe deu licença para que as dissesse ao dito Matias de Albuquerque, o qual, em o ouvindo, mandou que não se falasse mais nesta matéria por não se levantar alguma poeira, da qual se originassem muitos desgostos e trabalhos. E ao padre mandou que se fosse descansar à sua casa e que ao seguinte dia tornasse logo pela manhã e lhe mandou dar um cavalo seu para ele se ir.

Tanto que apontou a noite, se pôs a soldadesca em ordem, e o sargento-mor dos italianos Paulo Bagnuolo, com o preboste e mais ministros da justiça, tiraram ao Calabar da prisão e a um esteio que ali estava junto à casa lhe deram garrote e o fizeram em quartos, os quais puseram em cima dos paus da estacada que havia servido de trincheira aos holandeses. E com tanta pressa que nem lugar lhe deram a se despedir e pedir perdão aos circunstantes, como queria, receosos de que dissesse ou declarasse algumas coisas pesadas, o que ele não tinha intenção de fazer, segundo o havia prometido ao padre.[13]

Em fins de novembro, surgiu diante de Olinda a armada de d. Lope de Hoces, trazendo os reforços previstos. Alegando que seus navios demandavam calado de maior profundidade, o almirante recusou-se a atacar o Recife, desconhecendo o fato de que sua guarnição achava-se então reduzida a apenas duzentos soldados devido à necessidade de concentrar efetivos em Alagoas.

O general Segismundo [von Schkoppe] ficou tão desanimado ao reconhecer nossas armadas que, arrojando o bastão e o chapéu, disse: "Estou perdido". E alguns dos seus [soldados] correram a dar aos moradores mais vizinhos peças de prata e outras coisas preciosas, pedindo-lhes que as guardassem, com grandes demonstrações de rendidos, oferecendo a metade do que lhes restituíssem depois que os nossos tomassem posse da terra, pois que não podiam defender-se. Com isto, começaram os moradores [luso-brasileiros] a mover-se,

querendo tomar armas, enviando avisos em jangadas às armadas. Mas com elas não fundearam e o tempo era de nordeste, em que as águas correm para o sul, foram descaindo, de modo que não puderam as jangadas alcançá-las. Assim se perdeu tão importante ocasião, somente por esperar-se informação de terra. Junto ao Cabo de Santo Agostinho, lhes participou tudo um pescador, mas como as correntes e os ventos não permitiram voltar a bordejar, pouco se podia já fazer.[14]

O exército luso-espanhol de d. Luís de Rojas y Borja desembarcou em Jaraguá (Alagoas) em fins de 1635. Consoante as ordens régias, Matias de Albuquerque passou-lhe o comando da resistência, retirando-se para Portugal, onde ficará preso até a restauração da independência portuguesa (1640). A força de Rojas y Borja chegou inadequadamente aprovisionada, tanto assim que se achou na contingência de partir imediatamente contra as tropas holandesas que, com Arciszewski e Schkoppe à frente, se encontravam em Alagoas, ameaçando apoderar-se dos suprimentos da última área de subsistência sob controle luso-brasileiro, a área em torno de Porto Calvo e de ambas as lagoas. Com a partida de Matias de Albuquerque e dos restos do exército de resistência,

ficou a povoação despovoada e sem gente e alguns dos moradores dos que se ficaram na terra e negros e mulatos foram a ela; e achando-a deserta trouxeram para suas casas muitos mosquetes e arcabuzes quebrados e alguns sãos, muito açúcar, farinha, feijão, arroz, despojos de casa e outras muitas coisas que os nossos soldados não puderam carregar. E nenhum teve caridade para enterrar os quartos do Calabar, que

> foi uma coisa que esteve a risco de ser ocasião de todos os moradores daquele distrito serem passados a cutelo [como logo se dirá]. Esteve a povoação despovoada de gente três dias, no último dos quais chegou a ela o comandante holandês Sigismund von Schkoppe com todo o peso de seu exército e com patachos pelo rio acima. E entrando na dita povoação e vendo pendurados dos paus da trincheira os quartos do Calabar e a cabeça espetada em um pau, se encheu de tanta ira e cólera que mandou deitar bando que todos os portugueses que se achassem naquele distrito morressem a ferro e fogo. E antes que despachasse seus soldados em quadrilhas para darem à execução este cruel e tirano edito, tratou de dar sepultura ao Calabar e metendo em um caixão seus quartos e cabeça, mandou pôr seus soldados em ala e, acompanhado de toda a gente de guerra com as cerimônias de tristeza e sentimento que na milícia se costumam, o fez enterrar na igreja, disparando toda a gente de guerra três grandes surriadas de mosquetaria.[15]

O governo holandês do Recife virá, aliás, aprovar a concessão de ajuda à família de Calabar.

> A viúva de Domingos Fernandes Calabar solicitou subsídio em alimentos para si e seus filhos. Levando em consideração os grandes serviços prestados por seu falecido marido à Companhia, concedemos a seus três filhos a soma de oito florins cada, a partir desta data. Também ordenamos aos comerciantes livres que fornecessem aos meninos víveres no valor de trinta peças de oito.[16]

Porto Calvo foi abandonado pelo exército luso-brasileiro. Em agosto de 1635, Arcizewski ocupou Peripueira, no litoral alagoano. E nos primeiros dias de janeiro de 1636, d. Luís marchou para Porto Calvo. Sabedores da sua vinda, os moradores dos arredores procuraram frei Manuel Calado, pedindo conselho acerca do que fazer sobre o edital que

mandava a população retirar-se para o norte, de modo a criar, entre Porto Calvo e o rio de Santo Antônio (Peripueira), um *no man's land* de dez milhas que dissuadisse os ataques de campanhistas luso-brasileiros. O frade não só os incitou a desrespeitarem a ordem do comando neerlandês, como também organizou e chefiou um grupo de guerrilheiros locais.

> Ele [frei Calado] respondeu que se emboscassem pelos matos com boa provisão de mantimentos e que ali esperassem a chegada de d. Luís de Rojas e da nossa infantaria, porquanto ele tinha recado certo de que não podia tardar muitos dias. E que entretanto os mancebos que se achassem mais desembaraçados de obrigações e se prezassem de amigos e zelosos do serviço de Deus e liberdade de sua pátria, se viessem ajuntar com ele com suas armas, para que andássemos fazendo emboscadas ao inimigo e lhe impedíssemos o sair da povoação a correr a campanha e matos. E que ele lhes daria a todos de comer e beber abundantemente porquanto tinha cabedal para isso [...] e que não somente se oferecer a dar-lhes de comer e mandá-lo guisar de noite por seus escravos, que então tinha 25, senão que também queria ser seu companheiro nos trabalhos que se oferecessem [...].
>
> Vendo os moradores esta resolução do padre, disseram todos a uma voz que seu conselho era o acertado e que não era justo deixarem suas fazendas perdidas ao desamparo e entregues ao inimigo [...]. E logo ali se lhe ofereceram 75 mancebos atrevidos, entre os quais entravam dez mulatos e seis negros crioulos, os quais todos tinham armas de fogo. Partiram-se os moradores a tratar de fazer barracas por entre os matos para se esconderem. E no dia seguinte tornaram a ter com o padre os 75 mancebos, todos mui bem armados de espingardas, espadas e rodelas.

Escondeu o padre no mato as coisas principais de sua casa com os seus escravos, para que ali fizessem de noite de comer para os soldados para não ser descoberto pelo fumo o lugar onde ele os tinha e deixou a casa com boas sentinelas ao longe, o que lhe era necessário para o meneio e serviço cotidiano. E repartiu os soldados em cinco esquadras com as quais tomou todos os caminhos que iam e vinham para a povoação, onde fazíamos emboscadas. E de dia estavam os soldados em casa do padre comendo e bebendo e limpando suas armas [...] e à boca da noite todos íamos a tomar nossos postos junto ao inimigo e algumas vezes em distância de um tiro de arcabuz. E desta sorte lhe matamos vinte soldados e lhe tomamos seis vivos [...].

Mandou [o padre] levantar as emboscadas e junta toda sua gente partiu para o Escurial e engenho de Manuel Camelo [...] Havia naquele engenho muito que comer, ovelhas e carneiros, perus, galinhas, e enquanto os soldados tomaram refeição, as sentinelas que mandou pôr nos caminhos mataram a dois espias dos holandeses, que vinham a descobrir campo e a saber o que no dito engenho havia. Acabada a ceia, deixou [o padre] 27 soldados no dito engenho, e com o restante da gente foi fazer duas emboscadas por onde o inimigo forçosamente havia de passar entre as quebradas de uns outeiros e mato, cada uma de trinta homens [...].

Chegou a luz do dia e os soldados [holandeses] que vinham marchando começaram a entrar pelas nossas emboscadas em demanda do Escurial. Chegaram à primeira e foram passando um a um por ser o caminho mui estreito mas seguramente, porquanto como tudo eram espingardas as armas que tínhamos, não havia cheiro de morrão que nos descobrisse. Foram entrando na segunda e ali lhes deram os nossos soldados uma boa carga e lhes mataram dezessete homens; e tornando eles por detrás, desfechamos com outra carga da primeira emboscada em que lhes matamos doze soldados. Eles, vendo-se cercados, arremeteram a fugir por um alagadiço, o qual os foi levar junto à porteira do engenho já com outra carga, onde acharam 23 homens nossos que os receberam

com grande esforço e coragem e começaram a brigar com eles em forma de cara a cara sem que nós os pudéssemos socorrer com a diligência que desejávamos por ser o caminho mui estreito e o mato mui fragoso e cheio de cipós que nos impediam o caminhar.

E já quando chegamos a poder brigar com o inimigo, nos tinham eles morto dos nossos a cinco homens, um dos quais foi Miguel Bezerra, genro de Manuel Camelo de Queiroga, Domingos Antônio e João Rodrigues, e dos outros dois me esquecem seus nomes; e nos feriram seis e os demais foram fugindo para os matos [...] Neste terceiro assalto, matamos ao inimigo dezoito índios e ao ajudante que ia a cavalo, e alguns ficaram feridos. Buscou o padre seus soldados para se pôr em forma de brigar e não achou mais que trinta e vendo a disparidade da gente entre nós e o inimigo, nos metemos para dentro do mato e nos viemos retirando. E o inimigo nos não seguiu por arrecear que lhe tivéssemos feito emboscada, antes se pôs num campo com sua gente junta. E dali foi caminhando para o engenho no qual não achou gente alguma e depois de saquear as coisas manuais que no engenho achou, enterrou os seus mortos e se veio por outro caminho recolhendo para a povoação.

Chegou o padre frei Manuel à sua casa com vinte soldados e dois deles feridos, mas contudo sem perigo. Estando assim em vela toda aquela noite e vendo que até as dez horas do dia não acudia mais nenhum soldado, foi levantar de dentro do mato os escravos que ali consigo tinha. E carregados de mantimentos (de que tinha abundância) se foi com os vinte soldados [...] a esconder nos matos de Camaragibe, cinco léguas em distância da povoação, junto ao caminho por onde havia de passar o mestre de campo d. Luís de Rojas com a nossa gente [...] No dia seguinte, depois que o padre se ausentou, saiu o comendor da povoação com toda a gente que nela tinha a buscá-lo à sua casa. E não o achando nela nem nos matos circunvizinhos, queimou a casa com tudo o que nela deixou, e as casas dos negros.[17] E até os gatos e cachorros que ali se haviam ficado, mandou matar a arcabuzadas. Tudo isto que aqui tenho escrito

e o mais que se escrever neste capítulo, em particular do padre frei Manuel, além de ser público e notório, está qualificado por instrumentos públicos e sumários de testemunhas e por certidão autêntica dos cabeças que governavam o nosso exército, o que tudo deve de estar já apresentado a Sua Majestade ou a seus ministros. E quando o não esteja, em breve se apresentará com o favor de Deus.[18]

Dentro de pouco tempo, chegou a Porto Calvo o exército de d. Luís de Rojas.

Entrou d. Luís de Rojas na povoação, a quem o padre vinha acompanhando, porque o foi esperar ao caminho com os vinte soldados que tinha. E perguntando ele (antes de lhe falar) a Manuel Dias de Andrada, quem o padre era, lhe respondeu que era aquele padre que lhe havia mandado à ponta de Jaraguá os holandeses vivos. Então o abraçou com alegre semblante e lhe agradeceu muito o achá-lo naquela forma. E estando com ele em prática, lhe perguntou que causa o movera a se ficar entre o inimigo e tão vizinho de seus quartéis. E respondendo-lhe o padre que o amor de Deus e a caridade para com seus próximos, e que se ele se retirara com Matias de Albuquerque ficavam todos aqueles moradores sem quem lhes dissesse missa nem os confessasse e lhes pregasse a palavra de Deus e os exortasse na perseverança da fé católica romana, e que se ele ali não houvera ficado entre eles, muitos haviam de ser mortos sem confissão e os pusilânimes haviam de ter titubeado na fé e haviam de estar envoltos em muitos erros e heresias, porquanto os predicantes dos holandeses haviam derramado por toda a terra uns livrinhos que se intitulavam "O católico reformado", em língua espanhola, compostos por Fulano Carrascon, cheios de todos os erros de Calvino e Lutero, e persuadiram aos ignorantes (e ainda aos que não o eram) que a verdadeira religião era a que naqueles livros se ensinava; e finalmente lhe disse que se ele não houvera ali ficado, não acharia Sua Senhoria naquela ocasião morador algum que lhe acudisse com farinha e carne e outros mantimentos para a infantaria. Então [d. Luís de Rojas] se alevantou da cadeira

onde estava sentado e o abraçou apertadamente e lhe disse estas palavras: "Padre, muito bem o tem feito [...] que os que deixaram suas casas e fazendas e se retiraram para as Alagoas, esses são os traidores, e os que se ficaram em suas casas, esses são os leais vassalos de Sua Majestade, porque, se eles não houveram ficado, não tivera eu agora quem me acudisse com a sustentação para os meus soldados e com seus escravos e carros [de boi] para comboiar as munições. Que se eu me parti tão depressa para esta povoação não foi tanto a fazer a guerra ao inimigo como a buscar mantimento para sustentar a gente que trago [...]". Tanta afeição mostrou este fidalgo ao padre que em quatro dias que se deteve naquela povoação sempre o teve em sua companhia de dia e de noite e praticava com ele em diferentes matérias e se informava de coisas importantes.[19]

Nas cercanias de Porto Calvo, travou-se, em janeiro de 1636, a batalha campal de Mata Redonda,[20] que resultou numa vitória holandesa e na morte do general espanhol.

Tornando ao fio da história, tanto que amanheceu e o nosso exército se pôs à vista do inimigo pouco mais de um tiro de mosquete, mandou d. Luís de Rojas ao capitão Rebelinho que, com uma manga de soldados ligeiros, fosse picar e assanhar o inimigo por um lado, o que também fez por outro lado o governador Camarão com parte de seus índios, e lhe fizeram dano. E porque o inimigo não se moveu do sítio que tinha tomado, encheu-se d. Luís de Rojas de tanto fervor que deu vozes aos capitães e soldados, dizendo: "Não se gaste mais morrão, vamos a eles, invistamos, que a vitória é nossa". Tocou-se a investir e movidos os dois batalhões um contra o outro, se começou a brigar valorosamente com muitas mortes e feridas de ambas as partes. Soava a vozeria, tocavam as trombetas, retumbavam as caixas, assoviavam as balas para o ar, tudo era confusão de parte a parte. E indo já o inimigo perdendo alguma terra e os nossos carregando sobre eles,

andava d. Luís de Rojas no meio do nosso esquadrão, animando os soldados e provendo os postos como via ser necessário. E tendo a cara para o inimigo, eis que vem uma bala dentre o nosso esquadrão e lhe deu pelas costas e o passou de parte a parte. Caiu ele em terra e logo se tornou a levantar, dizendo "Não é nada. Adiante, soldados, que o inimigo vai vencido. Deem-me o meu cavalo". E querendo pôr o pé no estribo para cavalgar, disse estas palavras: "Es posible que esto se me haze estando entre hidalgos portugueses?". E logo caiu estendido em terra, morto.

Henrique Teles de Melo e o padre frei Manuel o retiraram para um mato e o meteram numa quebrada e o cobriram com folhas secas por não ser achado; e tornando para o esquadrão, que andava mui aceso na briga, correu palavra que o mestre de campo general era morto. E logo os de barrigas grandes, que nos haviam acompanhado a cavalo não para pelejar senão para ver touros de palanque, de cima de um outeiro, logo começaram a virar os cavalos e a fugir. E os soldados, vendo isto, imaginando que o inimigo poderia ter deitado alguma manga para os acolher no meio, começaram a virar e em breve se começaram a meter por entre os matos e uns após outros desampararam o campo e se vieram retirando para a povoação, cada um pelo caminho ou vereda que se lhe oferecia. E só o capitão Camarão e o Rebelinho saíram de dentro do mato (donde brigavam), saindo ao alto do monte, e dali, com vagaroso passo e ordem, se vieram retirando, fazendo alto algumas vezes e vira a cara ao inimigo, o qual não veio em seu seguimento, antes se deixou ficar no mesmo lugar da batalha, onde tinha duzentos mortos, dos quais enterrou os oficiais no mato e levou mais de quatrocentos feridos e se tornou pelo mesmo caminho por onde havia vindo, para o forte de Peripueira [...].

No segundo dia depois da batalha, foram por ordem de Manuel Dias de Andrada, Henrique Teles de Melo e o padre frei Manuel com negros e uma rede ao sítio onde haviam deixado escondido o corpo de d. Luís de Rojas; e depois de haver visto o destroço e contado os mortos que estavam pelo campo, e

achando algumas armas de fogo, as quais esconderam no mato para as mandarem buscar daí a alguns dias. Como mandaram, meteram na rede o corpo do defunto d. Luís de Rojas, o qual já fedia muito, e o vieram a pôr junto à casa do padre, uma légua da povoação, onde ele com seus escravos lhe fez uma cova junto a um mato. E metido num caixão com terra e cal, o enterrou, e junto à cova se levantou uma cruz para sinal. E benzeu a água e lhe rezou o ofício da sepultura com as cerimônias que a Santa Igreja Romana ordena, no melhor modo que lhe foi possível. E antes que o enterrasse, lhe tirou de uma abertura que tinha da roupeta no sovaco do braço esquerdo uma bolsa de relíquias de santos, metida em outra bolsa maior, aonde tinha também o seu hábito de Santiago e duas chavezinhas douradas, que eram de um contador onde trazia as provisões e ordens de Sua Majestade, a qual bolsa entregou ao tenente-general Manuel Dias de Andrada, certificando-o em como o corpo do defunto ficava enterrado em lugar oculto e que ninguém o havia visto trazer nem enterrar.

Abriu Manuel Dias de Andrada o contador e achou nele as ordens d'El Rei e como vinha em segundo lugar para suceder no cargo a d. Luís de Rojas um mestre de campo castelhano, mui experimentado na guerra, cujo nome perdi de memória e se me lembrar eu farei menção dele ao diante. Este havia ficado enfermo nas Alagoas e morreu no mesmo dia em que foi morto d. Luís de Rojas. E como em terceiro lugar vinha nomeado por mestre de campo general o conde de Bagnuolo, logo Manuel Dias de Andrada lhe mandou as ordens d'El Rei às Alagoas.[21]

A versão das *Memórias diárias* faz questão de frisar, contudo, que a bala que atingira mortalmente o general espanhol viera "pelos peitos", de modo a desmentir a versão que já circulava (e recolhida, como se viu, por Calado) de que d. Luís de Rojas teria sido vítima de traição.

Começou-se a peleja, recebendo o inimigo muito dano, particularmente da nossa mosquetaria. Querendo d. Luís

socorrê-la com outras mangas [...] e ordenando-se que as primeiras se fossem detendo por estarem muito empenhadas, o que alguns fizeram desordenadamente, aproveitou-se disto o inimigo e carregou sobre eles [...] Acudindo com as lanças o nosso mestre de campo general para suspender o ímpeto do inimigo, foi a tempo que já nossos poucos soldados iam cedendo terra a mais de 1500 contrários. E volvendo as costas, fomos declinando para uma encosta, quase um despenhadeiro, o que serviu de não sermos todos degolados. Ficou ferido o mesmo d. Luís de Rojas de um mosquetaço numa perna, achando-se a pé com a lança; e quando o punham a cavalo recebeu outro pelos peitos, com o que logo morreu com aquele valor que sempre mostrara, desempenhando o que devia a si próprio por sua qualidade. Tinha 52 anos.[22]

6.
Entradas e excursões

O conde de Bagnuolo, oficial que chefiava o contingente napolitano do exército de resistência, substituiu Rojas y Borja e transformou Porto Calvo no trampolim para ataques de campanhistas ao interior de Pernambuco, de Itamaracá e da Paraíba, cujos canaviais e engenhos eram implacavelmente incendiados de maneira a impedir que a WIC tirasse proveito econômico do triunfo militar.

> Do posto ocupado pelo tenente Manuel Dias se efetuavam algumas entradas em Sirinhaém, que era distrito de Vila Formosa; e em alguns engenhos e casas se degolaram muitos dos inimigos que andavam com menos recato. Com isto, o púnhamos em grande cuidado e confusão. De uma entrada que fez, o capitão de emboscadas Antônio Bezerra, com Sebastião do Souto [...] e alguns poucos soldados, deu na casa de um dos moradores que não pôde retirar-se, o qual tinha por hóspede o sargento-mor general do inimigo André Zon e três ajudantes. Matando os nossos estes três, escapou-se o primeiro por arrojar-se de uma janela, deixando a espada, bengala e chapéu, que os da facção trouxeram. Por esta cobarde fuga, o seu general Sigismund [von Schkoppe] privou-o do cargo, que deu ao capitão Tourlon.
>
> Eram visíveis os efeitos de nossas entradas no campo e eles decerto cresceriam na proporção [em] que continuassem, e não faltou quem provasse que podíamos e devíamos adiantá-las até Vila Formosa, não só pelas comodidades daquele posto para a infantaria, como por ganharmos mais dezesseis léguas de terreno e até porque poderia acontecer que, sabendo o inimigo que o buscávamos, nos largasse aquela vila, como fizera no

forte da Barra Grande. Porém, o conde de Bagnuolo conveio só em prosseguir nas excursões, conservando-se em Porto Calvo.[1]

[...]

No dia 9, enviou o conde de Bagnuolo o capitão-mor dos índios d. Antônio Felipe Camarão, com trezentos (duzentos dos quais tinham mosquetes e arcabuzes) e dois capitães de emboscadas [...] com trinta homens, e Henrique Dias, capitão dos negros, com alguns. Toda esta gente era própria para marchar por aqueles novos e incultos caminhos e para vingar as mortes dos moradores, se tivessem ocasião [...] Deram primeiro na Goiana, parte mais povoada de moradores e engenhos, no distrito da ilha de Itamaracá, e a sessenta léguas [do forte] do Bom Sucesso, donde tinham saído. O inimigo, para ostentar vigilância na guarda daqueles moradores, tinha ali feito um reduto, mas seu fim principal era depositar nele suas mercadorias e o açúcar que recebia em troco delas, passando-o depois por mar ao Recife. Porém, quando fosse o reduto levantado só para a defesa, desta vez não lhe serviu, porque encontrando o Camarão o governador fora dele, o matou, e a vinte homens mais, sendo um destes Jerônimo de Paiva, que tendo na Índia Oriental sido expulso da Companhia de Jesus antes de ser sacerdote, passou-se para os holandeses, e com eles veio a Pernambuco, onde se casou, vivendo como herege.[2]

[...]

Pareceu a d. Antônio Felipe e aos seus companheiros que não deviam deter-se ali, e por isso trataram de voltar ao Bom Sucesso [isto é, Porto Calvo]; e também para dar segurança a mais de 2500 pessoas de Goiana, que se lhes agregaram, afora outras muitas que se resolveram a vir mais tarde com evidente risco e bastantes privações à falta de todo o necessário para tais caminhos. Mas eles as arrostavam, convencidos de achar mais piedade nos bosques do que nos holandeses, à vista do que estes praticaram com seus parentes e amigos.[3]

[...]

O capitão Rabelo levava ordem de chegar até a Paraíba. Pelo trabalho de ir abrindo caminhos e fazendo rodeios, para

não ser sentido, gastou dezenove dias para andar oitenta léguas. Nos últimos, se sentia já falto de mantimentos, os quais não se podia conduzir em abundância, visto que cada um levava o seu às costas. Deste pouco ainda foi necessário repartir com os muitos moradores de Goiana que foram encontrando, os quais, não podendo se juntar a Camarão, o iam seguindo por fugir, já não às tiranias referidas, mas ao ver os hereges casar com suas filhas e parentas e não sem violências; e vinham tão faltos até d'água que não houve remédio senão socorrê-los.

Chegou a tanto o aperto destes emigrados que morreram quatrocentos, principalmente mulheres e meninos que, nus e descalços, não podiam resistir à aspereza daquelas matas, deixando muitos suas casas, fazendas e regalos só para não ficarem onde sua honra e vida corriam risco. Aqui se via lastimosamente os maridos deixarem suas mulheres, os pais seus filhos, acabando em tanta miséria para não acabarem com eles, visto não terem, já não digo remédio para a vida, mas nem sequer consolo para a morte.[4]

[...]

Continuando Rabelo a sua marcha, deu no engenho que Manuel Peres Correia abandonara a cinco léguas da [cidade da] Paraíba, a 16 de outubro, e junto a ele encontrou o governador Ippo Eyssens, que o era de três praças, a saber, aquela, a do Rio Grande e a de Itamaracá. Gozava ele de suma confiança da parte mesmo da Companhia Ocidental, tendo-o por um dos seus correspondentes e representantes [...] Quis a sorte, para seu mal, que este homem importante estivesse naquele engenho promovendo a moagem com setenta homens e 130 índios daqueles distritos. Inesperadamente, foi investido pelos nossos, de sorte que não pôde fazer mais que retirar-se às casas do mesmo engenho, donde resistiu com muito valor, nem o mostrou menor quando se viu obrigado a sair por causa do incêndio que lhe fizemos. Degolou-nos seis homens [...] e feriu-nos dezesseis [...] Mas ao fim não pôde resistir e ali foi morto, juntamente com um capitão e quarenta soldados, fora dezenove de seus índios. Fizemos sete prisioneiros: um deles

era [...] Cosme de Almeida, um mulato natural da Paraíba, o qual o capitão Rabelo mandou arcabuzar porque voluntariamente servia o inimigo.[5]

[...]

Não só por continuar a guerra que o inimigo mais sentia mas também por trazer gente no campo, por cujo intermédio se pudesse ter notícias certas do que fosse ocorrendo, enviou o conde [de Bagnuolo] os dois irmãos Taborda, com cinquenta homens. Chegando eles ao distrito de Ipojuca, deram no engenho do Salgado, um dos quais deixou Cosme Dias da Fonseca quando se retirou. Puseram-lhe fogo, assim como a muitos canaviais e a um patacho, em que mataram catorze homens.

A esta correria, seguiu-se outra dos capitães Francisco Peres do Souto e Paulo de Parada, que da Bahia voltou a servir nesta guerra, ainda que reformando, segundo uma ordem do rei. Levavam intento de passar pela Paraíba e chegar ao Rio Grande. Não o puderam conseguir, mas queimaram muitos canaviais em Goiana. O mesmo fizeram aos que encontraram os capitães Ascenso da Silva e Sebastião do Souto e o ajudante André Vidal [de Negreiros], aos quais tocou efetuar outra excursão.

O capitão Estêvão de Távora fez também outra logo e queimou os açúcares que estavam feitos e os próprios engenhos de Pero Lopes de Vera, de Pedro da Rocha Leitão, de Domingos da Costa Brandão, de Gonçalo Novo e o de Santa Luzia, que era o outro abandonado por Cosme Dias da Fonseca [...].

Com estas perdas e com a pouca segurança com que o inimigo andava pelo campo, entendeu que enquanto não chegasse o socorro que esperava mal poderia fazer moer os engenhos, a tal aperto o reduziram as nossas correrias. [...] O capitão Sebastião do Souto com o ajudante André Vidal [de Negreiros] e oitenta homens volveram ao campo e chegaram até a Paraíba queimando quantos canaviais encontravam.

> Destruíram com água e fogo mais de 40 mil arrobas de açúcar que acharam pelos engenhos e em Goiana.[6]

Escusado assinalar que esta fase final da guerra tornou o exército de resistência crescentemente impopular junto à comunidade luso-brasileira que havia optado por permanecer no Brasil holandês. Diogo Lopes de Santiago rememorava nos anos 1650 que as entradas e correrias haviam sido

> uma das grandes calamidades que os pobres moradores de Pernambuco receberam, não estando seguros com suas fazendas e móveis assim dos flamengos como dos nossos soldados da campanha, que com liberdade de soldados os roubavam e vexavam, dizendo que os haviam de enforcar e estropiar por traidores, com que tiraram dos pobres muita soma de dinheiro e fazendas, dizendo que as tomavam por serem de contrabando, pela qual causa este [Sebastião do] Souto ficou muito odiado na campanha [...] E não faltavam levantados que infestavam a campanha de toda a sorte de gente com que os moradores tiveram grandes trabalhos e tribulações, porque dando de noite nas casas roubavam quanto achavam; e depois, vindo os flamengos, acabavam de esbulhar o que ficava com título de dizerem que o morador havia recolhido aos soldados da campanha.[7]

Somente em fevereiro de 1637 é que João Maurício de Nassau-Siegen, nomeado governador do Brasil holandês, pôde retomar Porto Calvo e expulsar as tropas inimigas para a margem meridional do rio São Francisco, de onde se recolheriam à Bahia. O coronel Arciszewski, que ao longo das suas campanhas pudera conhecer todo o interior do Brasil holandês, observava o final da guerra de resistência.

O Brasil nunca foi tão pobre como é atualmente. Durante muitos anos, quando o inimigo era ainda senhor do campo, a nossa tropa não fez outra coisa senão queimar e destruir os engenhos. Depois da vitória que Deus nos deu, começávamos a proteger os engenhos e eis que o inimigo durante todo o ano de 1636 não fez outra coisa senão tocar fogo nos canaviais, levar os negros, queimar os engenhos que podiam ser queimados, destruir aqueles que, por serem feitos de pedra, não podiam abrasar às pressas, apreender e saquear os moradores.[8]

PARTE 2

O interregno nassoviano

7.

Nassau assume o governo do Brasil holandês

Os sete anos de governo de João Maurício de Nassau-Siegen no Brasil (1637-44) constituíram um interregno de relativa paz entre dois períodos de guerra, tornando-se destarte uma espécie de Idade de Ouro do Brasil holandês. Gaspar Barleus, o humanista batavo que escreveu a história da administração nassoviana, pretenderá que sua nomeação para o governo civil e militar do Brasil holandês constituíra algo de incontroverso.

> Todos o desejavam nesse posto porque, prático na milícia europeia, sob o príncipe de Orange, reconquistara, com sua dedicação e diligência, o que antes dele ninguém conseguira, a praça de Schenken, a qual, situada no divórcio das águas do Reno, defende a Batávia. Gozava ele por isso o favor público dos holandeses, acrescendo a esses títulos o lustre de sua família, ligada pelo sangue aos imperadores [do Sacro Império Romano Germânico] e por matrimônios aos reis, além da autoridade, da galhardia, da lealdade, da boa fortuna e de outras muitas virtudes e honras. Tudo isso exigia fosse ele arrastado sem detença ao comando supremo e não consultado em longas deliberações.

As coisas não se passaram bem assim. A direção da WIC tinha seu próprio candidato, ao que parece o oficial polonês Crestofle Arciszewski, que já militava no Brasil. A Companhia terminou cedendo devido ao interesse pessoal que o príncipe de Orange

demonstrou pela indicação do parente. Prossegue Barleus:

> Demais, ostentava ele no porte e no corpo a bizarria e gentileza não só própria da idade viril, mas também congruente na dignidade com a relevância do seu alto cargo. Para auxiliar os príncipes alemães, já antes participara, como cavaleiro, da expedição que, sob Frederico Henrique de Nassau, se mandara ao Palatinado contra o marquês de Spinola. Fora alferes e comandara como capitão uma companhia, subindo logo de posto, sob Ernesto, governador da Frísia, e depois sob o príncipe Maurício de Orange, *stathouder* de Holanda, Zelândia e Frísia. Sob Sua Alteza o príncipe Frederico Henrique, já supremo defensor das Províncias Unidas, celebrizou-se Nassau nos famosos assédios de Groel, Bois-le-Duc, Vanloe, Maastricht (onde sustentou e repeliu com valentia o ataque contra a sua posição feito por Pappenheim, general das forças imperiais) e de Rheinber. Assim, depois de desempenhar no Velho Mundo todas as funções militares, viria exercer outras no Novo Mundo.[1]

Nassau fez-se acompanhar ao Brasil de uma comitiva de pintores e cientistas, pagos do seu bolso, com o objetivo de documentar a vida na colônia, suas raças, sua flora e sua fauna: o médico Willem Piso, o paisagista Frans Post e o retratista Albert Eckhout. A eles, se juntaria depois Georg Markgraf. No séquito de Nassau, viajavam também seu irmão mais moço, João Ernesto, e seu primo, Carlos de Nassau, que morrerão aliás no Brasil. Seguiam também os membros do Supremo Conselho que administraria o país, sob a presidência de Nassau: Mathijs van Ceulen, Johan Gisselingh e Adriaan van der Dussen. Há poucos dias de

desembarcar no Recife em janeiro de 1637, Nassau escreveu aos Estados Gerais a seguinte carta (3.ii.1637):

> Para desobrigar-me dum dever quis, pela presente, dar-vos conta do que ocorreu na minha viagem. Como sem dúvida soubestes, fui forçado a demorar-me cinco semanas na Inglaterra por causa do mau tempo e do vento contrário. Tendo me embarcado a 6 de dezembro passado, prossegui na minha dita viagem até aqui, com a possível presteza e sempre com belo tempo e ventos favoráveis, não parando em parte alguma a não ser na ilha de Maio, escala prescrita, onde permaneci de 31 de dezembro a 6 de janeiro; e isto para fazer aguada e refrescar um pouco as tropas.
>
> Fazendo novamente de vela, aqui cheguei a 23 do mesmo mês, graças a Deus, em boa disposição; e comigo, todos os demais. Fui recebido com muitas honras, achando o país um dos mais belos do mundo, os negócios e as tropas deixadas em guarnição em muito bom estado, de modo que pretendo ir, no dia 5 do corrente mês, ver se há meio de obter alguma vantagem sobre os inimigos.
>
> O conde de Bagnuolo, general das suas tropas, acha-se presentemente com 4 mil homens perto de Porto Calvo, praça fortificada. As minhas forças destacadas para o exército consistem em 3 mil soldados, mil marinheiros armados, mil brasilienses e uma companhia de cavalaria de oitenta cavalos, com os quais levarei quatro meio canhões e seis pequenas peças. O almirante, com 24 navios de guerra, deve acompanhar-me ao longo da costa.
>
> O tempo não me permite agora escrever-vos mais particularmente, porém não deixarei de fazê-lo quando regressar, se Deus quiser. A situação deste país é extremamente vantajosa e forte, e se Deus nos fizer a graça de podê-lo conquistar inteiramente, não duvidarei que todo o Estado dele tirará uma grande vantagem e serviço.[2]

Pouco depois, Nassau encetou a campanha vitoriosa que, reconquistando Porto Calvo, expulsou definitivamente o exército de resistência para o sul do rio São Francisco, fixando em Penedo, onde edificou o forte Maurício, as fronteiras meridionais do Brasil holandês. A 8 de março, Nassau comunicava de Porto Calvo ao governo neerlandês:

> A 18 de fevereiro [de 1637], encontramos, em um passo que devíamos atravessar, 1800 homens entrincheirados, bem providos de paliçadas e com os flancos cobertos por abatizes. Atacamos os contrários por três lados diferentes e, com o auxílio de Deus, batêmo-los com perda de trezentos homens, entre os quais muitos oficiais, havendo da nossa parte apenas seis mortos e 35 feridos. Prosseguindo na marcha em direção ao forte, onde o conde de Bagnuolo se tinha entrincheirado sobre dois outeiros próximos, verificamos ter abandonado estas trincheiras e se haver retirado em grande desordem para as Alagoas, deixando duas peças de bronze. Depois de sitiar o forte e avizinharmo-nos, com os nossos aproches, dos seus defensores, estes a 3 do mesmo mês renderam-se mediante condições [...] Logo que a nossa gente estiver provida de víveres, marcharemos ao encalço do inimigo a fim de, com o auxílio de Deus, obrigá-lo a transpor o rio São Francisco.

E de Penedo, informava a 2 de abril:

> Deus onipotente expulsou duma vez desta terra, para além do rio São Francisco, os nossos inimigos. Considerei necessária à conservação do país a construção de alguns fortes sobre este rio, a saber, na foz do mesmo e também junto à cidadezinha de Penedo, onde o inimigo atravessou-o, situada cerca de seis milhas do mar. Este rio tem largura igual à do Maas antes do porto de Delft e tal correnteza que se não pode dizer. Espero, com o auxílio de Deus, conter o inimigo nestas fronteiras.[3]

Ao príncipe de Orange, ele referia suas primeiras impressões da terra, colhidas numa cavalgada de Sirinhaém a Porto Calvo e depois, de Jaraguá ao São Francisco.

> Seguindo cerca de 53 léguas, encontrei todo um país que, penso eu, dificilmente seria superado em amenidade e moderação do céu. Quando jornadeava, nem me incomodou o calor diurno nem o frio noturno, conquanto às vezes se me arrepiasse o corpo. Rasgam-se planícies numa extensão de dez milhas a fio, regadas por cursos d'água temporários e por arroios que fluem tranquilos. Aqui e ali vagueiam animais, que pastam em manadas de 1500, 5 mil, 7 mil cabeças. Pasmei; e não acreditaria nestas maravilhas se não as contemplasse com estes olhos. Só de habitadores carece a terra; e pede colonos para povoar e cultivar seus desertos.[4]

De regresso ao Recife, encetou as duas grandes tarefas que lhe haviam sido confiadas: a organização administrativa do Brasil holandês e a reativação da economia açucareira depois de sete anos de guerra.

> Como o litoral do Brasil conquistado pela Companhia estende-se por mais de cem léguas, a experiência tem mostrado que nos lugares longínquos as nossas ordens e recomendações não são tão prontamente executadas como o bom governo e a prosperidade da Companhia o exigem, pelo que julgamos necessário colocar em diferentes lugares como diretores alguns dos conselheiros políticos, para que executem pontualmente as nossas ordens, nos informem acerca do estado e das necessidades dos respectivos distritos bem como contenham os moradores nos seus deveres. Os distritos criados são quatro: Paraíba, Itamaracá, Sirinhaém ou Porto Calvo e rio São Francisco.[5]

Adriaan van der Dussen, um dos membros do Alto e Secreto Conselho, descreveu assim o

organograma do regime colonial:

> O governo do Brasil compõe-se de três conselhos, a saber: o primeiro, o Alto e Secreto Conselho, do qual é presidente S. E. João Maurício, conde de Nassau, como governador, capitão e almirante geral do Brasil, e onde são tratados os assuntos referentes ao Estado, ao governo civil e à guerra. O segundo, o Conselho Político ou Conselho de Justiça. O terceiro, os Conselhos ou Câmaras de Escabinos, em suas respectivas jurisdições [...] Os Conselhos subalternos de justiça compõem-se de escabinos anualmente escolhidos de uma lista tríplice organizada pelos eleitores de cada jurisdição. S. E. e os Altos Conselheiros escolhem cinco, que prestam juramento e aos quais se ajunta um secretário [...] Em cada jurisdição, há também um escolteto que zela pelos direitos da Companhia, fazendo inquéritos a respeito de todos os abusos e com os demais encargos que lhes são atribuídos na pátria [...] Além das Câmaras de Escabinos, há ainda, em cada jurisdição, uma Curadoria de Órfãos, composta de dois portugueses e um holandês, e de um secretário.[6]

O sistema de administração municipal herdado do domínio lusitano foi mantido, sob a designação neerlandesa de Câmara de Escabinos, onde tinham assento luso-brasileiros e batavos. A diferença consistiu em que a escolha dos vereadores ficava dependente da aprovação final de Nassau, que também manteve a divisão em capitanias, as quais passaram a ser governadas por um diretor nomeado pelo Alto e Secreto Conselho. Ele também

> ideou para cada província o seu brasão próprio, depois formou o do Conselho Supremo, abrangendo num só escudo as insígnias de cada uma delas para indicar assim os términos do Brasil holandês. Sobre este escudo, viam-se as armas das Províncias Unidas e embaixo a divisa da Companhia das Índias

Ocidentais. O selo do Senado Político (ou Conselho de Justiça) era constituído pelos brasões das quatro províncias, contidos num escudo semelhante, sobre o qual se via a Virgem Astreia, trazendo numa das mãos uma espada, vingadora dos crimes, e na outra uma balança, regra dos comerciantes.

A Câmara de Pernambuco tinha por insígnias uma virgem mirando-se num espelho e como enlevada pela sua formosura e empunhando uma cana sacarina, escrito o nome da cidade de Olinda. Com tal emblema, significava-se a beleza e a riqueza da região. Receberam também os seus brasões próprios as outras Câmaras de Pernambuco, a saber, Igaraçu, Sirinhaém, Porto Calvo e Alagoas. O de Itamaracá mostrava um cacho de uvas, porque nenhuma parte do Brasil os produzia tão belos e suculentos quanto a ilha de Itamaracá. O da Paraíba apresentava as formas piramidais dos pães de açúcar, ou por ser produtora de ótimo e estimadíssimo açúcar ou porque, passando para nós essa província, foi aí maior o trabalho dos engenhos e o preço do açúcar. A província do Rio Grande tinha por armas um rio em cujas margens pisava uma ema, por ser ali maior a abundância dessa ave. Esses brasões foram gravados em sinetes de prata por escultores batavos, e não em latão ou ferro para não os comer o azinhavre ou a ferrugem.[7]

Nassau não logrou limpar inteiramente as cavalariças de Áugias de que falava Barleus, isto é, a corrupção administrativa herdada do período da guerra de resistência. Antes da sua chegada, o predicante valenciano Vincent Soler descrevera a situação em termos dramáticos, concitando a Câmara zelandesa da WIC a remediar

tantas desordens, tanto na igreja quanto na administração. À falta de fazê-lo, será impossível que guardeis este país um ano. Não há vestígio de temor a Deus; roubam-vos abertamente; vosso armazém entretém o luxo de vossos funcionários e suas putas, as quais pululam maravilhosamente neste país. O

excesso não se pode exprimir por palavras. Os portugueses têm sido e ainda são tratados injustamente [...] Pensais mandar conselheiros políticos e entretanto são ratazanas sem polícia. Roem-vos até os ossos. Retirai, em nome de Deus, o instrumento das suas iniquidades [Balthazar] van de Voorde [...] Retirai esse malicioso bêbado e nomeai em seu lugar algum homem de bem e honrado [...] Além disso, é preciso que ou retireis os senhores de engenho de suas propriedades, ou que os favoreçais para ajudá-los a restabelecer-se.

A André Rivet, capelão e confessor do príncipe de Orange, ele exclamava indignado:

> Bom Deus, entre que gente estou! Tenho visto bastante, mas nunca me tinha encontrado em tais bodas. Assim, não temos aqui senão as fezes da Holanda, Zelândia etc., gente que não sabe o que é civilidade ou honra e menos ainda temor do soberano.[8]

Contudo, mesmo iniciada a administração nassoviana, Soler ainda se considerava na obrigação de dar conselhos à metrópole em matéria de escolha de funcionários para o Brasil.

> É absolutamente verdadeiro que os maus servidores são a ruína e a gangrena da Companhia, mas, com todo respeito, só vos cabe censurar a vós mesmos. Por favor, nomeai as pessoas segundo as funções e não segundo os salários. Os que já cuidaram mal de seus próprios interesses, como poderão favorecer os vossos [...] Selecionai as pessoas de bem e tementes a Deus, porque as que Lhe são infiéis nunca vos servirão fielmente; e as que vêm para cá sem bens não têm outro fim senão reuni-los a todo custo, vivendo opulentamente. Ordenai que todos vossos funcionários, grandes e pequenos, sejam substituídos. Sustentam-se todos entre si como as argolas de uma cadeia e são todos ladrões; não excetuo ninguém. Há dois meses, descobriram-se sessenta caixas de açúcar escondidas por um português que está com o inimigo.

Escolheu-se para as recolher entre os que se julgavam mais fiéis. Roubaram só onze. Julgai toda a turma por este exemplo *et ab uno discite omnes*.

Os ministros [da Igreja calvinista] de agora cumprem devidamente com seu encargo e comportam-se como pastores do rebanho que lhes tem sido confiado. Os escandalosos como Schagen (homem dissoluto, audacioso, imperioso e cúmplice dos conselheiros políticos), Stetet (bêbado, desmiolado e incapaz), Samuel Volgeri e Johan Osterdag (viciosos e incapazes), têm sido eliminados [...].

Em nome de Deus, tratai de despedir o [Servaes] Carpentier. Tem-vos estranhamente desservido, é tão culpável como os conselheiros políticos. Em resumo, tanto ele como seu irmão [Roland Carpentier] levam ainda agora uma vida infame e dissoluta.[9]

Nassau também tratou de fixar a fronteira norte da nova colônia mediante a incorporação de Fortaleza (1637), atendendo o convite dos tapuias do Ceará; e de assegurar o suprimento regular de mão de obra escrava aos engenhos do Nordeste, cujos plantéis haviam sido seriamente desfalcados pelos anos de guerra. Houve as fugas de escravos para os quilombos; sua partida para a Bahia nos contingentes de retirados; sua incorporação à tropa, tanto as do exército hispano-luso-brasileiro quanto as neerlandesas; e até seu apresamento pela soldadesca. Neste particular, foi tomada uma decisão de princípio sobre a alforria de todos os soldados negros que haviam lutado com os holandeses, confirmada depois da posse de Nassau,

como se verá por esta nótula diária de 25 de maio de 1637.

> Quanto aos escravos que [...] passaram para o nosso lado, não poderão ser restituídos a seus proprietários sem cometer a maior ingratidão de que já se ouviu falar, porque entre aqueles negros alguns nos serviram durante quatro, cinco, seis e sete anos, mostrando-se fiéis ao Estado, muitos eram soldados, alguns nos indicaram os caminhos para penetrar no interior e graças a eles logramos conquistá-lo. Outros nos serviram de guias e nos levaram aos engenhos e às casas dos portugueses que saqueamos e incendiamos [...] Deveríamos portanto libertá-los.[10]

Sobre os escravos capturados pelos oficiais e soldados holandeses,

> resolveu-se que todos os oficiais e soldados que apresaram negros são obrigados a entregá-los aos membros do Alto Conselho ou seus delegados, recebendo para cada negro vinte reais de oito e para cada negra seis reais de oito. Quem sonegar negros terá de pagar a multa de trezentos florins por cabeça, tendo ademais de restituí-la.[11]

A conquista de Elmina, possessão portuguesa da costa ocidental da África, visou precisamente garantir o suprimento de escravos ao Brasil holandês, embora só a conquista de Luanda em 1641 conseguisse alcançar plenamente esse objetivo. No decurso de 1637 e 1638, o governo do Recife também procedeu à venda financiada dos engenhos cujos proprietários haviam emigrado, confiscando-os e revendendo-os. Dos 160 engenhos existentes no Nordeste quando da invasão holandesa, quase a metade deles havia sido

abandonada pelos seus proprietários luso-brasileiros. Os prazos concedidos foram geralmente de seis anos, com seis meses de carência. Das 65 fábricas confiscadas, 44 foram inicialmente vendidas: 21 a holandeses, dezessete a luso-brasileiros e seis a sefarditas portugueses de Amsterdã. Nos "Epigramas americanos dedicados ao conde de Nassau" (1639), Johan B. Banning louva a administração nassoviana em termos bombásticos. Banning, professor de Leiden (como Constantino l'Empereur, que também visitou o Brasil holandês), esteve entre nós em 1638-9, ocasião em que escreveu seus "Epigramas", publicados em Leiden em 1639. A colônia, porém, não lhe foi propícia, passando a sofrer do que um documento coevo chama "uma bizarra melancolia, com imaginações estranhas".

> A terra, antigamente intratável, o ar que nos circunflui, o fogo e a água, que costumava ir contra a corrente, tudo isso presta agora sua homenagem a Maurício. Apenas sentiu a terra do Brasil o ligeiro beijo deste príncipe, logo todos os elementos puseram-se debaixo da sua autoridade. A terra, restituída a si mesma, deleita-se de poder produzir canas em abundância; o ar alegra-se em afagar os favos [isto é, as hastes da cana-de-açúcar] que tremulam ao vento; a água que aflui dá movimento às rodas [dos engenhos]; e o fogo [das caldeiras] remata a obra, criando sólidos blocos de mel nectáreo.[12]

Ao cabo do primeiro ano de administração nassoviana, 99 engenhos encontravam-se em condições de moer. Havia ainda outra questão a

resolver, mas esta não dependia de Nassau, e sim da direção da WIC e do governo neerlandês: a definição do regime de comércio do Brasil holandês. Em 1634, o comércio da colônia fora aberto a todos os cidadãos neerlandeses em detrimento do monopólio da Companhia. Nos últimos anos, os chamados *vrijluiden* haviam afluído ao Recife. Parte deles atuava por conta própria, outra como agentes comerciais de negociantes neerlandeses, especialmente de Amsterdã — e de ambas as maneiras provocavam a inquietação dos dirigentes da WIC, que insistiam na preservação estrita do seu monopólio. Por outro lado, o comércio livre constituía um dogma em Amsterdã. O conflito aguçou-se em 1637. De regresso aos Países Baixos, Arciszewski colocou Nassau a par da controvérsia, insistindo por sua intervenção no assunto, escrevendo-lhe uma longa missiva. A essa altura do debate, a impressão predominante era a de que o monopólio sairia vitorioso.

> O melhor sistema é deixar-se livre o comércio particular ou para sempre ou, pelo menos, até que esse país se ache constituído em melhores condições. As razões são estas. Os dois partidos concordam em que a salvação e a prosperidade da Companhia dependem da colonização do Brasil, e assim é, por que como poderá haver muito açúcar e muitos frutos senão em virtude do trabalho, da diligência e das despesas de muitos homens? A quem poderão ser vendidas muitas mercadorias senão a muitos homens habilitados a comprá-las pelas suas colheitas? Poderá a Companhia reduzir as despesas que faz com as suas guarnições, fortificações e provisões de guerra a

não ser quando houver aí muitos homens em condições prósperas que as possam suportar quase sem as sentir, muitos moradores que vivam sobre si e possam prover à sua própria manutenção? Ora, se aquelas resoluções permanecerem vigentes, vejo eu que fica impedida a colonização.

Temos o máximo interesse em que hajam muitos holandeses não somente pobres mas sobretudo ricos, uns para granjear o dinheiro dos portugueses, pagando-se com os açúcares de todo beneficiados (que a Companhia quer agora chamar a si), e outros, para terem eles mesmos engenhos e empregarem os seus capitais em negros, bois, açúcares, obras etc., o que os pobres não podem fazer. Mas quem quererá agora proceder assim se na pátria pode a seu bel-prazer, com maior liberdade, empregar o seu dinheiro no negócio e ganhar, sem se pôr sob a dependência da boa vontade de estranhos, que de ordinário costuma ser mesquinha? Propostas para a colonização do Brasil, como fizeram as Câmaras em seus escritos, reservando para a Companhia o comércio em grosso, deixando aos outros ou aos moradores o comércio a retalho, não atraem os ricos mas somente os pobres, que se contentam em ganhar o sustento cotidiano e pouco podem contribuir para o florescimento do país. Além dos holandeses, também nos interessam os estrangeiros. Com holandeses somente não se pode povoar reino algum. E que estrangeiro há aqui que venha voluntariamente pôr o pescoço debaixo de tal jugo?

Interessa também que os velhos moradores portugueses não se vão. Mas estes, sendo católicos e podendo mover-se e comerciar franca e livremente nos domínios do seu rei natural e católico, gozando ainda de tantos favores como os que gozavam, se esquivarão, e somente ficará a gente miserável que não dispõe de meios para poder ir-se embora e destinada a morrer de fome.

Nos escritos que se têm apresentado se têm feito assaz notórias às Suas Altas Potências as franquezas e liberdades dos portugueses. VV. SS. sabem também que nós nos comprometemos a lhas guardar tal como eles as tinham sob a obediência do rei da Espanha, *mutatis mutandis* quanto à religião e

à nossa supremacia. Nós os fizemos jurar e assistimos ao ato de cabeça descoberta e invocamos o nome de Deus, depois que eles prestaram o juramento; nós todos, que estávamos presentes por parte ou como representantes da autoridade, lhes demos solenemente nossas mãos como garantia de que guardaríamos a nossa fé e palavra. Eu corro-me de vergonha, lendo nas alegações das Câmaras, que não somos obrigados a guardar a palavra dada aos portugueses porque eles têm sido algumas vezes desleais. É verdade que a maior parte tem sido muitas vezes desleal, mas não todos; um certo número deles se tem conservado ao nosso lado. Sobre esses nada há que dizer e muitas vezes nos têm sido prestimosos [...].

A alegação de pertencer o comércio à Companhia não aproveita, se se não provar que tal comércio tende à conservação da Companhia e à prosperidade da pátria. Qual será essa prosperidade se se levasse erroneamente a Companhia por um caminho tão escorregadio que ela facilmente poderá cair, fazer-se em pedaços e causar detrimento e aflição à república? A outorga lhe foi dada quando o Brasil estava ainda no seu estado de florescimento, quando era bem povoado e havia aí bastante gente e fazenda. Se as coisas tivessem permanecido neste estado, não haveria muito que objetar. De boa vontade, se lhe concederiam os lucros pelos seus bons serviços, trabalho e risco dos capitais empregados, se este privilégio lhe devesse sempre pertencer, conquanto muitos haviam de sustentar que o gozo dos proventos deveria ser restrito às regalias e alguns maiores favores e não poderia ser levado a um monopólio absoluto.

Mas agora a situação está tão mudada em razão da duradoura guerra, que poucos gêneros se pode daí tirar. A gente é pouca, pouco o dinheiro, poucos os frutos que no Brasil há para mandarmos para lá com avanço às nossas mercadorias. Para que se possa promover o comércio, a terra deve ser primeiramente bem cultivada e povoada mediante grandes despesas. E como pode isto acontecer se somente à Companhia e a ninguém mais se deixar a colonização do Brasil? Se somente a ela e a mais ninguém ficar a cultura e os

preparos necessários para se obter o desejado incremento? Pode tamanho encargo ser desempenhado com os tênues recursos e a esgotada bolsa da Companhia? Por que não se há-de chamar antes todo o mundo e deixar sobre os ombros dos particulares que quiserem ir, uma vez que tenham meios para trabalhar e correr os riscos, uma boa parte, diremos mesmo, a máxima parte desta pesada tarefa? *Ubi populus ibi opulus*. Haja no Brasil muita gente, contribuindo cada um mui pouco para a Companhia, isto fará mais sem despesas ou risco da parte dela do que os 13,5 tonéis de ouro de que se trata nos cálculos. Não há nenhuma probabilidade de que o Brasil seja melhor povoado e melhor cultivado por poucos do que por muitos [...].

E que melhor exemplo se pode propor do que estes mesmos Países Baixos? Se não fora a grande cópia de particulares, que forças, que meios teriam os Países Baixos havidos somente do Estado e dos capitais públicos, para ocorrer a tão enormes despesas como as que fazem? O que tem feito Amsterdã, entre outras cidades, tão esplêndida senão o grande número de particulares, podendo não somente os holandeses mas os estrangeiros de todas as nações do mundo mover-se e fazer livremente nela o seu comércio? [...]

É manifesto que até esta hora as Câmaras [da WIC] não sabem ainda qual é a magnitude da obra que elas têm em mãos no Brasil [...] O Brasil é uma região tão vasta e capaz que nem os pequenos recursos da Companhia nem os grandes meios do rei da Espanha poderiam fazer com que em muitos anos as suas terras fossem povoadas e cultivadas como presentemente se acha a Holanda. No tempo em que o Brasil estava no seu mais alto grau de florescimento, quando os seus 160 engenhos existiam, nem por isso tinha cultivada ou povoada a décima parte do seu território. Encontram-se os engenhos esparsos aqui e acolá. Da costa para o mato, o território era somente cultivado na extensão de cinco, seis ou quando muito sete e oito léguas. Afora essa zona, os melhores e mais belos campos se achavam tão desertos como atualmente. As quatro capitanias conquistadas, do norte para o

sul, têm de litoral 120 léguas, e de leste para oeste ou para o interior, dilatam-se até onde se queira ir. Se se quiser ocupar o território até seiscentas, setecentas ou oitocentas léguas, se poderá fazê-lo. Creio que não se encontraria resistência até as cordilheiras do Peru! E pois como é possível que a Companhia somente com o seu fraco poder, sem o auxílio dos particulares, efetue tão grandes coisas? Por que não se há-de permitir que quem quiser fazer assento aí possa exercer a sua indústria e estabelecer-se ao lado da Companhia, contentando-se esta com os costumados direitos e regalias, que não somente são as mais seguras e honradas rendas de todo o governo, senão também as maiores? Donde procedem as enormes e inacreditáveis rendas dos Países Baixos senão somente dos seus direitos e regalias, sem que os magistrados trafiquem ou tenham tempo para traficar?

Os cálculos das rendas do Brasil que uma e outra parte têm feito mostram uma grande maravilha. Moram no Brasil mui poucos particulares e entretanto os amsterdanenses demonstraram que, não se excluindo os particulares do comércio e sem pôr-se em risco os dinheiros da Companhia, o Brasil pode dar 25 tonéis de ouro contra 13,5 tonéis de despesas. Quanto produziria então se, sendo franco aos particulares e ao comércio, estivesse repleto de gente e crescesse em frutos e novidades? Pelo decurso do tempo, o rendimento subiria a uma soma três, quatro, cinco vezes superior. A prosperidade dos moradores atrairia outros para si e deste modo, se a Companhia esperasse três ou quatro anos, essa curta paciência de sua parte seria recompensada com grandes riquezas. Se quiser, pelo contrário, enricar precipitadamente e *per faz nefasque* tomar tudo o que se puder haver, é certo que o começo não lhe será desagradável mas o fim há-de ser amargo, visto como as rendas em vez de aumentar irão minguando dia a dia, à proporção que os moradores sucumbirem e abandonarem o trabalho e a indústria que não lhes serão proveitosos. Que importa que as Câmaras, com excluírem os particulares e onerarem excessivamente as mercadorias, façam figuras nos seus cálculos cinquenta tonéis

em vez de 25 se esta dita não será de longa dura? O país, sendo bem depressa privado de população e de cultura, perecerá afinal, e isto com grande perigo do próprio capital! [...]

Os que fazem indústria do mel de abelhas não tiram todo o mel que há no cortiço, mas somente o supérfluo, deixando o que é necessário para o sustento delas. E quando não procedem assim, as abelhas morrem e o industrioso não obtém mais mel. É o que acontecerá à Companhia se tiver mais em atenção o mel, isto é, os lucros, do que as abelhas, isto é, os moradores da terra. Por que não será melhor que a Companhia trafique com o seu dinheiro, como bem puder empregá-lo vantajosamente, e ao mesmo tempo receba uma parte dos lucros do comércio e dos particulares por meio de dízimas, redízimas, direitos, fretes, balanças, passagens e toda a sorte de regalias, sem impedir a população, pois que não sendo assim as regalias serão diminutas? Tem-se entendido, e assim já se deliberou anteriormente, que o capital da Companhia pode ser empregado com mais segurança em víveres, gêneros molhados e gordurosos, e metal. Se acrescentarmos a isto as minas de prata, que aí se estão descobrindo (se se descobrirem), a Companhia achará bastante emprego para o seu capital, pois que para isto é necessário não pequeno trabalho, e há muito que ganhar. Os víveres são também mercadorias que proporcionam lucros: despende-se o dinheiro com uma mão e com a outra se o recebe de novo. E se sobrar ainda dinheiro para ser empregado, o que não creio, pode a Companhia tomar à sua conta de dez a vinte engenhos para cultivá-los e custeá-los e haver os respectivos lucros. Para mais não dá o pequeno cabedal da Companhia; e ou os particulares empregarão o seu dinheiro, ou a terra ficará deserta [...].

O melhor sistema de colonização não assenta em uma tal liberdade de comércio que quem quiser possa ir para o Brasil, e tendo-se locupletado, se retire, contribuindo assim muito pouco para o aumento da população. Nos papéis das partes contendoras, se disse com razão que tais mercadores se assemelham aos escaravelhos e gafanhotos que, tendo comido os frutos, batem as asas sem concorrerem para a conservação

das árvores que desfrutam. Por isso quero eu apontar aqui os meios pelos quais se acharão outros mercadores livres, que não podem ser comparados aos escaravelhos e gafanhotos, e sim aos pássaros e outros animais que no Brasil fazem ninho para o seu alimento superabundante, põem ovos e, por sua lã, leite, carne, préstimo etc., são proveitosos à propriedade da terra.

Esses meios, que podem unir as partes contendoras, levantar e firmar a liberdade do comércio, promover vigorosamente a colonização do Brasil, proporcionar lucros grandes e iguais aos acionistas e fazer próspera, estável e florescente a Companhia, são estes: que a todas as pessoas, qualquer que seja a sua nacionalidade, língua, religião ou condição, se permita morar no Brasil, uma vez que tenha o *jus civitatis* ou *indigenatus* desse país. E somente esses sejam admitidos (a Companhia o permita em geral, mas exclua os acionistas). E o *jus civitatis* ou *indigenatus* não deve ser concedido senão a quem for *possessionatus*, isto é, não me refiro às pessoas que não têm meios ou têm mui poucos, como sejam os artistas paupérrimos, os operários e jornaleiros, que não devem ser molestados de forma alguma, e que, dando somente o corpo à república, ao modo romano, podem viver com proletários, contentando-se com terem habitação e ganharem junto aos ricos o seu sustento, como lhes é possível, até que um dia se tornem também *possessionatus*, pois que eles não podem nem devem comerciar no Brasil. Refiro-me somente às pessoas que têm meios, e esses formam três classes, a saber, os pobres, os remediados e os ricos. A nenhuma pessoa dessas três classes se deverá dar permissão para poder comerciar como bem quiser, mas somente para fazê-lo com as suas próprias colheitas e frutos, do seguinte modo.

Os pobres, como os que vendem a retalho, os que, sem ter casa, vendem por miúdo alguma coisa havida nas lojas, não devem gozar de grandes favores, mas comerciar somente em uma determinada e pequena proporção ou quantidade, que, a não ser assim, a condição deles seria a melhor de todas, conquanto menos concorram para a população, e eles seriam os primeiros que, em enricando, ir-se-iam embora. Os

burgueses de condição, os que tiverem casa e jardim, poderão comerciar por grosso, pagando os direitos, e os moradores remediados, que se estabelecerem no país e quiserem se ocupar com a indústria do fumo, gado, farinha, pesca ou com salinas, a estes se há-de favorecer muito e se lhes fará declarar os meios de que dispuserem, porque, conforme os seus recursos e produtos, poderão ser favorecidos com mercadorias. Os burgueses ricos ou indígenas que quiserem comerciar com açúcares, esses deviam despender com a cultura da cana e não haverão o direito de *indigenatus* senão tomando engenhos e mostrando que têm meios, ou dando fiança de que não os abandonarão, mas que pelo contrário os hão-de conservar como convém. E a nenhum deles se permitirá traficar com maior quantidade de açúcar do que o da sua própria lavra e o dinheiro que ganharem com o açúcar e seus frutos.

Sob esta condição, se deve admitir todos os indivíduos de qualquer nação do mundo que quiserem ir para o Brasil. E para atrair colonos mais facilmente, é preferível dar os prédios e terras do Brasil aos que chegarem do que vender-lhos, pois uma súbita população, instigada pela cobiça humana, os pagará para havê-los de graça, dez vezes mais caro do que se fossem vendidos a pouco e pouco por bom dinheiro.

Deste modo, se poderá certamente não só fixar no Brasil as pessoas que aí já se acham, assim os nossos como os antigos moradores portugueses, senão também atrair dos Países Baixos e de várias partes do mundo homens ricos, pois que estes nem sempre sabem empregar o seu dinheiro com particular proveito. E engrossando assim consideravelmente a população, também aumentarão consideravelmente os direitos e as regalias; e a Companhia, sem o mínimo risco, virá a ficar constituída em condições superiores àqueles que lhe pode dar o monopólio ou os cálculos que as Câmaras apresentarem. Que situação melhor, mais florescente, poderá ela desejar que o Senhor Deus lhe dê? De que outro modo poderá aumentar mais o consumo dos víveres, molhados e gordurosos, do metal, de negros? De que melhor modo se poderá lucrar com outras mercadorias (lucros que agora se deseja obter inutilmente),

senão tendo a Companhia capitais bastantes para empregá-los em tantas coisas? E não se deve cuidar somente de mercadorias e lucros. Talvez se façam ainda necessários artigos ou material de guerra em que se tenha de empregar o capital da Companhia, visto como ouve-se falar de novo com insistência nos preparativos do inimigo.[13]

A Câmara do Recife também se manifestou contra o monopólio em representação apresentada ao Conselho dos XIX (5.xii.1637), provavelmente da lavra de Gaspar Dias Ferreira, que era um dos seus membros mais conspícuos.

Dias há que a proibição que VV. SS. intentam pôr a este Estado no comércio das mercadorias se tem estranhado entre os moradores dele, porém nunca pareceu que viesse a efetuar-se, por ser coisa tão notavelmente prejudicial ao aumento e rendas da Companhia e bem desta República [...] A primeira e mais eficaz razão que temos contra esta proibição de livre comércio é o prometimento que está feito a este povo, em todo o tempo desta conquista, e oferecimentos de liberdades e larguezas em todo o decurso dela [...] Descendo a razões mais particulares, devem VV. SS. considerar que, da estreiteza do comércio, nasce a pobreza dos povos [...] Deixem VV. SS. comunicar-se a este povo as abundâncias e riquezas de Holanda com um comércio livre, que tudo é benefício da Companhia e em dano seu toda restrição nesta matéria [...].

Recorram VV. SS. às histórias das repúblicas antigas e acharão que toda nação, que uma vez conquistou outra, para a reduzir firme e estável à sua obediência, misturava povo com povo, moradores com moradores para que assim ficasse a nação toda uma, fazendo uma nova espécie de aliança, amor e defesa. Os meios desta comunicação e mistura é o comércio, sem ele mal pudera efetuar-se esta aliança e parentesco. Mais seguro ficará o Brasil à obediência dos mui Altos e Poderosos Estados Gerais e de Sua Alteza o sereníssimo príncipe de Orange e dos senhores nobilíssimos administradores da

Companhia das Índias Ocidentais se neste houver habitadores tantos e mais flamengos que portugueses, pois como poderão estes vir ao Brasil, tolhendo-se a uns trazer os seus queijos e a outros sua manteiga e biscoito, aos moradores a abundância de suas carregações [...] E alegamos a vv. ss. esta razão para que com muita consideração se pondere e totalmente se levante toda a proibição do comércio, para que esta região brasílica se encha e povoe de multiplicadas e numerosas colônias de holandeses, que como árvores de troncos mais robustos lhe sirvam de sombra, arrimo e defesa. E em breves anos se reduza a tal estado que, querendo o rei espanhol levantar olhos para ela, não veja já não um povo português de quem possa esperar agasalhos, senão uma república holândica aqui transformada, de quem toma a mesma resistência que acha na original e verdadeira. O contrário disto só um procurador do mesmo espanhol o pode propor; a fidelidade de nossos corações nos dá licença para que o digamos a vv. ss. [...].

É também de considerar que a diminuição do preço do açúcar será certa não havendo compradores. E suposto que o dano que daqui resulta é notório, também o é que a quantidade será muito menos, porque o preço alto estimula a grandes plantas como este ano vimos, e o baixo é ocasião de pouco cuidado e, às vezes, de desamparo nas lavouras e tudo resulta em dano das rendas da Companhia. Estes dias, vendendo-se um partido de canas na várzea do Capibaribe, tinha o vendedor quatro compradores. Chegou a nova da proibição [do comércio livre] e logo não teve nenhum.[14]

A representação incorporou em anexo as estimativas de Gaspar Dias Ferreira acerca do que as quatro capitanias recém-conquistadas poderiam render, caso o comércio continuasse a ser livre. A estimativa era feita em libras de grosso, cada uma das quais equivalente a seis florins.

Valem 40 mil arrobas de açúcar macho (branco e mascavado) que estas quatro capitanias davam ao dízimo, uns

anos por outros (havendo muitos que passavam 5 mil a 6 mil arrobas desta quantia e muito poucos que diminuíssem dela), avaliados a seis florins a arroba, forro de custos,

40 mil

Valem 10 mil arrobas de retame, que ordinariamente se colhiam do dízimo todos os anos, avaliado a três florins, forro de custos,

5 mil

Rendia o dízimo das miunças da farinha, gado, legumes e mais frutos e mantimentos da terra,

5 mil

O direito de recognição do açúcar que fazem estas quatro capitanias, que são ordinariamente 500 mil arrobas, a saber, 250 mil arrobas de branco, 150 mil arrobas de mascavado e 100 mil de retame, avaliado o branco a nove florins, o mascavado a seis florins e o retame a três florins,

143 750

Valem os fretes de 9 mil toneladas que há nestes açúcares a cem florins cada tonelada,

150 mil

Valem as avarias destas 9 mil toneladas a dez florins cada tonelada,

15 mil

Vale a pensão do açúcar que cada engenho pagava aos donatários das capitanias de Pernambuco e Itamaracá pelo rendimento do açúcar,

12 mil

Dez mil quintais de pau-brasil, de 128 libras cada quintal, que tantos se tiravam todos os anos destas capitanias, parece que valem ao menos, forros do primeiro custo e gastos, a trinta florins o quintal,

50 mil

Estima-se o dízimo, fretes e avarias do tabaco, gengibre e algodão, mel e outras coisas miúdas,

5 mil

Estima-se a renda da navegação dos barcos e passos para os açúcares, passagens [de rio] e pescarias,

10 mil

Estima-se a renda do peso, imposição da bebida, açougues e passagens de gado,

10 mil

Estima-se o interesse de 2 mil negros escravos, que é o menos que cada ano deve meter a Companhia nestas capitanias para se sustentar a lavoura, porquanto em tempo d'El Rei de Espanha entravam 4 mil escravos, uns por outros, a 25 libras de ganho em cada um,

50 mil

Estima-se o novo direito que se pôs em Holanda sobre o açúcar, de um grosso por branco, 3/4 por mascavado e 1/2 por retame,

50 mil

Total: 545 750

Além das rendas que dizemos atrás, nas quais entendemos não haverá diminuição alguma, antes muito acrescentamento, tornando estas capitanias à antiga florescência, colhem VV. SS. os fretes e direitos da recognição das fazendas que se recolhem em Holanda para este Estado, em cuja estimação não temos voto, mas entendemos ser coisa mui grande e, com o comércio livre, para aumento da terra, cada vez será maior.

Têm VV. SS. mais o que irão cobrando da venda dos engenhos, terras, casas e chãos para elas, que tudo está vendido e se deve começar a cobrar, pois os prazos se começam a vencer. E nos parece que isto é um tesouro.

Não é de pouca consideração as presas [marítimas] que se fazem, de que tudo é ocasião esta conquista de VV. SS., cuja estimação se deve também referir esta memória.[15]

Nassau também interveio em favor do comércio livre, em carta dirigida aos Estados Gerais em 16 de

janeiro de 1638, embora acrescentando uma solução de compromisso pela qual a WIC se reservaria o monopólio de alguns ramos do comércio. Devido aos desastres da guerra e à emigração de parte da comunidade luso-brasileira com o abandono de muitas propriedades,

> faz-se necessário convencer a muitos habitantes de meios da Neerlândia e dos países vizinhos a transportarem-se para aqui, a fim de que estas terras sejam povoadas e de novo cultivadas, ou se fosse possível (como é) melhorada a sua cultura [...] Mas como poder-se-á atrair para aqui alguns colonos, movidos da esperança de fazer fortuna, como é meu parecer, senão com a liberdade de comércio? [...]
>
> O monopólio do comércio virá afugentar os habitantes que já aqui estão, pois estes fazem muitas e grandes queixas [...] dizendo preferirem abandonar as suas plantações e deixar parados os seus engenhos a, sob o monopólio, dar todo o seu trabalho para os outros, mourejar como escravos para a Companhia assim como os seus negros mourejam para eles nos engenhos; e chegado o fim do ano nada terem lucrado. Se a Companhia quiser levar-lhes à conta as mercadorias e gêneros de necessidade por preços tão elevados quanto lhe aprouver e receber o açúcar pelo preços que bem lhe parecer, eles protestarão contra semelhante extorsão, que bem sabem não tem lugar sob nenhum governo legal, firmando-se nas condições sob as quais a terra passou ao domínio da Companhia, as quais juraram prometer conservar-lhes o estado de coisas em que se achavam sob o governo passado; e queixar-se-ão da mudança de todos os privlégios e liberdades que gozavam sob o rei da Espanha e dirão que, na realidade, nenhum novo privilégio os obriga para conosco. Tirou-se-lhes pelo contrário os seus antigos privilégios de isenção e, como se não fosse bastante, ainda se lhes quer tirar o direito que aos povos de todas as comunhões compete ter, isto é, a liberdade de comerciar. Muitos dizem que não só não fabricarão mais

> açúcar, mas reduzirão a dinheiro as suas propriedades e partirão para outras regiões onde possam negociar livremente [...].
>
> Com o monopólio do comércio, indisporemos contra nós os habitantes e não seremos senhores de coisa alguma além dos nossos fortes logo que qualquer inimigo vier sobre esta costa, pois os moradores hão-de suspirar sempre pela antiga liberdade do comércio livre e passar-se-ão para o rei da Espanha. E estando neste pé para com os habitantes, a Companhia será forçada a manter permanentemente pesadas guarnições nesta costa e verá as suas despesas, em vez de diminuírem, aumentarem.[16]

O governo dos Países Baixos aprovou finalmente uma transação que concedeu à Companhia a exclusividade da navegação, da exportação de pau-brasil e da importação de escravos e material bélico. Ademais, ela teria o direito a cobrar até 10% do valor dos gêneros importados; e até 20% dos exportados, além de fretes, taxas portuárias e outras.

8.

Do sítio da Bahia (1638) à restauração de Portugal (1640)

Entrementes, Nassau revia sua avaliação inicial de que o rio São Francisco constituiria uma baliza segura ao sul do Brasil holandês, concluindo que a existência do governo-geral do Brasil em Salvador, fomentando as incursões devastadoras dos campanhistas luso-brasileiros, representaria uma ameaça permanente, a menos que a Bahia fosse igualmente conquistada. As nótulas diárias do governo do Recife registram tais episódios.

> Relativamente ao edital de perdão concedido aos salteadores, um deles apresentou-se hoje. Foi-lhe concedido o perdão, sendo interrogado a seguir. Declarou que havia partido de Sergipe d'El Rei em cinco bandos com seus capitães, no total de cerca de 150 homens, dos quais cinquenta brancos e o restante mulatos e negros de Henrique Dias, capitão e governador dos negros. Eles receberam ordens para incendiar os canaviais da capitania de Pernambuco entre Sirinhaém e a várzea; e completada sua missão, deveriam retornar, salvo se recebessem mensagem da armada espanhola. Atravessaram o rio São Francisco em jangadas, transportando suas vestimentas, armas, pólvora e pavios.[1]
>
> Hoje cedo recebemos recado de que o inimigo ontem à noite havia colocado fogo por todos os lados nos canaviais da várzea, onde existem dezessete engenhos. Os senhores de engenho trataram imediatamente de apagar o fogo, só o conseguindo no raiar do dia, com o que os prejuízos não são tão grandes.[2] Para evitar incêndios nos canaviais ateados pelo inimigo ou por saqueadores, mandou-se o major Mansvelt para o interior com um grupo de pessoas a fim de apurar se os

> pelotões que lá se encontram fizeram todo o possível para debelar estes incêndios; e a fim de instruí-los a tomar todas as precauções para a segurança dos partidos de cana, dos engenhos e das casas de purgar. O mesmo major deverá ordenar firmemente que não colham a cana para a moagem como bem entenderem, mas que preliminarmente façam largos aceiros de modo a que só uma pequena área do canavial pegue fogo em caso de incêndio, evitando-se um prejuízo completo. Estes aceiros também deverão servir a nossos soldados para que possam capturar os incendiários [...] Ademais, os soldados de cada acampamento ocuparão tais aceiros durante o dia, de vez que, de noite, devido ao orvalho e à umidade, não é tão fácil atear fogo à cana.[3] Em vista do perdão concedido por Sua Excelência, apresentou-se o campanhista português, da Silva, também conhecido como "Diabinho". De acordo com seu requerimento, foi-lhe dado o cargo de capitão do mato para que, apoiado por uma patrulha de soldados, possa prender, perseguir e afugentar salteadores de todas as raças, cujos esconderijos ele conhece muito bem.[4]

A direção da WIC, por sua vez, não perdera de vista o plano inicial que consistira na dupla aquisição de Pernambuco e da Bahia. Ademais, amiudavam-se os rumores relativos ao apresto de uma armada luso-espanhola de restauração do Nordeste; e ao Recife, chegavam também os ecos da insatisfação dos dirigentes da Companhia com o que consideravam a inação nassoviana. A decisão de Nassau de antecipar-se à ofensiva de Madri atacando a Bahia foi assim altamente arriscada, tanto mais que a WIC não lhe despachou a tempo os reforços navais e terrestres que garantissem o êxito do empreendimento. Em carta aos Estados Gerais (29.vi.1638), Nassau explicou seus motivos.

> As razões que me moveram a esta expedição foram as seguintes. Primeiramente, as numerosas cartas que recebemos da pátria, todas tratando da Bahia, sem contudo considerarem a exiguidade das nossas forças. Outras foram as falsas informações que nos deram da fraqueza do inimigo, da sua pequena provisão de víveres e munições, da disposição dos habitantes dali, desejosos, segundo se dizia, de passarem para o nosso lado, à vista do bom tratamento que portugueses gozam entre nós, e da discórdia entre o governador da Bahia e o conde de Bagnuolo [...] Não duvidamos também do prometido auxílio vindo da pátria, o qual esperamos antes da nossa expedição, mas, receando com a espera perdermos a ocasião e o tempo, seguimos sem duvidar inteiramente que ele nos fosse enviado, o que porém não sucedeu e não pouco nos desconcertou.

A frota holandesa de 36 vasos conduzindo Nassau e a tropa de 3600 europeus e índios zarpou do Recife a 8 de abril de 1638. Durante cerca de um mês, Nassau sitiou Salvador, ao mesmo tempo em que punha a ferro e a fogo o Recôncavo baiano. Mas a capital da América portuguesa, cuja defesa fora reforçada pelo exército de resistência expulso do Nordeste, suportou indomitavelmente o ataque, levando Nassau à desistência depois de realizar sem êxito uma derradeira tentativa na noite de 17 para 18 de maio. Do fracasso do sítio de Salvador data o primeiro desentendimento entre Nassau e a direção da WIC. Na missiva já citada, o governador do Brasil holandês relatou a empresa contra a Bahia.

> A 16 de abril [de 1638], sendo o vento novamente favorável, levou-nos pelo meio-dia à Bahia e devido à forte correnteza velejamos por diante da cidade, dos fortes e dos navios, donde

romperam fogo sem todavia nos causarem dano. Às quatro horas da tarde, lançamos ferro próximo aos fortes do inimigo no porto de são Brás, acima do ângulo do forte de são Bartolomeu, onde logo desembarcamos com todas as nossas tropas sem encontrarmos resistência alguma [...].

Ainda na mesma noite, postamos todas as nossas tropas numa posição muito vantajosa, como fosse um monte calvo e com boa água fresca no sopé. A 17 de abril, permaneci quieto a fim de prover a gente de víveres e doutras necessidades. No entretanto, sendo avisado por alguns prisioneiros de haver, a cerca duma meia milha de nós, um desfiladeiro no engenho de Diogo Muniz Teles, através do qual teríamos que marchar um a um e somente na baixa-mar por causa dos pântanos, enviei o capitão Tourlon, com trezentos escopeteiros, a fazer um reconhecimento. Chegando este ao desfiladeiro, ali encontrou o inimigo entrincheirado com todas as suas forças, pelo que os nossos se retiraram. Coloquei a minha gente em ordem de batalha sobre um outro monte fronteiro ao inimigo, tendo entre nós o desfiladeiro; e ordenei logo ao comandante Jan Mast que seguisse em direção à cidade com catorze dos nossos navios e ali ancorasse fora do alcance dos tiros. A 18 de abril [...] depois que sobre eles disparamos as nossas pequenas peças, derribando alguns, puseram-se em fuga e nós atravessamos o passo felizmente ainda na mesma tarde. Olhei para este desfiladeiro com admiração, porquanto bastariam cem homens para termos impedido a sua passagem.

No dia 19 de abril, avançamos até meia milha da cidade, encontrando por toda a parte o inimigo nos desfiladeiros e vaus dos rios, mas sempre em retirada, até que a 20 chegamos ao nosso acampamento distante um tiro de arcabuz das fortificações exteriores da cidade, junto às quais o inimigo estava com todas as suas forças em ordem de batalha, ao abrigo dos seus canhões. Pensei que nos fossem atacar, porém nada empreenderam, conquanto, antes que pudéssemos chegar ao nosso citado acampamento, nos tivessem causado algum dano com a sua artilharia.

Na mesma tarde, o inimigo abandonou um forte de pedra, chamado de santo Alberto, e artilhado com duas, o qual imediatamente ocupamos [...] No dia 21, enviei o major Van den Brande com alguma gente pela praia a incorporar o forte de são Felipe, que rendeu-se-lhe ainda na mesma tarde [...] e do mesmo modo, no dia 22, um outro de nome são Bartolomeu [...] Fizemos o inimigo abandonar um forte chamado Rosário, mas não pudemos ocupá-lo, porque, estando situado no sopé dum monte, os contrários o comandavam com seus canhões.

A 18 de maio, no hornaveque sobre a eminência do convento do Carmo, o inimigo, no propósito de garantir os seus defensores dos tiros da nossa artilharia, fez numa noite levantar de quatro pés toda a sua frente, de sorte que, com os seus mosquetes, não podia defendê-lo. Deliberei mandar atacá-lo e para este fim fiz seguir quatrocentos homens, com vinte granadeiros e duzentos sapadores, que chegando em frente à mesma obra deram no sopé do monte com uma grande emboscada inimiga de quatrocentos homens, através dos quais os nossos tiveram de abrir passagem pelejando e onde, no primeiro embate, tanto dos nossos como dos inimigos, muitos pereceram. Tendo passado por entre estes quatrocentos homens, a nossa gente encontrou ainda uma forte guarda avançada de duzentos, bem debaixo da obra, que quase todos foram mortos, a menos que, lançando fora as armas, pedissem quartel. Enfim às oito horas da noite, com luar, os nossos assaltaram e levaram à escala o referido hornaveque, lutando por espaço de duas horas braço a braço com os contrários [...] Pela manhã, vimos que o caminho estava juncado de cadáveres de inimigos, de modo que não posso saber ao certo quanta gente perdeu. Mas, pelas informações dos desertores, devo julgar que caíram muitos mais dos contrários do que dos nossos [...].

Enfim, o inimigo, sabendo pelos nossos desertores e prisioneiros quanto eram diminutas as nossas forças, que dantes imaginara muito mais consideráveis, e sentindo-se tão forte depois de haver terminado todas as obras que durante a nossa estada começara a levantar sobre todos os pontos mais

vantajosos, avançou sobre nós e construiu sobre os outeiros baterias que varriam todo o nosso acampamento [...] Com estas baterias, o inimigo logo nos incomodou muito, de modo a não se passar um dia sem que tivéssemos muitos mortos e feridos e mais duma vez perdemos num só dia homens vítimas do canhão [...].

As nossas partidas de quinhentos a seiscentos homens que fizemos sair em diversas expedições a fim de impedirem o quanto possível que o inimigo introduzisse na cidade gado e refrescos, nada conseguiram fazer, não só porque os comboios de víveres vinham acompanhados de fortes destacamentos, como também porque fora de hora e por diversas vezes os contrários meteram na cidade boiadas de quinhentas a seiscentas cabeças, graças a ser a praia do lado do norte situada de forma que, ao longo do caminho, sempre podiam ter aviso da aproximação dos nossos [...].

Vendo então que as nossas tropas não contavam mais com gente válida e capaz de combater, inclusive os oficiais, que 2400 homens e cerca de novecentos brasilienses; considerando outrossim que, nem por terra nem por mar, podíamos impedir o inimigo de à vontade introduzir na cidade víveres e farinha e que também não me achava com forças suficientes para de novo atacá-lo; que tinha diariamente tantos mortos e feridos pelo canhão, como acima referi; que devido ao mau tempo, trazido pela estação invernosa, era grande o número de doentes [...]; que ao passo que as minhas tropas reduziam-se a tão pequeno número, o inimigo ao contrário recebia diariamente reforços, porquanto havia levantado todo o povo do mato que, com as suas armas, iam juntar-se-lhe constantemente [...] ameaçando tornar-se-nos assim imensamente superior em número [...] constando a guarnição do governador de 2 mil soldados, tanto portugueses como espanhóis, estando o conde de Bagnuolo forte de 1400 soldados e oitocentos brasilienses, os habitantes da cidade de 3 mil homens, tendo os padres e os estudantes todos pegado em armas, afora duas companhias de cavalaria e gente do campo, os mulatos e os negros, todos também armados — resolvi convocar o sr. Johan Gisselingh,

honorável conselheiro secreto, e todos os oficiais superiores de terra e mar; e declarei-lhes qual era o nosso estado e a nossa impotência e que nenhuma vantagem tiraríamos do inimigo nesta expedição, sendo de recear o contrário à vista da sua grande força e da superioridade que tinha sobre nós. Atendendo ainda a que a pouca gente que tínhamos conosco era a melhor e a maioria das nossas forças e que havíamos deixado Pernambuco fracamente e mal guarnecido, resolvemos unanimente ser o melhor partido, para a segurança deste Estado, nos retirarmos em tempo antes que Deus Onipotente nos castigasse, permitindo que o inimigo nos surpreendesse ou viesse bater-nos na retirada, porquanto então ficaria o Brasil colocado em péssima situação.

À vista do que deliberamos a 25 de maio à tarde, nos retiramos em boa ordem e na mesma noite embarcamos a nossa artilharia, munições e todas as nossas tropas [...] retiramos e levamos dos fortes conquistados todas as peças de bronze. O inimigo nada percebeu da nossa retirada.[5]

O mercenário inglês Cuthbert Pudsey tinha outra opinião acerca das causas do fiasco.

Na segunda noite após nossa chegada, o príncipe tentara tomar de assalto a cidade, mas Gisselingh aconselhou-o do contrário. Se o príncipe tivesse [insistido], sem dúvida haveria tomado a cidade, tendo em nosso caminho nada mais que um hornaveque arruinado [...] E por fora toda a sua defesa era o conde de Bagnuolo e sua divisão, que tão frequentemente tínhamos batido. E dentro da cidade, os soldados do governador nunca tinham estado em uma refrega e já estavam convencendo os cidadãos a deitarem fora suas armas, reclamando de antigos abusos a eles feitos por não lhes pagarem seu soldo, além de outras injúrias que tinham sofrido [...] Meu senhor Gisselingh instruiu severamente os canhoneiros para não ofenderem seus [do inimigo] navios e armazéns, tomando em conta que a cidade deveria logo parlamentar [...] Sua Excelência queria atacar com o exército, mas meu senhor

> temia que os soldados ficassem muito ricos [graças ao saque] e que a Companhia ganhasse o menor quinhão [...].
>
> Meu senhor Gisselingh havia antes dado uma ordem de que quantos negros os soldados capturassem do inimigo deveriam ser trazidos diante dele. E pelos homens deveríamos receber dezesseis peças de oitava e pelas mulheres, oito. Os senhores fizeram um grande lucro com eles, enviando-os para a província de Pernambuco, para serem vendidos à gente do campo, os homens por trezentas peças de oitava e as mulheres por 150 peças. Gisselingh também trouxe uma grande provisão de vinhos, que vendeu aos que o revendiam, estabelecendo seu próprio preço. Foi um grande lucro, pois os soldados ganharam muito dinheiro ao pilhar a região e também pelos negros [...] Velejamos de volta ao Recife, havendo perdido por tiros e doenças cerca de 1500 homens.[6]

Depois da refrega do 18 de maio, os combatentes concederam-se uma trégua para recolher os mortos e feridos. O provedor-mor da fazenda do Brasil, Pedro Cadena de Vilhasante, cujas cartas diárias constituem a melhor fonte luso-brasileira do sítio da Bahia em 1638, reportava a El Rei:

> Cessaram as baterias, deram-se reféns de parte a parte [...] Tinham os nossos índios morto pelos matos alguns cinquenta holandeses que andavam perdidos da rota passada. Em carros, lhes fomos entregando os seus mortos e lhes contamos na entrega 327 dos mais formosos homens que se viram nunca, que pareciam gigantes e sem dúvida eram a flor dos holandeses. E eles se enfadaram de ver tantos e se foram, ficando mais de trinta para lhes mandar, e estes fora muita quantidade que retiraram de noite enquanto se pelejava, com cinquenta redes, e se afirma que só de mortos com os da entrega passam de quinhentos e mais de setecentos feridos.[7]

Ainda no decurso de 1638, o governo de Madri preparou-se para desfechar um duplo golpe que

julgava seria definitivo no poderio holandês. Uma primeira armada, sob o comando de Oquendo, deveria assegurar definitivamente as comunicações marítimas entre a península Ibérica e os Países Baixos espanhóis, de vez que o chamado "caminho de Flandres", que ligava a Catalunha, através do Mediterrâneo, Gênova e Milão, e daí, através dos passos alpinos, ao Franche-Comté e à Renânia, achava-se sob a ameaça de interrupção pelo exército francês. Uma segunda armada, esta hispano-lusitana, sob a chefia do conde da Torre, destinou-se a restaurar o Nordeste, compreendendo 87 embarcações e cerca de 6 mil homens, a mais poderosa força naval que despontara até então no litoral brasileiro. Esta ofensiva desesperada dos Habsburgo madrilenos redundou num completo fracasso. Oquendo foi derrotado pela armada holandesa de Tromp no decurso da batalha naval das Dunas, enquanto o conde da Torre teve de desistir de acometer diretamente o Recife, à espera de reforços e aprovisionamentos suficientes do rio da Prata e de Portugal. Para este fim, a armada permaneceu em Salvador por mais de um ano. Reconhecia Nassau que, se ela houvesse atacado o Recife em janeiro de 1639, "nós não tínhamos forças bastantes para impedir-lhes o desembarque ou para resistir-lhes em parte alguma". Aos Estados Gerais, ele informava:

> Da frota que foi às Índias ocidentais, voltaram-nos quatro ou cinco navios, os quais, na viagem de regresso, encontraram a frota espanhola, forte de 33 velas, o que muito nos surpreendeu, porquanto da Holanda sempre nos assegurou que em Portugal não se faziam preparativos para tal fim e que S. M. o rei da França dava tanto o que fazer ao de Espanha, que este não podia pensar em nós. Vimos o contrário quando os mencionados 33 navios, ao amanhecer do dia 10 de janeiro último [1639], surgiram em frente ao Recife e depois de bordejarem até o meio-dia fizeram-se de novo ao mar, seguindo ao longo da nossa costa rumo à Bahia, onde o nosso almirante se achava cruzando com doze navios tanto grandes como pequenos.[8]

Em janeiro de 1640, a armada do conde da Torre apresentou-se novamente diante do Brasil holandês, dessa vez em busca de uma cabeça de ponte onde desembarcar seus efetivos, que operariam em sincronia com tropas enviadas por terra desde Salvador. Perseguida por uma esquadra holandesa e desajudada dos ventos e correntes marítimas, ela derivou ao longo do litoral de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte, sustentando uma série de combates indecisos. O alto comando hispano-lusitano terminou por desistir da empreitada. O corpo da armada desintegrou-se, seguindo no rumo do Caribe e da península Ibérica, não sem desembarcar, na baía de Touros (Rio Grande do Norte), 1200 soldados luso-brasileiros que, capitaneados por Luís Barbalho Bezerra, regressaram à Bahia pelo interior do Nordeste com as demais unidades de campanhistas, evitando os

contingentes batavos que lhes saíam ao encalço. Nassau explicou aos Estados Gerais seu cálculo estratégico:

> O nosso principal cuidado, porém, foi fazermo-nos fortes no mar, por estarmos certos de que, se pudéssemos dominar o nosso inimigo no mar e impedir-lhe que desembarcasse ou destruir-lhe a armada, seria esta a circunstância capital para a desejada vitória. Que se ele, pelo contrário, não molestado no mar, desembarcasse em alguma parte, ocasionaria uma guerra duradoura, o estrago da terra e a ruína da Companhia das Índias Ocidentais, ainda quando afinal o viéssemos a vencer em terra. Mas que valiam dezoito ou vinte navios contra uma armada tão poderosa?
>
> Na verdade, seria uma vã temeridade opor tão poucos navios contra um tal poder, e quiçá digno de reprovação expor tão desvantajosamente e sem nenhuma aparência de proveito os poucos navios e iates que a Companhia tinha então nesta costa. Sendo eles batidos, o inimigo teria toda a costa em seu poder, os nossos iates e embarcações não poderiam navegar ao longo dela; as nossas guarnições, que estão em pontos afastados, ficariam separadas de nós e não poderíamos mais enviar-lhes socorros. Por terra, ainda menos nos poderíamos auxiliar uns aos outros, suposto que tão poderoso inimigo desembarcasse. Todos os moradores se revoltariam contra nós e bem podíamos prever que todos os nossos fortes, estando escassamente providos de víveres, haviam de render-se um após outro, por capitulação e boas condições, se o Senhor Deus não nos quisesse conceder a vitória na primeira ocasião de uma batalha naval, o que não podia deixar de ser muito aventuroso [...].
>
> E quando assim se contemplava o ovo da pata, todo o ovo ter-se-ia perdido se Deus não providenciasse. Com efeito, houvesse a armada espanhola dado desembarque a 7 mil homens, os quais seriam auxiliados pelas tropas que já aqui estavam e pela adesão geral dos moradores e se nós perdêssemos imediatamente o interior, havíamos de retirar-nos

para os fortes sem víveres, em cujos armazéns os ratos morrem de fome.[9]

Entre 13 e 17 de janeiro de 1640, travaram-se quatro batalhas navais ao largo de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Apesar dos resultados indecisos, em seu conjunto elas favoreceram os holandeses, tendo em vista que a armada luso-espanhola não pôde desembarcar o grosso da sua força, tendo de continuar viagem. Uma relação anônima, fonte holandesa, relata o essencial desse episódio.

> No ano de 1639, a 19 de outubro, veio ao nosso encontro a frota espanhola há tanto tempo preparada, composta de 86 velas, pequenas e grandes, com 12 mil soldados, 4 mil marinheiros e ainda dezoito navios mercantes com carregamento de açúcar destinado a Portugal. Naquele tempo, não tínhamos no mar mais de dezoito a vinte velas, quase todas vindo da Bahia de Todos os Santos, oito dias antes, por falta de víveres. Mas às pressas e sucessivamente de fora, da pátria, vieram-nos tantos barcos que pareciam caídos do céu, de maneira que pudemos confiar ao mar 44 velas [sic], pequenas e grandes, a saber: dezessete navios da Companhia, nove iates, treze charruas e dois abordadores. A 14 de dezembro, chegou a frota espanhola a Porto Francês [Alagoas], cerca de quarenta milhas daqui [do Recife], onde fez aguada. O major Mansfeld, com quatro companhias estacionadas não longe dali, retirou-se prudentemente para Paverson [Porto Calvo] e depois para o Cabo de Santo Agostinho. Mas dois desertores dos nossos revelaram completamente ao inimigo a nossa situação e aconselharam ao conde de Bagnuolo que desembarcasse ali e dali não saísse, salvo se recebesse ordem do generalíssimo conde da Torre.
>
> A 28 de dezembro, os nossos navios aí chegaram em busca do inimigo, mas vieram tarde porque ele havia partido dois dias

antes. Voltaram [ao Recife] a 10 de janeiro de 1640, um dia depois de ter estado lá o inimigo. No dia 11, tomaram água para catorze dias e, sendo o vento sul favorável, saíram ainda na mesma noite. No dia seguinte à tarde, encontraram a frota luso-espanhola na altura de Itamaracá, dispondo então essa frota de 66 velas, entre as quais se achavam doze buques extraordinariamente grandes e muitos outros navios reais, aos quais se juntaram ainda outros que se haviam afastado. O nosso almirante Willem Cornelisz, sem maior reflexão, foi ao encontro do inimigo com quatro companhias, mas logo no princípio do combate foi morto, por ter sido alcançado por uma bala enorme. O prélio continuou até à noite.

No dia seguinte, o vice-almirante Huyghens tomou o lugar do falecido almirante no navio *De Faem*, recomeçando o combate mais ou menos às onze horas, perto do Cabo Branco [Paraíba] e prolongando-se até a noite. Os navios espanhóis não procuravam os nossos senão quando viam que alguns deles ficavam apertados, indo algum barco pequeno esconder-se atrás dos grandes, aos quais não podia acompanhar. Também não podiam abordar os nossos pois não conseguiam meter-nos de ló. Atiravam alto demais, ao passo que as nossas balas davam no coração dos seus navios.

A 14 de janeiro, entraram as frotas de novo em combate, o que se viu e ouviu perfeitamente de dentro [da cidade] da Paraíba. Na noite desse dia, foi a pique o *Gheele Son*, perecendo seu comandante Mortamer e quase todos os soldados, salvando-se, porém, os marinheiros e o piloto, gravemente ferido. O nosso contra-almirante, embora dispusesse de cinco grandes navios do costado do seu, os quais despachou três vezes, foi afinal obrigado a encalhar na praia um navio inglês de duzentos a trezentos homens, muito rico em dinheiro e prataria. Os soldados e marinheiros ainda vivos foram salvos, bem como o piloto, que foi gravemente ferido. Do navio do inimigo, afogaram-se muitos mas a maioria foi salva e também o dinheiro, quatro papistas [...], d. Antônio da Cunha de Andrada, dois capitães, dois porta-bandeiras, um doutor e uns senhores de engenho, que vinham retomar a posse de seus bens aqui.

> A 17 de janeiro combateram outra vez a noite inteira, mais ou menos perto da baía da Traição [Paraíba], onde as caravelas espanholas, com duzentos a trezentos soldados, foram pelos nossos iates obrigadas a encalhar. Os inimigos, com seu chefe Rebelinho, entraram pelo país adentro e foram derrotados com mais outros pelo [chefe da guarda de Nassau] Tourlon. Francisco de Sousa também perdeu a vida.
>
> A 19 de janeiro, a frota espanhola passou por trás dos baixios adiante do Rio Grande, onde passa uma corrente d'água tão forte que se torna impossível ir contra ela com grandes barcos. Nossos navios aí ficaram estacionados durante oito dias, à vista e próximo dos lugares fronteiros do Rio Grande. Só quando, depois de ter tomado água, notaram mudança de vento, foi que voltaram ao porto [do Recife] em poucos dias e sem sofrer avaria importante graças ao vento norte [...].
>
> Como, porém, o inimigo viesse por terra contra nós, da Bahia, pela mata, com tropas superiores a 3 mil homens às ordens de Camarão, Vidal e João Lopes Barbalho [...] todos os nossos oficiais referidos e mais outros, com seus soldados e brasilianos, tiveram ordem de Sua Excelência [Nassau] de penetrar no interior e procurar o inimigo, a quem em diversos lugares tratavam tão bem que, além dos que morreram combatendo, muitos foram enforcados às árvores pela estrada.[10]

Malgrado a tolerância religiosa de que deu provas durante toda a sua vida, Nassau, como bom calvinista, jamais duvidou de que Deus estava do seu lado.

> Os espanhóis saíram da Bahia a 19 de novembro com 86 velas, e se tivessem podido chegar aqui de pronto, viriam ainda muito fora de tempo para nós. Mas Deus levantou um vento contínuo no nordeste, que os impeliu para o sul até a altura de 23º e os deteve tanto tempo que só a 13 de dezembro chegaram diante das Alagoas, onde estiveram surtos até 29 para fazer aguada ou haver notícia, ou supondo atrair-me para

o sul, ou, enfim, por ambos estes motivos. E daí zarpando a 8 de janeiro, foram ter diante da Paraíba, ao que parece, contra o seu cálculo, por terem sido impelidos ou porque de novo tentassem iludir-nos, pois o seu intuito era sobre Pau Amarelo. Com essa demora dos espanhóis, depois que largaram da Bahia, permitiu Deus que nos chegassem muitos navios da pátria, os quais fortaleceram consideravelmente a nossa frota. E vendo nós outra vez que o Senhor estava conosco, pondo nele a nossa confiança e a nossa esperança, muito se nos levantou o ânimo.

E o Altíssimo quis completar a sua obra começada. Tendo a nossa frota procurado embalde a armada espanhola diante das Alagoas, Ele, que manda sobre os ventos, a trouxe de novo oportunamente a este porto. Fez cursar um vento contínuo de sudeste quando o necessitávamos, por ser útil à nossa frota para voltar e obstáculos aos espanhóis para virem da Paraíba para cá. E permitiu que o mesmo vento continuasse até que os espanhóis fossem repelidos da costa, pois com o sudeste e mantendo-se na direção dele, a nossa frota podia afastar da costa a espanhola, o que não poderia acontecer com o nordeste, que anteriormente e por tanto tempo havia cursado. Uma vez afastado o espanhol da costa, Deus fez de novo levantar-se o nordeste que, fora de toda expectativa, trouxe a nossa frota a este porto no 1º de fevereiro, ao passo que o mesmo vento era contrário aos espanhóis que tinham navegado por trás dos baixios.

Finalmente, proclamaremos como uma admirável obra de Deus que, durante quatro dias de combate entre as duas frotas, tendo havido tão vivo fogo na nossa, não houve mais de 22 mortos [inclusive o almirante Loos] e de 82 feridos, além do capitão e dos 45 soldados que se submergiram no *Geele Sonne*.[11]

Além de providenciar a defesa do Brasil holandês contra o ataque dos campanhistas vindos por terra da Bahia e contra a excursão da tropa de Luís Barbalho, que batia em retirada, Nassau despachou

uma pequena força naval para cruzar diante de Salvador, "esperando que Deus nos depararia alguma ventura" dado o estado de despreparo da cidade.

> Entrementes o coronel Tourlon com 2500 homens e doze velas, foi enviado com o almirante Lichthart à província da Bahia. Desembarcaram próximo ao sul da Bahia, numa ilha onde passaram todos à espada, queimando 28 engenhos de açúcar. Trouxeram de volta seus navios carregados com açúcar, caldeiras de cobre para cozinhar o açúcar, de tal modo que o espólio foi muito grande.[12]

Julgava o reverendo Soler que a atuação de Nassau salvara o Brasil holandês. A André Rivet, que fora essencial para a indicação do conde como governador da colônia, Soler escrevia:

> Atribuo a Sua Excelência somente, depois de Deus, a glória duma vitória tão assinalada, porque [...] ele só tem impedido as já manifestas revoltas dos soldados e dos marinheiros, que nos teriam ocasionado mais dano que o próprio inimigo [...] Enquanto aos senhores do alto governo, estou absolutamente convencido que a gente os teria trucidado, pois toda a sorte de pessoas estava descontente. Mas Sua Excelência se dirigiu em pessoa aos navios a pedir a uns, ameaçar a outros e estimular a todos [...] Em terra, destacou o que havia de soldados aos lugares mais ameaçados, meteu em bom estado as fortalezas e fortificações do Recife, totalmente arruinadas, e montou os canhões quase todos desmontados. Ele mesmo, as mais das vezes seguido apenas por um lacaio, ia a todas as partes, inspecionando todas as atividades, só fiando-se de si mesmo.[13]

Soler poderia ter ainda aduzido que, no decurso desta crise, Nassau também tivera de lidar com o sofrimento pela perda do seu irmão mais moço, João

Ernesto de Nassau-Siegen, que militava na Marinha neerlandesa. Em dezembro de 1639, pouco antes de que a armada do conde da Torre surgisse no horizonte, chegara ao Recife a notícia de que João Ernesto, que fazia parte de uma esquadra que cruzava diante da Bahia, adoecera, falecendo cinco dias depois. Os estudiosos de história cultural têm na descrição das suas exéquias feita por frei Calado rico material para o exame de uma solenidade calvinista no Brasil holandês.

> Andava neste pelo mar à pilhagem com quatro naus grossas o irmão do príncipe João Maurício, chamado João Ernesto, o qual também se intitulava conde de Nassau; e no mar lhe deu uma enfermidade de câmaras de sangue da qual morreu, e o trouxeram morto ao Recife para lhe darem sepultura. Mandou o príncipe meter o corpo defunto numa casa onde o embalsamaram e mandou pedir aos moradores mais nobres da terra que viviam mais perto do Recife, que se quisessem achar presentes e acompanhá-lo na hora de seu enterramento, o que eles fizeram com muita pontualidade, vestindo-se os mais deles de vestidos negros para representarem a tristeza e luto. E o príncipe os agasalhou à sua mesa a muito deles. E chegadas as duas horas depois do meio-dia, mandou pôr muitas barcas e batéis no porto da Cidade Maurícia (a quem divide do Recife a corrente dos rios Capibaribe e Beberibe) para passar toda a gente, sem pagar frete. E logo mandou tirar o corpo morto da casa onde estava, e metido num ataúde o passaram da outra banda do Recife, e o puseram ali no areal, onde o estavam esperando os do Supremo Conselho e os do Político e todo o mais povo do Recife, assim flamengos, franceses e alemães, como também judeus.
>
> E a forma em que levaram a enterrar o corpo é a seguinte. Puseram ao defunto numa tumba coberta de veludo negro, com as armas da Casa de Nassau esculpidas nele. E afastando-se

toda a turbamulta para uma banda e a outra parte, saiu o mordomo do príncipe com dois açafates cheios de luvas negras e pedaços de fita de seda negra e larga, cada pedaço do comprimento de quatro palmos. E a todos os familiares da casa do príncipe, capitães e pessoas conhecidas, foi dando a cada um umas luvas e atando-lhe nos braços esquerdos um pedaço de fita, que este era o luto e o sinal de tristeza. Isto feito, chegaram oito familiares do príncipe e levantaram a tumba aos ombros e a cobertura dela ia quase arrojando pela terra. E diante da tumba se pôs um homem vestido de luto com um escudo, onde iam pintadas as armas e brasão dos príncipes de Orange. E junto a este homem, um cavalo vestido de baeta negra, que só as orelhas e os olhos lhe apareciam e os cascos dos pés e mãos. E começando a caminhar, se pôs no meio de todo um pregoeiro com um rol nas mãos e foi nomeando por seus nomes a todos os que haviam de ir naquele acompanhamento, por sua ordem cada um no lugar que ali lhe assinalavam.

Detrás da tumba, foi o príncipe vestido de veludo negro ao ligeiro, com luvas negras nas mãos e uma plumagem branca no chapéu, junta ao qual ia o seu capitão da guarda com doze alabardeiros, seis de cada parte. Logo iam todos os criados do príncipe e oficiais de sua casa, cada qual com o vestido que trazia ordinariamente. Após estes se seguiam os três [membros] do Supremo Conselho com os seus secretários. Logo iam os do Conselho Político, logo os da Câmara da justiça ordinária, a que chamam escabinos, com todos os oficiais daquele tribunal, logo os oficiais maiores da milícia, logo os portugueses que haviam sido chamados para aquele ato, logo os mercadores flamengos, franceses e alemães, logo os judeus. E após estes, se seguiam todos os capitães com suas companhias postas em ordem e, detrás destes, iam os índios brasilianos com suas armas, assim de fogo como arcos e flechas. E no fim desta procissão ia toda a turbamulta do povo. Com esta ordem, foram entrando pela porta do Recife[14] e foram dando volta por todas as ruas, sem ninguém falar palavra, antes iam todos num profundo silêncio. E depois de darem volta a

todo o Recife, entraram na igreja do Corpo Santo,[15] que a eles lhes serve hoje de pregarem suas falsas seitas e fazerem suas diabólicas cerimônias. E ali enterraram o corpo, metido numa caixa, sem música nem lágrimas nem outras demonstrações de preces e sufrágios. E enquanto o enterraram, deu toda a soldadesca três cargas de mosquetaria e as fortalezas da terra e naus no mar dispararam muitas peças. Isto acabado, tornaram todos acompanhando o príncipe com a mesma ordem [em] que haviam vindo, até fora da porta do Recife, onde o príncipe, com o chapéu na mão, fez a todos uma profunda reverência. E isto feito, se foi cada um para sua casa. E aqui me falta uma advertência, e é que, antes que levassem o corpo a enterrar, estava posta uma mesa na casa do príncipe, sem toalhas mas com muitos pratos cheios de carne cozida e assada e peixe de escabeche, outros com pedaços de queijo, outros com manteiga e muito pão partido em fatias e muitos frascos de vinho de Espanha e França, cerveja e aguardente, onde cada um ia tomar sua refeição e fazer seus brindes, segundo levava gosto — e estes eram os *Pater Nostres* e responsos que rezavam pelo defunto. E o mesmo tornaram a fazer depois que lhe deixaram o corpo enterrado. E para isso se fundam em sua falsa seita, a qual pregam e creem que não há aí purgatório nem são necessárias preces e sufrágios feitos pelos defuntos, porque todos os que crerem em Cristo hão-de ir ao céu, ainda que não façam boas obras.[16]

A situação enfrentada pelo Brasil holandês quando do ataque da armada luso-espanhola fora tanto mais preocupante quanto as condições de abastecimento da colônia e sobretudo do exército da WIC eram as mais precárias, como Nassau não cessava de representar inutilmente à direção da Companhia.

Temos alimentado até o presente a nossa com a farinha e o gado da terra. Uma semana distribui-se meia ração, e a outra, nada; e quando se dá a ração inteira, esta consiste em quatro pequenas vasilhas de farinha, quatro libras de carne fresca e

dezessete *stuivers* [a vigésima parte do florim] em dinheiro [...] Os soldados passam às vezes catorze dias sem carne e até sem carne e sem farinha [...] Na Holanda, nenhum soldado teria tamanha paciência [...] Para remediar essa escassez, é necessário que VV. SS. nos enviem grande quantidade de víveres, em primeiro lugar para prover os nossos fortes e guarnições pelo tempo de seis meses (principalmente de farinha de centeio, carne salgada, azeite ou manteiga, ervilhas, favas, cevada), de sorte que, no caso de sermos acometidos pelo inimigo, se não pudermos ter acesso ao interior por nos termos recolhido aos nossos fortes, aí encontremos víveres que nos alimentem pelo tempo necessário para aguardar socorro. Mas sobretudo nos provejam de farinha [de trigo], pois, como as coisas vão, se nos faltarem a farinha [de mandioca] e o gado da terra (e na verdade já começa a faltar), a dificuldade não será tão grande, estando nós bem providos de farinha [de trigo].[17]

Com a chegada a Salvador do novo governador-geral, marquês de Montalvão, intensificaram-se os ataques campanhistas ao Brasil holandês. Um relatório holandês reporta os efeitos da ofensiva.

O vice-rei, o marquês de Montalvão, mandou para estas conquistas duas embarcações com soldados, quando sucedeu que eles em novembro [de 1640] ateassem fogo aos canaviais da várzea e em muitos outros lugares [...] Não é fácil impedir o incêndio de canaviais, porque isso pode ser feito por uma só pessoa em qualquer hora do dia ou da noite. Foram geralmente atingidos os holandeses que tinham engenhos ou partidos, pois os assaltantes poupavam os da sua nação, o que não somente causou grande desânimo entre os nossos e outros mais que pensavam em iniciar essa atividade, vendo que dentro de uma hora poderiam ser privados de toda sua fortuna [...] Mas o que era mais grave, o fato obrigava ainda Suas Nobrezas [isto é, os membros do Alto Conselho] a manter um grande número de soldados no interior, nos engenhos, afora as guarnições dos fortes, porque em cada engenho e fazenda importante deviam

> ficar uns vinte a trinta soldados, de modo que não podíamos dispor de força suficiente para novas conquistas.[18]

Para resistir aos campanhistas, Nassau procurou obter o apoio da comunidade luso-brasileira, majoritariamente residente no campo, mediante a convocação de uma assembleia, que frei Calado reporta como

> uma junta dos portugueses a modo de concílio ou cortes, para se assentarem e decretarem estatutos e leis para se governarem em paz e quietação. E assim mandaram chamar as pessoas mais nobres e graves de toda a capitania, de cada freguesia três e quatro, para certo dia determinado. E tanto que todos estiveram juntos na Cidade Maurícia, o príncipe lhes mandou preparar um banquete na sua sala das casas onde morava e ali os banqueteou esplendidamente, achando-se também ali presentes os do Supremo Conselho e políticos [isto é, membros do Conselho Político] e principais ministros de guerra, onde comeram todos ao som de trombetas e caixas. E de quando em quando, se disparavam muitas peças de artilharia, assim do mar como da terra, e dali saíram os mais dos flamengos como costumavam sair de semelhantes festas [isto é, embriagados], por não degenerarem dos costumes de Holanda.
>
> Nos seguintes três dias, se ajuntaram todos em cabido na mesma sala. E cada um dos portugueses propôs as necessidades que havia nos distritos onde moravam e as coisas que eram necessárias para o bom governo e quietação da terra. E sobretudo pediram licença para mandarem vir sacerdotes de fora para lhes administrarem os sacramentos, o que eles concederam, contanto que não viessem da Bahia; e que de Portugal ou de França os podiam mandar vir por via de Holanda. Em resolução, ouvidas todas as petições e razões de todos os portugueses ali congregados, à sombra dos frascos de vinho e cerveja que andavam fazendo salva aos que tinham sede, assentaram umas capitulações para se guardarem de

> uma e outra parte, sem dúvida nem quebrantamento. E para mais firmeza mandaram fazer instrumentos por mãos de oficiais públicos, onde todos assinaram, para que pelo tempo em diante não se pudesse algum chamar a engano.[19]

As proposições do governo do Recife, a que se seguiu a formulação das reivindicações municipais, foram as seguintes.

> A primeira é acerca da defesa contra os ladrões ou salteadores das matas, que roubam e perseguem em geral neste Estado. Oferecemo-vos a mão para nos defender-mos deles, visto como a defesa contra tamanho dano é ou resulta do próprio direito natural. A segunda versa sobre o modo da defesa, para que se efetue sem perigo dos moradores e sem gravames [para eles, dando-se-lhes armas] com que se defendam e para que essa defesa tenha a organização conveniente. A terceira trata da defesa contra os ladrões domésticos, os quais são soldados indisciplinados e desertores, para livrar o povo dos vexames que eles lhe causam, promovendo-se medidas para que cessem esses vexames e não tenham eles condições de assim proceder, sendo castigados com rigor, usando-se de todos os cuidados possíveis. A quarta tem por fim retirar as razões dos que são mal dispostos à nossa nação e ao nosso Estado, de modo que não sejam ocasião de dano e ruína aos inocentes e aos afeiçoados a nós e também para que esses mal-afeiçoados não venham a incorrer em penas severas. A quinta visa a remediar as desordens da justiça, os abusos e transgressões dos escoltetos e oficiais da milícia, a fim de que não excedam os limites de suas instruções nem pratiquem insolências e delitos contra os povos.[20]

O ano de 1640 foi também marcado pelo eclipse solar a que Barleus se referiu na sua história do governo nassoviano, observado e descrito pelo astrônomo e cartógrafo alemão Georg Markgraf.

Segundo um historiador da ciência, J. D. North, Markgraf "foi talvez o primeiro astrônomo de formação científica" a trabalhar no Novo Mundo; "e foi quase com certeza o primeiro europeu a fazer observações sistemáticas na América do Sul ou mesmo no hemisfério sul".

> No fim do ano de 1640, houve um eclipse do Sol, quase total para o Brasil [...] Em Maurícia, começou às dez horas e atingiu o máximo às onze, obscurecendo-se três quartas partes e 28' do disco solar, de sorte que ali ficou brilhando menos de um quarto dele. Às 12h47, de novo resplendeu com a plenitude da sua luz [...] Entre outras provas de louvável curiosidade e inteligência dadas pelo ilustre conde João Maurício, figura esta pouco vulgar: mandou desenhar e descrever esse eclipse pelos seus astrólogos, os quais traz consigo na paz e na guerra, a exemplo dos maiores e mais célebres generais que, no meio das batalhas, entregavam-se à contemplação do céu e dos astros, como de si diz César em Lucano. Além disso, deu instruções a todos os capitães de navio que iam a fazer-se ao mar para cada um deles, no lugar onde se achasse, observar atentamente e notar no papel o futuro eclipse em todas as suas fases e aspectos. Para agrado dos que se comprazem em conhecer os fenômenos da máquina celeste e as constantes alternativas dos planetas, ponho de lado a representação deste eclipse, em todas as suas fases, conforme a desenhou, com todo o rigor astronômico, Jorge Marcgrav, que o conde tinha por seu astrólogo naquele mundo bárbaro.[21]

Em dezembro de 1640, um golpe de Estado pôs fim aos sessenta anos de domínio espanhol em Portugal, a cujo trono subiu o duque de Bragança como d. João IV. Esse acontecimento, que terá uma relevância especial para a sorte do Brasil holandês, como bem entendeu Nassau desde logo, baralharia

inteiramente as cartas do equilíbrio estratégico no Brasil. A notícia foi recebida no Recife em março de 1641. Visando fortalecer a aceitação do domínio holandês pela comunidade luso-brasileira, Nassau resolveu comemorar o evento que, em princípio, transformava automaticamente Portugal num aliado dos Países Baixos na guerra contra a Espanha.

> Tratou o príncipe de festejar a aclamação d'El Rei d. João com grandes festas e ostentações de alegria e para isto mandou terraplenar e aplainar uma comprida carreira que estava defronte das suas casas. E para que os cavalos se não pudessem desgarrar, mandou fazer uma estacada baixa da parte do mar, e muitos palanques e teatros de madeira para se assentar a gente que viesse ver as festas. E da outra parte da carreira estavam todas as casas bem providas de janelas. E logo tomada boa informação de pessoas que bem sabiam deste particular, escreveu cartas a todos os homens mancebos e bons cavaleiros e que tinham cavalos regalados em toda a capitania de Pernambuco para que lhe fizessem mercê de se quererem achar com seus cavalos numas festas solenes que pretendia fazer.
>
> Tanto pois que os mancebos cavaleiros de Pernambuco se viram avisados pelas cartas do príncipe, logo se prepararam de custosas librés e ricos jaezes, como se requeria para festas que se haviam de fazer em honra de seu rei e senhor. E alguns houve que, para aparecerem ricamente adornados, se empenharam mais do que suas posses e cabedal alcançava. E outros pediram emprestadas a seus amigos e parentes muitas joias de preço e de valor. E chegado o dia aprazado, se vieram apresentar ao príncipe, o qual os recebeu com alegre semblante e os hospedou à sua mesa com esplêndidos manjares e com muitas músicas e diversos e acordes instrumentos.

Fez o príncipe duas quadrilhas de cavaleiros, a saber, de uma parte era o príncipe, que capitaneava a sua quadrilha dos holandeses, franceses, ingleses e alemães; e da outra parte, capitaneava a quadrilha dos portugueses Pedro Marinho Falcão [...] Preparadas todas as coisas requisitadas para estas festas, as damas estrangeiras de todas as partes do norte [da Europa] postas pelas janelas e a mais gente grave subida nos palanques e teatros e a outra gente comum repartida cada um por onde pôde, e o rio cheio de batéis e barcas carregadas de homens e mulheres — fizeram os cavaleiros sua entrada na Cidade Maurícia, que antes se chamava Santo Antônio. Desta sorte, diante de todos, iam os trombetas tocando seus instrumentos. E logo se seguia o príncipe João Maurício só; e depois dele iam os cavaleiros de dois em dois, misturados um holandês e um português. E assim deram volta pelas ruas da cidade, até chegarem ao posto aonde haviam de correr. E subidos os juízes num teatro de madeira, todo toldado de panos de seda, com uma mesa, onde estava uma salva de prata grande com os prêmios e joias que se haviam de dar aos que as merecessem, pelos juízes, os quais eram os [membros] do Supremo Conselho [e] Pierre Bonjour, mestre-sala do príncipe.

Passearam a carreira os holandeses com sua quadrilha e os portugueses com a sua. E logo o príncipe correu só diante de todos, e os portugueses e os holandeses de dois em dois com suas lanças. E como os holandeses todos cavalgavam à bastarda, sempre se descompunham em picar os cavalos, que suposto que eram os melhores da capitania, que todos os de fama haviam adquirido assim por fás como por nefas. Todavia em dando em suas mãos logo se deitavam a perder porquanto os holandeses não lhes ensinavam outras habilidades mais que a dar saltos; e lhes faziam perder aquelas que haviam aprendido nas mãos dos portugueses.

Os portugueses, como todos iam à gineta, corriam tão fechado nas selas e tão compostos e airosos que levavam após si os olhos de todos, e principalmente os olhos das damas. Porém, nenhumas se poderiam gabar que português algum de Pernambuco se afeiçoasse a mulher das partes do norte, não

digo eu para casar com ela mas nem ainda para tratar amores ou para alguma desenvoltura, como, pelo contrário, fizeram quase vinte mulheres portuguesas que se casaram com holandeses, ou, para melhor dizer, amancebaram, pois se casaram com hereges e por predicantes hereges, porquanto os holandeses as enganaram, dizendo-lhes que eram católicos romanos. E também porque, como eles eram senhores da terra, faziam as coisas como lhes parecia e era mais honroso e proveitoso; e se os pais das mulheres se queixavam, não eram ouvidos, antes os ameaçavam com falsos testemunhos e com castigos.

Enfim, tornando à história, tanto que todos correram a primeira carreira, se armou a corda da argolinha. Estavam postos muitos anéis de ouro com custosas pedras e trancelins do mesmo e voltas de cadeias de ouro e cortes de tela e seda. E começaram todos a correr, sendo o príncipe João Maurício o primeiro, com umas lanças de um pau mui agudo e de comprimento de dez até doze palmos. E o primeiro prêmio, levou Henrique Pereira, que foi uma cadeia de ouro miúda de três voltas. O segundo prêmio foi um anel de um diamante de preço, o qual ganhou João Fernandes Vieira, mas como o seu competidor no pôr das lanças foi o secretário do príncipe, os juízes lhe quiseram dar o prêmio e mandaram que tornassem a correr outras três lanças. Porém nunca o secretário se pôde melhorar e tanto que a João Fernandes Vieira se julgou o prêmio, ele o aceitou e o deu ao secretário, dizendo-lhe que a ele pertencia por ser melhor cavaleiro. Os mais dos outros prêmios levaram os cavaleiros portugueses. E correndo no fim patos à mão e à espada, partiu Vicente Rodrigues de Souza à carreira na sela e logo se pôs nas ancas do cavalo, e quando se foi chegando ao pato, pôs a cabeça na sela e levantou os pés para o alto e deu com eles no pato e foi acabar a carreira sentado na sela (coisa de que os holandeses ficaram admirados). Já o partirem dois portugueses juntos e abraçados e no meio da carreira passar-se um ao cavalo do camarada nas ancas, isso era coisa ordinária porque em Pernambuco há muitos e mui bons homens de cavalo. Enfim, os portugueses

correram com tanto ar e com tanta bizarria que algumas damas inglesas e francesas tiraram os anéis dos dedos e os mandaram oferecer por prêmios, só por os ver correr. Acabado este jogo se apartaram as quadrilhas cada uma por sua parte, e vieram como que cada um buscava seu inimigo; e quando se encontraram, indo passando uns pelos outros, levavam das espadas e se iam acutilando ao falso. E entretanto a mosquetaria, que estava emboscada, saía a dar suas surriadas. E com isto se acabou a festa deste dia.

No dia seguinte, mandou o príncipe disparar toda a artilharia assim da terra como do mar; e convidou a todos os cavaleiros, aonde houve muitos brindes, como é costume de sua terra, e com umas cerimônias a modo de jogo; e quem as errava lhe faziam beber três vezes em castigo de seu erro. E todas as vezes que se brindava à saúde d'El Rei d. João o Quarto deste nome, rei de Portugal, tinham obrigação de se levantarem todos os circunstantes com os chapéus nas mãos e não se tornavam a cobrir nem assentar até que o brinde não dava volta a toda a mesa. E enquanto o brinde durava, não se calavam as trombetas, que eram muitas, nem parava o estrondo das caixas de guerra. E se o banquete era jantar durava a beberronia até a noite; e se era ceia, até a madrugada. E nestes convites se acharam as mais lindas damas e as mais graves mulheres, holandesas, francesas e inglesas que em Pernambuco haviam; e bebiam alegremente melhor que os homens, e arrimavam-se ao bordão de que aquele era o costume de suas terras.

No terceiro dia, ordenou o príncipe João Maurício um jogo de canas e laranjadas, o qual se fez na praça dos Coqueiros com muito regozijo, o príncipe de uma parte com os de sua quadrilha, e da outra os cavaleiros portugueses, e com duas emboscadas de mosqueteiros, os quais disparavam todas as vezes que o príncipe corria, ao som de muitas caixas e trombetas. E depois se fizeram escaramuças nas quais os portugueses deixaram muito atrás os holandeses em destreza e galhardia. E chegada a noite, depois da ceia, mandou o príncipe representar uma comédia em língua francesa, com muita ostentação, suposto que poucos ou nenhum dos

> portugueses entendeu a letra da comédia senão praticada pelos mesmos franceses na nossa língua materna. E no seguinte dia, despediu o príncipe os cavaleiros portugueses com muitos agradecimentos da mercê que lhe haviam feito em se querer achar nas suas festas. Porém, a muitos dos holandeses lhes ficou o olho aberto à vista das muitas joias e ricas librés de que se haviam adornado os portugueses. E começaram a deitar traças como ordenariam algum estratagema para lhas roubar, que este era o intento que sempre tiveram depois que entraram em Pernambuco, o tratar de roubar aos moradores e tirar-lhes a substância e as vidas por todos os caminhos que podiam. E nunca fizeram obras pelas quais se julgasse que queriam conservar a terra e os moradores dela.[22]

Graças à restauração portuguesa, Nassau negociou com o vice-rei, marquês de Montalvão, o fim das hostilidades entre o Brasil holandês e a Bahia. Por outro lado, a ruptura luso-espanhola oferecia uma oportunidade única aos planos de expansão colonial da WIC em vista da precária situação de Portugal, que o impedia de socorrer militarmente a contento seus territórios ultramarinos. Em 1641, incitado pela direção da Companhia que brandia o pretexto da próxima entrada em vigor do acordo de trégua entre os Estados Gerais e d. João IV, Nassau procedeu à anexação de Sergipe e despachou armadas que conquistaram São Luís, Luanda e São Tomé. A ocupação dessas áreas criou um contencioso amargo entre os dois novos aliados. Nassau, porém, não dispunha dos recursos indispensáveis a um plano ambicioso de conquista na América espanhola. O projeto de se apossar de

Buenos Aires como primeira etapa de uma ofensiva contra as minas de prata do Potosi teve de ser sacrificado à expedição contra o Chile (1643), que tinha a preferência dos dirigentes da WIC, mas não produziu resultados devido à desconfiança dos índios araucanos e ao falecimento do almirante Hendrick Brouwer.

9.
Governar o Brasil holandês

Governar o Brasil holandês consistia basicamente em administrar uma relação triangular, frequentemente tensa, entre luso-brasileiros, holandeses e judeus, em decorrência de diferenças confessionais, de antagonismos nacionais e de rivalidade econômicas. As nótulas diárias do governo do Recife ilustram o cotidiano de tais relações.

> Os moradores portugueses da cidade de Olinda representam que, a despeito de haverem reconstruído, com seus próprios recursos, a igreja de Nossa Senhora do Amparo, tiveram de entregar o templo aos ministros de nossa religião, os quais só a utilizaram por dois ou três meses nos últimos dois anos. Ademais, a igreja só tem servido como lixeiro, não tendo portas nem chaves, de vez que os soldados tudo retiraram de lá. Sendo preferível que a igreja esteja a serviço de uma religião em vez de ser utilizada como curral e tendo em vista que seu teto está arruinado e que em breve ela toda também estará, os requerentes solicitam poder repará-la sob a condição de que ela fique definitivamente em seu poder. Após debater o assunto com o Conselho da Igreja Reformada, decidiu-se que sendo a igreja do Convento franciscano mais apropriada ao culto reformado [...] os requerentes receberão a igreja do Amparo a fim de consertá-la e utilizá-la na prática da sua religião.[1]

> Alguns judeus se sentem injuriados por palavras e gestos de comerciantes alemães ao caminharem pela Mauritsstad, formulando hoje pela manhã queixas ao Alto Conselho. Convocaram-se os comerciantes e, após interrogatório que permitiu apurar a origem da discórdia, os admoestamos severamente, acentuando que eles não poderão voltar a cometer tais atos, porque os judeus, desde que se comportem

> adequadamente, não gozam menos da proteção deste governo do que os demais habitantes desta conquista.[2]
>
> Os habitantes judeus representaram por escrito que o escolteto Daems denunciou à justiça dos escabinos da Cidade Maurícia um dos membros mais importantes da comunidade, Gaspar Francisco da Costa, por ter se circuncidado aqui consoante os costumes judaicos, exigindo sua expulsão desta capitania e o confisco de todos os seus bens. Os judeus insistem em que tais medidas são contrárias aos privilégios e concessões que os Estados Gerais, Sua Alteza o príncipe de Orange e os diretores da Companhia das Índias Ocidentais consentiram à nação hebraica. Tendo-se debatido a questão, resolveram Sua Excelência e o Alto Conselho sejam dadas ordens orais ao dito escolteto no sentido de suspender tais providências, à espera de decisão dos diretores, a ser solicitada.[3]
>
> Tendo o vigário de Igaraçu se recusado a realizar, malgrado nossa recomendação, o casamento de um inglês com a filha de um português, embora soubesse que os pais da moça tinham concordado, alegando não haver recebido a aprovação do vigário-geral, resolveu-se ordenar aos escabinos daquela vila oficiar o casamento de ambos, segundo o estilo geralmente seguido na pátria.[4]

Sob esse aspecto, Nassau mostrou-se extremamente hábil — e a simpatia de que desfrutou na comunidade luso-brasileira é testemunha da especial consideração que teve com aquele setor da população que, na esteira da ocupação batava, passara de dominante a dominado. É certo que a política de conciliação que adotou constituía uma exigência do domínio do sistema açucareiro pelos senhores de engenho, lavradores de cana e artesãos luso-brasileiros. Mas Nassau e sua família,

tanto na Alemanha quanto nos Países Baixos, tinham uma longa tradição de tolerância religiosa que explica também sua atuação no Brasil. Nas recomendações que formulou à junta que o substituiu em 1644, Nassau expôs as razões da sua política religiosa.

> No eclesiástico ou nas coisas da Igreja, a condescendência ou tolerância é mais necessária no Brasil do que a qualquer outro povo a quem se tenha concedido liberdade de religião. Se por acaso o fervor e o zelo cristão pelo verdadeiro culto persuadirem outra coisa a Vossas Nobrezas, convém que nesta conjuntura não manifestem tal intuito. Cada um de Vossas Nobrezas faça-se insensível neste particular para evitar grandes inconvenientes [...].
>
> Uma permissão tácita ou tolerância é nestes tempos melhor do que averiguações ou repressões, pois que se Vossas Nobrezas empreenderem alguma coisa, terão de necessariamente, para limpar o terreno, assegurar-se de alguns ou de todos os seus padres, o que será o começo de uma ruína universal. Nesta e em coisas semelhantes, não queiram Vossas Nobrezas fiar-se na paciência e moderação que os portugueses em outra ocasião experimentaram, porquanto as condições e os humores dos homens mudam conforme os tempos e o governo; e tal mudança nos portugueses é de recear agora mais do que nunca, por ser menos esperada.
>
> Por enquanto e até que os tempos corram de outro modo, cumpre que Vossas Nobrezas não admitam queixas particulares em matéria de religião; e às que chegarem aos seus ouvidos, respondam que providenciarão. Mas o verdadeiro remédio deve ser o esquecimento, como qual fiz muito a bem da tranquilidade deste Estado. Vossas Nobrezas bem podem supor que não faltarão logo calúnias e queixas de pessoas zelosas ou desafeiçoadas, pois que a diversidade de religião produz animosidade entre o povo.

> Não convém por agora que Vossas Nobrezas aprovem publicamente ou em segredo afrontas e desrespeitos que se fizerem às igrejas e cerimônias dos portugueses. Qualquer que seja o modo por que isto suceda, repreendam os autores, exprobando-lho como descortesia e não como erro na religião. Assim Vossas Nobrezas tranquilizarão a uns e a outros; e queiram entender que o mínimo favor mostrado contra esta opinião produzirá um duplo mal e, consequentemente, será o começo de grande desassossego e tumulto.
>
> Queiram crer que por isso fui respeitado e amado por ambas as nações [holandeses e portugueses], que testemunharam com gratidão e de bom coração acerca do meu comportamento, sem que eu tenha exigido, obtido ou recebido qualquer coisa para meu proveito, por graças, favores e despachos por mim concedidos. E posso na verdade e em sã consciência (Deus seja louvado) declarar e jurar que nunca recebi favor ou benefício, como confio que Vossas Nobrezas procederão do mesmo modo.[5]

Nassau advertiu também seus sucessores contra a tentação de pretender converter a população luso-brasileira ao calvinismo.

> Não convém por agora que a prática da nossa religião seja abertamente introduzida entre os portugueses, com a supressão de seus ritos e cerimônias, pois nada há que mais os exaspere. Também não é conveniente agora que Vossas Nobrezas se envolvam em sua disciplina eclesiástica e no que disto depende. Deixem esta matéria (*servatis servandis*) a seus padres e vigários, porquanto o contrário disso é prematuro, sem proveito ou reputação, e Vossas Nobrezas verificarão de fato que nada há que mais lhes doa do que meter-se o governo secular e interferir com os seus eclesiásticos.[6]

Aliás, as autoridades civis neerlandesas em breve se deram conta da resistência luso-brasileira ao proselitismo da Igreja reformada. Como toda maioria

dominada, os luso-brasileiros reagiram culturalmente, apegando-se às crenças ancestrais e inviabilizando quaisquer veleidades de atraí-los para o calvinismo. Já no seu relatório de 1639, Adriaan van der Dussen salientava:

> Há pouca aparência de que os portugueses se convertam à religião reformada, porque aqui só há um ministro que prega na língua deles, porém nem um só português comparece às prédicas nem o procuram para, por meio de entrevistas individuais, aprenderem algo a respeito. Pelo contrário, recusam-se a prestar ouvidos a isto, com pertinácia, o que procede do que lhes disseram os padres, isto é, que a nossa doutrina é uma doutrina herética e maldita, da qual não poderiam ouvir falar sem incorrer em pecado de heresia e coisas que tais. Assim há poucas aparências de obter algum resultado com os adultos. O único meio de fazer brilhar a luz do Evangelho entre eles seria instruir e doutrinar a mocidade na escola desde cedo, mas não temos escolas, a não ser no Recife e em Frederica.[7] Os portugueses, porém, não mandam os seus filhos para essas escolas, mas ensinam-nos dentro de suas casas, por meio de padres que nelas residem, de modo que nada se consegue por este meio.[8]

A junta que substituiu Nassau no governo do Brasil holandês terá de confessar que,

> para a conversão dos portugueses à verdadeira religião, quase nada pôde até agora ser feito, embora o predicante Soler, com conhecimento da língua e dos costumes dos portugueses, nos tivesse dado boa esperança disso. A arrogância deles (embora submetidos pela força das armas) não deixa que se queiram dispor a aprender a nossa língua e muito menos a ser instruídos na religião reformada, em razão dos pesados vexames que receberam durante a guerra, por cujo motivo estão exasperados contra nós. E porque acham que os nossos que vivem no interior levam uma vida

> extremamente dissoluta e ateia, têm eles uma repugnância tão grande à nossa religião e aos nossos costumes, que nesse ponto não se pode esperar nada de bom.
>
> A juventude portuguesa nestas terras também não está acostumada a aprender alguma arte ou ofício, mas é inclinada a toda ociosidade, petulância e luxúria com as brasilianas e negras, o que para eles não é nenhuma vergonha. Por isso o reitor Colius, mandado por Vossas Nobrezas para aqui ensinar a língua latina, não conseguiu obter nenhum aluno português, embora fossem afixados editais para o público convidando a todos para isso. É de crer que também o clero, que ficou residindo entre os portugueses, os animou, quanto lhe foi possível, a que não ouvissem a palavra de Deus e os ensinamentos da verdadeira religião.
>
> O melhor resultado foi obtido entre os brasilianos, nos quais o predicante Doreslaer estabeleceu bons fundamentos, sendo sucedido pelo predicante Thomas Kemp, que, muito perito na língua brasiliana, cuidou com não menor zelo da salvação dessa nação [...].
>
> Com relação aos negros que moram com os holandeses, para trazer-lhes o conhecimento de Cristo há bom trabalho a fazer, mas há um impedimento (mesmo se houvesse um predicante apto, que pudesse ensinar-lhes em sua língua, o qual até agora ainda não foi encontrado) e é que cada qual os emprega para trabalhos em casa ou outros, sem lhes dar tempo para frequentar a escola. Para sermos breves, somos de opinião que nada se deve esperar quanto à religião nem dos portugueses nem dos brasilianos nem dos negros enquanto a língua portuguesa predominar sobre a holandesa. Mas se esta predominar, por meio da emigração ou outro meio e se mantiver esse predomínio, certamente se poderia esperar que todos se aplicariam a viver segundo nossa religião, nossos costumes e nossos hábitos.[9]

Apesar da ortodoxia calvinista que Nassau deixa transparecer na sua correspondência, suas relações

com a Igreja Reformada do Brasil holandês não foram fáceis.

> Para manter toda boa ordem nas respectivas igrejas, reúne-se uma ou duas vezes por ano no Recife um sínodo, no qual são apresentados e debatidos todos os problemas. Em nome do sínodo requer-se ao governo civil que, por sua autoridade, possam ser reprimidos todos os escândalos públicos. No sínodo são geralmente designados deputados a quem incumbe tratar dos encargos e transferências dos consoladores dos enfermos e dos mestres-escola, com conhecimento prévio e consentimento da autoridade civil superior [...] Os mesmos deputados costumam visitar as igrejas durante seu mandato, para que tudo se passe ordenadamente, e fazem relatório por escrito à autoridade civil superior acerca das suas observações.[10]

As atas dos sínodos realizados no Recife são especialmente valiosas para a história social do Brasil holandês e para o exame da incompatibilidade religiosa e cultural entre neerlandeses e luso-brasileiros.

> Quanto à profanação dos domingos, que neste país se comete muito grosseiramente em quase todos os lugares, com cantos e pulos, trabalhando abertamente, comprando e vendendo, embriagando-se e jogando, e praticando muitas diversas voluptuosidades e excessos, provocando altamente a cólera de Deus, julga-se de extrema necessidade insistir com toda aplicação e insistência com Sua Excelência e os conselheiros supremos, para que sejam imediatamente evitadas todas essas profanações e violações do domingo. Também que quando se fazem as prédicas públicas durante a semana, que os cultos não sejam perturbados pela algazarra na rua ao redor ou junto ao templo, como sucede muitas vezes no Recife [...].

Alguns da nossa nação toleram que, no princípio da moagem, segundo o uso dos papistas, os seus engenhos sejam consagrados por um padre com benzeduras, cerimônias e rezas supersticiosas, tanto dentro como fora das suas casas, com aspergimento de água benta etc. Remédio contra isso é que os predicantes mais próximos peçam e exortem aos senhores de engenho para que não permitam isso futuramente [...].

Os portugueses nos lugares que se renderam por acordo exorbitam tanto da liberdade de sua religião, como acontece na Paraíba, que não se contentam com o culto desimpedido dentro das paredes dos templos mas ostentam publicamente nas ruas as suas procissões e espetáculos em honra dos seus santos. Entre outras coisas fincam um poste com uma bandeira no topo, dando-se um prêmio ao que a tirar, o que causa grande escândalo entre os nossos [...].

Quanto a um edital contra o incesto, que pediram insistentemente e que Sua Excelência e altos secretos conselheiros não somente ordenaram a publicação de um, mas determinaram também se redigir um projeto do mesmo, o que todavia não foi feito até o momento. Resolveu-se portanto dirigir-se de novo seriamente sobre isso a Sua Excelência e aos nobres senhores.[11]Observou-se que quase todos os senhores de engenho da nossa nação, da mesma forma que os portugueses, começam a moagem nos seus engenhos justamente no domingo, por nenhum outro motivo a não ser que tal é o uso deste país. Por conseguinte, isso é nada mais do que profanação do domingo, fazendo parte da superstição dos papistas. Ficou resolvido requerer a Sua Excelência e altos secretos conselheiros se dignem mandar incluir particularmente este exemplo no edital contra a profanação do domingo, proibindo por isso tanto aos portugueses como aos neerlandeses [...].

Quanto à irreligiosidade dos negros, Sua Excelência e altos secretos conselheiros deram também [...] [resolveram] que se deve dar ordem que venham à prédica nos domingos e que não profanem o dia do Senhor com trabalhos e danças. Também

que cada um deve ter sua própria mulher e que impeça entre os mesmos, tanto quanto possível, a prostituição e o adultério [...].

Aconselha-se impedir o casamento de negros com brancos, tanto quanto possível [...].

Pergunta-se se se deve batizar os filhos de negras cujos pais são neerlandeses. Resposta: Sim [...].

Perguntam se não se deve casar os negros com suas negras. A Assembleia responde: sim [...].

Com tristeza se percebe que, entre outros [abusos], a profanação do domingo e o comprar e vender no dia do Senhor aumenta diariamente neste país, especialmente entre os judeus, que mantêm suas lojas de portas abertas, mandam seus filhos à escola, fazem abertamente seu trabalho manual, mandam trabalhar seus negros e escravos nas ruas, cortam lenha etc., causando tudo isto grande escândalo e prejuízo à religião pública.[12]

A vigilância das autoridades calvinistas do Brasil holandês não era menor relativamente aos desvios de conduta dos colonos neerlandeses ou às práticas religiosas da comunidade judaica.

Como cada vez mais se generaliza o costume de jurar e praguejar entre moços e velhos, especialmente entre os militares e marítimos, já não sendo quase considerado por muitos como pecado, provocando dessa forma a ira de Deus contra nós, ficou resolvido que não somente se verbere energicamente do último púlpito contra isso, mas em todas as ocasiões, em tempo e fora do tempo, se advirta aos oficiais de terra e mar que devem punir por este horrível pecado os soldados e os marinheiros [...].

Os irmãos deputados da igreja da Paraíba comunicam a esta reverendíssima assembleia que mui grande escândalo foi causado em sua igreja pela prostituição pública e notória de Elske Groenewals, membro daquela comunidade [...] Os irmãos da classe, tendo deliberado o assunto no temor do Senhor, acharam por bem e resolvem o seguinte: visto Elske

Groenewals nunca haver gozado de boa reputação e visto persistir na sua obstinação, que se tenha paciência por mais dois meses e neste ínterim os irmãos do consistório da Paraíba admoestem-na séria e constantemente. E se ainda nada houverem conseguido, façam a segunda apresentação dela, seja com o nome patente ou oculto, a critério do consistório local. E se nos quatro meses seguintes não puder abrandar por contínuas exortações a sua obstinação, a Igreja da Paraíba tem então liberdade de usar da excomunhão ou eliminação contra ela, e apraza a Deus que a sua alma se salve por esse meio [...].

Nesta ocasião, se falou novamente sobre várias pessoas que vivem em adultério e concubinato, como o caso da mulher anteriormente vendida por cinco florins [...]: 1) uma mulher vendida pelo seu próprio marido por sete soldos, morando na Paraíba [...] vivendo ainda com o comprador em adultério; 2) o guardião mestre no Recife tem, ao lado da sua própria mulher, ainda uma mulata, com quem vive em adultério; 3) um sargento e um escrivão, sob o comando do capitão Denneger (de quem o capitão mesmo se queixa de que não pode obter serviços); o sargento é casado mas mantém uma concubina; o escrivão adultera com uma mulher sob promessa de casamento; 4) Maria van Goedenhuyse, apesar de ter seu próprio marido, vive com um judeu, de quem tem inclusive um filho, continuando dia após dia nesta situação; 5) Edoart Bant e Agnieta Hessels vivem amancebados, sem quererem oficializar seu casamento, apesar de terem sido feitos os proclamas há um ano; 6) a mulher de Willem Seir não somente está adulterando com outros, mas além disso, quando o marido se queixa disto e está descontente, é xingado pelos parceiros e amigos dela.[13]

Visto se saber que os judeus cada vez chegam em maior número a este país, atraindo para si o comércio por meio das suas astúcias, já conseguindo a maior parte das lojas para si, sendo de recear que tudo irá a pior, vergonha e prejuízo para os cristãos, escândalo para os brasilianos e portugueses e enfraquecimento do nosso Estado. [E visto que] além disto, a sua ousadia quanto ao espiritual se torna tão grande que não

somente se reúnem publicamente no mercado aqui no Recife, apesar da proibição do alto governo, dando assim escândalos a outros, mas ainda se preparam para construir ali uma sinagoga, casam-se com cristãos, seduzem cristãos para o sacrílego judaísmo, circuncidam cristãos, usam cristãos como empregados nas suas casas e cristãs para suas concubinas.

Os Irmãos julgam em conjunto ser de sua jurisdição e estrito dever não somente protestar contra isso a Sua Excelência e altos secretos conselheiros, mas também rogar por causa do nome de Jesus Cristo, nosso único Salvador, que é mais difamado pelos judeus do que por todos os outros inimigos, para o que ficou descrito acima seja remediado em tempo. E como não haja país em todo o mundo em que os judeus não sejam limitados, que o mesmo possa acontecer neste país, e os que agem contra isso sejam punidos convenientemente. Ficou resolvido ainda protestar contra esse assunto por meio de uma missiva ao ilustre colégio dos XIX.[14]

10.
Os amigos portugueses de Nassau

Nassau timbrou em cultivar a amizade da comunidade luso-brasileira e em particular de três das suas personalidades. A intenção com que o fez, ele revelará, sem citar nomes, nas recomendações à junta que o sucedeu no governo do Brasil holandês.

> É conveniente que Vossas Nobrezas, por meio de favores e de dinheiro, procurem angariar e manter alguns portugueses dispostos e dedicados, em particular para com Vossas Nobrezas, dos quais possam vir a saber em segredo os preparativos do inimigo, seus novos desígnios e empresas. Devem ser eles dos mais importantes e honrados da terra e lhes deve ser recomendado que exteriormente se mostrem como se fossem dos mais desafetos aos neerlandeses, para não caírem em suspeição. Os mais próprios seriam os padres, pois são eles que de tudo têm melhor conhecimento.[1]

No caso, o religioso foi frei Manuel Calado do Salvador, que Nassau foi buscar em Porto Calvo e instalou no Recife. Em *O valeroso Lucideno*, Calado escreveu longamente sobre suas relações com o conde governador.

> Tanto que o padre frei Manuel do Salvador recebeu esta segunda carta [de convite dos pró-homens da comunidade luso-brasileira], logo sem mais tardar se pôs a caminho e veio apear-se à porta do príncipe. E como ele o não conhecia nem o tinha ainda visto, o seu capitão da guarda, Charles de Tourlon, com quem o padre já tinha falado algumas vezes, o foi apresentar ao príncipe e lhe disse quem o padre era, o qual o recebeu com muita cortesia não por quem o padre era, senão pelo que os

moradores lhe haviam dito de sua virtude e letras. E aquele dia lhe deu jantar à sua mesa, à sua mão direita, e praticando com ele em diferentes matérias em língua latina (na qual ele era doutrinado), lhe ofereceu sua casa para morar e apertou muito com o padre que aceitasse a oferta, ao qual, depois de lhe agradecer e inda beijar a mão com as mais corteses palavras que lhe ocorreram pela mercê e favor oferecido, respondeu o padre [...] que o morar de suas portas adentro nem a Sua Excelência lhe estava muito a contento, nem a ele dito padre convinha por algumas razões, porque, como ele era sacerdote e pregador, haviam de acudir a ele, assim nas festas principais como nas necessidades da administração do Sacramento, os portugueses. E não era justo o andarem-lhe todos atravessando sua casa e rompendo a sua guarda [...] e secundariamente, que como ele [padre] era homem enfermo, algumas vezes lhe seria necessário estar despido, e outras gemer e chorar e que não queria que lhe entrassem pela porta sem bater seus [do conde] criados e familiares, e o vissem descomposto.

Noutra ocasião, voltando Nassau a insistir em que frei Calado viesse residir consigo,

tornou-lhe a dizer que, pois não aceitava sua casa para morar, que pelo menos fizesse uma casa dentro das suas fortificações, pois muitos mercadores e portugueses faziam casas para morar na sua cidade nova, chamada Mauriceia, que ele atualmente com tanto gosto estava edificando na ilha de Santo Antônio, a qual dividia do Recife o rio Capibaribe; e que ele lhe daria o sítio que escolhesse e o ajudaria a fazer a casa. E apertando-lhe a mão, lhe disse em segredo que também lhe daria licença para dizer missa em sua casa às portas fechadas, para sua consolação e de alguns católicos seus amigos. Aceitou [frei Calado] a mercê e lhe beijou a mão por ela, mandou cortar a madeira para a casa e ajuntou a cal e tijolo e mais materiais em breve, e escolheu uma paragem apartada e o príncipe lhe ajudou a fazê-la com seu cabedal. A casa feita, se veio a morar dentro das fortificações e dali saía a pregar

> pelos lugares e nas festas para cuja solenidade o chamavam os moradores.[2]

O segundo português da amizade de Nassau foi o comerciante Gaspar Dias Ferreira, que se estabelecera em Pernambuco muitos anos antes da ocupação holandesa. À sombra da proteção de Nassau, a quem serviu como testa de ferro, Gaspar Dias Ferreira não só adquiriu dois dos melhores engenhos confiscados como realizou negociatas que causaram escândalo no Brasil holandês. Frei Calado, muito próximo do terceiro amigo português de Nassau, João Fernandes Vieira, nutria evidente antipatia por Gaspar Dias Ferreira, mas grosso modo seu depoimento desfavorável é endossado por outras fontes da época, luso-brasileiras e holandesas. O que disse Calado acerca de Gaspar Dias Ferreira?

> Gaspar Dias Ferreira foi o primeiro português que, com sua mulher e filhos, se veio a meter dentro das fortificações dos holandeses e os encaminhou para granjearem muitas riquezas. E desta heroica virtude o vi eu gabar-se ao famoso pirata, o Pé de Pau, para granjear terra e familiaridade para com ele [...] Não havia alvitre que não inventasse para que os holandeses granjeassem dinheiro e se apoderassem das fazendas dos moradores, ficando-lhe a ele a sua parte. Também maquinou outra traça para se fazer rico e enriquecer ao príncipe e foi persuadir aos senhores de engenho e lavradores de cana que fizessem um presente de caixas de açúcar ao príncipe para o terem de sua parte e propício em todas as necessidades. E ele em pessoa foi às portas de todos a fazer esta diligência, e por outra mandou a Manuel Ribeiro d'Eça e também foi Fernão de Holanda, e ajuntaram seiscentas caixas de açúcar. E no

seguinte ano, quinhentas. E no terceiro ano, tornando a fazer a mesma viagem, sabendo os moradores que Gaspar Dias Ferreira se ficava com a maior parte daquelas caixas e que aquilo era pôr-lhes imposição e foro sobre seus ombros, do qual ao diante não se poderiam livrar, lhe responderam alguns que quando eles quisessem fazer um mimo ao príncipe de algumas caixas de açúcar, eles o fariam pessoalmente para quem conhecesse quem lhe fazia o tal serviço e lho agradecesse [...] Assim, no terceiro ano parou esta tramoia e Gaspar Dias ficou assaz confuso e sobressaltado, vendo que iam os homens descobrindo seus estratagemas.

Outro modo inventou de ajuntar dinheiro para si e congraçar-se com o príncipe, e isto debaixo de capa de virtude e bom zelo. Tinham os padres de São Bento na capitania de Pernambuco um engenho de açúcar em Mussurepe e um partido de canas em Jaguaribe e outro na Paraíba, com a administração das quais fazendas corriam quatro padres da dita Ordem, que haviam ficado na terra, e as beneficiavam, sustentando-se delas e davam aos holandeses o que podiam de renda [...] Que fez pois Gaspar Dias Ferreira? Ajudado com o favor do príncipe, fez petição aos do Supremo Conselho que, para que os portugueses lhes ficassem mais afeiçoados e obrigados, lhe largassem aquele engenho e fazendas para sustentação dos vigários das freguesias que na capitania havia, o que eles fizeram mais por granjearem os ânimos dos portugueses do que por vontade. Mandou logo Gaspar Dias chamar a todos os vigários e lhes disse que fossem beijar a mão assim ao príncipe como aos senhores do Supremo Conselho, pela mercê e favor que lhes haviam feito. E ajuntando-os em sua casa, assentou com eles que o padre frei Estêvão de Jesus correria com este engenho e fazendas e que ele, Gaspar Dias, seria o cobrador e depositário da renda, para pagar a cada vigário 60 mil réis cada ano [...].

Ele cobrou as rendas por cinco anos, porém nenhum vigário se gabará que recebeu de sua mão nem um vintém. E indo alguns a ele que lhes pagasse o seu ordenado, lhes respondeu que aquela potava era para o príncipe e que assaz mercê se

> lhes fazia em os permitirem assistir na terra. Ele cobrou o dinheiro e fez dele o que lhe pareceu e os pobres vigários ficaram olhando para o norte, não ousando nenhum de se queixar em público pelo grande temor que tinham de ele lhes fazer algum mal.[3]

Que Gaspar Dias Ferreira tornou-se igualmente impopular entre os holandeses é o que recorda o autor anônimo do chamado *Diário de Arnhem*.

> Desde a partida deste sugador do sangue e da fazenda da gente pobre daqui, abusando do crédito que tinha para com Sua Excelência, a quem acompanhou à Holanda em 1644, como se fora um grão senhor ou tivesse direito ao título de dom, soube desempenhar o seu papel tão admiravelmente com os seus cúmplices e aderentes que nós, moradores do Brasil, nos havemos de lembrar durante toda a vida da dolorosa perda que com isso sofremos, bem como os mercadores da pátria que negociavam neste país, visto como muita gente ficou arruinada por ter aventurado a sua fortuna no Brasil [...] O que não fizeram as pessoas gradas daqui a bem da sua prosperidade e riqueza e para honrá-lo e tratá-lo com grandíssima consideração? A mínima parte disto não lograram os nossos nacionais por muito lealmente que tivessem servido este país.[4]

Por fim, João Fernandes Vieira foi outro dos amigos portugueses de Nassau que, como Gaspar Dias Ferreira, tirou partido das suas relações no governo. Dado o papel que ele desempenhará na insurreição luso-brasileira de 1645, cabe aqui remontar às origens da sua fortuna e do seu poder, consoante o que reporta frei Calado, que também cantou seus feitos nos decassílabos com que entremeou sua crônica.

Outro homem que em Pernambuco [...] se chamava João Fernandes Vieira, mancebo solteiro, natural da ilha da Madeira, homem bem inclinado e amigo de todos e que acabava com os holandeses muitas coisas por árduas e dificultosas que fossem, o qual morava na várzea do Capibaribe, com o qual tomou tanta amizade um dos holandeses, chamado Jacob Stachouwer, a quem havia cabido grande parte das fazendas na repartição que os primeiros governadores holandeses fizeram entre si dos bens dos moradores retirados logo depois de tomada a terra. Entre os quais bens, lhe coube um bom engenho, o qual ele comprou aos da Companhia em satisfação do salário de seus serviços. E indo-se este Jacob Stachouwer para Holanda, acabado o tempo de seu governo, pela grande confiança que tinha em João Fernandes Vieira e pela grande fidelidade e verdade que nele tinha achado, lhe deixou todos os seus bens em sua mão, e este engenho, com plenário poder de dispor, dar e doar, comprar e vender, segundo lhe parecesse, com só condição de que lhe iria mandando as rendas nas frotas que de Pernambuco partissem para Holanda. E também lhe deixou crédito para tudo o que ele comprasse, para se lhe dar sobre sua palavra, e que todos os créditos e letras que ele passasse as receberia e daria plenária satisfação em Holanda, obrigando para isso suas pessoas e bens. E tanta confiança fez este Jacob Stachouwer de João Fernandes Vieira que, sendo um flamengo de estranha nação, lhe deixou um escrito feito por mão pública, que morrendo ele nenhum seu herdeiro poderia tomar conta ao dito João Fernandes Vieira; e que tudo o que dissesse em matéria de suas fazendas fosse crido e somente se estivesse pelo que ele afirmasse, assim de dívidas como de melhoramentos, porquanto esta era sua última vontade.

Com este crédito e boa opinião e com sua honrada correspondência com todos, veio a ter tanta entrada com os flamengos, que lhe eram mui afeiçoados e o estimavam sobremodo. Começou a comprar muitas fazendas de toda a sorte, assim secas como molhadas, e pôs suas lojas de mercancia assim dentro no Recife como fora dele, nas quais pôs homens portugueses de confiança para que lhe corressem

com elas. E como era mui fácil em fiar de todos e vendia por preço mais acomodado que os outros mercadores, e enfim como era português, todos acudiam às suas lojas. E deu-lhe Deus tão boa mão direita e tanta ganância que já em breve se fez senhor de muitos mil cruzados e comprou o engenho ao Jacob Stachouwer e outros quatro mais e ficou senhor de cinco engenhos, os quais preparou e pôs moentes e correntes, providos de bons lavradores e fornecidos com muitos escravos e com todas as coisas necessárias para os engenhos moerem.

E com esta prosperidade não se ensoberbeceu, antes se fez mais humilde e tratável do que dantes era. E começou a despender sua fazenda com os pobres, vestindo as viúvas e donzelas, dando-lhes saias e mantos e o necessário, por cuja falta deixavam de ir à igreja a ouvir a missa nos domingos e festas, acudindo pelos que estavam presos por dívidas, pagando por uns e ficando fiador de outros. E não havia necessitado que chegando a ele não viesse remediado e era tido e havido por pai dos pobres. Reformou as igrejas que estavam desbaratadas pelos holandeses e levantou as confrarias dos santos, e principalmente as do Santíssimo Sacramento e da Virgem Maria Nossa Senhora, servindo nelas com muita devoção e dispêndio de sua fazenda [...].

Logo este bem inclinado mancebo tratou de tomar estado, por escusar as ocasiões de ofender a Deus, as quais andam de ordinário anexas ao estado dos mancebos; e se casou com uma nobre e virtuosa donzela, chamada d. Maria César, filha de Francisco Berenguer de Andrada. E vendo como o estado de Pernambuco ia de cabeça abaixo, pôs em seu peito o acometer a heroica empresa da liberdade da pátria e tirar do cativeiro os moradores da terra que tantas tiranias e agravos padeciam em poder dos holandeses [...] Sempre se carteou secretamente com os governadores da Bahia, declarando-lhes o estado da terra e os desígnios dos holandeses. E os soldados que da Bahia vinham a correr a campanha e fazer o que os governadores-gerais lhes ordenavam, ele os escondia em lugares secretos e os provia da sustentação e lhes dava dinheiro para o caminho e para outras suas necessidades. E

> com tanta prudência e segredo que ainda que alguns malsins e traidores o acusavam, nunca os holandeses puderam descobrir coisa certa por onde o prendessem e condenassem.[5]

As amizades portuguesas de Nassau provocaram ressentimento na colônia neerlandesa, donde as intrigas que contra ele se teciam em Haia e de que veio a saber por cartas dos Países Baixos. Frei Calado, sempre atento, captou-lhes as repercussões na corte nassoviana.

> Chegaram da Holanda ao príncipe cartas dos Estados [Gerais] e dos confederados na Companhia e de seu irmão sobre as coisas do governo desta terra. E seu irmão, o conde João de Nassau, lhe dizia num capítulo que se admirava de lhe dizerem e escreverem que fazia algumas coisas muito fora do caminho, levado de interesse e por conselho de um português que era muito de seu seio; e que sendo ele em Holanda um cordeiro manso, se tinha no Brasil convertido em leão assanhado, perseguindo ou consentindo que fossem perseguidos os moradores, para por este caminho ajuntar riquezas, as quais, adquiridas por maus títulos, nunca se logravam. E que para estivesse certo em que Holanda se sabia tudo o que no Brasil passava, lhe fazia saber como em Holanda se afirmava em como ele, João Maurício, tinha três grandes amigos portugueses, com os quais de contínuo tratava: a saber, um frade chamado frei Manuel do Salvador, e o segundo, João Fernandes Vieira, e o terceiro Gaspar Dias Ferreira. E que o primeiro lhe servia de alívio e entretenimento porque gostava muito de sua boa e honesta conversação, porquanto este mônaco não se metia em coisas de guerra nem em matérias de governo, mas antes, como era letrado e prudente, o advertia de muitas coisas concernentes a seu bom crédito e reputação e em benefício dos moradores da terra, com os quais ele se fazia amado e querido de todos. E o segundo granjeava sua amizade, presenteando-o com mimos e regalos e alguns de muito porte, porém tudo à custa de sua fazenda. E o terceiro

fazendo-lhe empreender coisas injustas e executar alguns desaforos e injustiças com os moradores, que tinham mais cara de tirania do que de obras de pessoa de sangue real e imperial. E que o caminho por onde este homem o levava era o interesse de ajuntar dinheiro à custa do sangue dos pobres e inocentes. Com o que este homem o fazia rico a ele e se fazia rico a si, pois sendo pouco antes tão pobre que não tinha um prato de farinha para comer, todavia com sua sombra e o favor que lhe dava, se tinha feito este homem tão altivo que se fazia estimar e venerar mais do que ele, dito príncipe. E que também (sem ele o saber) em seu nome fazia muitas coisas malfeitas e que também se dizia que a primeira causa de tanta privança havia tomado fundamento por via de certa mulher. Portanto, que pusesse os olhos em quem era e o tronco donde procedia e que arrenegasse de riquezas e delícias, que desdouravam a fama e nobreza.

Este capítulo da carta mostrou o príncipe ao padre mui sentido e enfadado. E sabendo ou suspeitando que os mesmos flamengos, invejosos de o verem tão rico e ao seu secretário, tinham mandado estes mexericos a Holanda. E deitando o pensamento a quem poderia ser o mexeriqueiro, resolveu que de dentro de sua casa lhe haviam feito o mal. E assim disse ao padre: "*Inimici hominis domestici eius*. *Verba Christi sunt*, *qua non possunt falsitatem pati*". E logo tirou o ofício a Carlos de Tourlon que era o seu capitão da guarda, o qual se havia casado com d. Ana Pais, a mais desenvolta mulher de quantas houve no tempo deste cativeiro na capitania de Pernambuco, porque sendo filha de nobres pais e rica e havendo sido casada com Pedro Corrêa da Silva, homem fidalgo, por sua morte vendo-se viúva e moça, se foi casar, ou para melhor dizer amancebar, com um calvinista e quis ser recebida por um predicante desta falsa seita, com grande escândalo do povo católico.

Tornando pois ao Tourlon, tanto o perseguiu o príncipe que, impondo-lhe culpa de que ele tratava de entregar esta capitania aos portugueses, o prendeu com grande rigor e vitupério, e o embarcou para Holanda, onde morreu com morte apressada. E d. Ana Pais ficou prenhe dele e pariu uma criança, que ainda é

viva, e vendo-se viúva deste segundo marido, se tornou a casar terceira vez com Gijsbert de Witte, um dos do Conselho Político, e se veio a receber com ele na igreja dos franceses calvinistas e luteranos da Cidade Maurícia, por mão de outro predicante da mesma errônea seita, com tanto desaforo e pouco pejo que os mesmos holandeses, que acompanhavam este ato e se acharam presentes, se admiravam de sua desenvoltura. E tanto que se viu casada ou amancebada esta terceira vez, deu em ser tão inimiga dos portugueses que ela era o seu acusador para com os do Supremo Conselho e lhes aconselhava que os roubassem e matassem a todos.

Outro de quem o príncipe se mostrou queixoso foi o dr. Piso, médico seu e de sua casa, com quem ele comia e bebia e comunicava de dia e de noite com muita familiaridade. Também a este deitou logo fora de sua casa e nunca mais se fiou dele. E quando algum lhe falava nele ou no Tourlon, respondia "*Pessimi nebulones erga me*".[6]

A correspondência de Soler confirma os rumores que circulavam na Holanda contra Nassau, reportados por frei Calado.

Escreveram da Holanda que o pintam ali como um iníquo tirano que, na sua crueldade, não cede em nada ao duque de Alba. Se várias pessoas fidedignas não mo tivessem assegurado debaixo de juramento, nunca teria acreditado que o inferno tivesse vomitado notícia tão negra e tão imprudente e tão longe do natural e da prática ordinária de Sua Excelência. Sua clemência brilha e resplandece por todas partes. É mesmo tão característica de sua pessoa que, ao fazer justiça, se vê que isto tanto lhe dói que se torna absolutamente necessário mitigar o rigor com a clemência [...] Bom Deus, que calúnia mais diabólica! [O conde] não faz senão perdoar até demais, na minha humilde opinião [...] Poucas semanas passam que eu não obtenha perdão para alguém, sobretudo para os franceses, a meu grande pesar por demais rebeldes e insolentes. Temo molestá-lo tão frequentemente mas ele gosta de perdoar, sobretudo sem ser solicitado.

Se algum soldado, artesão da Companhia ou outra pessoa indigente está doente no seu quartel, ele mesmo, logo depois de estar servida a mesa, prepara-lhe o prato duas vezes todos os dias, com o melhor que nela está. Escuta as queixas e recebe a toda hora os pedidos dos mais pobres, sem dizer palavra enjoada a quem quer que seja nem mostrar-lhe má cara e na maioria dos casos os despacha a contento. Por um tratamento cheio de doçura, ganhou os índios tão necessários a este Estado. Os portugueses, que tem colmado de perdões, se bem que seja uma nação pérfida e muito maliciosa, confessam e dizem em alta voz que só a Casa de Nassau tem podido produzir um senhor tão suave, tão humano e tão amável. Os que foram seus prisioneiros de guerra juraram divulgá-lo por todo canto. E depois de tantos testemunhos invencíveis acusam-no de crueldade? Como pôde entrar no pensamento de alguém que nele haja o menor traço disto? [...] Sou bastante desconfiado: se não me engano, esta execrável calúnia serve para algum fim. O tempo mostrá-lo-á.[7]

11.

Nassau urbanista e arquiteto

Nassau ocupou seu ócio naqueles hobbies cujo gosto adquirira na corte de Haia do seu parente, o príncipe de Orange, Frederico Henrique, e de sua mulher, Amalia von Solms. Grande historiador da arte luso-brasileira, Robert C. Smith creditou a Nassau a construção da "primeira cidade digna deste nome na América portuguesa", caracterizada pela "liberdade de circulação por meio de pontes e de ruas pavimentadas e traçadas regularmente", de vez que "em todo o resto do Brasil foi preciso esperar o fim do século XVIII e a vinda da corte portuguesa para que se fizessem coisas deste gênero". Não tendo estado no Brasil, Gaspar Barleus redigiu sua história do governo nassoviano segundo as informações prestadas pelo próprio Nassau como também por pessoas do seu séquito, inclusive Gaspar Dias Ferreira. Barleus começa por reportar-se à opção nassoviana pelo Recife, que não era militarmente tão óbvia quando se sabe que alguém tão influente como Arciszweski era favorável à instalação do governo holandês na ilha de Itamaracá.

> Maurício, depois de ter muitas vezes examinado os portos e os inúmeros lugares do Brasil abordáveis e defensáveis, julgou que este sítio [Recife] bastava sozinho para a sua própria

defesa e que seria capaz de se tornar, sem grandes obras, inacessível e inexpugnável. E, para isso, aconselhou a ligação da ilha ao Recife por meio de uma ponte, facilitando o transporte do açúcar para a ilha, pois este só se podia fazer durante o refluxo da maré e não sem dano, porque amiúde eram os carregamentos atingidos pela água e pelo respingo das ondas. Além disso, a passagem mediante barcos era perigosa, tendo eles mais de uma vez sossobrado, já pelo peso e excesso das cargas, já pelo açoite dos ventos. E em muitas ocasiões foi preciso desistir-se de atravessar por causa do mar proceloso, da barra alvorotada pelos temporais ou da violência da maré. O que Nassau continuamente alvitrara por fim persuadiu, e resolveu-se lançar a ponte sobre o rio.[1]

Os luso-brasileiros haviam recomeçado a reconstruir Olinda, que permanecia oficialmente a capital de Pernambuco, razão pela qual a Câmara de escabinos, onde acotovelavam-se neerlandeses e gente da terra, funcionava na antiga vila. Obrigados a deslocarem-se para lá no trato dos seus negócios, os neerlandeses procuraram curto-circuitar a jurisdição municipal, recorrendo diretamente às autoridades recifenses, motivo pelo qual o governo holandês desligou o Recife da subordinação a Olinda, dotando-o de sua própria câmara. Escrevia Nassau ao Conselho dos XIX.

A resolução de VV. SS. sobre a jurisdição de Olinda, isto é, que todas as causas, com exceção das privilegiadas, corram em primeira instância perante os escabinos [de Olinda] e que à jurisdição destes fiquem sujeitos o Recife e Olinda, foi por nós apresentada ao Conselho Político e aos escabinos. Quanto à outra parte, porém, da dita resolução (que hajam dez escabinos em vez de cinco e que cinco residam e administrem justiça em Olinda e a outra metade no Recife), os escabinos nos

> representaram que a cidade de Olinda não lhes parecia bem situada, mas pelo contrário incomoda tanto para si e os auxiliares do seu colégio como para as partes que perante eles pleiteam o seu direito, visto como Olinda é pouco habitada e nenhuma comodidade lhes oferecia, de sorte que, tendo eles de lá ir e passar dias inteiros no exercício do seu cargo, não achavam bom alojamento nem o que comer ou beber.
>
> Também é bem pouca a probabilidade de ser restaurada a cidade de Olinda, que pelo contrário vai em decadência, pois muita gente procura a ilha de Antônio Vaz para construir casas e aí habitar [...] Que Antônio Vaz, sendo uma praça fechada, onde eles em segurança poderiam exercer o seu cargo, seria mais própria para sua residência, bem como está mais chegada e é muito mais acessível a todos os moradores do que Olinda, os quais encontrariam ali comodidades e seriam bem alojados.
>
> Resolvemos, pois, consentir que os escabinos fixassem residência em Antônio Vaz e logo depois eles compraram ali uma boa casa, bem situada e construída com cômodos que a tornam própria para um paço municipal. Como porém certos escabinos moram algumas léguas do Recife, o que de ordinário sucede com os portugueses senhores de engenho, e estes e também os holandeses, ocupados com os seus negócios, por vezes se ausentam, resolvemos que, conquanto a divisão dos escabinos (entre Olinda e o Recife) não fosse necessária, devíamos todavia observar a ordem de VV. SS. quanto ao número deles, elevando-os a nove, a saber, cinco holandeses e quatro portugueses.[2]

Mas a direção da Companhia na metrópole optou pela transferência da Câmara de Olinda para Antônio Vaz, cuja urbanização acelerava-se e que recebeu a denominação de Mauritstadt. Como resumiu J. A. Gonsalves de Mello, "não houve, portanto, desmembramento de jurisdição, mas

transferência somente da sede da Câmara". Continuemos com Barleus.

> Havia na chamada ilha de Antônio Vaz (tal era o nome do antigo possuidor) ampla área de terreno entre o forte de Ernesto e o das Cinco Pontas, situada entre o Capibaribe (sua denominação deriva das capivaras, porcos anfíbios cuja caça é frequente neste rio) e o Beberibe. Era uma planície sáfara, inculta, despida de arvoredos e arbustos, que por estar desaproveitada cobria-se de mato. Na margem ulterior do Capibaribe, erguia-se uma colina que, em tempos de guerra, havia de prejudicar a cidade, porquanto, não entrincheirada dessa banda, ficava acessível aos danos feitos pelo inimigo. Mais de uma vez sugerira o conde ao Supremo Conselho ligar por um valo os dois referidos fortes para se pôr a coberto aquela área, mas não logrou persuadi-lo em razão das vultosas despesas [...].
>
> Não obstante, ao conde aprouve furtar aos olhos aquele terreno desnudo, sombreando-o com uma plantação de árvores não só para não ficar exposto às ofensas do inimigo, mas ainda para os cidadãos e soldados, durante as quadras ásperas, delas tirarem o alimento e o refrigério dos frutos, encontrando também ali os habitantes um abrigo seguro [...] Por conseguinte, Nassau, para não pesar ao tesouro e para prover ao bem público, adquiriu à sua custa aquele terreno, transformando-o num lugar ameno e útil tanto à sua saúde e segurança como à dos seus.
>
> Cansado dos negócios públicos, deleitava-se então o conde com os ócios ali gozados. Nesta rusticação passava o exímio general as horas vagas, entregando-as à contemplação da natureza, sempre que não lhe fosse dado ocupar-se da república, e cuidando da guerra nesta mansão da paz depois que cessava o estrépito das batalhas. Marcharam as obras prosperamente e, concluídas, causavam prazer e admiração a quem as contemplava [...].
>
> O conde, edificando, teve o cuidado de atender à salubridade, procurando o sossego e obtendo a segurança do

lugar, sem descurar também da amenidade dos hortos. De fato, observou-se tal ordem no distribuir as árvores que, de todos os lados, ficavam os vergéis protegidos pelos fortes e por treze baterias. Surgiam em lindos renques setecentos coqueiros, estes mais altos, aqueles mais baixos, elevando uns o caule a cinquenta pés, outros a quarenta, outros a trinta, antes de atingirem a separação das palmas. Sendo opinião geral que não se poderiam eles transplantar, mandou o conde buscá-los à distância de três ou quatro milhas, em carros de quatro rodas, desarraigando-os com jeito e transportando-os para a ilha em pontões lançados através dos rios. Acolheu a terra amiga as mudas, transplantadas não só com trabalho mas também com engenho, e tal fecundidade comunicou àquelas árvores anosas que, contra a expectativa de todos, logo no primeiro ano do transplante, elas, em maravilhosa avidez de produzir, deram frutos copiosíssimos. Já eram septuagenárias e octogenárias e por isso diminuíram a fé do antigo provérbio: árvores velhas não são de mudar. Foi coisa extraordinária ter cada uma delas dado frutos que valiam oito rixdales.

Depois do coqueiral, havia um lugar destinado a 252 laranjeiras, além de seiscentas, que reunidas graciosamente umas às outras serviam de cerca e deliciavam os sentidos com a cor, o sabor e o perfume dos frutos. Havia 58 pés de limões grandes, oitenta de limões doces, oitenta romãzeiras e 66 figueiras. Além destas, viam-se árvores desconhecidas em nossa terra: mamoeiros, jenipapeiros, mangabeiras, cabaceiras, cajueiros, uvalheiras, palmeiras, pitangueiras, romeiras, araticuns, jamacarus, pacoveiras ou bananeiras. Viam-se ainda tamarineiros, castanheiros, tamareiros ou cariotas, vinhas carregadas de três em três meses, ervas, arbustos, legumes, plantas rasteiras, ornamentais e medicinais. É tal a natureza das ditas árvores que, durante o ano inteiro, ostentam flores, frutos maduros junto com os verdes, como se uma só e mesma árvore estivesse vivendo, em várias de suas partes, a puerícia, a adolescência e a virilidade, ao mesmo tempo herbescente, adolescente e adulta.

Alegre Nassau com este bom êxito de sua plantação, com esta benignidade da natureza, pois aquele arvoredo já ocultava o Recife inteiro a quem o olhasse de longe, pôs a mira no prazer de edificar ali o palácio e a residência do governador. Os heróis e os imperantes comprazem-se em habitar em mansões condignas e em distinguir-se da multidão não só na dignidade senão também no modo de viver e na habitação. A casa que lhe haviam destinado[3] os diretores da Companhia ameaçava ruína e não permitia reparos decentes sem grandes gastos. O palácio por ele construído (chama-se Friburgo, isto é, cidadela da liberdade) tem duas torres elevadas, surgindo do meio do parque, visíveis desde o mar a uma distância de seis a sete milhas e servem de faróis aos navegantes. Uma delas, tendo no topo uma lanterna e jorrando sua luz nos olhos dos nautas, atrai-lhes a vista para si e para o forte da costa, indicando-lhes a entrada segura e certa do porto. De cima dela, descortinam-se, de um lado, as planícies do continente e, de outro, a vastidão dos mares, com os navios aparecendo desde longe [...].

Diante do palácio e como surgindo do Beberibe, estende-se uma bateria toda de mármore, que comporta dez peças para segurança do rio. Não deixarei de dizer também que no parque existem poços distantes dos rios três varas das nossas ou pouco mais. Rodeados de águas salgadas, abastecem os moradores com abundância de águas doces, ou porque a grande firmeza do solo não permite que penetrem as águas salgadas, ou porque estas, filtrando-se através da terra, perdem a salsugem, ou porque estes brotam de lençol mais profundo que o leito dos dois rios [...] Contém esse mesmo parque três piscinas amplíssimas, providas de todo o gênero de peixes, conforto valiosíssimo para a população quando falta mantimento. No primeiro trimestre após serem cavados esses viveiros, foi tão copiosa a pescaria que três lanchas mal bastavam para o transporte dos peixes, além daqueles que a liberalidade do conde cedeu aos soldados. Há outros viveiros ainda nos limites do parque, mesmo no rio, fechados por cercas, os quais fornecem larga cópia de peixe na maré

ascendente. Mais de uma vez já aconteceu que uma só pesca rendeu aos donos cem florins, lucro bastante avultado.

Ainda hoje pompeia, em seu esplendor, o palácio de Friburgo, protegendo a ilha de Antônio Vaz e deleitando os cidadãos, como perene monumento da grandeza nassóvia no outro hemisfério. É certamente admirável quanto estas construções e edifícios abalaram a confiança que tinham os portugueses, aumentando a dos nossos, que têm boa opinião da estabilidade dessas nossas conquistas, por verem Nassau engrandecê-las com tamanhas despesas e feitas do seu bolso. Só os desesperados, com efeito, largam mão do interesse público, deixando perder-se por negligência a república, que presumem ligada à sua sorte e indigna por isso de se perder. Aqueles que o medo inspirado pela chegada da esquadra espanhola havia abatido cobraram ânimo com as edificações de Nassau, a quem acima de todos importava não sofresse o Brasil dano algum. O povo aplicou-se por isso mais ativamente à construção de engenhos e à plantação de cana e de mandioca, porque o governador reacendia a esperança de todos e de modo algum desesperava da república. Portanto, a ele, como outrora a República Romana a Varrão, deve-lhe agradecimentos também a nossa.

Outra obra nassoviana que marcou definitivamente a paisagem do Recife foi o dique que, ligando o atual bairro de Santo Antônio a Afogados, fechou o primeiro dos braços do rio Capibaribe, que o levava a desembocar no ancoradouro interno. Sobre este aterro, passa atualmente a rua Imperial.

Ligou o conde por uma trincheira a ilha de Antônio Vaz com o forte das Cinco Pontas ou de Frederico. Águas estagnadas e moitas de arbustos davam aspecto desagradável a todo esse espaço. Ultrapassava pois a credibilidade humana que se pudesse fundar ali uma cidade. Agora, porém, acreditamos, pelo testemunho dos nossos próprios olhos,[4] tê-la erigido a diligência de Nassau, dotado de engenho e audácia para tentar,

com sua arte e trabalho, ainda mesmo o que proibira a natureza. Repartida em ruas, praças e canais, como as cidades, com belos edifícios, dotada de armazéns de mercadorias, já tem habitantes. Foi-lhe dado o nome de Mauriciópole pela pública autoridade do Supremo Conselho, dos escoltetos e dos escabinos [...] Levantado um templo bastante decente na nova cidade pela liberalidade da Companhia, do conde e de particulares, consagraram-se a Deus, num movimento piedoso, os primórdios de Mauriciópole, os corações e a fortuna do povo. Esta cidade e Friburgo pregoam, aquém do Capibaribe, a magnificência do conde, como também o palácio da Boa Vista, assim chamado por causa da amenidade do seu sítio, pois em nenhuma outra parte encontrava Maurício prazo, quando descansava e sempre que convinha. Ali meditou ele planos de grandes tentames. Além disso, construiu duas pontes, uma sobre o Beberibe, entre Recife e Maurícia, a outra entre esta e o continente, sobre o Capibaribe [...].

O que determinou a construção destas pontes foi o seguinte: sob o domínio do rei de Espanha, governando o Brasil Albuquerque, discutiu-se muitas vezes se convinha abandonar-se Olinda, distante do porto e do acesso ao mar, transferindo-se os seus moradores para o Recife e para a ilha de Antônio Vaz. Para este fim, seria de grande vantagem unir-se a ilha ao Recife, por se julgarem estes lugares inexpugnáveis por causa dos rios que os cercam e da vizinhança do oceano. Ficou, porém, suspenso, sem nenhum resultado, esse projeto, ou porque se temia, por imperícia da engenharia militar ou da arte das fortificações, encetar tão importante cometimento, ou porque se sentissem pesarosos os que se enlevavam com a amenidade de Olinda. Desaconselhavam isto os portugueses, a quem parecia irrealizável esta ligação das terras em razão da violência do rio e da maré. Foram-lhes da opinião mestres de obras assaz peritos que se mandaram vir da Espanha.

Desde que começaram, porém, a senhorear o Brasil os holandeses, subjugadores das terras e das águas, aprouve escolher-se o Recife e a ilha de Antônio Vaz para sede do

> governo. Como que condenada pelo destino, arruinou-se a formosa Olinda, mostrando-se chorosa. As casas, os conventos e as igrejas, derribados, não pelo furor da guerra mas de propósito, lacrimavam com a própria ruína [...] Sendo nós, porém, homens e capazes de comover-nos com o belo, não podiam deixar de lamentar a assolação da cidade aflita aqueles mesmos que a devastavam, pondo por terra o topo das igrejas e dos edifícios públicos e privados que, feridos pelos raios do sol vespertino, apresentavam sugestivo aspecto. E se a gente agora visse Olinda, juraria que contemplava, jazendo em seu local desolado, Pérgamo, as ruínas de Cartago ou de Persépolis [...] Transportou cada um para o Recife os restos e os entulhos vendíveis da cidade demolida, aproveitando os materiais em novas edificações, para que, desaparecendo a mãe (Olinda), lhe sobrevivesse das ruínas, embora com outro aspecto, a sua filha — Mauriciópole.[5]

Numa de suas mais expressivas vinhetas, frei Manuel Calado do Salvador vai surpreender o conde governador de todo entregue às suas atividades prediletas.

> Andava o príncipe conde de Nassau tão ocupado em fabricar a sua nova cidade que, para afervorar aos moradores a fazerem casas, ele mesmo, com muita curiosidade, lhe andava deitando as medidas e endireitando as ruas para ficar a povoação mais vistosa. E lhe trouxe a entrar pelo meio dela, por um dique ou levada, a água do rio Capibaribe a entrar na barra, pelo qual dique entravam canoas, batéis e barcas, para o serviço dos moradores, por debaixo das pontes de madeira, com que atravessou em algumas partes este dique a modo de Holanda, de sorte que aquela ilha ficava toda rodeada de água. Também ali fez uma casa de prazer que lhe custou muitos cruzados. E no meio daquele areal estéril e infrutuoso, plantou um jardim e todas as castas de árvores de fruto que se dão no Brasil e ainda muitas que lhe vinham de diferentes partes. E à força de muita outra terra frutífera, trazida de fora em barcas

rasteiras, e muita soma de esterco, fez o sítio tão bem acondicionado como a melhor terra frutífera. Pôs neste jardim 2 mil coqueiros, trazendo-os ali de outros lugares, porque os pedia aos moradores e eles lhos mandavam trazer em carros. E deles fez umas carreiras compridas e vistosas, a modo da alameda de Aranjuez, e por outras partes muitos parreirais e tabuleiros de hortaliça e de flores, com algumas casas de jogos e entretenimentos onde iam as damas e seus afeiçoados a passar as festas no verão e a ter seus regalos e fazer suas merendas e beberetes, como se usa em Holanda, com seus acordes instrumentos. E o gosto do príncipe era que todos fossem ver suas curiosidades e ele mesmo por regalo as andava mostrando. E para viver com mais alegria, deixou as casas onde morava e se mudou para o seu jardim com a maior parte dos seus criados.

Também ali trazia todas as castas de aves e animais que pôde achar. E como os moradores da terra lhe conheciam a condição e o apetite, cada um lhe trazia a ave ou animal esquisito que podia achar no sertão. Ali trazia os papagaios, as araras, os jacus, os canindés, os jabutis, os motuns, as galinhas-da-guiné, os patos, os cisnes, os pavões, os perus e galinhas [em] grande número; tantas pombas que não se podia contar. Ali tinha os tigres, a onça, a suçuarana, o tamanduá, o bugio, o quati, o sagui, o apeteá, as cabras do Cabo Verde, os carneiros de Angola, a cutia, a paca, a anta, o porco javali, grande multidão de coelhos. E finalmente não havia coisa curiosa no Brasil que ali não tivesse, porque os moradores lhas mandavam de boa vontade, pela boa inclinação que viam de os favorecer. E assim também lhe ajudaram a fazer as suas duas casas, assim esta do jardim onde morava [Vrijburg] como a da Boa Vista sobre o Capibaribe, aonde ia muitos dias passeando a se recrear, porque uns lhe mandavam a madeira, outros a telha e o tijolo, outros a cal, e finalmente todos o ajudaram no que puderam. E ele se mostrava tão agradecido e favorecia de sorte aos portugueses, que lhes parecia que tinham nele pai, e lhes aliviava muito a tristeza e dor de se verem cativos.[6]

Em ambos os palácios, Nassau alojou sua coleção zoológica, botânica e etnográfica, que posteriormente reunirá na Mauritshuis, o palácio que ergueu em Haia ao tempo do seu governo do Brasil.

12.
As populações do Brasil holandês

Os documentos oficiais holandeses ocupam-se detidamente com as populações da colônia. É, contudo, o relatório de Adriaan van der Dussen, membro do Conselho Supremo, que melhor as descreve, a começar pelos holandeses.

> Os holandeses são divididos em pessoas que prestam serviço exclusivo e atualmente à Companhia e recebem salários; e pessoas que não estão a ela subordinadas [...] Os holandeses não assalariados [pela Companhia] são os que vieram nessa condição da pátria ou os que aqui, depois do término do seu contrato, deixaram o serviço da Companhia. Estes últimos são em número considerável e tendo sido oficiais e soldados contribuem agora para o povoamento do país. No caso de necessidade, poderão tomar armas de novo, ajudando a defender a conquista sem despesa para a Companhia. O número deles, tanto os alistados como infantes como os alistados como cavaleiros, consta de listas pormenorizadas.
>
> Os holandeses livres que vieram da pátria em caráter particular são na maioria comerciantes ou empregados destes ou representantes e os de menor condição fizeram-se taverneiros ou entregaram-se a pequenos negócios, com o que obtiveram algum lucro. Alguns comerciantes experimentaram comprar engenhos, e outros, de situação mais modesta, arrendaram partidos ou canaviais, segundo as suas possibilidades, contribuindo de modo manifesto para o cultivo e povoamento destas terras. Contribuíram também para aumentar as construções e a população do Recife a ponto de não haver agora terreno vago. O recinto em Antônio Vaz, que fica protegido pelas estacadas, foi medido e dividido em lotes, nos quais foram levantadas muitas construções, pelo que foi

necessário lotear os terrenos do lado externo das paliçadas, até o forte Frederico Henrique, também chamado das Cinco Pontas, nos quais as construções estão sendo feitas em ritmo mais lento devido ao pouco movimento dos negócios e aos boatos que há muito tempo vêm sendo divulgados a respeito de uma anunciada esquadra espanhola. Como estes começam agora a diminuir e o ânimo a se reanimar um tanto e é de crer que ainda mais quando consideráveis socorros chegarem e recomeçarem os negócios, serão então reiniciadas as construções.[1]

A colonização do Brasil holandês por neerlandeses é um tema longamente analisado nos documentos oficiais, em especial no relatório de Van der Dussen.

Para incrementar o povoamento do país, é necessário encontrar meios para atrair maior número de habitantes da pátria para cá e dispersá-los por todo o país e aí se multiplicarem. Isto trará para a Companhia vantagens, defesa, conservação e firmeza para esta conquista; e deste modo obter-se-ia não somente uma notável diminuição de suas grandes despesas e encargos como também aumento das suas finanças e rendas. O país seria melhor cultivado e produziria mais frutos e haveria maior garantia contra os sempre pérfidos portugueses, que seriam mantidos sob controle. Os moradores holandeses estariam sempre prontos para a defesa da conquista, com o que poderiam ser muito reduzidas as guarnições militares.

Não devemos, porém, omitir que não é conveniente a remessa de colonos de mãos vazias, segundo o regulamento velho, pois que isto não contribui para o povoamento do país, porque, em primeiro lugar, não é possível obter terras com facilidade, de vez que todas já têm dono e as terras virgens incultas estão situadas muito no interior do país, pelo que talvez não interessem a eles ou não lhes sirvam; enquanto isto, teremos de alimentá-los e fazer despesas com eles, as quais nunca serão ressarcidas.

É necessário, pois, encontrar um meio pelo qual se concedam aos holandeses alguns privilégios, além dos que se concedem aos demais, especialmente àqueles que construírem novos engenhos e plantarem novos canaviais. Desta maneira procedeu o rei da Espanha com o fim de incrementar o cultivo e o povoamento, concedendo a todos os que construíssem novos engenhos ou plantassem novos canaviais isenção do imposto do dízimo dos açúcares obtidos das novas terras, sendo que nos primeiros dez anos a isenção era completa, e daí por diante os lavradores não pagavam senão meio imposto, julgando-se melhor deixar cultivar as terras e povoá-las e com o correr do tempo recolher a metade, do que obter com grande ganância o valor inteiro do imposto. Esse privilégio, pensamos, fez com que as terras fossem ocupadas, provocando interesse. Agora, porém, todas as boas terras já têm proprietários e a maioria com construções, de modo que não é possível obter novas senão muito para o interior, para onde os moradores não querem ir pelas dificuldades e grandes gastos daí decorrentes, porque tudo teria de ser levado e trazido por terra, em carros. Por isto não podemos imaginar que providência possa contribuir de maneira efetiva para o povoamento, apesar de ser muito necessário encontrar meios para atrair povoadores para aquelas regiões, qualquer que seja a maneira proposta para isto.

Artífices como ferreiros, carpinteiros, pedreiros, caldeireiros, alfaiates, sapateiros, marceneiros, fabricantes de cadeiras, vidraceiros, oleiros de louças e tijolos, picheleiros, seleiros e outras mais profissões, chegando aqui com os seus instrumentos, tornar-se-ão ricos, porque muitos desses artífices percebem um bom salário. Um mestre carpinteiro ganha seis florins por dia, um menos habilitado que trabalhe como ajudante recebe três a quatro florins por dia; os que sabem lidar com utensílios dos engenhos ganham os maiores salários. Há na pátria artífices em grande número e ainda com mulher e filhos e que não sabem o que fazer para obter o sustento, alguns vivendo de esmolas, os quais podem ser estimulados a embarcar para cá, com o que os esmoleres ficariam aliviados e

este país, povoado. Este meio é muito superior ao usado pelo rei da Espanha, que enviava os malfeitores acusados de toda a espécie de abusos (em vez de castigá-los com a justiça) para degredo no Brasil, a fim de povoá-lo, os quais deram origem a uma raça de gente que até agora não faz distinção entre o bem e o mal.

Esses artífices, tendo com seu ofício conseguido reunir algum pecúlio, costumam dedicar-se à agricultura, compram alguns negros e arrendam terras para cultivar cana-de-açúcar no engenho que mais lhes convém, como já hoje se vê [...] Mas gente que nada traz da pátria ou que não conhece ofício e que abre aqui uma taverna, se fracassa então fica em estado de desespero.

Por três espécies de homens é que deve o Brasil ser povoado: a primeira, a dos que trazem dinheiro da pátria, isto é, os que são negociantes ou empregados deles e que aqui tendo prosperado compram engenhos, partidos de cana ou outra coisa qualquer no interior. A segunda, a dos que, vindos da pátria, exercem uma boa profissão e, tendo sido bem-sucedidos, se fixam também na terra. A terceira, a dos que, vindos a serviço da Companhia e decorrido o prazo dos respectivos contratos, aqui empregam o dinheiro amealhado dos salários percebidos, dedicando-se a qualquer cultura, e por isto o ajuste final de contas para pagamento dos empregados deve ser feito no Brasil.

Assim, os que pretendem fixar-se no país devem trazer alguns bens e, para serem bem-sucedidos, devem comprar alguns negros, porque sem negros nada se pode cultivar aqui, e nenhum branco (por mais disposto ao trabalho que tenha sido na pátria) se pode dedicar no Brasil a trabalhos tais, nem mesmo consegue suportá-lo. Parece que o corpo, em consequência da mudança tão extrema de clima, perde muito do seu vigor. Isto não sucede somente com o homem, mas com tudo o que venha da Europa para o Brasil, inclusive o ferro, o aço, o cobre etc., e não me refiro às coisas mais sujeitas à deterioração.

> Os holandeses que até agora se têm dedicado a engenhos, canaviais e outras culturas, qualquer que seja o lugar onde se fixaram, têm restaurado a agricultura e um grande número de engenhos e canaviais destruídos, tornando-os de novo valiosos, com o que o Brasil se engrandece notavelmente e continuando assim, no prazo de um a três anos, chegará a um ponto de progresso jamais atingido no tempo do rei, com a condição de que o preço do açúcar volte ao que era, visto que há pouco decaiu.[2]

Dois outros funcionários da WIC, Johan van Walbeeck e Cosmo de Moucheron, também se ocuparam do tema da colonização neerlandesa no seu relatório sobre Alagoas.

> Passamos a uma outra consideração que é a dificuldade de auxiliar os novos colonos com capital bastante para que possam comprar os negros e animais necessários e com eles estabelecer-se e empregar-se na agricultura. Como as pessoas que se fazem colonos são de ordinário pouco abastadas, é-lhes penoso ganhar primeiramente para tanto e aqueles que prosperam no Brasil ao ponto de fazer um bom pecúlio (e os há muitos) preferem ficar nas suas casas ou continuar nos seus ofícios com que se deram bem, ou esforçam-se por voltar à pátria com os seus haveres, a aplicarem na agricultura o seu conquistado capital, porquanto veem que até o presente poucos por esse meio enriqueceram.
>
> Em geral, os portugueses têm observado o seguinte a respeito dos nossos compatriotas, e é que nenhum deles, por muito firme que seja a sua vontade (ou por casamento ou por qualquer outro motivo) de tentar fortuna no Brasil, deixa de ter os olhos fitos na pátria e toma a resolução de terminar aqui os seus dias. Não é isto um pequeno embaraço para dar-se firmeza à colonização dos nossos.[3]

As referências dos relatórios holandeses acerca da população luso-brasileira são particularmente

interessantes para a história social. Consoante Van der Dussen:

> Os portugueses, a segunda espécie de povoadores do país, ou são antigos moradores do tempo do rei da Espanha, ou são judeus da pátria, emigrados para cá. Os judeus que emigraram e que se ocupam com agricultura ou compraram engenhos são poucos. Os demais dão-se ao comércio e a maioria deles mora no Recife e souberam dominar todo o movimento dos negócios.
>
> Os portugueses que se encontravam aqui no país e que se submeteram à nossa obediência são os principais fatores da cultura da terra. Alguns permanecem na antiga posse dos seus engenhos, outros compraram muitos dos engenhos confiscados. Ainda outros são lavradores de canaviais ou servem nos ofícios necessários ao movimentos dos engenhos, entre os quais os ofícios para cujo desempenho não se apresentou até agora nenhum holandês, não somente porque não têm experiência deles, como porque não os conhecem, como sejam os de temperar e purgar o açúcar. Todos os demais serviços ou ofícios os holandeses sabem desempenhar, mas para aqueles dois nenhum ainda se apresentou para aprendê-los.
>
> Os portugueses são também zelosos no cultivo dos seus canaviais, e graças a eles a agricultura do país progrediu, se bem que, a não ser poucas vezes, se veja algum deles fazer por suas próprias mãos algum trabalho. Sabem, porém, fazer trabalhar os seus negros, com a vantagem de empregar negros ladinos e experientes, e os holandeses, negros boçais e inexperientes, o que representa grande vantagem em favor dos primeiros.
>
> Os portugueses senhores de engenho, em consequência da guerra, perderam muitos dos seus bens, empobrecendo e incapacitando-se para restaurar os seus engenhos. Mas graças aos créditos liberais facilitados pelos mercadores holandeses puderam levantar-se, com o que se beneficiou a Companhia. Pagam sem pontualidade, sendo necessário que os comerciantes insistam pelo pagamento.

Os portugueses, de um modo geral (com muito poucas exceções) são pouco favoráveis aos holandeses e à nossa nação e só devido ao temor são mantidos em obediência. Mas quando encontram qualquer pequena ocasião demonstram a sua inclinação.[4]

Outro relatório holandês, o "Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil" (1638), contém observações ainda mais pertinentes sobre a vida colonial.

Os portugueses são em geral pouco curiosos com relação às suas casas e à direção doméstica, contentando-se com uma casa de barro, contanto que vá bem o seu engenho ou a sua cultura.

Possuem poucos móveis além daqueles que são necessários para a cozinha, cama e mesa e não podem ser dispensados. O seu maior luxo consiste em servirem-se à mesa de baixela de prata. Os homens usam pouco de vestidos custosos, vestem-se de estofos ordinários ou ainda de pano, trazendo os calções e o gibão golpeados com grandes cortes por onde se deixa ver um pouco de tafetá. As mulheres, porém, vestem-se custosamente e se cobrem de ouro, trazem poucos diamantes ou nenhum, e poucas pérolas boas, e se ataviam muito com joias falsas. Só saem cobertas e são carregadas em uma rede sobre a qual se lança um tapete, ou encerradas em uma cadeira de preço, de modo que elas se enfeitam para serem vistas somente pelas suas amigas e comadres. Quando vão visitar, primeiramente mandam participar, a dona [da casa] senta-se sobre um belo tapete turco de seda estendido sobre o soalho e espera as suas amigas, que também se sentam a seu lado sobre o tapete, à maneira dos alfaiates, tendo os pés cobertos pois seria grande vergonha deixar alguém ver os pés.

No tocante a quadros e outros ornatos para cobrir as paredes, os portugueses são destituídos de toda a curiosidade, e nenhum conhecimento têm de pinturas. Não há profusão nos seus alimentos, pois podem sustentar-se muito bem com um

pouco de farinha e um peixinho seco, conquanto tenham galinhas, perus, porcos, carneiros e outros animais, de que também usam de mistura com aqueles mantimentos, sobretudo quando comem em casa de algum amigo. Têm belíssimas frutas, como laranjas, limões, melões, melancias, abóboras, pacovas, bananas, ananases, batatas, maracujá-açu, maracujá-mirim, araticum-apê e o belo e o mais delicioso dos frutos, a mangaba; e ainda vários legumes, milho, arroz e outros mais, de que fazem diversidade de confeitados. Estes são muito sãos e deles comem em quantidade.

A bebida dos portugueses é principalmente água da fonte, que é muito boa e agradável. Nela ensopam um pedaço de pão de açúcar e vão chupando, o que é muito são e refrescante. Também fazem garapa de mel, que é o que os negros mais bebem, assim como os brasilianos fazem uma beberagem de cajus, que eles tomam com muito gosto. Encontram-se muitos portugueses que não bebem vinho. Há outros que, pelo contrário, bebem muito, e se diz costumam vir anualmente ao Recife 5 mil pipas que na terra se consomem. Entre as mulheres, poucas são as que bebem vinho e há muitas que em sua vida nunca provaram dele.

Os homens e as mulheres portuguesas pouco têm de bonito: são secos de rosto e corpo e a pele é escura. De ordinário, as mulheres, ainda moças, perdem os dentes e, pelo costume de estarem de contínuo sentadas, não são tão ágeis como as holandesas, e andam sobre os seus altos chapins como se tivessem cadeias nas pernas. Os homens são muito ciosos de suas mulheres e as trazem sempre fechadas, reconhecendo assim que os de sua nação são inclinados a corromper as mulheres alheias.[5]

Walbeeck e Moucheron enfatizaram a sobriedade dos colonos luso-brasileiros, comparando-os de maneira favorável relativamente aos neerlandeses.

Os neerlandeses e os súditos de outras nações que se passaram ao Brasil a fim de estabelecer aqui a sua residência

são ordinariamente pessoas de poucas posses e o mais das vezes o seu fito é vender alguma mercadoria, estabelecer taverna ou exercer algum ofício, e poucos são os que se ocupam com engenhos, com a criação de animais, com a plantação de cana ou a cultura das terras. Do pequeno número que a isso se tem dedicado, quase nenhum há que tenha tirado proveito, não só por falta de conhecimento do trabalho que empreendem, como principalmente porque, sendo no Brasil as mercadorias europeias muito caras, a agricultura não pode dar os frutos que lhes permitam manter-se devidamente, conforme a condição que tinham em sua pátria.

Os moradores portugueses, tanto os simples lavradores quanto também os senhores de engenho, estão afeitos comumente a viver de água, farinha, um pouco de bacalhau ou qualquer comida vulgar, de modo que em alguns engenhos não há vinho por muito tempo. Os nossos compatriotas, porém, não se contentam somente com tomar à mesa um trago de cerveja ou de vinho, mas gostam também de reunir às vezes os seus amigos, do que resulta que as despesas de manutenção são muito desiguais: onde um pode subsistir, o outro se arruína. Seria pois muito desejável que os da nação holandesa se aproximassem um pouco mais da sobriedade dos moradores portugueses do Brasil, com o que se tornariam mais aptos para povoar as terras. Mas dificilmente se pode alterar as qualidades naturais e só a necessidade os força muitas vezes a essa abstinência, de que a não ser assim não querem saber.[6]

E no seu relatório sobre a Paraíba, Servaes Carpentier havia insistido na simplicidade e no despojamento da construção civil. Sua descrição deve ser lida à luz dos inúmeros quadros em que Frans Post fixou a arquitetura portuguesa do período *ante bellum*.

Para a construção de casas há aqui todo o necessário, com exceção do ferro, ainda que as mais pobres sejam feitas sem ele, porque, quando querem fazer uma casa, fincam tantas

estacas quantas exige a extensão da mesma. Sobre elas, colocam um assoalho, na altura de um homem, vindo o telhado na parte superior. Não moram na parte térrea mas abriga-se aí uma ou outra pessoa. Na parte superior, é a residência, sendo que a coberta é de telhas ou de folhas de palmeiras. Nos lados, amarram primeiro sarrafos nas estacas na distância de três ou quatro dedos um do outro e enchem então os espaços com barro, no qual misturam palha, e recobrem algumas vezes com cal por dentro e por fora, ou apenas caiam. Tais são, na maior parte, as casas do campo.

Na cidade, há alguns belos edifícios, feitos de pedra branca, talhadas, a saber, os cunhais e os marcos das janelas e das portas são de cantaria talhada em quatro faces e as paredes são de pedra não afeiçoadas e presas umas às outras com boa cal, com dois ou dois e meio pés de espessura, e mais, segundo o peso do edifício. Nos mais altos, com piso assoalhado, mora-se na parte superior; o térreo é utilizado como um ou dois armazéns. Nos que só têm o andar térreo, mora-se aí mesmo, e calçam o chão com argila dura em vez de pedras.[7]

Nassau, nas recomendações que deixou à junta que o substituiu no governo, estabelecia uma comparação que também resultava favorável aos portugueses.

A nação portuguesa será muito submissa a Vossas Nobrezas se for tratada com benevolência e cortesia; e nessa conformidade Vossas Nobrezas obterão dela maior proveito e obediência do que dos nossos próprios naturais. Sei por experiência que se trata de um povo que faz mais caso de bom acolhimento e cortesia do que de bens [...].

Em relação aos da nossa nação, Vossas Nobrezas devem haver-se de modo a não tocar-lhes nos bens, pois que eles sentem nisso maior dano do que o da própria vida e facilmente esquecem por isso o respeito para com todo o mundo.[8]

O extenso relatório apresentado pelos conselheiros Hamel, Bas e Bullestrate, à raiz da insurreição de 1645, ocupa-se longamente da comunidade luso-brasileira:

> Os livres são holandeses, portugueses ou brasilianos, mas os portugueses excedem de muito o número de todos eles, na proporção de dez e talvez de mais por um. Eles possuem também a maior parte dos engenhos, casas e imóveis, com exceção de alguns poucos holandeses que também começaram a produzir açúcar [...] Além dos que se tornaram agricultores, estão entre os livres muitos que se mantêm com o comércio, comissões e ofícios. Os comerciantes venderam seus produtos geralmente com grande vantagem e todos teriam tido bom resultado se não tivessem feito adiantamentos tão amplos, querendo muitos comissários principalmente vender as mercadorias dos seus patrões, para ficar desse modo com a sua comissão, com cujos créditos os portugueses se apossaram dos capitais dos nossos patrícios, como os resultados (que Deus melhore) mostraram bastante claramente. Os trabalhadores com profissões ganharam sempre salários altos, de três, quatro a cinco e também a seis florins por dia, de modo que alguns voltaram de vez em quando à pátria com um bom dinheiro. Taverneiros que vendiam bebida em pequenas quantidades tiveram também grandes lucros e levaram muito dinheiro, como também os que venderam a retalho e não concederam créditos. As pessoas a serviço da Companhia, sejam civis, militares ou outros funcionários são mantidas nos seus cargos e remuneradas segundo as condições contratuais.[9]

A comunidade judaica do Brasil holandês compunha-se majoritariamente de judeus portugueses que haviam emigrado para Amsterdã, de modo a escapar aos rigores da Inquisição.

> Entre os livres, que estão fora do serviço da Companhia, incluem-se os da nação judaica, que vieram em grande número

da Holanda para o Brasil e aí se fixaram. Eles fizeram em geral grandes negócios e, em comparação com os da nossa nação, em maior quantidade. Alguns compraram engenhos, outros construíram grandes casas no Recife e mantinham-se geralmente com o comércio, o que teria sido um grande bem para o Brasil se seus negócios tivessem ficado dentro das práticas comerciais comuns e não tivessem chegado a exorbitâncias e excessos.

Esses excessos (consistindo em parte em vender suas mercadorias a pobres agricultores portugueses por um preço três ou quatro vezes maior do que o justo valor das mesmas, cobrando às vezes por joias que vendiam até dez vezes mais do que valiam, e ainda estipulando juros nunca vistos de 3%, 4%, 5% e 6% ao mês) foram agora, entre outras causas, também um pretexto para a rebelião dos portugueses, não obstante terem eles prometido satisfazer tais compras e os juros, de tempos em tempos, com promissórias assinadas, cometendo fraude contra nossos editais, porque aquelas práticas foram repetidamente proibidas.[10]

Como os portugueses, os holandeses distinguiam a população indígena entre os brasilianos ou brasilienses, e os tapuias.

Os brasilianos, que são os mais antigos moradores e os primitivos senhores deste país, não vivem juntamente com os portugueses mas separados em suas aldeias, em casas feitas de palha ou pindoba, quarenta ou cinquenta deles em uma só palhoça comprida, com as suas mulheres e filhos. Aí permanecem dia e noite, deitados em suas redes. Uma família não está separada das outras nessas cabanas, mas sob as vistas de todos os que as habitam. Não possuem objetos domésticos, a não ser as redes onde dormem, algumas cabaças onde bebem, algumas panelas de barro onde cozinham e, finalmente, as suas armas, que são arcos e flechas. Em volta das aldeias, plantam suas roças de mandioca e de favas nativas com que se alimentam, além do muito que conseguem caçar, como sejam veados, porcos selvagens, tatus

e outros animais. Comem também muitos frutos que encontram nas matas. São todos muito dados a bebedeiras. Fazem uma beberagem com raiz de mandioca mascada e água, a qual, estando azeda, é servida. Também preparam uma bebida com o caju, na época da safra.

Não se mostram interessados em reunir riquezas ou outros bens; e por isso não trabalham nem para si próprios nem para outrem a fim de ganhar algum dinheiro, a não ser para ter o que beber ou para adquirir um pouco de pano para fazer camisas para as mulheres. Os homens usam roupa de algodão sobre a pele, geralmente sem camisa. Dinheiro de nada valeria para eles, se não fosse possível adquirir com ele aguardente e vinho de Espanha; somente o pano de algodão mas sobretudo a bebida os faz trabalhar. Por outra coisa não trabalhariam, mas fazem-no pelo pano de algodão. Vão para o trabalho como forçados e de má vontade, mas com aguardente consegue-se tudo deles. Têm em cada aldeia um capitão brasiliano e em cada casa, um principal, a quem obedecem de boa vontade, e que, se estão satisfeitos, poucas ordens lhes dão. Além do capitão brasiliano, foi posto em cada aldeia um capitão holandês que os rege a eles e aos seus principais; a sua maior atribuição é animá-los para o trabalho e dirigi-los na melhoria das plantações e conceder-lhes permissão para trabalhar para senhores de engenho, verificando que não sejam vítimas de engano e que o seu trabalho lhes seja pago. Empregam-se eles por períodos de vinte dias, de cada vez, recebendo por isso 8,5 varas de pano. Terminado o prazo, é muito difícil mantê-los no trabalho. A ocupação na qual são geralmente empregados é a de cortar lenha para os engenhos, a saber, cada um deles vinte medidas (aproximadamente outras tantas *vadem*),[11] o que eles nunca conseguem fazer no prazo de vinte dias, mas apesar disto recebem as suas 8,5 varas de pano. Entretanto, como os negros são poucos agora no país, os indígenas são mais procurados para o trabalho do que anteriormente, o que eles bem percebem e não querem aceitar trabalho algum se não se lhes paga adiantadamente; e tendo ocasião fogem e o senhor perde o seu pano. Em parte alguma estão os índios mais

satisfeitos do que quando vão à guerra, mas não têm escrúpulo de, quando têm vontade, desertar das fileiras como velhacos.

Reunimos uma tropa numerosa, de diversas aldeias, mas quando era preciso marchar se esquivavam aqui e ali da tropa, voltando para suas casas. Não nos foi possível mantê-los na mesma firme disciplina dos nossos soldados, se bem que recebessem soldo e ração, mas em quantidade menor que a dos nossos soldados. Eles podem prestar no exército diversos serviços a contento e bem que não sejam violentos com o inimigo, eles se fazem temer, visto que são cruéis e não concedem quartel. E quando o inimigo, pelo esforço dos nossos, é forçado à fuga, são eles os mais valiosos e temíveis perseguidores. Entretanto, entre eles se encontram muito bons soldados.

Há pouco conhecimento de Deus e do nosso Salvador entre os brasilianos, e não sabem senão nomear Deus e Jesus Cristo e sua Nossa Senhora, como chegaram a aprender com os padres. Sabem, entretanto, o Padre Nosso e o Credo e recitam-nos em sua língua; e nada mais. São poucos os que dão razões da sua fé e em que fundamentam a Salvação.

Para instruir essa gente simples e ignorante, era desejo que se apresentasse alguém que aceitasse estudar a língua usada por eles. A isto decidiu-se finalmente o predicante David Doorenslaer, para aplicar-se inteiramente ao estudo e tomar a seu cargo o ensino dos brasilianos, tendo sido designado predicante deles. Fixou residência nas aldeias Jaoque e Pindaúna, situadas próximas uma à outra, aldeias que agora se chamam Maurícia, na capitania da Paraíba, a qual é a mais importante de toda esta região. Dedica-se ele com toda a diligência a aprender a língua dos brasilianos, no estudo da qual já conseguiu muito progresso, realizando boa obra educativa e dirigindo-os. Vai de tempos em tempos de aldeia em aldeia, visitando-as e ensinando as crianças, batizando e casando.[12]

As relações entre os holandeses e os tapuias são tratadas abundantemente nas fontes neerlandesas,

cujas descrições da vida e da cultura tapuia são de grande riqueza etnográfica, como é o caso da narrativa de viagem de Rouloux Baro ou da "Breve descrição dos tapuias no Brasil", de autoria de Gerrit Gerbrantsz Hulck e publicada em Alkmaar em 1635. O que sobretudo deslumbrou os batavos foi o espetáculo da sua força e agilidade, como neste episódio narrado por Nieuhof.

> Os tapuias são muito fortes. Certa vez, o príncipe Maurício, estando de bom humor, quis experimentar a força e a agilidade dos indígenas em luta contra um touro bravio. Mandou então que trouxessem o animal para um recinto fechado onde dois tapuias, para isso escolhidos, deveriam enfrentá-lo. Houve grande afluência de curiosos para assistir o espetáculo. Em dado momento surgiram os dois tapuias inteiramente nus, sem outras armas que seu arco e flecha. Logo que o touro os percebeu, arremeteu-se contra eles que, extremamente ágeis, esquivaram-se das marradas e crivaram de flechas os flancos do animal. Urrando horrivelmente e espumando de raiva, o touro lançou-se de novo com todo furor contra os indígenas. Mais uma vez os tapuias se esquivaram, escondendo-se atrás de uma árvore existente no meio da arena, de onde continuaram a atirar seus dardos contra a fera até que, quando esta já se esvaía em sangue, um dos bugres saltou-lhe sobre o dorso e, tomando-a pelos chifres, atirou-a por terra. Ajudado por seu companheiro, matou o animal. A seguir, prepararam a carne, assando-a enterrada, segundo o costume selvagem, e com ela banquetearam-se em companhia dos demais tapuias presentes.[13]

Segundo Hulck, os tapuias eram

> um povo próprio para prejudicar seu inimigo quando posto em fuga, porque no correr são assim que ultrapassam um cavalo. Eles também são fortes em braços e pernas. Possuem uma arma feita de pau-brasil, plana em ambos os lados e da largura

de uma mão. Quando com isso acertam alguém, matam-no com uma pancada só. Também possuem armas de setas e azagaias, com as quais podem fazer muito dano quando estão em frente do seu inimigo. Quando ainda longe deles, conseguem atirar tão bem com essas [armas], que não falham. Quando têm alguém na mira, [o tal] mal pode escapar-lhes, e quem é atingido por essas [armas] com certeza logo morrerá, porque atiram para cima, de sorte que cai na cabeça da pessoa, de modo que geralmente não há meio de acudi-lo. Usam ainda machados quando em campanha contra seus inimigos; são de cabos compridos para tirar mais proveito. Eles não gostam de jeito nenhum das nossas armas [de fogo] que usamos, dizendo que são do diabo, e ficam com suas próprias armas. Quando vão contra o inimigo, não há nenhuma ordem, mas sim correm em confusão, ou fazem emboscadas com as quais causam muito dano aos seus inimigos, como aconteceu várias vezes.[14]

Rouloux Baro deteve-se nos seus contatos com Janduí, o chefe tapuia do Rio Grande do Norte, aliado dos holandeses.

Tendo ordenado a seus homens que guardassem o que eu lhe oferecera, levou-me alegremente para jantar com ele. Terminada a refeição, mandou reunir os rapazes, que lutaram uns com os outros na areia, e disse-me que assim fazia para dar-me as boas-vindas [...] Ao nascer o sol, o ancião ordenou às mulheres que fizessem farinha e aos homens que fossem à caça de ratos e voltassem logo após o meio-dia, a fim de correr a árvore. Obedeceram e entrementes dois tapuias trouxeram sobre suas espáduas dois troncos de árvores, de mais de vinte pés de comprimento. Tiraram-lhe a casca na chama do fogo e poliram a madeira toda em volta, sem deixar nenhum nó. E quando todo o povo regressou, cada qual pintou o corpo de diversas cores. Isto feito, aqueles que tinham apanhado ratos soltaram-nos na planície, depois parte deles carregou prontamente aqueles troncos, correndo com uma velocidade inigualável atrás dos ratos. Quando um deles parecia cansado,

outro o substituía sem retardar a corrida, que durou mais de uma hora. Depois de terminada, cada um que voltava contava como e de que modo perseguira, ferira e matara os ratos. O ancião Janduí correra com eles e era coisa maravilhosa ver um homem de mais de cem anos (segundo a opinião dos seus, de mais de 160) correr com tanta destreza.[15]

Embora não negassem a necessidade do trabalho escravo no Brasil, como aliás fez o próprio Nassau, os documentos holandeses são unânimes em verberar o tratamento dispensado aos africanos. Segundo Dussen, os escravos eram

de três espécies, segundo os respectivos lugares de procedência, a saber os de África, os vindos do Maranhão e os do próprio Brasil.

Os escravos brasilianos foram alguns que os portugueses diziam ter comprado há muito tempo aos tapuias, que os tinham aprisionado na guerra e que estavam condenados a ser mortos. Mas verificou-se que muitos deles foram capturados há muito tempo nas suas aldeias e levados para as casas dos portugueses e aí mantidos como escravos. A maioria deles são brasilianos que, ao tempo [da armada] de Boudewijn Hendrickszoon, reuniram-se à nossa gente na baía da Traição [Paraíba], e foram por ela depois abandonados e em seguida subjugados pelos portugueses, que mataram muitos, sendo os restantes tomados como cativos, os quais nós libertamos da escravidão, tornando-os de novo livres.

Os escravos do Maranhão foram lá resgatados aos seus inimigos, de que eram prisioneiros, e trazidos para o Brasil, como os negros de Angola, os quais foram considerados escravos legítimos pelo rei da Espanha, que permitiu serem negociados. Nós permitimos que continuassem na servidão, visto que dos brasilianos do Maranhão não recebemos qualquer benefício que criasse obrigações para nós.

A terceira parte de escravos são os conduzidos da costa d'África, dentre os quais os de Angola são considerados os

mais trabalhadores; os de Ardra são obstinados, maus, preguiçosos, sem iniciativa e difíceis de adaptar-se ao trabalho, mas os que entre eles são capazes, sobrepassam todos os demais em vivacidade e esforços, de tal modo que parece que os bons e os maus pertencem a nações diferentes. Por isto no tráfico em Ardra devem ser bem considerados, porque esse ramo mau faz os ardras pouco procurados. Além disto, revoltam-se contra os que os dirigem e muitos fogem para as matas e fazem muitas maldades; são audaciosos e valorosos, não respeitam ninguém. Os calabares ainda são menos estimados do que os ardras, de vez que deles não se consegue nem interesse nem coragem nem trabalho. Os negros da Guiné até Serra Leoa e do Cabo Verde não são muito trabalhadores mas são limpos e vivazes, especialmente as mulheres, pelo que os portugueses os compram para fazê-los trabalhar em suas casas. Os negros que até agora têm vindo de Sonho têm sido muito bons e é aconselhável incrementar o tráfico, tanto quanto possível, com essa região, por intermédio de Dom Paulo, conde de Sonho, e também com o reino do Congo, porque disto a Companhia tirará muita vantagem.[16]

O francês Pierre Moreau escandalizou-se com o tratamento dos escravos dos engenhos.

Quase receio exprimir o modo desumano e impiedoso que se usa para com esses desgraçados cativos, pois, ainda mais do que compaixão, desperta repulsa. Eram de tal forma torturados no trabalho assíduo que lhes era marcado, que, ainda quando o mesmo excedia suas forças, se algum deixasse, no tempo prescrito, de executar o que lhe havia sido determinado, era amarrado e garroteado na presença de todos os outros escravos reunidos e o feitor ordenava ao mais forte e vigoroso que desse sem interrupção no faltoso duzentas a trezentas chicotadas, desde a planta dos pés até a cabeça, de sorte que o sangue escorria de todas as partes. A pele, toda rasgada de golpes, era untada com vinagre e sal, sem que ousassem gritar ou se queixar, sob pena de receber o dobro. Algumas vezes,

segundo a gravidade da falta, este castigo, ou melhor, esta tortura era repetida dois ou três dias consecutivos.

Ao sair dali, eram presos encadeados em um lugar escuro e, no dia seguinte, mais submissos que uma luva, eram reenviados ao serviço, onde, em lugar de esmorecer, matavam-se de cansaço, nus como animais, seus corpos fundindo-se em suor. Sofriam pacientemente o ardor dos fornos que purificavam o açúcar e os tostavam vivos, sem ousarem retirar-se nem cessar de remexer o xarope com varas e grandes bastões. Para desviar as chamas e faíscas que se pegavam às suas peles e as tisnavam, não podiam fazer outra coisa senão sacudir-se. A própria alimentação lhes era negada e apenas se lhes repartiam alguns pedaços de terreno, nos quais, durante o tempo limitado de seu repouso (pois faziam-nos substituir de doze em doze horas), semeavam ervilhas, favas e milho ou trigo da Turquia e permutavam sua garapa (bebida que fazem com água que jogam sobre o bagaço das canas-de-açúcar quebradas, quando saíam da prensa) por raízes e farinha de mandioca, que lhes serve de pão e lhes era fornecida pelos escravos do lavrador, que se juntavam para fazê-lo e viviam deste modo.

Quando ficavam doentes, recebiam menos cuidados que os animais. Se alguém matava escravo que não era seu, quitava-se mediante o pagamento ao senhor, do preço em que ele era calculado; e contra tal ato só havia ação civil. Quando morriam os escravos, a única cerimônia consistia em amarrar-lhes o corpo a um varal em três ou quatro lugares; dois de seus camaradas carregavam o cadáver sobre as espáduas e iam jogá-lo no mar ou em algum rio. Era-lhes impossível libertar-se de tão detestável servidão, porque, se pensassem escapar e fossem reconhecidos pelas marcas de seus senhores, impressa em vários lugares de seu corpo com um ferro em brasa, em vez de encontrar refúgio eram reconduzidos aos donos e tratados como foi dito. Por outro lado, quando conseguiam sublevar-se, não havia crueldade comparável a sua, e e impossível descrever exatamente a maneira por que, vagarosamente,

> tiravam a vida dos que os haviam assim atormentado, como se viu acontecer em várias ocasiões.[17]

O relatório de Hamel, Bas e Bullestrate admite o pequeno progresso feito pelos ministros calvinistas no tocante à conversão dos africanos.

> Com relação aos negros que moram com os holandeses, para trazer-lhes o conhecimento de Cristo há bom trabalho a fazer, mas há um impedimento (mesmo se houvesse um predicante apto, que pudesse ensinar-lhes em sua língua, o qual até agora ainda não foi encontrado) e é que cada qual os emprega para trabalhos em casa ou outros, sem lhes dar tempo para frequentar a escola. Para sermos breves, somos de opinião que nada se deve esperar quanto à religião nem dos portugueses nem dos brasilianos nem dos negros enquanto a língua portuguesa predominar sobre a holandesa. Mas se esta predominar, por meio da emigração ou outro meio e se mantiver esse predomínio, certamente se poderia esperar que todos se aplicariam a viver segundo nossa religião, nossos costumes e nossos hábitos.[18]

A formação de um quilombo nos Palmares precedeu a ocupação holandesa, mas os anos da guerra de resistência permitiu-lhe crescer perigosamente para a segurança das populações da área canavieira. Barleus reportou as providências tomadas ao tempo do governo de Nassau.

> Resolveu-se também destruir os quilombos dos Palmares, para onde se dirigia uma aluvião de salteadores e escravos fugidos, ligados numa sociedade de latrocínios e rapinas, os quais eram dali mandados às Alagoas para infestarem as lavouras.
>
> Os Palmares são povoações e comunidades de negros. Há dois desses quilombos, os Palmares grandes e os Palmares pequenos. Estes são escondidos no meio das matas, às

margens do rio Gungouí, afluente do célebre Paraíba. Distam de Alagoas vinte léguas e da Paraíba, para o norte, seis.[19] Conforme se diz, contam 6 mil habitantes, vivendo em choças numerosas mas de construção ligeira, feitas de ramos de capins. Por trás dessas habitações, há hortas e palmares. Imitam a religião dos portugueses, assim como o seu modo de governar: àquela presidem os seus sacerdotes e ao governo, os seus juízes. Qualquer escravo que leva de outro lugar um negro cativo fica alforriado, mas consideram-se emancipados todos quanto espontaneamente querem ser recebidos na sociedade.

As produções da terra são os frutos das palmeiras, feijões, batatas-doces, mandioca, milho, cana-de-açúcar. Por outro lado, o rio setentrional das Alagoas fornece peixes com fartura. Deleitam-se aqueles negros com a carne de animais silvestres, por não terem a dos domésticos. Duas vezes por ano, faz-se o plantio e a colheita do milho. Colhido este, descansam catorze dias, entregando-se soltamente ao prazer. A esses Palmares se vai margeando a Alagoa do Norte. Certo Bartolomeu Lins vivera entre eles para que, depois de ficar-lhes conhecendo os lugares e o modo de vida, atraiçoasse os antigos companheiros e servisse de chefe da presente expedição.

Os chamados Palmares grandes, à raiz da serra Behé, distam trinta léguas de Santo Amaro. São habitados por cerca de 5 mil negros, que se estabeleceram nos vales. Moram em casas esparsas por eles construídas nas próprias entradas das matas, onde há portas escusas que, em casos duvidosos, lhes dão caminho, cortado através das brenhas, para fugirem e se esconderem. Cautos e suspicazes, examinam por espias se o inimigo se aproxima. Passam o dia na caça e, ao entardecer, voltam para casa e se inquietam com os ausentes. Espalhando primeiro vigias, prolongam uma dança até a meia-noite, e com tanto estrépito batem com os pés no chão que se pode ouvir de longe. Dão ao sono o resto da noite e dormem até as nove ou dez horas da manhã.

O caminho destes Palmares é do lado das Alagoas. Encarregara-se um tal Magalhães, morador nas Alagoas, de comandar uma expedição contra estes Palmares, mas deveria

> ser tentada só em setembro, porque, adiantando-se o estio, há falta d'água. Assim calcularam os holandeses que poderiam subjugar aquelas populações com uma força de trezentos soldados, armados de mosquetes e espingardas, cem mulatos e setecentos índios guerreando com as suas próprias armas. Os petrechos bélicos eram machados, enxadas, bipenes, facões, que serviriam para abrir e aplainar os caminhos, fora os instrumentos empregados nas nossas guerras. Prometiam-se recompensas aos índios, único meio de animá-los para o perigo. Entretanto, a rebelião de São Tomé e os aprestos de Brouwer, que ia partir para o Chile, fez fracassar esta expedição traçada pelo conde e pelo Conselho.[20]

A um alemão, *peintre du dimanche*, devem-se excelentes perfis antropológicos de indígenas, africanos e mestiços. Natural de Dresden, Zacharias Wagener (1614-68) seguiu para Hamburgo em 1633, passando depois a Amsterdã, onde, segundo relata na sua autobiografia, "me deixei ficar quase um ano em casa do famoso livreiro Wilhelm Janson Blau". Em 1634, aceitando-lhe os conselhos, Wagener partiu para o Brasil como simples soldado. No Recife, logo foi promovido a secretário de uma companhia da guarnição do forte Ernesto, ingressando posteriormente como dispenseiro no serviço do conde de Nassau, a quem acompanhou no sítio da Bahia e em viagens pelo interior do Brasil holandês. Wagener retornou à Alemanha em 1641. Viajou depois pelo Oriente, inclusive pelo Japão, demorando-se ali nada menos que 28 anos. Seu *Zoobiblion* ou *Livro de animais do Brasil* constitui uma coleção de aquarelas da flora, da fauna e dos tipos humanos do

Brasil. Às imagens, Wagener acrescentou seus comentários.

Homem brasiliense. Os brasilianos são de estatura mediana, assaz membrudos, de cor amarelada, cabelos negros e pouca barba. Não têm em grande conta belos trajes ou alfaias domésticas, preferindo sobretudo boas flechas e arcos. Vivem com muita simplicidade e satisfazem-se com o que conseguem caçar de véspera. Os espanhóis (sic), depois de se apoderarem do seu território, pretenderam sujeitá-los igualmente ao seu domínio e jugo (como os pobres negros), pelo que empregaram todas as violências contra esta gente nua e mísera, passando muitos a fio de espada, a outros prendendo, torturando, estrangulando e queimando, ou usando ainda de outras atrocidades. Mas, apesar de tudo, nunca (por mais horrível e barbaramente que fossem tratados) se deixaram submeter e subjugar, resistindo obstinadamente e mantendo, até hoje, a sua liberdade e independência. Existem agora, entre os nossos, algumas companhias deles bem exercitadas no manejo de mosquetes e espingardas, servindo com prazer contra os espanhóis, pois lhes guardam vivo rancor pelas carnificinas e deslealdades de que foram vítimas. São considerados soldados resolutos, firmes e fortes, acometem os seus inimigos com clamores estranhos e se conservam sempre alegres e bem dispostos, apesar de sua pobreza e desventura. Alguns eclesiásticos tentam convertê-los, com grande esforço e trabalho, do seu paganismo, instruindo-os com muito zelo nos preceitos do Cristianismo, em suas próprias aldeias.[21] Mulher brasiliense. As mulheres são de estatura baixa e grossa, de bonito talhe e andam muito eretas; os seus longos cabelos negros trazem-nos habitualmente em tranças, que lhes pendem por sobre o dorso nu. Deixam-se desposar aos doze, treze ou catorze anos, geram muitos filhos e alcançam idade avançada. São muito fiéis aos seus maridos e os acompanham às guerras, carregando os filhos, cachorros e também cestos e sacos, como as mulas, sem se preocuparem com o calor e a chuva, suportando todas as fadigas. Caso, chegando ao campo ou a

um lugar onde pretendam pernoitar ou passar alguns dias, ali consigam obter aguardente ou qualquer outra bebida forte, tratam de comprá-la em grande quantidade. Reúnem os homens, sentam-se todos em roda, colocando a cachaça no centro e tocam a beber desmedidamente. De quando em vez, alguns entoam bárbaras canções, até que todos se levantam e, de mãos dadas, começam a dançar. É tal o seu gosto pelas danças que passariam dias e noites a bailar e pular sem interrupção, se não os prostrasse o cansaço, sendo a embriaguez a maior vergonha dessa pobre gente, motivo pelo qual atualmente os oficiais não mais lhes permitem o uso diário de bebidas fortes.[22] Homem tapuia. São extraordinariamente altos, fortes e corpulentos estes homens selvagens, morenos, de longos cabelos negros. Andam completamente nus e sabem recolher para dentro do corpo o membro viril, prendendo a parte saliente com uma pequena ligadura. Costumam adornar principalmente as cabeças e as armas com lindas plumas multicores. É gente de todo cega e ignorante, nada sabendo de Deus nem de sua Divina Palavra. Honram, servem e adoram o demônio, com quem têm grande afinidade, a ele recorrendo e interrogando-o sobre todo o passado e o paradeiro de seus velhos amigos, bem como sobre o que está para acontecer, isto é, se alcançarão ou não vitória sobre seus inimigos. E o que é pior, alguns há que trazem morcegos pendentes das orelhas e são denominados "esconjuradores". Estes se deixam muito voluntária e alegremente possuir e invadir pelo espírito maligno e começam a proferir blasfêmias, profecias, mentiras e imposturas, peçonhentas e sacrílegas, que, entretanto, são piamente acreditadas pelos parvos circunstantes.

Aos sete ou oito anos de idade, abrem-lhes nas orelhas grandes buracos em que são colocados "botoques" de madeira, da grossura de um dedo, com o que buscam manifestar estarem aptos a seguir para as lutas. Quando um deles contrai matrimônio, compete ao amigo mais íntimo fazer-lhe orifícios nas bochechas e neles colocar uns pauzinhos brancos, e também outro no lábio inferior em que metem uma pedra azul. A sua lei os autoriza a tomarem quantas mulheres queiram,

mas se acontece de alguma ficar doente, estéril, velha demais ou sem força, a desdenham pelas mais jovens e não a procuram mais, assim como abominam toda a prostituição.

Ao seu rei, chamado Janduí, prestam grande obediência, acatando, cumprindo e temendo a sua palavra. Mas ao rei compete ser o primeiro na peleja, do contrário perde todo o prestígio. Sabem lançar com extrema destreza os seus agudos e pesados dardos, por meio de certas pranchetas, contra o alvo que desejam alcançar. Contra o inimigo em fuga não usam disparar os dardos, mas se valem de pesados espadões de madeira preta. Correm com velocidade incrível, saltam inteiramente nus por entre espinhos e cardos, lançando horrendos brados, e acometem assim furiosamente os contrários, derrubando-os entre danças e cantares, e logo regressam com grandes berros para o meio dos seus, invocando incontinente o demônio, a quem participam, sem demora, as peripécias do combate.[23]Mulher tapuia. As mulheres tapuias são grossas e gordas, de cabelos curtos, andam, como os homens, completamente despidas, sendo, porém, mais pudicas e recatadas, porquanto, apreciando o "belo avental" verde, por Eva desdenhado, revestem-se com ele duma maneira especial, anterior e posteriormente, usando mais destas cintas de verdura do que de quaisquer outros bens, decerto com receio de que os cegos se deixem inflamar pelos seus grosseiros atrativos. No mais, vivem entre si, como já foi dito, pior do que os irracionais. As suas habitações são toscas e feias. Não permanecem por muito tempo num mesmo lugar, mas vagueiam nas imediações acima e abaixo, em busca de toda a sorte de raízes estranhas, grandes serpentes e muitos pássaros selvagens para alimento dos seus estômagos famélicos.

Quando acontece de morrer alguém entre eles, seja homem ou mulher, não sepultam o cadáver, mas o cortam e dividem em muitos pedacinhos, parte dos quais devoram crua e parte assada, alegando que o seu amigo fica mais bem guardado dentro do seu corpo do que no seio da terra negra. Os ossos restantes são amolecidos ao fogo, reduzidos a pó, misturados

sob esta forma com outros alimentos e assim ingeridos. Encontram-se entre esses antropófagos cobras peçonhentas, chamadas "cobras verdes", e os que por elas são picados morrem em pouco tempo. Os portugueses, que conhecem bem essas cobras, acreditam que todo o corpo da pessoa mordida fica impregnado do veneno da serpente. Isto, porém, não impede os tapuias de se aproveitarem do cadáver, como acima ficou dito, dividindo-o entre si e devorando-o alegremente, sem experimentarem qualquer incômodo.

O que, porém, é verdadeiramente horrível e a muitos deve parecer abominável é o hábito que têm de, quando nasce uma criança morta, a mãe logo a despedaçar e a ir comendo o mais depressa possível, sob o pretexto de que era seu filho, saído do seu ventre, e que, portanto, em parte alguma ficaria mais bem guardado do que voltando para o mesmo. No entanto, o marido se mostra muito sentido e debilitado, deita-se na rede, faz-se servir e tratar pelas mulheres, permanecendo assim seis, sete, oito ou mais semanas de resguardo pela esposa.[24]Homem negro. Da África, dos territórios vizinhos e confinantes de Guiné, Angola, Cabo Verde, rio Congo e outros mais, são trazidos os negros para o Brasil. Nas mencionadas regiões de que são naturais, sustentam eles grandes guerras entre si, usando de espadas, escudos e longas azagaias. Os que são vencidos na peleja e subjugados, segundo antiga praxe, passam a pertencer aos vencedores na qualidade de escravos. Desta forma, alguns negros chegam a possuir trinta, quarenta, cinquenta e mais nativos, aos quais obrigam a acompanhá-los em suas expedições guerreiras ou empregam em quaisquer trabalhos. A maioria, porém, é vendida aos portugueses ali residentes, e por estes novamente aos nossos, que os trazem às centenas para o Brasil, a fim de negociá-los por alto preço com os ricos senhores de engenho. Por estes são tratados muito miseravelmente, recebem pouco alimento e são forçados a trabalhar sem descanso nas moendas e nos canaviais, mal se lhes deixando tempo para respirar e não lhes sendo permitido o uso de armas de qualquer natureza, exceto certas maças de

madeira, denominadas "canodzen" [?], por eles conduzidas na cintura aos domingos quando vão dançar.

Dessa forma e de outras semelhantes, torna-se mister domar e humilhar esses negros, se se quer deles obter trabalho e boa vontade, pois são, por natureza, muito teimosos e obstinados. Vi muitos, por faltas cometidas, serem severamente castigados, isto é, suspensos pelos pulsos a um poste e os corpos nus terrivelmente açoitados por chibatas. No entanto, não pediam misericórdia nem prometiam corrigir-se, mas cerravam os dentes e deixavam que lhes lacerassem à vontade os negros dorsos. Seu modo de viver é comparável ao dos tapuias, não se importam com o futuro e cuidam somente de encher bem as suas panças aqui na terra. Têm, contudo, esperança duma vida melhor, porquanto, ao sepultarem algum dos seus parceiros, fazem-no com estranhas cerimônias e muita gritaria. Sentam-se em derredor da cova e perguntam ao morto, cantando em coro: "Ei, ei, ei, por que morreste? Ei, ei, ei, faltou-te pão, farinha, fumo ou cachimbo?". Em seguida a essas perguntas ociosas, atiram para dentro da sepultura pedaços de fumo e toda a casta de raízes, a fim de que o finado possa continuar a saboreá-los na outra vida. E voltam do enterro cantando e dançando. Os nascidos aqui no Brasil são chamados *crioulos*, doutrinando-os os portugueses na crença católica, e os neerlandeses, na calvinista.[25]Mulher negra. Não são de talhe menos esbelto e bem proporcionadas do que os homens as mulheres negras. Nem por isso, porém, são poupadas, tendo que, da mesma maneira que os homens e crianças, trabalhar exaustivamente nos engenhos e nos canaviais. Há algumas dentre elas que conhecem bem o dinheiro espanhol ou holandês. Mandam-nas então os donos à rua, a fim de venderem galinhas, pássaros, peixes secos e toda a sorte de magníficas frutas, tudo bem contado. Mas se a negra não é bastante ladina e aceita dinheiro falso, ou, de volta à casa, deixa de dar conta ao senhor do valor de um soldo que seja, é na mesma hora amarrada e cruelmente fustigada. Por este motivo, preferem ser empregadas em outros serviços mais penosos a se ocuparem nessa perigosa mercancia.

Os nossos, bem como os portugueses, deliberaram recentemente aplicar em todos, sejam homens, mulheres ou crianças, determinados sinais ou marcas, impressas com ferro em brasa no peito ou no ombro. Primeiramente, porque devido à sua cor negra são muito fáceis de confundir uns com os outros; e, em segundo lugar, porque quando fogem dos seus senhores, o que sucede com frequência, os indivíduos encarregados de persegui-los, chamados "mestres de campo" (sic), tanto que os prendem, logo reconhecem a quem pertence e, amarrando-lhes as mãos atrás das costas, vão entregá-los, mediante certa gratificação fixa, aos seus primitivos senhores, que os acolhem e lhes dão as boas-vindas com rijas chibatadas.[26]

Mulato. Aos indivíduos gerados do coito de negras com portugueses, chamam-nos mulatos, que estão condenados (como os demais escravos) a passar a vida em pesado cativeiro. Há alguns, porém, mais felizes, aos quais, por amor dos seus lascivos pais, é concedida a alforria, que se procede da seguinte maneira: quando um português ou neerlandês tem relações carnais com alguma escrava pertencente a um seu vizinho ou amigo, e esta dá à luz, tal fato é muito bem-visto pelo senhor da negra, o qual conserva a mãe junto com o filho, manda criá-lo e tratá-lo um pouco melhor do que os turcos aos cristãos. Se, porém, o pai se compadece da miséria e desgraçada condição do seu próprio filho, tem de comprá-lo, por bom dinheiro, ao vizinho, e, dessa forma, passa a criança do cativeiro para a liberdade. Depois de crescidos, são muito requisitados para o serviço da milícia, manejando com destreza todas as armas, com especialidade as espingardas, caçando diariamente pássaros e outros animais silvestres. É certo que, sob o pretexto de passarinhar, costumam emboscar-se no mato para assaltar os transeuntes, o que é bastante sabido e manifesto tanto entre os portugueses como entre os nossos, e por isso são geralmente tidos como uns velhacos muito ruins, falsos e traidores. Sua Excelência [isto é, Nassau], considerando que procedem de sangue cristão, pretendeu, a princípio, dar liberdade a todos eles, mas, informado depois de

seu péssimo e desleal comportamento, teve escrúpulo em fazê-lo.[27]

Mameluca. Do conúbio ilícito de mulheres brasilienses tanto com portugueses como com holandeses, nascem muitos destes bastardos, entre os quais, não raro, se encontram formosos e delicados tipos, quer de homens quer de mulheres. Estas, de ordinário, durante a semana, trajam longas camisas brancas de algodão, mas aos domingos e dias de festa enfeitam-se mui garridamente à moda espanhola, adornando o pescoço, as orelhas e as mãos com corais e pedras falsas em profusão. Muitas, devido ao seu porte airoso, passam por donzelas espanholas. Os homens são inclinados a toda a sorte de profissões lícitas, e se deixam aproveitar com vantagem no nobre mister das armas. As mulheres casam com frequência entre a gente da sua casta. Na maioria, porém, são muito honestas e legalmente cobiçadas para esposas legítimas por portugueses, às vezes bastante ricos, e também por alguns neerlandeses abrasados de paixão. Em suma, os espanhóis e portugueses, os brasilienses e tapuias, os mulatos e mamelucos, vivem quase todos entre si, à moda das impuras bestas lascivas, não obstante aqueles que se dizem cristãos terem bem visível e presente os sinais da ira e os notáveis castigos de Deus contra essa vida licenciosa e sodomítica, permitindo que, há alguns anos, os nossos se apoderassem à mão armada das suas grandes e fortes cidades, saqueando, destruindo e incendiando as suas igrejas, conventos e outros belos edifícios, expulsando os portugueses, com suas mulheres e filhos, e impelindo-os para regiões completamente desertas e selvagens. Tendo eles, porém, conseguido refazer-se, com o auxílio de outros, dentro de poucos anos, logo esqueceram as desventuras passadas, voltando à prática dos antigos pecados, caindo nos braços de abominável luxúria em que se acham presentemente mergulhados, e onde, decerto, permanecerão até que Deus onipotente dê fim não só a eles, como também e a todos aqueles que tão prontamente olvidam as suas paternais admoestações. E com isso fique dito dos estranhos povos do

Brasil tudo o que, de acordo com a verdade, pôde ser aqui descrito e representado.[28]

13.
A economia do Brasil holandês

As fontes coevas, tanto holandesas como luso-brasileiras, proporcionam excelentes descrições do processo de fabricação do açúcar. Reproduz-se aqui em seguida a descrição, sucinta e objetiva, que se contém no relatório de Adriaan van der Dussen.

> O açúcar obtém-se do modo seguinte. O senhor de engenho arrenda as suas terras a diversos lavradores, com a condição de plantarem nelas cana-de-açúcar para entrega ao engenho, nas safras, de um determinado número de tarefas de cana. Cada tarefa representa o que um engenho pode moer em um dia e uma noite, isto é, em um engenho de bois entre 25 e 35 carros de cana e em um engenho d'água, entre quarenta e cinquenta carros. O lavrador obriga-se a plantar cana, com a ajuda ou não do senhor de engenho, conforme a condição do contrato. A cana uma vez plantada tem a duração igual à da existência humana e não precisa ser replantada senão aqui e ali, onde morre uma soca, a menos que ocorra uma queimada durante o verão ou a seca de um rio. O canavial, às vezes, por isto, cresce pouco, quando não perece de todo; e então tem de ser inteiramente replantado.
>
> Além disto, o lavrador tem de zelar pelo seu canavial e limpá-lo duas, três e quatro vezes por ano, porque se deixar crescer ao lado da cana mato daninho, toda a plantação fenece. Também se ele não tiver cuidado e deixar de retirar do canavial as ervas em tempo oportuno ou deixá-las abafar as socas, então o canavial não produzirá um bom açúcar branco, mas muito do mascavado e pouco ou nenhum panela. O lavrador obriga-se ainda a mandar cortar, por sua gente, a cana e a conduzi-la em seus carros para a moenda. O açúcar produzido é dividido com o senhor de engenho segundo o caso: os

lavradores que possuem terras e partidos próprios e que podem moer a sua cana onde melhor lhes convier, a divisão do açúcar geralmente é feita metade e metade; os que plantam em terreno pertencente ao senhor de engenho dividem alguns na proporção de 1/3 para o lavrador e 2/3 para o senhor de engenho, quando as terras são férteis e próximas do engenho, e por isto o lavrador tem pouca despesa. Para a maioria, a divisão faz-se na base de 2/5 para o lavrador e 3/5 para o senhor de engenho.

O lavrador necessita para o trato de um partido (com o que se obriga a levar à moenda quarenta tarefas por ano) de vinte negros, com os seus utensílios (enxadas, foices, machados), quatro, seis ou oito carros conforme o canavial seja longe ou próximo do engenho (e sendo muito longe, ainda aluga comumente alguns carros). Para cada carro, são necessários, pelo menos, quatro bois; para dois carros, seis bois (a fim de que se possa revezá-los). Tendo o lavrador recebido a sua parte do açúcar fabricado, ainda tem que despender com panos para secá-lo e com caixas, pregos e carpinteiros para encaixá-lo e ainda com o frete para levá-lo para o mercado ou para o lugar conveniente.

O senhor de engenho, tendo feito, com muita despesa, a sua moenda movida a água ou a boi, para onde a cana é levada; tendo feito a casa das caldeiras (onde se acham quatro, cinco ou seis tachos grandes de cobre e três ou quatro menores) com os seus apetrechos: colheres, escumadeiras, bicas, bacias etc.; a casa de purgar ou de refinar (onde o açúcar é separado do mel) com as suas andainas, lanças e correntes, tanques, bicas ou grandes tachos onde o [açúcar] panela é posto a ferver, e muita ferragem mais, adquirida a alto preço (como já foi dito) — o senhor de engenho, dizíamos, recebe a cana na moenda e fá-la funcionar com a sua própria gente, leva o caldo a ferver na casa das caldeiras até o ponto conveniente, expurgando-o o mestre de açúcar com cuidado, fazendo-o temperar e beneficiar por outros oficiais, até que tome a consistência e se transforme em açúcar. Passando dos tachos grandes para os pequenos e já com consistência, é posto no tacho frio até que a sua elevada

temperatura diminua, a fim de ser posto em formas de barro já prontas para isso e onde é muito misturado. Depois de frio e solidificado o açúcar, essas formas são levadas no dia seguinte para a casa de purgar.

No espaço de 24 horas, produz um engenho de bois vinte a trinta formas; num engenho de bois duplo [isto é, de moenda dupla], quarenta, cinquenta ou sessenta; num engenho d'água, quarenta, cinquenta, sessenta ou setenta e mais formas, desde que o engenho seja capaz de moer muita cana e se esta for rica em açúcar, o que depende, como já ficou dito, do tempo e dos cuidados no cultivo. A forma comporta uma arroba de açúcar se este for mais ou menos bom; se for inferior, menos. O melhor açúcar pesa mais e uma forma chega a ter quarenta e mais libras, até cinquenta e sessenta.

Na casa de purgar, encontram-se as prateleiras onde as formas se adaptam e ficam em descanso. Em cada prateleira, colocam-se de dez a doze formas, havendo oito a dez prateleiras uma ao lado da outra, debaixo de cada uma das quais estão os receptáculos para o mel. A esse conjunto, chama-se andaina. Assim, cada andaina comporta cerca de cem formas e na casa de purgar há vinte, 25 e trinta andainas, permitindo o depósito de 2 mil a 3 mil formas.

Aí fica depositado o açúcar de seis a oito dias em descanso, após o que é batido com um martelozinho até que fique macio, derramando-se por cima argila muito fina, a qual, infundindo vagarosamente a sua umidade e atravessando o açúcar, faz com que o açúcar de qualidade se vá formando e o mel vá escapando mais facilmente por baixo, através de um furozinho existente na parte inferior da forma. Quando a argila se solidifica é retirada, colocando uma segunda, sendo que alguns açúcares exigem uma terceira para ficar inteiramente alvo. Livre o açúcar do seu mel, é trazido para fora da casa de purgar e, retirado das formas, é posto a secar ao sol sob panos estendidos, separando-se então o açúcar que ainda se encontra misturado ao mel. A isto chamam os portugueses "mascavar", com o que querem dizer que tiram a máscara

parda do pão de açúcar; e daí chamarem também o açúcar pardo de "mascavado".

Separado o açúcar alvo do mascavado, cada um sobre o seu pano, são pilados em pequenos pedaços para secar melhor; e estando seco (o que se dá com a exposição durante o tempo em que brilha o sol num só dia), o lavrador, o senhor de engenho e o contratador da cobrança do dízimo tratam de pesar rapidamente o que compete a cada um e colocam-no em caixas bem secas. O mel que escorre desse primeiro açúcar é todo de propriedade do senhor de engenho; e também o sumo que provém de canas fortes e sumarentas, com o que se prepara ainda algum açúcar branco, o chamado *blanco mellis*; além disso, ainda obtém bom açúcar panela.

O mel que resta do *blanco mellis* e do panela é entregue aos negros para fazer garapa, quando o engenho não está moendo, porque quando o engenho está moendo eles fazem garapa da escuma. Dá-se, também, garapa para os cavalos, ao gado e aos porcos, que engordam com isso, de modo que do sumo da cana nada se desperdiça.

O senhor de engenho tem que construir à sua própria custa todos os prédios do engenho, a saber: a casa de moenda, a casa das caldeiras, a casa de purgar, a olaria etc. Tem que pagar o salário dos oficiais que dirigem a moenda, a plantação, os negros e os bois. Necessita ainda ter quarenta, cinquenta, sessenta ou setenta negros e trinta a quarenta bois, dez a doze carros, todos os utensílios e muitas outras coisas que seria longo referir aqui; o que fica acima é a parte principal. Além disto, precisa ter as terras de cana necessárias, mata para fornecer lenha, pastagens, barreiros para o trabalho de olaria etc.[1]

Vem em primeiro lugar o cozimento do caldo da cana, de que se faz o açúcar, e tudo a que isso se prende. Há muitos carpinteiros, pedreiros, ferreiros, caldeireiros, oleiros, também alfaiates, sapateiros, seleiros, ourives e uns poucos tecelões, que fiam algodão. Os carpinteiros, pedreiros, ferreiros,

> caldeireiros ganham, pelo menos, três florins por dia e os mestres [de açúcar], quatro e cinco.
>
> A gente que não serve nos engenhos ocupa-se, além do seu ofício, se algum pode ter, com o plantar mandioca ou outros frutos da terra, tabaco ou coisa semelhante. Outros começam a estabelecer-se nestes arredores para plantar legumes e toda a sorte de sementes holandesas, algumas das quais se desenvolvem, como alface, rábano, pepino, nabo, agrião e todos os vegetais indígenas, como abóboras, melões, melancias, milho etc. Sendo o mantimento geralmente mais caro no Brasil, e sobretudo no Recife, do que algum outro lugar do mundo, serve isto de maior estímulo ao povo para tudo semear e plantar.[2]

O pau-brasil, como mencionado, era monopólio da WIC, que o adquiria no interior aos então chamados "brasileiros", que o cortavam e transportavam para os portos. A atividade concentrava-se especialmente na mata do Brasil, a região situada a oeste dos engenhos de açúcar. Eis o que reportava Adriaan Verdonck em 1630.

> Há ainda um lugar muito grande e habitado, chamado Mata do Brasil, o qual está situado a cerca de nove ou dez milhas ao sul de Pernambuco para o interior. Ali moram muitos camponeses que fazem considerável porção de pau-brasil com os seus negros e brasilienses, sendo ali livre o corte do pau-brasil, e cada um pode tirá-lo onde quiser. Depois de limpo é trazido em carros para um lugar de nome São Lourenço [...] onde é vendido aos contratantes do rei, que dão por cada 128 libras ou quatro arrobas, ordinariamente, de um cruzado a 450 ou 480 réis. E ainda assim o pagamento é quase sempre feito em mercadorias, por preços 100% acima do seu valor, sendo que o negócio só pode ser feito desse modo, porque ninguém pode comprá-lo, sob grandes penas, senão unicamente eles.[3]

Van der Dussen também se ocupou da exploração do pau-brasil no seu relatório.

> O pau-brasil, que é a fonte de renda que se segue ao açúcar, cresce geralmente a dez, doze e mais milhas para o interior, mas não forma bosques, achando-se nas matas fechadas uma árvore aqui, outra ali, onde são mandadas cortar pelos portugueses, quando os seus negros têm tempo vago e não têm em que os empregar. Lá se arranca a casca branca que recobre o tronco e que tem quase três dedos de espessura, e às vezes mais, pois somente o miolo da árvore é vermelho e possui valor corante, além da casca superficial, como têm todas as árvores e que nela é nodosa e áspera. Tem muitas folhas, que são pequenas e pontudas, em galhozinhos delgados, verde-escuras, insertas com regularidade. Não dá flor nem fruto, parecendo que se reproduz por meio das raízes.[4]

A exploração irrestrita do pau-brasil causou, aliás, preocupações entre os administradores holandeses, como explica o relatório de Hamel, Bas e Bullestrate.

> Quando começamos a conquistar essas terras, achamos nas matas em vários pontos boas quantidades dessa madeira já cortadas pelos portugueses, as quais foram vendidas pelos proprietários à Companhia e esta as exportou. Desde então vem sendo cortado, de tempos em tempos, tanto por nós quanto pela nação portuguesa e recentemente foram fornecidas grandes quantidades à Companhia, quer pelos devedores desta, quer por outros. E porque verificamos que nisso havia excessos e que foram cortados também os rebentos sem exceção, de modo que dentro de pouco tempo os troncos das árvores seriam destruídos, tomamos providências, por meio de editais, para que a extração de madeira possa continuar sempre com proveito para a Companhia.[5]

No seu relatório final apresentado em 1644, Nassau chamou a atenção para os riscos da

exploração indiscriminada do pau-brasil e de outras madeiras.

> Creio também que é malfeita a exploração das madeiras do Brasil, pois não se dispôs nada sobre a quantidade nem sobre a qualidade das que se deveriam cortar, quero dizer, quantas e quais árvores conviria cortar, procedendo nós em contrário do que faziam os administradores do rei da Espanha. A estes, não era permitido talhar mais de 10 mil quintais. Veem-se os nossos derrubar árvores sem lei nem medida, mesmo as novinhas, ainda não crescidas, de sorte que é mister proibir este comércio por destruir-se nos germes a esperança de novas árvores. Não se remediará esse mal, senão ordenando severamente que se abstenham de abater as mais tenras e de cortar excessivamente as crescidas.[6]

Os problemas de abastecimento do Brasil holandês, sobretudo no tocante à farinha de mandioca e à carne, não foram jamais resolvidos pelo governo holandês, a despeito das suas tentativas de obrigar os proprietários rurais a plantarem determinado número de covas. Na realidade, o problema se agravou em função do aprovisionamento da tropa de terra e mar, sobretudo a partir de 1641 com as expedições de conquista do Maranhão, de Luanda e de São Tomé. Veja-se o que em 1639 afirmava Adriaan van der Dussen:

> E se bem que a falta de todos os outros víveres seja difícil de suportar, a falta de farinha [de trigo] foi a que causou maior indignação. Suportamo-la por muito tempo e tivemos de procurar uma solução para isto. Taxamos os moradores de todo o Brasil em certa quantidade de farinha de mandioca a ser entregue, toda semana ou quinzenalmente, aos nossos comissários em cada guarnição. Assim poupamos por muito

tempo a farinha de trigo. Mas quando esta terminou de todo e tivemos de sustentar todos os nossos homens com farinha de mandioca, sobreveio uma terrível falta desta última. E como a necessidade era grande, fizemos registrar todas as roças de todos os moradores, com a indicação de há quanto tempo haviam sido plantadas, ordenando-se que todas as que tivessem mais de oito meses fossem arrancadas para o preparo da farinha e esta entregue à Companhia ou aos comissários, por cada mil covas, tantos alqueires de farinha, que eram determinados segundo a fertilidade do solo em que estavam plantadas.

Essa farinha de mandioca também não pudemos pagar em dinheiro: tivemos de entregar aos fornecedores vales que em quaisquer pagamentos teriam o mesmo valor de dinheiro, sob todos os pontos de vista. Obrigamo-nos a aceitar esses vales ou em encontros de contas ou a trocá-los por dinheiro corrente quando a tesouraria estivesse provida. Entretanto, já estávamos de novo no fim, pois a farinha existente e proveniente das roças velhas já havia sido quase toda entregue quando de minha partida; e das roças novas não pode durar muito tempo, pelo que se espera sobrevenha uma carestia geral, já tendo surgido grandes queixas pelo fato de que, em consequência de nossa taxação de farinha, haviam sido arrancadas as roças, não havendo lugar onde se obter farinha por dinheiro para alimentação. A escassez é sobretudo sensível nos engenhos, onde raramente se plantam roças. Os que têm roças e fazem farinha só podem vender pouca aos moradores, pois retêm a necessária para entrega de sua cota no tempo marcado. Não obstante todas essas diligências, dificilmente se obtém a farinha necessária para semanalmente distribuir as rações no Recife, insuficientes para o sustento [...] Deste modo, não havendo mais farinha, fomos obrigados a recorrer ao pouco de pão duro que havia em depósito.

O açougueiro que tinha contratado o fornecimento semanal de carne do Recife e dos fortes circunvizinhos apresentou-se ao Conselho, informando que não tinha mais possibilidades de obter gado para corte. Os escabinos de Olinda também [e],

incorporados, apresentaram-se para esclarecer que a terra estava esgotada de gado e farinha e que não sabiam mais o que fazer para continuar o abastecimento e que, segundo todas as aparências, se estava às vésperas de uma grande fome. Na Paraíba, a situação era idêntica. Já não se sabe onde comprar, por mais algum tempo, carne ou farinha para as guarnições.

Há nisto uma grande distância para os que são de opinião e para os que não deixaram de sustentar junto a VV. EE. que o povo deve ser sustentado com o que produz o país. Entretanto, cremos que se tivéssemos podido pagar em dinheiro, em vez de vales, a carne e a farinha, dando por esta dez a catorze *stuivers*, como se paga entre os moradores, em vez de sete *stuivers* em títulos, cremos, repetimos, que a falta não teria sido tão grande, porque o que é pago a preço alto é poupado. O que se fornece de ração em carne e farinha é consumido muito mais rapidamente do que se a pensão [do funcionário da WIC] e o rancho [do soldado] fossem pagos em dinheiro, porque os soldados quando recebem dinheiro compram pouca carne, arranjam-se com um pouco de farinha e algumas frutas e o que podem dispensar empregam em garapa para beber, porque cerveja e vinho são caros para eles [...].

O prejuízo que a Companhia tem tido em todo este tempo de carestia não é possível informar. Se a Companhia tivesse enviado víveres suficientes e mantido os nossos armazéns abastecidos, teríamos vendido alguns de tempo em tempo, com o que a Companhia teria feito um bom lucro, a nossa tesouraria estaria com numerário e não teria sido necessário lançar mão das rendas dos negócios, as quais teriam sido remetidas, com vantagem, para a pátria, evitando-se assim prejuízos para todos. Também, em consequência disto, ocorreu sério risco para esta conquista da Companhia, porque não somente não podíamos abastecer os nossos fortes para fazer face a um ataque eventual, como não possuíamos o suficiente para manter o Recife [...] Este ponto deverá, portanto, merecer maior atenção de agora por diante, de modo que sempre haja no Brasil víveres em quantidade não só para serem vendidos (e, com o produto dessas vendas, pagas as pensões), como

também para serem abastecidos os fortes. Para isto, é necessário remeter para lá, de cada vez, determinada quantidade de víveres variados, de modo que se possam prover todos os fortes e guarnições no mínimo pelo tempo de seis meses, remessas a serem realizadas em épocas determinadas, com regularidade, na quantidade necessária e igualando o consumo, mantendo-se a provisão dos fortes e guarnições sempre para o prazo de seis meses, porque, de modo contrário, um forte poderia ser dominado antes que pudéssemos levar-lhe socorro. Além disso, deverá considerar-se que fornecemos víveres aos navios da nossa frota que defende o litoral do país. Todos os navios da Companhia que partem do Brasil para a pátria são abastecidos também pelo nosso armazém [...].

Assim, VV. EE. devem manter sempre os armazéns bem providos de víveres, sem fazer conta dos produtos da região (que não são suficientes e nos levariam à penúria) nem dos víveres que os comerciantes ou os particulares enviam para lá, porque estes são quase todos consumidos nos engenhos e vendidos pelo interior. De modo que, quando a miséria surge e se pensa obter algo dos comerciantes, encontra-se tudo vazio, como aconteceu nos extremos que passamos.[7]

O relatório de Hamel, Bas e Bullestrate também se detém nas questões de aprovisionamento do Brasil holandês.

Com essa farinha [...] se mantêm quase todos os habitantes do Brasil (tanto os portugueses, brasilianos e negros quanto também quase todos da nossa nação que moravam no interior) e depois do trigo não se encontra substância mais nutritiva. Nossos soldados se acostumaram tanto a ela que preferiam receber como ração a farinha do que o pão dos armazéns. Desde as guerras anteriores, dificilmente se podia obter um alqueire da mencionada farinha, e nunca por menos de seis, sete, oito, nove e mesmo dez a onze florins por alqueire, e por essa razão os senhores de engenho dificilmente podiam alimentar seus negros para continuar moendo.

Fomos, pois, obrigados a mandar, sob certa pena, que todos os habitantes, cada um segundo sua possibilidade e oportunidade, anualmente plantassem algumas mil covas de mandioca, que depois seriam inspecionadas nas rocas, de modo que assim foi obtida uma abundância tão grande de farinha que no Recife podia comprar-se um alqueire (que é uma medida com a qual um homem pode viver um mês) à vista por quatro *schellingen* e no interior por menos, com o que em parte [se] poderia ter excusado a remessa da pátria de grande quantidade de farinha de trigo [...].

O gado e o peixe do Brasil, em especial, servem de complemento alimentar. Há algum tempo a Companhia contratou certas pessoas particulares para arrebanhar, na outra margem do rio São Francisco, muito gado que durante a guerra se tornara selvagem. Levaram-no para o Recife ou para outros lugares, onde foi abatido para sustento dos moradores [...] Depois disto, vieram os animais dos currais do rio São Francisco e do Rio Grande, onde os habitantes tinham como principal ocupação a criação de gado, a qual parece ser a mais certa e lucrativa atividade que se pode empreender no Brasil, pois não traz riscos e despesas, de modo que somente os habitantes daqueles lugares ficaram sem encargos de dívidas, ao passo que os de Pernambuco e da Paraíba, onde ficam os engenhos, chegaram a situações desesperadas. Os mencionados currais estavam numa situação tal que cada ano podiam fornecer não somente bois e animais aos engenhos, como também carne para abastecimento dos habitantes; e isto com tanta abundância que se podia comprar uma libra de carne por três a quatro *stuivers*. Além disso, foram as guarnições durante anos e anos mantidas com carne fresca e farinha, estando os nossos armazéns vazios [de produtos da metrópole] [...].

Além do gado, o Brasil ainda tem várias espécies de animais domésticos ou selvagens [...] As galinhas e os perus podiam ser comprados quase tão barato quanto em muitas cidades da Holanda.

> Naquele litoral, há uma abundância tão grande de peixe que já aconteceu algumas vezes que uma rede deu dois mil ou três mil belos peixes de uma vez só. Mas isto acontece apenas nos quatro ou cinco meses do verão, sendo que na estação da chuva se pesca pouco ou nada. Na mencionada costa, há alguns pesqueiros que em especial são muito ricos em peixe, dos quais alguns são pescados pelos proprietários e outros anteriormente foram confiscados, vendidos ou alugados pela Companhia.
>
> Além disso, as lagoas, tanto no sul quanto no Rio Grande, fornecem bons peixes em grande quantidade, mas também pesca-se muito em quase todos os rios, sendo este peixe geralmente mais saboroso e melhor nutrido que o da praia. Nos mencionados pesqueiros, pescam-se, entre outros, muitos peixes grandes, que são salgados e desse modo mandados para os engenhos, servindo de alimentação para o povo. Além do peixe ainda há como alimentação os crustáceos, que são apanhados em grande abundância nas margens dos rios, tanto em terra como na lama e nos pântanos. Os brasilianos e negros gostam muito de comê-los e servem-se deles até como sua principal alimentação. Também muitos da nossa nação não os acham maus.
>
> E embora esses víveres possam ser obtidos como acima descrevemos, não são suficientes para manter o Brasil e seus habitantes, a não ser que anualmente sejam feitas da Europa grandes remessas não somente de alimentos como de outras coisas.[8]

A importação de víveres dos Países Baixos nunca pôde ser dispensada, devido inclusive à preferência por eles de parte da população de origem neerlandesa. Quanto à comunidade luso-brasileira, ela mostrou-se interessada sobretudo nos artigos manufaturados, como indica o relatório de Van der Dussen.

> As mercadorias mais procuradas no Brasil são o pano de linho de toda espécie, menos os panos de linho fino, não muito o de Rouen, mas sobretudo os panos de linho de Ossenburgo e de Hamburgo. E isto porque há tempos os comerciantes, tendo obtido alguns lucros com fazendas de Rouen e outros panos de linho, remeteram tamanha quantidade de Rouen, Chatelroux, Steinfurt e outros que tais, que os negociantes aqui estão abastecidos deles e nem tão cedo poderão desfazer-se de toda essa mercadoria, principalmente enquanto for possível obter Ossenburgos.
>
> Ainda são procurados aqui cobre, ferro, aço, breu, óleo de peixe mas sobretudo os seguintes gêneros alimentícios: vinhos, cervejas, azeite, manteiga, queijo, farinha de trigo fina, bacalhau, toucinho, presunto, línguas, carnes de fumeiro, peixes da Terra Nova, sardinhas e tudo de bom que aparece. A carne salgada é pouco procurada, quase nenhuma ervilha, favas ou aveia, bem entendido por parte dos moradores dos engenhos e dos seus aderentes, porque só nos referimos aqui ao mais procurado por eles. Muito procurados são também tecidos para roupas, principalmente perpetuamas, semtranas, mesulanas, picotinos, panos de cor, de todas as cores claras, tafetás, especialmente os cinzentos e de outras cores, panos de seda para coser e bordar de todas as cores, botões variados e muitos outros tecidos que tais e mercadorias outras, de cuja procura os comerciantes no Brasil têm pleno conhecimento. Mas as que foram referidas são as principais.[9]

O historiador Pierre Chaunu teve a intuição das raízes da crise que levou o Brasil holandês à derrocada, ao afirmar que "o colapso do preço do açúcar em Amsterdã" destruíra o "muro frágil de contentamento" que foi o interregno nassoviano. É certo que, a partir da venda dos engenhos confiscados em 1637, esboçou-se um primeiro momento de euforia comercial que, contudo, não

resistiria às perspectivas do ataque naval a ser desfechado pela armada luso-espanhola do conde da Torre nem à queda do preço do açúcar, o qual, ao cabo de um período secular de alta, retraiu-se entre 1638 e 1643. Entre 1634 e 1637, a média anual da libra do açúcar mascavado passara de 0,50 florins a 0,67 florins, mas em 1643 achava-se a 0,31. As curvas do açúcar branco, o retame e o açúcar refinado nos Países Baixos descrevem o mesmo movimento: queda pronunciada a partir de 1638, nível mais baixo em 1643; e recuperação parcial desde 1645, em função da escassez relativa provocada no mercado de Amsterdã pela insurreição luso-brasileira. A partir de 1641, um segundo momento de euforia seguiu-se ao fiasco da armada restauradora e à trégua luso-neerlandesa, que criou a falsa expectativa de um prolongado período de paz para o Brasil holandês. Johan Nieuhof deixou uma análise excelente do que se passou desde então.

> Desejoso de aproveitar este interregno de paz para o desenvolvimento do comércio em benefício da Companhia, o Grande Conselho estimulou a agricultura de todas as maneiras possíveis. Daí resultou que logo os senhores de engenho começaram a reconstruir suas fábricas e os lavradores lançaram-se com avidez à cultura dos canaviais, ante a perspectiva de lucros certos que compensariam fartamente os compromissos assumidos. Realmente assim sucederia em pouco tempo se, pela traição dos portugueses, tais esperanças não tivessem malogrado [...].
>
> Seguiu-se então um rápido desenvolvimento comercial, tão brusco de fato que, pouco tempo após a conclusão do tratado

de trégua, o comércio passou a fazer movimento em escala nunca dantes atingida. Concluíram-se transações de muitos milhões em curto espaço de tempo, dando-se por satisfeitos, corretores e comerciantes, com apenas parte do pagamento em dinheiro, conquanto não faltassem compradores dispostos a pagar à vista.

Era tão próspero o estado das finanças da Companhia no Brasil, dada a invulgar competência demonstrada pelo Grande Conselho que, em 1640 e 1641, o governo adquiriu, por conta do erário público, grandes partidas de açúcar para serem enviadas à Holanda. No Recife e na Cidade Maurícia, construíram-se casas magníficas. Havia luxo e abastança pois toda a gente considerava-se acobertada com relação ao seu passivo, à vista das promissoras perspectivas de aumentar suas fortunas, em face da situação florescente do comércio e do reerguimento da lavoura. Infelizmente, porém, não durou muito essa situação de prosperidade, pois já em fins de 1642 e começos de 1643, as coisas se apresentavam de maneira diversa. Esgotados os celeiros da Companhia nas várias expedições levadas a efeito contra Angola etc., e, à míngua de novos abastecimentos provenientes da metrópole, viu-se o Grande Conselho obrigado a lançar mão das importâncias devidas à Companhia, a fim de atender ao pagamento das guarnições e dos funcionários, exigindo, portanto, de seus devedores pagamento pronto [...].

Além disso, os comerciantes da metrópole passaram a exigir de seus representantes e comissários no Brasil importantes somas, em pagamento do que lhes haviam fornecido. Obrigados a remeter às suas matrizes na Holanda todo o dinheiro de que podiam dispor, os negociantes locais passaram a experimentar grande escassez de numerário, o que certamente haveria de afetar de maneira profunda o movimento geral. Tendo-se repetido periodicamente essa situação, verificou-se finalmente tamanha premência de dinheiro como dificilmente se poderá fazer ideia. Muitos dos senhores de engenho, faltos de recursos com que satisfazer seus débitos nos respectivos vencimentos, viram-se na contingência de

> tomar dinheiro a juros de 3% a 4% ao mês para saldá-los. Isso reduziu a maioria deles a uma tal penúria que, em pouco tempo, se acharam em situação de não poder pagar nem capital nem juros.[10]

Um dos membros do alto governo, Adriaan van Bullestrate, aproveitou uma viagem de supervisão administrativa pelo sul de Pernambuco para cobrar as dívidas dos senhores de engenho.

> Entendi-me com Martinus de Coutre sobre prestações vencidas da compra de seu engenho. Queixou-se dos quatro anos decorridos desde que o ocupa e de ter moído pouco e pede algum adiamento, alegando com o que obraram as tropas do inimigo. Promete cumprir o seu compromisso ou então vender o seu engenho e pagar o que deve à Companhia. Com uma ou outra solução, fará o seu dever para pagar a Companhia. Com Felipe Pais Barreto, tratei da mesma forma que o antecedente: queixou-se das grandes chuvas caídas nos meses de inverno e da mortalidade dos negros, mas que apesar disto prometia entregar nesta safra trinta caixas. Com João Pais Cabral, falei da mesma maneira que com os antecedentes. Disse que nesta safra nada podia pagar pois que lhe tinham morrido negros avaliados em mais de 18 mil florins, pelo que ele não podia moer. Prometeu, depois de ser exortado, cumprir o seu compromisso [...].
>
> Ali [em Ipojuca], como em outros lugares, ouvi gerais queixas dos senhores de engenho sobre a falta de negros, por ter morrido grande número deles, de tal modo que todos os engenhos dificilmente poderão começar ou continuar a trabalhar. A maior parte dos senhores de engenho queixa-se de que os negros que aqui desembarcaram são comprados em leilões pelos judeus do Recife, aos quais, se quiserem comprá-los, têm de oferecer altos preços, o que não lhes é possível fazer. Dizem ainda que os judeus, sabendo que os senhores de engenho têm necessidade deles, valorizam-nos tanto que lhes

parece melhor não fazer trabalhar os engenhos do que adquiri-los a tão altos preços [...].

Falei com João Carneiro de Mariz a propósito de suas dívidas para com a Companhia, de prestações atrasadas. Prometeu entregar à Companhia metade do açúcar que produzir nesta safra para diminuição do seu débito. Não pude avistar-me com Gaspar Gonçalves Vila, devedor da Companhia, por ter tido ciência em algumas ocasiões de que o mesmo se ausentara por motivo de alguns delitos, e por isso resolvi visitar o engenho para verificar a situação dele, a fim de que a Companhia não tenha prejuízo por este motivo. Falei com João Tenório [de Molina] sobre o seu débito e pediu-me que tivesse paciência com ele; que, na presente safra, como poderiam confirmar diversas testemunhas, perdera quarenta negros e, no ano precedente, todos os seus canaviais tinham sido queimados pelo inimigo, pelo que este ano não moerá e quando puder fazê-lo entregará metade da produção à Companhia [...].

Alguns senhores de engenho queixam-se de que dificilmente podem pagar à Companhia por terem comprado os engenhos a outros que anteriormente os tinham adquirido a ela e com a promessa de lhes pagar o seu lucro; que devendo pagar esse lucro aos vendedores, não poderiam satisfazer à Companhia o débito contraído no tempo determinado. Pediam que se determinasse ou que os vendedores tivessem paciência no recebimento de seus lucros até que a Companhia recebesse as suas prestações ou que eles pudessem satisfazer anualmente *pro rata* os seus compromissos. Prometi fazer menção desses fatos [ao governo do Recife] para que se possa estudar que solução se poderá encontrar para o caso [...].

Antes do meio-dia, parti de Ipojuca em direção a Sirinhaém, detendo-me em caminho na casa de Francisco Dias Delgado, e visitei o engenho Pindoba comprado por Gaspar Gonçalves Vila e, embora ele estivesse ausente, falei com a esposa dele sobre o que ele ainda deve do preço do engenho. Prometeu ela que daqui a três ou quatro semanas, sem dúvida, seria satisfeito o pagamento por ela própria ou por seu pai.[11]

Na explicação da crise comercial, Nieuhof recua até os anos de 1638-9, quando

> muita gente, principalmente os portugueses do Brasil holandês, havia assumido compromissos excessivos para a aquisição de engenhos, canaviais, escravos e outras utilidades. De fato, chegaram a comprar negros à razão de trezentas e mais peças de oitavo e a pagar preços os mais absurdos por qualquer mercadoria de que tivessem necessidade. Compravam armazéns inteiros sem se dar conta de como poderiam pagá-los. Assim agiam os portugueses na esperança de vitórias decisivas das grandes armadas que sabiam estar sendo aprestadas na Espanha para reduzir o Brasil à obediência, com o que imaginavam libertar-se de suas dívidas. Ignorando os comissários tais intenções e cegos ante a perspectiva de gordos lucros, continuaram a vender aos portugueses sem restrições.
>
> Entretanto, desfeitas como fumo as esperanças dos lusos, viram-se estes ante a necessidade de honrar seus compromissos. Contudo, novos sortimentos chegavam da Holanda e novas compras faziam os portugueses, amontoando dívidas sobre dívidas até que, devido à impontualidade dos pagamentos, sentiram estes seus créditos escassear também com os comerciantes, que passaram a exigir a liquidação de seus débitos. O comércio do interior, premido pelos comissários e atacadistas que recebiam tais mercadorias de suas matrizes na Holanda, foi forçado a solicitar um acerto de contas dos portugueses aos quais havia vendido a crédito. Por outro lado, como os lusos só haviam feito tais compras com a intenção de as não pagar, o comércio do interior, obrigado a saldar suas contas com o do Recife, era obrigado a cerrar as portas, já que nada recebia dos portugueses.
>
> Assim, devido à imprudência e à inépcia de tais comissários, aos quais os exportadores da metrópole haviam confiado seus haveres, grande foi a confusão resultante e enormes os riscos para os segundos. Quase todas as transações da época passaram para os tribunais e para as bancas dos advogados, o

que ainda mais concorria para agravar a derrocada geral, dado o elevado custo do processo judicial no Brasil. Depois, quando já se tinha sentença e mandado de execução contra os devedores, o difícil era descobrir onde e como cumpri-lo, pois a maioria dos portugueses reclamava a proteção real.[12] Não conseguindo obtê-la [do governo holandês], passavam os lusos a viver incógnitos, principalmente os que não possuíam terras ou bens. Mesmo quando tinham propriedades não era fácil descobrir seus paradeiros. Ademais, se os credores executavam e recebiam propriedades agrícolas, viam-se na contingência de as arrematar eles próprios e mudaram-se para o interior a fim de administrá-las, circunstância essa altamente inconveniente para os comerciantes cujas atividades exigiam sua presença constante no Recife. Quando os devedores eram presos, ficavam no cárcere por conta dos credores; e, com o correr do tempo, tais despesas montavam a somas tais que os credores eram os primeiros a solicitar o livramento dos prisioneiros e com eles fazer o melhor arranjo possível. Como se não bastassem esses contratempos, vários outros vieram a ele se reunir, haja vista a grande mortalidade entre negros e brasilianos, vítimas de uma moléstia infecciosa, endêmica entre os nativos, chamada bexiga e semelhante à varíola europeia. Esses escravos, em sua maioria, eram adquiridos à razão de duzentas ou trezentas peças de oitavo, e, consequentemente, sua perda acarretava a ruína dos lavradores, que ainda tinham que se haver com as pragas e inundações frequentes, causadoras de consideráveis danos aos canaviais.

Essa confusão comercial provocou não raros incidentes entre os homens de negócio que, por falta de pagamento, atiravam-se uns aos outros nas prisões, sem contemplação alguma, tratando cada um de garantir seus créditos em primeiro lugar, por meios clandestinos e com prejuízo para os outros. Chegavam a oferecer abatimentos consideráveis e vantagens aos que se prestassem a sonegar mercadorias ou transferir ilicitamente seus bens. Tais imoralidades foram largamente fomentadas por indivíduos de má-fé, em detrimento do governo. Muitos foram os que, por imprudência ou incapacidade,

perderam seus haveres, atirando a culpa sobre a regência [isto é, a junta que substituíra Nassau] ou as cortes de justiça, na esperança vã de que aquilo que haviam perdido por imprevidência e desídia lhes fosse restituído pelo Tesouro. E quando acontecia de uma pessoa dever ao mesmo tempo à Companhia e a particulares, surgia grande celeuma quanto à preferência na liquidação.

Também as dívidas da Companhia cresciam diariamente, tendo, nos últimos tempos, atingido a vários milhões. Isso se deu porque os diretores que antes de 1640 dirigiam os negócios no Brasil venderam a crédito a maior parte das propriedades confiscadas, engenhos de cana, mercadorias e até negros comprados na África por conta da Companhia, de modo que seus livros estavam repletos de débitos de terceiros mas a caixa vazia de dinheiro. Os novos membros do Grande Conselho, srs. Hamel, Bullestrate e Codde, não descansaram enquanto não corrigiram esse sistema, passando as mercadorias a serem vendidas à vista ou em troca de açúcar, de forma a auxiliar a Companhia nas grandes despesas que era forçada a fazer para custear suas numerosas expedições.

É certo que daí por diante (em 1640, 1641 e 1642) puderam eles remeter vultosos carregamentos de açúcar para a Holanda, como tão grandes se não haviam ainda visto no Brasil. Todavia, apesar de tudo, dada a grande quantidade de negros importados após a nossa conquista de Angola, foi crescendo dia a dia o passivo da Companhia, devido à impontualidade de seus devedores. Para remediar tal situação, baixou o Conselho dos XIX ordens expressas no sentido de que os negros só fossem vendidos à vista ou mediante pagamento em açúcar, o que aliás era impraticável, porque não havia quem os quisesse comprar em tais condições. Com isso, o preço dos escravos caía rapidamente e, constituindo eles pesado encargo para a Companhia por estarem sujeitos a doenças e a elevada mortalidade, foi preciso que se revogasse tal ordem a fim de evitar que o tráfico negreiro desaparecesse completamente. Na verdade, os que dispunham de numerário empregavam-no todo nos engenhos, canaviais e escravos, de sorte que, não

podendo pagar suas compras em dinheiro contado, eram forçados a negociar a crédito até que lhes fosse dado colher o fruto de seu trabalho.

Por isso os membros do Grande Conselho fizeram o possível para cobrar os devedores em atraso logo no início da safra açucareira, tendo determinado aos funcionários do interior que confiscassem por conta da Companhia a quantidade necessária desse produto. Entretanto, essa providência só deu como resultado ações judiciais, sentenças, execuções e prisões, chegando muitas vezes os membros do Conselho ao ponto de descerem de suas posições e irem pessoalmente ao interior a fim de promover a cobrança das somas devidas à Companhia. Também este expediente falhou, pois os comerciantes e comissários puseram-se a reclamar contra o fato de a Companhia se apoderar do açúcar ainda nos engenhos, sem lhes permitir que também se cobrassem, eles que eram tão credores quanto ela. Nem só murmúrios e ameaças surgiram, mas ainda reclamações ao Conselho dos XIX, ao qual tendenciosamente pintavam tais transações com as mais carregadas cores, na esperança de que os funcionários da Companhia deferissem o cumprimento de seus deveres.[13]

Frei Calado referiu os vexames sofridos pelos senhores de engenho e lavradores de cana em decorrência da cobrança das dívidas.

Se algum senhor de engenho devia alguma coisa aos da Companhia, lhe mandavam pôr olheiros em seus engenhos, os quais não lhe deixavam tirar nem uma arroba de açúcar para fazer doce para os enfermos, senão que tudo lhe levavam, e sobretudo lhe sustentavam os olheiros enquanto a safra durava. E quando os senhores de engenho não lhe podiam pagar toda a dívida, porque não chegavam seus açúcares à quantia, tomavam os holandeses o açúcar dos particulares lavradores que lhe não deviam coisa alguma, e diziam que cobrassem os lavradores aos senhores de engenho, porque a Companhia havia de ser paga por qualquer caminho que fosse, porquanto estava pobre. E se os lavradores se queixavam que lhes

tomavam sua fazenda sem lhe deverem nada, os do governo os ameaçavam e lhes chamavam cachorros, *esquelmes* e *urquent*, que quer dizer velhacos, infames e filhos da puta. E assim os pobres lavradores não tinham outro recurso senão levantar os olhos ao céu e pedir a Deus justiça e remédio.[14]

No relatório que apresentou sobre o Brasil holandês quando do seu regresso aos Países Baixos, Nassau aventou a necessidade de uma moratória que aliviasse o peso das dívidas incorridas pelos senhores de engenho e lavradores de cana.

Seria conforto para os senhores de engenho e para os portugueses esgotados de dívidas conceder-lhes a Companhia alguma folga de tempo para refazerem o patrimônio arruinado pelas guerras e outras calamidades imprevistas e mandadas por Deus. Se isto não for possível, aconselharia eu cobrarem-se as dívidas com maior brandura, mediante a venda dos açúcares, das alfaias, joias e outros bens móveis, mas não dos escravos e dos utensílios necessários ao fabrico do açúcar, nem dos bois, sem os quais não podem trabalhar os engenhos, salvo se forem tão grandes os débitos que se torne preciso vendê-los em hasta pública com todos os seus utensílios e pertenças. Está verificado que, tirando-se aos engenhos os seus instrumentos de trabalho, eles se depreciam, porquanto os que estão providos do necessário valem 100 mil florins, e os que não o estão valerão apenas 40 mil, quantia que, rateada entre vários credores, dará a cada um uma minguada quota.[15]

Outro estorvo à expansão econômica dizia respeito à escassez da moeda no Brasil holandês, a cujo respeito, já em 1640, Nassau pedira providências da direção da WIC.

É pois indispensável cogitar dos meios pelos quais se possa encaminhar o dinheiro em abundância para o Brasil. A escassez é tal que será impossível um grande número de

senhores de engenho mantê-los em andamento e já este ano muitos proprietários se acharam bem embaraçados. E se não vier suprimento de dinheiro que o torne copioso, é certo que muitos engenhos terão de parar [...] porquanto os empregados dos engenhos e os que os servem com os seus carros ou de outro modo, nada querem fazer sem que previamente se lhes ponha o dinheiro na mão. Tudo o que um engenho deve comprar no campo aos portugueses, só se obtém com dinheiro à vista. A resolução que VV. SS. haviam tomado de elevar o valor das espécies amoedadas que aqui circulam com relação ao valor que elas têm na Holanda seria um remédio soberano e um meio permanente para impelir o dinheiro para o Brasil. As razões que VV. SS. tiveram para revogar imediatamente essa resolução não são de tal ordem que possam destruir ou abalar as razões em contrário.

Releva notar que os portugueses poucos outros gêneros procuram a não ser estes: vinho de Espanha, azeite, farinha de trigo peneirada, peixe seco e de preferência bacalhau, queijo, pouca manteiga, muito toucinho, pouca carne salgada. Não querem centeio nem farinha de trigo não peneirada, muito menos ervilhas, favas, cevada, por nenhum modo cerveja e vinho da França, gêneros estes que se vendem muito mais correntemente entre os nossos holandeses [...].

Atualmente, é tal a escassez de dinheiro aqui que os principais negociantes se acham muitas vezes em grandes embaraços. Não há dinheiro em circulação e nenhum entra para o nosso cofre. A estreiteza e as queixas sobre a consequente falta de pagamento são tão gerais que causam pasmo. Este fato tem a seguinte explicação: em primeiro lugar, há um ano que muito pouco dinheiro tem sido remetido da Holanda para cá, em consequência dos boatos sobre a armada espanhola, o que tirou o ânimo ao mercador para fazer negócio. Em segundo lugar, os portugueses levaram para o campo todo o dinheiro que puderam apanhar, entendendo eles que, se a armada espanhola trouxesse a destruição a este país, o dinheiro é de todas as coisas a que melhor se oculta.[16]

Segundo Nassau, o aumento do valor do dinheiro holandês circulante no Brasil holandês relativamente ao valor das moedas na metrópole permitiria inclusive expulsar o dinheiro espanhol, em vista dos

> prejuízos que, como se observa, provêm do dinheiro espanhol, porquanto enquanto estávamos sob a ameaça da armada espanhola, os portugueses empregaram todo o esforço para obter moedas espanholas e as entesouraram e ficamos privados de dinheiro, o que não aconteceria se aqui corressem somente moedas holandesas. Neste caso, observar-se-ia o contrário: quando se receasse mudança no Estado, como os portugueses então supunham, eles receariam também que o nosso dinheiro não tivesse valor para eles, e o dinheiro havia de voltar em abundância para o Recife.[17]

Os depoimentos são unânimes no tocante à carestia do Brasil holandês. Pierre Moreau referiu-se-lhe nestes termos:

> As coisas tinham subido a um preço incrível: a libra de carneiro ou de vitela estava a quarenta soldos; a de porco, que neste lugar é a mais sã e mais delicada, custava três libras; um ovo fresco, dez soldos; uma galinha, dez libras; um leitão, quinze libras; um peru, 25 libras; o par de pombos, três libras; o vinho de Espanha, da França e a boa cerveja, cinco libras a pinta, a medida de Amsterdã, que não é senão o quartilho de Dijon; o pano grosso, cinquenta soldos ou três libras. A menor moeda era um soldo. Uma pistola por cabeça nas hospedarias para as pessoas de condição modesta era o preço comum. Os feitores dos senhores de engenho recebiam de 3 mil a 4 mil libras de ordenado, de tal modo que quem era livre juntava, com um pouco de habilidade, muitos bens. Tudo isso a colônia holandesa imputava à grandeza de suas conquistas, mas se ela tivesse podido prever os augúrios sinistros de seu próximo aniquilamento saberia que a situação apresentava semelhança

aos archotes, que jamais produzem claridade tão luminosa como a quando estão prestes a se extinguir.[18]

Vejam-se as queixas específicas de um consumidor, no caso o predicante Vincent Soler, em carta a Rivet.

Graças a Deus, nunca amei nem procurei a riqueza. Que os amantes dela possam morrer com ela. Contudo, tem-se de viver; e estou seguro de que o vosso criado e a vossa camareira vivem muito melhor que a minha mulher e eu, que não temos pelas festas algo melhor do que um pedaço de vaca magra cuja libra custa dois soldos, porque a de carneiro se vende por 24, de terneira, por catorze, uma galinha, meia pistola, um ovo, três ou quatro soldos; e assim por diante. Muito frequentemente sou forçado a me contentar com pão fétido e bacalhau podre. Não obstante, Deus me faz a graça de me portar tão bem como as crianças da Babilônia, porque no tocante à minha mulher, ela está seca e torrada como um arenque defumado e com pouca saúde, tendo tido sempre este país em aversão.[19]

14.
Os últimos tempos de Nassau no Brasil

Amiudando-se as divergências entre Nassau e a direção da WIC, em maio de 1642 ele queixou-se diretamente aos Estados Gerais, exprimindo o desejo de ser proximamente chamado de volta aos Países Baixos.

> Soube de muito boa fonte que, na pátria, não cessam de bradar contra minhas despesas extraordinárias e de dizer que eu esgotava os recursos da Companhia. É penoso saber que se é difamado desta maneira quando todo o mundo sabe que durante esses cinco anos me tenho alimentado de ervilhas, favas, toucinho e carne estragada, vivendo tão miseravelmente que, entre os portugueses, minha pessoa e meu título têm sido expostos ao ridículo e ao desprezo [...] É verdade que minhas despesas com alimentação, comparativamente ao que poderiam custar nos Países Baixos, podem parecer elevadas, mas não devo ser responsabilizado por tal. É preciso considerar que tudo aqui é seis vezes mais caro e que uma mesa, como a que mantenho aqui, na pátria custaria apenas 15 mil florins.[1]

Em março de 1642, Nassau já se dera conta de que, em vez de consolidar o Brasil holandês, a restauração da independência portuguesa constituía uma ameaça a seu futuro. Num erro de cálculo que ele criticou vigorosamente, a direção da WIC, às voltas com graves problemas financeiros, pretextou a assinatura da trégua luso-neerlandesa de 1641 para reduzir drasticamente seus efetivos no Brasil, dispensando igualmente inúmeros oficiais. De nada

serviram as reiteradas advertências nassovianas, muito embora elas tivessem sensibilizado o governo neerlandês. Em setembro de 1642, ele afirmava aos Estados Gerais:

> Em nenhum momento da guerra, nossas possessões no Brasil estiveram em maior perigo do que atualmente, porque os portugueses, apesar do juramento de fidelidade que prestaram ao nosso governo, mostram-se extremamente arrogantes e orgulhosos por terem um dos seus como senhor e soberano. Afirmam que seu rei não pode manter-se sem o Brasil, o reino de Angola e a ilha de São Tomé; e que, se não os reconquistar, seria mesmo indigno do nome de rei. Queixam-se com amargura de que, contrariamente às convenções e promessas que lhes foram feitas, privamo-los de seus conventos; e que membros do seu clero haviam sido expulsos da colônia. Sustentam que, sob este aspecto, são completamente tiranizados e acusam-nos de deixarmos morrer seus padres sem substituí-los. Queixam-se publicamente e estão muito descontentes por terem os judeus permissão para a prática pública do seu culto no Recife e na Cidade Maurícia, e aí terem sinagogas, ao passo que aos católicos é proibido ter igrejas lá [...].
>
> No intuito de nunca pagar e na expectativa de que o ataque da armada espanhola [do conde da Torre] lograria completo êxito, fizeram compras tão consideráveis de engenhos, partidos de cana-de-açúcar, escravos africanos e outros objetos do comércio que, ademais do que devem a negociantes particulares, o que, segundo todas as aparências, não constitui soma menos vultosa, devem à Companhia mais de 5,7 milhões de florins. O fruto do seu trabalho incessante mal lhes permite pagar os juros dessas dívidas. Em resumo, são tão estranhos à nossa língua, aos nossos costumes, às nossas leis e ao nosso estilo de vida, votando a tudo isso tão grande aversão, que há pouca esperança de que uma sólida confiança se crie jamais entre vencedores e vencidos.

> Todos esses motivos, e outras considerações se virão agregar, serão suficientes para induzi-los a empreender alguma tentativa; e oferecida a ocasião pela fraqueza de nossas forças, farão uma revolta geral. Além do fato de que eles mesmos se acham bastante fortes para tentá-la, não lhes faltarão o socorro e a ajuda da Bahia. Vossas Altas Potências podem estar certas de que os habitantes portugueses já tomaram no fundo do seu coração a resolução de recorrer a tal extremidade. Ainda recentemente, quando os nossos deram mostras de alegria com a notícia da cessação das hostilidades,[2] não se observou entre os portugueses qualquer sinal de satisfação ou contentamento. Ao contrário, declararam publicamente que não tinham nenhuma razão para estarem satisfeitos com esse tratado, pois que ainda teriam de gemer outros dez anos sob o jugo dos holandeses.

Nassau concluía sua carta aos Estados Gerais, advertindo-os das consequências da redução dos efetivos ordenada pela direção da WIC.

> A importância desta questão exige, portanto, que Vossas Altas Potências, alertados a tempo da iminência do perigo, procurem remediar um mal que, segundo todas as aparências, vai ocorrer, avisando-me o mais brevemente possível se devo aplicar as instruções dos XIX, ainda que contrários à opinião e à vontade de Vossas Altas Potências, mesmo que sua execução acarreta a ruína e a perda da Companhia. De outra maneira, as minhas observações de nada valeriam, ficando ignoradas pelos que são sempre de opinião que não há verdadeiro perigo até o momento em que o golpe (de que Deus nos livre) venha atingir-nos.[3]

Sua atitude era, porém, ambivalente, pois ao mesmo tempo mobilizava apoios para continuar no posto, inclusive o da comunidade luso-brasileira. Já durante a Assembleia de 1640, os delegados das

câmaras de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba haviam representado

> aquilo que nos parece ser mais necessário à república (pois disso se tratou nesta Assembleia), a saber que Vossas Senhorias nos deem o prazer e procurem por todos os meios possíveis que o tempo de assistência de Sua Excelência neste Estado seja prolongado por mais outros cinco anos, além daqueles que Sua Excelência se obrigou a aqui permanecer, porquanto sabemos que o dito tempo expirará muito em breve e Sua Excelência (assim chegou aos nossos ouvidos) não está disposto a permanecer entre nós por mais tempo.[4]

Em fins de 1642, recebeu-se no Recife a notícia da revolta do Maranhão contra o domínio holandês. E em começos de 1643, Nassau soube de algo muito mais grave.

> Na reunião do Grande Conselho do Brasil, realizada a 16 de março de 1643, declarou o conde Maurício ter sido informado de que portugueses de destaque planejavam surpreender as nossas guarnições do interior [...] passando-as a fio de espada, plano esse que deveria ser posto em execução em um dia santo, quando costumava reunir-se grande massa popular. Residiam na várzea os que tinham maior responsabilidade nessa conspiração e se propunham atacar de surpresa também o Recife, o que sem dúvida lograriam fazer. De resto, as outras guarnições do interior seriam facilmente subjugadas, e, assim, sem tropa e sem comércio, estaria a Companhia impossibilitada de se manter no Brasil por mais tempo. Tratou-se então de decidir se seria melhor deter imediatamente os cabeças da rebelião ou protelar essa medida para ocasião mais oportuna, a fim de que as prisões não alarmassem o povo. Optou-se pela última alternativa, mesmo por não haver ainda provas seguras sobre as intenções dos indiciados, cujos movimentos entretanto passaram a ser atentamente observados pelo serviço secreto do conde Maurício, a tempo de se tomarem as devidas precauções.[5]

Embora as conquistas da WIC na costa ocidental da África fossem administradas diretamente da Holanda, malgrado o interesse nassoviano em anexá-las ao governo do Brasil holandês, as questões propriamente africanas não deixaram de repercutir no Recife.

Surgindo questões no reino de Angola entre o rei do Congo e o conde do Sonho, recorreram a Maurício, a quem se apresentou uma carta do rei e diversos negros como presente à Companhia. As dádivas feitas a Nassau foram duzentos negros, um colar e uma bacia de ouro. Pouco depois, chegaram três embaixadores do conde do Sonho, um dos quais seguiu para a Holanda a fim de falar com S. A. o príncipe de Orange, e os outros dois foram pedir ao conde João Maurício que não mandasse reforços ao rei do Congo. Não se recusou Nassau, mas em carta dirigida aos diretores holandeses de Angola procurou serenar e não fomentar aquelas guerras e contendas daqueles chefes, por serem ambos aliados holandeses. Responderam-lhe os diretores que, achando-se em Luanda, caíram-lhes por acaso nas mãos cartas assinadas pelo governador português e pelo bispo, nas quais se manifestava o oculto e criminoso plano de expulsar dos seus reinos o rei do Congo, o que fora assentado por eles, antes da ocupação de Luanda pelos nossos.

Portanto, depois de cortesmente recebidos pelo conde, tornaram para a pátria os embaixadores do rei do Congo, com cartas e presentes para ele, a fim de lhe revelarem aquela nova. Esses presentes consistiam num manto comprido, todo de seda, com fímbrias de ouro e de prata, uma banda, um gibão de cetim, um chapéu de pele de castor, com um cordão entretecido de ouro e de prata. Acrescentou o conde como dádiva sua um alfanje tauxiado de prata com o respectivo talim. Ao conde do Sonho foi oferecida uma cadeira estofada de cetim vermelho, com franjas de ouro e prata; um manto muito

> comprido de cetim variegado, uma túnica de veludo e também um chapéu de pele de castor.[6]

Nassau não perdeu a oportunidade proporcionada por tão luzida embaixada para fazer Eckhout retratar os embaixadores ou vê-los exibir suas danças e habilidades no jogo do espadão. Em setembro de 1642, a Câmara do Recife apelou diretamente não à direção da WIC, mas ao governo neerlandês em favor da permanência de Nassau.

> Mandou-nos o ilustríssimo senhor João Maurício, conde de Nassau, despedir-se desta Câmara e povo, certificando-nos que esperava licenças de Vossas Serenidades para se passar à Holanda, por se ir acabando o tempo de sua obrigação. E depois soubemos que Vossas Serenidades lhe não aprovaram sua partida. E agora novamente temos notícia que os Senhores Dezenove os chamam deste governo dentro de um ano, o que é coisa tão contrária ao bem comum deste Estado que não sabemos encarecer a Vossas Serenidades com palavras o muito que sentimos com sua partida. E deixada à parte a nossa conveniência, afirmamos a Vossas Serenidades, pela experiência e notícia que temos desta terra do Brasil, da natureza e inclinações dos moradores, das necessidades e circunstâncias do governo que aqui se requer e da disposição, modo de viver, entendimento e afabilidade e mais partes do dito Senhor no governar, que se ele se ausenta deste Estado, muito em breve se há de tornar a aniquilar tudo o que com a sua presença floresceu e se alcançou. E temos por tão infalível e evidente esta matéria que escusamos propor a Vossas Serenidades mais encarecimento nela, pedindo-lhe que [três ou quatro palavras rasgadas] estado. Mandem ao dito senhor que continue no seu governo tanto [duas palavras rasgadas] que não venha a fazer falta sua pessoa, quando daqui se aparte.

Pretendiam os pró-homens da comunidade luso-brasileira que o governo de Nassau fosse

prolongado pelos dez anos previstos no tratado de trégua da Haia,

> porque no fim deles poderiam Vossas Serenidades proximamente ter provido o necessário à conservação deste Estado. E desta necessidade, damos a Vossas Serenidades somente uma prova nascida do amor que todos temos ao dito senhor conde. E é que havendo sucedido aqui, antes de sua chegada a este Estado, muitos motins e levantamentos no povo em diversas partes e de muito dano e prejuízo, contudo depois que o dito senhor aqui entrou, nem com a vista da poderosa armada de Espanha [...] houve em algum lugar destas capitanias quem tomasse voz de Espanha ou maquinasse algum motim ou levantamento, tal é e tanto valeu a presença e governo do dito senhor.[7]

Graças às pressões do governo neerlandês, o prazo de Nassau foi prorrogado. Ao receber finalmente sua dispensa pela Companhia, ele recusou-se a transmitir o governo até o recebimento da correspondente ordem dos Estados Gerais, de quem era igualmente delegado. Ao mesmo tempo, o Conselho de Finanças cortava suas despesas de manutenção, obrigando-o a fazer empréstimos privados a mercadores do Recife.

> Tratam Sua Excelência (que não se pode retirar sem ordem dos Senhores Estados Gerais e de Sua Alteza) de tal maneira que desde há dois dias tem sido necessário que os mercadores abram os bolsos para facilitar sua subsistência. Também os portugueses se ofereceram a fazer o mesmo para causar boa impressão. É verdade que, mesmo no caso de ficarem quietos após a partida de Sua Excelência, sua condição será miserável, porque esses mercadores têm uma sede tão grande de ouro e prata que, para contentá-la, deveria fazer-se como os chilenos fizeram com o espanhol Valdívia. E o que é insuportável é que

dizem e juram (assim os valha Deus) que não pretendem senão o proveito da Companhia. Os que têm maior obrigação de procurar suas vantagens são os mesmos que a roem. Na Holanda, queixam-se dos que governam no Brasil; e estes também têm grandes queixas contra os da Holanda.[8]

Como sempre, frei Manuel Calado achava-se bem informado do que se passava nos bastidores do Brasil holandês.

Neste tempo, chegou uma nau de Holanda e trouxe ordem para que ao conde de Nassau se lhe tirasse a metade do estipêndio que lhe davam, e não se desse mais mesa franca, senão limitada, porquanto a Companhia estava mui pobre e não podia fazer tantos gastos nem sustentar ao conde tão grande número de criados, como tinha. E também os do Supremo Conselho lhe tinham ódio e o desejavam ver fora da terra, porque ele era o que despachava tudo e tinha todos os prós e percalços; e eles estavam postos ao canto, sem proveito algum, e não se atreviam impedir ao conde que não se metesse em sua jurisdição, por ele ser primo do príncipe de Orange. E assim pediram aos de Holanda que lhe tirassem o cargo e o mandassem ir de Pernambuco, porque havia de resultar em grande proveito da Companhia.

Ficou o conde João Maurício mui enfadado com esta ordem. E logo começou a se preparar secretamente para se partir dentro em seis meses. Começou a ir vendendo seus cavalos, que tinha trinta muito bons, que lhe haviam custado dinheiro, porque tanto que sabia que algum morador tinha algum cavalo bom, ou lho gabava, para que assim lho oferecesse, ou o mandava buscar por algum de seus criados e pedia que lho vendessem. E os moradores, por não se porem em preço com ele, porque o haviam mister para os favorecer em suas necessidades, lho ofereciam de graça. E assim veio a ajuntar tantos e tão bons, dos quais alguns mandou para Holanda e os outros vendeu por trezentas e quatrocentas patacas. E rompendo-se entre os holandeses como o príncipe determinava de se ir, começaram a molestar de novo aos moradores

> portugueses, e até os pícaros os ameaçavam que se haviam de vingar deles, tanto que o príncipe (que era o seu santo Antônio) se partisse de Pernambuco.[9]

Antes de partir, Nassau fez questão de concluir a ponte, grosso modo localizada onde atualmente se ergue a moderna ponte que leva seu nome. Durante as festividades de inauguração, o governador fez deslocar-se, entre as duas torres do palácio de Vrijburg, o famoso boi voador.

> E para que tratemos em forma desta ponte, é de saber que o príncipe e os do Conselho, para ganharem muito dinheiro, mandaram fazer uma ponte de pilares de pedra de cantaria sobre os dois rios, Capibaribe e Beberibe, que juntos em um entram no mar, dividindo o Recife da Cidade Maurícia, chamada assim pelo príncipe João Maurício a edificar, sendo que de antes se chamava a ilha de Santo Antônio, a respeito de um convento de capuchinhos que ali estava. Tomou a metade desta ponte por contrato, em preço de 90 mil cruzados, Baltazar da Fonseca, homem de nação, o qual neste tempo se circuncidou e declarou por judeu publicamente, com grande escândalo do povo cristão [...] Tanto que este judeu, Baltazar da Fonseca, teve feita a metade da ponte com muita perfeição, pediu o pagamento aos do Conselho, e eles lhe armaram tantas tramoias que foi o pleito à Holanda e não está ainda resolvido.
>
> No princípio desta ponte, pôs o príncipe de uma parte as armas do príncipe de Orange e da Casa de Nassau, esculpidas em uma pedra, douradas e prateadas e com outras várias tintas, a quem o rigor do tempo não desfaz; e da outra parte, outra larga pedra e nela gravado este letreiro: FUNDABAT ME ILLUSTRISSIMUS HEROS JOANNES MAURICIUS COMES NASSAVIAE, EC. DUM IN BRASILIA TERRA SUPREMUM PRINCIPATUM, IMPERIUMQUE TENERET. ANNO DNI MDCXXXX.
>
> A metade da ponte que faltava por fazer a mandou acabar o príncipe de bons esteios de madeira fincados no fundo do rio ao bugio, e com muita e boa pregaria e taboado, pela qual passavam carros com muita segurança. E também fez outra

ponte de madeira na Boa Vista, onde tinha edificado umas bizarras casas, por baixo da qual passava o mesmo rio Capibaribe. E para o primeiro dia que a gente havia de passar pela ponte grande para o Recife, ordenou o príncipe uma festa e convidou aos do Supremo Conselho a comer. E a festa foi que mandou esfolar um boi inteiro e encher-lhe a pele de erva seca e o pôs encoberto no alto de uma galeria que tinha edificada no seu jardim. E logo pediu a Melchior Álvares emprestado um boi muito manso que tinha, o qual, como se fora um cachorro, andava entrando pelas casas; e o fez subir ao alto da galeria. E depois de visto do grande concurso de gente que ali se ajuntou, o mandou meter dentro em um aposento, e dali tiraram o outro couro de boi cheio de palha e o fizeram vir voando por umas cordas com um engenho. E a gente rude ficou admirada, e muito mais a prudente, vendo que com aquela traça ajuntara ali o conde de Nassau tanta gente para a fazer passar pela ponte e tirar aquela tarde grande ganância. E tanta gente passou de uma para outra parte que naquela tarde rendeu a ponte 1800 florins, não pagando cada pessoa mais que duas placas à ida e duas à volta.[10]No outro dia, fez o conde de Nassau outro banquete às damas e a quantas taverneiras havia no Recife, e às mais delas emborrachou, e com isto se deu por despedido de Pernambuco [...] Chegou o dia em que o conde de Nassau se partiu de Pernambuco para Holanda, que foi no mês de maio de 1643.[11] E foi por terra a se embarcar na Paraíba e na jornada o acompanharam todos os do governo e muitas das pessoas graves dos portugueses, por se mostrarem agradecidos a alguns favores que haviam recebido de sua mão. E ao sair-se do Recife, toda a infantaria holandesa se pôs em ala e deu três surriadas a mosquetaria, e todas as fortalezas da terra e naus que estavam no mar dispararam sua artilharia. E o conde se partiu com as lágrimas nos olhos, mostrando o sentimento de se apartar de Pernambuco, onde havia adquirido a mãos lavadas tanta cópia de ouro.[12]

Na mudança de Nassau, seguiam as telas que ele comissionara a Franz Post e a Albert Eckhout e as coleções de história natural e de etnografia que reunira no Brasil, a que acrescentara inúmeros itens de procedência africana. Seguiam também conchas e seixos do Cabo de Santo Agostinho, com os quais ele provavelmente contava decorar seu jardim da Mauritshuis, botijas de farinha de mandioca, dentes de elefante, toros de jacarandá, pranchas de pau-santo e pau-violeta e barriletes de frutas confeitadas. E, pode-se acrescentar, uma rede em que, anos depois, iria surpreendê-lo deitado o embaixador inglês em Haia, William Temple, a quem Nassau confessou que continuava a usar para alívio dos ataques de gota e de cálculos renais. Uma parte do acervo nassoviano, ainda na Mauritshuis, será visitada, pouco depois de sua morte, por Jacob Hennin.

> Em primeiro lugar, vejamos as salas, a seguir os minerais, os animais e aves empalhados. Vemos logo, ao subir a escada, pintadas ao natural, todas as nações pagãs e barbarescas: mouros e mouras, negros, brasileiros, tapuias, hotentotes e outros selvagens, todos criaturas de Deus. [...] Ali vemos as casas, engenhos, cenas da vida diária, bodas e reuniões, casamentos e enterros. Também as plantas, frutas e palmeiras, de cujo suco prepara-se o vinho de palma, aguardente ou áraque. Além os coqueiros, cujas nozes, tronco e folhas são muito utilizados. Cá está a praça-forte do Recife ou Pernambuco e outras vilas e fortalezas, os quais, pouco depois da partida do celebrado príncipe Maurício, lastimavelmente se perderam, assim como aquela belíssima e bendita terra, que

> além das suas muitas virtudes é das mais saudáveis e nunca conheceu a peste [...].
>
> Vejamos ainda as elegantes salas decoradas e mobiliadas com todo luxo. Cristais de rocha, lustres de âmbar, poltronas e cadeiras em preciosas madeiras do Brasil ou em negro ébano, embutidos de branco marfim, ouro, prata e madrepérola. Quantos e variados cristais, que ricos espelhos, que beleza a destes damascos e tapeçarias de assuntos brasileiros e das Índias! Que ricas cortinas bordadas a ouro e prata, camas de preciosos marfim e pau-brasil! Quantas plantas exóticas, armas indígenas: punhais, azagaias, machados, lanças! Ainda carabinas, tambores e trombetas, tudo do mais luxuoso; e inúmeros objetos em laca, como contadores, cofres, caixas etc. Além um monstruoso crocodilo ou caimã; uma cobra-d'água ainda mais estranha, toda sorte de tartarugas grandes e pequenas, um rinoceronte empalhado, uma foca ou leão do mar, um pequeno elefante, muitas peles de leões, tigres, leopardos e outros animais. Ali, um veado, um gato selvagem, símios, macacos, babuínos e não sei quanta outra espécie! Olhem o belo avestruz, o pelicano, o corvo da Índia, o cacatu, periquitos, papagaios e tantos outros pássaros! A ave do paraíso, que mostra ao sol todas as cores e tantos pavões, gansos e pássaros! Quantas rochas e minerais, que variedade de corais, brancos e vermelhos, madrepérolas etc., espécies raras aquáticas e conchas; ouro em pó, qual aparece nos rios, lavado e reduzido a ouro puro, proveniente sobretudo do Peru e da Guiné [...] E lá está o [retrato do] enérgico conde e príncipe Maurício, que colecionou com tanto gosto e trabalho todas estas coleções e que com sua morte nada pôde levar, além da esperança de salvação e de legar à posteridade nome e reputação![13]

De volta à Holanda, Nassau pagará do seu bolso a publicação da história do seu governo redigida por Gaspar Barleus e da *História natural do Brasil*, de Piso e Markgraf. Nassau editou também uma terceira obra

que sabidamente não mereceu fortuna crítica: as *Mauricíadas*, um poema épico em latim sobre seus feitos militares, de autoria do seu capelão no Brasil, F. Plante. Passando a servir o governo prussiano no condado de Kleve e alcançando o marechalato no exército dos Países Baixos, Nassau conservou pelo resto da vida um vivo interesse pelo Brasil. Uma parte de sua brasiliana, ele a trocou com o Grande Eleitor de Brandenburgo por terras em Kleve, inclusive o *Theatrum rerum naturalium Brasiliae*, que em 1977 será redescoberto numa biblioteca de Cracóvia. Os retratos de Eckhout foram presenteados a seu parente, Frederico III, da Dinamarca. E ainda no ano do seu falecimento, Nassau ofereceu a Luís XIV, da França, 34 telas de Post e oito de Eckhout. De Kleve (8.ii.1679), ele escrevia a Luís XIV:

> Se o falecido M. o marechal de Gramont não me houvesse garantido por diversas cartas o favor e a grande bondade de Vossa Majestade para comigo, eu não teria a audácia de apanhar a pluma para apresentar a Vossa Majestade meus protestos de respeito muito humildes e obedientes. Eu me havia proposto, há muitos anos, ir pessoalmente receber as ordens de Vossa Majestade, mas para desconsolo meu, meu infortúnio, minha idade avançada e os incômodos que a acompanham, impediram-me até agora de gozar dessa felicidade.
>
> Não obstante, tomo a liberdade de presentear Vossa Majestade com uma curiosidade na qual trabalhei durante oito anos seguidos, no decurso da minha residência no Brasil, de maneira que Vossa Majestade poderá ver este belo país, que não tem nada igual no mundo, retratado em diversas peças, que representam os homens, os animais, os pássaros, peixes e frutas, todo em tamanho natural, com os quais se poderá formar

uma tapeçaria das mais raras e jamais vista, para com ela decorar um salão ou uma galeria. E como a curiosidade de Vossa Majestade é conhecida em todo o mundo, eu ouso assegurar que ela terá prazer e contentamento, principalmente quando souber a natureza de cada animal.[14]

Nassau também ditou ao pintor Paul de Mily, a quem encarregara da entrega, um guia descrevendo item por item do presente ao rei da França. Excertos:

O quadro com a letra AA.

Um engenho de açúcar acionado por um pequeno rio. No alto da colina, está a capela e, mais embaixo, a casa do senhor do engenho. Embaixo está a casa do português que planta a cana. Do outro lado do rio, no alto da colina, está a vivenda de um dos portugueses principais, que planta cana; e a capela no alto.

NB. Tudo o que se vê na região com a cor amarelada é a cana, de que se espreme o açúcar.

O quadro com a letra BB.

No alto da colina está a capela duma povoação, que está ao lado. Um claustro dos padres capuchinhos da ordem de São Francisco. A casa de um português nobre.

O quadro com a letra CC.

Um engenho de açúcar acionado por quatro bois, com a casa do senhor e a capela. A ruína de uma grande e bela igreja.

O quadro com a letra DD.

A morada de um lavrador, ou seja, de alguém que só se dedica a plantar a cana. Uma povoação onde residem portugueses com sua capela.

O quadro com a letra EE.

Três diferentes casas ou vivendas de lavradores que plantam a cana. À beira do rio, que se chama Paraíba, está uma fortaleza chamada Margareta. No alto da colina, vê-se a cidade da Paraíba com uma torre branca, a qual serve com um sinal à entrada do mencionado rio. À noite, acende-se um fogo.

O quadro com a letra FF.

É a cidade de Olinda com suas igrejas e claustros arruinados sobre a colina diante do mar. O que se vê ao longe é o Recife, residência do governo e dos mercadores holandeses e judeus, os armazéns de açúcar, o ancoradouro das grandes naus e também a vivenda do príncipe Maurício de Nassau, governador do Brasil, a saber, ali onde está a casa com as duas torres brancas.

O quadro com a letra GG.

Um engenho de açúcar acionado pela levada, com os seus fornos onde se cozinha o sumo da cana de que é feito o açúcar. À beira do forno, o fogo é tão ardente que os escravos negros preferem morrer, envenenando-se se puderem, que suportar este calor. Os portugueses, para impedi-los de fugirem, cortam-lhes o tendão. Outros que estão com varíola curam-se diante dum forno. No alto da colina está a capela, mais embaixo a vivenda do senhor do engenho.

O quadro com a letra HH.

São as ruínas da bela igreja dos jesuítas na cidade de Olinda, a qual era ornada de ouro no seu interior. Eles ainda celebram a missa ali e praticam o culto.[15] O rio chama-se Beberibe. Na outra margem, está um engenho de açúcar com a casa do senhor, e mais em cima, a capela. O quadro com a letra II.

Uma capela e a vivenda dos portugueses. Um convento de frades agostinhos[16] e mais embaixo uma povoação habitada por portugueses.[17]

Os quadros ficaram expostos num salão do palácio do Louvre em Paris, sendo vistos por Luís XIV em agosto de 1679. Paul de Mily escrevia a 28 daquele mês para Nassau em Kleve.

O rei voltou a 25 para ver os quadros e as outras coisas que Vossa Alteza lhe ofertara, acompanhado da rainha, do delfim e do duque e duquesa de Luxemburgo e de muitos outros senhores da corte. E todos unanimemente admiraram o mimo de Vossa Alteza, dizendo que nunca tinham visto uma coisa tão rara. Também o rei não deixou de mostrar sua alegria e

contentamento, quando viu os quadros e as outras coisas, e sobretudo admirou o cavalo-marinho, o papagaio e esse animalzinho, cujo filho entra e sai do ventre materno. Senhor houve que parecia duvidar do fato e pediam para ver o meu livro (memória explicativa dos quadros); e Monsenhor[18] tomou-o, leu o artigo terceiro e outros, dizendo que não duvidava, visto como o príncipe Maurício o afirmava. Cada qual mostrava-se curioso de ouvir explicar os quadros. Vossa Alteza pode crer que muito me custou satisfazer a todos, o que todavia fiz sem prejuízo do rei, a cujo lado sempre me conservei. Mas Monsenhor me puxava ora para um lado, ora para outro, a rainha, o delfim e Madame,[19] que não era menos curiosa do que a outra de ver e ouvir a explicação dos ditos quadros, de sorte que todos tiveram prazer e contentamento, e disseram quase todos que era bonito para uma tapeçaria, mas o rei não resolveu ainda mandar fazer, que eu saiba.[20]

PARTE 3

A guerra de restauração

15.

A conjura luso-brasileira

O conde de Nassau foi substituído no governo por uma junta composta dos três membros do Alto Conselho que partilhara com ele as responsabilidades da governação: Hendrik Hamel, Adriaan van Bullestrate e Dirck Codde van der Burgh. Havendo este último falecido em outubro de 1644, foi substituído por Pieter Jansen Bas, membro do Conselho Político. Desde o começo, o novo governo foi criticado nos Países Baixos e acusado de corrupção, especialmente em decorrência do acordo tripartite feito entre ele, os comerciantes particulares do Brasil holandês e os maiores devedores da comunidade luso-brasileira visando à encampação de suas dívidas, no montante de 2 125 807 florins. Na sua crônica, Nieuhof fez a defesa da atuação do novo governo.

> Depois de ponderado estudo, e, receoso, não sem fundamento, de que com o tempo se generalizasse o descontentamento, o Grande Conselho propôs medidas tendentes a melhor satisfazer as aspirações do povo e a facilitar a liquidação dos débitos. Foi assim sugerido por várias pessoas esclarecidas que o Conselho chamasse a si o pagamento das dívidas dos particulares a dinheiro ou por meio de trocas, para o que os senhores de engenho entregariam à Companhia toda a sua produção até a total liquidação de seus compromissos. E para que fosse mais eficiente essa medida (que visava tanto o benefício da Companhia como dos senhores de engenho, dos comerciantes e dos comissários), resolveu-se que se deveria

assinar um acordo com determinadas cláusulas. A maior vantagem que a Companhia esperava colher dessa providência era a de poder cobrar certas dívidas que já considerava perdidas [...].

A principal, senão a única razão, pela qual se fizeram tais acordos [...] residia nas exigências e nos vexames que aos senhores de engenho impunham seus credores, pois, a menos que os primeiros se sujeitassem a pagar juros à razão de 2,5% e 3% ao mês, estes procediam à apreensão de seus negros, vasilhames de cobre e outros utensílios dos engenhos. Assim, ante a contingência de pagarem quantias exorbitantes e a alternativa de se arruinarem completamente, os senhores de engenho passaram a defender suas propriedades pela força. A situação, portanto, se encaminhava francamente para uma insurreição geral [...] Consequentemente, os senhores de engenho, livres da opressão de seus credores, passaram a dever exclusivamente à Companhia, que lhes concedeu prazo para suas moendas produzirem o necessário à liquidação de suas dívidas, estabelecendo pagamentos em épocas certas e a juros de 1% ao mês. Tendo-se dado prazo bastante dilatado para o primeiro pagamento estavam assim afastados por algum tempo tanto os pretextos como a oportunidade de revolta [...].

É fora de dúvida que tais contratos representavam a única solução para um estado de coisas que se apresentava calamitoso e no qual estavam igualmente envolvidos os senhores de engenho, os lavradores e os sitiantes, acarretando a paralisação dos engenhos e o abandono dos campos. Ademais, se tal situação se prolongasse, causaria a ruína completa da indústria açucareira, pois a Companhia já vinha sofrendo prejuízos enormes que orçavam por 38% anualmente, no Brasil, mais 37% na matriz, ou seja, uma perda total de 75% por ano, somente nos engenhos.

Além de tudo, não eram poucos os comerciantes que, sendo credores dos senhores de engenho, deviam à Companhia consideráveis importâncias e que teriam de ir à falência pela impontualidade de seus devedores, e portanto, com enormes prejuízos para a Companhia, se esta não lograsse encontrar

> uma forma de se cobrar tais dívidas consideradas perdidas. Tudo levou o Conselho a julgar de necessidade inadiável a realização dos acordos, conforme sugestão dos senhores de engenho e seus credores mas não sem antes submetê-los à aprovação do Conselho dos XIX. Não havia, portanto, razão para que os contratos fossem considerados nocivos à Companhia, ainda que certas pessoas maliciosamente os combatessem, alegando que (se não tivesse havido a rebelião) nem em vinte anos, talvez mesmo nunca, teria a Companhia prejuízo igual à responsabilidade que os contratos lhe trouxeram. Pois era notório que o Conselho jamais desembolsaria, como de fato não desembolsou, nem um único vintém para pagar os contratantes por conta da Companhia.
>
> Ademais esta ficou plenamente garantida pela hipoteca de 25 engenhos cuja produção média oscilava entre 230, 240 e 250 caixas de açúcar por ano, cada um. Admitindo que a Companhia reservasse para si apenas 140 ou 150 caixas da produção de cada um deles, já aí se teria um total anual dos 25 engenhos, de 420 mil florins. É evidente, pois, que, mesmo não se tomando em conta os engenhos, seus utensílios de cobre, acessórios e animais, a soma de 2 125 816 ff, que era o total do débito contraído para com a Companhia em virtude dos contratos, poderia ser cobrada sem grande dificuldade. O expediente dos contratos teve ainda o mérito de permitir que os senhores de engenho permanecessem na posse tranquila de suas moendas, livres da opressão dos credores e, portanto, alimentando a esperança de que, mais folgados agora, os lavradores poderiam dedicar-se mais e melhor às lavouras, acelerando assim a liquidação de suas obrigações. De fato, foi isso que se deu e já em 1645 a safra açucareira apresentava perspectivas excepcionais.[1]

Na Holanda, o panfleto anônimo intitulado "A bolsa do Brasil, onde claramente se mostra a aplicação que teve o dinheiro dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais" contém uma apreciação das

estreitas relações de interesse entre devedores da WIC e o governo do Recife. O panfleto pretende aliás ter sido "impresso no Brasil", o que era falso, mas induziu em erro os historiadores que, baseados na alegação, sustentaram ter existido imprensa no Brasil holandês.

> Os membros deste governo, desde o princípio até o presente, não têm atendido a mais do que a encher os bolsos, servindo-se para este fim de todos os meios e principalmente dos judeus e outros homens ávidos de um lucro sórdido e desonesto. Esses tais depositavam dinheiro e faziam presentes e donativos que os do governo sempre aceitaram com grande impudência. Deste modo, é que os senhores governadores foram levados e induzidos a celebrar importantes contratos com João Fernandes Vieira, Jorge Homem Pinto e muitos outros, causando enormes prejuízos à Companhia e a todos os interessados. Como esses portugueses metiam tudo em si, não pagando quantia alguma aos seus credores ou ainda à Companhia, habilitaram-se a empunhar o cutelo para cortar-nos o pescoço, como agora fazem.
>
> Os senhores governadores sempre favoreceram e consideraram mais os portugueses do que os nossos, concedendo que aqueles se sentassem na sala do Conselho, ao passo que os neerlandeses, embora já tivessem servido à Companhia em elevados e importantes cargos, conservavam-se em pé, bem como nada sabem dos segredos do mesmo Conselho. Com isto, os portugueses se tornaram excessivamente orgulhosos e tomaram-se de ódios contra os nossos e o nosso governo, zombando da simplicidade do neerlandeses e da má direção dos negócios deste Estado, cujos segredos eles conheciam melhor do que nós e talvez mais do que os mesmos senhores governadores, de que diziam que podiam predispor por meio de dádivas para todos os seus fins e até para as coisas mais vis e indecentes.

João Fernandes Vieira costumava dizer em substância: "Leve o diabo os engenhos que não podem produzir tanto quanto é necessário para pagar os senhores governadores!". E os chamava de pobres bêbados e imbecis, dando graças a Deus por terem partido Sua Excelência [Nassau] e os senhores Van Ceulen e Gisselingh, que tinham mais critério e penetração e eram pessoas de mais respeito e autoridade do que estes "beberrões". Os senhores governadores nunca avantajaram com algum cargo a um homem de bem que fosse capaz de o exercer, deixando que a gente de sã consciência e ânimo piedoso pereça de desespero; e tudo confiando a um bando de valdevinos, que, servindo-se de lisonjas, bajulações e mexericos, lhes untam os beiços de mel e conseguem não ser incomodados nos cargos que ocupam com grande prejuízo da Companhia, a quem furtam sem peso e sem medida.

Não há um conselheiro de fazenda que não se apresente cada dia com um novo vestido, cada qual mais custoso. Este colégio ou junta de fazenda é, na verdade, inútil e para nada serve, sendo de estranhar que a Companhia o tenha instituído, pois a fazenda deste Estado podia ser bem servida e administrada por uma só pessoa, que, não tendo encargo de mulher e filhos, não meteria tanto a mão na bolsa da Companhia como fazem esses vadios. Os comissários portam-se como uns pequenos condes: vivem, comem, bebem, vestem-se e arreiam-se como grãos senhores, principalmente os que têm a seu cargo a artilharia, víveres, fardos e açúcares da Companhia. Custosos vestidos, mesa lauta, cavalos, criados etc. Donde tudo isto sai, considerem aqueles a quem interessa saber.

Os empregados que têm a seu cargo os livros da guarnição, os segundos guarda-livros e os mais que vivem do trabalho da pena luxam à proporção, notando-se, porém, que frequentam mais as tabernas do que os grandes, porque estes, por amor às conveniências, mandam vir para as suas casas tudo quanto precisam ou compram fiado nos armazéns da Companhia. Não há em torno dos escritórios da Companhia um miserável lacaio dela que não leve a vida folgada que deseja! E os senhores do

governo, que praticam os seus próprios furtos tão em segredo que todo o mundo sabe, não ousam punir esses velhacos, porque receiam que eles, sentindo-se agravados, declarem e publiquem por vingança as faltas dos seus superiores.

Semana não se passava no Recife em que não houvesse quatro ou cinco jantares (principalmente na casa do sr. assessor), onde de ordinário se apresentavam os senhores governadores, sendo acompanhados antes por João Fernandes Vieira, Antônio Cavalcanti, Jorge Homem Pinto e outros portugueses, do que por alguns honrados neerlandeses. E estes, por isso que lhes faziam cara feia, não deixaram de suspeitar a verdade, isto é, que junto do vinho bem se pode tratar e examinar o estado e sondar o ânimo do adversário, que nisto é que esses traidores tinham posto a mira, como o resultado mostrou. Passeios a cavalo e divertimentos não tinham fim, ao passo que os piedosos predecessores dos senhores governadores não cessavam de trabalhar dia e noite, e mal podiam dar desempenho aos seus numerosos encargos.

Os senhores governadores, como é natural, têm favorecido os seus dois respectivos filhos mais do que qualquer outro negociante, não só em relação a bons, firmes e seguros contratos que com ditos seus filhos concluíam, tendo estes boas razões para crer que não redundariam em prejuízo seu, como em relação à cobrança de dívidas ativas, as quais muitas vezes procediam de autorizações que eles recebiam de outros em pagamento para serem satisfeitas pela Companhia e que eram imediatamente pagas em boas espécies. Neste ano da revolta, eles arruinaram todos os neerlandeses que eram senhores de engenho e lavradores no Brasil, porque não escreveram a tempo pedindo navios que levassem os açúcares, de sorte que mandamos somente para o Recife tantas caixas quanto eram necessárias para o pagamento dos gastos por nós feitos; e essas caixas venderam-se por pouco mais do que nada. Metade do açúcar fundiu-se em despesas, ficando o resto nos engenhos, onde, por cúmulo da desgraça, veio a cair nas mãos do inimigo, que apoderou-se também dos nossos outros haveres.[2]

"O machadão do Brasil" é um "diálogo sobre a decadência do Brasil" entre Kees J. Schott e Jan Maet, ambos com experiência da colônia. Como "A bolsa do Brasil", ele também consiste numa catilinária contra o governo que sucedeu Nassau.

> Kees. Depois que aquele senhor retirou-se de lá nada andou bem. A comunidade definha, as finanças estão arrebentadas e o comércio agonizante. Tudo desmantelou-se e caiu em desordem. Tanta influência tem a admiração e o respeito inspirado por um chefe tão ativo e inteligente, que por nenhum outro motivo senão por ler no íntimo do coração de alguns, ficou sendo odiado por esses, aos quais por esse motivo todos os seus projetos e empreendimentos tornaram-se suspeitos e procuravam, pois, contrariá-los todos. O que não fizeram e como se tornaram ativos, sim, como andaram precipitados na desvalorização do dinheiro! Que de argumentos não aduziram para sustentar e fazer passar à força, contra o parecer do conde. E agora fica provado pela experiência que este enxergou longe naquele tempo e previu todos os males provenientes dali, com o terrível escoamento do dinheiro pela desvalorização monetária, a qual acabaria por expulsá-lo todo do Brasil.[3]

O autor de "O machadão do Brasil" também refere as propinas recebidas pelas autoridades holandesas para concluir os acordos com os senhores de engenho mais endividados. Elas são acusadas de receberem

> presentes de caixas de açúcar, cadeias de ouro, aparelhos de prata de todos os gêneros, dinheiro, valores e tudo que estiver disponível [...] Para que, ao tomar-lhe as contas encerrem-se as mesmas, os chefes do Supremo [Conselho] precisam também ter alguma coisa. Para isso achavam, quando se resolviam a dar aos contratantes, além do crédito já realizado, mais alguns

negros e mesmo algum dinheiro, para o que haviam de hipotecar os seus bens, enquanto que sabiam perfeitamente que ninguém lhes dava crédito. Nesse caso, pode-se facilmente arranjar um presente, que deve ser pago com a bolsa bem aberta, e do açúcar fabricado pelos engenhos pode-se algumas vezes obter isso. Para diante quando alguns, havendo expirado o prazo, vinham pedir mora à Companhia, esta, caro amigo, concedia-lhes de tal forma que nunca em sua vida chegaria a receber.

Balthazar de Dorthmond, um estrangeiro, conselheiro da fazenda e diretor em Itamaracá, tirou 5% antes de ficar como garantidor de tais contratos e figurava para com os administradores e acionistas com o nome de Venne, que é o seu cunhado, um grande bancarroteiro e por cujo intermédio diversos contratos são arranjados, isentos de qualquer suspeita [...] Os portugueses, prestando atenção a estes fatos, vendo que Sua Excelência [Nassau] se retirara e que eram então dez contra um, resolveram finalmente fazer uma revolta, sustentando que tinham tanto direito em defender a sua liberdade contra nós como jamais tivemos contra a Espanha [...]Mas o que acima de tudo lhes era insuportável era serem governados por um carpinteiro, referindo-se a Bullestrate, e de outra parte por bebadozinhos, incluíam aí os outros membros do governo, porque os portugueses, espanhóis e italianos consideram o bêbado mais abjeto que o rufião ou o assassino [...].

As coisas têm ocorrido de tal forma com a venda e troca dos negros que pela conta ordinária do primeiro recebimento de Angola perdeu-se a quarta parte dos negros. Onde eles param, só Deus o sabe! Esta última venda, a prazo de três anos, tornou o Supremo Conselho suspeito de, por meios e desígnios premeditados, provocar a revolução. Principalmente quando via-se que os chefes daquela, João Fernandes Vieira, Manuel Cavalcanti e outros eram tão familiares com o Supremo Conselho [...] ao ponto de muitas vezes ficarem para comer com eles. E quando lá iam solicitar qualquer coisa, sentavam-se em cadeiras acolchoadas junto aos conselheiros. E entretanto

os nossos burgueses mais importantes não podiam obter nem uma única audiência.[4]

Com a partida de Nassau em maio de 1644, a conspiração luso-brasileira tomou vulto. A junta que o substituiu era a primeira a reconhecer que desde então amiudaram-se os rumores relativos à conjura. Em fevereiro de 1645, o governo do Recife alertava os diretores da WIC na metrópole que ainda,

> durante o governo de Sua Excelência o conde Maurício, vários habitantes deste Estado entregaram-se a maquinações secretas para se rebelarem contra nós, na esperança de conseguir auxílio da Bahia. Consistiam as suas atividades em insinuar entre seus amigos, após o êxito que alcançaram no Maranhão, que, à vista do considerável enfraquecimento de nossas forças devido aos grandes reforços enviados às guarnições de Angola, São Tomé e outros pontos, excelente oportunidade se lhes deparava para sacudir o jugo batavo e restaurar a liberdade antiga, sob seu próprio rei. Não foi, portanto, pequeno o encorajamento que receberam [...] ao saber que havia já tempo que não recebíamos novos suprimentos de carne e de outros gêneros, nem reforços militares da Holanda; e que, já esgotados os armazéns da Companhia, eram as guarnições dos fortes obrigadas a se abastecer periodicamente de farinha e carne fresca no interior do país [...] Nada disto, entretanto, produziu grande efeito enquanto Sua Excelência se manteve à testa do governo, em parte porque, advertidos de tal propaganda, observávamos cuidadosamente todos os movimentos dos portugueses, e, em parte porque, sendo então nossas forças de terra e mar muito maiores que atualmente, pouca ou nenhuma probabilidade de êxito tinham os projetos lusos.
>
> Julgaram por isso de bom aviso aguardar o regresso de Sua Excelência à Holanda. Tendo sido divulgada com antecedência a partida do conde, e, cientes de que as nossas forças militares ficariam consideravelmente reduzidas, teriam eles ótima

oportunidade para pôr em prática os planos cuja execução há tanto tempo vinham procrastinando. Além disso, muitos portugueses que viveram sob o governo do conde e confiavam em sua autoridade como a única capaz de manter a disciplina da tropa, receosos agora das arbitrariedades e execuções que poderiam cometer oficiais ambiciosos e soldados cúpidos, viam-se forçados a se aliar contra nós. Depois da partida de Sua Excelência, essas conspirações vêm progredindo diariamente. Os implicados revelam o maior zelo em obter toda a sorte de informações sobre o efetivo de nossas guarnições, com a evidente intenção de levar a efeito os seus planos antes que tenhamos tempo de receber reforços e provisões da Holanda. Com esse fim em vista, expediram os rebeldes mensageiros para a Bahia, a fim de pleitear auxílio de homens e de armas, nos quais parecem depositar grandes esperanças. Há fortes razões para se acreditar que a vinda de André Vidal, da Bahia, em agosto último, com o pretexto de fazer despedidas antes de regressar a Portugal onde iria servir seu rei, teve como objetivo principal verificar pessoalmente qual a situação aqui reinante a fim de poder informar tanto o governador na Bahia como a corte em Portugal. É também provável que tivesse procurado sondar as disposições dos nativos, bem como estimular os partidários a lutar por sua causa mediante a promessa de prontos socorros da Bahia. Mais tarde viemos a saber que esteve presente a vários conciliábulos.

Entretanto, ainda que muito se animassem os rebeldes ante a perspectiva de sucesso, à vista da diminuição de nossas forças e da escassez de provisões com que lutamos, não chegaram a pôr em prática os seus planos, pois perceberam que, sabedores de suas maquinações, pudemos tomar a tempo as devidas cautelas contra eles. Além disso, muitos dos moradores portugueses apreciavam extraordinariamente a atuação do Grande Conselho na gestão dos negócios públicos, preferindo antes viver em calma e com segurança do que se comprometerem em tão arriscada empresa. E assim permaneceram as coisas sem alteração de vulto até o presente,

quando já não temos elementos para afirmar se pretendem eles ou não deixar que tudo corra como até aqui.

> Segundo fomos informados de fonte fidedigna, pretendiam os revoltosos assestar o seu principal golpe contra o Recife, que contavam tomar de surpresa. Parecia-lhes que, com o auxílio dos nossos próprios negros (que, na maior parte, são católicos), poderiam capturar a praça no dia marcado para o leilão de escravos, quando grande número de pessoas procedentes do interior aflui para a capital. Se isso acontecesse, é claro que as demais [guarnições] seriam forçadas a se entregar. Todos esses planos, porém, falharam devido aos fortes contingentes que tivemos a cautela de concentrar no Recife durante os dias de feira.
>
> Ao que consta, os principais cabeças do movimento são João Fernandes Vieira e seu sogro, Francisco Berenguer, além de vários outros que já teríamos recolhido à prisão se contra eles tivéssemos conseguido obter informações mais seguras. Entretanto, apesar de tudo fazermos para apurar a verdade, não conseguimos encontrar motivos que justificassem a prisão desses indivíduos nem o desarmamento geral do povo. Ademais, soubemos que, se o tentássemos fazer, teríamos imediatamente uma insurreição geral. Nossos armazéns e postos de abastecimento estavam, por essa época, de tal forma desprovidos que não poderíamos manter qualquer força, retirada das guarnições, para oferecer luta em campo aberto. Além disso, um tal expediente poderia trazer consequências desastrosas para nossa gente, principalmente para os que moravam longe dos fortes, e que temíamos corressem o risco de serem massacrados pelos portugueses.[5]

Segundo relatava o governo do Recife, os conspiradores cogitaram originalmente de um golpe de mão pelo qual as autoridades neerlandesas seriam massacradas, à maneira do casamento parisiense que em 1571 criara a oportunidade para a

célebre matança de protestantes, que ficou conhecida como noite de São Bartolomeu.

> Parece que planejaram sua conspiração de tal maneira que, em Pentecostes, estariam preparadas, em vários locais, festas de casamento com torneios, jogos e outras atividades alegres, para as quais seriam convidadas as pessoas mais importantes da nação neerlandesa, tanto militares quanto civis, as quais depois seriam massacradas. Em seguida, atacariam todos os lugares, pensando eles que, eliminados os principais, não poderia haver resistência e assim poderiam efetuar seus planos do modo como fora feito nas Vésperas Sicilianas ou em alguns outros casamentos em outros reinos. Deus Poderoso não lhes deu oportunidade para exercitarem tão horroroso plano, de modo que eles o adiaram para o São João, quando os navios teriam saído do porto do Recife carregados com açúcar.
>
> Aquele momento foi escolhido com cuidado porque sabiam que, com Sua Excelência, o conde Maurício de Nassau, assim como depois, em todas as frotas, tinha partido e partia grande número de soldados para a pátria, enquanto que poucos ou nenhuns chegavam ao Brasil. Também sabiam que nossos armazéns dispunham de poucas munições, porque há anos não mais fora mandada pólvora da pátria; e que os víveres não seriam suficientes para muito tempo, principalmente quando o interior estivesse fechado para nós e dali não nos viesse mais abastecimento.[6]

Já em 1641 um punhado de próceres luso-brasileiros, tendo à frente João Fernandes Vieira (o segundo maior devedor da WIC), despachou emissário a El Rei d. João IV, a quem, a pretexto de congratular pela ascensão ao trono, informou verbalmente da disposição insurrecional. Posteriormente, o mesmo grupo enviou a Lisboa frei Estêvão de Jesus, com um plano de compra do

Nordeste, para a qual os colonos prometiam contribuir com 2 milhões de cruzados; e, alternativamente, com um projeto de levante. El Rei, porém, só veio a decidir-se em começos de 1644, quando se convenceu da inutilidade das negociações diplomáticas em Haia visando à restituição do Nordeste. Frei Estêvão, porém, faleceu antes de partir para o Brasil, sendo substituído na missão por um irmão de hábito, frei Inácio de São Bento, que viajou a Salvador, de onde, reunindo-se a Vidal de Negreiros, passou ao Recife, onde chegaram a 27 de agosto de 1644. Em Pernambuco, eles permanecerão cerca de um mês. Segundo "A bolsa do Brasil",

> a rebelião que rebentou em Pernambuco e em todos os lugares há três anos que estava resolvida, desde que Vidal veio aqui pela primeira vez com uma frívola e fingida mensagem, e incitou os moradores cujos cabeças eram João Fernandes Vieira e outros, a oferecerem os seus serviços ao rei de Portugal. Poucos dias depois da partida de Vidal, um religioso de São Bento, frei Estêvão [de Jesus], foi enviado ao Reino por João Fernandes Vieira e outros a fim de tratar este negócio com o rei, conforme eles desejavam, e para desempenho desta comissão, forneceram ao frade a quantia de 30 mil florins, não sujeita às despesas que ele fizesse por ocasião da viagem, no seu curso e depois dela. Sucedeu, porém, morrer frei Estêvão em Portugal, sem poder dar conta aos moradores da sua negociação com o rei.
>
> Foi substituído por Vidal, que teve ordem de vir outra vez da Bahia a Pernambuco com cartas de Portugal, e os senhores governadores o admitiram com lhes dizer que se achava no Recife porque tinha de partir para Portugal, e queria despedir-

se de seu pai, que é um velho carpinteiro residente na Paraíba, a quem tanto lhe interessava visitar quanto interessa a nós ver o rei do Congo. E sob esse pretexto, dirigiu-se primeiramente ao engenho de João Fernandes Vieira na várzea, aonde foi conduzido por cinquenta dos principais moradores, que o acompanharam por espaço de uma légua, pouco mais ou menos. Demorou-se obra de oito dias, agradecendo geral e particularmente aos moradores, em nome do rei e do governador da Bahia, o zelo que mostravam ter pela sua libertação do jugo dos holandeses. E combinou com João Fernandes Vieira, Antônio Cavalcanti e outros principais moradores acerca do tempo e dos meios de que se serviriam para realizar o seu desígnio. Isto feito partiu para a Paraíba, e, tendo-se desempenhado ali do mesmo encargo, tornou a Pernambuco para referir a Vieira e aos outros o que havia feito; e em companhia deles, demorou-se ainda largo espaço de tempo.

Quando partiu, levou consigo (como já havia feito por ocasião da sua primeira comissão), não só uma grande quantidade de joias, ouro e prata pertencentes a Vieira, a fim de pôr esses valores a bom recado na Bahia, caso as coisas não corressem bem aqui, como também uma avultada quantia em dinheiro que o mesmo Vieira enviou ao governador em sinal das suas boas disposições, para ser empregada na leva das tropas. Quando Vidal embarcou, um português disse alto e bom som no mercado e em presença de muitos judeus principais: "Deus cerrou os olhos aos senhores governadores, que deixaram vir à terra esse perro, que não traz outro intento senão o de pôr este Estado em agitação e revolta".[7]

Em 1671, decorridos quase trinta anos desses acontecimentos, João Fernandes Vieira recordava a um dos membros do Conselho Ultramarino em Lisboa:

A Majestade que está em glória,[8] por secretos avisos que me mandou, me ordenou que fizesse a guerra aos holandeses para

com ocasião de eu a fazer, obrigar os flamengos a alguma conveniência ou por via das armas serem restauradas estas capitanias de Pernambuco. E o poder que para isto me mandou foi a confiança que fez da minha pessoa e de minha fazenda, dando-me toda jurisdição que me fosse necessária para conseguir a tal empresa, a qual aceitei com amor, zelo e lealdade de verdadeiro vassalo, não reparando nos grandes riscos de minha vida, que o gasto da fazenda pouco o estimava nem estimei, como é notório ao mundo.

Foi a Majestade que está em glória servido mandar-me que tudo o que eu prometesse em compras de praças que fizesse e cargos que provesse e títulos e comendas que desse e letras que passasse sobre sua real palavra o havia por benfeito; e que todos os escravos que tomassem armas ou houvesse por forros; e que poderia mandar enforcar e castigar todos os que impedissem a tal facção. E que a todos os moradores que tivessem fazenda e ainda os eclesiásticos lhes poderia tomar por empréstimo para fazer a guerra e que lhes prometesse todos os favores necessários. E como todo o referido era necessário para dar à execução uma coisa tão duvidosa, botei por bandos e prometi todo o referido. E uma das coisas com que mais obriguei a tomar as armas foi prometer-lhes aos moradores todos que os empenhos de débitos que tivessem feito com os flamengos lhes não seriam pedidos. Assim se resolveram e de mais a mais deram de suas fazendas tudo o que puderam para a guerra e se lhes está devendo, que é fazenda considerável [...].

Eu, por descargo de minha consciência, é força dar a Vossa Senhoria esta notícia, porque os mais dos senhores conselheiros [ultramarinos] que de presente há, nem têm nem poderiam ter estas notícias, porque só as tinham os srs. Visconde, o Velho, o marquês de Montalvão, o conde de Odemira, Gaspar de Faria Severim e também as pôde ter o dr. Pero Fernandes Monteiro, o secretário Marcos Rodrigues Tinoco e Ruy de Moura Teles e os mais senhores que naquele tempo eram os do Conselho.

> Quem me trouxe vocalmente os avisos de Sua Majestade foi um frade de são Bento por nome frei Inácio, eleito bispo de Angola por este serviço. Foi o mestre de campo Martim Ferreira e Simão Álvares de Lapenha que naquele tempo estavam na Bahia e vieram disfarçados em embaixadores ao Recife, onde me falaram. E também noutra ocasião veio o governador André Vidal de Negreiros a trazer-me o mesmo aviso em companhia do frade bento. Todos estes traziam por escrito e mo mostravam mas com ordem que os tornasse a recolher por não serem achados [...] E quem disto dera notícia certa era o sr. Antônio Teles da Silva, por cuja via corriam os segredos deste negócio, de que também o pode dar o sr. Salvador Correia de Sá e Benevides, a cujo efeito veio na jornada do galeão.[9]

Em Lisboa, o projeto de restaurar o Nordeste pela força foi impelido inicialmente não pelos órgãos do sistema conciliar, como o Conselho de Estado e o Conselho Ultramarino, a quem cabia dar a palavra final sobre o assunto, mas por uma cabala de cortesãos situados na franja da maquinaria institucional da Coroa. D. Vasco Luís da Gama, marquês de Niza e embaixador em Paris, que, como tantos outros, se tinham oposto ao plano, identificava em 1647

> aqueles que foram causa de nos vermos nessas revoltas [de Pernambuco]. E foram o mesmo governador do Brasil [isto é, Antônio Teles da Silva] e o conde camareiro-mor [isto é, o conde de Penaguião], seu amigo, moço sem experiência, e Antônio Pais Viegas [secretário particular de d. João IV], que Deus tem, que às vezes tinha opiniões terríveis; e se diz que o marquês de Gouveia [mordomo-mor] e Pedro Vieira [da Silva, secretário de Estado], todos em junta particular, mas dos dois últimos não tenho certeza. E quando se propôs no Conselho de Estado a matéria, foi todo contra ele e sem embargo disso se executou.[10]

O governo do Recife recebeu diversos avisos da preparação do levante luso-brasileiro. Tais denúncias o induziram a enviar uma delegação a Salvador, a qual, oficialmente destinada a combinar providências com o governador-geral Antônio Teles da Silva contra os súditos do Brasil holandês que se refugiassem na Bahia para escapar à cobrança de dívidas, devia averiguar secretamente a existência de preparativos militares de natureza hostil. A delegação, porém, não constatou nada de especialmente alarmante. Mas a 30 de maio de 1645 o governo do Recife voltou a ser alertado por uma carta sob a assinatura de "A Verdade Plus Ultra", denúncia suficientemente detalhada.

> O que planejam é incitar o povo a se levantar em armas e, uma vez isso conseguido, consideráveis reforços lhes chegarão da Bahia, tanto por mar como por terra; com isso planejam bloquear o Recife. Contam ainda estabelecer acampamento em Olinda ou na várzea e aquartelar suas tropas nas freguesias das redondezas. Alardeiam que suas forças já se acham consideravelmente aumentadas pelos devedores da Companhia e outros vagabundos e ameaçam massacrar todos os súditos de VV. EE. que se recusarem a apoiá-los [...] João Fernandes Vieira é o comandante em chefe da rebelião e mantém todas as suas forças rebeldes na mata até o dia aprazado em que, reunidas as tropas, atacarão simultaneamente todos os fortes holandeses e postos avançados. Também soubemos que o referido Vieira já não dorme em sua casa e está sempre de prontidão. Disso VV. EE. poderão facilmente se certificar, enviando gente para prendê-lo com todos os seus escravos e empregados. Se VV. EE. conseguirem detê-los, é provável que, sentindo-se surpreendidos, eles façam ampla confissão [...].

> Julgamos, pois, absolutamente necessário agir sem demora e sob o máximo sigilo, pois se os rebeldes se sentirem descobertos, iniciarão o movimento imediatamente. Somos de parecer que se devem enviar fortes contingentes para as defesas externas e para os portos da Candelária e do Recife. Aconselhamos a VV. EE. que, de hoje em diante, exijam do povo a entrega de suas armas e ordenem a todos os senhores de engenho, principalmente os das freguesias da várzea, Igaraçu, São Lourenço, Santo Amaro, Muribeca, Cabo, Ipojuca e Sirinhaém, que se apresentem no Recife com seus escravos, assegurando-lhes que não serão molestados pelas suas dívidas. Uma vez presentes, todos eles deverão ser detidos sob pretexto de defendê-los contra as tentativas dos rebeldes, no interior [...] O mesmo sistema poderá ser posto em prática com referência aos senhores de engenho da Paraíba, que poderão ficar detidos no forte [do Cabedelo] e os de Porto Calvo, que ficarão naquela praça. Se VV. EE. conseguirem agarrar os cabeças, todo o plano dos insurretos terá malogrado [...] Aconselhamos também a prisão de Francisco Berenguer, sogro de Vieira, e de Antônio Cavalcanti, e, em resumo, de todos os principais cabeças da várzea e de outros lugares.[11]

Um dos autores da carta anônima, Sebastião de Carvalho, confirmou posteriormente o teor da sua delação.

> Que todo o plano da conspiração lhe tinha sido revelado por meio de um documento pelo qual parecia pretender-se formar uma espécie de associação [...] Que a finalidade da associação consistia em levantar em armas os seus membros contra este Estado, bem como sacrificar suas vidas e haveres pela restauração do Brasil holandês à Coroa portuguesa [...] Que os conspiradores tencionavam fazer alastrar a conspiração por todo o Brasil holandês mas que os habitantes da capitania da Paraíba eram os de que mais se devia recear por serem os mais endividados e, portanto, terem muito má vontade para com o nosso governo. Que era desejo dos conspiradores se apoderarem imediatamente de um forte à beira-mar ou junto ao

> litoral onde pudessem receber os recursos provenientes da Bahia, donde esperavam dois galeões de guerra e três ou quatro fragatas. Que o depoente tinha assinado o documento acima referido simplesmente de medo de Vieira, que havia ameaçado de morte os que a tanto se recusassem, tendo chegado a mandar matar diversas pessoas por esse motivo.[12]

Ademais, Sebastião de Carvalho e um grupo de senhores de engenho e homens principais (entre eles alguns, como Jorge Homem Pinto e João Carneiro de Mariz, estavam entre os maiores devedores da WIC) solicitaram a intervenção do bispo da Bahia junto às autoridades de Salvador no sentido de negar apoio à insurreição (8.vii.1645):

> As razões que nos obrigam a representar a V. S. em nome deste povo, causadas das previstas misérias e males prováveis que depois sucederam e a cada hora estão sucedendo nestas capitanias do norte, são de tal ordem que, ainda quando as não declarássemos, V. S. seria servido tomá-las em toda a consideração; e como pastor sacerdotal, encarregar-se-ia de promover a nossa conservação e bem-estar. Tudo seria suportável, uma vez que se evitasse o miserável fim do que foi começado por N. N. e N. N.[13] que se intitulam governadores e usam abusivamente de outros títulos que se arrogaram para os seus fins, como se vê dos seus editais e cartazes sediciosos e criminosos. E nós temos por certo que isto aconteceu sem consentimento daqueles que consentimento lhes podia dar, e do sr. governador [do Brasil], pois que não é de esperar que S. Exa. lhes dê tão perigosos motivos.
>
> Os ditos N. N. e N. N. levantaram-se, corromperam e congregaram um grande número de homens, os mais deles vagabundos e criminosos e os [homens] principais de tal modo oberados de dívidas que, como viram que deviam pagar as grandes somas que essas dívidas representam (as quais eles contraíram muito facilmente, porque os mercadores, por sua

pouca experiência nessas coisas, foram muito fáceis em lhes vender a crédito as suas mercadorias), pareceu-lhes que o melhor meio de livrarem-se delas era meterem-se com os revoltosos. E de ânimo resoluto, já mataram a alguns, pelo que estes senhores [do Supremo Conselho] que nos governam, chamaram e já têm reunido, para tomar vingança dessa obstinação e defender seus súditos, um grande número de potiguares e tapuias, os quais nós tememos muito por causa de sua barbára e cruel inclinação. E é fora de dúvida que, se o sr. governador não fizer efetivamente retirar daqui Camarão e Henrique Dias, que se diz terem vindo para auxiliar esta conspiração e sedição, todas estas capitanias serão dentro em pouco tempo destruídas, seguir-se-ão incríveis misérias e derramar-se-á muito sangue inocente por causa da brutalidade desses homens selvagens. E, em se achando eles assim espalhados, resultarão daí geralmente ainda maiores inconvenientes.

Assim tomando Vossa Senhoria a peito, como pastor espiritual, o que representamos, digne-se de fazer partir daqui os ditos Camarão e Henrique Dias com a sua gente, e desvaneça com as devidas admoestações a imaginação daqueles que pretendem vir para cá com tais intuitos, bem como persuada o sr. governador de que N. N. e N. N. o enganaram e somente buscam o que toca aos seus particulares interesses, se é que Sua Excelência tem conhecimento destas alterações. E seja Vossa Senhoria servido permitir que nós, por força dos tratados celebrados entre o poderoso rei d. João e os srs. Estados Gerais, vivamos tranquilos e em paz, pois que para com os mesmos srs. Estados Gerais somos obrigados a toda a fidelidade e a outros deveres, como prometemos sob solene juramento desde que nos governam, porquanto eles, de sua parte, não faltaram com o bom governo, paz e justiça, e, além disso, nos têm admitido a todos os cargos honrosos. E porque eles nos honraram assim, e por outras razões que é escusado referir agora, nós lhes devemos obediência e é [inútil] mostrar que não demos causa a que nos tratem de ora em vante com menos cortesia e piedade do que até agora o

> fizeram. Ao que Vossa Senhoria não se deve opor e sim proceder como pedimos a fim de que possamos recuperar a tranquilidade, e com isto receberemos grande mercê e ficaremos obrigados a rogar a Deus onipotente queira ter a Vossa Senhoria sob a sua guarda e conceder-lhe longa vida.[14]

Informado de que os terços de Camarão e de Henrique Dias haviam atravessado o rio São Francisco, o governo do Recife enviou nova missão a Salvador para protestar contra a violação do tratado de trégua e para que fosse ordenado o retorno de tais efetivos e sua punição. O governador-geral Antônio Teles da Silva alegou, contudo, que se tratava apenas de soldados desmobilizados que tencionavam saquear o quilombo dos Palmares, comprometendo-se a enviar a Pernambuco indivíduos de reconhecida autoridade que compelissem os revoltosos à obediência. Caso resistissem, o governo da Bahia trataria de submetê-los pela força, de modo a restabelecer a tranquilidade no Brasil holandês. A gestão da delegação holandesa deu-lhe assim excelente escusa com que fantasiar de ato amistoso o despacho por mar dos contingentes de André Vidal de Negreiros e de Martim Soares Moreno, que, uma vez em Pernambuco, deveriam bandear-se para os insurretos. Mas, pela mesma ocasião, Antônio Teles da Silva entendeu-se secretamente com um dos membros da missão, Diederick van Hoogstraeten, comandante da fortaleza do Cabo de Santo

Agostinho, para que a entregasse a Vidal de Negreiros e Soares Moreno tão logo desembarcassem. Fonte holandesa relata o que se passou.

> Logo após a sua [de Hoogstraeten] chegada [a Salvador] [...] [d. João de Sousa, um dos oficiais que serviam com o governador-geral] sentou-se junto a ele (Hoogstraeten) e perguntou-lhe discretamente se o seu tio Felipe Pais Barreto também estava entre os amotinados. O sr. Hoogstraeten respondeu-lhe que o referido senhor ainda se encontrava em seu engenho [...] Antes de terminar o jantar, João de Sousa voltou e convidou Hoogstraeten e [Paulo da] Cunha para fumarem numa sala retirada. Para lá se dirigiram, acompanhados do secretário [da missão] Springapple. Ao atravessar uma galeria, Paulo da Cunha puxou de lado Springapple, enquanto Sousa dizia em voz alta a Hoogstraeten que muito se surpreendera em saber que seu tio Felipe Pais não havia aderido aos revoltosos. Hoogstraeten redarguiu que Felipe fizera bem em se manter afastado desses acontecimentos cujos resultados seriam provavelmente desastrosos. "Isto é o que o senhor pensa", respondeu-lhe Sousa, "mas tenha um pouco de paciência e, por ter a certeza de que o senhor foi sempre amigo dos portugueses, posso assegurar-lhe que as coisas correrão bem. Por isso, quero avisar-lhe como amigo para tomar cuidado com a sua pessoa, pôr a salvo a si, sua senhora, filhos e bens. Mas, se quiser prestar um serviço ao rei, meu senhor, e ao governador, será largamente recompensado e não lhe faltarão nem dinheiro nem terras nem engenhos. Terá um hábito de Cristo e dar-se-lhe-ão duas ou três comendas. Por isso nada lhe faltará, mas terá tudo quanto desejar."
>
> Um tanto embaraçado com essa conversa, Hoogstraeten disse-lhe que estava disposto a prestar qualquer serviço ao seu alcance, tanto ao rei como ao governador. Entretanto, não podia imaginar que espécie de incumbência lhe seria dada. Ao que

Sousa respondeu: "Estou certo de que o senhor poderá prestar muito bons serviços ao rei". "Então", retrucou Hoogstraeten, "diga-me de que maneira." "Pois não", respondeu Sousa, "o senhor é o governador [da fortaleza] do Cabo de Santo Agostinho, pois não?" "Sim", confirmou Hoogstraeten. "Então", continuou Sousa, "o que se quer do senhor é que nos entregue o dito forte com todas as suas obras, a fim de que possamos desembarcar nossos homens pelas vizinhanças. Se o senhor prometer fazê-lo, terá larga recompensa e será feito comandante de nossas tropas de milícia." A isso, respondeu o sr. Hoogstraeten: "Transações dessa natureza são incompatíveis com o meu juramento e a minha dignidade".

Interrompida a conversa pela entrada de outra pessoa na galeria, João de Sousa e Paulo da Cunha seguiram por outro caminho. O sr. Hoogstraeten dirigiu-se então ao sr. Springapple com um ar aborrecido: "O que imaginam esses cães? Acaso têm-me eles por traidor?". Ia prosseguir quando Cunha e Sousa, voltando à galeria, levaram-no para um lado e asseguraram-lhe de que ele poderia estar certo de que todas as promessas seriam cumpridas e que, se quisesse dinheiro, tê-lo-ia imediatamente. Quanto ao resto, conduzi-lo-iam só, ao governador, a fim de ouvir de sua própria boca a confirmação de quanto lhes haviam dito. O sr. Hoogstraeten respondeu: "O que o senhor deseja não está em minhas forças prometer. Jamais agiria dessa forma, mesmo porque tenho promessas de ser promovido a major logo após o meu regresso, e, então, naturalmente, ser-me-dá outro lugar". Durante essa conversa, entrou na galeria o sr. Balthazar van der Voorde[15] em companhia do sr. André Vidal, que o havia entretido enquanto os outros falavam com o capitão. Aproveitando-se da oportunidade, o sr. Van der Voorde, já que caminhavam lado a lado, murmurou ao ouvido do sr. Hoogstraeten: "Gostaria de me livrar dele um pouco, para falarmos em particular. Não sei quais sejam seus planos mas receio que me matem, ou, pelo menos, me detenham aqui". O sr. Hoogstraeten ia responder mas não pôde porque aproximaram-se os srs. Sousa, Cunha e Pedro Correia da Gama (este conhecedor da língua holandesa), de

maneira que o sr. Hoogstraeten e seu companheiro acharam melhor se separarem e fingir que tratavam de assunto mui diverso. Tendo o sr. Hoogstraeten dito então a Sousa que tinha muita vontade de fazer uma visita a d. Catarina de Melo, sogra de Felipe Pais, respondeu-lhe seu interlocutor que pediria licença ao governador. Obtida a permissão, o sr. Hoogstraeten dirigiu-se para a casa dessa senhora em companhia de Sousa; e, ao sair da galeria, disse em voz baixa a Van der Voorde: "Terão presa pelo rabo uma enguia lúbrica". Quando se encaminhavam para a casa da sra. Catarina de Melo, Sousa e Cunha repetiram mais uma vez toda a história, tentando encorajar o sr. Hoogstraeten com esperanças e promessas de grandes recompensas, tanto da parte do rei como da do governador, com quem disseram que ele deveria se entender em particular com respeito à transação. A entrevista se realizaria da seguinte maneira. Quando voltassem da casa da sra. Catarina de Melo e se dirigissem à casa de Pedro Correia da Gama, onde Van der Voorde os aguardava, Cunha iria ter com o governador secretamente, a fim de com ele combinar que, quando os srs. Hoogstraeten, Van der Voorde, Sousa e Cunha fossem ao palácio, o governador, por intermédio de seu secretário, pedir-lhes-ia que esperassem um pouco. Enquanto isso, Sousa convidaria o sr. Hoogstraeten para tomar um copo de vinho, e com esse pretexto levá-lo-ia para a sala do confessor do governador, onde se realizaria a entrevista secreta.

Assim foi que, enquanto Hoogstraeten e Sousa se dirigiam à casa de Pedro Correia da Gama, Paulo da Cunha foi ter com o governador e Sousa ficou a falar-lhe exclusivamente das probabilidades de sucesso de sua empresa contra o Brasil holandês, dizendo-lhe que o governador estava apenas à espera da chegada de Salvador Correia de Sá e Benevides, que devia vir do Rio de Janeiro com três galeões em que viera de Portugal e dois que haviam sido feitos no Rio de Janeiro, além de outros navios; que, para essa expedição, estavam destinados 2500 homens, além dos que já se achavam mobilizados em Pernambuco, força essa que devia ser

despachada da Bahia e desembarcada no Cabo de Santo Agostinho. "Aí está, disse Sousa, o que o governador lhe pede."

Apenas eles tinham defrontado a casa de Pedro Correia da Gama, quando André Vidal chegou e lhes comunicou que o governador estava pronto para recebê-los. Dirigiram-se então ao palácio onde, chegando à antecâmara, o secretário do governador pediu-lhes que esperassem um pouco, enquanto acabava de fechar a correspondência. Assim foi que, enquanto alguns portugueses entretinham o sr. Van der Voorde junto à janela, Sousa convidou o sr. Hoogstraeten para tomar um copo de vinho. Tendo compreendido o convite, o sr. Springapple, secretário da embaixada, disse que os acompanharia, mas o sr. Paulo da Cunha e outros portugueses imediatamente encetaram conversa com ele, levando-o para o outro lado, de maneira que o sr. Hoogstraeten foi conduzido à sala do confessor.

Dentro de poucos minutos, o governador Antônio Teles da Silva entrou na sala e cumprimentou muito cortesmente o sr. Hoogstraeten. Sentando-se em uma cadeira junto ao emissário holandês, deu ordem para que fechassem a sala, não sendo nela admitida pessoa alguma além dos presentes, entre os quais se achava Sousa. Disse então o governador ao sr. Hoogstraeten que tinha sempre notado ser ele amigo dos portugueses e que esperava que assim continuasse, não recusando a oferta que lhe havia sido feita por intermédio de d. João de Sousa em nome do rei e no dele próprio. Afirmou não ser intenção de qualquer um dos dois entrar em guerra com os holandeses, mas tão somente reivindicar aquilo que, de direito, pertencia ao rei de Portugal, d. João IV, e que, se o conde Maurício de Nassau tivesse permanecido por mais tempo no país, teria auxiliado a realização desse desígnio.

O sr. Hoogstraeten disse que teria prazer em saber de que maneira poderia servi-lo. "Foi o que o senhor já ouviu do sr. Sousa", disse o governador, "e eu desejo que o senhor se torne inteiramente português." O sr. Hoogstraeten fez sentir ao governador que o que ele lhe pedia estava acima de suas forças, visto como imediatamente após a sua volta seria

promovido a major e consequentemente ser-lhe-ia dada outra posição. Retrucou então o governador: "Não é preciso o senhor se preocupar com posições honoríficas ou rendosas entre nós; mas talvez não seja conveniente discutirmos agora estes pontos, para que o sr. Van der Voorde não desconfie. Todavia, pretendo mandar dois embaixadores (um deles será o sr. Paulo da Cunha) ao seu governo, os quais levarão poderes para acertar esse assunto com o senhor". "E", acrescentou o governador estendendo a mão ao sr. Hoogstraeten, "asseguro-lhe em nome do rei e no meu próprio que tudo quanto o sr. Paulo da Cunha então lhe prometer será fielmente cumprido."

Alegando então que não mais se demoraria a fim de não levantar suspeita entre os colegas, o governador retirou-se para o seu salão. Tão logo os srs. Hoogstraeten e João de Sousa deixaram a sala, o governador mandou que entrassem os delegados batavos para com eles tratar das propostas apresentadas em nome do Conselho do Brasil holandês. Quando se encaminhavam para a sala do governador, o sr. João de Sousa dirigiu-se novamente ao sr. Hoogstraeten em voz baixa, perguntando-lhe se seria obrigado a aceitar o posto de major; ser-lhe-ia tão fácil dizer que preferia permanecer como governador da praça onde se achava, certo de que, quando se passasse para o lado dos portugueses, não lhe faltariam posições dignas de um bom soldado como era ele. O sr. Hoogstraeten, que não se deixava levar por tais promessas, estava ansioso para voltar para bordo o mais breve possível a fim de poder comunicar tudo ao sr. Van de Voorde. De fato, assim o fez logo que se viram a sós na cabine, cuja porta fecharam cuidadosamente.[16]

O governador-geral Antônio Teles da Silva despachou para Pernambuco dois contingentes sob o comando de André Vidal de Negreiros e de Martim Soares Moreno, a quem pretensamente caberia suprimir a insubordinação dos insurretos de Pernambuco e dos seus coadjuvantes camarões e

henriques. Em conexão com o ataque a ser desfechado por todas essas forças, o Recife deveria ser bloqueado pela frota portuguesa procedente do Rio de Janeiro e da Bahia, que, sob o comando de Salvador Correia de Sá, regressava ao Reino. Já então, a delação de "A verdade Plus Ultra" levara Fernandes Vieira a antecipar o levante quando os camarões e os henriques ainda não haviam alcançado Pernambuco. A 13 de junho de 1645, Fernandes Vieira e seus soldados internaram-se pela ribeira do médio Capibaribe para evitar, em inferioridade de condições, o confronto com o inimigo. Para debelar a insurreição, o governo do Recife tomou várias providências, inclusive uma declaração de anistia a todos os que participavam do movimento, excetuados os cabeças.

16.
A insurreição

João Fernandes Vieira pôs-se à frente da insurreição. O cronista Diogo Lopes de Santiago traça seu perfil ao redigir, depois da expulsão dos holandeses, sua *História da guerra de Pernambuco*.

> Teve neste tempo e pelo decurso de sua vida algum negócio de mercancia de grande cabedal, que veio a importar mais de milhão e meio [de cruzados], indo-lhe Deus aumentando seu estado que chegou a ser senhor de dezesseis engenhos de açúcar, em que tem 130 léguas de terra povoadas em diferentes partes, tendo nelas mais de 2 mil escravos cativos, que cada um deles lhe custou duzentos cruzados, e mais de mil bois mansos de carros, que cada um valia vinte cruzados; 4 mil vacas parideiras, doze cavalos na estrebaria, dos melhores que havia na terra. Valia o ornato de sua casa mais de 15 mil cruzados, que no Brasil foi singular nesta grandeza. Tinha ricas joias e prata de serviço e moedas de ouro de grande valor; e valia o que tinha nestas três espécies melhor de 80 mil cruzados. Tinha grande quantidade de todos os mais gados de animais nas suas fazendas. Todos os passatempos graves teve sempre em sua casa, como eram músicos, os melhores que havia, mestres de letras e de armas e pintor de fama. Pagava todos os anos, de soldada de pajens e criados que tinha em suas fazendas, 10 mil e tantos cruzados. Gastava ordinariamente e gasta grande quantidade de dinheiro no culto divino, aumentando muitas confrarias, edificando igrejas e reformando outras caídas; e foi singular em ser defensor da religião católica romana em tempo dos hereges flamengos, que à custa de sua muita fazenda os convencia. Casava ordinariamente todos os anos muitas órfãs. Geralmente dá muitas esmolas, sendo por sua livre e benigna condição muito benquisto de todo o povo e principalmente dos mais honrados e cristãos. E o era tanto que cada vez que adoecia se faziam

> geralmente em todas as igrejas grandes rogativas a Deus por sua saúde, porque com sua morte se dava o povo por desemparado e no tempo da guerra por perdido [...]. Casou com uma mulher de treze para catorze anos de idade, das mais nobres da terra, chamada d. Maria César Berenguer, filha de Francisco Berenguer, homem nobilíssimo.[1]

Diogo Lopes de Santiago também reporta a decisão pessoal de Fernandes Vieira de chefiar a insurreição.

> Um dia, entre outros muitos, desvelados com este cuidado e impulso da liberdade, havendo discursado com seu bom juízo e entendimento muitas coisas tocantes a este ponto, se recolheu só a uma bem ornada câmara de sua casa, em que estava um painel, e nele pintadas as três divinas pessoas e um só Deus verdadeiro, e sobre um bufete, que abaixo do painel estava, posto um devoto crucifixo; e pondo-se de joelhos, derramando muita cópia de lágrimas, disse com fervoroso peito e inflamado coração: "Altíssimo e Poderosíssimo Senhor, Padre, Filho e Espírito Santo [...] e vós, como aquele que tudo sabeis, sois testemunha de minha verdadeira intenção e vontade e que o que me move e incita a levantar-me e procurar a liberdade deste afligido povo é somente o zelo de vossa honra. E vendo os vossos templos sagrados profanados e vossas sagradas imagens; com tanto vilipêndio destes hereges tratados vossos sacerdotes, oprimidos e desterrados, e tantas donzelas a que tiraram a honra e defloraram. E em segundo lugar, por livrar este infeliz povo de tantas opressões e tirânico cativeiro, que a causa, assim o protesto diante de vós, a quem tomo por testemunha, e não atento nem tenho respeito a interesses nem glórias mundanas pois os conheço por frágeis e finitos, e o receio que tenho de nos deixarem sem sacerdotes. Não me molesta o deixar meu estado e fazendas, pois como vós, meu bom Senhor sabeis (e já o tinha assim determinado) me posso por muito a meu salvo na Bahia com minha família e fazenda bastante para passar honradamente, e para com ela, mediante vosso favor, adquirir muito mais, mas somente, como torno a

dizer, o zelo de vossa honra e por remediar tantos danos dos próximos, de quem tanto me compadeço, me move a esta facção que intento". Tendo feito a breve oração, parece que por impulso divino, ficava com tanto ânimo e alentado espírito, que lhe parecia que o coração lhe estava dizendo que cometesse a desejada empresa da liberdade. E assim, daquele dia por diante, começou a dispor e ordenar as coisas necessárias para tão grandiosa ação e feito digno de eterna memória.[2]

Aliás, segundo o cronista, não teria sido tarefa fácil para Fernandes Vieira ganhar o apoio dos amigos e dos parentes de sua mulher, cuja participação no movimento era crucial, devido à sua posição social na comunidade luso-brasileira.

Andando João Fernandes Vieira com este fervoroso desejo, traçando várias coisas para a facção que intentava, convidava a jantar algumas vezes em sua casa os homens nobres e principais [da comunidade luso-brasileira], a quem esplendidamente banqueteava [...] Ao outro dia, se ajuntaram de João Fernandes Vieira que a recado seu vieram, os homens principais de que lhe parecia se poder fiar, e estando todos à mesa, começou a falar-lhes desta maneira: "Os que presentes estão são uns parentes de minha mulher e compadres, e outros muitos meus amigos [...] me corro de ver a Vossas Mercês, que antigamente mandavam com tanta soberba em tudo, hoje serem mandados por quatro patifes holandeses a quem com notável humildade obedecem, sofrendo tantos opróbios e afrontas quantas a cada hora experimentam [...] Vossas Mercês são portugueses? Vossas Mercês perdoem, que a amizade facilita muitas coisas. Os mais ínfimos e a mesma desonra de Pernambuco são Vossas Mercês, afronta do nome português, que se foram nobres, se foram quem dizem e quem se imaginam [...] que se foram portugueses tiveram já tomado satisfação destes bárbaros, ainda que lhes custara as vidas!".[3]

Os motivos da insurreição foram prolixamente expostos num documento redigido em Pernambuco e intitulado "Manifesto do direito com que os moradores da província de Pernambuco se levantaram da sujeição em que, por força de armas, os tinha posto a sociedade de alguns mercadores das províncias da Holanda". Outro papel, a "Razão que teve o povo e o mestre de campo para se levantar contra os holandeses", fê-lo de maneira cogente.

> 1º. A razão que teve o povo e o mestre de campo João Fernandes Vieira para se levantar contra os holandeses foi a tirania dos ditos holandeses que nunca guardaram sua palavra com os portugueses, tocante à liberdade da religião católica; 2º. Porque os holandeses venderam suas mercadorias ao preço que quiseram e puseram preço baixo e injusto aos açúcares. E além disso não tiveram os portugueses licença para venderem uma arroba para se remediar, porque os holandeses mandaram sempre soldados de guarda aos engenhos e casas de purgar, ficando somente os portugueses como criados e escravos seus; 3º. Porque raramente guardaram em seus contratos a palavra com os portugueses; 4º. As insolências e ignomínias que continuadamente faziam os soldados e capitães holandeses às mulheres e donzelas dos portugueses; 5º. Os furtos contínuos que usaram os holandeses nas casas dos portugueses; 6º. As fintas insuportáveis que puseram sobre o povo; 7º. Os grandes interesses que levaram os judeus do Recife aos portugueses.[4]

O governo do Recife recapitulou os acontecimentos iniciais da insurreição de 1645:

> Os primeiros atos públicos da conspiração surgiram no distrito de Ipojuca. A nossa guarnição ali, composta de trinta homens, fraca demais para resistir, foi por isso mandada para Santo Antônio [Cabo]. Alguns habitantes atacaram então dois

barcos pertencentes a civis e aprisionaram os nossos que puderam encontrar e fizeram mais outras insolências. A isso seguiu-se que moradores, tanto os daquele lugarejo quanto os do campo, tomaram ostensivamente as armas contra nós, sob a chefia do senhor de engenho Amador de Araújo, cortando assim a nossa passagem por terra para o sul e dificultando a obtenção de água do rio para o forte do Cabo de Santo Agostinho. A fim de chamar à razão essa gente rebelada e, pelo castigo desta, refrear os outros habitantes, assim como para evitar outras rebeliões, mandamos para lá o tenente-coronel Haus, com os brasilianos que tinham sido convocados pelo comandante Listry, e também toda a força de que podíamos dispor. Haus reconquistou os caminhos ocupados aqui e ali pelos rebeldes e libertou as pessoas que estavam em ferros encarceradas no convento.[5]

Santo Antônio foi logo adotado como patrono da insurreição.

Em dia de Santo Antônio, 13 de junho [de 1645], houve grande revolta pela várzea com as tropas dos flamengos que vieram prender os conjurados e assim, já às públicas, se tratava do levantamento. E há-de se notar que havia alguns trinta dias que tinha sucedido uma coisa milagrosa na capela de Santo Antônio que está na várzea, em um engenho dos de João Fernandes Vieira. E foi o caso que, fechando um homem as portas da capela por algumas vezes, quando se cerrava a noite, com sua chave, achava as portas da capela abertas de par em par pela manhã, de que se admirou muito. E reparando no milagre, deu conta a outras pessoas que também viram e experimentaram esta maravilha. E querendo fazer experiência do milagre, alguns homens fidedignos e sacerdotes, trazendo consigo as chaves, indo ao outro dia tornaram a achar as portas abertas, e, pondo um selo com sinete no buraco da chave, achavam outra vez as portas abertas no seguinte dia, ficando intacto o selo. Deste caso, foram muitas testemunhas de vista e experiência, e muito público e notório a todos [...] mostrando o

glorioso santo português a seus portugueses que lhes mostrava os caminhos e abria as portas de sua liberdade.[6]

Fernandes Vieira e os insurretos, perseguidos pela principal força de que dispunha o governo do Recife, derrotaram-na a 3 de agosto no outeiro das Tabocas.[7] A comunicação oficial redigida por Hendrick van Haus no engenho Moreno é profissionalmente sucinta.

Ontem marchei com a minha tropa da casa do Covas para o curral de João Fernandes Vieira, com a intenção de recolher ali algum gado e farinha para distribuir aos soldados. Chegando ao curral, achei alguns portugueses, que fugiram; ao persegui-los, deparei-me com uma forte guarda avançada que ataquei e obriguei a recuar, seguindo-a até um monte íngreme para subir o qual só havia uma passagem estreita. Nela estava o inimigo com todo o seu poder; e a defendeu, como desesperado, com grande coragem. Nós, com a mesma coragem e com o máximo do nosso esforço, o atacamos. A luta durou sem interrupção, duas a três horas, com extraordinária fúria de ambos os lados, com ataques e defesas.

O inimigo manteve-se sempre no seu posto vantajoso e a coberto, e como só havia uma passagem estreita para a escalada, muitos dos nossos oficiais e soldados ficaram feridos. Vendo isto, achei mais prudente, por se aproximar a noite e estar quase esgotada e consumida a nossa munição, retirar-me com ordem, para pôr a salvo o resto da tropa e conservá-la, pois a Vossas Nobrezas é bem conhecida a necessidade de garantir com ela a situação atual.

A luta foi grande e furiosa, com constantes descargas de trinta a quarenta homens. Não vi um oficial ou soldado dos nossos que não tenha feito o seu dever com coragem e os índios mostraram extraordinária diligência e valentia, que excedeu a tudo quanto eu deles podia acreditar ou tinha ouvido. Não obstante isto, Deus não foi servido recompensar o nosso

esforço, dever e armas com a vitória, mas reduzir as nossas tropas de alguns soldados mortos e feridos, com o que mostrou que a vitória só d'Ele provém e que ninguém deve confiar apenas na força dos homens. Nessa noite e madrugada caíram pesadas chuvas, o que enfraqueceu muito os feridos e abateu os demais, pois marchamos a noite inteira e dormimos desabrigados. O inimigo não tentou nenhuma sortida posterior ou perseguir-nos, pelo que não duvido que tenha tido a sua boa parte de mortos e feridos.[8]

A crônica de frei Calado é previsivelmente mais rica e noticiosa.

Ouvindo o sargento-mor Antônio Dias Cardoso esta nova [a de que o contingente holandês de 1500 homens, fora os índios, aprestava-se a transpor o rio Tapacurá] [...] com a maior diligência fez logo quatro emboscadas em lugares para isso acomodados, cobrindo umas a outras, e repartiu os capitães com suas companhias para seus postos, deixando um batalhão no alto do monte, em companhia e guarda do governador João Fernandes Vieira, para dali ir mandando gente de socorro às partes onde houvesse mais necessidade dele.

Veio o inimigo nos três dias de agosto [de 1645], véspera da véspera de Nossa Senhora das Neves, a buscar-nos. E vindo chegando à passagem do rio Tapacurá, suspeitando que entre aquelas reboleiras de mato houvesse alguma emboscada da nossa gente, deu uma carga cerrada e os seus índios levantaram um grande alarido de festa, como de quem tinha já o pleito vencido [...]Tanto que o general holandês se viu junto da passagem do rio Tapacurá (onde o veio receber o capitão Fagundes e brigou com ele tão animosamente até o meter nas nossas emboscadas) [...] entrou com toda a sua [gente] pelo rio, com grande orgulho, para passar da outra parte e alcançar a vitória, que já lhe parecia que a tinha na mão. [...] Nesta passagem, como o lugar era estreito, lhes matamos muita gente. Porém isso não obstante, o inimigo passou e se pôs da outra parte do rio e tanto que se viu num campo, não mui largo nem comprido, que está junto ao rio, formou seu esquadrão [...]

porém os nossos capitães, que o sargento-mor Antônio Dias Cardoso tinha posto com seus soldados em lugares acomodados, lhe deram tão terríveis cargas, que os fizeram retirar com perda de muita gente [...].

Retirado o inimigo para a campina, ali se reformou [...] e com todo o mais corpo de sua gente acometeu ao tabocal com intento de chegar a apoderar-se do posto onde estava o corpo da nossa gente. Porém os nossos, que estavam emboscados, lhe deram carga à mão-tente [...] Foi o inimigo abalançando-se avante, dando sempre grandes cargas [...] Chegou o inimigo à boca do tabocal e querendo sair a uma segunda campina que se seguia à primeira, os nossos o receberam com ânimo determinado e valente [...] Resistiram os nossos naquele passo por mais de uma hora ao inimigo tão porfiadamente, que lhe foi forçado retirar-se alguns passos atrás, aclamando os nossos "Vitória! Vitória!". E vendo o inimigo que não podia romper a nossa gente, lançou pelas ilhargas de seu esquadrão algumas mangas para que, encobertas com o mato, nos viessem a dar pelas costas. Porém, como o nosso governador e o sargento-mor andavam vigilantes e tinham posto boas sentinelas, foram as mangas recebidas e abatidas com tanto esforço que se tornaram a retirar com muita perda sua e pouca nossa [...].

Enfadados os inimigos da contenda tão porfiada, arremeteram com muito furor aos nossos e os puseram em grande aperto, com tanta porfia que muitos dos nossos ficaram quase sem fôlego de cansados [...] Esteve a coisa muito arriscada a se perder de todo se o céu não acudira pelos seus fiéis [...] O governador João Fernandes Vieira [...] despediu os negros minas seus escravos, que tinha em sua guarda, e outros angolas e crioulos, e os mandou para onde a escaramuça andava travada, prometendo-lhes cartas de alforria se o fizessem como valorosos. Descenderam os negros do alto do monte por duas partes, armados com arcos, flechas, zagunchos e facões, todos com penachos a seu modo e tocando flautas, atabaques e buzinas, fazendo grande vozeria. E com tanta fúria e estrondo desceram do monte que os nossos começaram a aclamar "Vitória! Vitória!", e o inimigo começou a perder terra e

a nossa gente a segui-lo [...] A este tempo, estava o campo onde o inimigo pelejava todo tinto de sangue e alastrado de corpos mortos, os quais iam retirando e deitando no rio para que não fossem vistos dos nossos, mas como eram muitos não os podiam retirar todos [...].

Já neste tempo, se o inimigo pudera se retirara sem dúvida mas não o fez, porque o havíamos de seguir e, por ser de dia, no alcance os houvéramos de matar a todos. Pelo que, vendo que a noite se vinha chegando, determinaram de dar o último combate com maior força, por ver se nos podiam vencer e, quando não, para se retirarem tanto que chegasse a noite [...] Com grandes gritos e alarido, nos acometeram com uma fúria espantosa, dando tais cargas que as carnes tremiam. Não desmaiaram os nossos soldados, antes alentados com a presença de seus maiores oficiais, lhes resistiram com grande esforço, matando e ferindo a muitos. Tocava da nossa parte de contínuo uma trombeta um índio chamado Batista, que havia trazido a nova da vinda do Camarão. E com ela esforçava tantos aos nossos que o faziam como uns leões. Mas como o inimigo pelejava como desesperado, apertou tanto com os nossos, que os veio retirando e ganhando muita terra. E aqui esteve a coisa mais arriscada que nunca, e já muitos se davam por perdidos [...] Neste tempo levantou o padre Manuel de Morais a imagem de Cristo Nosso Senhor em alto e aclamou: "Senhor Deus, misericórdia!". E todos os circunstantes responderam o mesmo, e disse: "Irmãos, digamos todos uma salve-rainha à virgem mãe de Deus". E em dizendo todos em alta voz "Salve rainha, madre da misericórdia", se viu logo o favor da mãe de Deus, porque o inimigo se começou a retirar decomposto e ir perdendo terra a olhos vistos. E os nossos [...] acometeram com tanto ímpeto que o desalojaram e deitaram fora do campo [...] Durou este terrível combate quatro para cinco horas contínuas, da uma e meia depois do meio-dia até a noite fechada, que foi a que fez cessar a briga.[9]

Pouco depois, desembarcavam em Sirinhaém os regimentos de André Vidal de Negreiros e de Martim

Soares Moreno, transportados por uma esquadra comandada por Jerônimo Serrão de Paiva. Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros ocuparam a vila e marcharam contra o Cabo de Santo Agostinho, cuja fortaleza capitulou a 13 de agosto mediante o suborno de Hoogstraeten e da guarnição. O autor anônimo do chamado *Diário de Arnhem*, publicado em 1647 naquela cidade, reporta:

> Nesta data [14 de agosto de 1645] chegou aqui a guarnição de Sirinhaém. A frota portuguesa [...] desembarcara 1500 homens no rio Formoso. Essa força e mais os moradores levantados dos lugares vizinhos, em número de duzentos, cercaram aquela praça. Depois de nove dias de cerco, o comandante Samuel Lambert la Montaigne, sentindo falta d'água e de outras coisas necessárias, rendeu-se por acordo. Os portugueses enforcaram cruelmente nas paliçadas da fortaleza os índios, que seriam em número de trinta; e tomaram as armas e as munições da nossa guarnição.[10]

A capitulação da fortaleza do Cabo de Santo Agostinho, que dava aos insurretos uma base naval com que se comunicar com a Bahia e com Portugal, foi um duro golpe no moral da população do Recife, tanto mais que

> eram todos [os oficiais da fortaleza] militares que se haviam distinguido por seus serviços e estavam à espera de promoção [...] Entretanto, a infidelidade e a cupidez desses indivíduos contrabalançavam em muito os seus méritos, pois Hoogstraeten, comandante em chefe, com a conivência de Gaspar van der Ley e Albert Gerritsz Wedda, vil e traiçoeiramente negociara a capitulação do dito forte com os portugueses a 13 de agosto pela importância de 6 mil cruzados ou 18 mil florins, além de outras compensações que lhe foram

> prometidas pelo inimigo. Esses oficiais bandearam-se para o adversário com toda a guarnição, sendo Hoogstraeten nomeado coronel de um regimento holandês integrado pelos seus soldados e mais homens de diversas nacionalidades desertados de nossas fileiras. E assim foi a fortaleza entregue aos portugueses, justamente por um dos que mais devia a fortuna à Companhia.[11]

À junção da gente de Fernandes Vieira com as tropas de Henrique Dias e de Camarão seguiu-se a reunião com os terços de André Vidal de Negreiros e de Martim Soares Moreno, oportunidade em que, para holandês ver, executou-se a farsa mediante a qual foi dada ordem de prisão a Vieira, "contrariada" pelo "motim" dos efetivos recém-chegados, que se teriam solidarizado com os insurgentes locais. Em seguida, incorporados, rumaram contra a força holandesa que, derrotada em Tabocas, regressava ao Recife, a qual foi surpreendida no engenho da Casa Forte.[12] A narrativa de Calado é a mais detalhada de que se dispõe.

> O governador das armas holandesas, Hendrick Haus, estava almoçando e brincando alegremente com seus oficiais e soldados e já com os cavalos selados e enfreados e os bois metidos nos carros para se partir para o Recife [...] e em ouvindo os dois tiros, ficou um pouco com a orelha em escuta [...] Neste tempo, chegou a tropa da nossa gente de Pernambuco com o governador João Fernandes Vieira à porteira do pasto, o que visto pelos holandeses que estavam nas janelas da casa[-grande], tiveram tal perturbação que deram com os frascos de cerveja, aguardente e vinho em terra. E cada um arremeteu a tomar suas armas e alguns, que estavam mais à ligeira, foram fugindo para o Recife à rédea solta [...].

O sargento-mor Antônio Dias Cardoso ordenou logo, como destro na milícia, toda a gente em forma de peleja. Despediu ao capitão Domingos Fagundes com uma boa tropa de soldados para que lhes fizesse uma manga e lhes tomasse a retirada para o Recife [...] e logo formou um batalhão de capitães briosos para que, dada a primeira e segunda carga, tanto que a briga estivesse travada, arremetesse com o esquadrão inimigo à espada e dardo [...] O governador Camarão tocou o seu apito, como costuma, a cujo som o rodearam todos os seus índios, e mandou uma tropa deles que lhe fossem cercar a casa forte de d. Ana Pais e ocupar o caminho que ia para o Arraial [...] Por outra parte, Henrique Dias disse aos soldados crioulos e angolas do seu terço: "Eia, mancebos, aqui temos os holandeses, inimigos da fé de Cristo, aqui se há-de ver o que pode e vale cada um de vós; não consintais que os brancos vos levem vantagem" [...] Arrancou João Fernandes Vieira a espada e [...] mandou o sargento-mor abalar todo o corpo da gente, vindo ele diante a cavalo e um trombeta de Camarão deu sinal de acometer e os nossos negros minas também tocaram suas buzinas e atabaques. E fomos nos chegando ao inimigo com tal furor por todas as partes que ele se viu pasmado e perturbado.

Não tínhamos bem acabado de dar a primeira carga quando chegou correndo o mestre de campo André Vidal de Negreiros [...] e tanto que chegou, se meteu logo no meio da escaramuça com tanto valor e brio como se fora um Cipião africano, e os dois capitães com seus soldados entraram com tal furor e sanha que a todos tomaram a dianteira [...] Em se dando a segunda surriada de arcabuzaria e mosquetaria, com tanto estrondo, logo o inimigo de perturbado começou a se descompor. E então os nossos, gritando "À espada, à espada", arremeteram com o esquadrão dos holandeses e os fizeram virar as costas e recolher-se dentro na casa forte. E nela se puseram em defensão, brigando das janelas e varandas animosamente, e os seus índios brasilianos, de uma casa térrea e mui comprida e espaçosa, entrincheirada com uma paliçada de madeira, faziam o mesmo.

E como os nossos soldados arremeteram de corrida com o esquadrão holandês, nesta investidura lhe ganhamos a ermida do engenho e um grande monte de lenha, que estava junta, para o engenho deitar a moer. E como esta ermida e esta lenha estavam junto da casa forte [...] começaram os nossos espingardeiros a seu salvo uma bataria bem travada. E mais de largo, varejava a mosquetaria, que como eram os nossos mosquetes viscaínos e reforçados, toda a parede da casa iam fazendo como um crivo em buracos e ali lhe matamos muita gente. O que, visto pelos holandeses [...] trouxeram a uma das janelas a três mulheres [luso-brasileiras] que ali tinham presas [...] para que a nossa gente ou cessasse com a mosquetaria e arcabuzaria ou as nossas balas as matassem, o que, visto pelos nossos governadores, mandaram cessar a bataria. E o mestre de campo André Vidal de Negreiros lhes mandou um tambor e um alferes reformado chamado João Batista com uma bandeira branca, com recado para que se rendessem logo [...].

Vendo-se [o inimigo] com aquele breve tempo de alívio, saíram de súbito às janelas e varandas e deram aos nossos uma terrível carga e mataram com uma bala a João Batista [...] o que, visto pelo nosso governador João Fernandes Vieira e o mestre de campo André Vidal de Negreiros, chamaram em altas vozes: "Traição! Traição! Estes cães nos querem matar a todos! [...] A eles, a eles, morram todos a ferro e a fogo; carga, soldados, carga. Meta-se lenha debaixo daquela casa e morram todos abrasados!". Não se haviam bem acabado de ouvir estas palavras, quando (já as mulheres estavam retiradas da janela e recolhidas em um aposento baixo) os nossos soldados mosqueteiros começaram a dar tão fortes cargas que não assomava holandês que não ficasse morto. E os demais dos nossos soldados e capitães arremeteram ao monte de lenha e carregando cada qual o mais que podia, encheram os baixos da casa e seu contorno, de madeira [...] E com tanto ânimo e brio acometeram a casa e se assenhorearam dos baixos dela [...] E não se descuidou o padre frei João da Ressurreição, da Ordem de São Bento, o qual andava no meio da bataria confessando aos nossos soldados e animando com grande valor aos

pusilânimes. E trazendo já um pé escaldado de uma bala [...] mas também com uma perna passada de parte a parte com outra bala, não obstante isto, também carregou seu feixe de lenha e se meteu debaixo da varanda da casa.

Pegou-se fogo na lenha e começou a arder e a grande fumarada a rodear toda a casa e os holandeses a brigar valorosamente e os nossos a dar-lhes terríveis cargas [...] e toda a nossa gente com grandes alaridos, já no contorno da casa, gritando "Morram estes cães [...] não se dê vida a nenhum". Determinaram os holandeses sair da casa para escapar do fogo e vender no meio do campo suas vidas honradamente. Porém acharam a escada ocupada pelos capitães, que temos nomeado, que os fizeram recolher com perda de algumas vidas e derramamento de muito sangue.

Neste meio-tempo, entrou pelo meio do pasto do engenho um homem pobre do Arraial chamado Frazão, com uma imagem em vulto da virgem Nossa Senhora do Socorro, a quem os holandeses haviam despojado de seus vestidos e quebrado os braços, a qual imagem vinha suando muitas gotas de água. E gritando o dito Frazão "Milagre, milagre, que a imagem da Virgem Maria está suando!", acudiram logo muitos de nossos soldados e vendo suar a sagrada imagem, lhe alimparam as gotas do suor com os lenços e os guardaram como santas relíquias, e em lhe acabando de limpar umas, brotavam logo outras (caso milagroso).

Tanto que a imagem da puríssima Virgem Maria entrou em nosso esquadrão, logo os inimigos enfraqueceram de tal sorte que começaram a deitar pelas janelas da casa panos brancos em sinal de paz e de que se queriam render. E o governador Hendrick Haus, tanto que parou a nossa bataria, assomou a uma janela com duas pistolas nas mãos com as bocas viradas para a terra e tirou o chapéu, em sinal de que se queria render. Acudiram então os nossos soldados e apagaram o fogo que se ia já ateando debaixo da casa.

Embora fosse dado quartel à tropa holandesa, que pôde retirar-se desarmada da casa forte, o contingente de índios a

seu serviço não foi perdoado. Os nossos dois governadores [Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros], instigados dos grandes clamores do povo [...] mandaram que todos fossem passados pelo fio da espada, porquanto sendo vassalos d'El rei e nascidos na capitania de Pernambuco e criados aos peitos da Santa Madre Igreja Romana e doutrinado na fé de Jesus Cristo nosso Salvador, eles se haviam metido com o inimigo e o haviam encaminhado e ajudado a nos ganhar a terra e haviam sido os maiores traidores e mais carniceiros tiranos que nesta guerra havíamos tido, roubando aos moradores, profanando as igrejas, deflorando por força as donzelas e violando as casadas, e finalmente matando aos inocentes por comprazer aos flamengos e pela grande sede que têm do sangue português.

Logo se deu à execução esta sentença e os degolaram a todos, e vendo estes cães infames que não se lhes dava quartel, determinaram vender as vidas valorosamente [...] e sucedeu que, estando já todos os índios degolados e estendidos na terra, se levantou um deles, com ânsias de morte, e puxando por uma faca, que lhe haviam deixado por inadvertência, deu com ela três facadas penetrantes em Antônio Pais e logo caiu quase morto.[13]

O autor do chamado *Diário de Arnhem* refere o que ocorria entrementes na capital do Brasil holandês.

A 15 [de agosto de 1645] soubemos que o inimigo descia para o Recife. A nossa gente abandonou os Apipucos e chegou ao Arraial, sendo aquele lugar inteiramente pilhado pela tropa [...] A 16, de manhã, ao abrirem-se as portas [da cidade] entrou aqui uma multidão de pessoas que fugiam do Arraial e das plantações vizinhas. Referiram que alguns milhares de homens do inimigo cercaram ao romper do dia o tenente-coronel Haus e todo o resto do seu exército na casa[-grande] de [engenho do] Tourlon, onde se haviam recolhido e que de todos lados se fazia um vivo fogo. Algumas horas depois, chegou-nos a notícia de que Haus capitulara com os portugueses, entregando a casa e todos os seus presos [...] Esta perda enfraqueceu-nos muitos e causou aqui grande consternação. Incontinente tomaram armas

as nove companhias de burgueses, ocuparam todos os lugares em roda do Recife e da Cidade Maurícia para fazer guarda de dia e de noite, visto como esperávamos o inimigo, cujo exército distava somente meia légua das nossas muralhas. Mas não apareceu.

A 17, começamos a demolir as casas da nova Cidade Maurícia. Esse espetáculo fazia dó e principalmente o da fugida da pobre gente que morava em torno desta praça e cujos haveres tinha de deixar em poder do inimigo. A 18, continuou a demolição das casas. Nesta data, foram também abatidas e queimadas as casas e o belo palácio de Sua Excelência, o conde Maurício, edificado em 1640. Lamentável espetáculo! O dano foi estimado em uma grande soma. A 19, continuou a demolição [...] A 20, continuou-se a trabalhar ativamente nas nossas fortificações. Algumas pessoas, suspeitas de serem espiões, foram presas. Para maior segurança, todos os prisioneiros portugueses foram metidos a bordo dos nossos navios [...].

Foi despachado um dos nossos navios para ir buscar os nossos soldados que se achavam no rio São Francisco e em Porto Calvo e demolir os fortes. Essa força deve reunir-se conosco para a defesa desta praça. As fortalezas do Brum, Frederico Henrique, Ernesto e príncipe Guilherme estão bastante fortificadas, bem como o Recife e a velha Cidade Maurícia. Se os portugueses (como nos ameaçam) nos atacarem por assalto, a coisa não há-de suceder sem muito derramamento de sangue. Graças a Deus, podemos haver víveres e alimentos razoavelmente e se não nos faltar água, poderemos manter-nos um bom espaço de tempo contra o inimigo, pois à burguesia não falta coragem [...] Como fecho dos acontecimentos deste mês [de agosto de 1645], diremos que estamos no Recife e aqui inteiramente cercados do lado de terra, pelo que não podemos haver água doce nem refrescos e temos de servir-nos da água de poços, que é um tanto salobra. E isto há-de causar no povo muitas e graves enfermidades, porque estamos aqui habituados a beber boa água e a usar de refrescos, sem o que nesta terra não se pode passar bem.[14]

Mas o triunfo do plano de Antônio Teles da Silva ficou pela metade, devido à falta de cooperação de Salvador Correia de Sá, o qual, surgindo com sua frota diante do Recife, desistiu de bloquear a cidade no momento em que os próprios holandeses admitiam não ter como resistir caso ela resolvesse atacá-los. É certo que as condições atmosféricas de um mês de julho no litoral do Nordeste não eram propriamente favoráveis. Calado narrou as falsas expectativas que a presença da frota portuguesa causou na população luso-brasileira.

> Tanto que a frota deitou fundo, era coisa para ver o como os moradores de Pernambuco (principalmente os que viviam junto do mar) subiam sobre os altos montes, banhados de contentamento e alegria de ver a frota, não somente os homens senão também as mulheres e meninos, que pareciam formigas quando saem de seus alojamentos a buscar a sustentação para a guardarem em seus celeiros para o tempo da necessidade. Uns diziam: "Aquele é um galeão real, aquelas são naus guerreiras, aquele outro são navios de força, e as outras são caravelas que trazem provimento e munições, Deus é conosco, aqui se acabará nosso cativeiro". Os que subiam aos montes perguntavam aos que desciam: "Quantas naus apareciam", os que desciam lhes davam as boas novas. E todo o povo andava alvoroçado. Uns cortavam pelos matos varas grossas e lhes inseriam nas pontas ferros de lanças e dardos, outros faziam paus tostados, outros encavavam as foices roçadouras em hastes compridas, outras aguçavam as velhas e ferrugentas espadas que estavam enterradas pelos monturos. E todos tão alentados e animados para abalroarem com o Recife e com tanto ânimo de o ganharem como se já tiveram a vitória alcançada. E até os meninos faziam seus arcos e se proviam de flechas para se acharem na empresa [...].

> Sobreveio no seguinte dia uma tempestade de chuva e vento, tão extraordinária qual os homens do Brasil não se acordaram haver visto outra semelhante, pela qual razão temendo os pilotos que lhe arrebentassem as amarras e as naus viessem com a fúria dos ventos a dar nos arrecifes e se fizessem em pedaços, levantaram âncoras e todos se fizeram à vela, andando de um e outro bordo, volta ao mar e volta à terra, porém sempre engolfados ao largo. Continuou a tempestade com tanto ímpeto e fúria dos ventos que em espaço de seis dias nunca puderam achar abrigo para tornar a ancorar. E como o vento corria do sul, por não irem a dar nas Índias de Castela derrotados, foi força e necessidade tomarem a via de Portugal e em breve espaço desapareceram da vista da terra.[15]

Como assinalou J. A. Gonsalves de Mello, "um episódio que se esperava fosse de rápido desfecho — o ataque por terra sincronizado com o bloqueio marítimo da esquadra — ia transformar-se numa luta cuja duração não se podia prever e cujo resultado era mais que incerto, pois ia colocar frente a frente, ainda uma vez, o enorme poder econômico e militar da Holanda contra o de Portugal e dos moradores do Brasil, no período de crise em que ainda se achava o mundo português, depois da ascensão ao trono do duque de Bragança". A reação de Lisboa consistiu em negar diplomaticamente qualquer envolvimento da Coroa com o levante, colocando a culpa no governador-geral Antônio Teles da Silva; e em ordenar a retirada das tropas que se encontravam em Pernambuco, as quais, ao partir, deveriam devastar o interior da capitania, retirando os colonos portugueses para a Bahia e incendiando os

canaviais. Por sua vez, livre da ameaça da frota portuguesa, o governo do Recife despachou a esquadra holandesa do almirante Lichthart a fim de destruir as embarcações que, sob o comando de Jerônimo Serrão de Paiva, haviam desembarcado em Sirinhaém os contingentes de André Vidal de Negreiros e de Martim Soares Moreno.

> Suposto que havia na força e cabedal tanta disparidade, todavia houve de parte a parte uma cruel e sanguinosa batalha e o inimigo perdeu a melhor nau que levava, porque lha atravessaram com uma bala de parte a parte. E outro navio nosso, vendo a coisa malparada, não quis esperar dentro na enseada, antes saiu fora do porto e brigou no mar alto com o inimigo e lhe desenxarciou duas naus e lhe matou muita gente; e vendo que toda a frota inimiga vinha sobre ele, se fez na volta da Bahia e se foi embora [...] Duas caravelas e dois navios [portugueses] vararam em terra e, salvando-se a gente, se pôs a defender as suas embarcações com tanto brio que o holandês as não pôde ganhar. Dos outros navios, se deitou muita gente nossa a nado, principalmente a gente do mar, e os mais se salvaram e vieram à terra em paz. Os holandeses deitaram fogo em dois navios nossos e os queimaram e tomaram um patacho já quase desfeito com a artilharia e também tomaram o navio que servia de capitânia, onde vinha o capitão-mor Jerônimo Serrão de Paiva, o qual, depois de haver brigado como um Hércules e de ter feito grande estrago nas naus inimigas, vendo-se abordado por três partes, com a espada na mão, se defendeu bizarramente até que, vendo-se ferido e tão cansado de brigar que já não podiam menear os braços, se entregou. E os holandeses, depois de lhe darem algumas pancadas e cutiladas, o trouxeram para o Recife com o seu navio todo desfeito.[16]

A notícia serviu ao menos para recuperar um pouco do moral holandês no Recife, logo, porém,

abalado pela capitulação do Cabo de Santo Agostinho. Refere o autor do *Diário de Arnhem*:

> A 10 [de setembro], de manhãzinha, chegou aqui um barco mandado pelo nosso almirante, trazendo-nos a mui grata notícia de haver ele com a sua frota de oito navios e alguns barcos derrotado completamente a frota portuguesa a 9, de manhã cedo, a qual se compunha de treze velas, entre navios grandes e pequenos. Os mais deles deram na praia e os portugueses lhes deitaram fogo, sendo tomados dois navios e duas caravelas [...] Graças a Deus, não tivemos mais de três mortos e dois feridos. Quanto ao inimigo, não se sabe o número dos seus mortos, porque os portugueses se lançavam à água como ratos para se salvarem em terra, e pela maior parte se afogaram. Poucos foram os prisioneiros que os nossos fizeram, abatendo os que lhes caíam nas mãos. O almirante português está ferido e foi tomado pelos nossos com mais alguns prisioneiros. Os portugueses estavam ocupados em carregar açúcar; tiveram de pagar em dobro as recognições.[17]Dia 11 [de setembro]. Foi essa uma grande vitória para nós e brilharia com mais fulgor se não fora obscurecida pela triste notícia que chegou aqui na noite de 11: o major Hoogstraeten, comandante do Pontal, fez entrega da praça ao inimigo a 5 deste mês, vendendo-a como um traidor [...] Esta notícia causou aqui grande consternação mas, mercê de Deus, a maior parte da população não perdeu o ânimo e a coragem [...] Referiram que Hoogstraeten desculpa-se de haver entregue o Pontal com dizer que Gaspar van der Ley e o tenente Jacob Fleming concluíram o acordo em sua ausência e que ele não recebeu um real dos portugueses. Mas isso temos nós por patranhas que as mulheres velhas contam junto à roca ou quando adormecem as crianças, embalando-as [...].
>
> A 28 [ix.1645], soubemos que João Fernandes Vieira, Martim Soares [Moreno] e outros sujeitos vieram procurar-nos com todas as suas forças mas a coisa não passou de uma rodomontada. Aproximem-se e bem pode ser que os mais deles vão ao encontro de santo Antônio e de são Francisco, e lhes

digam no Purgatório qual é o gosto das salsichas que os *flamengos* estão fazendo dos porcos de santo Antônio. *Nota bene*: Por porcos, entendam-se os portugueses ou Speck-Jan; santo Antônio é seu patrono, bem como dos porcos.[18]

À vitória obtida na Casa Forte, seguiram-se a capitulação das fortalezas de Porto Calvo e de Penedo e o êxito do levante da Paraíba, que isolou o inimigo na fortaleza do Cabedelo. Este último acontecimento foi minuciosamente referido pelo governo do Recife no seu relatório.

No início de junho, quando os habitantes da várzea de Olinda e de Ipojuca começaram a revoltar-se e a pegar em armas, foi-nos avisado que devíamos cuidar da capitania da Paraíba, porque várias pessoas dela estavam unidas nessa conspiração. Para lá despachamos apressadamente como diretor, com comissão ampla, o sr. Paulus de Linge, conselheiro de Justiça, para fazer com que os moradores permanecessem obedientes e cumprissem seus deveres, e para fazer tudo que fosse útil ao bem-estar geral e à preservação da terra. Ele abasteceu logo os fortes com víveres, soldados e munições dos navios que naquele tempo estavam ancorados detrás da Terra Vermelha, prendeu alguns dos seus moradores culpados de traição e mandou depois a todos que se apresentassem pessoalmente e de novo prestassem o juramento de fidelidade. Assim foi feito e todos prestaram juramento […].

A mencionada capitania da Paraíba ficou por isso ainda durante alguns meses obediente, ou ao menos aparentemente, até, mais ou menos, 25 de agosto de 1645, quando eles ouviram dizer que o tenente-coronel Haus fora derrotado na várzea de Olinda e fora preso com a maioria dos seus e que também o Cabo de Santo Agostinho estava rendido, o que, segundo parece, os levou a pegar em armas e também porque Vidal [de Negreiros] e outros chefes lhes mandaram de Pernambuco cinco a seis companhias da Bahia, com armas e munição de guerra para assisti-los. Era intenção deles isolar a

guarnição que defendia o convento e a burguesia da Cidade Frederica, que é um lugar aberto, dos fortes que ficam à beira-mar. O referido diretor e os oficiais da milícia e da burguesia acharam conveniente recolher a gente com seus bens e bagagens aos mencionados fortes. Primeiro, para que estes não fossem atacados pelos portugueses, que agora estavam muito fortes; em segundo lugar e principalmente para que os mencionados fortes ficassem melhor defendidos pela gente, podendo assim resistir ao inimigo, qualquer que fosse a força com que chegasse; e ainda para que as guarnições ficando separadas não corressem perigo. Os brasilianos desse distrito foram também chamados para os fortes, onde foram feito quartéis para os alojarem com suas famílias, o que também contribui muito para a defesa, servindo os ditos quartéis ou entrincheiramentos como que de obras externas dos fortes.

De modo que o inimigo, pela junção da guarnição da Paraíba, não vendo muitos meios para apoderar-se dela à força, tentou usar por isso, como era seu costume, de traição, e como o Pontal [do Cabo de Santo Agostinho] que foi entregue por dinheiro, supôs que os fortes da Paraíba também estariam à venda. Para esse fim, mandaram ao diretor e ao comandante dali, em setembro de 1645, um certo Fernando Rodrigues de Bulhões, secretário do tribunal da Paraíba, o qual lhes revelou sua missão, que visava a que, por uma grande soma de dinheiro, lhes fosse dada uma oportunidade para se apoderarem dos fortes. Eles, porém, em lugar de ouvirem o enviado, prenderam-no por ordem do referido senhor diretor, e no dia seguinte o executaram. Desde então, tentou o inimigo assediar-nos e reduzir-nos pela fome, ocupando todas as passagens para o interior, nas quais, por várias vezes, ocorreram choques armados. Os brasilianos em especial causaram muitos prejuízos aos portugueses com suas incursões e conseguiram obter no interior parte das suas necessidades.

Na várzea da dita capitania [isto é, do rio Paraíba], construiu o inimigo (como em Pernambuco) uma pequena fortificação, na qual se recolheu, sendo esta em certo engenho, chamado

Santo Antônio, pertencente a Jorge Homem Pinto. Mas essa fortificação não é de tanta importância que possa resistir a quem for senhor da força ou tenha alguma força no terreno. Camarão permaneceu quase sempre na Paraíba, fazendo todo o possível, primeiro para levar os nossos brasilianos para seu lado; e depois (obtendo em Pernambuco gente para assisti-lo) para nos causar com as armas todo prejuízo possível, mas não conseguiu nem uma coisa nem outra.[19]

Em Itamaracá, não havendo ocorrido levante nem na ilha nem na terra firme da capitania homônima, o governo holandês nomeou como diretor

o sr. Balthazar van Dortmond, conselheiro de Finanças, sendo essa ilha de tamanha importância que em tempo de guerra devem necessariamente residir nela algumas pessoas de autoridade. Para a ilha, fizemos retirar os brasilianos das aldeias de Goiana, Igaraçu e outros lugares em redor, livrando-os deste modo do risco de serem assaltados, e aumentando por esse meio a nossa força contra o inimigo. Como se viu no ataque que o inimigo fez, em 24 de setembro de 1645, à Cidade Schkoppe,[20] os referidos brasilianos comportaram-se tão valentemente que o inimigo foi obrigado a retirar-se com perda de trezentas a quatrocentas pessoas. Também foi útil a presença ali, no momento certo (embora contra a vontade da burguesia), de um dos membros do nosso Conselho, sem o qual poderíamos considerar perdida toda aquela ilha.[21]

O *Diário de Arnhem* registra o frustrado ataque luso-brasileiro à ilha de Itamaracá, também glosado prolixamente nas crônicas luso-brasileiras.

Ontem, 24 deste [ix.1645], que foi um domingo, cerca de 3 mil homens, assim portugueses como trânsfugas e soldados nossos coagidos, atacaram por volta das sete horas da manhã a Cidade Schkoppe na ilha de Itamaracá e foram valorosamente repelidos por quatro vezes. A nossa gente, posto que muito inferior em número, atacou os inimigos com

uma coragem e intrepidez indizíveis, fazendo fogo contra eles com tanta galhardia (até as quatro da tarde) que os contrários tiveram de fugir vergonhosamente. O combate durou sem cessar nove horas. Do inimigo, achamos mortos no lugar cerca de 250 homens, que foram enterrados em grandes covas, afora os que os portugueses levaram e enterraram [...] Tivemos quinze mortos e dez feridos.[22]

Destarte, a partir de setembro de 1645, os luso-brasileiros passaram a controlar praticamente o interior do Nordeste, reduzindo a presença holandesa ao Recife e às guarnições litorâneas de Itamaracá, da Paraíba, de Fernando de Noronha e do Rio Grande do Norte, onde, é o governo do Recife que refere,

ocorreram coisas totalmente diferentes [...] Ali desceram algumas centenas dos tapuias em junho de 1645, das suas montanhas para a dita capitania, como estão acostumados a fazer todo ano. Mas quando ouviram falar da revolta dos moradores portugueses de Pernambuco, juntaram-se, em 16 de julho, no engenho de Cunhaú, para impedir que isso acontecesse também naquele distrito. Por seu ódio inato contra os portugueses, mataram ali uns quarenta deles, que atacaram com tamanha fúria que os poucos holandeses que estavam com eles não o puderam impedir. Dali prosseguiu essa nação para Mipibu, Goiana e Potengi (são todos lugares situados no Rio Grande), onde sitiaram os portugueses, que se tinham fortificado com uma cerca de paliçadas, juntamente com brasilianos, da qual se apoderaram mediante acordo pelo qual, entre outras coisas, receberam a garantia de que não seriam mortos se ficassem tranquilos e desarmados. Alguns destes não cumpriram a palavra e passaram-se para o inimigo na Paraíba, o que irritou os mencionados tapuias [...] Por isso, resolveram, com os brasilianos que os acompanhavam, não manter o acordo anterior, mas massacrar os outros portugueses

que haviam ficado. Isso foi feito, dizendo os brasilianos que eles tinham agido assim também em vingança dos trinta a quarenta da sua nação que, contra o acordo, tiranicamente foram estrangulados nas paliçadas, por André Vidal em Sirinhaém. Desse modo, ficou a capitania do Rio Grande de todo limpa da nação portuguesa, com exceção de alguns poucos que escaparam.[23]

Os massacres de Uruaçu e de Cunhaú deixaram um rastro de sangue no Rio Grande do Norte, logo ingressando no imaginário religioso luso-brasileiro. Vide a narrativa do capitão Lopo Curado acerca do massacre de Uruaçu.

Em 2 do presente mês de outubro [de 1645], chegou uma lancha do Recife ao Rio Grande, e conforme a execução que se fez, trouxe ordem para matar a todos os moradores de dez anos para cima [...] Em batéis, os levaram pelo rio [Potengi] acima três léguas, acompanhados dos soldados, e os lançaram fora no porto do dito rio chamado de Uruaçu, meia légua da dita cerca, na qual acharam passante de duzentos brasilianos bem armados, com Antônio Paraupaba escaramuçando em um cavalo. E tanto que estiveram em terra, os flamengos despiram nus aos ditos moradores e os mandaram pôr de joelhos, o que eles receberam com muita paciência e os olhos em Deus. E logo chamaram aos brasilianos para os matar, o que se executou logo, fazendo nos corpos destes mártires tais anatomias que são incríveis. E não contentes com elas, os ditos flamengos os ajudaram a matar, assim arrancando os olhos a uns e tirando a língua a outros e cortando as partes vergonhosas e metendo-lhas nas bocas.

No mesmo instante que os acabaram de matar, foram os ditos flamengos à cerca, deixando os brasilianos no lugar em que tinham feito os martírios nomeados para a segunda execução [...] E chegando aonde estavam os sobreditos brasilianos lhos entregaram, e com a tirania e desumanidade que em seus corações habita, os mataram sem ficar nenhum,

> na qual execução se fizeram as maiores anatomias e martírios nos corpos destes mártires, que são coisas que a boca não pode pronunciar. E acabante as ditas mortes, deixaram os corpos expostos ao sol e sobre a terra e sem sepultura nenhuma, e os membros tão divididos em partes que não se conhecia quais eram os de cada um dos ditos mártires. No mesmo instante, foram os mesmos tiranos flamengos e brasilianos à cerca, onde somente ficaram as pobres viúvas e órfãos, e as acabaram de despojar de todos seus bens, deixando-as a muitas nuas, e com outros opróbios que passo em silêncio [...] Sobre a sepultura onde foi enterrado o padre vigário Ambrósio Francisco Ferro, se achou quinze dias depois de sua morte uma posta de sangue fresca sem corrupção como se naquela hora fora derramado [...] Muitas outras coisas milagrosas sucederam, dignas de se recontarem, que deixo ao tempo.[24]

Matheus van den Broeck deixou um precioso diário acerca dos primeiros meses da insurreição pernambucana de 1645, o qual foi publicado em Amsterdã em 1651. Tendo sido feito prisioneiro na batalha da Casa Forte, Van den Broeck, com outros compatriotas seus, foi enviado para a Bahia, tendo a oportunidade de atravessar o interior conflagrado do Brasil holandês. No decurso da viagem, encarcerado em Sirinhaém,

> anunciaram-nos que no dia imediato seguiríamos por terra para a Bahia, dando-se-nos a entender que no caminho seríamos passados à espada. Na seguinte manhã, 17 do corrente [setembro de 1645], apareceram algumas mulheres neerlandesas, que aqui ficaram assistindo com passaportes depois da rendição do forte, e como não podiam falar conosco, andaram a passar furtivamente por diante da porta do calabouço onde jazíamos. Pouco depois veio despedir-se de nós o capitão Hick, acompanhado do seu criado. Entraram para

dentro da prisão e choravam ambos tão sentidamente que não puderam praticar conosco, o que fez saltarem as lágrimas aos olhos de muitos soldados valentes. Como lhes perguntássemos se havia alguma dificuldade, responderam que se a tropa [aprisionada] do Cabo fosse conosco (pois ela se dera a partido, ao passo que nós fomos tomados com as armas na mão), não correríamos perigo, mas se não... calaram-se.

Fomos enfileirados dentro da prisão e revistados; e como em alguns encontrassem facas que ainda traziam consigo, as tomaram. O nosso troço compunha-se de três tenentes, dois alferes, seis sargentos, Jacob Vermeulen, eu e 36 soldados rasos, os quais todos fomos aprisionados na várzea. Fomos conduzidos para fora da povoação, ficando nela a tropa do Cabo. Ao partirmos de dita povoação, debulharam-se em lágrimas as mulheres neerlandesas, de modo que nós mais não sabíamos senão que era chegada a nossa última hora. Seguimos, pois, para Santo Amaro passados de grande medo, e de Santo Amaro para o Rio Formoso, acompanhando-nos alguns camponeses. Pela tarde, chegamos ao Rio Formoso e ao cair da noite chegou também ao mesmo lugar a tropa do Cabo, com que ficamos mais tranquilos.

Dia 18 [de setembro]. Chegamos à povoação de Una, onde encontramos em armas muitos indígenas e camponeses, o que nos meteu novo medo. À noite, pernoitamos no engenho de Diogo Pais [Barreto].

Dia 19 [de setembro]. Partimos acompanhados de duas companhias de camponeses, e pelas onze da noite chegamos ao engenho de Rodrigo de Barros [Pimentel], depois de havermos vingado 32 bons montes e nove boas léguas. Em dito engenho, tomamos pouso durante o seguinte dia. Aí soubemos da rendição do forte de Porto Calvo, onde falaram com a gente do Cabo. Por Jacob Dassine, que havíamos deixado em Santo Antônio, soubemos também que Pedro Marinho Falcão, depois da nossa partida, o metera em ferros por acusá-lo de haver dirigido uma carta, antes da revolta, aos altos conselheiros, na qual declarava ter ouvido a certo português que o capitão de cavalaria [Gaspar van der] Ley e o capitão Hick tinham

conhecimento da dita revolta. Essa carta o sr. Bullestrate a mostrara ao capitão Ley, de quem era compadre, para que visse o que diziam dele, e Ley a entregara a Pedro Marinho Falcão, seu cunhado, que a podia mostrar. Dizia Marinho que, se não fora essa carta, Hoogstraeten, Ley e Hick não se teriam recolhido à fortaleza de Nazaré. Mas pelo amor de sua honra, tiveram de ir para ela, pelo que ele, Dassine, também concorrera para que se prolongasse por tanto tempo a guerra no Cabo. E por isso ameaçava de o enforcar, tanto que se rendesse a fortaleza. Poucos dias depois que capitulara Hoogstraeten foi Dassine setenciado e absolvido pelo auditor Francisco Brabo da Silveira, e se lhe permitiu seguir para a Bahia.

Dia 21 [de setembro]. Partimos escoltados por sessenta ou setenta marinheiros dos navios que os nossos tomaram e saquearam em Tamandaré, tendo tido os ditos marinheiros a felicidade de escaparem com vida. Esta escolta nos acompanharia até a Bahia. Ao cair da noite fomos a Camaragibe.

Dia 22 [de setembro]. Passamos pelo engenho de Domingos Gonçalves Marzagão, e ao escurecer chegamos ao engenho de Santo Antônio Grande. Aqui vimos o comissário Van Diemen e mais três ou quatro neerlandeses de Porto Calvo, tendo consigo algumas bagagens, mas não pudemos praticar com eles. A 23, chegamos à praia do rio de Santo Antônio Grande e continuamos nossa viagem para as Alagoas, onde alcançamos os prisioneiros de Porto Calvo, que haviam partido antes de nós.

Creio que em outubro chegamos ao rio de São Francisco, cujo forte já os nossos haviam entregue, e empregava-se o inimigo em demoli-lo. Como os moradores do distrito insistiam em nos querer matar, o comandante [Nicolau] Aranha [Pacheco] mandou passar-nos para a outra banda do rio, onde estaríamos mais seguros. Aí encontramos os cadáveres de três neerlandeses, que haviam sido mortos recentemente. Descansamos três dias. Prosseguindo em nossa viagem além do rio de São Francisco, deparamos no caminho com mais seis

ou sete homens assassinados de fresco, ao que parecia. Soubemos depois que essas vítimas pertenciam às tropas do rio de São Francisco e Sergipe d'El Rei, e se haviam deixado ficar atrás.

Achava-me eu então mui indisposto com uns frunchos debaixo dos pés e uma grande postema na barriga da perna. Essa postema rebentou, abrindo não pequeno buraco, e eu não tinha mesinha alguma com que me curasse. Teria decerto ficado atrás se não fora o medo que me meteram aqueles cadáveres, tanto mais quanto mataram imediatamente os nossos companheiros, que, não podendo avançar, se deixaram ficar atrás. Fiz, pois, das fraquezas forças. Prosseguimos pela mata de São João, onde passamos muita sede (como sofremos grande miséria em toda a viagem), e trilhamos um áspero caminho apenas transitável. A 24 [de outubro], chegamos ao castelo de São Felipe, onde, para não passarmos pela fortificação, meteram-nos em um barco e levaram-nos à Bahia, de modo que na manhã seguinte, 25 deste mês, entramos na cidade de São Salvador. Graças sejam dadas a Deus que nos livrou de tamanho perigo e aqui nos trouxe a salvamento! Da nossa tropa, ficaram atrás quinze homens, alguns dos quais foram mortos debaixo das nossas vistas. Os mais, creio que não hão-de aparecer.[25]

17.
A rotina do cerco do Recife

O fracasso ou, caso se prefira, o êxito parcial do plano de Antônio Teles da Silva confrontava o exército insurreto com a alternativa de desistir da luta ou de recorrer à estratégia de guerra lenta do período 1630-2, acuando os holandeses no Recife e nas fortificações do litoral à espera de substancial ajuda da Coroa lusitana, o que, nas circunstâncias da guerra com a Espanha, era um cálculo bem arriscado. De imediato,

> os nossos governadores pelo mês de setembro [de 1645] entraram em conselho sobre averiguar o posto e sítio em que se fizesse uma fortificação onde se recolhessem os soldados e estivesse segura a pólvora e as mais munições de guerra. E depois de diversos pareceres que houve, em que se fizesse no engenho de São João, que é do governador João Fernandes Vieira, sendo ele sempre de opinião e parecer que se fizesse na mesma várzea [...] junto a um engenho que foi de um flamengo que chamavam o Bribão, onde se fez, seguindo todos o parecer e voto do governador João Fernandes Vieira, ficando uma légua em distância do Recife.[1] [...]
>
> Traçou a fortaleza um mestre de obras estrangeiro. E acudiu o governador João Fernandes Vieira com seus escravos e os moradores da terra com os seus por sua parte, e se deu tanta pressa a esta fortaleza que em espaço de três meses se principiou e acabou, com suas plataformas e esplanadas, que lhe descortinavam bem todas as partes, e com paliçadas de pau a pique, com suas trincheiras e outras obras necessárias para ficar boa e bem segura à força. Cavalgaram nela as oito peças de bronze que trouxeram da fortaleza do Porto Calvo; e o

primeiro dia de janeiro de 1646 se deu com elas a primeira salva em honra do nome de Jesus, por ser o primeiro dia do ano. E por essa causa, chamaram à nova força do Bom Jesus. E logo muitos moradores e outra gente extravagante foram fazendo suas casas à sombra desta força, com que em breve se fez uma razoada povoação, que chamavam vulgarmente o Arraial Novo, por se diferenciar do outro velho, que foi no tempo da guerra passada.

Como em 1630-2, o Recife foi cercado por uma linha de estâncias.

Ouvindo o inimigo os tiros da artilharia no Recife, ficou muito confuso e sobressaltado por ver que se disparavam peças; e essas, grossas, tão junto ao Recife. E os mais dos dias saíam os holandeses fora dele para descobrir o nosso campo e buscar a água doce para beberem ao rio Beberibe e lenha pelo sítio da Asseca e Salinas. Porém, nunca se recolheram para o Recife sem lhes ficarem alguns mortos no campo e levarem consigo feridos para dentro, e nenhuma água nem lenha, porque os nossos capitães, que ocupavam as estâncias em contorno do Recife e Cidade Maurícia, davam sobre eles e os faziam retirar com danos, até se meterem debaixo de sua artilharia. E os nossos soldados andavam tão alentados e com tanto brio que debaixo das fortalezas do inimigo lhe iam de noite tomar o gado que tinham para comer e os cavalos de seu serviço, sem que eles o pudessem remediar. E de uma vez, lhe tomaram nove cavalos junto à cava da fortaleza dos Afogados e lhe destamparam cinquenta pipas e barris de água doce que tinham para beber. E outras vezes lhes tomaram lotes de bois e vacas que tinham a pastar debaixo da fortaleza das Cinco Pontas. E os negros crioulos e minas do terço de Henrique Dias, debaixo de sua fortaleza e artilharia, lhes iam tomar os seus escravos que saíam a buscar lenha para o fogo e erva para os cavalos.[2]

O fiasco do plano de Antônio Teles da Silva e suas repercussões no relacionamento entre Portugal e os

Países Baixos levaram d. João IV a ordenar a retirada do exército e da população luso-brasileiros para a Bahia e o incêndio dos canaviais do Brasil holandês. Consoante frei Calado,

> também neste tempo mandaram os dois mestres de campo André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, por expressa ordem que tinham do governador-geral Antônio Teles da Silva, queimar todos os canaviais de açúcar que havia na capitania de Pernambuco, para que o inimigo não tivesse esperanças de levar proveito algum daquela capitania, antes soubesse que gastava sua fazenda debalde, sustentando soldados e mandando naus e dispendendo muito cabedal, sem esperanças de ganância. E assim vendo o pouco que interessavam e o muito que gastavam despejassem a terra ou por força ou por grado. E também se executou esta facção para que os moradores da terra ficassem mais desembaraçados para acudir à guerra e [a]os ministros dela; e não tivessem escusa que dar quando os chamassem para ela assim eles como seus escravos.
>
> Porque deitada bem a conta, Pernambuco tem 150 engenhos de açúcar e cada um deles há mister ao menos 25 pessoas, entre brancos e negros, para moer, assim dos oficiais que fazem o açúcar como escravos que servem nas fornalhas, metem cana nos engenhos e a cortam e a carretam e cortam e comboiam a lenha necessária; e muitos carros e bois que servem neste ministério. E quem deitar bem a conta conhecerá a multidão de gente que se ocupa nos engenhos e lavradores de cana; e quantos se podem ocupar na guerra e plantar mantimentos, não moendo os engenhos, porque sucedeu muitas vezes que faltando a farinha para a sustentação dos soldados e mandando os nossos governadores da guerra buscar carros para a comboiarem ao nosso arraial, os senhores de engenho se escusavam, dizendo: "Estamos moendo e não podemos emprestar os carros"; e os lavradores diziam: "Nós estamos com o corte [da cana] aberto e não podemos levantar

mão, porque não faltam com a tarefa". E assim para obviar a estas escusas, sendo o governador-geral informado por pessoas que bem o entendiam, mandou que se pusesse fogo aos canaviais.

João Fernandes Vieira não foi deste parecer, antes disse que moendo os engenhos se conseguiam muitos bens, porque assim os lavradores e senhores de engenho fazendo açúcar teriam cabedal para se proverem das coisas necessárias e possibilidade para sustentar a guerra. E que para que na terra não sobreviesse fome, se deitasse um bando [isto é, ordem governamental] que todos os moradores ocupassem a terça parte de seus escravos em plantar mantimentos; e que tanto que ouvissem tocar a rebate acudissem todos, sob pena de morte. Contudo, porque a ordem havia vindo do governador-geral, ele foi o primeiro que mandou queimar a maior parte dos seus canaviais, no que perdeu mais de 200 mil cruzados. Porém fez isto para que os demais tomassem exemplo dele. E dali a poucos dias veio outra ordem, que ninguém queimasse mais canaviais.[3]

A crônica de Diogo Lopes de Santiago refere-se à oposição local à ordem de retirada do exército e da população.

Estando as coisas neste estado, conforme temos referido, chegaram por este tempo da Bahia ao Arraial dois padres da Companhia de Jesus, um chamado Manuel da Costa, e outro seu companheiro, por nome João Fernandes, com cartas do governador do Estado, Antônio Teles da Silva, e umas ordens de Sua Majestade El Rei rei d. João o IV, de Portugal, mui apertadas, em que ordenava aos mestres de campo André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, que haviam vindo da Bahia, que se retirassem com sua infantaria para a mesma Bahia e largassem a campanha aos holandeses, porque queria conservar a amizade e paz com eles.

Considere-se a triste nova que os moradores destas capitanias teriam de haverem de tornar a ficar outra vez

debaixo da jurisdição de seus inimigos. E não se pode dizer nem exagerar com palavras quais eles ficariam e quão assombrados, perturbados e confusos [...] Porém Deus, como primeira causa, ordenou que esta má fortuna e desgraça não tivesse efeito, sabendo, como quem tudo sabe, ser esta empresa da liberdade feita por sua honra. E assim desviou e atalhou esta tempestade tão horríssona, que ameaçava aos moradores, com a serenidade e bonança com que acudiu, sendo meio João Fernandes Vieira, que foi o que originou e prosseguiu tão generosa ação [...] dizendo: que a ordem que os religiosos haviam trazido se não entendia com ele, nem se havia de ir daquela campanha sem primeiro acabar a vida ou restaurar aos moradores de seu cativeiro. E que esta era sua última vontade, e que só com seus soldados, com quem se havia levantado, e com os moradores, queria fazer a guerra. E que a ordem de Sua Majestade podia guardar quem lhe parecesse, que ele o não fazia também pelos respeitos que dizia. E que tinha por certo que se Sua Majestade soubesse de certeza as tiranias que os holandeses haviam feito nos templos e imagens sagradas e a honra de tantas donzelas e casadas que violaram, e outros insultos grandes que fizeram (como desta história constam), não devia de mandar tal ordem. Que era de parecer se replicasse ao dito Senhor que quisesse pôr seus olhos no desamparo de tantas mil almas.

Acostou-se a este parecer o mestre de campo André Vidal de Negreiros, assim por filho da pátria como por ser zeloso do serviço de Deus e pela grande amizade que tinha com o governador João Fernandes Vieira, de tantos anos camaradas de cama e mesa. Tornou-se a replicar à Bahia ao governador Antônio Teles da Silva, que tornou outra vez a mandar com resolução que seguissem a ordem de Sua Majestade. E pondo-se em contingências os dois mestres de campo André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, o qual Martim Soares Moreno foi de parecer que se retirasse a infantaria conforme a ordem que tinha vindo da Bahia, sem atentar ao serviço de Deus e ao bem comum, mas vendo André Vidal tão constante ao governador João Fernandes Vieira, lhe pareceu ser tirania

> deixar em tal desamparo ao miserável povo e tal companheiro, sem que Sua Majestade tivesse inteira notícia das coisas. E disse juntamente: "ainda que me custe a vida, não hei de desacompanhar a quem tem tanto zelo, sendo ainda meu camarada e tão íntimo amigo, e hei-de perder a vida e fazenda em defesa das capitanias de Pernambuco, e delas não hei-de sair nem desampará-las até sua restauração". E virando-se para ele, lhe disse: "Vosmecê me tem aqui para o acompanhar até ao fim da restauração destas capitanias, e à Sua Majestade darei a desculpa da causa por que o fiz". Martim Soares Moreno, vendo estas coisas, pretendeu ir-se para Portugal, como em efeito se foi, porque na verdade nem ele servia para a guerra destas capitanias, antes lhes foi de muito dano sua vinda a elas [...].
>
> Considere o leitor prudente o que resultou desta resolução do governador João Fernandes Vieira, que dela dependeu, como por razões de Estado se pode bem considerar, a importância ao reino de Portugal, a conservação do Estado do Brasil, o impedimento de extinguir-se a fé católica romana no dito Estado e defender a vida de tantas mil almas. E deu lugar a que se fizessem armadas, com que se assegurou toda esta Nova Lusitânia, engrossando-se e ampliando-se o comércio e finalmente defendendo-se a fé católica, por cujo zelo tem concedido o céu tantas vitórias como gloriosos sucessos, assim alcançados nestas capitanias, como por enfraquecer ao inimigo. E com o impedimento desta guerra, houve lugar para se restaurarem as praças ocupadas pelos holandeses, pertencentes ao reino de Portugal.[4]

Uma carta de Martim Soares Moreno e de André Vidal de Negreiros ao governador-geral na Bahia, datada do Arraial de Pernambuco, 28 de maio de 1646, explica as razões pelas quais não se executou a ordem régia. Segundo eles, os soldados, de origem pernambucana, vindos da Bahia, se teriam

amotinado, obrigando o comando restaurador a continuar a guerra.

> Sem embargo dos inconvenientes que se nos representaram o havermos de dar execução às ordens de Sua Majestade, que Deus guarde, enviadas por Vossa Senhoria, o procuramos fazer sujeitando os entendimentos à obediência. Mas não foi possível conseguir-se o intento, porque logo que o entenderam estes moradores e os soldados que trouxemos dessa cidade, que têm com eles os parentescos e amizades que são presentes a Vossa Senhoria, se amotinaram tão desenfreadamente que não só não quiseram cumprir aquelas ordens recolhendo-se a essa cidade, como Sua Majestade manda, mas não quiseram permitir que nós o fizéssemos, protestando que ou por força ou por vontade havíamos de seguir igual fortuna com eles nesta guerra. E atreveram-se dezoito, que se resolveram a prender-nos, com o que, por não fazermos o dano maior, nos pareceu dissimular por alguns dias até que pudéssemos persuadir alguns mais poderosos, e ou com todos ou com alguns pelo menos nos pudéssemos recolher [à Bahia], dando no modo que nos é possível cumprimento ao que Vossa Senhoria, em nome de Sua Majestade, nos ordena.
>
> Com este acordo, fomos usando de todos os meios com esta gente, que representando-nos umas vezes as impossibilidades da passagem causada e procurada pelos mesmos holandeses, com a queima, que tão aleivosamente fizeram, de nossas embarcações;[5] outras, a ofensa que cometiam contra Deus em deixarem tantas almas e tantas mulheres e meninos inocentes entregues à crueldade dos tapuias; e outras vezes, que não haviam de deixar as honras de suas parentas e as vidas de seus irmãos e companheiros à vingança dos holandeses, que era certo não haviam de perdoar a nenhum, como mostrava a experiência e era presente a Vossa Senhoria pelas relações que daqui lhe temos enviado, sempre se escusaram de nos acompanhar e de obedecer a estas ordens de Vossa Senhoria, protestando que se Sua Majestade fora verdadeiramente informado do que aqui passava, em nenhuma maneira mandara

passar ordens tão alheias das de sua clemência e cristandade. Nesta conquista de ânimos andávamos quando recebemos esta segunda ordem em que Vossa Senhoria nos refere haver Sua Majestade declarado por ruins vassalos os soldados e pessoas que não obedeceram à primeira ordem. Com este aviso, foi tal a perturbação e inquietação nesta gente, que protestando e jurando todos de morrerem na empresa ou saírem com ela, para desengano do mundo todo, perdendo as esperanças à fazenda e à mesma vida, se resolveram em abrasar estes campos, engenhos e materiais deles com tal fereza que se não pode esperar fruto algum das terras em muitos anos. E houve alguns que quiseram pôr em prática matarem suas mulheres e filhos para não virem depois de suas mortes a poder de seus inimigos, e para mais desembaraçados poderem deles tomar vingança, à imitação do que fizeram com os romanos os moradores da antiga Numância.

Senhor, desengane-se Vossa Senhoria que o poder e indústria do mundo todo não há-de persuadir estes homens a que se fiem dos holandeses e a que se aquietem e a que deixem de vencer ou de morrer, sem ficar um só. E falando com o desengano que devemos ao serviço de Deus e ao de Sua Majestade, temos por certo que se aqui vierem mouros ou turcos, se hão-de lançar com estes homens a prosseguir e fazer guerra aos holandeses [...].

Por remate de tudo, dizem a Vossa Senhoria que desejando muito achar companheiros para nos sair desta confusão, nem um só homem achamos que nos quisesse seguir, antes é forçado encobrir nossos ânimos porque se no-los conhecerem temos por certo que nos hão-de tirar as vidas. E estamos com suspeitas que estes homens depois que viram estas ordens de Vossa Senhoria têm mandado pedir socorro a algum príncipe católico. E tenha Vossa Senhoria por certo que se houver algum que lho queira conceder, ainda que não passe de mil infantes que com eles se chegarem, e algumas armas, que faltam a estes moradores, hão-de ser senhores do Recife em muitos breves dias e hão-de ser muito finos e muito leais vassalos ao

> príncipe que os livrar deste cativeiro, se isto convém ou não ao serviço de Sua Majestade e aos Estados de Holanda.
>
> Vossa Senhoria o considere, estando certo que para Holanda acabou esta capitania em todo o sucesso e é muito provável que acabe também para Portugal, até nas esperanças que havia no Reino de se cobrar por concerto dos holandeses. E este é o estado em que ficamos. Vossa Senhoria, pelas entranhas de Cristo, o represente a Sua Majestade, advertindo que sentimos muito no interior de nossos corações ver que o amor que estes portugueses tinham à Sua Majestade nestes princípios se haja entibiado mais do que nos atrevemos a referir. E refinado o ódio contra os holandeses [...] é ignorância grande esperar alguma hora aqui paz entre estas duas nações.[6]

Cabe indagar se o motim realmente ocorreu e se não teria sido um pretexto do comando insurrecional, em entendimento com o próprio governador-geral Antônio Teles da Silva, de modo a fornecer a El Rei a desculpa de caráter diplomático que passará a usar desde então: a de que carecia de meios para submeter os insurretos e que, se tentasse fazê-lo, haveria o risco de solicitarem a intervenção internacional de outro príncipe católico. O fato é que o monarca deixou as coisas como estavam para ver como ficavam: mesmo parcialmente frustrada, a insurreição ainda poderia ser diplomaticamente útil. O comando luso-brasileiro preparou-se para o impasse bélico, reorganizando a administração municipal no território reconquistado, ao passo que Fernandes Vieira exercia com a Câmara de Olinda rediviva as competências civis dos antigos locotenentes donatariais, compartilhando a chefia

militar com Vidal de Negreiros. Para os primeiros tempos do sítio do Recife pelo exército luso-brasileiro (1645-7), é indispensável a consulta ao *Diário de Arnhem*, publicado com base em correspondência particular recebida da capital do Brasil holandês.

> Pusemos também em campo um sofrível exército, composto tanto de soldados como de paisanos e índios, tendo por comandantes o tenente-coronel Haus e o capitão Johan Blaer, os quais perseguiram o inimigo por toda a parte, mas não puderam obrigá-lo a dar batalha, pois que os portugueses, fugindo sempre de um lugar para outro, não queriam bater-se mas juntar-se com as outras tropas que andavam dispersas, para então nos fazer frente com o socorro que esperavam da Bahia por mar e por terra, ou empreender alguma facção de importância [...] Com essa rebelião, entrou tudo em desordem e confusão. O negócio está paralisado, os açúcares por baixo preço mas bem depressa podiam subir. O branco vale catorze xelins e o mascavado, nove por arroba. Enquanto esta guerra durar, não se deve esperar pagamento dos portugueses [...].
>
> Tínhamos em perspectiva uma safra extraordinariamente boa, que muito animava os mercadores daqui, pois contavam que no ano vindouro seriam pagos pelos portugueses e poderiam ir visitar a Holanda com um bom retorno. E eis que em um momento se tornaram mais pobres do que dantes eram ricos de esperanças! É sem dúvida lamentável trabalhar por tão longos anos em terras tão estranhas para ganhar um *stuiver* e em um lance de olhos ver tudo perdido, graças ao sr. Speck-Jan [...].
>
> A 10 de julho [de 1645], os supremos conselheiros enviaram à Bahia como embaixadores os senhores Balthazar van de Voorde e o capitão Hoogstraeten para tratarem acerca do levantamento e rebelião dos portugueses. Os da Bahia se fizeram ignorantes e dissimularam ou recuaram para formar o salto e inesperadamente cair sobre nós. Mas de há muito que eles sabem perfeitamente da trama. As cartas interceptadas

provam bastante contra eles, pois bastam elas para mostrar que todos andam mancomunados e que, por consequência, são quebrantadores da paz e pérfidos traidores, em quem se não pode depositar nenhuma confiança. A 28 deste [mês], voltaram os embaixadores com a sua má recepção e má informação e assim agora esperamos a cada hora que nos afrontem com as suas fanfarrices atoucinhadas. Atualmente a burguesia daqui e do Recife[7] deve guardar as duas praças, porque poucos soldados se acham aqui por saírem todos para o exército.[8] Para fecho deste mês [ix.1645], diremos que, como estávamos, continuamos ainda estreitamente sitiados do lado de terra, não podendo haver refrescos senão com grande perigo, pois o inimigo tem ocupado todos os passos e caminhos e com grande pesar, não podemos fazer sortidas [...] As nossas obras estão bem fortificadas [...] Se os portugueses nos tivessem atacado a 16 de agosto [...], a coisa estaria malparada para nós, correríamos o maior perigo de perder esta praça, porquanto naquela época estávamos inteiramente abertos e fora de estado de defesa. Mas a demora deles foi a nossa salvação.[9] [...] 19.[x.1645]. Ontem e esta noite, os portugueses levantaram um grande incêndio. Supomos que é a queima dos canaviais do Arraial e da várzea. Sendo assim é provável que Speck-Jan queira partir daqui por estar sofrendo falta de várias coisas necessárias, o que causa grande mortandade entre eles. Se forem outra vez repelidos da Paraíba, o padre vigário deles bem pode arrumar a mala e cantar a ladainha de santo Antônio (*Ora pro nobis*, *Sancti Antonii*) e dizer o último *adeus* a estes lugares. A 20 e 21, continuaram os portugueses com os seus incêndios.[10]

Em começos de 1646, chegava a Portugal Francisco Gomes de Abreu, que, na qualidade de "procurador da Câmara e povo da capitania de Pernambuco", devia expor os motivos pelos quais a Coroa não podia abandonar a insurreição à própria sorte: o incêndio dos engenhos e canaviais, previsto pela ordem de evacuação da tropa para a Bahia,

acarretaria prejuízos de milhões de cruzados, impedindo os colonos de custearem o prosseguimento da guerra, como se propunham a fazer mediante o lançamento de tributo especial sobre o açúcar. A retirada da população resultaria na perda definitiva do Nordeste, onde já não se disporia de quem coadjuvasse a reconquista futura. Vitoriosa, a WIC estaria em condições de voltar suas forças contra a Bahia. Como a rebelião não pudesse sustentar-se sem auxílio externo, propunha o emissário dos insurretos o envio de armada real, que durante os meses de verão bloqueasse o Recife e as praças-fortes costeiras, forçando-as a capitularem; ou o despacho de dez ou doze fragatas para proteger a navegação entre Pernambuco e o Reino; e, na impossibilidade delas, a autorização para fretá-las na França por conta dos luso-brasileiros. De imediato, urgia expedir armas, munições e víveres, a serem pagas pelas exportações de produtos da terra. A já precária posição internacional da Coroa portuguesa tornou-se ainda mais melindrosa, de vez que Portugal não se podia dar ao luxo de somar à guerra de independência contra a Espanha na Europa um segundo conflito com os Países Baixos no Brasil. Em Lisboa, o partido da paz a todo custo com a Holanda tinha o seu mais articulado advogado no padre Antônio Vieira, já então um dos mais escutados conselheiros de d. João IV e que redigirá

o parecer que passou à história com a designação que lhe deu a admiração do próprio monarca: "Papel forte". Trata-se, na realidade, de um documento de ultrajante derrotismo, como muitos o consideraram na época e como indicará anos depois a restauração do Nordeste. Ademais, não lhe falta certa dose de desonestidade intelectual, pois, além do seu casuísmo jesuítico, as estatísticas exibidas por Vieira não resistiam "a um exame sério", como assinalou o historiador João Francisco Lisboa.

> Se Portugal e Castela juntos não puderam resistir à Holanda, como há-de resistir Portugal só a Holanda e Castela? Se todas as forças de Portugal (ajudadas muitas vezes das de Castela) não puderam defender a Pernambuco, como, só, com não restituirmos parte de Pernambuco, cuidamos que podemos defender Pernambuco, o Brasil e todas as conquistas? [...]
>
> Os holandeses em Holanda têm 14 mil navios; nós em Portugal não temos treze. Os holandeses na Índia têm mais de cem naus de guerra, de 24 até cinquenta peças [de artilharia]; nós na Índia não temos uma só. Os holandeses no Brasil têm mais de sessenta navios e muitos deles mui poderosos; nós no Brasil temos sete, se ainda os temos. Os holandeses estão hoje livres dos poderes de Espanha; nós temos todo o poder de Espanha contra nós. Os holandeses em Europa não têm nenhum inimigo; nós não temos nenhum amigo. Os holandeses nas suas províncias têm juntas as riquezas do mundo; nós no comum e no particular estamos tão pobres como se vê, e cada vez o estaremos mais. Os holandeses têm mais de 200 mil marinheiros; nós em todo o Portugal não temos 4 mil.
>
> Os holandeses, para nos fazerem a guerra, têm todas as nações do norte; nós, com a diversão de Castela, nem a nós nos temos para lhes resistir. Os holandeses têm donde tirar todos os gêneros de guerra e equipagem, na maior quantidade

> que há no mundo; nós não temos de tudo isto senão o que lhes compramos a eles ou a outros que lhes passam pela porta. Os holandeses em Pernambuco e no Recife têm armazéns com que podem sustentar a guerra mais de vinte anos, sem lhes ir nada de Holanda; nós, para a navegação, não temos nas conquistas provimento algum, e para a guerra é necessário que o façamos cada ano, e, para melhor dizer, cada mês. Os holandeses têm grande número de artilheiros e engenheiros, e, o que é mais, de grandes cabos e oficiais para a guerra do mar e da terra, criados com a doutrina daquela escola e feitos nos exercícios de tantos anos; nós, ainda que para a guerra da campanha no Brasil temos bons soldados para a expugnação de praças e defesa dos sítios, não temos cabos nem oficiais de experiência; e para a guerra do mar, a gente que temos é com todo aquele valor e ciência que se pode aprender nas nossas caravelas. Finalmente, os holandeses têm a sua indústria, o seu cuidado, a sua cobiça, o seu amor entre si e ao bem comum; nós temos a nossa desunião, a nossa inveja, a nossa presunção, o nosso descuido e a nossa perpétua atenção ao particular.[11]

O entreguismo do padre Vieira no "Papel forte" provocará, aliás, a sátira do autor anônimo de "A arte de furtar". No capítulo XXIX, intitulado "Dos que furtam com unhas irremediáveis", ele fantasia uma sessão de Conselho em que se debate a questão pernambucana.

> Que me dizeis do comércio de além-mar? O primeiro conselheiro diz que não podemos com tantas conquistas, que larguemos alguma, como agora Pernambuco, porque... Atalhou o presidente a razão que ia dando, e perguntou-lhe muito sério: "Almoçastes vós já? (pois havia de vir em jejum ao Conselho?) Assim parece e mais, que não bebestes água de neve. Um conselho vos dera eu mais saudável para vós do que esse vosso é para nós: que vos guardeis dos rapazes não vos apedrejem, se souberem que fostes de parecer que larguemos

aos inimigos o que nossos avós nos ganharam com tanta perda de seu sangue". "Senhor, tenho que dizer a isso", replicou o conselheiro. "Calai-vos, não me insteis que vos mandarei lançar um grilhão nessa língua. Bem sei o que quereis dizer. Não tendes que me vir aqui com conveniências de cortar um braço para não perdermos a cabeça. São isso discursos velhos e caducos. A máxima das conveniências é ter mão cada um no que é seu até morrer, e não largar, a mãos lavadas, o que outrem nos ganhou com elas ensanguentadas [...] Ide-vos logo por aquela porta fora. Oh de fora! Está aí algum porteiro? Chamai-me cá quatro archeiros, que me deem com este zelote no Limoeiro.[12]

D. João IV propôs aos Estados Gerais a compra do Nordeste. Para obtê-la, segundo o padre Antônio Vieira, seria indispensável "a compra da compra", isto é, o suborno de autoridades do governo neerlandês e da própria direção da WIC. O embaixador Sousa Coutinho esclarecia ao marquês de Niza como se sondavam os ânimos e se preparavam os espíritos nos Países Baixos do século XVII.

Há uns Estados[13] que se mostram afetos a nossas coisas e desejam que se componham estes negócios. Outros são indiferentes e muitos totalmente contrários. Há mais de cinco câmaras [da WIC] divididas pelas províncias, nas quais se tratam os negócios da Companhia e seus interessados. Os interessados desejam todos a composição; os diretores não admitem prática sobre ela. E assim passa com os Estados que têm quinhão na Companhia. Alguns destes são pouco ricos e têm filhos, e quando se apresenta ocasião de visita e [de] tratar destas matérias, há lances em que, se se peitar uma joia na mão de um dos filhos, como por acidente, de valor de mil escudos ou mais ou menos, segundo o poder e autoridade de cada um, não hão-de enjeitá-la. E ficam obrigados a outro empenho maior, ficando homens bem afetos à causa, outros

> inclinados a ela e muitos para que nos não encontrem. E repartindo nesta forma, ficam os ânimos dispostos para receberem maior quantia, com certeza que lhes não faltará e com segredo, que é o que procuram. E não é matéria esta para passar letras nem para pedir seguranças por coisa tão pouca, mas somente para induzir a que estejam prontos quando se lhes falar no principal. E nesta matéria de promessas, andam eles tão acautelados que não se fiam mais do que veem. O segredo vem a ser o principal motivo mas também têm sabido muitos que o embaixador Francisco de Andrade Leitão disse às irmãs de d. Luís de Portugal que Sua Majestade lhes mandava dar para joias uma quantia de mil cruzados que nunca chegaram. E para a mulher e filha do residente Brasset, me mandou dizer Sua Majestade que pelo Conselho da Fazenda se ordenava mandar outras joias. E nada chega. E como veem que estas promessas não chegam a efeito, duvidam das mais que se fazem, e por isso dizem claramente que se está o dinheiro na mão quando lhes falamos sobre matéria sujeita.[14]

A proposta portuguesa de compra do Nordeste foi repelida, os neerlandeses exigindo a devolução dos territórios sob controle restaurador e a indenização dos prejuízos causados à WIC e a seus cidadãos. A Zelândia, bastião calvinista, era como sempre a defensora intransigente da WIC, a ponto de condicionar seu consentimento ao tratado de paz com a Espanha à cooperação financeira da Holanda para salvar o Brasil holandês. A província da Holanda, contudo, adotou posição moderada em vista dos seus interesses no comércio com Portugal, especialmente no tocante ao negócio do sal de Setúbal, indispensável à sua importante atividade pesqueira e a seu comércio no Báltico. As reiteradas

solicitações de ajuda em efetivos, armas e munições que o governo do Recife formulava à direção da WIC não podiam ser atendidas com a presteza exigida pela gravidade da situação, em face das dificuldades financeiras que a Companhia vinha enfrentando, incapacitando-a para atuar no Brasil sem o auxílio do governo neerlandês. Este dispunha de um processo decisório extremamente lento e que requeria o concurso de todas as sete províncias que compunham a confederação. Daí que somente em maio de 1646 pudesse ser despachada a expedição de socorro de vinte navios e de 2 mil soldados, que transportava também o novo governo do Brasil holandês, o Alto Conselho presidido por Walter van Schonenburg e que tinha como membros Michiel van Goch, Simon van Beaumont, Abraham Trouwers e Hendrick Haecxs. Voltemos ao *Diário de Arnhem*, cujo autor foi provavelmente um funcionário de escalão médio da WIC no Recife.

> 16.[x.1645]. Fazem hoje dois meses que estamos cercados e este espaço de tempo nos parece um ano, pois o tempo passa fastidiosamente para quem está assim encurralado. A falta de refrescos e de água causa em muitos graves enfermidades. O gado está todo consumido e tudo é tão caro que não sabe uma pessoa do povo como haver o seu alimento por mais tempo. Deus venha em nosso auxílio! Se isto durar mais dois meses sem chegarem navios, havemos de nos entregar ou perecer de fome.[15]
>
> [...]
>
> A 30 [x.1645], chegou o navio denominado *t'Huys te Merwe*, vindo da pátria, donde partira há nove semanas, o que causou

extraordinária alegria pois mais de dez semanas são passadas sem que tenha aportado aqui um só navio da Holanda [...] Há dois meses que não tem vindo um só navio de Angola e por isso ignoramos em que estado as coisas ali se acham [...] Perdendo-se Angola [...], metade da ruína do Brasil está consumada, porque [...] o preço dos negros há-de subir consideravelmente, visto como os portugueses mandam todos os negros que apanham aqui para a Bahia, onde valem de duzentos a trezentos reais de oito. E sem negros é impossível conservar o Brasil.[16]

Em novembro, a chegada do navio *Holandia* reanimou a população do Recife,

por já começarem a faltar os víveres [...] [causando] grande embaraço e miséria ao pobre povo e aos burgueses, que pouco têm para gastar, visto como os pobres campônios e os moradores holandeses que fugiram para aqui não têm [o] que ganhar. A morte faz numerosas vítimas entre os burgueses e os soldados em razão das inumeráveis moléstia ocasionadas por falta de boa água e de refrescos.[17]

[...]

A 25 [xi.1645], foi apreendido um negro [...] com uma *baneca* ou canastrel cheio de frutas que estavam envenenadas. Alguns que provaram delas entraram logo a vomitar sangue e toda a sorte de imundície. Os soldados que estavam perto do canastrel o tomaram e lançaram na água. Apre! traidores, não ousando encarar-nos com coragem, tentais aniquilar-nos pelo veneno e pelo assassinato.[18]

[...]

A 27 [xii.1645], chegou um barco da ilha de Fernando [de Noronha] com a notícia do mau estado das coisas naquele lugar; e por isso os conselheiros supremos, que pretendiam mandar para lá o navio *Tamandaré* com quinhentos ou seiscentos negros, resolveram enviá-los para as Índias Ocidentais a fim de serem negociados, porque é impossível mantê-los aqui por falta

de víveres e refrescos, onde morrem em crescido número com grande prejuízo da Companhia.[19]

[...]

No 1º de janeiro [de 1646] foi preso aqui um negro que tem morto a outros com veneno e nomeadamente a um que, bebendo com ele um pouco de garapa, tão depressa bebeu como caiu morto, e isto na presença de várias pessoas. Em poder deste negro, encontraram-se diversos venenos dentro de uma caixa, com os quais ele pretendia envenenar os nossos poços [...] Os dobrões espanhóis operam maravilhosamente os seus efeitos nessas criaturas dos portugueses, pois nada se passa aqui, por insignificante que seja, que o inimigo não saiba logo, como claramente se tem verificado pelos negros que, ao passarem-se para o inimigo, são apreendidos. A 2, passou-se para o nosso lado um negro que pertencera a Sua Excelência [Nassau]. Chama-se Francisco e havia sido preso pelo inimigo [...] disse também que entre eles há falta de tudo, principalmente de sal, azeite e vinho.[20]

[...]

A 25 [i.1646], veio uma partida inimiga fazer bravatas tanto diante do forte do Brum como da Boa Vista,[21] gritando eles: "Venham cá, cachorros de flamengos, venham buscar farinha, cajus e laranjas". Os nossos responderam: "Venham vocês buscar os seus navios e caravelas com os seus vinhos e açúcares etc., que lhes tomamos". Um dos toucinhos subiu a uma árvore para se fazer melhor ouvir, mas um dos nossos atirou e o pássaro veio abaixo, de modo que a um tempo perdeu a voz e a vida.[22]

A crônica de Calado contém uma série de instantâneos do cerco do Recife, visto do lado dos sitiadores.

Aos 29 do mês [de janeiro de 1646], andando Henrique Dias destelhando uma casa da olaria junto ao cemitério dos judeus para cobrir com ela uma igreja de Nossa Senhora, a qual tinha feito de madeira e barro, para se dizer missa na sua estância,[23]

e andando os seus soldados carregando telha, com boas vigias e gente de guarda, começaram os holandeses da outra parte do rio, de dentro de suas trincheiras, a jogar muitas pulhas com os crioulos de Henrique Dias e dizerem-se de parte a parte muitas palavras injuriosas. E logo um holandês se chegou mais ao perto e perguntou aos crioulos se estava ali o governador Henrique Dias: "Aqui está, que lhe quereis?". Disse então o holandês: "Chamai-o cá porque tenho que falar com ele". Ao que ele respondeu: "Eu sou Henrique Dias". E o holandês disse: "Mostrai vossa mão para vos eu conhecer". Porque os holandeses bem sabiam que Henrique Dias tinha a mão esquerda [de] menos, porque lha haviam cortado no terrível encontro que a nossa gente teve no Porto Calvo com o conde de Nassau, João Maurício. Mostrou Henrique Dias o braço sem mão e o holandês [re]conhecendo-o lhe pediu que passasse da outra banda do rio, porque tinha muito que falar com ele e que fosse seguro de que se lhe não faria mal algum, porque assim lho prometia da parte do príncipe de Orange. E Henrique Dias lhe replicou: "Passa tu cá desta banda, que eu te empenho minha palavra (a qual com ser de um negro vale mais que a de todos os holandeses) de que te não faço mal". Levantou então o holandês a voz e disse: "Ó, senhor governador Henrique Dias, eu não estar possible passar lá da outra banda, mas eu quere falar a vós um palavra. Ó, senhor, bons novas, daqui a poucos dias nós há de estar grandes amigues portugueses e mais holandeses. Português vem cá no Recife, e nós vai lá fora. Adeus". E virou as costas e foi-se. Disse então um crioulo de Henrique Dias, que estava emboscado entre os mangues: "Ah! Senhor governador, dê-me licença para que passe com uma bala deste mosquete o corpo daquele cão de parte a parte". Ao que ele respondeu: "Deixai-o ir com todos os diabos, já que veio com rebuço de amizade, que em outra ocasião pagará suas culpas".[24]

[...]

Aos oito dias do mês [de abril de 1646], veio fugindo do Recife para a nossa banda uma flamenga. E passando pela paragem da Boa Vista, onde o conde de Nassau, João

> Maurício, quando governou, havia feito uma ponte de madeira pela qual se passava o rio Capibaribe e cada pessoa que por ela passava pagava duas placas de tributo, havendo a dita flamenga passado pelas guardas com uma trouxa de roupa à cabeça, dizendo que vinha a lavar numa lagoa que da nossa parte está, vindo já no meio da ponte (a qual tem de comprimento um tiro de mosquete), vieram correndo após dela seis holandeses para a prender, a qual, vendo-se quase tomada, largou a trouxa de roupa, onde trazia seus vestidos e limpeza, e se deitou ao rio. O que visto pelos crioulos de Henrique Dias que estavam de sentinela, a socorreram, e disparando seus mosquetes fizeram fugir aos holandeses e salvaram a mulher, a qual, sendo trazida ao nosso Arraial, disse que os mais dos soldados do Recife e principalmente os franceses estavam arruinados e determinavam de se vir para nós. E que a causa da sua vinda fora que, tendo ela muitas farinhas escondidas em sua casa, das quais fazia pão, o qual secretamente vendia aos de sua parcialidade, os do Conselho [Supremo] lhe tomaram as farinhas. E queixando-se ela por lhe não deixarem com que se sustentar, lhe responderam que calasse a boca, e quando não a mandariam logo enforcar.[25]

A situação no Recife e nas outras praças sob controle batavo tornava-se desesperadora. Tudo escasseava, a começar pelos alimentos. Em abril de 1646, no propósito de se assenhorear dos roçados de mandioca da região, uma força holandesa atacou a povoação de São Lourenço de Tejucopapo, sita na terra firme da capitania de Itamaracá. Segundo Diogo Lopes de Santiago,

> o inimigo, tanto que teve a sua gente desembarcada, começou a marchar para a povoação em esquadrão formado com coisa de quatrocentos holandeses e duzentos índios, e coisa de um quarto de légua da dita povoação, o sargento-mor holandês, cujo nome não pude saber, que guiava o batalhão da

vanguarda, viu dois portugueses que iam atravessando o caminho com grande pressa para poderem chegar a tempo de se meterem no nosso reduto. E chamando-os a grandes vozes e tirando o chapéu da cabeça, lhes disse: "Oh! senhores portugueses, não fujam que todos somos amigos, mas já que fogem, antes de duas horas serão todos feitos em postas!". Ouviram estas palavras as nossas duas sentinelas que estavam dentro do mato e, disparando as espingardas, lhe meteram duas balas nos peitos e deram com ele morto em terra e fugiram por entre o bosque.

Os holandeses nada se detiveram. Antes, ocupando outro o lugar do morto, seguiram sua derrota, e indo passando pelo lugar onde os nossos trinta mancebos estavam de emboscada, lhes deram uma carga à mão-tente, e lhe mataram 23 homens; e se foram meter em uma trincheira que adiante tinham, perto do caminho, entre um arvoredo mui espesso, onde, vindo passando o inimigo, lhe deram outra carga e lhe mataram outra pouca de gente, e se foram metendo pelo mato. Quis o inimigo vingar as mortes de seus soldados e deitar por um lado uma manga de mosqueteiros. Porém, não acharam mais que o rastro da gente e, estando já à vista do reduto, o investiu com tal fúria que o teve quase ganhado. E já lhe começava a desfazer a paliçada com os alfanges e machados que levava, mas foram recebidos com tanto esforço, que lhes foi forçado retirarem-se com muita perda.

Tornou o inimigo a fazer outro acometimento, porém também se retiraram com maior perda. E nestas baterias houve uma mulher entre as nossas que, com uma imagem de Cristo nas mãos, andava animando aos nossos quando pelejavam, com razões tão eficazes, como se fora um mui destro pregador. Outras mulheres acudiram com morrão, pólvora e balas e água, com muito ânimo, aos que pelejavam [...] As outras se ocuparam em rezar a Deus e aos santos de que eram devotas [...] O inimigo, vendo-se duas vezes reprimido com tanto valor dos que se defendiam, ajuntou a sua gente em um esquadrão e tornou a investir com o reduto, com tanta fúria e coragem, que lhe abriu um portilho onde podia entrar, como já ia entrando.

Porém aquelas valorosas mulheres, com varonil ânimo, vendo o perigo que corria sua honra e vida e de seus maridos e filhos, tirando forças da fraqueza, acudiram àquela parte onde tinham aberto o portilho, com dardos, chuços e paus tostados e outras armas, e defenderam e impediram a entrada. E todas a um tempo chamaram pelos santos Cosme e Damião, que as socorressem em tão estreita necessidade.[26] Caso milagroso! Que tanto que invocaram os santos mártires, deram os nossos trinta mancebos uma surriado ao inimigo por um lado com suas espingardas, o qual suspeitando que aos cercados lhes vinha chegando socorro, desistiu da empresa e apesar da sua soberba, se retirou fugindo para o porto onde deixaram as lanchas, e em chegando a ele se embarcou com muita pressa, e se afastou para o mar, deixando em terras muitas armas e todos os petrechos que haviam trazido para arrancar a mandioca.

Foi esta vitória de grande consideração, porque o inimigo não tornou a fazer outro algum cometimento aos moradores, que com tanto esforço pelejaram animosa e desesperadamente, ajudados de suas mulheres, que são dignas de grande louvor e que sejam nomeadas entre as mulheres insignes da veneranda antiguidade, que muito menos fizeram e são tão engrandecidas pelos historiadores antigos; e outras modernas que o fizeram tão valorosamente em algumas ocasiões de guerra.[27]

Sem acesso à produção local de víveres, os holandeses encontravam-se inteiramente dependentes do aprovisionamento dos Países Baixos, como acontecera outrora em 1630-2. A fome teria certamente forçado o Recife a capitular se a 26 de junho de 1646 não houvessem aportado os primeiros navios da frota.

A 31 [iii.1646], sábado antes da Páscoa, distribuiu-se a ração de pão aos burgueses, isto é, três libras de pão por semana, pagando-se aos conselheiros seis *stuivers* por cada libra. É com

isto que nos havemos de ajudar até que cheguem os nossos navios. Não se dá pão aos negros, o que causará fugirem eles em grande número. A 3 [iv.1646], passaram-se três dos nossos soldados para o inimigo. Queixavam-se da diminuição da ração de pão e tal parece ser a causa real. Como quer que seja, eles não acharão tão boa a situação do inimigo, como cuidam.[28]

29.[iv.1646] [...] Vem ainda alguma farinha do Rio Grande que o Supremo Conselho taxou somente em dez florins por alqueire. Mas conquanto se tenha obtido assim a fixação do preço do *kan* [vasilha], que, feita a conta, sai a sete *stuivers*, todavia certos avarentos e sanguessugas do pobre povo não se pejam de vender por dezoito e vinte *stuivers* o *kan*, e isto é incontestavelmente uma grande usura e lucro sórdido que não se deve tolerar. [29]

A 11 [v.1646] [...] como a nossa frota [esperada da Holanda] tem demorado tanto e os nossos víveres se tornam escassos, diminuiu-se hoje a ração de pão. Receberemos por semana apenas duas libras de pão e de escasso peso, e com isto temos que passar sobriamente até que praza a Deus que chegue a nossa frota.[30]

A 22 [v.1646], foram presos vários soldados que queriam fazer motim no forte Ernesto[31]por causa da ração.[32]

Hoje, 26 [v.1646], a nossa ração de pão foi reduzida a uma libra por semana e por uma libra temos de pagar ao Supremo Conselho quatro *stuivers*. Certamente é mui penoso à pobre burguesia ter de viver com duas onças de pão por dia. Que farão (coitados!) os que têm a casa cheia de crianças? Não podemos compreender o obstáculo ou a causa por que no espaço de dez meses, que tanto dura este cerco, nenhum ou poucos navios com víveres temos recebido da pátria, ao passo que antes da guerra éramos abundantemente providos de víveres vindos da Holanda, com os quais podíamos prover todo o país.[33]

[...]

[30.v.1646]. Tendo saído dois dos nossos soldados do forte príncipe Guilherme ou Afogados para apanhar caranguejos e

buscar lenha, foram apreendidos por portugueses que estavam escondidos no mato junto ao forte. Levando os soldados, lhes disseram: "Vocês há muito não tomam uma fartadela, pois comam agora". E lhes deram carne, farinha e bananas e mais uma moeda para beberem, deixando-os voltar ao forte, onde os soldados contaram a aventura.[34]

[...]

A 6 [vi.1646], guardou-se o dia como um jejum geral, que será repetido todas as quartas-feiras até que chegue a frota.[35]

[...]

À noite [de 10.vi.1646], passaram-se para o inimigo sete dos nossos soldados, que lhe hão-de ter comunicado o nosso estado miserável. Isto não há-de alegrar pouco o inimigo e animá-lo a assaltar-nos, pois [...] os portugueses fazem grandes preparativos de jangadas para nos atacarem antes que chegue a frota [...] Os soldados não têm razão de fugir porque recebem boa ração para poderem passar. Mais razão de queixa têm o pobre povo e a burguesia, visto como não recebem senão um pão de centeio de uma libra por semana.[36]

[...]

[22.vi.1646]. Chegaram também do Rio Grande quatro barcos com gado e provisão de farinha. Isto veio muitíssimo a propósito, pois não sabíamos que fazer por falta de víveres [...] Graças a Deus, chegaram da pátria o *Elizabeth* e o *Vergulde Valck*, de Amsterdã, navios da nossa frota. Há oito semanas que partiram do Texel com mais quinze navios, dois dos quais naufragaram ali mesmo [...] Nesses dois navios, chegaram duas companhias de soldados em número de duzentos pouco mais ou menos. Trouxeram grande quantidade de farinha [de trigo] e víveres [...] A vinda dos dois navios causa em todos alegria e regozijo. Esta noite, os nossos navios e todos os fortes do Recife e Cidade Maurícia deram uma salva de canhão e mosquetes [...].

A 23, chegou da Zelândia o navio *Regenboogh* com o capitão Oyens e uma companhia de soldados composta de 136 homens. Trouxe a notícia certa de que o navio *Zelandia*

naufragara nas costas da Inglaterra. Poucas pessoas escaparam, não se salvou fazenda alguma.

No 1º de julho [1646], chegou o *Salamander*, da Zelândia, com o capitão Schut e sua companhia. Esperamos sôfregos os nossos outros navios.

A 4, distribuiu-se aos burgueses ração dobrada de pão e mais um *kan* de ervilhas. Algumas pessoas que estavam mui esfomeadas comeram tão gulosamente das provisões trazidas pelos nossos navios que adoeceram e morreram. A fome a nada atende.[37]

[...]

A 31 [de julho de 1646], terça-feira, chegaram da câmara de Amsterdã os navios *Goude Leeuw* com o sr. governador [das armas] Sigismund von Schkoppe, o *Blaewen Haen* com o sr. conselheiro supremo Abraham Trouwers e o *Graeff Enno* com setecentos soldados pouco mais ou menos [...] Foram acolhidos com grande alegria.[38]

[...]

Na noite de 4, o sr. governador saiu daqui com quinhentos ou seiscentos homens (arcabuzeiros e mosqueteiros) e emboscando-se entre este lugar e Olinda, prendeu alguns negros para haver notícia. Os portugueses se achavam do outro lado e supondo que, como dizem, estavam "à mão flamengos", passaram o rio e eram chegados ao meio deste quando os nossos fizeram fogo [...] o inimigo respondeu que nisto o capitão Hilt, saindo da emboscada, atirou tão vivamente contra *Speck-Jan* que muitos deles caíram n'água, sem terem tempo de dispor sobre o número das missas que devem ser cantadas para salvar as suas almas danadas do Purgatório. O governador foi ferido em uma perna, mas o ferimento não é perigoso. Voltou de manhã com a tropa. A ferida é pequena, pois hoje mesmo ele saiu [de casa].[39]

Na noite de 11, o sr. presidente Schonenburgh e o conselheiro supremo Hendrick Haecxs foram recebidos mui solenemente. Toda a burguesia e soldados estavam em armas e, depois de haverem dado três descargas, os canhões de

todos os lugares, os burgueses e soldados também, salvaram por três vezes, de modo que parecia estar tudo ardendo em fogo. Julgue cada qual o que cuidará *Speck-Jan*, ouvindo isto. Esperamos que, com o favor de Deus, iremos visitá-los em breve e pô-los no mesmo aperto em que eles nos puseram a nós.[40]

[...]

A 25 [ix.1646], passaram-se para cá três portugueses. Queixavam-se muito de que havia entre eles grande falta de tudo e disseram que já começavam a amotinar-se e que João Fernandes Vieira não ousava sair de sua casa com receio de ser morto, porque lançam-lhe a culpa de todas estas desgraças. Afirmaram também que mais de seiscentos portugueses passar-se-iam voluntariamente, e não o fazem por causa da boa guarda, sendo que eles mesmos correram grande perigo de vida para chegarem aqui.[41] [...] A 12 [xi.1646] [...] da Paraíba, escreveram que os portugueses destruíram todos os engenhos e enterraram as caldeiras, mas as plantações de mandioca, fumo e frutos estão mui bonitas, de modo que agora podemos ser providos, graças a Deus, de toda a sorte de refrescos, o que será um grande alívio tanto para os doentes como para os sãos.[42] [...] Na manhã de 9 [xii.1646], chegou do rio São Francisco a fragata *Sterre*, com o cadáver do nosso almirante Johan Cornelisz Lichthart, que morreu repentinamente a 18 de novembro, estando em seu iate naquele rio. Na mesma hora, esteve bom e morreu. Esta notícia causou aqui uma grande tristeza em todos, grandes e pequenos, porquanto ele era muito estimado por suas excelentes qualidades e mui temido do inimigo. Este não há-de folgar pouco com o passamento do almirante, pois temia-o como se teme a morte. A 12, foi o almirante enterrado mui solenemente no Recife, desfilando duas companhias de burgueses e duas de soldados, diante do corpo, e sendo este acompanhado pelos srs. conselheiros e todos os burgueses. Salvaram todos os navios. A morte deste herói é sem dúvida uma perda irreparável para todos os que habitamos no Brasil.[43] [...] [9.i.1647]. João Fernandes Vieira fez espalhar aqui vários

boatos por meio de suas criaturas (ele tem muitas, Deus o sabe) para nos incutir terror [...] Por esse motivo, foi presa uma mulata que ousou dizer abertamente que dentro de dez dias o Recife se banharia em sangue e que seria feliz quem estivesse com João Fernandes. Foi intimada para explicar o que há-de suceder. Ao meu ver, isto será tomado por um palanfrório de mulher.[44] [...] No dia 1º deste [iv.1647], o inimigo apreendeu a mestre Henrique, carrasco destas conquistas, que saíra um pouco para fora dos nossos quartéis. Deram-lhe primeiramente um tiro e depois lhe cortaram a cabeça com o seu próprio facão. Há muitos candidatos ao seu emprego.

A 12 [iv.1647], chegou da Zelândia a fragata *Middelburgh*, com o sr. [Hubert] Brest, que foi posto como diretor das fragatas. Trouxe a notícia de ter sido declarado livre o comércio.[45] Que proveito pode provir disso? Se a terra está fechada, se não se pode haver açúcar, que retorno receberão os mercadores em troca de suas mercadorias? Nenhum, a não ser dinheiro, com prejuízo de 30% a 35%. A mercadoria é vendida aqui proporcionalmente mais barata do que na Holanda, o que dará pouco apetite aos mercadores do Brasil.[46]

Na expedição que trouxe o novo governo do Brasil holandês, chegou também o francês Pierre Moreau, que deixou um relato dos seus anos na terra.

Tínhamos navegado uns quinze dias quando os pilotos nos disseram que estávamos na altura da Bahia de Todos os Santos, a cem léguas do Recife, aonde tinham ido expressamente para procurar o vento sul, cem léguas mais acima em lugar de tomá-lo duas ou três léguas mais abaixo, por causa da estação deste vento que, como o do norte, sopra seis meses e assim divide o ano. E tendo tomado o seu curso em direção "à terra, eles nos prometeram que de um dia para outro não veríamos. Seus dias inteiros se passavam nesta esperança quando, vogando a todo o pano, descobrimos enfim o Cabo de Santo Agostinho, e duas horas depois, a cidade de Olinda, em seguida o Recife e viemos ancorar a meia légua dali.

O senhor Van Goch foi o primeiro dos novos diretores a chegar. Já havia outros navios aportados há quatro ou cinco dias e tão a propósito que, se eles não nos houvessem antecedido deste modo, nos não teríamos jamais posto os pés no Recife mas teríamos sido forçados a voltar. Este pobre povo definhava e achava-se de tal modo oprimido pela violência da fome que tinha perdido a paciência e a esperança e, sem considerar mais nem o país nem os meios que lhes restavam, não pensavam em outra senão em salvar sua vida e garantir-se contra a morte. Nesta impotência de continuar a subsistir, tinham resolvido no Conselho e na câmara de escabinos enviar, no dia seguinte àquele em que estes três navios fundearam, um pedido de capitulação aos portugueses, entregando-se à sua misericórdia e abandonando-lhes tudo em troca da vida, de víveres e de navios para poder voltar.

De todos os habitantes, os mais transidos de medo eram os judeus, aos quais os portugueses tinham jurado jamais dar tréguas e queimá-los todos vivos. Por isso tinham-se proposto morrer de armas em punho e vender bem caro sua vida, de preferência a cair nas mãos dos portugueses. Logo que os nossos navios foram reconhecidos, todos os barcos e escaleres vieram-nos ao encontro e conduziram-nos para o Recife, onde entramos pelas horas da noite.

Deixo à imaginação do leitor o que foram a alegria e as aclamações deste povo prostrado pela fome quando viu seus restauradores. Havia três meses inteiros não se lhes distribuía senão uma libra de farinha da Europa, ervilhas ou favas, por semana, sendo obrigados, quanto ao mais, a contentar-se com as ervas, raízes e folhas que cresciam sobre os baluartes e nos cemitérios, as quais, aqueles que chegavam a obter lenha, faziam cozer quatro ou cinco vezes na água salobra para tirar-lhes o amargor e comiam-nas, temperadas com um pouco de sal, com os peixes que conseguiam pescar. Todos os armazéns estavam vazios, não restando para mais de 2 mil bocas senão um tonel de farinha, três de ervilhas e uns trezentos de peixe-pau, pescado muito seco e sem gosto. Do começo da revolta até a nossa chegada, cerca de 1500 pessoas morreram de

miséria ou fome, outras tantas foram mortas e aprisionadas e algumas se entregaram ao inimigo.[47]

Nieuhof, que ainda vivia no Recife, deixou um relato mais dramático.

A penúria se acentuava diariamente no Recife, a tal ponto que tudo quanto se considerasse comestível, quer nos armazéns, quer na posse dos particulares, era requisitado para uso comum. Contudo, não sendo de mais de uma libra *per capita* a ração semanal de pão, muita gente morria de inanição. O indício de morte próxima consistia na inchação das pernas. Os gatos e cachorros, dos quais tínhamos então abundância, eram considerados finos petiscos. Viam-se negros desenterrando ossos de cavalo, já meio podres, para devorá-los com incrível avidez. Nem era menos suportável a falta de água potável devido ao rigor do verão e ao uso constante de carnes salgadas; todos os poços que se abriam minavam água salobra. Os miseráveis escravos que só conseguiam a pior parte das sobras tinham o olhar tão esgazeado e o queixo tão trêmulo que causavam pavor mesmo aos mais destemidos. Finalmente (a despeito de todos os cuidados do Conselho), a situação se agravou de tal sorte que mesmo a ração de uma libra de pão por semana foi suspensa ao povo, para ser concedida aos soldados que, induzidos pelos portugueses e atraídos por uma ração dobrada (enquanto existissem recursos), começaram a desertar rapidamente. Quando tudo já havia sido consumido sem que se encontrasse qualquer saída dessa situação calamitosa, o Conselho propôs (e todos aceitaram unanimemente) que se preferisse a morte com bravura à inanição, e que portanto se tentasse abrir passagem por entre as forças inimigas. Os soldados regulares formariam a vanguarda; as mulheres, as crianças, os doentes e inválidos marchariam no meio; e finalmente os membros do Grande Conselho e o povo defenderiam a retaguarda. Os judeus, mais que os outros, estavam em situação desesperadora, e por isso optaram por morrer de espada na mão ao invés de enfrentar seu destino sob o jugo português: a fogueira. Quando já

tínhamos atingido ao auge da penúria e devorado todos os cavalos, gatos, cachorros e ratos e um alqueire de farinha chegou a ser negociado à razão de oitenta e cem florins cada um, sem que a quantidade total fosse suficiente para mais que dois dias de consumo, finalmente a 22 de junho [data de que jamais nos esqueceremos], avistamos dois navios desfraldando o pavilhão do príncipe [de Orange], que rumavam para o Recife a todo pano.[48]

Moreau registrou o rigor das execuções e da disciplina militar praticada pelos holandeses em tempo de sítio:

Três infortunados jovens soldados, ou melhor crianças, pois o mais velho contava dezesseis anos, foram surpreendidos quando fugiam e foram enforcados juntos. Um deles era filho de uma personagem muito opulenta da cidade de Ruão, o qual, nessa idade de volubilidade e falta de juízo, sem procurar outro conselho que o de sua cabeça, tomou de seu pai todo o dinheiro que conseguiu tirar-lhe, e, sem dizer adeus a ninguém, aproximou-se de um marinheiro e deu-lhe três pistolas a fim de que o escondesse num bergantim da Holanda que deveria partir de dois dias, prometendo-lhe ainda pagar sua passagem. Seu pai, não o encontrando e tendo ouvido dizer que ele queria viajar por mar, mandou procurá-lo por toda a parte e visitar os navios onde ele se fizera esconder, mas sem nenhum êxito. Quando ele chegou à Holanda, depois de ter gasto todo o dinheiro em extravagâncias, alistou-se na frota de que se falou [isto é, o socorro de 1646], para vir ao Brasil esposar uma força [...].

Se esta execução causou piedade aos assistentes, o mesmo não ocorreu com a que se seguiu algumas semanas mais tarde, de dois traídores. Jamais se vira tal concorrência popular para um espetáculo dessa espécie. Um era um mulato que morava no Recife e que, conquistado pelos portugueses, foi surpreendido ao querer incendiar dois belos navios ancorados no porto. O outro era um português que se tinha retirado para o Recife quando fora publicada a anistia e que vivia sob sua

proteção. Foi condenado por ter querido subornar um marinheiro, ao qual já havia dado dinheiro e prometido cem escudos a fim de levar a nado uma carta ao Cabo de Santo Agostinho, fechada numa pequena caixa de chumbo, de modo que melhor pudesse fazê-la afundar na hipótese de ser surpreendido pelos holandeses. Tal carta fora escrita com letra disfarçada e nela se avisava que só um pequeno número de soldados guarneciam os fortes do Recife, estando todos os outros em Itaparica; que eles já perdiam a esperança e era necessário vir assaltá-los tanto do lado do dique como da Cidade Maurícia e que certamente os venceriam.

Enquanto o levavam ao suplício, o português disse bem alto que aqueles que vinham divertir-se, vendo-o morrer, brevemente experimentariam grande surpresa. De fato, enquanto o carrasco o estava enforcando num mourão sobre o cadafalso, queimando-lhe a barba e os cabelos com um punhado de palha, começou a levantar-se um rumor do meio dos espectadores que querelavam entre si e se empurravam com cotoveladas, com os punhos e as costas, e pouco a pouco formou-se um grande torvelinho no centro da praça, que os fez cambalear por alguns momentos como bêbados e, finalmente, deitou-os a todos por terra, misturados uns sob os outros. Tal foi o pavor que os soldados armados abandonaram seus postos e correram a esconder-se nas casas; muitos chapéus e barretes perderam-se ou mudaram de dono. O carrasco participou do medo geral e, vendo-se sozinho, saltou de onde estava e por pouco não quebrou o pescoço. Durante esta desordem, que durou mais de um quarto de hora antes que cada um se sentisse novamente seguro e sem que jamais se soubesse qual fora a causa de tudo isso, como e por que acontecera, acreditando-se que fora obra de alguns demônios que tinham prestado este serviço ao português, o carrasco, que logo tinha subido de novo ao cadafalso, cortou-lhe o nariz, as orelhas, os testículos, o membro viril, abriu-lhe o estômago e lhe arrancou o coração, com o qual lhe bateu nas faces, ensanguentando-as, e deu tudo de comer a dois grandes cães. Os dois corpos,

divididos em quatro partes, ficaram expostos nas forcas patibulares.[49]

A chegada da ajuda militar ao Brasil holandês forçou o comando insurreto a evacuar a população luso-brasileira desde o Rio Grande do Norte até Igaraçu, ao norte de Olinda, a qual, ao partir, destruiu engenhos e lavouras. Destarte, tratava-se de reduzir o perímetro de defesa e concentrar efetivos no assédio do Recife.

Os mestres de campo governadores João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, tanto que souberam da chegada desta armada, trataram de defender a campanha de tão poderoso e sagaz inimigo, qual era o Sigismundo [von Schkoppe], ordenando as coisas necessárias, convocando todos os soldados, provendo as estâncias fronteiras e postos mais perigosos, e considerando que a primeira guerra[50] se perdeu por estar o poder que havia tão dividido, que se estivera junto não ganhara o inimigo com tanto descrédito de nossas armas. E sabendo que o Sigismundo, com o poder com que havia chegado e com a gente que achara no Recife, perfizera 10 mil homens de armas,[51] com os quais determinava dar princípio à guerra, vindo como fez a primeira vez pela Paraíba, sujeitando os moradores com passaportes e dando perdão a todos em nome dos Estados [Gerais] e do príncipe de Orange, como se lhes houvessem de admitir, tendo já mandado deitar cartazes e editais pelas fronteiras e praias que assim o continham. Mandaram os sobreditos mestres de campo governadores, para se frustrar o intento tão acertado do Sigismundo, retirar a todos os moradores das capitanias da Paraíba e Goiana[52] e de todos os seus arrabaldes e distritos, com toda a infantaria, fazendo-se fronteira na vila de Igaraçu. E mandaram a d. Antônio Felipe Camarão que assistia com o seu terço na Paraíba e aos governadores e mais capitais da infantaria e ordenança da terra, que viessem marchando e

comboiando os moradores para os defenderem, se acaso o inimigo os acometesse na jornada, e [que] o Camarão viesse na retaguarda com outros. Desampararam os moradores da Paraíba e Goiana seus engenhos de açúcar e fazendas, e os da Paraíba, a cidade, com muita dor e sentimento. Porém o temor que tinham dos holandeses e índios e o verem-se em liberdade lhes fazia esquecerem-se dos bens e cômodos que deixavam. E assim todos se puseram a caminho com suas famílias, uns a cavalo, outros a pé e outros em carros. Os que tinham engenhos e partidos de cana e outras lavouras se remediaram com os carros. Porém os moradores da cidade como tinham pouco, principalmente os pobres, que sempre passam mais trabalhos e infortúnios do que os ricos, deixaram quase todos seus bens móveis na cidade por os não poderem trazer. E a muitos, assim da cidade como de seus distritos, nesta transmigração, fugiram grande quantidade de escravos, que os não quiseram acompanhar, com o que muitos iam deixando pelos caminhos quanto tinham. E os mais deles enterraram muitas coisas que não puderam carregar, e os senhores de engenho deixaram seus cobres[53] escondidos, que como foi o termo que se deu tão breve para se retirarem, por ser assim necessário para se conservar a guerra, tiveram pouco tempo para se prepararem e aprestarem. Vieram marchando todos os moradores, que parecia um campo formado, por ser muita a gente e mulheres que vinham por todos aqueles caminhos. E chegados a Goiana, também vieram vindo seus moradores e das mais partes daquele distrito até a vila de Igaraçu, onde se fez fronteira, passando muitos não poucas misérias e trabalhos por ser a jornada de quase trinta léguas. Porém todos chegaram em paz às capitanias de Pernambuco, que como vinham acompanhados de muita gente de guerra, não receberam nenhum dano do inimigo nem no caminho lhes saiu a dar assalto para os matar e saquear. Muitos destes moradores ficaram da banda de Igaraçu, outros pela várzea [do Capibaribe] à sombra do nosso arraial. Porém a maior parte deles passou até o Cabo de Santo Agostinho, por estarem perto da fortaleza e povoação do Pontal de Nazaré. E foi auxílio

particular do céu que, com se retirar tão infinita cópia de gente para estas capitanias, não encareceu o mantimento e sustento, principalmente o da farinha da terra, antes dali por diante valeu mais barata; que, se de outra sorte sucedera, fora total ruína dos miseráveis moradores, sendo que em semelhantes ocasiões sobe o preço e há mais carestia de mantimentos recrescendo cópia de gente.

Os moradores da Paraíba e Goiana se retiraram e remediaram o melhor que puderam, tomando sítios acomodados que no Brasil não faltam, para fazerem suas casas, e com os escravos que lhes ficaram tratavam de suas lavouras. Mas entretanto padeceram muitos trabalhos e misérias, vendendo o ouro e prata e não poucos as alfaias, que puderam trazer, por barato preço, para comprarem o sustento e se remediarem do necessário. E aqueles que em suas terras eram senhores, começaram a experimentar nas alheias várias condições e descômodos de muitos, principalmente no distrito do Cabo de Santo Agostinho. Porém acomodaram-se o melhor que puderam, onde muitos que haviam sido senhores de engenho na Paraíba arrendaram alguns no distrito do Cabo, que não moíam por estarem desbaratados; e outros que moíam. E com sua indústria os refizeram e consertaram com que tiraram algum cômodo para remédio de suas necessidades. Outros muitos em breve tempo plantaram muitas roças de farinha da terra e legumes com que sustentavam suas famílias; e pelo tempo em diante tiveram tanta abundância das coisas que dá e produz a terra, por ser a gente daquelas capitanias muito dada ao trabalho e granjearia das lavouras, que as chegaram a vender aos próprios moradores da terra. Destes, não faltaram outros que se deram a cultivar canas-de-açúcar, com que ficaram remediados o melhor que puderam.

A infantaria, assim de Pernambuco como dos soldados que se fizeram na Paraíba e Goiana dos filhos dos moradores, com seus capitães, de que muitos ficaram confirmados nas companhias com suas patentes, foram repartidos pela vila de Olinda e outros postos nas nossas estâncias fronteiras. Antes que se retirassem os moradores, foram mandadas queimar as

> canas-de-açúcar daquelas partes e arrancadas as roças e mais lavouras para que o inimigo se não aproveitasse de coisa alguma.[54]

O socorro chegado ao Recife em 1646 reforçou a posição dos que em Lisboa advogavam a escalada da intervenção portuguesa. O Conselho Ultramarino manifestou-se em prol do envio de auxílio militar através da Bahia, chamando a atenção d'El Rei para a desunião reinante entre os insurretos e para o risco de solicitarem a interferência de terceiro país ou até de negociarem por conta própria um acordo com o governo do Brasil holandês, como este os concitara a fazer. Em fins de 1646 e começos de 1647, d. João IV decidiu-se finalmente a sustentar a insurreição de modo a utilizá-la como meio de pressão diplomática sobre os Estados Gerais. Entre as providências tomadas, estava a nomeação de um mestre de campo general incumbido de submeter a condução da guerra ao controle da Coroa, escolha que recaiu em Francisco Barreto de Menezes. Na corte, não se fazia mistério acerca da sua missão quando em março de 1647 ele partiu num comboio de sete ou oito navios que transportavam efetivos e munições para Salvador.

18.
Rumo aos Guararapes

No segundo semestre de 1646, graças ao reforço enviado das Províncias Unidas, que salvara o Recife da rendição pela fome, o governo do Brasil holandês tratou de assumir a ofensiva. O coronel Sigismund von Schkoppe, cuja experiência da guerra brasílica o guindara ao comando do exército, viera encontrá-lo em condições deploráveis. Malgrado julgar insuficientes os 2 mil soldados que trouxera da metrópole, Schkoppe tentou romper o cerco, mas não logrando fazê-lo, optou por uma operação marítima contra Penedo a fim de cortar a linha de comunicações terrestres dos insurretos com a Bahia. Tendo, porém, de desistir, visou mais alto, ocupando em janeiro de 1647 a ilha de Itaparica na entrada do Recôncavo baiano, no propósito de estorvar a navegação entre o Reino e Salvador e de obrigar Antônio Teles da Silva a retirar de Pernambuco ao menos uma parte dos contingentes. Ao regressar ao Brasil à frente do socorro de 1646, Schkoppe acreditara poder recorrer à contraguerrilha que, nos anos 1630, permitira desbaratar a resistência inimiga, mas depois de algumas tentativas concluíra pela sua inutilidade. De Olinda para o norte, seus contingentes podiam avançar desimpedidamente dez a doze léguas pela terra adentro, mas a região

transformara-se num deserto desde que o comando luso-brasileiro fizera evacuar a população das capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande para Pernambuco. Do Recife para o sul, não se lograva romper o bloqueio da cidade, pois, como explicava Schkoppe,

> logo que marchamos, o que sucede muitas vezes para ver se lhes podemos tirar alguma vantagem, eles saem também, mas quando percebem que somos mais fortes retornam imediatamente às passagens estreitas e às matas, onde os nossos devem inevitavelmente chegar e onde nada podemos esperar, salvo ver nossas tropas dizimadas à direita e à esquerda. Nos matos, não podemos obter vantagem alguma sobre eles; e muito menos desalojá-los de suas posições, de maneira que nada há fazer, exceto ao preço de grandes riscos e da perda de muitos homens.[1]

A ocupação de Itaparica à entrada do Recôncavo baiano propunha-se, como mencionado, a obrigar o governador-geral a retirar suas tropas de Pernambuco para reforçar Salvador. Em fevereiro de 1647, a expedição sob o comando de Schkoppe desembarcou na ilha. Moreau estava em boa posição para conhecer o teor do debate estratégico que tinha lugar no Recife. Depois da chegada do auxílio e do novo governo,

> passaram-se cerca de três meses durante os quais o Alto Conselho, o Conselho Político, os generais, seus coronéis e o almirante se consultavam uns aos outros sobre o ponto em que tratariam de penetrar no país, se empregariam todas as suas forças ou as dividiriam, se procurariam ferir batalha ou a evitariam, que praças atacariam etc. Enfim, entenderam que o fito devia ser o de libertar a região e as cercanias do Recife,

expulsar os portugueses, tornarem-se senhores da cidade de Olinda, arrasá-la de alto a baixo, e ir sitiar o Cabo de Santo Agostinho e assaltá-lo, tendo em vista os defeitos que um engenheiro nele havia notado. O general Schkoppe enviou, seis a sete vezes, troços de trezentos, quatrocentos a quinhentos soldados para atravessar o rio [Capibaribe], a fim de descobrir a posição dos portugueses e a situação dos lugares, mas assim que pensavam ter avançado um pouco, uma ou duas léguas, eram tão bruscamente atacados de emboscada que uma parte deles perdia a vida e os outros mal tinham tempo de se retirar.

Por outro lado, os soldados que estavam no Recife, não acostumados a esse novo ar, onde o calor é sempre excessivo, aborrecidos de se verem estreitamente encerrados sem alimentos frescos, com águas ruins e poucos víveres, em breve tornaram-se fracos, descarnados e pouco hábeis para o ofício militar. Eram doenças comuns o escorbuto, o fluxo de sangue e os vermes engendrados nas serosidades corrompidas de seu sangue e que apareceram em todas as partes de seus corpos, dos quais se arrancava a pele, mas ficavam sempre alguns óvulos que originavam outros. Trezentas ou quatrocentas pessoas sucumbiram mortas pela debilidade, algumas nos hospitais, outras por vezes no meio das ruas como animais, sem que se pudesse socorrê-las com alimentos frescos, que faltavam. A última investida que Schkoppe se aventurou a fazer na região resultou tão vergonhosa que, embora ele aí fosse pessoalmente com oitocentos homens, estes não puderam suportar a aproximação de quinhentos inimigos que vinham ao seu encontro e fugiram. Ele fez tudo o que pôde, com ameaças e promessas, a fim de obrigá-los a resistir e lutar, mas foi-lhe impossível reuni-los. Então, tomado de cólera, matou com as suas próprias mãos um alferes, um sargento e dois soldados, que tinham sido os primeiros a fugir. Dois capitães, um tenente e alguns outros, por haverem contribuído para esta covardia, tiveram seus soldos confiscados e foram despedidos e reenviados à Holanda como poltrões.

Não era possível continuar a sacrificar deste modo os soldados sem tirar nenhum proveito, e menos ainda obrigá-los a

incursões na várzea, onde eram batidos pelo inimigo, duas vezes mais numeroso e que viera localizar-se precisamente ali. Era, porém, necessário começar, a fim de se tornarem donos dos arredores do Recife, tomar Olinda e cercar o Cabo, para nele se restabelecerem. O expediente que encontraram foi o de mandar o coronel Henderson com 1500 soldados atacar o rio São Francisco [...] Pensou-se que a presa seria fácil e que, pelo fato de subjugá-lo e devastá-lo, isso obrigaria os que se encontravam perto do Recife a correr em auxílio dos seus. Schkoppe, logo que os sentisse enfraquecidos, com 2500 homens que não se abalariam do Recife e ficariam de prontidão, cairia uma noite sobre a região, não daria quartel, pilharia tudo, espantaria o inimigo e obrigaria os habitantes a tudo abandonar, construindo a seguir bons fortes para assegurar-se a retaguarda. Depois, mandariam que Henderson viesse juntar-se a eles a fim de ir atacar a cidade de Olinda, de onde tomariam as necessárias medidas para dirigir-se ao Cabo de Santo Agostinho com o reforço que esperavam da Holanda, em resposta às cartas que para lá tinham escrito. Tudo saiu, porém, ao contrário.[2]

Quanto à ocupação de Itaparica, reporta Moreau:

Schkoppe e seus homens tornaram-se senhores absolutos da ilha e para ali melhor se firmarem construíram um forte, que chamaram real, à beira da margem, do lado da Bahia, ao abrigo do qual estavam ancorados os seus navios. Alguns destes se conservavam sempre à espreita da saída ou entrada das caravelas na Bahia, não ousando ir procurá-las no canal, devido à artilharia dos fortes, enquanto outros cruzavam o mar aqui e ali, na esperança de caçar navios inimigos. Os da Bahia, temerosos de vizinhos tão perigosos que os impediam de mostrar-se, não ousavam sair nem vir com tempo claro, belo e sereno, só se aproveitando das estações tempestuosas e cheias de procelas, durante as quais era impossível a batalha no mar. Resolvidos que estavam a expulsar pela força os holandeses da ilha de Itaparica, aí desembarcaram uma noite, aproveitando-se da escuridão, 1500 homens em barcas,

patachos e escaleres e estes se entrincheiraram na outra extremidade da ilha, de onde os holandeses não conseguiram expulsá-los.[3]

Mesmo quando se decidiu a apoiar por baixo do pano o movimento restaurador, d. João IV não desistiu do projeto de atrair o governo de Haia para a compra do Nordeste. O plano, porém, continuava bloqueado pela direção da WIC e pelas suas câmaras provinciais. A ocupação de Itaparica por Schkoppe induziu o monarca a abandonar a atitude de excessiva prudência. Se indispensável, Pernambuco poderia ser sacrificado, mas o caso da Bahia era diferente, pois punha em risco todo o Brasil. No Natal de 1647, aportou a Salvador uma armada lusitana comandada pelo novo governador-geral do Brasil, conde de Vila Pouca de Aguiar, com a missão de retomar Itaparica mas abster-se de quaisquer hostilidades contra o Brasil holandês. Simultaneamente, uma esquadra capitaneada por Salvador Correia de Sá tinha a missão de, depois de obter reforços no Rio de Janeiro, demandar Angola e, caso fosse possível, retomar São Paulo de Luanda. D. João IV também anuiu ao chamado "assento de Pernambuco", contrato concluído com alguns comerciantes de Lisboa visando o abastecimento de Pernambuco. Onze dias antes da chegada da armada de Vila Pouca, Schkoppe levantara o sítio de Salvador, regressando ao Recife, ao saber do envio da força naval lusitana. Por outro

lado, a caravela em que navegava o novo comandante do exército luso-brasileiro em Pernambuco, Francisco Barreto de Menezes, era apresada pelos holandeses no litoral da Bahia e ele, conduzido preso para o Recife. Depois de nove meses de cárcere, Menezes e o tenente-general do Estado do Brasil, Felipe Bandeira de Melo, que o acompanhara de Lisboa, conseguiram evadir-se em janeiro de 1648. Segundo narra Felipe Bandeira de Melo,

> foi tão trasordinário o modo e risco com que fugimos do meio do Recife, por mar, rios, sentinelas, navios, lanchas e muitos fortes do inimigo, que parecia coisa impossível, o podermos conseguir liberdade por meio tão precipitado, sendo instrumento desta boa fortuna que levamos por guia um filho do carcereiro em cuja casa estávamos, que furtou ao pai cinco chaves abrindo outras tantas portas, com que nos facilitou o podermos sair.[4]

Quando já vagavam "cinco horas, perdidos entre os mangues", foram detectados pela patrulha de uma das estâncias que encurralavam o Recife e conduzidos finalmente ao Arraial Novo, onde Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros alegaram não poder transmitir o comando sem autorização expressa de autoridade superior, a qual foi solicitada imediatamente ao governador-geral, conde de Vila Pouca. A essa altura, eram péssimas as relações entre este e os chefes do movimento restaurador, cujas missivas abstinha-se de responder para não se comprometer com o governo do Recife. À espera da

decisão de Vila Pouca, que só foi recebida a 16 de abril de 1648, Francisco Barreto resignou-se ao papel de conselheiro militar. Refere Diogo Lopes de Santiago:

> Estando os mestres de campo governadores preparados das coisas necessárias para apresentarem batalha ao inimigo, que sabiam os havia de vir buscar, que para esse efeito se andava aprestado no Recife, chegou aos 15 de abril de 1648 um correio [...] com uma ordem da Bahia, do conde de [Vila Pouca de] Aguiar, Antônio Teles [de Menezes], para que se entregasse o governo a Francisco Barreto de Menezes, que havia fugido do Recife, como fica dito. Os mestres de campo governadores, em consideração de alguns respeitos e por não entender o conde que lhe não obedeciam as suas ordens, entregaram o governo a Francisco Barreto de Menezes, averiguando entre si primeiro, por serviço de Sua Majestade, [se] deviam ficar eles na mesma guerra pelo conhecimento que dela tinham e por serem experimentados; e que assim convinha, posto que Pernambuco não tomou isto a bem, porque requeria a terra pessoa mais experimentada nela e prática no estilo da guerra daquela campanha, e de anos bastantes para suportar vontades tão diversas de tantas castas de gente que há naquelas capitanias, e de gente tão belicosa. Contudo, foi o governo entregue, ficando os mestres de campo na mesma praça, por executores da guerra, como das ocasiões constará, que se assim não fora, sentiriam os moradores a falta, como por experiência se viu.[5]

Ao tempo da guerra da resistência, o antagonismo entre os soldados da terra e os contingentes luso-espanhóis e napolitanos, que os esnobavam profissionalmente, assumira cariz doutrinário sob a forma de uma disputa entre os partidários da guerra brasílica ou de guerrilha e os adeptos do modelo europeu de guerra, reputado por aqueles de todo

inadaptada ao meio físico da América portuguesa. A vinda de Barreto veio reacender a quizília. Contudo, a crítica relativa à sua inexperiência não era improcedente. Embora tivesse participado da expedição do conde da Torre (1640), logo retornara a Portugal para tomar parte na guerra contra a Espanha. Destarte, seu conhecimento de Brasil resumia-se à marcha forçada da tropa que, depois do malogro da armada, acossada por ventos contrários e repelida pela esquadra neerlandesa, desembarcara no Rio Grande do Norte, alcançando Salvador através do interior desabitado do Brasil holandês, para escapar da força que Nassau despachara em seu encalço. Diogo Lopes de Santiago aproveitou, aliás, a ocasião de passagem do governo e do comando militar para fazer o balanço das realizações de João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros.

> E para que se saiba o muito que os mestres de campo governadores fizeram na campanha das capitanias de Pernambuco, direi em suma, porque mais difusamente se tem nesta história escrito algumas coisas essenciais: ganharam 130 léguas de campanha, que é desde o Ceará Mirim, que fica abaixo do rio Grande, até o rio de São Francisco, que o inimigo ocupava. Ganharam nove fortalezas, afora muitos redutos e casas fortes, e nelas ganharam setenta e tantas peças de artilharia em que entravam muitas de bronze de 24 libras, e a este respeito os mais calibres, havendo mortos e aprisionados 18 mil e tantos homens do inimigo.[6] Entregaram mais, para dois meses e meio, mantimentos nos armazéns, porque naquele tempo haviam chegado navios a que compraram mantimentos,

deixando [de] efeitos nas mãos dos moradores e oficiais da fazenda, 24 contos, e com quebras que lhes deram se cobraram dezessete contos. Ficou de dívida 16 mil e tantos cruzados, que bem se podiam pagar com os efeitos atrás, como se pagaram. Deixaram a gente tão destra que, de bisonha, tirados os soldados dos bafos de seus pais, e de índios e negros fizeram tão espertos soldados que, com eles, se ganharam tão gloriosas vitórias, governando em todo o tempo com grande sossego e quietação, sem haver alteração entre os soldados por mais misérias que passaram. E governaram com tão feliz ventura, que é o que se busca para o governo, que em todo o tempo deles não houve mortes na terra, matando-se uns aos outros, nem o inimigo tomou nenhum navio nem se perdeu na barra, conservando-se os moradores em grande amizade e quietação em suas casas, sem risco das vidas. E tudo isto que se ganhou na campanha foi sem artilharia, que a não havia, senão com espingardas, arcabuzes, paus tostados e à espada, como se tem visto na presente história. E sem haver fazenda real nem socorro, se sustentou a guerra todo o tempo que os mestres de campo governadores governaram.

Na real verdade que foi esta obediência dos mestres de campo governadores admirável e única, que sendo eles os que ganharam tanta terra e libertaram os moradores do jugo dos holandeses, principalmente João Fernandes Vieira, que deu tão feliz princípio a esta liberdade, logo entregaram o governo sem réplica alguma, sendo que poderia haver muitas, pois deram princípio e executaram esta empresa.[7]

Nos Países Baixos, os Estados Gerais haviam decidido finalmente chamar a si o encargo de defender o Brasil holandês, aprovando o envio de poderosa armada de socorro, malgrado a rivalidade entre as províncias da Holanda e da Zelândia, a qual, exacerbada pela negociação no Congresso de Munster do tratado de paz entre a Espanha e as

Províncias Unidas, ameaçava paralisar o processo decisório. A Holanda, contudo, cedeu devido à necessidade de garantir a firma da Zelândia no tratado de paz com a Espanha. O comando foi entregue ao almirante Witte de With, um dos mais notáveis chefes navais da época, o qual alcançou o Recife em março de 1648. Com a chegada da armada de De With em fins de março e inícios de abril de 1648, o governo do Recife voltou a debater as alternativas estratégicas. A primeira consistia em romper o assédio do Recife por meio de uma estrondosa demonstração de força que obrigasse o inimigo a aceitar uma batalha campal, ao longo da qual a superioridade neerlandesa terminaria por se impor. Tal opção contava com a preferência do Supremo Conselho e da população recifense mas não com a dos militares, que duvidavam do êxito. A segunda era a conquista de Salvador; mas se Nassau fracassara em 1638, como realizá-la no momento em que a capital da América portuguesa estava sob a proteção de armada portuguesa, o que não fora o caso dez anos atrás? A terceira, um ataque contra o Rio de Janeiro, favorecido pelos militares, topava com a má vontade do Supremo Conselho, que argumentava com a falta de informações indispensáveis à empreitada. Na realidade, em termos políticos, a escolha final teria de recair sobre a primeira alternativa. A 2 e 4 de

abril, o Conselho decidiu-se por ela. Schkoppe e os coronéis dobraram-se à autoridade civil, embora não alimentassem ilusões sobre o desfecho. Antes, porém, de saírem em campo, o governo do Recife ofereceu um perdão geral, repelido solidariamente pelo comando luso-brasileiro, inclusive Henrique Dias, que lhes respondeu por escrito:

> Onde estão as armas, escusados são os papéis que vv. ss. mandam lançar. Os meus soldados não entendem tanto deles como dos muitos e grandes mosquetes que trazem na mão, meneados com tanta presteza e valor, como os senhores flamengos cada hora sentem. Com estas armas ou outras quaisquer, podem vv. ss. sair à campanha, onde eu não somente os espero, mas os convido. E seja logo que, como sou soldado, não quisera gastar mais tempo nem mais palavras, maiormente que quem como nós tem de sua parte a razão, não há mister razões. Das muitas de vv. ss., colho eu seu pouco poder e menos obras. As de meus soldados hão-de de ser as que sempre foram, e as que se podem esperar de homens tão acompanhados da justiça, valor, constância, resolução e pouca fazenda, que sempre temeu menos a morte quem menos tem que gastar na vida. Pelas dos senhores flamengos, não darei duas placas.[8]

A 18 de abril, Schkoppe marchou à frente de 4500 soldados. Reunindo apenas a metade desses efetivos, os insurretos barraram-lhe a passagem. No Ibura, ao sul da cidade, numa campina que se estreitava em boqueirão, flanqueada a oeste pelos outeiros dos Guararapes e a leste pelos mangues e alagados que chegavam até a praia, postou-se a vanguarda luso-brasileira, com o grosso da tropa escondido por trás da bocaina. Ao cabo de uma

manhã de peleja, o exército batavo bateu em retirada, deixando no campo cerca de quinhentos mortos, entre eles 48 oficiais e Schkoppe atingido no pé, enquanto as perdas luso-brasileiras teriam sido de oitenta mortos e de quatrocentos feridos, desproporção que a Boxer pareceu suspeitamente favorável aos rebeldes. Diogo Lopes de Santiago descreveu os montes Guararapes e registrou sua etimologia.

> São estes montes quase todos escalvados com muito poucas árvores agrestes; a terra deles, infrutífera e estéril como barro, e outra arenosa, que não produz coisa alguma que nela se plante. Somente pelas fraldas dele nascem árvores e é a terra melhor. Contém em si muitas grutas abertas e concavidades que, com as águas do inverno, se vai a terra socavando e abrindo com precipícios e despenhadeiros muito altos no cimo e planícies da eminência deles, que foge a vista a quem dela olha para baixo. Uns montes são mui levantados e empinados e outros têm menos altura. E de todas as suas eminências se descobre uma amena, deliciosa e espaçosa vista do mar, correndo de ordinário ventos e viração marítima. Não são habitados por sua esterilidade e serem tão fragosos [...] Os que caminham por eles, principalmente a cavalo, vão com muito sentido e resguardo [...] Têm estes montes muitas pedras duras, maciças e ponderosas [...] e em algumas partes há uma terra muito vermelha, que parece vermelhão, que, conforme se diz, dele se tira e faz nas Índias de Castela o azougue. Para a parte da terra, são tudo montes; e para a do mar, campinas e alagadiços até chegar à praia. É para notar que este nome Guararapes, no idioma e língua dos índios, quer dizer tambor ou atabaque (que parece que foi o nome e etimologia que lhe foi posto como presságio dos muitos tambores e caixas e instrumentos militares que neles se tocaram nestas batalhas),

que quase quer dizer monte guerreiro, e nós lhe podemos chamar vitorioso.[9]

Eis a parte oficial da primeira batalha dos Guararapes pelo mestre de campo general Francisco Barreto de Menezes.

Chegou a armada do inimigo a 14 de março [de 1648] e desembarcou no Recife e preveniu toda a sua infantaria até o dia 18 de abril, dia em que saiu à campanha com seu exército, o qual constava de 1500 infantes, quinhentos homens de mar e trezentos índios tapuias. Traziam todos em seus batalhões sessenta bandeiras, ademais de um estandarte grande com as armas das Províncias Unidas e Estados Gerais, cinco peças de artilharia de bronze, muitos víveres, munições e dinheiro. Governava este exército o general Sigismund von Schkoppe, com seis coronéis, a saber, Haus, Van Elts, Hautyn, Kerweer, Van de Brande e Brinck.

Marchou para a parte da Barreta e no mesmo dia 18 de abril me degolaram quarenta homens de cem que estavam para defesa do mesmo posto da Barreta; e trouxeram-me aviso de como se aquartelavam no dito posto. Havendo somente dois dias que da Bahia me tinha chegado ordem do conde general [e governador-geral, conde de Vila Pouca de Aguiar] para que governasse estas capitanias [...] chamei logo a conselho aos mestres de campo André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, ao tenente-general [Felipe Bandeira de Melo] e capitães de infantaria. E propondo-lhes o estado das coisas, se resolveu em conselho que saíssem a encontrar o inimigo, sem embargo de que o nosso poder não constava de mais que de 2200 homens, em que entrava o terço dos pretos do governador Henrique Dias e o dos índios, do capitão-mor Camarão, porquanto ficaram as estâncias providas com trezentos homens.

Com este limitado poder, marchei para os outeiros dos Guararapes, e depois de os passar, fiz alto na baixa deles, formando a infantaria pela melhor forma e modo a que o terreno

me deu lugar. Naquele sítio, passei a noite. Ao outro dia, que era domingo da Pascoela, 19 de abril, levantou o inimigo seu exército. Vindo marchando para os nossos, começaram os batedores a peleja; e tanto que o inimigo se descobriu pelo alto dos montes Guararapes, mandei tocar a investir, tendo posto na vanguarda ao mestre de campo Fernandes Vieira, e para dar nos lados do inimigo o capitão-mor Camarão de uma parte, e da outra o governador Henrique Dias.

Dada a primeira carga, de ambas as partes investimos à espada, rompendo ao inimigo todos seus batalhões. E porque dois da sua reserva, que ainda tinha em ser, se desviavam dos que iam rotos e carregavam para a parte de Henrique Dias, mandei 560 homens, que também tinha de reserva, para que, incorporando-se com o dito Henrique Dias, o ajudassem a romper com os dois batalhões que o iam acometer. Mas os nossos capitães, que, em dois terços, governavam os ditos quinhentos homens, não considerando os danos que lhes podia vir de não observarem a ordem que levavam, investiram por outra parte, onde, por caminho mais abreviado, lhes pareceu que havia ocasião de maior destroço no inimigo. Mas resultou deste engano não destruirmos totalmente os contrários, que, por não poder Henrique Dias sustentar o peso deles, se veio retirando sobre os nossos, os quais, por serem poucos e cansados, fizeram também o mesmo.

Acudi logo a ter mão em todos para que o inimigo não tornasse a cobrar a sua artilharia, munições e dinheiro que já lhe tínhamos ganhado. Mas não o pôde conseguir, porque com a rota que havíamos feito ao inimigo, estavam os nossos mais desordenados que os mesmos inimigos a quem romperam. Porém, a poucos passos, me pus em um regato que havia na campanha, onde, animando a uns e ferindo a outros da nossa infantaria, a obriguei a fazer alto; e comecei a formar, mandando fazer o mesmo ao terço do mestre de campo João Fernandes Vieira. E pondo na vanguarda ao mestre de campo André Vidal de Negreiros, tornou, com pouca gente da sua mas com grande esforço, a investir com as mangas que o inimigo trazia diante de seus batalhões. E escaramuçando com ele, os

tornou de novo a romper, matando alguns de seus capitães e muitos dos soldados. E começando-se novamente a pendência, formando-se de uma e outra parte os campos, durou a batalha por espaço de quatro horas, no fim das quais, depois de se obrarem da nossa parte maravilhosos atos de valentia, assinalando-se neles geralmente, com os mestres de campo, todos os mais oficiais, o inimigo se retirou a ocupar suas eminências à nossa vista, retirando para detrás delas os feridos que mais perto lhe ficavam.

Considerando eu, neste tempo, o quanto estavam cansados os nossos soldados, havendo mais de 24 horas que não comíamos, e muitos deles ocupados em retirar os mortos e feridos que tivemos, me deixei ficar formado na mesma frente do inimigo, mandando recolher as bandeiras que havíamos ganhado, que chegaram a 33, a saber, o estandarte grande com as armas das Províncias Unidas, como já referi e o qual tenho nesta praça, dezenove bandeiras que remeti logo à Bahia ao conde general, e treze que os nossos soldados pretos e índios, não fazendo estimação delas, dizem que as tinham desfeitas para bandas e outras galas.

Estando um campo à vista do outro por todo o dia, tanto que anoiteceu mandei algumas tropas inquietar o inimigo, a fim de que também na volta me trouxessem aviso de seus intentos. E posto que não seguissem todas as ordens quanto convinha, não deixaram, contudo, de picar o inimigo, o qual, no decurso da noite, se retirou, sem que eu disso alcançasse notícia. Amanhecendo segunda-feira, dia de Nossa Senhora dos Prazeres, mandei descobrir o campo, achando, nas demonstrações dele, ter-se retirado o inimigo com grande pressa e destroço, pois deixou na campanha novecentos homens mortos; e, entre eles, alguns feridos, uma peça de artilharia de bronze, muitas munições e armas, as 33 bandeiras que tenho referido, várias insígnias, além de outros despojos de roupa e dinheiro, de que os nossos soldados se aproveitaram.

Dos mortos do inimigo, foram muitos pessoas de conta, e as principais delas foram o coronel Haus e o coronel Van Elts; e o coronel Hautyn morreu depois de chegar ao Recife; e de alguns

que aprisionamos, foi um coronel Kerweer, de sorte que, de seis coronéis que trazia o exército, só dois escaparam de nossas mãos, Van de Brande e Brinck. Também tenho notícia certa dos prisioneiros que tomamos que os feridos que o inimigo retirou desta batalha foram mais de quinhentos; e, entre eles, o seu general Segismundo, com uma perna passada; e que os mortos que a nós, como acima digo, nos pareceram novecentos, passaram de mil. Da nossa parte, morreram nesta ocasião oitenta homens, contando também nestes os quarenta que já disse nos degolaram na estância da Barreta; os feridos, perto de quatrocentos, mas por mercê do céu, todos sem perigo.[10]

A parte oficial de Von Schkoppe, que teve de se retirar da luta devido a um ferimento, foi complementada pela do coronel Van den Brande.

A 19 do mencionado mês [de abril de 1648], às sete horas da manhã, atravessamos com a nossa força o rio dos Afogados, da parte da terra, e daí alcançamos a praia e seguimos até a Leiteria. As peças pequenas, ordenamos que viessem com duas companhias de mosqueteiros pelo rio grande até as Cinco Pontas. Chegados à Leiteria,[11] achamos aí uma força de cem homens; o inimigo, entretanto, permaneceu, com a certeza de que não avançaríamos pelos alagados para o atacar. Imediatamente, despachamos duas companhias de mosqueteiros e os tapuias, por serem muito rápidos na carreira, para irem, entre o continente e o alagado, cortar a passagem dele e não permitir que alcançasse a mata, o que os tapuias conseguiram, impedindo a retirada de alguns, abatendo 25 portugueses e fazendo dois prisioneiros, que nos informaram que no engenho Guararapes se tinham acolhido duzentos a trezentos portugueses. Neste dia, permanecemos na Leiteria, visto que eram seis horas da noite quando a retaguarda da nossa força ali chegou e por isto foi-nos necessário, com toda a nossa força, ali pernoitarmos na praia. A 20 [de abril], pelas sete horas da manhã, partimos com todo o exército com intenção de alcançar o engenho Guararapes, situado à distância de duas horas da Leiteria. Depois de cerca de uma

hora de marcha, encontramos o inimigo postado em uma planície, entre um grande alagado e os montes. O inimigo avançou com cerca de cem a duzentos homens através do alagado em nossa direção e ordenei que quatro companhias de mosqueteiros lhe resistissem, até que o grosso do nosso exército chegasse, o que, tendo acontecido, o inimigo logo se retirou através do alagado para o grosso de suas forças, que se achava atrás do alagado. Calculamos que o inimigo devia contar mais de 3 mil homens. Com presteza, coloquei a minha gente nos montes em frente ao inimigo, conduzindo as pequenas peças ao mesmo tempo, com o fim de flanquear o inimigo. Este, porém, ficou na defensiva e não queria abandonar o passo, de modo que começamos a luta com canhoneio e mosquetaria dos montes, e debaixo, por mais de duas horas, ao que o inimigo não ficou atrás na resposta.

Cessando um pouco as descargas, o inimigo, com duzentos a trezentos homens, avançou do passo em nossa direção e mandei enfrentá-lo, abaixo dos montes, o coronel Van Elst com a brigada composta do meu regimento, do de Van Elst e do de Kerweer; e com isto o inimigo retirou-se por uma estreita passagem para o seu grosso. Os nossos quiseram passar o alagado, pensando que havia solo firme, mas foram obrigados a retroceder. O inimigo, vendo que os nossos, com grande desordem, se retiravam em direção à direita, sem mosquete, lança, espada ou algo com que enfrentá-lo, caiu sobre os nossos por detrás, com grande fúria, e encerrou os que estavam no alagado e não puderam resistir; e daí resultou terem ficado [mortos] tantos oficiais e soldados.

Dominada a desordem, coloquei a tropa novamente no alto do monte e verifiquei que o total da nossa força tinha sofrido baixa de mais de 1500 homens, dos quais alguns tinham fugido para a Barreta e outros tinham conduzido uma boa parte dos feridos para a Barreta. O inimigo nesse entretempo tinha deixado o passo, e os nossos avançaram para ocupá-lo, mas achando gente dele daí se retiraram. Eu tinha sido ferido, muito tempo antes deste encontro, e como estava muito enfraquecido com a grande perda de sangue do meu ferimento, dei ordem ao

major Claes para avisar ao coronel Van den Brande que ele se mantivesse nos montes que ocupávamos e se retirasse com a noite, em boa ordem, para a Leiteria, com a especial recomendação que, na retirada, os feridos fossem conduzidos pelos seus respectivos regimentos. Do que se passou depois da minha partida dirá a Vossa Excelência o coronel Van den Brande.

Nesse ponto, começa o relato do coronel Van den Brande.

Depois que eu com o meu regimento tínhamos corrido até quase perder o fôlego para alcançarmos as nossas tropas de vanguarda, pois a nossa gente estava engajada duramente com o inimigo (como ouvíamos com o muito e incessante tirotear), quis, juntamente com outros, pôr o meu regimento em formação de batalha. Mas achei tal confusão entre os regimentos da linha de frente que não é possível descrever, vendo muita da nossa gente sem ação, à nossa esquerda, afundada no alagado, o que tinha principalmente por causa (até quando pude ver) o fato de o inimigo, do morro à nossa direita, atirar pesada e cerradamente, o que também trouxe grande alteração no meu próprio regimento; vendo muitos feridos no alagado, já fraquejando; vendo ainda que uma confusão geral começava a surgir, subi com uma parte do meu regimento o morro defronte do inimigo e de onde nos fazia ele todo o mal e de onde éramos atingidos, sem que os nossos pudessem fazer ao inimigo qualquer mal. O qual monte consegui manter depois de muitas disputas, escaramuçando com o inimigo até o terceiro monte, onde vi que chegara tão longe que tinha o grosso do exército inimigo à minha esquerda.

Pensei então em cair do lado sobre o seu flanco e divertir o inimigo, que estava em dura luta e disputa com o sr. general, mas os meus soldados protestavam que não tinham mais pólvora por ter a escaramuça durado longo tempo. Perguntei-lhes se não tinham sabres ou espadas, ao que responderam que sim. E disse-lhes que os que tivessem esgotado a pólvora jogassem fora o mosquete e impunhassem o sabre para com

máscula coragem, como valorosos soldados, se lançar no meio do inimigo. E ao mesmo tempo que as minhas palavras de encorajamento, o inimigo aproximou-se e estando disposto a pôr em efeito o que projetava, o inimigo (que compreendeu a minha intenção) retirou-se frouxamente, o que mais me encorajou em cair sobre ele. E estando para fazê-lo e confiando que as tropas que eu tinha há pouco visto com o sr. general também procurariam fazer o máximo esforço possível, chegou junto a mim um soldado enviado pelo sr. general, dizendo-me em seu nome que eu não me deveria lançar ao inimigo mas procurar apenas conservar a minha situação e não abandonar os montes. Eu dei, porém, pouca ou nenhuma atenção ao mensageiro, pois era homem de condição ordinária, o que ele, bem compreendendo, fez-me protestos de que o seu recado era legítimo. Perguntei-lhe onde estava o general a fim de ouvir da sua boca a verdade da ordem, ao que me respondeu que ao pé do monte. Depois disto, ordenei ao capitão Reede que fosse imediatamente com uma parte da minha gente de novo para a parte mais alta do monte, pois que o inimigo, que ainda estava com forças em redor dele, iria procurar apossar-se dessa situação vantajosa, como de fato aconteceu.

Depois de muitas buscas e muitas perguntas a respeito de onde estava o general, sobre quem ninguém sabia informar, e não sabendo eu se ele estava vivo ou morto, chegou afinal de contas junto a mim o major Claes que me disse em voz baixa que o sr. general estava ferido e se tinha feito transportar e me tinha mandado comunicar o fato, recomendando-me a direção do exército, que aqui e ali estava disperso e muito batido; e que me retirasse com decência e me dirigisse para a Leiteria. Em consequência disso, reuni todos os regimentos à vista do inimigo em uma vantajosa posição em um monte, não sem pouca dificuldade, longa para referir e para onde eu, pouco antes, tinha mandado o capitão Reede, agradecendo a Deus que o inimigo me tivesse dado oportunidade de fazer isto.

Isto feito, fui de regimento em regimento tomando de todos, com levantar os dedos, um novo juramento de fidelidade, exortando-os a que, no caso que o inimigo viesse nos atacar, se

> conduzissem como leais soldados, o que eles unanimemente prometeram fazer. Logo depois, ordenei que se fizessem alguns tiros de canhão para o inimigo, o qual se mantinha tão quieto à minha frente que me causava admiração. Também o provoquei fazendo toques de trombetas. Depois de termos lutado desde antes do meio-dia de 19 de abril, durante cerca de três horas e depois da luta, ficaram os dois exércitos um em frente ao outro, observando-se. Partimos à noite com boa ordem e chegamos ao destino já tarde, com forte aguaceiro.[12]

A primeira batalha dos Guararapes consolidou tanto em Lisboa quanto em Haia os respectivos partidos da guerra. O embaixador português em Haia, Francisco de Sousa Coutinho, reportou nestes termos a reação na Holanda ao acontecimento, que destruía boa parte das expectativas investidas no envio do auxílio de 1646 e da armada de Witte de With:

> O sentimento é geral e a fúria e a raiva grande entre muitos particulares [...] Fazem mortos 515 [...], 525 feridos, e nos mortos metem setenta oficiais [...] dê-lhes Deus duas destas que o Brasil ficará sem holandeses [...] O negócio entre todos está reduzido a ponto de reputação e a voz comum é que não padeceu o Estado maior afronta depois que tomou as armas,[13] porque é certo que tantos oficiais e tanta gente de conta não perderam na batalha de Nieupoort, que é a única [campal] que tiveram depois que começaram a ter forma de governo.[14]

Em meados de 1648, a armada de De With cruzou diante da Bahia durante várias semanas, na esperança vã de engajar em combate a armada de Vila Pouca, que se retraiu no interior do Recôncavo. Em dezembro, De With desembarcou no Recôncavo uma força de 2 mil homens que saqueou a região,

destruindo engenhos e incendiando canaviais. Devido à eficácia dos corsários zelandeses, as comunicações entre Portugal e o Brasil ficaram seriamente comprometidas. Basta dizer que, no biênio 1647-8, nada menos que 220 navios da carreira do Brasil foram apresados pelo inimigo. Em 1648, Sousa Coutinho conseguiu finalmente negociar com os Estados Gerais um tratado pelo qual Portugal cederia o Nordeste, Angola e São Tomé, além de pagar polpuda indenização à WIC. Mas a reação nacionalista em Portugal impediu a ratificação do acordo por d. João IV. Em começos de 1649, d. João IV tirou as consequências da recusa portuguesa em ceder o Nordeste, criando a Companhia Geral do Comércio do Brasil, que, havendo obtido o monopólio dos principais produtos de exportação do Reino para o Brasil, protegeria a navegação particular mediante o sistema de comboios. Enquanto isto, no Brasil, persistindo o impasse militar, o governo do Recife fez segunda tentativa desesperada de levantar o sítio, novamente contra a opinião da chefia militar. A segunda batalha dos Guararapes (18.ii.1649) foi ainda mais desfavorável para os holandeses. Tendo-se antecipado em ocupar os oiteiros, eles esperaram por um ataque que não vinha; e quando, devido ao calor e à sede, desistiram de engajar o inimigo, retirando-se em direção ao Recife, foram

violentamente atacados pela retaguarda e encurralados entre os montes e os mangues que os margeavam, perdendo nada menos que mil homens numa tropa de 1500. Do lado luso-brasileiro, há um excelente relato anônimo publicado em Viena no mesmo ano de 1649.

> Pela manhã de 18 de fevereiro [de 1649], quinta-feira, deixou [o tenente-coronel Brinck] o Recife com mais de 4 mil homens, a saber: 3500 dos cinco terços, duzentos índios de Pedro Poti, duas companhias de negros, trezentos marinheiros, com seis peças de campanha e a bagagem necessária. Dividiu o exército em nove batalhões e, marchando até os outeiros dos Guararapes, a duas léguas de suas fortalezas, fez-se senhor daqueles postos, como eminentes e vantajosos.
>
> Advertido o mestre de campo general Francisco Barreto de que o inimigo havia saído do Recife e ocupara aquele sítio, veio no mesmo dia com 2 mil portugueses dos terços dos mestres de campo André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e Francisco de Figueiroa, seiscentos índios e negros das tropas do capitão-mor d. Diogo Pinheiro Camarão e do governador Henrique Dias, com mais duas companhias de cavalos, de que eram capitães Antônio da Silva e Manuel de Araújo de Miranda. Foi tão grande a diligência, que chegou com sua gente à trincheira que ficava no caminho de Muribeca, pelas oito horas da noite; e depois de alojado, inquietou o resto dela ao inimigo com alarmes e rebates.
>
> No dia seguinte, sexta-feira, foi em pessoa reconhecer o inimigo, acompanhado dos três mestres de campo, contra os quais foram atirados alguns canhonaços sem resultado, e como achasse dificultoso e arriscado pelejar com o inimigo sem fazer uma desfilada grande, por causa dos pântanos entre a trincheira e os Guararapes, deu ordem ao capitão Antônio Rodrigues Franca para que estivesse com a sua companhia à vista dos holandeses para que o advertisse de seus desígnios, com atalaias e corredores por toda parte. E escolhendo

algumas tropas dos melhores soldados, enviou-as para a retaguarda do inimigo, o que muito concorreu para a vitória.

Disposto o necessário, pelas duas horas da tarde da mesma sexta-feira, 19 de fevereiro, deu aviso o capitão Franca ao mestre de campo general de que o inimigo havia deixado os Guararapes e se ia na volta do Recife. E como para investi-lo outra coisa não esperava ele senão vê-lo fora daquelas eminências, enviou no mesmo instante duas companhias de cavalos e quatro de infantaria para que entretivessem o holandês, enquanto ele avançava com o resto do exército, o que fizeram com admirável valor. Por alguns prisioneiros, soube-se que o inimigo havia abandonado seu posto para obrigar os portugueses ao combate, embora afirmassem outros que ele voltava ao Recife para empresa diversa. Entretanto, conheceu-se que a primeira versão era a verdadeira pela resolução com que o holandês volveu a querer fazer-se senhor das mesmas eminências, o que não pôde conseguir pela diligência grande que o mestre de campo general teve em avançar seu exército, não com pequena dificuldade, pois não podia marchar formado. O mestre de campo André Vidal de Negreiros apoderou-se de uma eminência à direita, e João Fernandes Vieira, com troço de seu terço, à esquerda, de onde socorreu os que estavam pelejando no boqueirão, cuja resistência e oposição eram tão grandes que a vanguarda portuguesa já se retirava. E porque o general entendeu que alguns dos batalhões que estavam ao largo pretendiam cortá-lo, deu ordem a André Vidal de Negreiros para que avançasse com sua gente. Pelejando com eles, conseguiu André Vidal rechaçá-los, com morte do sargento-mor Paulo da Cunha Souto Maior e do cavalo em que montava o mesmo André Vidal, que, montando outro e socorrido pelo mestre de campo Francisco de Figueiroa, voltou de novo à peleja. Já por toda parte estava acesa a batalha, acudindo a tudo o general e os demais cabos com aquele valor que haviam mostrado em tantas e tão gloriosas ocasiões. Não se descuidava João Fernandes Vieira, que, assistido de seu sargento-mor, do Camarão e de Henrique Dias, praticou ações dignas de lembrança. Por essa parte [isto

é, o boqueirão] foi que primeiro não puderam os inimigos sofrer o valor português, começando a fugir em tal desordem e medo que logo foram imitados pelos demais. Foi a derrota cruel e sangrenta, e os portugueses, matando a quantos encontravam, levaram a vitória à distância de duas léguas, até a Barreta, onde o general deixou algumas companhias para impedir o passo aos fugitivos. Todos estavam cansados, uns de fugir, outros de matar e vencer. E por espaço de três dias andaram os portugueses dando morte e cativando aos que se haviam retirado e escondido nos matos e montes.

Nessa admirável vitória, perderam os holandeses mais de 2500 homens, entre mortos e prisioneiros, com quase todos os cabos e oficiais de seu exército, escapando só dois mestres de campo [coronéis], um deles ferido na garganta, um sargento-mor e quatro capitães, mil soldados e cerca de quinhentos feridos. Morreram o coronel Brinck, que os governava, dois mestres de campo, o almirante da armada, que havia querido tomar parte na batalha,[15]com muitos outros capitães de navios e oficiais de artilharia. Prisioneiros 110, em que entram alguns cabos, e entre eles o regedor Pedro Poti, o que fez a vitória mais gostosa, por ser aquele índio o que mais dano fazia aos portugueses na campanha; e escapou um dos do Supremo Conselho da Companhia no Brasil, chamado Van Goch. Tomaram os portugueses as seis peças de campanha, de bronze, toda a bagagem, munições e armas, porque os fugitivos as deixavam para correr com menos embaraço; e de doze bandeiras que traziam, só duas volveram ao Recife. A relação impressa na Holanda diz que os holandeses perderam 151 oficiais e mais de mil soldados entre mortos e prisioneiros, mas as cartas escritas do Recife para ali repetem o que aqui fica referido. E, posto que digam, para diminuir em parte a glória que os portugueses conseguiram, que foi uma emboscada e não uma batalha renhida, não deixam todos de confessar que foram desbaratados com assinalada perda.

Dos portugueses, morreram o sargento-mor Paulo da Cunha Souto Maior, o capitão de cavalos Manuel de Araújo de Miranda, pessoas de conhecido valor, 45 soldados, e tiveram

cerca de duzentos feridos, entre os quais o governador Henrique Dias e dez oficiais menores, como também os mestres de campo André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, que saíram com os sinais de duas balas, não sem particular favor do céu, pois parece que respeitaram o zelo com que se empregam há tantos anos na defesa daqueles miseráveis moradores contra as tiranias que os da Companhia usavam para com eles.

Do mestre de campo general Francisco Barreto, basta dizer-se que a ele se deve a maior parte desta vitória, pois de sua acertada disposição, valor e diligência resultou o alcançar-se ela tão gloriosamente, sem querer empenhar-se com o inimigo, até que deixou a situação eminente que havia ocupado. Não sendo menor o valor e cuidado de seu tenente-general Felipe Bandeira de Melo, pois, havendo distribuído as ordens necessárias para o combate, misturou-se com os inimigos e fez sentir a muitos com a sua espada o que em outras ocasiões haviam experimentado. Os sargentos-mores Antônio Dias Cardoso e Jerônimo de Inojosa e os demais capitães e soldados obraram com tanta resolução e ordem, que sobra para sua glória o haver saído vitoriosos, dando muito que invejar a todos. Mas não se deve deixar de publicar o zelo e fervor que com os reverendos padres frei Mateus de São Francisco, administrador-geral daquele exército, e Francisco de Avelar, da Companhia de Jesus, acudiram a todos os exercícios cristãos, alentando aos soldados com sua doutrina, confessando aos que nela morriam e curando aos feridos, com raro exemplo de piedade e devoção. O mesmo fez o licenciado Domingos Vieira de Lima, vigário-geral daquela capitania, por sua pessoa e alguns sacerdotes que enviou nesta ocasião, exposto o Santíssimo Sacramento cinco dias antes da batalha e três dias contínuos depois dela, tudo à sua custa e do clero, para implorar o favor divino e a concessão de graças por tão feliz sucesso.

Darei fim a esta relação, considerando o pouco que podem os da Companhia do Brasil naquela guerra tão arriscada e custosa, pois em dez meses perderam duas tão célebres

batalhas e nelas mais de 5 mil homens, com todos os melhores e mais experimentados cabos que tinham.[16]

Do lado holandês, o relatório de Michiel van Goch, membro do Conselho Supremo que acompanhou o exército holandês, constitui a narrativa mais completa da segunda batalha dos Guararapes.

Na noite de 17 de fevereiro de 1649, a força de guerra destacada, composta de 3510 homens, tanto militares como pessoas do trem (as mochilas providas de víveres para oito dias), dividida em companhias e regimentos, partiu de Santo Antônio Vaz (sic) e, marchando até o antigo forte Emília, aí atravessou na vazante o rio dos Afogados e chegou à Barreta ao romper do dia seguinte.

Depois de se ter reunido ao trem do exército, chegado na véspera, e tendo se colocado em ordem, continuou a marcha ao longo da praia até a Leiteria, formando a vanguarda o regimento do tenente-general e o de Hauthyn, compondo o corpo de batalha da companhia dos negros e de uma parte dos brasilianos, [dos regimentos] de Brinck e de Carpenter, enquanto que Van den Brande com Van Elst e a outra parte dos brasilianos formaram a retaguarda. Depois de um alto concedido às tropas para descansar e refrescar-se com a boa água que o lugar oferecia, puseram-se de novo em marcha, dirigindo-se para o interior, seguindo o grande desfiladeiro dos montes Guararapes, de que se apoderaram e então o exército acampou, distribuindo sentinelas conforme às necessidades e à situação dos lugares, por esperar que o inimigo viria apresentar-se a fim de dar batalha.

Esse dia passou-se sem que o inimigo se mostrasse, salvo em pequenas partidas, tanto a pé como a cavalo, aqui e ali, a uma distância considerável da montanha onde a nossa força estava acampada; e, ao que parece, reunia-se nos bosques e ao redor de lugares pantanosos que lhes deram vantagem da posição. De tempos em tempos, eram disparados sobre essas partidas tiros de canhão de pequeno calibre, sem lhes fazer

muito mal, e não se teve sobre elas outra vantagem senão de dois negros que foram aprisionados pelos negros da Companhia, um, tão gravemente ferido que foi deixado sobre o campo e outro que sofreu interrogatório, e por ele se soube que o inimigo se tinha posto em marcha e que, segundo todas as aparências, devia aproximar-se de nosso exército no dia seguinte. Não soube dizer nada quanto à ocupação dos desfiladeiros da montanha daqui ao Cabo de Santo Agostinho, salvo que os desfiladeiros perto do engenhos Novo e dos Guararapes haviam sido entrincheirados.

Esta noite, o inimigo não fez mais do que um falso alarme; as nossas tropas tomaram as armas imediatamente para esperar o inimigo, que não apareceu. Vendo que ele conservava sua posição vantajosa, sem mostrar querer dar combate, foi destacada a 19 pela manhã uma divisão de tropas para avançar, descendo o monte, a fim de provocá-lo e atraí-lo para campo aberto. Após algumas escaramuças, sem que o inimigo quisesse abandonar sua posição, o dito destacamento foi obrigado a voltar sem perdas, salvo um ferido. Nessa ocasião, verificou-se que os fuzis do inimigo alcançavam mais longe do que os nossos, estando ele armado de arcabuzes longos e a meio croque. E como durante o ajuntamento do inimigo aparecessem partidas a cavalo, indo aqui e ali, os nossos dispararam alguns tiros de canhão sobre elas, todavia sem lhes causar muito dano.

Tendo em consideração que o inimigo não se deixaria facilmente seduzir para nos dar combate, pois que se conservava obstinadamente em sua ótima situação nos bosques e atrás do pântanos; e que as nossas tropas, ficando sobre os montes, que são desertos, sem sombra e muito afastados da água, seriam extremamente fatigadas e enfraquecidas, procedeu-se à convocação dos chefes da expedição (isto é, os tenentes-coronéis e os majores inclusive),[17] para deliberarem em conselho sobre o que conviria fazer na circunstância. E todos foram unanimemente de opinião não ser aconselhável se conservassem ainda por mais tempo sobre os montes, na esperança incerta de atrair o inimigo para

aí; e que, por consequência, as tropas deveriam retirar-se antes que as mochilas fossem inteiramente vazias e os soldados, esgotados pelo calor excessivo. Em seguida, foram feitas propostas para executar a instrução que tinham e que foi relida e consultada para esse fim, com o propósito de deliberar o que o exército móvel poderia tentar para fazer mal ao inimigo. Nessa conjuntura, tomou-se em consideração e em deliberação se poder-se-ia marchar sobre o desfiladeiro da montanha que conduz ao Cabo de Santo Agostinho. Mas atendendo-se a que para isso seria preciso passar o rio Jangada, enquanto que as passagens aí estão cortadas e entrincheiradas de obras de terra e quiçá ocupadas pelo inimigo, julgou-se que não seria coisa praticável abrir passagem aí, e de resto, que haveria dificuldades em levar os víveres pelo rio Jangada, os quais deveriam vir de fora quando o exército lá se achasse, de sorte que, ponderando todas essas razões, se teve de renunciar ao plano sobredito. Tendo tomado as deliberações, propuseram alguns sua opinião que seria praticável seguir a estrada para as várzeas, atravessando os Afogados, acampando aí o exército para hostilizar quanto possível ao inimigo, tanto em redor desses quartéis como por qualquer outro modo. Para levar isso a efeito, diziam eles, poder-se-ia aproveitar a noite para descer dos montes, sem ruído de tambores e com toda a tranquilidade. Mas a maioria dos outros chefes consultantes sustentou que, tendo sido essa expedição iniciada com o fim de dar batalha ao inimigo, seria bem contrária à reputação e à honra do exército a retirada durante a noite e em silêncio, como se se tivesse medo; e que, aliás, o nosso exército não poderia manter-se nas várzeas, onde, de resto, poucos meios havia de ofender o inimigo. Assim, depois de madura deliberação e exame das razões alegadas de parte a parte, achou-se bom descer dos montes Guararapes, retirando-se até a Leiteria, onde o exército podia acampar nessa noite, enquanto o abaixo-assinado se encarregou de ir a toda pressa ao Recife para representar ao presidente e aos do Conselho, assim como ao tenente-general, a situação do nosso exército, pedir novas ordens a respeito do seu emprego e regressar imediatamente.

Pelas três horas da tarde, o exército desceu dos montes em boa ordem, conforme a resolução acima mencionada, tomando caminho ao pé dos montes até a mata. Aí fez-se alto pelo regimento de Carpenter, que formava a vanguarda e era comandado pelo tenente-coronel Lobrecht. Em seguida, veio a artilharia com uma companhia de fuzileiros de cada lado, sendo esses do coronel Brinck, e depois o próprio regimento desse coronel. Seguiram-se então os regimentos do coronel Hauthyn e do tenente-general, comandados pelo tenente-coronel Claes e formando o corpo de batalha, mas fazendo o serviço de retaguarda até que os regimentos dos coronéis Van den Brande e Van Elst, que estavam encarregados de continuar o caminho pelo alto dos montes a fim de não abandonar inteiramente a nossa vanguarda, tivessem executado sua retirada até o fim.

A marcha começou pela maneira acima descrita, mas no momento em que os regimentos de Hauthyn e do tenente-general desceram os montes para seguir a vanguarda na planície, o inimigo se mostrou por trás deles. As cinco companhias de fuzileiros, comandadas pelo capitão Tenbergen e que formavam a retaguarda, retrocederam imediatamente e entraram em ação com o inimigo. Tanto como pude julgar, cumpriram convenientemente o seu dever, mas, repelidas rudemente pelo inimigo, viram-se obrigadas a bater em retirada. Entrementes, os regimentos do tenente-general e de Hauthyn voltaram igualmente, estando separados em duas divisões, a primeira comandada pelo coronel Hauthyn, que avançou sobre a direita até perto do inimigo, e que, deixando aí os mosqueteiros, atirou-se com os lanceiros do corpo de batalha sobre o inimigo. Mas então acudiu a cavalaria do inimigo, rechaçou uma parte dos lanceiros e repeliu o dito coronel que, ferido, se retirou para o flanco dos montes. O tenente-coronel Claes, com o regimento do tenente-general, de que tinha o comando nesse momento, e o coronel Hauthyn, tendo entrado ambos em ação com o inimigo, tratando de reconquistar o desfiladeiro abandonado, tiveram de retroceder igualmente para a montanha por causa da grande força do inimigo, que veio então de seu lado com tanta impetuosidade sobre os nossos,

que as nossas tropas começaram a fugir, estabelecendo-se logo a maior confusão, a tal ponto que nem palavras nem força puderam retê-las, apesar de todos os esforços dos oficiais em geral e do abaixo assinado em particular, tanto pela brandura como pela força. Essa fuga e confusão foram consideravelmente aumentadas pelas tropas dos coronéis Van den Brande e Van Elst, que descendo da montanha vieram acudir tanto quanto puderam e, lançando-se misturadamente nos regimentos do tenente-general e de Hauthyn, causaram desordem completa.

Como as coisas se passaram no combate com os regimentos dos coronéis Van den Brande e Van Elst no alto do monte, nada poderia dizer com exatidão. Do mesmo modo com relação ao regimento de Brink e sobretudo do de Carpenter, formando a vanguarda. Ignoro se vieram a tempo em socorro dos regimentos que foram adiante no corpo de batalha, porque durante o combate eu me conservei perto dos regimentos do tenente-general e de Hauthyn, onde tratei de cumprir meu dever (quanto à maneira por que me portei, rogo deixar a outrem o cuidado de informar a respeito). Para informações detalhadas, reporto-me às declarações entregues pelos chefes dos regimentos respectivos, que receberam ordem de redigir declarações, anexas a este relatório.

As tropas, expostas à desordem, à confusão e à fuga, como acaba de ser referido, dispersaram-se aqui e ali por caminhos diversos, tanto pela floresta como pela ribeira. Muitos soldados ficaram pelo caminho por causa da fadiga e do esgotamento; e o inimigo, perseguindo nosso exército destroçado, achando por toda a parte esses desgraçados, matava-os sem quartel. Aliás, ele fez também alguns prisioneiros, mas pela maior parte soldados rasos, conforme a lista anexa. A consternação e o pânico entre os nossos foi tão grande que se o inimigo, em vez de entregar-se à pilhagem, como fez aí provavelmente, tivesse preferido continuar a perseguição, é muito provável, ou melhor indubitavelmente certo, que o resto dos nossos se teria deixado matar e massacrar sem fazer a menor resistência, porque fugiam sem voltar o rosto.

> Esta noite, com o escuro, o resto do grande exército chegou à Barreta com os feridos que puderam ser levados e que foram alojados na parte norte da cidadela para se lhes proporcionar mais segurança e repouso. Tendo aportado à Barreta os navios expedidos para esse fim, uma parte das tropas foi embarcada e conduzida à fortaleza das Cinco Pontas. O restante tomou o caminho por terra; e assim as tropas regressaram.

Para os holandeses, a segunda batalha dos Guararapes foi, como assinalou Charles R. Boxer, desastre "mais severo e desmoralizante que o anterior". A defesa da capital e das guarnições litorâneas ficou reduzida a 3500 homens, mil veteranos e 2500 dos 5600 transportados por De With. Para fins ofensivos, já não existia o exército da WIC. Quanto à armada, as condições precárias de manutenção, aprovisionamento e moral provocavam renhidas disputas entre o almirante e as autoridades locais. Da perplexidade que esta segunda derrota produziu nas autoridades neerlandesas do Recife, testemunha o citado relato do conselheiro Michiel van Goch. Ele procurou compreender as razões da superioridade militar que permitira aos luso-brasileiros destroçar as unidades do que era então reputado o mais bem treinado exército europeu, mencionando "duas particularidades" que prenderam sua atenção no decurso do combate:

> Em primeiro lugar, as tropas do inimigo, saindo do mato e por detrás do pântano e de outros lugares, tinham a vantagem da posição, atacavam sem ordem e em completa dispersão e aplicavam-se a romper diferentes quadrados. Em segundo lugar, as tropas do inimigo são ligeiras e ágeis de natureza para

correrem para diante ou se afastarem, e por causa da sua crueldade inata são também temíveis. Compõem-se de brasilianos, tapuias, negros, mulatos, mamelucos, nações todas do país, e também de portugueses e italianos que têm muita analogia com os naturais da terra quanto à sua constituição, de modo que atravessam e cruzam matos e brejos, sobem os morros tão numerosos aqui e descem tudo isso com uma rapidez e agilidade verdadeiramente notáveis.

Nós, pelo contrário, combatemos em batalhões formados como se usa na mãe-pátria e nossos homens são indolentes e fracos, nada afeitos à constituição do país. Disso resulta que essa espécie de ataques com armas de fogo, referidos acima, devem inevitavelmente ter bons resultados, rompendo nossos batalhões e pondo-os em fuga, matando-nos um maior número de soldados na perseguição do que teriam feito no combate mesmo. Esta ocasião infelizmente proporcionou-nos a prova. Além disto, as peças de artilharia de campanha, não podendo ser apontadas sobre bandos ou grupos dispersos, tornam-se inteiramente inúteis, ou, para melhor dizer, transformam-se em verdadeiras charruas para o nosso exército, sem contar uma multidão de outros inconvenientes.[18]

É igualmente revelador do inconformado espanto neerlandês o diálogo travado entre o sargento-mor Antônio Dias Cardoso e um oficial batavo que, depois da segunda batalha dos Guararapes, viera buscar os restos mortais dos seus compatriotas.

Tornou o capitão [de clavinas] a dizer que era verdade que os soldados portugueses haviam de estar mui contentes com tão grandes duas vitórias, que ganharam sendo muito menos. O sargento-mor lhe respondeu que andavam por isso os soldados muito contentes, e que então o andariam quando os flamengos foram os soldados que não eram; e que não faziam muita estima de vitórias alcançadas de homens que com tanta facilidade se deixavam investir e romper, pondo-se sempre em fugida infame sem os quererem esperar; e que puderam ficar os

soldados mui gloriosos e ufanos quando venceram homens que pelejavam sem fugir. O capitão, enfadado, disse ao sargento-mor se dizia ele aquilo ou os soldados? Ele lhe respondeu que os soldados o publicavam assim.

O flamengo, ouvindo isto, começou de pura raiva a chorar mais que um menino, dizendo que na primeira batalha investiram os portugueses logo e desbarataram seus esquadrões, mas que nesta haviam pelejado mais de uma hora valentemente antes que largassem o campo, e por lhe matarem tanta gente o largaram, por eles não pelejarem espalhados como os portugueses que não perdiam tiro e morriam poucos, mas que se eles pelejaram espalhados como haviam de fazer dali por diante, que também venceriam aos portugueses. O sargento-mor lhe disse: "se os flamengos pelejarem espalhados melhor para nós, quanto mais que eles se não hão-de atrever". E perguntando o capitão por que não pelejariam como os portugueses espalhados, lhe respondeu o sargento-mor: "para os flamengos pelejarem espalhados há mister cada soldado [ser] um capitão, e os portugueses pelejam desse modo porque cada soldado é capitão, quanto mais que nestas ocasiões pelejamos e investimos em troços, que se os soldados se espalham é para darem alcance ao inimigo que lhes foge". O capitão respondeu: "é verdade, mas o que queria saber [é] como era melhor para os portugueses o pelejarem com os holandeses espalhados?". O sargento-mor lhe disse: "se nós os investimos à espada, estando formado em seus esquadrões, tendo tantos e bons chuços e piques, como os não investiremos melhor andando espalhados? Ou quando não os invistamos, basta a nossa cavalaria para fazer sem muito trabalho grandes estragos neles".[19]

O caráter multirracial do exército luso-brasileiro era de molde a produzir desgastes cotidianos nas relações no âmbito da tropa. Henrique Dias, por exemplo, escreverá a d. João IV, queixando-se do tratamento que lhe dispensava o mestre de campo

general Francisco Barreto de Menezes, numa missiva que respira um sentimento de grande dignidade pessoal.

Senhor. Prostrado aos pés reais de Vossa Majestade com toda a devida submissão, manifesto em como há vinte anos que sirvo a Vossa Majestade como o zelo que é notório, derramando meu sangue por muitas vezes e ficando sem uma mão que me não faz falta para deixar de continuar na guerra, como atualmente estou fazendo. E com todos estes tempos, servi com generais que me tratavam com toda a cortesia e faziam de minha pessoa grande estimação, por conhecerem o merecia por minhas obras, pelo que viam obrar no real serviço, tratando-me como soldado e mandando-me pagar parte de meus soldos. E vai por cinco anos que assisto nesta guerra de Pernambuco, passando grandes descomodidades e misérias, suportando tudo como convinha à conservação da guerra e nela tenho obrado o que os mestres de campo governadores passados [isto é, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros] dirão, por em todos os trabalhos ser seu companheiro.

E ora, pelo mestre de campo general Francisco Barreto, que governa, sou tratado com pouco respeito e com palavras indecentes à minha pessoa. Nem me conhece por soldado e que não sou nada nem venço soldo. A este respeito [sofro] outras muitas moléstias, que todos geralmente padecem até que Vossa Majestade seja servido mandar remediar tantas faltas, pelo que convém à conservação deste Estado. Guarde Deus a católica pessoa de Vossa Majestade para aumento da cristandade. Fronteira do Recife em Pernambuco, 1º de agosto de 1650. Henrique Dias.[20]

Eis a resposta de d. João IV.

Francisco Barreto &a. Por convir a meu serviço e por de assim se não fazer puderem vir a resultar contra ele inconvenientes de consideração, vos hei por mui encomendado e encarregado que ao governador da gente preta Henrique Dias

e ao capitão Diogo Pinheiro Camarão favoreçais muito e procureis quanto vos for possível tê-los satisfeitos e contentes, tratando-os com boas palavras e obras e ainda dando-lhes a entender que eu vo-lo ordeno assim, por estar com satisfação de seus serviços e de zelo com que os continua, de que sempre hei de ter lembrança. E de assim o fazerdes, me avisareis. Lisboa, 8 de fevereiro de 1651. Rei.[21]

19.
A capitulação do Recife

Tampouco teve êxito a expedição de De With contra o Rio de Janeiro, ocasião em que não ousou penetrar na baía da Guanabara. Às turras com o governo do Recife devido a questões de abastecimento da armada, em fins de 1649 De With abandonou o Brasil com parte da sua força naval e contra a ordem expressa das autoridades locais. Pelos quatro anos seguintes, o Brasil holandês levará uma existência de moribundo. O fracasso de De With e as derrotas dos Guararapes levaram os Estados Gerais a reverem sua política, abandonando a ideia de reconquistar o Nordeste em favor de uma fórmula que, procurando manter o *status quo* militar na colônia, lhes permitisse submeter Portugal ao máximo de pressão naval e diplomática. Tratava-se da estratégia que o historiador da expedição de De With, W. J. van Hoboken, definiu como defensiva no Brasil e ofensiva na Europa. Mas uma vez obtida a ratificação da paz com a Espanha (1648), a província da Holanda passou a sabotar sistematicamente o projeto de bloqueio naval do Tejo; e sem sua contribuição financeira não era possível concretizá-lo. Ademais, as Províncias Unidas estarão em breve envolvidas em problemas

de bem mais alta prioridade: a crise doméstica deflagrada pelo golpe de Estado do príncipe de Orange, Guilherme II, e suas repercussões no sistema político da República. Portugal, porém, não pôde aproveitar-se desta ocasião em vista da ruptura de relações com a Inglaterra e o bloqueio do Tejo pela armada do almirante Blake, consequência da acolhida dispensada por d. João IV à força naval do partido realista inglês. O confronto com o Parlamento significava a adição de novo e poderoso inimigo ao rol dos que já tinha. Da embaixada em Paris, Sousa Coutinho aconselhava Antônio de Sousa de Macedo em Haia a apressar a conclusão de um acordo luso-neerlandês.

> Ainda que nos não considero, como Vossa Senhoria imagina, nove côvados debaixo da terra, não tenho, contudo, coração tão grande que me pareça, naturalmente falando, que possa o torrãozinho de Portugal, com os seus miseraveizinhos portugueses, defender-se de três inimigos tão poderosos como o castelhano, inglês e holandês [...] porque tão fresca é a prova, pois é do ano passado, em que quatro navios nos tiveram fechados e encurralados, e não se diga mais, tomando-nos tantas embarcações nas barbas de uma armada real [...] Eu, que considero isto e vejo que o nosso poder não cresce, que hei-de esperar, ou que pode esperar qualquer bom juízo, se considerar que o que então fizeram vinte navios ingleses, farão no presente 120 holandeses, ingleses e castelhanos, se se ajuntarem?[1]

As relações anglo-portuguesas foram finalmente normalizadas. E a primeira guerra anglo-neerlandesa (1652-4) habilitou Portugal a retomar o Recife e as

guarnições litorâneas, encerrando os 24 anos de domínio batavo no Nordeste. No decurso do conflito, os Estados Gerais chegaram a propor a d. João IV a partilha do Nordeste ao longo de uma linha leste—oeste que passava ao sul do Recife, reconhecendo à WIC o domínio de toda a região situada ao norte do rio Jangada. O plano foi rejeitado em Lisboa, onde já se tratava do envio da armada que restaurará a soberania portuguesa. Em dezembro de 1653 a terceira armada da Companhia Geral de Comércio do Brasil, sob o comando do almirante Pedro Jaques de Magalhães, tratou de executar as ordens régias que recebera à partida de Lisboa, bloqueando o Recife, enquanto por terra o exército luso-brasileiro dominava, uma a uma, as fortificações que defendiam a cidade. Os argumentos em favor de um golpe de mão sobre o Recife constam de memória apresentada a d. João IV e resumida por Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva.

> Não se ocuparia o autor da exposição em analisar as condições propostas pelos holandeses para a paz e suas consequências, antes constaria ela de "uma suposição e um ponto". Era a suposição o caso de se não aceitar a paz com a Holanda no modo proposto; e o ponto, o tomar-se simultaneamente a resolução de expulsar o inimigo do Brasil. Dilatar a conclusão do negócio e ir mandando socorros ao Brasil de forma a fomentar a guerra até o inimigo, cansado, se retirar, parecia uma decisão muito prudente mas na realidade não o era. Havia, primeiro que tudo, a considerar o tratado de paz efetuado entre a Holanda e Castela e os que ainda se estavam para realizar e de que Portugal era excluído. E toda a

Europa sabia quão poderoso era um e outro Estado. Se nos víssemos atacados por aqueles dois inimigos, o que podíamos era apenas defender "o coração e corpo do Reino" por terra e mar, e sustentar o que de antemão nas conquistas estivesse fortificado e prevenido. Não seria então ocasião para socorrer o Brasil e livrar Pernambuco [...].

Expulsando-o do Recife e deixando-o, assim como todas as outras partes fortificado, poder-se-ia o Brasil defender e conservar mesmo que tivéssemos de lutar contra Castela e Holanda. Mas enquanto tivessem o Recife, não deixariam os holandeses o Brasil, e nisso se empenharia não só a Companhia mas os próprios Estados [Gerais]. A resolução que pedia era também a que todas as nações entendiam ser necessária, pois o único meio "de vir a boa composição" com a Holanda era expulsá-la de uma vez para sempre do Recife [...] Poder-se-ia ainda dizer que o atacá-los abertamente e tomar o Recife os levaria a unir-se com os castelhanos e vir contra as nossas costas. A isso respondia que, se lhes fosse conveniente, já o teriam feito. Mas tinham dois motivos para o não fazer: o receio de ver Castela dominar de novo Portugal, tornando-se mais poderosa, e o interesse que tinha a província de Amsterdã no comércio deste Reino. E assim se o Recife se tomasse, ficando fortificado e seguro, facilmente, com alguma parte do dinheiro que Sua Majestade lhe oferecia, a Holanda faria a paz. Era pois ocasião de El Rei mandar aos seus ministros as ordens [...] que se tentasse de todos os modos possíveis expugnar o Recife.[2]

D. Francisco Manuel de Melo, um dos maiores prosadores portugueses do século XVII, dedicou uma de suas *Epanáforas de vária história portuguesa* (Lisboa, 1660) à capitulação do Recife. Sua narrativa culmina na rendição do forte das Cinco Pontas.

Em 21 [de janeiro de 1654] se passaram dois soldados aos portugueses que, por lisonja ou interesse, deram aviso ao mestre de campo general [Francisco Barreto de Menezes]

tratasse logo de ocupar um reduto que estava em parte importantíssima, entre o forte das Cinco Pontas e o de Santo Antônio, antes que o inimigo o guarnecesse de grossa artilharia, como já determinava, porque não só era este posto a melhor bateria para o das Cinco Pontas, mas aquela que de todo senhoriava uma lagoa de água doce de que bebiam, a qual impedida, seria a última desesperação dos cercados.

Houve então conselho, Francisco Barreto e seus cabos, para examinar a qualidade e conveniência deste aviso. E sendo pelos mais práticos aprovado, se dispôs a investi-lo poderosamente, considerando-se que além da força necessária para se ganhar um sítio tão importante, convinha que não faltasse para rebater os socorros que o inimigo sem dúvida intentaria. E também para que, valendo-nos do bom sucesso esperado (quando Deus o desse), se passasse de assalto do reduto ao do forte das Cinco Pontas, que era a esperança de nosso melhoramento.

Com mil infantes escolhidos, a cargo do mestre de campo André Vidal de Negreiros (valente e destríssimo cabo, que desde o princípio da guerra serviu e mandou), se ordenou a investida na madruga do dia 22 de janeiro. Foi prontamente executada, não sem perda dos portugueses, porque, confiando na força, descuidaram da ordem, desculpados com a escuridão, valor e alvoroço. Foi galharda a resistência dos contrários, em número de sessenta, que como se fossem muitos mais se defendiam. Mas um de nossos soldados, bradando industriosamente, pediu instrumentos para romper as portas que tinham ganhado, estando ainda distante delas. Tão pouco discorre o temor que, a esta voz, se renderam aqueles mesmos ânimos que às armas e forças tinham resistido. Pediram bom quartel e se lhes concedeu com as próprias condições que aos outros rendidos, ficando o mestre de campo de posse daquele reduto e estância, cujo bom sucesso teve o ordinário desconto da perda de alguns soldados, e entre eles a do capitão João Barbosa, único até na morte.

Sem parar um instante, mandou o mestre de campo continuar um ramal de trincheira contra o forte das Cinco Pontas, o que

tudo se obrou com tanta diligência que, amanhecendo o dia 23, estavam os soldados cobertos, os postos ganhados para o ataque do forte, que é um pentágono real, de excelente disposição e fortaleza. Fora horrendo, pela hora e resistência do combate, o assalto do primeiro reduto, e pela vizinhança do Recife, de tal efeito que, espalhando-se por esta causa o medo de nossas armas aos judeus, mulheres e meninos que se achavam dentro da praça, em maior número de 5 mil almas, todos com lágrimas e vozes andavam pelas ruas, já lamentando a perda das vidas, fazenda e liberdade. Porém, como o interesse da fazenda, entre aquele tristíssimo vulgo, parece que se antepõe aos mesmos riscos da vida, sobre o receio de perdê-la, os intimidou de novo uma voz, incertamente introduzida, que alguns de seus próprios defensores determinavam dar um saque à praça, e depois de salteada, entregá-la nas mãos dos nossos, dos quais sempre alcançariam, com a livre passagem, os bens que pudessem levar consigo. E sendo esse partido assim favorável para os soldados, poria o povo em tal miséria que nem para conseguir a escravidão lhe ficava esperança, pelo que (clamavam eles) melhor era render-se à força dos inimigos que à cobiça dos seus próprios; e fazer a prudência o que a malícia pretendia.

Sigismundo [von Schkoppe], o Conselho e todos os oficiais militares e políticos, buscavam com igual cuidado os meios de resistir às nossas armas e de satisfazer as desconfianças de seus súditos. Mas eles, crescendo cada hora em receio e confusão, mais livremente pediam a entrega. O general, observando sempre as obrigações de seu ofício, oferecia contribuir primeiro que todos, com seu sangue, à defesa pública. Muitos dos maiores diziam o mesmo, porém o povo e os soldados, com diverso temor, aquele se receava da tirania da soldadesca, e estes da perfídia popular. Eram os cabos os que sobre todos desconfiavam, e com maior razão, de uns e outros, porque em todas suas ações conheciam quanta dúvida tinha tocado o ânimo dos soldados e medo aos dos moradores. Já rotos os laços da obediência (como sucede nos últimos conflitos), cada qual pedia o que se lhe representava de maior

interesse. Mas a pública voz, sempre constante, requeria que as capitulações se fizessem a tempo que ainda lhes outorgassem algum honrado e útil partido, porque ocupando os portugueses o forte das Cinco Pontas, ficavam já tanto na véspera do assalto, que o mesmo furor não daria lugar a que se distinguissem as conveniências, que a todos resultavam do concerto. Finalmente, era melhor contrastar com o juízo de generais prudentes que com a ousadia de soldados vencedores.

Cederam então Sigismundo e o Conselho à fortuna das armas, a cujos pés achavam tantos companheiros quanto monarcas o mundo teve infelizes. E para resolução da dúvida em que se viam, julgaram que das duas guerras presentes era mais perigosa a dos naturais. Assim, com notável período de 24 anos, se viu a famosa nação holandesa vencedora e vencida de uma própria gente, recebendo agora leis dos mesmos a quem as haviam dado. Seja-lhe de eficaz alívio o costume da fortuna, que jamais vinculou sua prosperidade a algumas gentes, pois conferidas as glórias dos antigos e modernos batavos, não são eles os em que menos têm durado a prosperidade militar e política.[3]

A 27 de janeiro de 1654, os neerlandeses rendiam-se, assinando a capitulação do Taborda, ao que se seguiu a entrega das demais praças-fortes que eles ainda detinham no Nordeste. O *Diário* de Hendrick Haecxs, membro do Alto Conselho, registrou, do lado batavo, a ansiedade destes dias que precederam a rendição do Recife. O prosaico dos derradeiros parágrafos desse texto constituem um epílogo anticlimático à história do Brasil holandês.

Sábado, 20 de dezembro [de 1653].

De manhã, pelas dez horas, apareceu uma esquadra portuguesa, composta de mais de sessenta velas, procedente do E., em boa ordem, a qual se dirigiu diretamente para o porto

do Recife e rumou em seguida para o Cabo de Santo Agostinho. O governo deu ordens a todos os fortes e suspeitava que daí a mesma partiria para a Bahia, conforme anteriormente já acontecera por duas vezes.[4] NB. Eu estava gravemente enfermo. Domingo, 21 de dezembro.

A referida esquadra de mais de cinquenta velas, depois de ter comboiado alguns navios até o Cabo, daí voltou, e, por volta do meio-dia, a maior parte dela ancorou em frente à cidade de Olinda, sendo que o resto continuou cruzando.

Segunda-feira, 22 de dezembro.

A esquadra inimiga, composta de 58 velas, foi vista ancorada nesta manhã, sendo que onze dos seus maiores navios continuavam cruzando, a fim de se encontrarem com os nossos navios, que eram em número de sete, e de quando em vez trocavam alguns tiros de canhão com os outros, mas por enquanto nós não podíamos saber qual o desígnio da referida esquadra.

Terça-feira, 23 de dezembro.

Ontem, na parte da tarde, a esquadra portuguesa movimentou-se novamente e, ao anoitecer, ancorou acima do nosso porto, em forma de meia-lua.[5]

Quinta-feira, 25 de dezembro.

Hendrick Harmans, de Opperpfalts, lugar-tenente do capitão Steve de Mouchy, relata que na noite de ontem, à meia-noite, e nesta última, às duas horas, um sem-número de grandes e desconhecidos pássaros pretos voou da mata sobre o forte do Brum e daí novamente para a mata. O significado disto é do conhecimento do bom Deus.

Ano 1654. Domingo, 4 de janeiro.

Esta noite, chegou da Paraíba o barco da Companhia *Hollandia*, trazendo cem brasilianos, que escaparam ilesos depois de terem sido atacados por várias pequenas embarcações portuguesas. O mesmo barco foi atacado com muitos tiros de canhão, sem dano porém.

Segunda-feira, 5 de janeiro.

Mais de vinte chalupas, cheias de gente e de soldados, partiram da esquadra para a cidade de Olinda, não se sabe com que finalidade.[6]

Terça-feira, 6 de janeiro.

Nesta noite passada, chegou da Paraíba o barco de [Hubert] Brest, trazendo a companhia do capitão Van Hem, que escapara depois de um duro combate, mas o segundo barco do referido Brest, com doze soldados, foi apresado pelo inimigo.[7]

Quarta-feira, 7 de janeiro.

Partiram 34 navios inimigos, sendo que entre eles havia um navio almirante e um navio vice-almirante; e rumaram para o sul. O almirante da esquadra e mais dezesseis dos melhores navios, ao lado de pequenas embarcações como barcos e caravelas, ficaram diante do porto e assim bloqueavam o Recife.

Quinta-feira, 15 de janeiro.

Viu-se esta manhã que o inimigo construiu na noite passada, perto do forte das Salinas,[8] onde começa a mata, uma grande obra de gabiões e com cinco peças pesadas ataca o forte. Fez também trincheiras ao derredor, donde continuamente se atira em cargas pesadas e se acerca com os aproches.

Sexta-feira, 16 de janeiro.

Na noite passada, entregou-se ao inimigo o forte das Salinas, por falta de água e munições de guerra, como balas, mechas e víveres, depois de três tentativas malogradas de fazê-los chegar ali. Resolveu-se então abandonar este forte para aumentar o nosso poderio de pessoal e munições a Barreta e o forte da ilha em frente ao das Cinco Pontas.[9]

Sábado, 17 de janeiro.

O inimigo entrincheirou-se em redor do forte Altenar[10] e, dos aproches, descarregou os mosquetes sobre os nossos, ao mesmo tempo que na parte sul do citado forte começou a fazer uma obra ou bateria de gabiões.

Domingo, 18 de janeiro.

Na noite passada, o inimigo concluiu a bateria iniciada e esta manhã começou a atirar contra o forte Altenar, com duas peças com balas de dezoito libras, e dos aproches descarregou mosquetadas durante o dia inteiro. Conforme escreveu o comandante, os nossos estavam bem dispostos e reagiam valentemente.

Segunda-feira, 19 de janeiro.

Ao amanhecer, o inimigo recomeçou a atirar com veemência contra o forte Altenar e, apesar do comandante do mesmo forte, Willem tem Berge, haver escrito esta tarde sobre a grande coragem do nosso pessoal, ao anoitecer (vendo chegar o socorro de homens, munições e outras coisas, que se reuniam com dificuldade indizível, por causa da pouca vontade do pessoal que navegava voluntariamente), foi erguida uma bandeirinha branca, a fim de entregar ao inimigo o citado forte, conforme foi feito, sendo que os soldados obrigaram o comandante Van de Wal, juntamente com os outros oficiais, a descer para o interior do forte, onde declararam categoricamente que já não queriam lutar. Quando se teve notícia disto pelos brasilianos refugiados, que se salvavam pulando o baluarte e nadando, houve grande indisposição entre pequenos e grandes.

20 e 21 de janeiro.

Nestes dois dias, o inimigo se manteve quieto, sem tentar qualquer coisa. Qual seja a sua intenção, o tempo dirá.

Quinta-feira, 22 de janeiro.

Durante a noite passada, o inimigo atacou com muita gente e expugnou a paliçada de bambu perto do [reduto] Amália, fora do forte Frederico Henrique, aliás das Cinco Pontas, de que era comandante o capitão Goenraet Brinck. Depois de haver o mesmo se defendido valentemente com os seus quarenta homens, foi obrigado a render-se ao inimigo, tendo já oito mortos e alguns feridos. Em seguida, o inimigo começou a atirar com um canhão contra o citado forte Frederico Henrique e aproximou-se de tal maneira que, a julgar por todas as aparências, em pouco tempo nos poderia cortar a água potável.

A este respeito, foi feita, na parte da tarde, convocação do sr. tenente-general e dos delegados dos colégios efetivos,[11] e propôs-se à discussão o que convinha fazer nesta triste situação, já que agora, conforme hoje ficou provado, estava fora de cogitação expulsar o inimigo daí. De comum acordo, os mesmos declararam unanimemente que convinha entrar em entendimento com o inimigo o mais cedo possível, a fim de conseguir as condições mais favoráveis que fosse possível, e evitar derramamento de sangue inocente de tantas mulheres e crianças, como também por muitas outras razões, alegadas nos apontamentos, mas longas demais para serem aqui tratadas.

Sexta-feira, 23 de janeiro.

Em consequência da resolução ontem tomada, aprovou-se enviar ao inimigo o capitão Wouter Falloo, com missiva ao mestre de campo Francisco Barreto, a fim de entrar em entendimento com o mesmo, segundo o acordo feito, e de retornar com resposta escrita. Ele voltou na mesma noite.

Sábado, 24 de janeiro.

Foram nomeados e partiram ao meio-dia os srs. Gijsbert de With, Hubrecht Brest e o capitão Wouter Falloo, a fim de negociar um acordo com o inimigo, os quais nesta mesma noite quando voltaram fizeram relatório do sucedido.

Domingo, 25 de janeiro.

Partiram novamente os citados delegados com ordens mais detalhadas, os quais trouxeram resposta ao anoitecer.

Segunda-feira, 26 de janeiro.

Já que o inimigo não nos dava quase tempo de examinar convenientemente sua resposta, vimo-nos obrigados a dar ordens aos nossos delegados no sentido de concordar em tudo, sem encontrar-se mais com os outros.

Terça-feira, 27 de janeiro.

Os srs. de With, Van de Wal (adjunto ontem a pedido da milícia), Brest e o capitão Falloo voltaram esta noite, trazendo todos os pontos do acordo assinado pelos delegados portugueses, ao que o sr. Schkoppe, tendo convocado os

delegados dos respectivos colégios, ouviu junto com eles a interpretação feita pelo sr. De With, já que não havia tempo para fazer a tradução; e, em seguida, aprovou-se que fosse assinado pelo sr. Schoonenborch, por mim e por Schkoppe, o que foi feito. Os senhores partiram com esses pontos a fim de serem assinados pelo mestre de campo e, feito isto, voltaram de tarde.

À tarde, os nossos marcharam dos fortes do Brum, São Jorge e do Recife para Antônio Vaz; e os portugueses, com três regimentos, compostos de uns 4 mil homens, voltaram para lá. Era gente horrível de se ver, armados de tal modo e marchando em tão boa ordem, como jamais se viu. À noite, foram colocadas sentinelas em nossas casas, por ordem de Francisco Barreto, a fim de nos livrar de qualquer incômodo.

Quarta-feira, 28 de janeiro.

Chegou a Antônio Vaz o mestre de campo general Francisco Barreto, acompanhado de cerca de setenta cavaleiros. Aí saltou e veio a pé pela ponte com o sr. Schkoppe. Nós o conduzimos até à Câmara municipal, onde ele se hospedou, e assim voltamos para as nossas casas.

Quarta-feira, 8 de abril.

Com o sr. Schoonenborch, me despedi do mestre de campo general, a fim de partir amanhã para a pátria, se Deus quiser.

Quinta-feira, 9 de abril.

De manhã, pelas oito horas, naveguei em direção ao porto, com os srs. Schoonenborch, Samuel Halters e Arnout l'Hommel, junto à fragata chamada *Den Brasiliaen*, sob o comando do capitão Albert Jansz, guarnecida de 22 peças, a fim de viajar na mesma para a pátria. Encontrei, porém, a fragata tão cheia que mal achei um lugar no passadiço. Estava também tão mal provida de água para tanta gente que foi preciso, com consentimento do general português, buscar em barco mais 32 barris de água, que custaram 230 florins.

Sexta-feira, 10 de abril.

Esperou-se pela água e deu-se ordem de arrumar o navio, mas com isto não se obteve muito lugar. Foi preciso mesmo

que alguns passageiros com mulheres e filhos, ao todo nove almas, se transferissem com a sua bagagem para o iate *De Peerle*.

Sábado, 11 de abril.

Veio para bordo a água potável, que foi descarregada, e tendo sido colocada no passadiço, verificamos que o navio estava a ponto de virar por causa do peso, e com ele não tivemos coragem de aventurar-nos ao mar.

Domingo, 12 de abril.

A carga do navio foi arrumada de novo, a fim de fazermo-nos ao mar amanhã, se Deus quiser.

Segunda-feira, 13 de abril.

Ao amanhecer, levantamos âncora com vento fraco de NO. Achamos que o navio estava a ponto de virar, de modo que não podíamos usar as grandes velas. Resolvemos então lançar ao mar uma partida de pau-brasil que estava no passadiço, mas era preciso ver primeiro a bagagem, os porões e os passageiros. Dois ou três foram obrigados a pôr a sua bagagem num só caixão, lançando-se ao mar os caixões esvaziados. Tivemos que apresentar também os nossos três barris de farinha e procedeu-se de modo escandaloso com os bens dos passageiros, como se fossem produtos de pirataria, mas nem assim o navio se tornou mais estável.

Terça-feira, 14 de abril.

Tempo muito calmo, com muita chuva do NO. Estávamos ao largo da cidade de Olinda. Aqui originou-se grande contenda entre o capitão [do navio] e Brest. O capitão acusava Brest de ter enviado a bordo tão grande quantidade de mercadorias e tanta gente, sem ordem sua; e assim não assumia a responsabilidade por todas as desgraças que nos pudessem suceder. Exigia também que Brest lançasse ao mar o pau-brasil que estava no passadiço, o que o mesmo se negou a fazer. A este respeito, os dois foram chamados à cabine e deu-se-lhes a entender quais as desgraças que poderiam acontecer, caso não se conseguisse acomodar melhor o navio, recomendando-se-lhes que pensassem na conservação de tanta gente, ao que

> eles aceitaram arrumar de tal maneira que tudo estivesse fora de perigo e inquietações.
>
> Quarta-feira, 15 de abril.
>
> Fez-se uma grande arrumação, com o que se consegui reduzir o perigo de virar. Lançaram-se ao mar também umas quinhentas libras de pau-brasil. Em consequência da calmaria, víamos ainda a cidade de Olinda ao nosso lado. O vento era NO.
>
> Quinta-feira, 16 de abril.
>
> Vento ENE, fraco. Por volta de meia-noite, o vento era NNO, com tempestade e chuva tão horrível que fomos obrigados a recolher todas as velas. A grande vela já estava na água a tal ponto que o navio.[12]

Aqui se conclui o texto de Haecxs que o historiador naval S. P. l'Honoré Naber logrou resgatar no Arquivo Geral do Reino em Haia. Não se sabe se ele prosseguia com a narrativa do regresso à pátria ou se Haecxs, assoberbado pelas vicissitudes da viagem, abandonou neste ponto sua redação.

Por algum tempo, o contencioso diplomático luso-neerlandês ficou em banho-maria devido à necessidade em que se achavam as Províncias Unidas de reequiparem sua marinha de guerra depois da derrota sofrida às mãos da Inglaterra e resolverem sua disputa com a Suécia em torno do controle do estreito do Sund. Falecido d. João IV (1656), os Estados Gerais resolveram declarar guerra a Portugal, caso a rainha regente, d. Luísa de Gusmão, não honrasse o tratado assinado em 1648 por Sousa Coutinho, o qual lhes restituíra o

Nordeste, Angola e São Tomé. Apesar da sua posição vulnerável entre o exército espanhol na fronteira do Alentejo e a armada batava no Tejo, a Coroa repeliu o ultimato. Em outubro de 1657, o almirante De Ruyter bloqueou a foz do rio, apresando parte da frota de açúcar que chegava do Brasil. Mas a Inglaterra e a França não podiam tolerar o colapso previsível da independência portuguesa, pressionando os Estados Gerais a reabrirem negociações com o governo de Lisboa. Por sua vez, a província da Holanda declarou-se em favor da cessão do Nordeste em troca de indenização à WIC, e, sobretudo, do que mais lhe interessava, a concessão de amplos privilégios comerciais no Brasil. A maioria dos Estados Gerais, porém, continuava a exigir a restituição do Brasil holandês. As negociações entre Portugal e a Holanda arrastaram-se por mais de três anos, mas finalmente em 1661 seus representantes assinaram o tratado pelo qual a Coroa pagaria a indenização de 4 milhões de cruzados à WIC e reconheceria aos comerciantes neerlandeses os mesmos privilégios de que gozavam os ingleses. A Inglaterra, que acabava de concluir com Portugal o tratado de aliança militar que, resultando no casamento da infanta d. Catarina de Bragança com Carlos II, garantirá o reconhecimento da independência portuguesa pela Espanha (1668), não estava pelos

autos de permitir a equiparação do comércio neerlandês ao seu. O chanceler inglês, Clarendon, convocou o embaixador português, conde da Ponte, para dizer-lhe que o tratado de Haia seria o mesmo que

> arruinar e abusar dos interesses da Inglaterra [...] El Rei estava com sentimento mais que ordinário e que não parecia razão que depois de a Inglaterra se fazer portuguesa, em Portugal se não obrasse da mesma forma e se oferecesse à Holanda todos os privilégios que tinham e podiam vir a ter os ingleses em Portugal.

O conde da Ponte concordava com Clarendon, lembrando a seu colega, o embaixador português em Haia, conde de Miranda, que

> Portugal no estado presente, humanamente falando, não tem outro remédio mais que o de Inglaterra [...] Não era razão conceder à Holanda coisa alguma em prejuízo da Inglaterra, pois não era útil fazer e comprar uma paz para entrar em uma desconfiança com nossos verdadeiros amigos.[13]

Por sua vez, Portugal, incapacitado para atender simultaneamente os compromissos financeiros do dote de d. Catarina de Bragança e da indenização à WIC, malgrado o imposto especialmente criado para este fim, utilizou a ocupação de Cochim e Cananor na costa ocidental da Índia pela Companhia holandesa das Índias Orientais, como pretexto para não executar o tratado de Haia. Um diplomata francês referia-se nestes termos à situação de Portugal:

> Suas receitas estão arruinadas nas Índias Orientais, de onde há três anos não se recebem notícias, embora todos os anos enviem-se para lá galeões cujo apresto

> custa enormemente [...] Quanto aos rendimentos internos do Reino, alienados sob o reinado do rei da Espanha, foi necessário manter os contratos [de cobrança de impostos] quando da aclamação do falecido rei [d. João IV] e renová-los com a regência da rainha. Os 5 milhões de libras que o povo dá para a guerra [com a Espanha] é gasto por um conselho municipal [o de Lisboa] que não concordaria com a alienação da menor parcela e cujo emprego está sujeito a tantas formalidades que a ocasião de se servir dela utilmente não pode ser aproveitada, com grande prejuízo do Estado, de tal maneira que só restante ao rei [d. Afonso VI] os rendimentos do ducado de Bragança, que não suficientes para entreter a Casa Real.[14]

A segunda guerra anglo-neerlandesa (1665-7) permitiu a Portugal continuar ganhando tempo. Findo o conflito, Carlos II empenhou-se junto aos Estados Gerais em favor da revisão do tratado luso-neerlandês de 1661. Pelo segundo acordo de Haia (1669), a perda de Cochim e Cananor seria levada à conta de parte da indenização de 4 milhões de cruzados, devendo o restante ser pago em sal de Setúbal. A satisfação integral desse compromisso não se concluiria, porém, antes do primeiro decênio do século XVIII, no contexto da aliança firmada entre a Inglaterra, as Províncias Unidas e Portugal (1703) contra a França no decurso da guerra de sucessão da Espanha.

Notas

INTRODUÇÃO

1 O relatório apresentado por José Higino Duarte Pereira ao Instituto Pernambucano foi publicado à época na revista da entidade e reeditado em Marcos Galindo e Lodewijk Hulsman, *Guia de fontes para a história do Brasil holandês*, Recife, 2001, pp. 99ss.

2 Na preparação do seu *Das hollandische Kolonialreich in Brasilien*, Gotha, 1921, de que existe tradução brasileira.

3 O relatório de J. A. Gonsalves de Mello, sob o título "A Universidade do Recife e a pesquisa histórica", também foi reeditado em *Guia de fontes*, cit., pp. 291ss.

PARTE I
A GUERRA DE RESISTÊNCIA

1. POR QUE O BRASIL? POR QUE O NORDESTE?

1 A tonelada de ouro equivalia a 100 mil florins.

2 *Redenen waeromme de West Indische Compagnie dient te trachten het Landt van Brasilia den Coninck van Spangien ontmachtigen*, Amsterdã, 1624. Traduzido para o português por frei Agostinho Keijzers, O. C. e José Honório Rodrigues; e publicado sob o título *Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil*, Rio de Janeiro, 1942.

3 Joan Nieuhof, *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* (tradução de Moacir N. Vasconcelos), 2ª ed., São Paulo, 1951, pp. 65-6.

4 "Relatório do conselheiro político no Brasil, Jan van Walbeeck, apresentado aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 2 de julho de 1633", *Documentos holandeses* (tradução de Abgar Renault), Rio de Janeiro, 1945, pp. 123-4.

5 Que se encontrava então em Olinda.

6 J. A. Gonsalves de Mello, "La Ravardière em Pernambuco (1616) e uma memória de um companheiro seu oferecida aos holandeses em 1630", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, li (1979), pp. 249-52.

7 O forte de Cabedelo.

8 Do rio Paraíba.

9 Não existia convento da Ordem dominicana no Brasil. O mosteiro a que Assuerus Cornelisz se refere é o mosteiro de São Bento da Paraíba.

10 Isto é, o capitão-mor Antônio de Albuquerque.

11 Trata-se de equívoco. Os engenhos existentes na Paraíba em 1630 eram então em número de vinte.

12 "Declaração de Assuerus Cornelisz, preso na Paraíba de 14 de outubro de 1625 a 16 de maio de 1628", João de Laet, *Descrição das costas do Brasil* [tradução de B. N. Teensma], Rio de Janeiro, 2007, pp. 223-4.

13 J. A. Gonsalves de Mello [ed.], *Diálogos das grandezas do Brasil*, 2ª ed. integral segundo o apógrafo de Leiden, Recife, 1966, pp. 26-7.

14 Manuel Calado do Salvador, *O valeroso Lucideno ou triunfo da liberdade*, 2ª ed., 2 vols., Recife, 1942, pp. 18-21.

15 J. A. Gonsalves de Mello [ed.], "Relação das praças-fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, lvii (1984), pp. 200-2, 206-7.

16 Não se tratava de convento de freiras, mas do recolhimento de Nossa Senhora da Conceição, destinado às jovens e às viúvas da classe superior.

17 Johan Baers, *Olinda conquistada* (tradução de Alfredo de Carvalho), Recife, 1977, pp. 39-43.

2. A CONQUISTA DE OLINDA E DO RECIFE

1 "Descrição da costa do Brasil na região de Pernambuco" (tradução de B. N. Teensma), Marcos Galindo [ed.], *Viver e morrer no Brasil holandês*, Recife, 2005, pp. 195-6.

2 D. van Waerdenburch aos Estados Gerais, 9.iii.1630, *Documentos holandeses*, i, pp. 27-9.

3 Forte de São Jorge no istmo entre Olinda e o Recife, também chamado de Diogo Pais.

4 Isto é, os Estados Gerais, parlamento confederal da República das Províncias Unidas dos Países Baixos.

5 Forte da Laje ou do Mar.

6 Atual bairro de Santo Antônio no Recife.

7 D. van Waerdenburch aos Estados Gerais, 9.iii.1630, *Documentos holandeses*, pp. 29-30.

8 Ambrósio Richshoffer, *Diário de um soldado* (tradução de Alfredo de Carvalho), Recife, 1897, pp. 56-60.

9 Entenda-se, para o interior da capitania cujo povoamento não passava então de cerca de setenta quilômetros para oeste.

10 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 25-7.

11 Ibid., i, pp. 27-8.

12 Cuthbert Pudsey, *Diário de uma estada no Brasil* (tradução de Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira), Petrópolis, 2000, pp. 51-3.

13 Baers, *Olinda conquistada*, pp. 43-6.

14 Richshoffer, *Diário de um soldado*, pp. 69-70.

15 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias da guerra do Brasil*, 2ª ed., Recife, 1981, pp. 51-2.

3. O IMPASSE MILITAR, 1630-2

1 Localizado no atual bairro do Arraial, no Recife.

2 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, p. 28.

3 Ibid., i, pp. 28-9.

4 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, p. 72.

5 Ibid., pp. 57-8.

6 Ibid., p. 73.

7 Ibid., p. 82.

8 Pudsey, *Diário de uma estada no Brasil*, p. 59.

9 Richshoffer, *Diário de um soldado*, pp. 77-9.

10 Ibid., pp. 72-3, 79-80.

11 Isto é, o governador das armas, D. van Waerdenburgh.

12 Isto é, no forte das Cinco Pontas. O *Kik in de pot*, ou "Olha para dentro do pote", localizava-se nas imediações da atual rua Imperial, entre o forte das Cinco Pontas e o forte príncipe Guilherme ou dos Afogados.

13 Richshoffer, *Diário de um soldado*, pp. 103-5.

14 Ibid., pp. 93-4.

15 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, p. 127.

16 "Memória oferecida ao Conselho Político de Pernambuco por Adriaan Verdonck em 1630" , J. A. Gonsalves de Mello, *Fontes para a história do Brasil holandês*. *I*. *A economia açucareira*, Recife, 1981, p. 43.

17 Pudsey, *Diário de uma estada no Brasil*, p. 63.

18 Johan de Laet, *História ou Anais dos feitos da Companhia privilegiada das Índias Ocidentais* (tradução de José Higino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior), Rio de Janeiro, 1916, p. 394.

19 Ibid., p. 434.

20 Isto é, o pão cozido para consumo nas longas viagens marítimas.

21 Entenda-se, dois membros civis do Conselho Político do Recife.

22 Richshoffer, *Diário de um soldado*, pp. 123-30.

23 *Fontes para a história do Brasil holandês*, i, p. 45.

24 Richshoffer, *Diário de um soldado*, pp. 131-2.

25 Entenda-se, Porto de Pedras, que servia de porto a Porto Calvo, localizada no interior.

26 Tratava-se obviamente de um algodoal.

27 Richshoffer, *Diário de um soldado*, pp. 132-5.

28 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, pp. 88-9.

29 Ibid., p. 113.

30 Calado, *O valeroso Lucideno*, pp. 30-1.

31 "Narração da morte do almirante Pater por Jacob Jansen Hes", *Documentos holandeses*, pp. 81-3.

32 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 31-2.

33 Idem a idem, 12.ii. e 24.iii.1631, *Documentos holandeses*, pp. 59, 61 e 64.

34 Trazido pela armada de Oquendo.

35 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, p. 102.

36 Isto é, pelo Varadouro.

37 Diogo Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco*, 2ª ed., Recife, 1984, pp. 49-50.

38 Estimativa fantasiosa.

39 D. van Waerdenburch aos Estados Gerais, 16.xii.1630, *Documentos holandeses*, pp. 53-6.

40 D. van Waerdenburch aos Estados Gerais, 3.viii.1631, *Documentos holandeses*, p. 74.

4. A RUPTURA DO IMPASSE, 1632-4

1 *Fontes para a história do Brasil holandês*, i, pp. 43-4.

2 Trata-se da primeira alusão conhecida a Domingos Fernandes Calabar.

3 D. van Waerdenburch aos Estados Gerais, 9.v.1632, *Documentos holandeses*, pp. 95, 101-4.

4 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, p. 32.

5 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, pp. 120-2.

6 Ibid., Ibid,

7 Pudsey, *Diário de uma estada no Brasil*, p. 69.

8 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, p. 138.

9 Ibid., p. 197.

10 Laet, *Anais dos feitos*, p. 380.

11 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, p. 139.

12 Laet, *Anais dos feitos*, p. 383.

13 Em decorrência da sua condição racial, Henrique Dias não teria podido obter a Ordem de Cristo e outras honrarias. Felipe IV, porém, dispensou as exigências de praxe.

14 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, p. 149.

15 Laet, *Anais dos feitos*, p. 394.

16 Alusão à safra de 1632-3, que se devia ter iniciado dois meses antes.

17 Laet, *Anais dos feitos*, pp. 367-8

18 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, pp. 133-4.

19 "Adverténcias que de necessidad forzada importa al servicio de Su Majestad que se consideren en la recuperación

de Pernambuco, hechas por Luís Álvares Barriga", *Anais da Biblioteca Nacional*, LXIX (1950), pp. 250-75.

1 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, p. 181.

2 Laet, *Anais dos feitos*, pp. 517-8.

3 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, pp. 229 e 231.

4 "Carta ou papel em que um capitão desta guerra responde a outro o que lhe parece do estado presente desta capitania", *Livro primeiro do governo do Brasil*, 2ª ed., Lisboa, 2001, pp. 512-3.

5 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, pp. 201-2.

6 Trapiche existente à margem do rio Capibaribe.

7 Laet, *Anais dos feitos*, pp. 527-8.

8 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, pp. 201-2.

9 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 84-5.

10 *Fontes para a história do Brasil holandês*, i, p. 36.

11 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, p. 259.

12 Ibid., pp. 263-4.

13 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 46-9.

14 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, p. 271.

15 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 49-50.

16 Dagelikjse Notulen, 13.iv.1636, coleção José Higino, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. *Reales de a ocho*, moeda de prata espanhola corrente em Pernambuco.

17 Por "casas dos negros", designava-se a senzala em Pernambuco durante o século XVIII.

18 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 60-5.

19 Ibid., i, pp. 68-9.

20 Mata Redonda, à margem esquerda do Tatuamunha, localiza-se nas vizinhanças de Porto Calvo, no atual estado das Alagoas.

21 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 71-4.

22 Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, p. 282.

6. ENTRADAS E EXCURSÕES

1Ibid., p. 289.

2Ibid., pp. 294-5.

3Ibid., p. 296.

4Ibid., p. 297.

5Ibid., pp. 297-8.

6Ibid., pp. 302-3.

7Diogo Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco*, Recife, 1984, p. 103.

8Crestofle Arciszewski a João Maurício de Nassau 24.vii. 1637 (tradução de José Higino Duarte Pereira), *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, xxxv (1988), pp. 7-8.

PARTE 2

O INTERREGNO NASSOVIANO

7. NASSAU ASSUME O GOVERNO DO BRASIL HOLANDÊS

1 Gaspar Barleus, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (tradução de Cláudio Brandão), 2ª ed., Recife, 1980, p. 30.

2 "Cartas nassovianas" (tradução de Alfredo de Carvalho), *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, lvi (1902), pp. 23-4.

3 Ibid., pp. 25-6.

4 *História dos feitos*, p. 45.

5 João Maurício de Nassau e Conselho Supremo do Brasil ao Conselho dos XIX, 2.iii.1640, "Batalha naval de 1640 e outras peripécias da guerra holandesa no Brasil" (tradução de José Higino Duarte Pereira), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, lviii (1895), pp. 43-4.

6 Adriaan van der Dussen, "Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil", 10.x.1639, *Fontes para a história do Brasil holandês*, i, pp. 192-4.

7 Barleus, *História dos feitos*, p. 104.

8 *Dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler*, 1636-1643 (tradução de B. N. Teensma), Rio de Janeiro, 1999, pp. 17-8, 23.

9 Ibid., pp. 45-6.

10 Dagelijkse notulen, 25.v.1637.

11 Ibid., 27.x.1637.

12 José van den Besselaar [ed.], "Johan Bodecher Banning, Epigramas americanos", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, lvii (1984), p. 27.

13 Arciszewski a Nassau, 24.vii.1637, pp. 3-27.

14 Transcrito por F. A. de Varnhagen, *História das lutas com os holandeses no Brasil*, Viena, 1871, pp. 317-20.

15 "Rendimento dos frutos anuais destas quatro capitanias", *Fontes para a história do Brasil holandês*, i, pp. 251-3.

16 "Cartas nassovianas", pp. 32-4.

8. DO SÍTIO DA BAHIA (1638) À RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL (1640)

1 Dagelijkse notulen, 5.i.1638.

2 Ibid, 11.xi.1640.

3 Ibid., 14.xi.1640.

4 Ibid., 27.iii.1641.

5 "Cartas nassovianas", pp. 35-40.

6 Pudsey, *Diário de uma estada no Brasil*, pp. 127, 133, 137.

7 Pedro Cadena de Vilhasante, *Relação diária do cerco da Bahia em 1638*, Lisboa, 1941, pp. 69-70.

8 "Cartas nassovianas", p. 56.

9 "Batalha naval de 1640", pp. 3-4, 29.

10 "Narração autêntica do que mais notável aconteceu no Brasil entre o almirante Cornelisz e a frota espanhola" (tradução de frei Zacarias van der Hoeven), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, xcii, pp. 173-8.

11 "Batalha naval de 1640", pp. 24-5.

12 Pudsey, *Diário de uma estada no Brasil*, p. 149.

13 *Dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler*, pp. 81-2.

14 Isto é, a porta norte da cidade erguida pelos holandeses no caminho que levava a Olinda. E posteriormente à restauração pernambucana, ela será conhecida como porta do

Bom Jesus, na extremidade oeste da rua do mesmo nome, no atual bairro do Recife.

15 Demolida nos primeiros anos do século XX, quando das obras de modernização do porto do Recife, o chamado "bota abaixo".

16 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 164-6.

17 "Batalha naval de 1640", pp. 32-3.

18 "Relatório apresentado por escrito [...] pelos senhores H. Hamel, Adriaan van Bullestrate e P. Jansen Bas", 1646, J. A. Gonsalves de Mello [ed.], *Fontes para a história do Brasil holandês*, ii, *A administração da conquista*, Recife, 1985, pp. 231-2.

19 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 131-2.

20 "Atas da Assembleia Geral", *Fontes para a história do Brasil holandês*, ii, p. 314.

21 Barleus, *História dos feitos*, pp. 205-6.

22 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 230-5.

9. GOVERNAR O BRASIL HOLANDÊS

1 Dagelijkse notulen, 7.xi.1640.

2 Ibid., 8.ii.1641.

3 Ibid., 22.ii.1641.

4 Ibid., 12.iii.1641.

5 "Memória e instrução de João Maurício, conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644)", *Fontes para a história do Brasil holandês*, ii, pp. 407-8.

6 Ibid., ii, pp. 406-7.

7 Como foi rebatizada a cidade da Paraíba em homenagem ao príncipe de Orange, Frederico Henrique.

8 *Fontes para a história do Brasil holandês*, i, p. 196.

9 Ibid., ii, pp. 272-4.

10 Ibid., ii, p. 275.

11 A reclamação contra a prática de incesto pela comunidade luso-brasileira referia-se, na realidade, ao costume de casamentos consanguíneos.

12 F. L. Schalkwijk [ed.], "A igreja cristã reformada no Brasil holandês. Atas de 1636 a 1648", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, lviii (1993), pp. 157, 168, 169, 174, 181, 191, 219 e 234.

13 Ibid., pp. 169-71, 279.

14 Ibid., pp. 208-9.

10. OS AMIGOS PORTUGUESES DE NASSAU

1 *Fontes para a história do Brasil holandês*, ii, p. 398.

2 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 102-3, 112-3.

3 Ibid., i, pp. 117-9.

4 "Diário ou breve discurso acerca da rebelião e dos pérfidos desígnios dos portugueses do Brasil" (tradução de José Higino Duarte Pereira), *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, xxxii (1887), pp. 176-7.

5 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 122-8.

6 Ibid., i, pp. 129-31. Nassau, que segundo Calado compreendia o castelhano e o português, exprimia-se normalmente em latim com os luso-brasileiros, inclusive Calado e Gaspar Dias Ferreira.

7 *Dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler*, pp. 82-3.

11. NASSAU URBANISTA E ARQUITETO

1 Barleus, *História dos feitos*, p. 155.

2 "Batalha naval de 1640", pp. 44-5.

3 Situada outrora na esquina das atuais rua Primeiro de Março e do Imperador.

4 Não havendo estado Barleus no Brasil holandês, a alusão a "nossos próprios olhos" só se pode reportar ao fato de ter tido acesso à cartografia do Recife nassoviano.

5 Barleus, *História dos feitos*, pp. 149-53.

6 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 113-4.

12. AS POPULAÇÕES DO BRASIL HOLANDÊS

1 *Fontes para a história do Brasil holandês*, i, pp. 177-8.

2 Ibid., i, pp. 178-81.

3 "Sobre a situação das Alagoas em outubro de 1643", *Fontes para a história do Brasil holandês*, ii, pp. 133-4.

4 Ibid., i, pp. 181-2.

5 "Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas", ibid, i, pp. 108-10.

6 Ibid., ii, pp. 133-4.

7 "Relatório sobre a capitania da Paraíba em 1635", ibid, ii, pp. 45-6.

8 Ibid., ii, pp. 401 e 403.

9 Ibid., ii, pp. 217-8.

10 Ibid., ii, pp. 217-9.

11 Medida de comprimento. O *vadem* de Amsterdã correspondia a 1,698 metro.

12 *Fontes para a história do Brasil holandês*, i, pp. 182-4.

13 Nieuhof, *Memorável viagem*, pp. 318-9.

14 "Uma breve descrição dos tapuias no Brasil [...] por Gerrit Gerbrantsz Hulck", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, lviii (1993), pp. 322-3.

15 "Relação da viagem de Rouloux Baro", anexa a Pierre Moreau, *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses* (tradução de Leda Boechat Rodrigues), Belo Horizonte, 1979, p. 99.

16 *Fontes para a história do Brasil holandês*, i, pp. 186-7.

17 Pierre Moreau, *História das últimas lutas*, pp. 34-5.

18 *Fontes para a história do Brasil holandês*, ii, pp. 272-4.

19 Não confundir o rio Paraíba aqui referido com o principal curso d'água da capitania homônima.

20 Barleus, *História dos feitos*, pp. 253-4.

21 Zacharias Wagener, *Zoobiblion*. *Livro de animais do Brasil* [ed. Edgard de Cerqueira Falcão], São Paulo, 1964, pp. 320-1.

22 Ibid, pp. 321-2.

23 Ibid., pp. 322-3.

24 Ibid., pp. 323-4.

25 Ibid., pp. 324-6.

26 Ibid., pp. 326-7.

27 Ibid., pp. 326-7.

28 Ibid., pp. 328, 329.

13. A ECONOMIA DO BRASIL HOLANDÊS

1 *Fontes para a história do Brasil holandês*, i, pp. 187-91.

2 Ibid., i, pp. 110-1.

3 Ibid., i, p. 40.

4 Ibid., i, pp. 190-1.

5 Ibid., ii, pp. 223-4.

6 Barleus, *História dos feitos*, p. 334.

7 *Fontes para a história do Brasil holandês*, i, pp. 209-13.

8 Ibid., ii, pp. 226-9.

9 Ibid., i, p. 191.

10 Nieuhof, *Memorável viagem*, pp. 78-80.

11 *Fontes para a história do Brasil holandês*, ii, pp. 149-50, 152-4.

12 Com esta expressão, Nieuhof referia-se ao fato de que, anteriormente à ocupação holandesa, a Coroa de Portugal concedera excepcionalmente aos senhores de engenho e lavradores de cana o privilégio de só serem executados por dívidas sobre o produto das safras, isentando-se a fábrica e a escravaria dos engenhos.

13 Nieuhof, *Memorável viagem*, pp. 80-2.

14 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 321-2.

15 Barleus, *História dos feitos*, pp. 337-8.

16 "Batalha naval de 1640", pp. 34-5.

17 Ibid., pp. 36-7.

18 Moreau, *História das últimas lutas*, p. 33.

19 *Dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler*, pp. 106-7.

14. OS ÚLTIMOS TEMPOS DE NASSAU NO BRASIL

1 João Maurício de Nassau aos Estados Gerais, 24.ix.1642, *Documentos holandeses*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

2 Referência ao tratado de trégua luso-neerlandês assinado em Haia em junho de 1641.

3 Nassau aos Estados Gerais, 24.ix.1642, cit.

4 *Fontes para a história do Brasil holandês*, ii, p. 341.

5 Nieuhof, *Memorável viagem*, pp. 92-3.

6 Barleus, *História dos feitos*, pp. 254-5.

7 Câmara do Recife aos Estados Gerais, 14.ix.1642, Arquivo Geral de Haia, maço 5773, St. Generael, WIC.

8 *Dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler*, p. 106.

9 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 271-2.

10 Ibid., pp. 276-8.

11 Equívoco de datação: Nassau partiu para a Holanda em maio de 1644.

12 Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 278-9.

13 Jacob van Hennin, *De zinrijke gedachten toegepast op de vijf sinnen van's menschen verstand*, Amsterdã, 1681, transcrito por J. de Sousa-Leão, *A Mauritshuis ao tempo de Nassau*, Recife, 1966, pp. 19-23.

14 Erik Larsen, *Frans Post, interprète du Brésil*, Amsterdã-Rio de Janeiro, 1962, p. 255.

15 A menção ao exercício do culto na igreja dos jesuítas refere-se ao período posterior à ocupação holandesa, de vez que aos jesuítas fora permitido residir no Brasil holandês.

16 Neste ponto, a memória de Nassau o traiu: a ordem nunca se implantou em Pernambuco.

17 Joaquim de Sousa-Leão, *Frans Post, 1612-1680*, Amsterdã, 1973, pp. 165-6.

18 O delfim, filho primogênito de Luís XIV.

19 A princesa palatina, esposa de Monsieur, Philippe d'Orléans, irmão de Luís XIV.

20 Paul de Mily a João Maurício de Nassau, Saint Germain, 28.viii.1679, transcrito por José Higino Duarte Pereira, "Relatório de pesquisa, 1885-1886", *Guia de fontes para a história do Brasil holandês*, pp. 175-6. Posteriormente, Luís XIV ordenaria a utilização dos quadros na feitura das tapeçarias da célebre série *des Peintures des Indes*.

PARTE 3
A GUERRA DE RESTAURAÇÃO

15. A CONJURA LUSO-BRASILEIRA

1 Nieuhof, *Memorável viagem*, pp. 88-90.

2 "A bolsa do Brasil, onde claramente se mostra a aplicação que teve o dinheiro dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais" (tradução de José Higino Duarte Pereira), *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, xxviii (1883), pp. 128-32.

3 "O machadão do Brasil ou diálogo sobre a decadência do Brasil, entre Kees Jansz Schott, recém-chegado daquele país, e Jan Maet, caixeiro de negociante que também ali esteve com aquele" (tradução de Pedro Souto Maior, corrigida à vista do original por Alfredo de Carvalho), *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, xiii (1908), p. 132.

4 "O machadão do Brasil", pp. 160-3.

5 Governo do Recife ao Conselho dos XIX, 13.ii.1645, Nieuhof, *Memorável viagem*, pp. 104-7.

6 *Fontes para a história do Brasil holandês*, ii, p. 246.

7 "A bolsa do Brasil", pp. 132-5.

8 Isto é, d. João IV.

9 "Notícia dada ao prudente sr. dr. Feliciano Dourado para a mandar ler", F. A. de Varnhagen, *História das lutas com os holandeses no Brasil*, Viena, 1871, pp. 350-2. "A jornada do galeão" é alusão à abortada intervenção da frota do açúcar de 1645, como se verá adiante.

10 Marquês de Niza a Vicente Nogueira, 5.iii.1647, Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, ms. n. 7164.

11 Nieuhof, *Memorável viagem*, pp. 108-10.

12 Deposição de Sebastião de Carvalho, 13.vi.1645, ibid., pp. 114-5.

13 Isto é, João Fernandes Vieira e Antônio Cavalcanti.

14 "Carta de alguns moradores ao bispo e aos padres da Bahia", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, xxxv (1888), pp. 32-4.

15 O segundo membro da delegação holandesa.

16 Nieuhof, *Memorável viagem*, pp. 145-9.

1 Diogo Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco*, pp. 178-9.

2 Ibid., pp. 180-1.

3 Ibid., pp. 186-7.

4 Anexo à consulta do Conselho Ultramarino, de 8.vii.1647, Arquivo Histórico Ultramarino, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3-A. Quanto ao "Manifesto do direito", foi transcrito por Calado, *O valeroso Lucideno*, i, pp. 292-308, a quem, aliás, já se atribuiu a autoria do mesmo.

5 *Fontes para a história do Brasil holandês*, ii, p. 247.

6 Diogo Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco*, pp. 209-10.

7 Devido à frequência dos capoeirões de cana brava na área, inclusive a existência de um engenho homônimo, onde haviam sido encontrados vestígios de trincheiras, ficou incerto durante muito tempo o local exato da refrega. F. M. Raposo de Almeida e F. A. de Varnhagen puseram as coisas em pratos limpos, concluindo em favor do oiteiro de Camocim, no atual município de Vitória de Santo Antão.

8 J. A. Gonsalves de Mello, *Antônio Dias Cardoso, sargento-mor do terço de infantaria de Pernambuco*, Recife, 1954, pp. 44-5.

9 Calado, *O valeroso Lucideno*, ii, pp. 5-14.

10 "Diário ou breve discurso", p. 129.

11 Nieuhof, *Memorável viagem*, p. 189.

12 O engenho, atual bairro da Casa Forte no Recife, era então conhecido por engenho do Tourlon, do nome do segundo marido, já falecido, da sua proprietária Ana Pais d'Altro. A casa-grande e a fábrica do engenho erguiam-se ao lado da capela, ao fundo da atual praça da Casa Forte.

13 Calado, *O valeroso Lucideno*, ii, pp. 52-60.

14 "Diário ou breve discurso", pp. 130-3.

15 Calado, *O valeroso Lucideno*, ii, pp. 86 e 88-9.

16 Ibid., ii, pp. 89-90.

17 Isto é, o imposto de exportação sobre o açúcar.

18 "Diário ou breve discurso", pp. 136-7, 145. Speck-Jan, ou João Toucinho, era a maneira derrisória com que os holandeses designavam os portugueses.

19 *Fontes para a história do Brasil holandês*, ii, pp. 260-2.

20 Assim fora rebatizada durante o domínio holandês a antiga vila da Conceição, que servia de capital a Itamaracá.

21 *Fontes para a história do Brasil holandês*, ii, pp. 262-3.

22 "Diário ou breve discurso", p. 143.

23 *Fontes para a história do Brasil holandês*, ii, pp. 263-4.

24 Calado, *O valeroso Lucideno*, ii, pp. 184-92.

25 "Diário ou narração histórica de Matheus van den Broeck" (tradução de José Higino Duarte Pereira), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, XL, parte I, pp. 45-8.

17. A ROTINA DO CERCO DO RECIFE

1 No atual bairro recifense de Iputinga.

2 Diogo Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco*, pp. 329-30.

3 Calado, *O valeroso Lucideno*, ii, pp. 233-5.

4 Diogo Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco*, pp. 399-401.

5 Referência ao ataque da esquadra holandesa contra a frota de Jerônimo Serrão de Paiva em Tamandaré.

6 P. M. Laranjo Coelho [ed.], *Cartas d'El Rei d. João IV ao conde da Vidigueira* (*marquês de Niza*), *embaixador em França*, 2 vols., Lisboa, 1942, ii, pp. 7-9.

7 O autor do diário anônimo escrevia da Cidade Maurícia.

8 "Diário ou breve discurso", pp. 125-7.

9 Ibid., p. 146.

10 Ibid., p. 150.

11 Antônio Vieira, *Obras escolhidas*, iii, *Obras várias*, i, Lisboa, 1951, pp. 69, 72-3.

12 *Arte de furtar* [ed. de Roger Bismut], Lisboa, 1991, p. 209.

13 Isto é, delegados provinciais ao governo confederal.

14 Edgar Prestage e Pedro de Azevedo [eds.], *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a sua embaixada em Holanda*, ii, Coimbra, 1926, p. 49. Francisco de Andrade Leitão fora o embaixador que antecedera Sousa Coutinho em Haia. D. Luís de Portugal era um descendente do prior do Crato e de Guilherme I, príncipe de Orange. Brasset era o encarregado de negócios da França junto aos Países Baixos.

15 "Diário ou breve discurso", pp. 149-50.

16 Ibid., p. 152.

17 Ibid., p. 154.

18 Ibid., p. 162.

19 Ibid., p. 168.

20 Ibid., pp. 169-70.

21 Isto é, o forte Altenar.

22 "Diário ou breve discurso", pp. 173-4.

23 Donde o nome de igreja da Estância pelo qual ainda hoje os habitantes do Recife conhecem a igreja de Nossa Senhora da Assunção da Fronteira, a qual, porém, não é a primitiva, feita de taipa, nem sequer encontra-se exatamente no mesmo local.

24 Calado, *O valeroso Lucideno*, ii, pp. 243-4.

25 Ibid., ii, pp. 306-7.

26 Os santos Cosme e Damião eram os oragos da matriz vizinha vila de Igaraçu. Em 1584, o culto já se tornara popular.

27 Diogo Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco*, pp. 393-6.

28 "Diário ou breve discurso", p. 185-6.

29 Ibid., p. 188.

30 Ibid., p. 190.

31 Localizado no convento de Santo Antônio, da Ordem franciscana, na atual rua do Imperador.

32 "Diário ou breve discurso", p. 192.

33 Ibid., p. 192.

34 Ibid., p. 194.

35 Ibid., p. 195.

36 Ibid., p. 196.

37 Ibid., pp. 197-201.

38 Ibid., p. 203.

39 Ibid., p. 204.

40 Ibid., p. 205.

41 Ibid., p. 208.

42 Ibid., p. 210.

43 Ibid., p. 213.

44 Ibid., p. 217.

45 Entenda-se, naqueles gêneros e atividades cujo monopólio haviam sido concedido à WIC.

46 "Diário ou breve discurso", p. 224

47 Moreau, *História das últimas lutas*, pp. 61-2.

48 Nieuhof, *Memorável viagem*, p. 255.

49 Moreau, *História das últimas lutas*, pp. 69-70.

50 Isto é, a guerra de resistência (1630-7).

51 Estimativa fantasiosa.

52 Isto é, de Itamaracá.

53 Entenda-se, o equipamento de caldeiras dos engenhos de açúcar.

54 Diogo Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco*, pp. 426-8.

18. RUMO AOS GUARARAPES

1 Schkoppe aos Estados Gerais, 9.iii.1648, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Documentos holandeses*, p. 4.

2 Moreau, *História das últimas lutas*, pp. 65-6.

3 Ibid., p. 69.

4 J. A. Gonsalves de Mello, *Felipe Bandeira de Melo*, Recife, 1954, pp. 26ss.

5 Diogo Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco*, p. 479.

6 Trata-se de cifra fantasiosa.

7 Diogo Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco*, pp. 479-80.

8 Ibid., p. 478.

9 Ibid., pp. 491-2.

10 Varnhagen, *História das lutas*, pp. 232-5.

11 A Leiteria localizava-se na atual praia da Boa Viagem, talvez até mesmo no sítio onde se ergueu posteriormente a capela, depois matriz, da Boa Viagem. Ela situava-se portanto no flanco das Curcuranas, que dispunha de abundante pastagem para o gado vindo do interior e destinado ao consumo de Olinda e do Recife.

12 "Memória do que se passou desde 19 de abril [de 1648] até 20 seguinte", Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Documentos holandeses*, p. 4.

13 Durante a guerra da independência contra a Espanha.

14 *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho*, iii, pp. 34, 41-2.

15 No tocante ao almirante da armada, Witte de With, a informação é falsa, de vez que ele não participou da batalha.

16 O relato publicado em Viena em 1649 foi reproduzido *inter alia* na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, xx (1859), pp. 331-7.

17 De vez que Von Schkoppe não pudera comandar a tropa holandesa devido ao ferimento sofrido na anterior batalha.

18 Relatório de Michiel van Goch, 22.ii.1649, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Documentos holandeses*, p. 4.

19 Diogo Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco*, p. 563.

20 J. A. Gonsalves de Mello, *Henrique Dias. Governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil*, Recife, 1954, pp. 38-9.

21 Ibid., pp. 39-40.

19. A CAPITULAÇÃO DO RECIFE

1 João Lúcio d'Azevedo, "Alguns documentos para a história da restauração pernambucana", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, xxviii (1915), p. 328.

2 Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva [eds.], *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, i, Coimbra, 1956, pp. 361-5.

3 Francisco Manuel de Melo, *Epanáforas de vária história portuguesa* [ed. Edgar Prestage], Coimbra, 1931, pp. 406-9.

4 Haecxs refere-se à primeira e a segunda armada da Companhia Geral de Comércio do Brasil, as quais, abstendo-se de atacar o Recife, velejaram para o Cabo de Santo Agostinho, que era o principal porto usado em Pernambuco pelos insurretos luso-brasileiros.

5 Isto é, estabelecendo formalmente o bloqueio do porto do Recife.

6 Na verdade, tratava-se, para o comando da armada, de travar contato com o comando luso-brasileiro, de maneira a coordenar a ação marítima e a terrestre, bem como inteirar-se do plano insurreto visando a conquistar uma a uma as fortificações do Recife.

7 Hubert Brest era, na realidade, o agente no Recife da "Brazilische Directie", a empresa de corso zelandês que se associara desde 1646 à WIC, partilhando as presas feitas nos navios portugueses da carreira do Brasil.

8 Sito no atual bairro de Santo Amaro, a meio caminho entre o Recife e Olinda.

9 O reduto da Barreta era no atual bairro do Pina; e o reduto em frente às Cinco Pontas erguia-se na ilha da Barreta ou do Cheira Dinheiro, engolida pelas águas quando das obras de modernização do porto do Recife em começos do século XX.

10 O Altenar localizava-se na margem esquerda do Capibaribe, defronte da Cidade Maurícia.

11 Ou seja, dos principais órgãos da administração civil do Brasil holandês.

12 *Diário de Henrique Haecxs* (*1645-1654*) (tradução de frei Agostinho Keijzers, O. C.), *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, LXIX (1950), pp. 147-53.

13 Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, 18 vols., Lisboa, 1842-76, xvii, pp. 219, 221-2.

14 Edgar Prestage, *Frei Domingos do Rosário, diplomata e político* (*1595-1662*), Coimbra, 1926, pp. 49-50.

Glossário

ABALROA atracar um navio a (outro navio), para combate de abordagem; abordar, aferrar.

ABATIZES faxina.

ALABARDADA golpe desfechado com alabarda (antiga arma composta de longa haste, que é rematada por peça pontiaguda de ferro, atravessada por lâmina em forma de meia-lua).

ALAMARES peça de uniforme militar formada por cordões entrelaçados e que em determinadas corporações é usada pelos oficiais do estado-maior e ajudantes de ordens.

ALFAIA qualquer móvel ou utensílio usado em uma casa, no campo etc.

ALMOTACEL inspetor encarregado da exata aplicação dos pesos e medidas e da taxação e distribuição dos gêneros alimentícios.

APROCHES entrincheiramento realizado pelo exército em local sitiado, a fim de travar combate e abrigar-se dos efeitos da reação.

ARCABUZ antiga arma de fogo, portátil, de cano curto e largo, que em sua origem era disparada quando apoiada numa forquilha; espingardão.

AZINHAVRE camada de cor verde que se forma na superfície dos objetos de cobre ou latão, resultante da corrosão destes quando expostos ao ar úmido.

BALANDRAU roupa usada pelos membros de certas irmandades em cerimônias religiosas.

BANECA canastrel, pequena canastra com alças à maneira de asas.

BATARIA disparos consecutivos.

BREADO assemelhado ao breu; da cor do breu.

BUQUE embarcação de pesca que serve de apoio ao galeão, embarcação maior, a vapor, empregada na pesca de sardinha e que usa o *cerco americano*.

CACHOPOS penedo à flor da água; escolho, recife, abrolho.

CAVALGAR À BASTARDA escanchado, modo de cavalgar convencional com uma perna para cada lado.

CHALUPAS embarcação de pequeno porte a remo ou a vela; neste último caso, com gurupés e dois mastros com velas latinas quadrangulares.

CHAPINS calçado feminino de sola grossa, de madeira, cortiça etc., usado para realçar a estatura das mulheres.

CHUÇO espécie de lança.

COMENDOR autoridade policial local.

CUTELO instrumento composto de uma lâmina cortante e semicircular, presa a um cabo de madeira, empregada antigamente em execuções por decapitação.

ESCOLTETO autoridade local, espécie de chefe de polícia.

ESGARAVATADOR diz-se de ou instrumento para limpar o ouvido das armas.

ESTAI cabo de arame ou haste metálica inclinada que sustenta a chaminé ou outra peça do navio.

ESTREPES artefato pontiagudo, de madeira, ferro ou outro material, que, durante guerras, conflitos, era posto em fosso, vala etc. para dificultar a passagem do inimigo.

FAXINA conjunto de gravetos; lenha miúda.

FEIXE DE RAMOS, ou de paus, que nas campanhas militares serve para entulhar fossos, cobrir parapeitos de bateria etc., e com que se entulham terrenos a fim de fixá-los para construções.

FOJO armadilha para caça de animais ferozes que consiste em um buraco profundo, cavado no chão e disfarçado com ramos e galhos.

GABIÕES cesto grande, de alças, usado para transportar terra, esterco etc.

HORNAVEQUE espécie de saliência de uma torre que servia para defender os ângulos de uma fortificação, normalmente de madeira.

IR À GINETA maneira de cavalgar em que a pessoa põe as duas pernas para o mesmo lado.

LHANEZA qualidade do que é lhano, afável; candura, singeleza.

MASTRO DE GURUPÉS mastro da frente de uma embarcação.

MASTROS DA MEZENA mastro de ré nos navios de três ou mais mastros.

MESULANA fazenda importada.

MORRÃO pedaço de corda, ger. de linho, com uma das extremidades embebida em uma solução de cal virgem e potassa para que se queimasse lentamente, e que se mantinha acesa durante o combate, para atear fogo à pólvora dos canhões.

OPA tipo de veste ou capa com aberturas em lugar das mangas, geralmente usada por membros de irmandades em cerimônias religiosas.

PALIÇADA alinhamento de estacas que serve de barreira defensiva.

PATACHO embarcação antiga de dois mastros, tendo a vela de proa redonda e a de ré latina.

PATARRÁS cabo ou corrente que segura pau de surriola, gurupés e outros paus a bordo, impedindo seu movimento horizontal.

PEDERNEIRA rocha dura capaz de produzir centelhas quando percutida ou atritada por peças de metal, especialmente ferro.

PERPETUAMAS tipo de tecido.

PÉS DE CALADO medida de profundidade da água.

PICOTINOS tipo de tecido.

POR FÁS COMO POR NEFAS de qualquer maneira.

PREAMAR nível máximo da maré; maré-cheia, maré alta.

PREBOSTE comandante de polícia militar na zona dos exércitos, ligado às grandes unidades.

REPAROS qualquer defesa ou resguardo de praça militar; trincheira.

RODELA escudo redondo.

SAPADORES que ou aquele que faz sapa (“atividade”) ou outros trabalhos ligeiros de engenharia militar.

SEMTRANAS tipo de tecido.

SORTIDA quando o exército avança para localizar o inimigo.

SURRIADAS descarga de artilharia ou de arma de fogo; tiroteio.

TOESAS antiga medida francesa de comprimento equivalente a seis pés, ou seja, cerca de dois metros.

VAU local raso de um rio, mar, lagoa, por onde se pode passar a pé ou a cavalo.

VERGA DE CEVADEIRA vela pequena de proa.

VITUALHA provisões alimentícias.

Cronologia

1621 Fim da trégua hispano-neerlandesa dos doze anos e fundação da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), sociedade por ações com matriz em Amsterdã.

1624 Armada da Companhia conquista a cidade de Salvador.

1625 Armada hispano-portuguesa recupera a capital da América portuguesa.

1628 Armada da Companhia captura a frota espanhola da prata em Matanzas (Cuba), o que permite à WIC distribuir polpudos dividendos aos acionistas e financiar novo ataque ao Brasil.

1630 Armada da Companhia conquista Olinda e o Recife.

1631 Expedição neerlandesa ergue o forte de Orange na extremidade meridional da ilha de Itamaracá.

1632-4 Depois de ataques pontuais ao interior e ao litoral do Nordeste, o exército da WIC conquista a cidade da Paraíba.

1635 Conquista neerlandesa do Arraial do Bom Jesus e do Cabo de Santo Agostinho, principais bases da resistência hispano-luso-brasileira.

1636 Vitória batava na Mata Redonda. O exército hispano-luso-brasileiro permanece em Alagoas.

1637 O conde João Maurício de Nassau-Siegen assume o governo do Brasil holandês, expulsa o exército inimigo para a margem direita do rio São Francisco e enceta a reativação da economia açucareira e a reorganização do governo da colônia.

1638 Nassau sitia a cidade de Salvador, mas tem de retirar-se devido à insuficiência das forças que trouxera do Recife.

1639 Nassau inicia a urbanização da ilha de Antônio Vaz, no Recife, a qual passará a chamar-se Mauritstadt.

1640 Uma armada hispano-portuguesa, sob o comando do conde da Torre, tenta recuperar Pernambuco, mas é repelida pela esquadra neerlandesa depois de uma sucessão de batalhas navais que tiveram lugar entre Itamaracá e o Rio

Grande do Norte. Restauração da independência de Portugal, que se torna assim aliado dos Países Baixos contra a Espanha.

1641 Sergipe é anexado ao Brasil holandês, ao passo que expedições partidas do Recife conquistam o Maranhão, Luanda e São Tomé. Nassau e o governo da Bahia assinam acordo de trégua, ao mesmo tempo em que Portugal e os Países Baixos firmam também o tratado de Haia, estabelecendo uma trégua de dez anos entre ambos os países.

1642 Crise comercial no Brasil holandês. A WIC resolve reduzir seus efetivos na colônia, ignorando a opinião de Nassau. Revolta do Maranhão e de São Tomé contra o domínio holandês. Chega a Salvador o governador-geral Antônio Teles da Silva, encarregado pela Coroa portuguesa de promover uma insurreição no Brasil holandês.

1643 Uma armada da WIC ataca o Chile, mas não logra consolidar a conquista. Nassau é finalmente dispensado do governo do Brasil holandês.

1644 Nassau retorna aos Países Baixos, sendo substituído por junta provisória. Missões procedentes de Salvador estimulam a insurreição luso-brasileira, fazendo os necessários contatos em nome de d. João IV.

1645 Inicia-se a insurreição pernambucana, que em poucas semanas e depois das batalhas das Tabocas e da Casa Forte reduz a presença holandesa no Nordeste ao Recife e às guarnições litorâneas.

1646 Depois de meses de sítio, o Recife é salvo por uma expedição vinda dos Países Baixos, trazendo ajuda militar e o novo governo colegiado do Brasil holandês.

1647 Uma força da WIC ocupa a ilha de Itaparica na entrada do Recôncavo baiano para forçar o governo-geral de Salvador a retirar tropas de Pernambuco. D. João IV envia em socorro à Bahia uma armada sob o comando do conde de Vila Pouca de Aguiar, cuja chegada induz os neerlandeses a abandonarem Itaparica.

1648 Chega ao Recife uma armada do Estado neerlandês, comandada pelo almirante Witte de With. Primeira batalha dos

Guararapes, que redunda em vitória luso-brasileira. Uma esquadra lusitana restaura Luanda e São Tomé. Em Portugal, os conselhos da Coroa manifestam-se unanimemente contra a projetada entrega do Nordeste à Companhia das Índias Ocidentais.

1649 Segunda batalha dos Guararapes, nova vitória luso-brasileira.

A armada de De With bloqueia Salvador e chega até a entrada da baía da Guanabara. Sem produzir os resultados esperados, regressa aos Países Baixos. Em Portugal, criação da Companhia Geral de Comércio, destinada a defender a navegação entre Lisboa e o Brasil.

1650 O governo neerlandês adota uma estratégia defensiva no Brasil e ofensiva contra Portugal, a qual, contudo, não pôde ser aplicada de imediato devido à crise constitucional e política nos Países Baixos. As armadas anuais da Companhia Geral de Comércio escalam regularmente no Cabo de Santo Agostinho. Uma armada do Parlamento inglês bloqueia a foz do Tejo.

1651-2 Continuação do *status* quo militar no Brasil. Primeira guerra anglo-neerlandesa. Entendimentos visando à partilha do Nordeste.

1653 Aproveitando o estado de guerra entre a Inglaterra e os Países Baixos, d. João IV autoriza a armada anual da Companhia Geral de Comércio a bloquear o Recife, que, por terra, seria expugnado pelo exército luso-brasileiro.

1654 Fim do Brasil holandês na esteira da capitulação do Recife e das guarnições costeiras. Tratado de Westminster, que pôs fim à primeira guerra anglo-neerlandesa.

1657 Uma armada neerlandesa sob o comando de Van Wassenaar-Obdam bloqueia a foz do Tejo e intima o governo português a devolver o Nordeste. A intervenção dos embaixadores da França e da Inglaterra e a chegada do inverno obrigam o almirante neerlandês a levantar o bloqueio.

1658-61 Começam em Haia as negociações luso-neerlandesas que levaram à assinatura do primeiro tratado de paz (1661). Em troca da cessão do Brasil holandês, ele previa o

pagamento de pesada indenização pela Coroa portuguesa. Também em 1661 Portugal assina com a Inglaterra um tratado de aliança que lhe permitirá recusar-se a pagar a indenização aos Países Baixos, a pretexto das dificuldades financeiras decorrentes da guerra contra a Espanha.

1669 Tendo a guerra contra a Espanha concluído no ano anterior com o reconhecimento da independência lusitana, o governo inglês pressiona com êxito o governo neerlandês no sentido de retomar as negociações com Portugal que permitiram a assinatura do segundo tratado de paz de Haia pelo qual o governo de Lisboa cede Cochim e Cananor na Índia à Companhia holandesa das Índias Orientais (VOC) e obtém a redução do montante da indenização prevista pelo tratado de 1661, indenização cujo pagamento Portugal só completará nos primeiros anos do século XVIII.

Bibliografia

Tendo em vista a quantidade das contribuições (livros, artigos, documentos) publicadas sobre o Brasil holandês desde o século XIX, a bibliografia aqui mencionada é altamente seletiva. Há a respeito todo um livro de J. H. Rodrigues, *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, o qual, editado no Rio de Janeiro em 1949, está a exigir atualização, que a ser feita produzirá provavelmente outro volume.

BOOGAART, Ernst van den (org.), *A humanist prince in Europe and Brazil*, Haia, Johan Maurits van Nassau Stichting, 1979.

BOXER, Charles R., *The Dutch in Brazil*, *1624-1654*, Oxford, The Clarendon Press, 1957.

——, *The Dutch seaborne empire*, *1600-1800*, New York, Knopf, 1965.

BRUNN, Gerhard e NEUTSCH, Cornelius (orgs.), *Sein feld war die Welt*, *Johann Moritz von Nassau-Siegen*, *1604-1679*, Munster, Waxmann, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara, *Geografia do Brasil holandês*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

GALINDO, Marcos (org.), *Viver e morrer no Brasil holandês*, Recife, Massangana, 2005.

GOSLINGA, C. Ch., *The Dutch in the Caribbean and on the Wild Coast*, *1580-1680*, Assen, Van Gorcum, 1971.

HERKENHOFF, Paulo (org.), *O Brasil e os holandeses*, *1630-1654*, Rio de Janeiro, Sextante Artes, 1999.

HOBOKEN, W. J. van, *Witte de With in Brazilie*, *1648-1649*, Amsterdã, North-Holland, 1955.

ISRAEL, Jonathan I., *The Dutch Republic*: *Its rise*, *greatness and fall*, *1477-1806*, Oxford, Clarendon Press, 1995.

LAGO, Pedro e Bia Corrêa do, *Frans Post*, *1612-1680*, Rio de Janeiro, Capivara, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de, *Olinda restaurada*: *guerra e açúcar no Nordeste*, *1630-1654*, 3ª ed., São Paulo, Editora 34, 2007.

——, *Rubro veio: O imaginário da restauração pernambucana*, 3ª ed., São Paulo, Alameda, 2008.

——, *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.

——, *Nassau, governador do Brasil holandês*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

MELLO, J. A. Gonsalves de, *Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*, Recife, Massangana, 1989.

——, *João Fernandes Vieira*, 2 vols., Recife, Universidade do Recife, 1956.

——, *A rendição dos holandeses no Recife (1654)*, Recife, Iphan, 1979.

——, *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1947.

POELHEKKE, J. J. (org.), *Soweit der Erdkreis Reicht. Johan Moritz von Nassau-Siegen*, [catálogo de exposição], *1604-1679*, Kleve, Stadisches Museum, 1979.

PUNTONI, Pedro, *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*, São Paulo, Hucitec, 1999.

RATELBAND, Klaas, *Os holandeses no Brasil e na costa africana*, Lisboa, Veiga, 2003.

SANTOS Pérez, José Manuel e Cabral de Souza, George F. (orgs.), *El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII*, Salamanca, Ed. Universidad de Salamanca, 2006.

SCHALKWIJK, F. L., *Igreja e Estado no Brasil holandês, 1630-1654*, Recife, Fundarpe, 1986.

SCHAMA, Simon, *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época de Ouro: uma interpretação*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

VAINFAS, Ronaldo, *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

VRIES, Jan de e WOUDE, Ad van der, *The first modern economy: success, failure and perseverance of the Dutch economy, 1500-1815*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

WATJEN, Hermann, *O domínio colonial holandês no Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938.

WHITEHEAD, P. J. P. e BOESEMAN, M., *A portrait of Dutch 17th century Brazil*, Amsterdã, North-Holland, 1989.

ZUMTHOR, Paul, *A Holanda no tempo de Rembrandt*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Published by Companhia das Letras
in Association with Penguin Group (USA) Inc.

CAPA E PROJETO GRÁFICO
PENGUIN-COMPANHIA
Raul Loureiro, Claudia Warrak

PREPARAÇÃO
Silvia Massimini Felix

REVISÃO
Marise Leal
Angela das Neves

ISBN: 978-85-63397-61-4

EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone (11) 3707-3500 Fax (11) 3707-3501
www.penguincompanhia.com.br